



LUCIANA DE CASTRO SOUTELO

A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas

Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX

Tese de Doutoramento em História

Orientador: Prof. Dr. Manuel Loff

Co-orientadora: Prof. Dr^a Carme Molinero

Porto

Novembro de 2015

Resumo

Esta investigação é um estudo comparado sobre a memória pública do passado recente que está na origem das democracias atuais das sociedades ibéricas: a Revolução Portuguesa (1974/75) e Transição Espanhola (1975-1982). Através da análise da imprensa representativa de um amplo leque de culturas políticas procurou-se compreender, em cada caso, os *combates pela memória* desenvolvidos nos espaços públicos democráticos ao longo do período 1986-1994/96. Enquanto no caso português se identifica a construção de uma hegemonia cultural neoconservadora no sentido de *revisar* as interpretações sobre a origem fundacional da democracia que haviam sido publicamente consagradas durante o próprio processo revolucionário, no caso espanhol, contrariamente, com a hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*, o legado republicano e antifranquista nunca havia sido reconhecido publicamente. Em meados dos anos 1990, verifica-se a eclosão, em Portugal, de uma *rebelião da memória* contra o desenvolvimento do *revisionismo histórico* e, em Espanha, do movimento memorial reivindicativo dos *vencidos* da guerra civil e do antifranquismo.

Palavras-chave: memória coletiva; memória pública; 25 de Abril de 1974; Revolução Portuguesa; Transição Espanhola; guerra civil espanhola; revisionismo histórico

Abstract

This research is a comparative study between the public memory of the Portuguese Revolution (1974/75) and the Spanish Transition to democracy (1975-1982). By analysing newspapers which represent different political cultures, we try to understand, for each case, the *battles over memory* that take place on the democratic public spheres throughout the period 1986-1994/96. In Portugal there is a developing process of a neoconservative cultural hegemony focused on *revising* the interpretations of the democracy foundational basis which have been publicly recognized during the revolutionary period. In Spain, on the other hand, considering the hegemony of the discourses of the *reconciliation* and the *exemplary transition*, the republican and antifrancoist legacy had never been publicly acknowledged. In the middle 1990's, however, there is an outbreak of the *rebellion of memory* in Portugal, against *historical revisionism*, and of the memorial movement in Spain, which reclaims the memories of antifrancoism and of the *defeated* in the civil war.

Key words: collective memory; public memory; April 25th 1974; Portuguese Revolution; Spanish Transition to democracy; Spanish civil war; historical revisionism

Este trabalho contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através do financiamento POPH/FSE.



A consecução desta investigação beneficiou ainda da bolsa de curta duração concedida pela Casa de Velázquez.

Índice

Introdução	p. 10
Capítulo 1. O estudo da memória em finais do século XX. Questões teóricas e metodológicas	p. 16
1-1. A crise no paradigma da temporalidade contemporânea e a <i>cultura da memória</i> em finais do século XX	p. 16
1-2. Objeto de estudo: memórias da Revolução Portuguesa e da Transição Espanhola nos espaços públicos democráticos	p. 25
1-2.1. Memória: conceitos, definições e delimitação relativamente à História	p. 27
1-2.2. Delimitação do objeto, fontes e metodologia	p. 47
1-3. História do tempo presente e o estudo da memória	p. 57
Capítulo 2. <i>Revisionismo histórico</i> . Do conservadorismo ao liberalismo: a rejeição da tradição revolucionária e a <i>suspensão da história</i>	p. 60
2-1. As origens do <i>revisionismo histórico</i> : a teoria do <i>totalitarismo</i>	p. 60
2-2. Da teoria do <i>totalitarismo</i> ao <i>revisionismo histórico</i> : a liquidação da tradição revolucionária	p. 69
2-3. Da historiografia à memória: entre a crise do marxismo e o desenvolvimento do <i>revisionismo histórico</i> como fenómeno social	p. 73
2-3.1. Revolução Francesa: o ponto de partida do <i>revisionismo histórico</i>	p. 73
2-3.2. II Guerra Mundial: reavaliações sobre a natureza do conflito, o nazi-fascismo e a resistência	p. 84
2-3.2.1. Reabilitações do nazi-fascismo: a supressão da questão colonial e a consagração do paradigma anticomunista como eixo interpretativo da história	p. 84
2-3.2.2. <i>Negacionismo</i> e <i>revisionismo histórico</i> : limites e aproximações	p. 95
2-3.2.3. A deslegitimação da resistência antifascista como efeito do paradigma anticomunista de interpretação histórica	p. 102
2-4. Espanha: a recuperação dos mitos franquistas de interpretação do passado	p. 106
2-5. Portugal: a condenação da Revolução e o <i>branqueamento</i> do Estado Novo	p. 117
2-6. Uma definição?	p. 128
Capítulo 3. Uso público da história. Estado da questão	p. 145

3-1. Uso público da história: <i>Historikerstreit</i> e a origem do conceito	p. 145
3-1.1. Debate teórico e delimitação do conceito	p. 147
3-2. Fases da memória pública: os casos da II Guerra Mundial	p. 152
3-3. <i>Uso público da história</i> em Espanha: do monopólio franquista do espaço público ao <i>combate de memórias</i> do século XXI	p. 166
3-4. Portugal: da valorização da memória do antifascismo ao desenvolvimento do <i>revisionismo histórico</i>	p. 192

Capítulo 4. Espanha: da hegemonia das <i>memórias da reconciliação</i> e da <i>transição modélica</i> à emergência das <i>memórias dos vencidos</i> no espaço público	p. 206
---	--------

4-1. Da <i>política de reconciliação nacional</i> à construção das <i>memórias da reconciliação</i> e da <i>transição modélica</i>	p. 206
--	--------

4-1.1. As <i>memórias da superação do passado</i> : entre o <i>revisionismo histórico</i> e a omissão do debate ético-político sobre a guerra civil	p. 214
---	--------

4-1.1.1. As <i>memórias da superação do passado</i> no cinquentenário da guerra civil: fator geracional, distanciamento ético e <i>revisionismo histórico</i>	p. 214
---	--------

4-1.1.2. Sexagésimo aniversário da guerra civil: o despontar da <i>memória dos vencidos</i> e o acirramento das opiniões em torno do argumento da <i>superação do passado</i>	p. 227
---	--------

4-1.2. <i>Memórias da transição modélica</i> : o complemento das <i>memórias da reconciliação</i> . Protagonismo dos atores político-institucionais e elogio do <i>consenso</i>	p. 235
---	--------

4-1.3. <i>Memórias antifranquistas da reconciliação</i> : entre a não-discussão ético-política da guerra civil e a crítica do franquismo	p. 251
--	--------

4-1.4. Reivindicações por políticas de memória: da hegemonia das <i>memórias da reconciliação</i> ao <i>combate pela memória</i> no espaço público	p. 257
--	--------

4-2. Memórias bascas sobre a guerra civil: entre as <i>memórias da reconciliação</i> e as críticas da transição	p. 262
---	--------

4-3. <i>Memórias subterrâneas</i> : entre as críticas da transição e as <i>memórias dos vencidos</i>	p. 268
--	--------

4-3.1. <i>Pacto de silêncio/esquecimento</i> : o ponto de partida das críticas da não-condenação ético-política do franquismo e do carácter <i>subterrâneo</i> das <i>memórias dos vencidos</i>	p. 269
---	--------

4-3.2. <i>Memórias subterrâneas da transição</i> : entre o questionamento das <i>memórias da transição modélica</i> e as críticas sobre as lacunas da democracia quanto a uma delimitação ético-política em relação ao franquismo	p. 275
4-3.2.1. País Basco: a crítica da transição como reivindicação nacionalista	p. 293
4-3.3. As <i>memórias dos vencidos</i> : entre as críticas das <i>memórias da reconciliação</i> e as reivindicações da reabilitação e reconhecimento público dos <i>vencidos</i>	p. 299
4-4. Visões sobre a ditadura: entre as <i>memórias do antifranquismo</i> e o <i>branqueamento</i> de Franco e do regime	p. 311
4-5. Conclusões	p. 328

Capítulo 5. Portugal e o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como fenómeno social: a construção de uma hegemonia cultural neoconservadora p. 333

5-1. Anos 1980 e a *repressão da memória*: entre as *memórias subterrâneas das esquerdas* e o protagonismo das *memórias revisionistas* no espaço público p. 333

5-1.1. *Memórias subterrâneas das esquerdas*: entre a defesa da Revolução e o ataque à hegemonia político-cultural de direita p. 338

5-1.2. 1989 e a construção de uma hegemonia cultural neoconservadora: o *branqueamento* do salazarismo e a desvalorização da Revolução p. 361

5-2. *Memórias consensuais*: entre os elogios ao 25 de Abril e as ressalvas ao processo revolucionário p. 374

5-3. Fase da *obsessão memorial*: a reação pública contra o *revisionismo histórico* e o desenrolar do *combate pela memória* p. 387

5-3.1. O vigésimo aniversário do 25 de Abril e a consolidação da hegemonia cultural neoconservadora: a consagração do *revisionismo histórico* no espaço público português p. 390

5-3.1.1. Entre as *memórias consensuais* e a tese da *dérápée à portuguesa*: a desvalorização do processo revolucionário como *memória forte* p. 390

5-3.1.2. Entre a tese da *dérápée à portuguesa* e as condenações mais amplas da Revolução ou a *revolução como equívoco histórico* p. 399

5-3.2. A (re)emergência das memórias do antifascismo: entre a valorização da Revolução e a rejeição do *branqueamento* da ditadura p. 413

5-3.2.1. As culturas políticas de esquerda e a ampla indignação contra o <i>revisionismo histórico</i>	p. 414
5-3.2.2. A polémica em torno do <i>branqueamento</i> do Estado Novo e a <i>rebelião da memória</i> em 1994: a transformação das <i>memórias da resistência</i> e das <i>memórias antirrevisionistas</i> em <i>memórias fortes</i>	p.423
5-3.2.3. A <i>rebelião da memória</i> e a especificidade da clivagem em torno da Revolução: entre a tese da <i>dérápée à portuguesa</i> e as <i>memórias revolucionárias</i>	p. 447
5-4. Descolonização e guerra colonial: o paradoxo da (não)aceitação dos moldes em que se processou o termo do paradigma colonial	p. 467
5-4.1. Das memórias da direita nacionalista à polémica da inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar	p. 467
5-4.2. O debate mediático de 1994 e a divisão de opiniões a propósito da descolonização: <i>revisionismo histórico</i> ; ambiguidade e <i>eclipse</i> da questão colonial	p. 479
5-4.3. <i>Combates pela memória</i> . Entre as visões eurocêntricas da descolonização e a empatia com o ponto de vista africano: do <i>desastre</i> à <i>libertação</i>	p. 493
5-5. Conclusões	p. 508
 Capítulo 6. As memórias do século XX nos espaços públicos democráticos das sociedades ibéricas: uma perspetiva comparada	 p. 511
6-1. As fases da memória pública	p. 511
6-1.1 Primeira fase: a <i>transição espanhola</i> e a <i>ruptura revolucionária</i> . Os pontos de partida da evocação do passado nos espaços públicos democráticos: as <i>memórias da reconciliação</i> e as <i>memórias do antifascismo</i>	p. 511
6-1.2. Segunda fase: a <i>repressão da memória</i> . A transmutação da <i>memória da reconciliação</i> em ideologia de Estado e o processo de desenvolvimento de uma hegemonia cultural neoconservadora em Portugal	p. 528
6-1.3. Terceira fase: a <i>obsessão memorial</i> e o desenrolar do <i>combate pela memória</i> . A consagração do <i>revisionismo histórico</i> no espaço público português e o questionamento do <i>vazio ético</i> da democracia espanhola	p. 540
6-2. O <i>revisionismo histórico</i> nas sociedades ibéricas: paralelismos	p. 551
 Conclusão	 p. 570
Bibliografia	p. 587

Introdução

«The past is a foreign country whose features are shaped by today's predilections, its strangeness domesticated by our own preservation of its vestiges».¹

Este trabalho é um estudo comparado sobre a memória pública dos respetivos passados recentes das sociedades ibéricas de finais do século XX, em concreto, ao longo do período 1986-1994/96. Mais especificamente, trata-se de um estudo acerca da memória pública dos processos históricos que constituíram a génese das democracias atuais: a Revolução Portuguesa de 1974/75 e a transição espanhola (1975-1982). É importante reconhecer, contudo, que a abordagem destes temas relaciona-se diretamente com a alusão ao passado imediatamente anterior. De modo que, em Portugal, os discursos públicos sobre a Revolução dos Cravos se interrelacionam estreitamente com a memória da ditadura salazarista (1926-1974); e, em Espanha, não se pode compreender a memória pública da transição sem se analisar, igualmente, os discursos memoriais sobre a guerra civil (1936-39) e a ditadura franquista (1939-75).

A unidade de análise escolhida para a realização deste estudo foi a imprensa, na condição de um dos âmbitos do *uso público da história*. Entende-se que as fontes de imprensa permitem, por um lado, através da análise dos jornais que participam mais diretamente no processo de formação da opinião pública – ou a *grande imprensa* –, a compreensão da construção/consolidação dos discursos memoriais dominantes no espaço público, assim como do *combate pela memória* em torno da hegemonização no sentido da interpretação do passado. Por outro lado, os jornais com escasso eco social permitem identificar os discursos memoriais *subterrâneos*, que ocupam um papel marginal no espaço público. Contudo, conforme esclarecer-se-á mais detalhadamente no capítulo 1, o critério fundamental para a seleção dos periódicos não foi o seu maior ou menor poder de influência junto da opinião pública, e sim a representatividade de diversas culturas políticas.

Deve-se explicitar ainda que, para este estudo da memória pública, se fez um uso extensivo do material que compõe as fontes de imprensa: desde artigos de opinião; reportagens; notícias que informam sobre declarações de representantes políticos ou de personalidades públicas, ou que abordam questões relativas a políticas de memória, tal

¹ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. P. XVII.

como medidas políticas, eventos ou homenagens públicas; e até mesmo cartas de leitores, por se considerar que estas representam exemplos das sensibilidades dos setores da opinião pública que conformam o público-alvo de cada jornal. Desta forma, pretendeu-se analisar a complexa dinâmica, conteúdo, composição e contínuo processo de redefinição dos respetivos discursos públicos sobre o passado recente ao longo de um período (1986-1994/96) que coincidiu quase integralmente com o governo social-democrata de Cavaco Silva em Portugal (1985-1995) e com o governo socialista de Felipe González em Espanha (1982-1996). Em Portugal, identifica-se um lento processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora, o que se expressa através da progressiva consagração pública de leituras do passado caracterizadas pela descontextualização histórica, com o propósito de legitimar reprotetivamente interpretações da história de carácter liberal-conservador pautadas pelo paradigma da patologização das revoluções. Em Espanha, verifica-se a duração da hegemonia pública das *memórias da reconciliação e da transição modélica*, que constituíram os discursos fundacionais da democracia espanhola e se mantiveram como relatos memoriais dominantes uma vez consolidada a democracia, com os governos socialistas de González.

Ambos os processos, a construção de uma hegemonia cultural neoconservadora em Portugal e a hegemonia pública das *memórias da reconciliação e da transição modélica* em Espanha, que podem ser considerados como característicos das respetivas segundas fases da evocação do passado no espaço público democrático – as quais se seguiram às primeiras fases que coincidiram com os próprios processos de mudança de regime: a Revolução Portuguesa e a transição espanhola –, alcançam um ponto de viragem com o advento de uma nova fase da memória pública, em meados dos anos 1990. Em Espanha o clímax da hegemonia das *memórias da reconciliação e da transição modélica* pode ser situado nos anos 1980, bem representado pelo contexto do cinquentenário da guerra civil, em 1986, quando a versão mais conservadora destes relatos memoriais, sintetizada na ideia de *superación do passado*, traduzia a política oficial do governo González, e as *memórias dos vencidos* e os discursos alternativos e/ou críticos do relato da *transição modélica* beneficiavam de escassa visibilidade social. Pouco a pouco, desde finais dos anos 1980, mas especialmente a partir de princípios dos 1990, paralelamente ao desgaste político do governo González, estes discursos críticos da transição passaram a avolumar-se no espaço público espanhol. De modo que entre o vigésimo aniversário da morte de Franco, em 1995, e o sexagésimo

aniversário da guerra civil, em 1996 – que coincidiu com a mudança no poder político, com a chegada da direita ao poder pela primeira vez desde a transição e após catorze anos de governos socialistas –, é possível localizar o início da fase da *obsessão memorial*, com a emergência pública de um amplo movimento reivindicativo das memórias dos vencidos da guerra civil e do antifranquismo. Enquanto em 1995 alcançaram significativa projeção pública os discursos críticos do relato da *transição modélica* e do *branqueamento* de Franco e do franquismo, em 1996 adquiriram uma inédita repercussão social as *memórias dos vencidos*, com a proliferação de homenagens e iniciativas pelo reconhecimento público e reabilitação do lado republicano. O movimento memorial reivindicativo espanhol pode ser considerado como uma convergência entre culturas políticas de esquerda e de centro-esquerda que, no contexto de meados dos anos 1990 – favorecido e impulsionado pelas conjunturas da chegada do Partido Popular (PP) ao poder e da emergência pública de uma nova geração, os *netos da guerra civil*, alheia ao imaginário cultural das *memórias da reconciliação*, que reunia culturas políticas desde o centro-esquerda até à direita –, pretendia questionar as bases fundacionais da democracia espanhola, especificamente em virtude da ausência de uma condenação ético-política do franquismo. Trata-se do “vazio ético” da democracia espanhola identificado por Ricard Vinyes.²

Em Portugal, por outro lado, o auge da construção de uma hegemonia cultural neoconservadora coincidiu com a emergência da fase da *obsessão memorial*, em 1992-1994, quando se manifestou no espaço público uma ampla frente memorial contra o *revisionismo histórico* – corrente política e cultural que, no âmbito das representações sobre o passado, constitui a expressão daquela hegemonia cultural que consagra leituras liberal-conservadoras da história. É importante notar, contudo, que esta *rebelião da memória*³, embora abranja também a crítica da desvalorização da Revolução, eclodiu especificamente em virtude do *branqueamento* do Estado Novo: em 1992, a propósito da concessão pelo Estado de pensões a dois ex-membros da polícia política da ditadura, a PIDE/DGS, e, em 1994, com a reabilitação desta instituição na televisão, concretamente a propósito da participação num debate da SIC de um ex-pide beneficiário de pensão do Estado, Óscar Cardoso.

² VINYES, Ricard. «La memoria del Estado» in VINYES (ed.) *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P. 23-66.

³ LOFF, Manuel. «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014. P. 23-143.

No que diz respeito à divisão deste trabalho por capítulos, o capítulo 1 é uma exposição teórico-metodológica do objeto de estudo, onde se aprofundam os esclarecimentos sobre as fontes e os conceitos que pautam esta investigação, para além de realizar-se também uma discussão teórica sobre o estudo da memória em finais do século XX. O capítulo 2 é uma aproximação teórica ao conceito de *revisionismo histórico*, categoria fundamental para a compreensão dos *combates pela memória* que se efetuam nos espaços públicos democráticos na década de 1990. Se, em Portugal, as *memórias revisionistas* ocupam papel de destaque ao longo de todo o período estudado, sendo o eixo da construção da hegemonia cultural neoconservadora durante o governo Cavaco Silva e a motivação da eclosão da *rebelião da memória* em meados dos anos 1990; em Espanha, os discursos *revisionistas* sobre a II República, a guerra civil e o franquismo encontravam-se, durante o período 1986-1996, integrados nas *memórias da reconciliação*. Neste capítulo, busca-se ainda a explicação sobre as origens internacionais do fenómeno cultural e político do *revisionismo histórico*, com o esclarecimento a respeito de outros casos nacionais europeus. O capítulo 3 centra-se na definição do conceito de *uso público da história*, que orienta esta investigação. Efetua-se ainda um estado da arte acerca da memória pública do nazi-fascismo nos casos francês, alemão e italiano, seguido de um debate historiográfico análogo para os casos espanhol e português. Os capítulos 4 e 5, que concentram o trabalho documental desta investigação, representam um esforço de compreensão sobre o âmbito da memória pública espanhola e portuguesa, respetivamente, ao longo do período 1986-1994/96. No caso espanhol, documentam-se, por um lado, as memórias hegemónicas da *reconciliação* e da *transição modélica*, a primeira das quais subdivide-se entre as *memórias da superação do passado* e as *memórias antifranquistas da reconciliação*; por outro lado, identificam-se as *memórias subterrâneas*, entre as *memórias dos vencidos* e os discursos críticos da transição. Procura-se esclarecer ainda sobre a especificidade das memórias do nacionalismo basco. No caso português, esclarece-se sobre as memórias otimistas da Revolução – as *memórias revolucionárias*, as *memórias prospetivas* e as *memórias da resistência* –, representativas das culturas políticas de esquerda e que passam de *memórias fracas*, nos anos 1980, a *memórias fortes*, por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994, especialmente as *memórias da resistência*. No que diz respeito aos discursos memoriais representativos das culturas políticas de centro-esquerda, de centro-direita e de direita, identificam-se os traços característicos das *memórias consensuais* e as múltiplas nuances argumentativas que

compõem as *memórias revisionistas*, destacando-se, na condição de *memória forte* em 1994, a tese da Revolução como a *dérápée à portuguesa*. O capítulo 6 constitui um esforço de comparação entre as memórias públicas do passado recente nos respetivos espaços públicos democráticos espanhol e português; para tal, recorreu-se à bibliografia secundária para tratar dos períodos históricos anterior e posterior aos limites cronológicos desta investigação. Além disso, procurou-se compreender, através do recurso comparativo, as especificidades da emergência do *revisionismo histórico* como fenómeno social em Portugal e em Espanha. Finalmente, na conclusão, reiteram-se as linhas gerais dos principais argumentos desenvolvidos ao longo deste trabalho.

Muitos contribuíram, de diversas formas, para a consecução deste trabalho. Em primeiro lugar, devo agradecer aos meus orientadores, Manuel Loff e Carme Molinero, por todos os conselhos, críticas, estímulos e incentivos que me permitiram avançar. A eles devo muito do crescimento pessoal e intelectual que pude experimentar nos últimos anos. Ao Stéphane Michonneau, diretor da Casa de Velázquez (épocas moderna e contemporânea) quando beneficiei de uma bolsa de curta duração em Madrid, agradeço toda a atenção que me dispensou, fornecendo-me contatos e indicações para o desenvolvimento desta investigação; o acesso à Biblioteca Tomás Navarro Tomás, no Centro de Ciencias Humanas y Sociales do CSIC (Centro Superior de Investigaciones Científicas) foi fundamental para a extensa recolha de bibliografia secundária sem a qual este trabalho não teria sido viável. Ao Coronel Antero Ribeiro da Silva, presidente da Delegação Norte da Associação 25 de Abril, agradeço a amável atenção que me dedicou para a consulta da publicação periódica desta Associação. Dedico ainda um agradecimento anónimo a todos os funcionários das bibliotecas onde esgotei dias e dias, no Porto, em Madrid e em Barcelona: sem o seu trabalho a realização deste trabalho não seria possível.

Devo um agradecimento muito especial aos meus pais, Carol e Luís. Deles sempre recebi o amor e a dedicação incondicional que fundaram as bases de uma força interior onde precisei ir buscar a perseverança necessária para encarar o desafio que se mostrou ser a consecução desta tese, em tempos de circunstâncias existenciais pouco fáceis. A eles devo o apoio contínuo e incansável, que me incita a seguir e a ultrapassar os obstáculos, especialmente aqueles que se originam de mim mesma. A eles devo a paciência e a compreensão incomensuráveis – e devo inclusive pedir-lhes desculpas pelo desgaste que sem dúvida lhes causei neste empenho incessante por confortar-me e

motivar-me –, a presença firme feita de força e entusiasmo para viver cada dia, presença que desafia as leis do espaço e ultrapassa as fronteiras. Por tudo isso, este trabalho também é deles.

Agradeço ainda a todos os familiares e amigos, pelo afeto e companhia, a compreensão pelas minhas ausências e silêncios, o apoio e o respeito pelas minhas escolhas, mesmo se não partilham comigo estranho afã por compreender o tempo histórico. Ao meu irmão Leonardo, à minha avó Carolina (com o seu riso lindo, inspirador), aos tios e primos, agradeço o afeto contínuo. Aos amigos que entraram na minha vida nos últimos anos, obrigada pelos bons momentos e trocas estimulantes que me permitiram aliviar o peso e a pressão constante que advinham da realização desta tese. Aos amigos que remontam ao passado mas sempre serão presente – e futuro –, agradeço a compreensão na distância, apenas explicável pelo sentimento de amizade profunda (palavras especialmente dedicadas às amigas do coração, Flávia, Renata e Thaís). Finalmente, agradeço àquela presença silenciosa e impronunciável, que me habitou e me transformou nos últimos anos, presença ausente que me faz vibrar todos os dias e me impulsiona a aspirar, perseverar, descobrir, avançar. A esta presença irrenunciável devo muito daquela que sou hoje, e ainda a inspiração para estas palavras (porque me ensinou a refletir sobre a anatomia e a densidade das palavras, deixando-as fluir espontaneamente).

Capítulo 1. O estudo da memória em finais do século XX. Questões teóricas e metodológicas

1-1. A crise no paradigma da temporalidade contemporânea e a *cultura da memória* em finais do século XX

Estudar a memória das sociedades em finais do século XX exige uma reflexão inicial sobre algumas particularidades desta época histórica, de modo a compreender o contexto geral e as principais questões que envolvem a evocação do(s) passado(s) recente(s) no(s) espaço(s) público(s) democrático(s). “Memória saturada”, “obsessão memorial”, “assalto à memória”¹ são só alguns exemplos de caracterizações do papel desempenhado pelo passado recente nas sociedades mediatizadas desde fins do passado século – particularmente desde os anos 1980, mas especialmente a partir da década 1990.

Andreas Huyssen propõe a expressão “passados presentes” para ilustrar o fenómeno político e cultural de emergência pública da memória, em contraste com os “futuros presentes” que orientaram as sociedades desde o início da época contemporânea.² Huyssen inspira-se em Reinhart Koselleck para cunhar estes termos. Koselleck, ao estudar a idade moderna, identifica uma mudança na perceção da temporalidade, com a superação do paradigma de futuros apocalípticos, constantemente suspensos e adiados, por “futuros passados”. Portanto, segundo Koselleck, o surgimento do Estado moderno inaugura uma nova conceção de tempo: o futuro passava a ser previsível a partir de prognósticos racionais baseados em experiências históricas passadas. Neste sentido, apesar da mudança de paradigma na conceção do tempo, a consciência histórica e a política modernas compartilhavam com a escatologia cristã o princípio de que o futuro se limitava ao horizonte das experiências passadas, ou seja, nada de fundamentalmente novo poderia acontecer. De acordo com Koselleck, apenas com o advento da filosofia da história surge a possibilidade de futuros inéditos, ancorados na ideia de progresso. A Revolução Francesa ratifica o predomínio desta nova conceção do tempo, que pode ser entendida como característica da modernidade contemporânea. Koselleck menciona os aspetos da aceleração do tempo e do carácter

¹ ROBIN, Régine. *La mémoire saturée*. Paris, Stock, 2003; ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris, Fayard, 1994; ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris, Seuil, 1987; VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona, Los libros de lince, 2011.

² HUYSEN, Andreas. *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford, Stanford University Press, 2003.

desconhecido do futuro; de modo que, ao acelerar-se o campo da experiência vivida e a sua continuidade, o tempo presente encurta-se e perde-se entre o futuro³ – o que coincide com o termo “futuros presentes” de Huyssen.

A ideia de “futuros presentes” é reiterada por Koselleck através das categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”: segundo este autor, a concepção da modernidade como um tempo novo baseia-se na distância cada vez maior entre as expectativas de futuro e as experiências do passado até então conhecidas. O próprio surgimento do conceito de *progresso* supõe não apenas que o futuro será diferente do passado; o “horizonte de expectativas” aberto com a ideia de progresso significa um futuro novo e transformador.⁴ Dessa forma, é possível sugerir que, ao ocorrer uma crise no “horizonte de expectativas” baseado em futuros otimistas, as sociedades deixam de concentrar-se no “horizonte de expectativas” oferecido pelo futuro e voltam-se para o “espaço de experiência” do passado – podendo-se falar, então, da passagem de “futuros presentes” para “passados presentes”. Conforme admite Koselleck, o paradigma temporal da modernidade “foi plausível enquanto as experiências anteriores não eram suficientes para fundamentar as expectativas geradas por um mundo que se transformava tecnicamente”.⁵ Porém, ao desgastarem-se as velhas expectativas em meio a novas experiências, é possível afirmar que o “horizonte de expectativas” diminui; ao mesmo tempo, a crise da perspectiva de futuros otimistas fundados na ideia de progresso pode explicar o fenómeno de finais do século XX em que as sociedades se debruçam sobre seus passados recentes.

Neste sentido, Huyssen defende que a “cultura da memória” atual reflete a crise fundamental da estrutura de temporalidade que marcou a modernidade contemporânea, baseada na confiança no progresso e desenvolvimento. Com a revolução da informação e a crescente compressão do espaço-tempo – instabilidade do tempo e fratura do espaço –, a relação entre passado, presente e futuro é transformada. De modo que diante da crise do paradigma de futuros otimistas, as sociedades voltam-se sobre seus passados recentes. Huyssen destaca que um aspeto significativo consiste na influência dos novos meios de comunicação como veículos desta “cultura da memória”, o que suscita a

³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2011.

⁴ KOSELLECK, 2011, «“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas» in *op.cit.*, p. 305-327.

⁵ KOSELLECK, 2011, *op. cit.* p. 326.

questão da espetacularização e sensacionalismo na *comercialização* da memória.⁶ Da mesma forma, Enzo Traverso considera que a memória invade o espaço público das sociedades ocidentais, de modo que o passado acompanha o presente e se instala no imaginário coletivo, num movimento poderosamente amplificado pelos meios de comunicação e às vezes, inclusive, respaldado pelos poderes públicos. Assim como Huyssen, Traverso menciona que este fenómeno revela um processo de “reificação do passado”, o qual se transforma num objeto de consumo: é embelezado, neutralizado, rentabilizado e utilizado pela indústria do turismo e do espetáculo.⁷

No mesmo sentido, David Lowenthal identifica a *nostalgia* como um fenómeno epidémico de finais do século XX que se materializa na espetacularização e comercialização do passado. Segundo Lowenthal, a falta de confiança em relação ao futuro alimenta a *nostalgia* atual: se é verdade que não se idolatra excessivamente o passado, como no século XIX, os receios e apreensões quanto ao futuro são muito mais profundos. Deste modo, a nostalgia de finais do século XX ancora-se não apenas numa noção de perda, de época em crise, mas também, de forma mais geral, numa verdadeira abdicação do presente, recusa em enfrentar os seus dilemas – e, pode-se acrescentar, recusa em enfrentar a ausência de perspetivas de futuro que o tempo presente engendra. Num tal contexto social, o passado torna-se algo tangível e seguro, capaz de oferecer uma possibilidade de escapar aos confins do presente.⁸ Assim, Henry Rousso considera que a *obsessão* sobre o passado é um substituto às urgências do presente; ou pior: uma recusa do futuro. Rousso descreve da seguinte forma a problemática decorrente de semelhante cenário:

«Cette génération – la nôtre... – semble à tel point désespérée, du moins au regard de l’engagement dans son siècle, que non seulement certains de ses membres tentent d’épurer le passé, mais qu’ils veulent de surcroît le lisser, lui ôter toute épaisseur, c’est-à-dire toute ambiguïté, par peur sans doute d’affronter la leur propre. Ils ne supportent pas le discours historique sur la période».⁹

Carme Molinero sublinha que a diminuição de expectativas em relação ao futuro contribuiu para que os indivíduos passassem a buscar no passado pilares de apoio para

⁶ HUYSEN, 2003, *op. cit.* P. 17-19, 28.

⁷ TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007. P. 13, 14.

⁸ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. P. 3-13.

⁹ ROUSSO, 1994, *op. cit.*, p. 280-286.

suas identidades: «Dado que las utopías emancipadoras han dejado de tener la capacidad propulsiva que tuvieron a lo largo del siglo XX, una parte de la sociedad invoca el pasado para ocupar el espacio que ocupaba el futuro en los imaginarios colectivos del siglo XX».¹⁰ Enfim, pode-se dizer que a crise do paradigma temporal da modernidade, com a drástica redução do “horizonte de expetativas” e a consequente anomia de princípios mobilizadores, origina o fenómeno de *obsessão memorial*, uma de cujas facetas se caracteriza por esta projeção no passado das identidades sociais presentes de modo a conferir uma base de sustentação ético-política às lutas político-sociais da atualidade.

Tendo em vista este pano de fundo da *obsessão memorial* – marcado pelo *mal estar* de uma época, ou seja, a inquietude de um tempo presente que não oferece promissoras expetativas de futuro –, convém reconhecer que seus principais efeitos se verificam no âmbito do *uso público da história*: a utilização ético-política do passado no espaço público das sociedades. Conforme identifica Rousso, tais manifestações públicas da *obsessão memorial* adquirem aspetos múltiplos, muitas vezes contraditórios, e com frequência dão origem a anacronismos e equívocos históricos. Por vezes, trata-se de reivindicações militantes sobre o passado – nem sempre fiéis aos contextos históricos –; outras vezes, o passado é simplificado, deformado, declarado superado e sem interesse para o presente.

Certamente, cada sociedade apresenta variáveis específicas, cronologias divergentes e explicações particulares para o fenómeno memorial – tal como a comparação entre os casos português e espanhol, objeto deste trabalho, irá demonstrar. No entanto, para efeitos de uma explicação geral a respeito de uma situação transversal às mais diversas sociedades contemporâneas de finais do século, a mudança na perceção da temporalidade social pode ser uma opção plausível, muito embora uma tal reflexão ultrapasse os propósitos deste trabalho. Sob uma outra perspetiva, contudo, é importante notar que o uso público e político do passado não é, de forma alguma, um fenómeno novo – embora sim sejam novos os particulares contextos de intensa mediatização da vida pública nas sociedades de finais do século XX, o que favorece e estimula o *uso público da história*. Nesse sentido, é possível argumentar que as últimas décadas do século coincidiram com um período em que diversas sociedades experimentaram um ambiente social propício, tanto no âmbito político-social quanto geracional, para

¹⁰ MOLINERO, Carme. «La transición y la “renuncia” a la recuperación de la “memoria democrática”» in *Journal of Spanish Cultural Studies*, 11, 2010. P. 34.

reavaliações públicas de seus passados recentes autoritários – levando-se em conta, evidentemente, as diferenças cronológicas nos *tempos* ou *fases da memória pública* em cada caso nacional, o que também tem relação com o facto de os referidos passados recentes serem mais ou menos próximos.¹¹

No entanto, é preciso acrescentar a esta análise o marco de 1989, cujo impacto é fundamental para compreender-se a importância adquirida pelo passado recente no espaço público. Pois o fim do *socialismo real*, por um lado, apresenta como um de seus efeitos simbólicos a sugestão acerca da (im)possibilidade de novos futuros otimistas, devido à erosão que provocou na credibilidade social de todo o pensamento e prática política das esquerdas, ao mesmo tempo em que as direitas, com exceção de suas franjas mais extremistas, passaram a reivindicar a *naturalização* do capitalismo liberal – recorde-se que pertence a este mesmo marco temporal a difusão da ideologia do *fim da história*.¹² Por outro lado, impulsiona a discussão pública sobre os respectivos passados nacionais do século XX, marcados, de forma muito diversificada, por experiências de autoritarismos e/ou movimentos revolucionários. Pode-se dizer, portanto, que este aspeto redimensiona e conforma o cenário em questão da *obsessão memorial*: os autores convergem na consideração de que o fenómeno se intensifica a partir da década de 1990, nas mais variadas sociedades. Sendo assim, o colapso dos regimes habitualmente designados sob a expressão “mundo comunista” deve ser entendido como um elemento geral que influencia o processo de evocação do passado recente no espaço público e cujo efeito imediato é a banalização da teoria do *totalitarismo*, baseada na equiparação entre fascismo e comunismo. Portanto, o impacto de 1989 na orientação dos debates sobre o passado recente exige a caracterização do *revisionismo histórico* como fenómeno social transversal às mais diversas interpretações históricas e casos nacionais.

¹¹ Assim, por exemplo, a Alemanha federal conheceu uma explosão pública da memória sobre o Holocausto desde meados dos anos 1960; a França, desde a década de 1970; enquanto a Espanha só experimentou um intenso debate público sobre o passado recente de guerra civil e ditadura a partir dos anos 1990; em Portugal, apesar de ter havido uma fase inicial, justamente durante o período revolucionário, de hegemonia pública das memórias do antifascismo, foi igualmente nos anos 1990 que o passado de ditadura e de revolução se tornou tema de controvérsia pública. Estas questões serão aprofundadas no capítulo 3.

¹² Ancorada na tese elaborada por Francis Fukuyama: *The End of History? In The National Interest*, 1989. As questões analisadas neste artigo foram posteriormente desenvolvidas no livro: *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque, Free Press, 1992. A argumentação desenvolve-se em torno da ideia de que a conjuntura política mundial de final dos anos 1980 vivenciava a vitória do liberalismo político e económico, após as derrotas do fascismo e do comunismo ao longo do século XX. Dessa forma, testemunhava-se o *fim da história* em si, ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade, o que se expressava através da universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano. Para uma contextualização histórica da categoria de *fim da história*, cf. ANDERSON, Perry. *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

Justamente nesse sentido, Régine Robin identifica um “ar do tempo” *revisionista*, um novo senso comum, uma nova base discursiva, que transcende a esfera nacional específica de um ou outro país e que se traduz, a partir dos anos 1980, na disseminação da opção interpretativa que privilegia a equiparação entre nazi-fascismo e comunismo. Ao serem postos no mesmo plano os “demônios” nazi-fascista e comunista, através de uma indiferenciação de factos e ausência de seleção criteriosa, tudo passa a reduzir-se ao “mal totalitário”; de modo que uma tal opção interpretativa promove, simultaneamente, a banalização do nazi-fascismo e a condenação do comunismo.¹³ Trata-se, portanto, de um fenómeno que se manifesta não apenas no meio intelectual, mas também nos discursos públicos de uma forma mais geral, no senso comum das sociedades: ao conformar o “ar do tempo” pós-1989, o *modelo totalitário* desempenha um papel significativo no quadro da *obsessão memorial* vivida pelas sociedades contemporâneas.

Em estreita associação com a configuração do fenómeno do *revisionismo histórico*, pode-se dizer que a transformação no paradigma temporal – com a considerável diminuição, ou quase anulação, do “horizonte de expectativas” – produz efeitos no significado da ideia de *revolução* nos imaginários culturais. Conforme sublinha Manuela Cruzeiro, após a Revolução Francesa, a profunda alteração na percepção do tempo histórico acarretou uma modificação no significado do conceito de *revolução*, que se libertou do modelo natural associado às repetições cíclicas e passou a abranger toda a esfera social, designando transformações políticas e da estrutura social: «Só a partir de 1789 ela deixa de ser essa espécie de movimento circular de regresso a situações já vividas no passado, para abrir para um futuro totalmente desconhecido que desafia constantemente a reflexão e a acção política».¹⁴ Pode-se dizer que ao longo dos séculos XIX e XX – a era dos “futuros presentes” – uma tal ideia de *revolução* inspirou diversos e renovados ideais de transformação. O que não significa que a ideia de revolução alguma vez tivesse sido unanimemente aclamada pelas sociedades: as correntes políticas conservadoras – que representam as raízes ideológicas do *revisionismo histórico* – sempre combateram, nos âmbitos político e intelectual, a

¹³ ROBIN, 2003, «Le nouvel air du temps» *in op. cit.* Tal como destaca Robin, o problema não consiste na denúncia dos crimes comunistas, e sim no quadro geral em que as informações são colocadas, no ponto de vista a partir do qual são analisadas, ponderadas e comparadas (p. 201). Para uma discussão aprofundada sobre o *revisionismo histórico*, cf. Capítulo 2 deste trabalho.

¹⁴ CRUZEIRO, Maria Manuela. «Revolução e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da história» *in* MARTINS, Rui Cunha (coord.) *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. P. 99-100.

possibilidade de subversão da ordem social. No entanto, desde finais do século XX, tais perspectivas representativas das culturas políticas conservadoras conheceram uma generalização e banalização no espaço público das sociedades – o que se traduz no “ar do tempo” *revisionista*, segundo a definição de Robin. Cruzeiro esclarece sobre a atual percepção hegemónica da ideia de revolução nos seguintes termos:

«nos nossos dias um padrão hegemónico de análise e prática social proclama que a ideia de revolução entrou em crise. Como se o século que se iniciou com a própria ideia de revolução, no exacto sentido de que o mundo vai mudar de base, terminasse com a solene proclamação da sua impossibilidade. (...) Em primeiro lugar a revolução é vista como um anacronismo ou mesmo uma impossibilidade histórica. Considerando o processo económico e social do capitalismo como objetivo e fatal, portanto de acordo com a ordem natural das coisas, qualquer tentativa de lhe alterar o seu curso normal é anatemizada com o selo do voluntarismo e do totalitarismo. Daqui decorre que o horizonte de possibilidades transformadoras é significativamente reduzido a pequenas operações de ajuste e correção. (...) um modelo que celebra a vitória do capitalismo, tornado sistema mundial hegemónico e pretendo estádio final da história humana».¹⁵

Pode-se dizer, portanto, que a transformação na percepção da temporalidade, que engendra o fenómeno de *obsessão memorial* de finais do século XX, apresenta duas faces especulares que projetam formas contrapostas de evocar o passado recente. Por um lado, a diminuição no “horizonte de expectativas”, com a escassez de perspectivas de futuros otimistas, provoca a erosão dos “futuros presentes” e sua transformação em “passados presentes”. Ou seja, a tendência a voltar-se para o passado de forma a preencher a ausência de esperanças do presente: o passado torna-se plataforma para a construção de identidades sociais, diante da falta de parâmetros motivadores para luta político-social no tempo presente.

É neste sentido que Pedro Ruiz Torres – ao abordar o movimento que se desenvolve desde a segunda metade dos anos 1990 em Espanha em torno do reconhecimento público das memórias dos vencidos da guerra civil e do antifranquismo; um movimento político-social que se ancora na força e energia da cultura republicana, projetando nas lutas do presente a reivindicação de sua legitimidade histórica – fala de

¹⁵ CRUZEIRO, 2011, *op. cit.*, p. 119.

memória-prótese: num contexto em que se torna difícil vislumbrar futuros muito distintos do presente, a possibilidade de evocar publicamente a memória do passado – no sentido de reivindicar a reabilitação e reparação de suas vítimas – exerce o papel de “memória prótese”, uma vez que supre o vazio causado pela ausência de perspectivas sociais de transformação.¹⁶ Semelhante ideia sugere, portanto, que o fenómeno de emergência dos discursos memoriais no espaço público das sociedades contemporâneas se explica, em larga medida, por uma ampla sensação de desesperança em relação ao presente e ao futuro, o que impulsiona o envolvimento nos *combates pela memória* do passado. O que está em jogo, no fundo, é a possibilidade de manter viva a noção de *utopia* transformadora: a capacidade de pensar e cristalizar na realidade *futuros possíveis*, diferentes do presente. No entanto, diante da profunda crise da temporalidade contemporânea – uma crise cujas origens devem ser situadas no desenvolvimento de uma visão do mundo pós-modernista, desde finais da década de 1970, mas que se aprofunda após o impacto político-social de 1989¹⁷ –, a conceção de *futuros possíveis* ainda parece constituir um plano nebuloso e difuso; apenas o passado se mostra como uma realidade palpável, capaz de representar valores concretos, inspirar e motivar as condutas no presente.

É interessante notar que semelhante pessimismo político ou ausência de perspectivas de transformação social afeta apenas aqueles que se identificam com uma visão do mundo à esquerda do espectro político, o que explica o facto de que os movimentos memoriais militantes – no caso espanhol, aqueles que reivindicam as memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista – apresentam uma conotação política de esquerda. Desta forma, pode-se dizer que a outra face deste ambiente político-social de finais do século XX se evidencia num *presentismo* que denota a tendência a avaliar o passado retrospectivamente de modo a deslegitimar processos históricos e/ou movimentos sociopolíticos que expressaram intenções de rutura e transformação da ordem social. Paula Godinho refere que “François Hartog forjou a noção de *presentismo* para descrever uma situação em que a actualidade se tornou o horizonte, sem futuro e sem passado, bem concatenada com a

¹⁶ RUIZ TORRES, Pedro. «De perplejidades y confusiones. A propósito de nuestras memorias» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 7 – Año 2007, p. 29.

¹⁷ Em outro trabalho, ensaiou-se uma aproximação ao pós-modernismo na condição de esfera cultural de um ambiente de hegemonia conservadora no pensamento político internacional, no seio do qual se desenvolve o fenómeno do *revisionismo histórico*: SOUTELO, Luciana. *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

conceção de ‘fim da história’ por Francis Fukuyama”.¹⁸ Percebe-se, portanto, que a configuração do *revisionismo histórico* como fenómeno social durante a década de 1990 se insere igualmente no contexto de crise do paradigma da temporalidade contemporânea e o consequente ambiente da *obsessão memorial*, evidenciando, neste caso, a perspetiva fundada na ideia de *superação do passado*. Ou seja, a conceção *presentista* funda-se num ponto de vista a-histórico segundo o qual não se deve buscar no passado explicações, origens históricas ou legitimidades para a realidade presente, que, desta forma, ganha uma aura de superioridade atemporal. É num tal contexto que a ideia de revolução é estigmatizada. Conforme sublinha Godinho:

«Paulatinamente as edificações hegemónicas que correspondem ao conservadorismo instalado foram construindo o seu próprio formato revisionista, através de uma depreciação da ideia de revolução na historiografia contemporânea, em paralelo com a diluição do seu património histórico e simbólico na consciencia colectiva».¹⁹

Assim, num contexto político-social de ofensiva conservadora em âmbito internacional, a esfera da memória sobre o passado torna-se cenário de combate político no espaço público das sociedades. Nos extremos deste *combate pela memória* situam-se os discursos *revisionista* e *reivindicativo da memória*, como as duas faces de um ambiente social caracterizado pela ausência de perspetivas otimistas de futuro. Para além da disputa pelo significado atribuído ao passado, encontra-se em jogo a luta entre diferentes valores, princípios e visões do mundo que norteiam o presente e pautam o futuro. A *cultura da memória*, desta forma, pode ser entendida como o marco cultural de uma época em crise; crise de temporalidade que se traduz, no fundo, pelo impasse quanto à possibilidade de futuros otimistas, cenário que se desdobra, por um lado, nas *memórias-prótese* dos movimentos memoriais reivindicativos e, por outro lado, no *presentismo* das interpretações *revisionistas* da história.

O *revisionismo histórico*, deve-se reconhecer, pretende negar esta crise, fornecendo um padrão hermenêutico de análise da realidade – do passado e do presente – que parte do princípio da validade – política, económica, cultural – do modelo do

¹⁸ GODINHO, Paula. «Usos da memória e práticas do património. Alguns trilhos e muitas perplexidades» in GODINHO, Paula (coord.) *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa, Edições Colibri, 2012. P. 16.

¹⁹ GODINHO, Paula. «História de um Testemunho com Caxias em Fundo» in RODRIGUES, Aurora. *Gente Comum. Uma história na PIDE*. Castro Verde, 100LUZ, p. 16 cit. In BAÍÁ, João. «Memórias de um tempo denso. Quatro investigações sobre o PREC» in GODINHO, Paula (coord.) *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa, Edições Colibri, 2012. P. 107.

sistema capitalista neoliberal. O presente torna-se insuperável: as experiências históricas através das quais se ousou questionar a ordem sociopolítica devem ser revisitadas, seus expoentes políticos retrospectivamente deslegitimados, ao passo que os regimes autoritários e ideais conservadores que combateram tais projetos de transformação social podem, também retrospectivamente, ser reabilitados. Passado e futuro deixam de ter valor numa lógica – cara às visões do mundo pós-modernistas – em que o presente se torna atemporal. Por outro lado, os movimentos reivindicativos da memória, que procuram fixar no espaço público a legitimidade histórica de movimentos sociais, militantes, causas que mobilizaram a luta pela liberdade, pela democracia, pela transformação, projetam no passado suas identidades sociais presentes: o passado torna-se parâmetro para as lutas políticas no presente, cogitando-se a possibilidade de outros *futuros possíveis*.

“Que relação estabelece o *presentismo*, como denegação do devir, com os usos da memória?”²⁰ A pergunta formulada por Godinho constitui o cerne deste trabalho. Os casos português e espanhol, com suas diferenças e especificidades – respetivamente, a rutura revolucionária com o regime ditatorial em decorrência do impasse da guerra colonial e o antecedente da guerra civil dos anos 1930 – representam dois exemplos de um mesmo fenómeno que se manifesta em escala internacional. Em Portugal, ocupa papel central no desencadeamento do *combate pela memória* no espaço público por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994, o anterior processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora fundada nas teses do *revisionismo histórico* sobre a Revolução e sobre o Estado Novo. Em Espanha, um equivalente *combate pela memória* apenas começa a desenvolver-se após a emergência do já referido movimento político-social que reivindica a legitimidade pública das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista, nunca antes reconhecidas pelo regime democrático. *Presentismo* e *memória-prótese* constituem, portanto, as chaves explicativas para compreender a *cultura da memória* de finais do século XX.

1-2. Objeto de estudo: memórias da Revolução Portuguesa e da Transição Espanhola nos espaços públicos democráticos

²⁰ GODINHO, 2012, *op. cit.*, p. 15.

Tendo em vista este panorama geral da época, em que o passado recente ocupa crescente protagonismo na vida pública das sociedades contemporâneas mediatizadas, considera-se os meios de comunicação social – particularmente a imprensa escrita – como um interessante ângulo para a análise da memória da transição para a democracia em Portugal e em Espanha. Entende-se a imprensa como um dos âmbitos do *uso público da história*, o qual abrange a esfera da memória das sociedades.²¹

Neste sentido, este trabalho é um estudo comparado sobre as memórias da Transição Espanhola e da Revolução Portuguesa através da imprensa dos respetivos países. A perspetiva comparativa é interessante porque, por um lado, se trata de processos históricos cronologicamente próximos – o processo revolucionário português desde o 25 de abril de 1974 até 25 novembro de 1975 e a transição espanhola a partir da morte de Franco em novembro de 1975 – mas, por outro lado, suas naturezas são muito diferentes. Um golpe militar liderado por jovens capitães empenhados em democratizar o regime para pôr termo à guerra colonial – longa de treze anos – e que se transforma em revolução social em Portugal, o que ocasiona um vazio de poder e permite o desenvolvimento de amplos movimentos sociais: a ocupação de casas nas cidades e de terras nos campos do sul, a formação de comissões de trabalhadores nas fábricas e empresas, para além da exigência pelo movimento popular da libertação dos presos políticos, da extinção dos órgãos do regime e detenção dos polícias políticos e aquilo que na época se denominou os “saneamentos”, ou seja, a demissão de pessoas que se situavam ideologicamente próximas da ditadura e/ou que ocupavam cargos de poder no governo, empresas, universidades, escolas, jornais, etc. E em Espanha, uma transição democrática controlada pelas forças políticas: embora tenha sido importante o papel desempenhado pelos movimentos sociais – representativos do antifranquismo –, sua influência na relação de forças e na definição dos rumos da democratização, os herdeiros do poder ditatorial nunca perderam totalmente a capacidade de intervenção no processo político e os setores reformistas do governo pautaram-se por esta delicada e instável dinâmica político-social, esforçando-se por manter a liderança do processo.²²

Os limites cronológicos desta investigação são o período 1986-1994/96. 1986 constitui um marco importante para o caso espanhol porque foi o ano em que se

²¹ O conceito de *uso público da história* será discutido no capítulo 3.

²² Sobre a transição espanhola, cf. MOLINERO, 2010, *op. cit.*, P. 33-52. Sobre a Revolução Portuguesa, uma versão resumida sobre os contornos gerais do processo em ROSAS, Fernando. «Notas para um debate: a revolução e a democracia» in ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco (org.) *Ensaio geral. Passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004. P. 17-49.

celebrou o cinquentenário do início da guerra civil; e, em ambos os casos, o ano do ingresso na Comunidade Europeia. Este último aspeto, apesar de não ser, no caso espanhol, um signo importante no âmbito da reconstrução da memória sobre o passado recente, no caso português, contrariamente, representa uma baliza significativa, com frequência aludido nas *memórias consensuais* sobre a Revolução. Por outro lado, os limites que marcam o final deste trabalho são o vigésimo aniversário do 25 de Abril para Portugal, em 1994, e o sexagésimo aniversário do início da guerra civil para Espanha, em 1996; em ambos os casos trata-se de momentos cruciais do debate público sobre os respetivos passados recentes.

1-2.1. Memória: conceitos, definições e delimitação relativamente à História

Antes de entrar nos esclarecimentos metodológicos sobre as fontes trabalhadas, é importante situar o conceito de memória. Trata-se de questão complexa, devido à existência de uma considerável variedade de expressões e significados atribuídos à memória das sociedades: *memória coletiva*, *memória social*, *memória histórica*, para citar apenas os termos mais comumente utilizados, não apenas no meio académico, mas também no espaço público das sociedades contemporâneas.

É consensual considerar-se Maurice Halbwachs como o precursor do estudo sociológico sobre a memória. Escrevendo em princípios do século XX, o interesse de Halbwachs pelo tema suscitou a atenção de seu contemporâneo, o historiador Marc Bloch. Todavia, tal como salienta Josefina Cuesta, esta problemática ainda permaneceu ignorada por muito tempo e só voltou a interessar os historiadores da terceira geração da escola dos *Annales*, em finais dos anos 1970. Segundo esta autora, durante a década de 1980 ocorreu, em toda a Europa e Estados Unidos, uma notável expansão da análise da memória entre historiadores. De modo que na década seguinte o tema da memória já fazia parte tanto da terminologia habitual de especialistas quanto da linguagem dos cidadãos e dos meios de comunicação social. No entanto, Cuesta ressalta que semelhante incremento na alusão à questão da memória não necessariamente implicou um rigor conceitual.²³

Segundo Halbwachs, não se pode tratar *memória individual* e *memória coletiva* como âmbitos completamente separados.²⁴ Ou seja, por um lado, a influência do meio e

²³ CUESTA BUSTILLO, Josefina. «Memoria e historia. Un estado de la cuestión» in *Ayer*, nº 32, 1998. p. 203-206.

²⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006. P. 30.

dos grupos sociais dos quais o indivíduo faz parte interferem no mecanismo da *memória individual*, e, por outro lado, a *memória coletiva* – entendida como representativa de grupos sociais – manifesta-se através das experiências vivenciadas e/ou recordadas pelos indivíduos. Dessa forma, de acordo com Halbwachs, verifica-se um processo de mútua influência entre os fenômenos da *memória individual* e da *memória coletiva*, tendo em vista o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais:

«Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, (...) o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo».

Neste sentido, Halbwachs considera que é possível falar de *memória coletiva* mesmo quando os membros do grupo social não se encontravam materialmente presentes na ocasião recordada, desde que o facto ocupe um lugar de importância na vida do grupo social e que a sua recordação se baseie no ponto de vista deste grupo.²⁵ Em suma, para Halbwachs, *memória individual* e *memória coletiva* participam de uma dinâmica de constante interdependência e renovação, o que esclarece acerca do processo de reconstrução da *memória coletiva* ao longo do tempo, uma vez que este processo depende das mudanças nos interesses sociais presentes que alimentam o ato de rememorar. Em última instância, no âmbito individual, esta situação traduz-se na variação das ligações a diversos grupos sociais estabelecidas pelos indivíduos. Nos termos de Halbwachs:

«se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a

²⁵ HALBWACHS, 2006, *op. cit.*, p. 39, 41.

memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes».

Enfim, a *memória individual* não pode existir inteiramente isolada; contrariamente, apoia-se em pontos de referência que são sociais e expressa-se através de palavras e ideias que o indivíduo toma emprestado de seu ambiente social.²⁶ Halbwachs distingue ainda um outro tipo de memória, que chama de *memória histórica*:

«Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou pelo testemunho dos que neles estiveram envolvidos diretamente. Esses fatos ocupam um lugar na memória da nação – mas eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente à memória dos outros, e esta não entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte do que posso repetir sobre a questão. Muitas vezes não conheço tais fatos melhor ou de modo diferente do que acontecimentos antigos, ocorridos antes de meu nascimento. Trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou de leituras – mas esta é uma memória tomada de empréstimo, que não é a minha».

Neste sentido, Halbwachs identifica duas categorias distintas de memórias: *memória pessoal* – vivenciada – e *memória social*, ou, mais exatamente, *memória autobiográfica* e *memória histórica*. “A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral”.²⁷ É possível, desta forma, afirmar que a *memória autobiográfica* se situa no ponto de contínua interrelação entre *memória individual* e *memória coletiva*, no sentido de experiências diretamente vivenciadas; enquanto a *memória histórica* expressa uma *memória coletiva* não-vivenciada, e sim transmitida. Na condição de *memória coletiva*, a *memória histórica* evoca acontecimentos passados socialmente relevantes para um grupo social; no entanto, tais factos não foram diretamente vividos pelos membros do grupo, podendo inclusive remeter a épocas muito remotas. Contudo, Halbwachs não sustenta uma oposição rígida entre estes dois âmbitos da memória – *autobiográfica/pessoal* e

²⁶ HALBWACHS, 2006, *op. cit.*, p. 69, 71, 72.

²⁷ HALBWACHS, 2006, *op. cit.*, p. 72, 73.

histórica –; ao invés disso, defende a possibilidade de coexistência e interpenetração entre estes dois planos:

«Assim, mesmo quando se trata de lembranças de nossa infância, é melhor não fazer distinção entre uma memória pessoal, que reproduziria mais ou menos as nossas impressões de outrora, que absolutamente não nos permitirá sair do estreito círculo de nossa família, da escola e dos amigos, e uma outra memória, que se poderia chamar de histórica, contendo apenas acontecimentos nacionais que não poderíamos conhecer então».²⁸

Portanto, segundo Halbwachs, não se pode separar, por um lado, uma memória pessoal alheia aos contextos sociais e, por outro lado, um panorama exclusivamente histórico ou coletivo – já que, em última instância, são os indivíduos que rememoram. Neste ponto de interseção entre *memória autobiográfica* e *memória histórica*, Halbwachs destaca o mecanismo que orienta a evocação da memória, o qual se baseia na relação entre passado, presente e futuro: «a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada». Por outro lado, o autor esclarece também acerca do processo de reconstrução da memória ao longo do tempo: «Os grupos de que faço parte em diversas épocas não são os mesmos. Ora, é do seu ponto de vista que penso no passado... É preciso que minhas lembranças se renovem e se completem, à medida que me sinto mais envolvido nesses grupos e participo mais estreitamente de sua memória».²⁹

Já Pierre Nora, em fins da década de 1970, definia os conceitos de *memória coletiva* e *memória histórica* com base numa oposição de sentidos:

«Numa primeira abordagem, a memória colectiva é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada, por uma colectividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado». «A memória colectiva é o que fica do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado. (...) A este título, evoluem juntamente com os grupos para quem são um bem simultaneamente inalienável e manipulável, um instrumento de luta e de poder ao mesmo tempo que um valor afectivo e simbólico. A memória histórica é unitária. É fruto de uma

²⁸ HALBWACHS, *op. cit.*, p. 78.

²⁹ HALBWACHS, *op. cit.*, p. 91, 94, 95.

tradição sábia e “científica”, é ela própria a memória colectiva do grupo dos historiadores».

Logo, para Nora, assim como para Halbwachs, a *memória coletiva* remete à experiência vivenciada por grupos sociais, ao contrário da *memória histórica*, que iniciar-se-ia justamente quando as memórias coletivas desaparecem. Nora exemplifica: “Se não houvesse mais ninguém para reacender a chama do Soldado Desconhecido, mais ninguém para frequentar os Arquivos Nacionais, essa ‘fina flor’ de memória colectiva tornar-se-ia o objecto de uma memória histórica”. No entanto, é forçoso reconhecer que a definição de Nora se mostra bastante questionável porque, além de opor excessivamente os conceitos de *memória coletiva* e *memória histórica*, este último acaba por se misturar confusamente com a própria História – supondo, além do mais, equivocadamente, que esta poderia ser entendida como “unitária”. Assim, a *memória coletiva*, “globalizante e sem fronteiras”, “imprecisa e encaixando os factos uns nos outros”, “algo de crença que só assimila aquilo que a conforta”, opor-se-ia à *memória histórica*, “analítica e crítica”, “precisa e distinta”, que “tem a ver com a razão”. Em resumo, para Nora, “a memória histórica une, a memória colectiva divide”.³⁰

Considera-se que – para além de ser questionável a própria oposição rígida entre *História*, enquanto saber científico, e *memória coletiva* – a identificação da *memória histórica* com a produção científica desenvolvida por historiadores suscita dúvidas sobre o propósito do conceito. A *memória histórica* definida nestes termos, sendo “unitária”, abrangeria todo o conjunto de uma sociedade, que identificar-se-ia com a produção historiográfica, também “unitária”? Trata-se de uma noção pouco verossímil.

Nora parte do princípio de que a história de carácter positivista era construída de modo a legitimar identidades sociais/nacionais, e assim se passava da história para a memória. No entanto, desde fins do século XX, segundo Nora, ocorria o inverso, o que é explicado nos seguintes termos:

«Toda a evolução do mundo contemporâneo – a sua explosão a nível mundial, a sua precipitação e democratização – tende a fabricar um maior número de memórias colectivas, a multiplicar os grupos sociais que se autonomizam pela preservação ou pela recuperação do seu próprio passado, a compensar o

³⁰ NORA, Pierre. «Memória colectiva» in LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.) *A Nova História*. Coimbra, Almedina, 1990. P. 451-454.

desenraizamento histórico da sociedade e a angústia do futuro com a valorização de um passado que não era, até então, vivido como tal».³¹

Neste contexto – e desde que, no âmbito historiográfico, a chamada *História Nova* permitiu que história e memória deixassem de ser sinônimos –, a memória coletiva passou a ser objeto da História. Com efeito, como observa Enzo Traverso, a definição de Nora apenas concebe uma relação entre *História* e *memória* baseada na análise e reconstrução da memória segundo os métodos das ciências sociais, ou seja, fazendo da memória objeto de História.³²

Em consonância com as reflexões de Halbwachs, Paloma Aguilar entende que a memória adquire seu carácter *coletivo* ou *social* pelo facto de ser compartilhada pelos membros de um grupo social. Esta autora diferencia entre a memória indistintamente qualificada como *memória coletiva* ou *social* e a *memória institucional* ou *oficial*. Esta última goza de maior visibilidade no espaço público e sofre os efeitos das *políticas de memória* empreendidas pelo poder público. Aguilar esclarece a questão nos seguintes termos:

«una memoria que, en principio, pertenecería a los miembros de un determinado grupo (por ejemplo, a los familiares de los enterrados en fosas comunes durante la Guerra Civil española) puede acabar convirtiéndose en una memoria “institucional” si, desde los poderes ejecutivo o legislativo, se decide darle un espaldarazo oficial, recogiendo el espíritu y/o la letra de las reivindicaciones de esos colectivos».³³

Para além desta diferenciação entre *memória coletiva* ou *social* e *memória institucional* ou *oficial*, Aguilar defende que, ao contrário da *memória coletiva* ou *social* – relativa a grupos sociais que vivenciaram os acontecimentos passados –, a *memória histórica* remete a grupos sociais que não experimentaram pessoalmente os acontecimentos lembrados. Apesar disso, tais grupos sociais apresentam laços de identidade com aqueles que compartilham uma *memória coletiva* e que, através de suas experiências pessoais, contribuíram para a homogeneização desta memória e sua transformação em *memória histórica*. Muito embora defenda semelhante posição teórica, Aguilar admite a artificialidade de uma tal deferenciação entre *memória coletiva* ou *social* e *memória histórica*, já que em certos períodos a geração que viveu o

³¹ NORA, 1990, *op. cit.*, p. 453.

³² TRAVERSO, *op. cit.*, 2007. P. 29.

³³ AGUILAR, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política*. Madrid, Alianza Editorial, 2008. P. 57, 58.

acontecimento passado e a seguinte – ou seja, os portadores da *memória coletiva* e os da *memória histórica* – se sobrepoem e se confundem no tempo. Neste sentido, Aguilar propõe a seguinte definição de *memória histórica*:

«Con todas las cautelas anteriormente señaladas, creo que tiene sentido tratar de circunscribir la expresión “memoria histórica” a la *interpretación* (no recuerdo) del pasado que comparten de forma mayoritaria los miembros de un grupo (lo cual aporta al concepto también un factor social o colectivo) que disponen de un sentimiento de identidad común (familiar, profesional, de género, local, nacional, etc.). Este sentimiento, a su vez, se habrá ido construyendo sobre la base de dichas interpretaciones compartidas. (...) Esta interpretación del pasado no es inamovible, sino que se construye y modifica con el paso del tiempo, a medida que se van acumulando nuevas experiencias y aprendizajes, respondiendo también a las necesidades del presente».³⁴

Assim, Aguilar defende a existência de uma dinâmica entre *memória individual*, *memória coletiva* ou *social* e *memória histórica*: as *memórias individuais* ou *autobiográficas* interrelacionam-se com as de outros indivíduos com quem se partilha uma identidade social, o que contribui para construir um relato comum ao grupo social (*memória coletiva* ou *social*), relato este que será transmitido às gerações posteriores (*memória histórica*). Em suma, Aguilar utiliza os conceitos de *memória individual*, *memória institucional* ou *oficial*, *memória coletiva* ou *social* e *memória histórica* para tratar do estudo da memória. Em suas palavras:

«en mi opinión, existen memorias individuales (las de los testigos o participantes en los hechos), memorias institucionales u oficiales (las impulsadas mediante políticas de la memoria, que pueden llegar a ser dominantes y tienden a ocupar un lugar privilegiado en el ámbito público) y memorias colectivas o sociales (en las que los miembros de un determinado grupo van construyendo relatos comunes sobre el pasado, partiendo del intercambio entre las memorias individuales y de la información acumulada sobre el hecho en cuestión). En este último caso, los relatos que acaben recabando más apoyo serán los que se conviertan, por encima de una pluralidad de memorias sociales que siempre existirá, en memorias hegemónicas, que pueden llegar a competir, si son suficientemente compartidas, con las

³⁴ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 59, 60.

institucionales. Las memorias colectivas o sociales se irán convirtiendo en memorias históricas a medida que los testigos directos vayan desapareciendo. El uso metafórico del concepto de “memoria” está presente en todos los casos, salvo en el primero, el de la memoria individual».³⁵

Os autores espanhóis unanimemente reconhecem o abuso da expressão *memória histórica* que desde princípios do século XXI se faz no espaço público espanhol – no contexto do movimento reivindicativo pelo reconhecimento público das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista –, atribuindo-lhe um sentido militante que pouco tem a ver com a sua definição teórica. Neste sentido, Aguilar esclarece que semelhante reivindicação da *memória histórica* por parte, especialmente, de forças de esquerda e dos nacionalismos periféricos incorre no equívoco de considerar que a *memória histórica* é única. De modo que a sua *recuperação* justificar-se-ia pelo facto de se tratar de uma memória negada durante a ditadura e evitada durante grande parte da democracia. No entanto, tal como sublinha Aguilar, a memória é sempre plural, o que no caso espanhol se mostra evidente diante das desavenças entre as próprias organizações cujo principal objetivo é “recuperar a memória”.³⁶

Conforme observa Francisco Erice, dentre os conceitos de memória, a noção de *memória histórica* é uma das mais discutíveis, sendo possível identificar dois tipos de conotações: por um lado, a ideia proveniente das reflexões de Halbwachs segundo a qual *memória histórica* seria uma espécie de “combinação” entre *memória coletiva* e consciência histórica; por outro lado, a conceção de que *memória histórica* designaria o *uso público da história*, ou seja, a utilização do passado no espaço público por meio de discursos de carácter ético-político.³⁷

Esta segunda aceção – *memória histórica* no sentido de discursos ético-políticos sobre o passado – é defendida por muitos historiadores espanhóis que se debruçam sobre a questão da memória. Ruiz Torres entende que *memória histórica* e *memória coletiva* tratam da mesma classe de fenómenos, já que resulta complicado separar as recordações do passado vivido dos relatos sobre este passado:

«Los recuerdos y los discursos políticos suelen ir estrechamente unidos cuando se trata de sucesos históricos de tanta trascendencia. Tanto los individuos que

³⁵ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 63, 64.

³⁶ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 77.

³⁷ ERICE, Francisco. «Combates por el pasado y apologías de la memoria, a propósito de la represión franquista» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 6 – Año 2006, p. 19.

recuerdan a partir de su propia experiencia, como los individuos que reciben esos recuerdos y a su vez los transmiten a otros, elaboran al mismo tiempo discursos políticos y ambos, recuerdos y discursos políticos, de una manera entrelazada, pasan de unas generaciones a otras».³⁸

Para Santos Juliá, igualmente, a *memória histórica* é também *memória coletiva*, pois remete a celebrações coletivas de acontecimentos passados que dão sentido à vida e reforçam os vínculos comunitários. Com base nesta definição de *memória histórica*, Juliá – assim como Aguilar e Ruiz Torres – critica a tendência que se manifesta no espaço público espanhol para abordar a *memória histórica* de forma objetiva, como se se tratasse de um “depósito” em que se encontram armanezados acontecimentos do passado que seriam compartilhados por uma sociedade e que poderiam ser “recuperados”. Contrariamente, Juliá argumenta:

«La memoria histórica es necesariamente cambiante, siempre es parcial y selectiva y nunca es compartida de la misma manera por una totalidad social: depende por completo de múltiples y muy diversos relatos heredados que normalmente no cuentan – no recuerdan ni conmemoran – los horrores de un pasado del que también pueden ser responsables aquellos cuya memoria se celebra; relatos que se modifican con el tiempo y que, en sociedades complejas, no tienen para todos sus miembros idéntico significado».³⁹

Em outro texto, Juliá salienta que a *memória histórica* é o resultado de políticas da história – públicas ou privadas –, ou seja, trata-se de uma “pedagogia de sentido” que um determinado poder pretende atribuir ao passado para legitimar sua atuação no presente.⁴⁰ Portanto, também para Juliá, a *memória histórica* corresponde, em larga medida, ao *uso público da história*.

Javier Rodrigo opta por destacar, inicialmente, que em termos estritos *memória histórica* ou *memória social* não existem. Isto porque não se pode considerar a sociedade como um ente orgânico, ou seja, que a sociedade possa ter memória própria. Neste sentido, segundo Rodrigo, não existiria a memória “do” grupo, e sim a memória – ou melhor, as memórias – “no” grupo. Sendo assim, Rodrigo considera que ao se utilizar tais conceitos é preciso esclarecer, antes de mais, que se trata de um convencionalismo

³⁸ RUIZ TORRES, 2007, *op. cit.*, p. 44.

³⁹ JULIÁ, Santos. «De nuestras memorias y de nuestras miserias» in *Hispania Nova. Revista de História Contemporânea*. Nº 7 – Año 2007. p. 7.

⁴⁰ JULIÁ, Santos. «Presentación» in JULIÁ, Santos (dir.) *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus, 2006. P. 19.

terminológico aberto à interpretação e que se refere, fundamentalmente, à recordação pública, à rememoração coletiva. Com base nestas reflexões, Rodrigo alude a Winter e Sivan para estabelecer uma definição de *memória coletiva* como construção social, coincidindo com as críticas de Aguilar, Ruiz Torres e Juliá que pontuam que a memória não pode ser “recuperada”:

«[L]a “memoria colectiva” o representación social del pasado no es inmanente, no está *previamente* para después ser *rescatada* sino que es, ante todo, la (re)construcción de un pasado dentro de un marco de referencia colectivo y desde el presente, donde uno de sus agentes más poderosos es, cómo no, el poder político, si bien no el único. No es un ente abstracto, monolítico e inmanente, sino la configuración de paradigmas históricos a través del aprendizaje social — de los individuos en sociedad, pues las sociedades no aprenden; una vía para la afirmación y reivindicación, en definitiva, del (teórico) pasado compartido y de la (teórica) identidad común. El recuerdo compartido, la “memoria colectiva”, las representaciones sociales del pasado como vía de aprendizaje político, ideológico, cultural o tradicional vendrían a ser, de tal modo, configuradores de las mentalidades individuales, de las cosmovisiones y de las percepciones de lo que nos rodea».⁴¹

Ao entender a *memória coletiva* como uma construção social elaborada no presente, Rodrigo ressalta a sua importância para o processo de redefinição das identidades. No entanto, chama a atenção para a pluralidade das memórias, inclusive no interior de um mesmo grupo social. A título de exemplo, menciona que em muitos casos aquilo que se entende por *memória coletiva* não passa de estereótipos de um passado reduzido aos mínimos comuns homogeneizantes, com o propósito de alcançar uma legitimidade retroativa liderada por aqueles que já formam parte de uma determinada identidade coletiva, política ou cultural. Neste sentido, Rodrigo argumenta que a carga semântica e epistemológica do termo “memória” dificulta a perceção de tais nuances e pluralidades de memórias; de modo que considera o conceito de *uso público da história* mais apropriado e menos confuso do que o de “memória” para tratar dos discursos sobre o passado elaborados no presente.⁴² Logo, é evidente que também para Rodrigo os conceitos de *memória coletiva* ou *memória histórica* correspondem à noção de *uso*

⁴¹ RODRIGO, Javier. «La Guerra Civil: “memoria”, “olvido”, “recuperación” e instrumentación» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 6 – Año 2006, p. 8.

⁴² RODRIGO, 2006, *op. cit.*, p. 9.

público da história. Tal como esclarece este autor, a *memória coletiva*, ou a percepção coletiva do passado, está fortemente sujeita às necessidades e instrumentalizações do presente.

Também Marie-Claire Lavabre entende que a *memória histórica* expressa as *políticas de memória* ou o *uso público da história*. Já a *memória coletiva* constitui uma interação entre os usos do passado – ou a *memória histórica* – e as recordações de acontecimentos experimentados pelo grupo social. Trata-se, portanto, do ponto de encontro entre o vivido e a “norma del grupo (que se expresa eventualmente en una memoria histórica)”, abrangendo, assim, “en el mismo movimiento la identidad presente del grupo y de los individuos”.⁴³ De modo que, para esta autora, as *memórias coletivas* são forjadas através do duplo processo de homogeneização das representações do passado e de redução da diversidade das recordações.⁴⁴ Lavabre esclarece nos seguintes termos a dinâmica interna de funcionamento da *memória coletiva*, que se caracteriza pela possível interrelação com o conteúdo da *memória histórica*:

«La memoria colectiva no supone de ningún modo que todo individuo haya vivido cada uno de los acontecimientos que compone su contenido. Pero las referencias al pasado lejano, al acontecimiento histórico que no ha sido vivido por alguno de los miembros del grupo, no entran, por lo tanto, en la definición de memoria colectiva: pueden no referirse más que a la memoria histórica, lo que no significa necesariamente que no tengan efecto en la memoria colectiva. La memoria colectiva se compone de recuerdos. Tales recuerdos pueden expresar la presencia de un pasado vivido por los individuos, e interpretado, reconstruido colectivamente. Pueden ser la evocación de un pasado más lejano, no vivido, pero transmitido por los más ancianos que pueden ellos mismos no haberlos vivido y conocerlos por mediación de los que los han vivido anteriormente. (...) Las referencias al pasado no vivido pueden, sin embargo, participar en la memoria viva, es decir, ser expuestos por los individuos en el acto de la narración, desde el momento en que son ejemplos, lecciones de historia, analogías y sentido presente. En todos los casos que señalamos existe interacción entre las interpretaciones del pasado que propone la memoria

⁴³ LAVABRE, Marie-Claire. «Sociología de la memoria y acontecimientos traumáticos» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (eds.) *Guerra Civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006. P. 51-52.

⁴⁴ LAVABRE, Marie-Claire. «Pour une sociologie de la mémoire collective». Disponível na internet em: <http://www.cnrs.fr/cw/fr/pres/compress/memoire/lavabre.htm> (consultado em 2010).

histórica y los recuerdos del pasado, vividos o no, que poseen los individuos».⁴⁵

María Inés Mudrovcic também propõe uma definição de *memória coletiva* que, sem aludir diretamente à noção de *memória histórica*, integra a esfera das recordações compartilhadas por um grupo social – vivenciadas ou não – e a dos discursos interpretativos ético-políticos sobre o passado.⁴⁶ De acordo com Mudrovcic, “la memoria colectiva es la narrativización social de recuerdos comunes”, ou, por outras palavras, para que as *recordações comuns*, vivenciadas ou socialmente relevantes para o grupo social, “se transformen en memoria colectiva o recuerdos compartidos deben poder ser integrados en un relato aceptado como genuino ‘de lo que ocurrió’”. Assim, segundo a autora, esta representação narrativa do passado do grupo apresenta uma dimensão fundamentalmente prática que evidencia a sua derivação ético-política: “al ordenar y seleccionar retrospectivamente los recuerdos [se] crea una narración que es coherente y que sirve de justificación para la situación presente”.⁴⁷

Considera-se que o critério da *experiência vivenciada*, ou ao menos testemunhada – no caso de acontecimentos históricos mais amplos e não necessariamente restritos ao âmbito dos eventos diretamente vividos pelos membros do grupo –, é importante para delimitar as raízes do conceito de *memória coletiva*, ou seja, o facto de que originalmente se trata de relatos sobre um passado que se viveu ou testemunhou em primeira pessoa, compartilhados por um grupo social que cultiva uma identidade comum. Muito embora com o tempo passem a participar, e progressivamente avolumar-se, nos contornos da (re)construção das *memórias coletivas* as gerações posteriores, que porventura nem sequer eram nascidas por ocasião do acontecimento que é objeto dos relatos memoriais. Portanto, entende-se que a definição de *memória coletiva* deve envolver o duplo aspecto da referência a grupo sociais – não exclusivamente compostos por testemunhas dos acontecimentos passados – e a presença de um teor ético-político, relacionado às concepções do grupo social no tempo presente e às eventuais políticas de memória existentes. Por outras palavras, em consonância com a análise de Mudrovcic, considera-se que o conceito de *memória coletiva* deve conjugar

⁴⁵ LAVABRE, 2006, *op. cit.*, p. 52.

⁴⁶ Segundo Mudrovcic, existem mais três aceções que podem nortear o conceito de *memória coletiva*: 1) o carácter social das memórias individuais; 2) práticas corporais de significação social; 3) artefactos socialmente produzidos que constituem a materialização de memórias coletivas: museus, arquivos, monumentos, nomes de ruas, cerimónias, etc. São os *lugares de memória*. MUDROVCIC, María Inés. «Memoria y narración» in CRUZ, Manuel; BRAUER, Daniel (eds.) *La comprensión del pasado. Escritos sobre filosofía de la historia*. Barcelona, Herder, 2005. P. 135-138.

⁴⁷ MUDROVCIC, 2005, *op. cit.*, p. 139-140.

os âmbitos das *recordações* e das *interpretações* sobre o passado, um e outro filtrados e redefinidos pelo conjunto dos valores ético-políticos que pautam a identidade social presente e a visão do mundo do grupo em questão.

Nesse ponto, concorda-se com Ruiz Torres, que justifica a ausência de diferenças entre *memória coletiva* e *memória histórica* pelo facto de ser difícil separar as recordações do passado dos seus relatos e discursos políticos. Com efeito, faz parte do mecanismo da memória a incorporação de juízos posteriores ao acontecimento e que guardam um carácter ético-político. Desta forma, entende-se que a *experiência vivenciada* não deve constituir um critério exclusivo para pautar a definição de memória. Em primeiro lugar, o facto de se ter ou não vivido o acontecimento do passado socialmente relevante não necessariamente implica uma diferença no carácter dos relatos memoriais cultivados pelos grupos sociais. Em estreita relação com esta questão, parece ser um tanto artificial a intenção de traçar fronteiras entre o campo daquilo que deve ser entendido como *recordações* e a esfera das *interpretações*. Assim, considera-se que, a menos que se trabalhe com fontes de história oral – situação em que a qualidade de testemunha pode ser fundamental para a análise empreendida, o que confere maior sentido à delimitação dos grupos sociais que viveram os acontecimentos passados –, não é proveitoso para uma análise científica da problemática da memória distinguir entre a memória dos grupos sociais que vivenciaram os acontecimentos e a memória das gerações subsequentes. Pois, tal como os estudiosos da memória reconhecem de forma consensual, se trata de uma construção elaborada no presente, para a qual contribuem as experiências e aprendizagens acumuladas ao longo do tempo, os valores, princípios, identidade social e visão do mundo cultivados no tempo presente, assim como as perspectivas de futuro. De modo que semelhante construção social constantemente reelaborada não se manifesta de forma separada para os grupos sociais que viveram os acontecimentos lembrados/evocados/reinterpretados. Na realidade, tanto as testemunhas quanto as gerações que lhes sucederam, desde que compartilhem no tempo presente uma mesma identidade social, contribuem igualmente para a configuração e reconfiguração da memória do grupo.

É importante esclarecer sobre a escala que se propõe nesta investigação para a aproximação à problemática da memória: ao invés de se trabalhar com a noção de *grupos sociais* como sujeitos produtores dos relatos memoriais, adota-se o referencial das *culturas políticas*. Segundo María Luz Morán, a definição clássica de Almond e Verba caracteriza a cultura política como “la naturaleza de las creencias, actitudes y

valores (...) con respecto al sistema político”; A. Swidler especifica que a cultura deve ser entendida como um conjunto de ferramentas (*tool-kit*) composto por símbolos, histórias, rituais e visões do mundo que se usam com diferentes combinações para resolver distintos tipos de problemas. Pode-se dizer, conforme identifica Morán, que a noção de cultura política está “íntimamente relacionada con la creación de identidades sociales y con su politización”.⁴⁸ Ou seja, a cultura política traduz formas identitárias de conceber e posicionar-se publicamente em relação à esfera das questões políticas. Considerando-se a *cultura política* como uma categoria abrangente que engloba em seu interior múltiplos e diversificados grupos/classes sociais, entende-se que esta perspectiva afasta a *lupa* de análise de modo a permitir avaliar o panorama mais amplo da *memória pública* sobre o passado recente. Como *memória pública*, pretende-se designar os relatos memoriais difundidos no espaço público das sociedades. Segundo Ricard Vinyes, a *memória pública* “se construye en el debate político, social y cultural que produce la sociedad según cada coyuntura con la intervención de todos los agentes”.⁴⁹ Para uma tal análise, optou-se pela utilização das fontes de imprensa, através da escolha de periódicos pautados por diversificadas orientações político-ideológicas e, neste sentido, representativos de variadas culturas políticas.⁵⁰

Segundo a apreciação de Aguilar a propósito da análise de Lavabre, a *memória coletiva* sustenta-se em grupos sociais que compartilham uma identidade comum. Com o prolongamento desta identidade ao longo do tempo – levando-se em conta as transformações sofridas em seu seio –, a *memória coletiva* passará de geração em geração, podendo chegar a ser sustentada por indivíduos que não viveram diretamente os acontecimentos e que entretanto passaram a fazer parte daquele grupo social. Assim, muito embora originalmente as *memórias coletivas* se configurem com base nas recordações individuais de membros do grupo social, com o tempo as elites culturais acabam por elaborar um discurso simplificado e comum sobre o passado, apto para o

⁴⁸ MORÁN, María Luz. «La cultura política y la interpretación de las transiciones a la democracia. (Notas sobre el caso español)» in *Política y Sociedad*, nº 20, 1995, p. 97, 100, 103. Referências a: ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton, Princeton University Press, 1963; SWIDLER, A. «Culture in Action: Symbols and Strategies» in *American Sociological Review*, vol. 51, 1986, pp. 273-286.

⁴⁹ VINYES, Ricard. «La memoria del Estado» in VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P. 58.

⁵⁰ O que não quer dizer que os periódicos sejam analisados como *sujeitos*, muito embora em geral apresentem linhas editoriais mais ou menos claras em relação à memória do passado recente. Na verdade, uma mesma cultura política, constituindo uma categoria abrangente e reunindo diversos grupos sociais, com frequência integra vários relatos memoriais sobre um mesmo acontecimento passado, os quais podem, inclusive, ser conflitivos. Estas questões serão discutidas mais adiante.

consumo dos portadores da identidade compartilhada e amplamente manipulável pelas elites políticas.⁵¹ Uma tal definição, adaptada à categoria de *cultura política*, ajusta-se à escala e aos propósitos deste trabalho, ou seja, compreender os diversos relatos memoriais que habitam o espaço público e que eventualmente efetuam um *combate pela memória*. Estes relatos memoriais são publicamente fixados através das vozes de formadores de opinião – representantes políticos, jornalistas, intelectuais ou diversas personalidades da vida pública que expressam suas visões sobre o passado através dos jornais – que integram uma determinada cultura política. Tais formadores de opinião podem ou não ter testemunhado ou sido protagonistas dos acontecimentos históricos evocados; em todo caso, elaboram relatos memoriais que figuram nas páginas dos jornais na condição modelos interpretativos das visões sobre o passado socialmente compartilhadas por determinadas culturas políticas.

É importante ainda esclarecer sobre os conceitos de *memórias fortes* e *memórias fracas*, sugeridos por Traverso. As primeiras correspondem às memórias oficiais, dotadas de visibilidade e reconhecimento, alimentadas por instituições e até mesmo Estados; as segundas representam as memórias subterrâneas, escondidas ou proibidas. Traverso salienta que a visibilidade e o reconhecimento das memórias também dependem da força dos portadores dos relatos sobre o passado – ou seja, é natural que os discursos memoriais de grupos sociais/culturas políticas socialmente marginalizados constituam *memórias fracas*. No entanto, este autor ressalta que força e reconhecimento não são dados fixos ou imutáveis, sofrendo modificações ao longo do tempo.⁵² Portanto, as *memórias fortes* podem ser consideradas como as *memórias hegemônicas*, as quais não necessariamente são oficiais, mas são os relatos memoriais que beneficiam de considerável aceitabilidade junto da opinião pública, ou, por outras palavras, os relatos memoriais que representam uma identidade social cultivada por amplas camadas da sociedade, múltiplos grupos sociais e inclusive várias culturas políticas.

Outro conceito importante que norteia esta investigação é o de *memórias subterrâneas*. Ludmila Catela, ao estudar a memória da ditadura argentina, utiliza a noção de *memórias subterrâneas* para caracterizar as memórias locais, construídas em espaços geograficamente distantes de Buenos Aires e representativas de “grupos y clases sociales con menos capital cultural, político y simbólico para imponer sus relatos

⁵¹ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 50.

⁵² TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 48.

públicamente”.⁵³ No presente trabalho, utiliza-se o conceito para caracterizar os relatos memoriais que apresentam escassa visibilidade no espaço público, podendo ser considerados, neste sentido, *memórias fracas*. Ou seja, as *memórias subterrâneas* ilustram uma desigualdade na relação de forças entre os relatos memoriais divulgados no espaço público, o que remete à menor legitimidade social das culturas políticas que cultivam estas visões sobre o passado, ou, nos termos de Catela, o seu relativamente menor capital cultural, político e simbólico.

Finalmente, deve-se proceder a algumas considerações sobre a relação entre *memória* e *história*. Os autores costumam ressaltar os pontos de encontro entre memória e história de modo a caracterizar seus respectivos domínios. Segundo Rodrigo, história e memória ocupam espaços comuns, mas seus limites são claramente diferentes: a história faz o passado passado, a memória o faz presente.⁵⁴ No mesmo sentido, Julio Aróstegui ressalta que memória e história realizam caminhos que não se confundem; por vezes podem ser paralelos ou convergentes, mas nunca indistintos. A memória é, no máximo, uma matriz da história, nunca o seu próprio conteúdo: a história não atua como simples transcrição da memória.⁵⁵ Traverso esclarece sobre esta dinâmica de aproximações e afastamentos:

«Historia y memoria nacen de una misma preocupación y comparten un mismo objeto: la elaboración del pasado. Pero existe una “jerarquía” entre las dos. La memoria, se puede decir con Paul Ricoeur, posee un estatuto matricial (...). La Historia es un relato, una escritura del pasado según las modalidades y reglas de un oficio (...) que trata de responder a las cuestiones que plantea la memoria. La Historia nace de la memoria, después se libera poniendo el pasado a distancia».⁵⁶

Mudrovcic identifica o afastamento entre história e memória no amadurecimento metodológico da historiografia científica, com a passagem da *história-narrativa* à

⁵³ CATELA, Ludmila da Silva. «Violencia política y dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas» in FICO; FERREIRA; ARAÚJO; QUADRAT (orgs.) *Dictadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008. P. 187.

⁵⁴ RODRIGO, Javier. «En el limbo de la historia. La memoria de los campos de concentración franquistas, entre el olvido oficial y el uso público» in FORCADELL; PASAMAR; PEIRÓ; SABIO; VALLS (eds.) *Usos de la Historia y políticas de la memoria*. Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. P. 62. Rodrigo refere a obra de ROSSI-DORIA, Anna. *Memoria e storia: il caso della deportazione*. Catanzaro, Rubbettino, 1998.

⁵⁵ ARÓSTEGUI, Julio. «Traumas colectivos y memorias generacionales: el caso de la guerra civil» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (eds.) *Guerra Civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006. P. 62.

⁵⁶ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 21.

história problema, o que provocou uma mudança de atitude do historiador profissional em relação ao passado. Ou seja, o historiador não é o único que se interessa pelo passado, mas é o único que se interessa pelo passado *em si mesmo*, independentemente da relação que este possa ter com o mundo presente. Assim, segundo Mudrovicic, o passado histórico emerge com independência do interesse prático do historiador. E, desta forma, distingue-se do mecanismo que orienta a memória:

«Se debiera distinguir, entonces, la respuesta derivada de una actitud propiamente histórica de aquella otra en la que la representación del pasado es consecuencia de una lectura de los fenómenos pasados en directa relación con nosotros mismos y nuestras actividades. Este interés práctico promueve un tipo de reconstrucción retrospectiva, desde el presente al pasado, que intenta buscar los “orígenes” del mundo que nos rodea. La interpretación práctica del pasado no elude, entre otras cosas, juicios morales, los que, se considera, deben ser extirpados de una actitud propiamente histórica. De allí el desdén del historiador profesional por la narrativa en donde la moralidad está presente en el tipo de significación que exhibe su resolución discursiva. (...) Una reconstrucción práctica del pasado presupone una teleología en la que el presente opera como cierre discursivo que le otorga sentido retrospectivo. Es un pasado nacido de la necesidad de explicar el presente, justificarlo o hacerlo más habitable (...). La narrativa sirve así de legitimación de juicios políticos o morales presentes acerca del pasado».

Desta forma, conforme destaca Mudrovicic, recordar o passado não é o mesmo que compreendê-lo historicamente.⁵⁷ Neste ponto, é importante esclarecer acerca da especificidade dos *discursos públicos sobre o passado*, os quais não necessariamente são *recordações* – embora também o possam ser – e sim *interpretações*. Ainda que também as recordações se autorepresentem como relatos verídicos – trata-se de um traço comum a todos os relatos memoriais –, no caso das interpretações, em geral, seus emissores nem sequer reconhecem o carácter subjetivo do relato, ou seja, o facto de se tratar de um discurso elaborado a partir do ponto de vista de um grupo social/cultura política. Neste sentido, deve-se considerar que os relatos memoriais ou os discursos sobre o passado difundidos no espaço público são, em geral, consumidos como história,

⁵⁷ MUDROVICIC, María Inés. *Historia, narración y memoria. Los debates actuales en la filosofía de la historia*. Madrid, Ediciones Akal, 2005. P. 89-92.

já que o público não distingue – e nem quer fazer uma tal reflexão intelectual – entre os âmbitos divergentes da *memória* e da *história*.

Pode-se dizer, portanto, que existe praticamente consenso entre os autores no que diz respeito à delimitação da memória em relação à história e à caracterização da dinâmica interna de funcionamento dos relatos memoriais. Conforme salienta Traverso, a memória é eminentemente subjetiva e fundamenta-se na experiência vivida. Trata-se de uma construção em transformação permanente, sempre filtrada pelos conhecimentos adquiridos com posterioridade, pela reflexão que segue o acontecimento, por outras experiências que se sobrepõem à originária e modificam a recordação. Portanto, a memória, *individual* ou *coletiva*, é uma visão do passado sempre matizada pelo presente. O exemplo fornecido por Traverso é esclarecedor:

«El relato de la estancia en Auschwitz de un deportado judío y comunista no es el mismo según que lo hubiere hecho antes o después de su ruptura con el Partido Comunista. Antes, durante los años cincuenta, ponía en primer plano su identidad política y se presentaba como deportado antifascista. Después, durante los años ochenta, se consideraba en primer lugar un deportado judío, perseguido en tanto que judío, testigo del aniquilamiento de los judíos de Europa. Bien entendido, sería absurdo distinguir entre esos dos testimonios, librados por la misma persona en momentos diferentes de su vida, el verdadero del falso. Los dos son auténticos, pero cada uno pone luz sobre una parte de la verdad filtrada por la sensibilidad, la cultura y también, se podría añadir, las representaciones identitarias, ideológicas, del presente».⁵⁸

Pode-se afirmar que a controvérsia radica na excessiva separação, e mesmo oposição, entre os âmbitos da memória e da história, o que acarreta uma conceção idealizada da História – segundo uma perspetiva positivista – na condição de um conhecimento *puro*, alheio e imune às manipulações e subjetividades da memória. Considera-se, portanto, que os estudiosos se dividem especialmente no que diz respeito à caracterização da história. Fernando Rosas aborda o cerne da questão dos delicados contornos do conhecimento histórico, marcado, por um lado, pelo facto de que os historiadores ou analistas sociais são homens de seu tempo – ou seja, ao refletir sobre o passado e escrever história não se despojam, e nem o podem fazer, do conjunto de

⁵⁸ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 22.

valores culturais e ético-políticos que caracterizam sua época, sua classe e meio social, sua cultura política – e, por outro lado, pelos métodos específicos da disciplina:

«Não há seguramente história objetiva ou naturalidade histórica, no sentido de que o historiador não paira imune acima das paixões e das opções que estruturam a conflitualidade de sua época. Mas há seriedade ou cientificidade, no sentido em que há regras de método de utilização de fontes, de heurística e de hermenêutica que estruturam o ofício de fazer história e o autonomizam como género distinto».⁵⁹

Trata-se de um duplo aspeto que deve ser considerado, evitando-se os riscos tanto da *feudalização* da História, caracterizada como um âmbito científico neutro ou isolado das disputas e polémicas da sociedade – o que, além do mais, escamoteia as controvérsias internas entre historiadores –, quanto da relativização extrema que acaba por dissolver as fronteiras entre história e memória – como o fazem, por exemplo, certas correntes pós-modernistas. Neste sentido, uma caracterização-diferenciação entre memória e história como a proposta por Ruiz Torres pode ser considerada completa desde que se realcem igualmente as interações e mútuas influências entre as duas esferas:

«La memoria es conocimiento, pero conocimiento orientado por la necesidad de intervenir en el presente, de actuar, de hacer frente a los problemas cotidianos de la existencia. Por eso la memoria resulta inseparable del uso práctico del pasado con fines diversos, de supervivencia, de identidad, de legitimación o cuestionamiento de un determinado orden establecido. La memoria se relaciona con el saber cotidiano, con la conciencia aplicada a los problemas del día a día, con la ideología en sentido amplio o si se prefiere con la mentalidad, a diferencia de la historia que es saber guiado por un tipo de conciencia crítica, conocimiento contrastado y compartido por un grupo de personas, en busca de razones convincentes y verdades plausibles».⁶⁰

Traverso demonstra as múltiplas possibilidades de interferências entre história e memória. Por um lado, destaca que “[u]n cortocircuito entre Historia y memoria puede tener consecuencias perjudiciales para el trabajo del historiador”. Exemplifica com o caso da *singularidade* do Holocausto quando adotada como perspectiva histórica; se o

⁵⁹ ROSAS, Fernando. «O Estado Novo - memória e história» in DELGADO; LOFF; CLUNY; PACHECO; MONTEIRO (orgs.) *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa, Edições Cosmos, 2000. P. 148.

⁶⁰ RUIZ TORRES, 2007, *op. cit.*, p. 27.

historiador não pode ignorar o conjunto das memórias judias que testemunham este carácter singular, deve respeitá-las, explorá-las e compreendê-las, não pode submeter-se a este ângulo memorial, abdicando, assim, ao princípio de universalismo:

«No tiene derecho a transformar la singularidad de esa memoria en un prisma normativo de escritura de la Historia. Su tarea consiste, antes que nada, en inscribir esa singularidad de la experiencia vivida en un contexto histórico global, intentando esclarecer las causas, las condiciones, las estructuras, la dinámica de conjunto».⁶¹

Outro caso que ilustra o problema da adoção pelo historiador de um referencial memorial é o do *revisionismo historiográfico*. Conforme será discutido detalhadamente no capítulo 2, as interpretações *revisionistas* invariavelmente denotam a desconsideração e/ou manipulação dos contextos históricos em função de perspectivas ético-políticas do presente que se tornam o eixo para a análise do passado. Ou seja, também neste caso o trabalho do historiador é comprometido pela assunção de um ponto de vista memorial, o que impede a compreensão da complexidade histórica.

Por outro lado, Traverso menciona que também a história – tal qual a memória – está sujeita aos perigos de sacralização, mitificação e esquecimentos. Além disso, ressalta que a memória, por sua vez, pode sofrer influências da história. Assim, por exemplo, certas autobiografias erigem-se como revisitações da História, salientando seus ângulos mortos e suas generalizações; e, inversamente, a História pode corrigir as armadilhas da memória, “obrigándola a transformarse en análisis autorreflexivo y discurso crítico”. Portanto, segundo Traverso, apesar de ser importante salientar as profundas diferenças que existem entre história e memória – como o fazem muitos autores –, é preciso reconhecer que não se tratam de âmbitos irredutíveis ou irreconciliáveis: sua interação cria um campo de tensões no interior do qual se escreve a história. Pois, o historiador

«[p]adece los condicionamientos de un contexto social, cultural y nacional. No se escapa a las influencias de sus recuerdos personales ni a los de un saber heredado, del cual puede intentar librarse pero no negándolos sino por un esfuerzo de distanciamiento crítico. En esta perspectiva, su labor no consiste en intentar evacuar la memoria – personal, individual y colectiva – sino en ponerla a distancia e inscribirla en un conjunto histórico más amplio».⁶²

⁶¹ TRAVERSO, 2007, op. cit., p. 23-25.

⁶² TRAVERSO, 2007, op. cit., p. 29-32.

Portanto, história e memória possuem os seus próprios domínios, que se cruzam e se influenciam, mas nunca coincidem plenamente ou se excluem. Neste mesmo sentido, Paul Connerton considera que apesar de ser preciso distinguir entre a *memória social* e a atividade de *reconstituição histórica*, é importante reconhecer as mútuas influências entre estes dois âmbitos: «Apesar desta independência relativamente à memória social, a prática de reconstituição histórica pode receber, de formas importantes, um impulso orientador da memória de grupos sociais e pode, por sua vez, dar-lhe um contorno significativo».⁶³

Em suma, história e memória protagonizam uma dinâmica instável e complexa. No que diz respeito especificamente aos discursos públicos sobre o passado, trata-se de um dos principais âmbitos através dos quais a memória atua na formação da opinião pública. Neste sentido, as visões/interpretações sobre o passado recente tornam-se o centro de uma disputa pública – um *combate pela memória* – envolvendo a conquista da hegemonia no sentido atribuído ao passado, o que significa também uma disputa simbólica e ético-política entre variadas visões do mundo, identidades sociais e imaginários culturais, assim como perspectivas de futuro. Os historiadores, intelectuais e analistas sociais também participam neste *combate pela memória* que se realiza no espaço público; no entanto, um tal debate, em geral, não envolve o processo de *escrita da História* e sim as *interpretações sobre a história*, de forma ampla: recordações e/ou representações sobre o passado recente.

1-2.2. Delimitação do objeto, fontes e metodologia

Contudo, a eclosão do *combate pela memória* no espaço público das sociedades depende das fases da memória pública, cujos *tempos* e características variam de acordo com cada caso nacional. No que tange às sociedades ibéricas, o estudo comparativo sobre esta questão é interessante pelo duplo aspeto das temporalidades análogas do fim das ditaduras – meados dos anos 1970 – e de suas naturezas divergentes – a rutura revolucionária em Portugal e a transição sob reforma política em Espanha. No entanto, uma tal generalização sobre o fim das ditaduras ibéricas não deve permitir que escape o fundamental de suas causalidades e características, o que é importante para compreender o posterior desenrolar da evocação do passado no espaço público. Assim, no caso espanhol, deve-se considerar o papel dos movimentos de oposição

⁶³ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Celta Editora, 1993. P. 17.

antifranquista e sua influência nos rumos e contornos da transição. Conforme esclarece Carme Molinero:

«A crise do franquismo, como tal, foi uma experiência singular no contexto europeu. O franquismo, que se consolidou em finais dos anos trinta e princípios dos quarenta no âmbito dos fascismos, entrou em crise nos anos sessenta sem que nela interviesse nem a derrota internacional – como os regimes fascistas em 1945 – nem a pressão estrangeira, nem a crise colonial como em Portugal em 1974. Naufragou como resultado de uma larga e crescente pressão social, foi portanto resultado da dinâmica interna. A oposição social e política foi capaz de impedir a manutenção do franquismo sem Franco e o processo de transição para a democracia fez-se de forma irreversível; porém, essa mesma oposição não contou com o apoio suficiente para substituir num só ato o sistema político procedente do franquismo. O resultado foi que se bem que no plano político a rotura com o franquismo foi total, nas instituições do Estado puderam permanecer redutos do poder estatal da ditadura com as consequências que se puderam observar a médio e longo prazo».⁶⁴

No caso português, a crise social provocada pelo prolongamento da guerra colonial durante treze anos foi a face mais visível de um longo processo de transformações sociopolíticas que contribuiu para uma politização de carácter progressista da sociedade portuguesa⁶⁵ – contexto este que explica a explosão revolucionária que se seguiu ao golpe militar de 25 de abril de 1974. Não se pode, portanto, compreender a Revolução de 1974/75 sem dimensionar o profundo impasse e desgaste social que a guerra colonial implicava. Desta forma, a democracia portuguesa, fruto da rutura revolucionária, inaugura-se – para além da conquista das ruas e dos lugares públicos, no âmbito do espaço físico – com a conquista da palavra, no plano do espaço simbólico: a verbalização e exposição em alta voz no espaço público das memórias da opressão, da violência e da resistência contra a ditadura. Este ponto inicial da democracia – impossível de ser apagado ou esquecido – torna-se o centro contra o qual se constrói nas décadas posteriores uma hegemonia cultural neoconservadora fundamentada nas teses do *revisionismo histórico*. Este processo culmina no vigésimo

⁶⁴ MOLINERO, Carme. «A herança do passado. O franquismo e a direita espanhola» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, p. 325-326.

⁶⁵ Cf. LOFF, Manuel. «Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta» in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto, Editora da Universidade do Porto, 2006. Pp. 153-193.

aniversário do 25 de Abril, em 1994, quando a significativa visibilidade pública das *memórias revisionistas* ocasionou a *rebelião da memória*⁶⁶. Ou, por outras palavras, o *combate pela memória* entre os relatos memoriais *revisionistas*, memórias fortes – inclusive oficiais, pode-se considerar, já que o princípio de reabilitação do Estado Novo, por exemplo, orientou medidas de políticas públicas como aquela que permitiu a concessão pelo Estado de pensões a ex-membros da polícia política, a PIDE-DGS –, e as memórias representativas das culturas políticas de esquerda – *memórias da resistência* e *memórias revolucionárias* –, memórias fracas durante toda a década de 1980, mas que se revitalizam e se tornam dominantes – especialmente as *memórias da resistência* – diante do avançado desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público português.

No caso espanhol, pode-se dizer que outra singularidade hispânica assentou no carácter da origem fundacional da democracia. Como observa Rodrigo, ao contrário das democracias europeias do pós-guerra, que se fundaram sob o paradigma do antifascismo, a espanhola optou pelo paradigma da *superação do passado*. Superação do passado de guerra civil e das subsequentes quase quatro décadas de ditadura, e igualmente superação do referente simbólico da II República como experiência de pluralismo democrático e legitimidade democrática pretérita. Se o passado não poderia constituir um parâmetro legitimador para a construção da democracia, este forjar-se-ia em si mesmo: segundo Rodrigo, a legitimidade do Estado democrático nascente partiu do mito fundacional da própria transição pacífica.⁶⁷

De acordo com Vinyes, “el mito político de la *transición modélica*” substitui “el largo proceso de cambio histórico por el exclusivo análisis del cambio institucional producido entre 1976-1977 y con una atención exclusiva a las elites políticas”. Semelhante mito fundacional da democracia espanhola relaciona-se intimamente – ancora-se, poder-se-ia dizer – na noção de *superação do passado*. Nos termos de Vinyes:

«Este mito, mantenido y alimentado por todos los gobiernos democráticos desde 1977 hasta hoy, ha secuestrado el esfuerzo de aquel proceso y el gran valor de su legado en la sociedad presente; y ha usado todos los recursos institucionales para presentar la sociedad democrática actual como un producto

⁶⁶ Cf. LOFF, Manuel. «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014.

⁶⁷ RODRIGO, 2006, *op. cit.*, p. 17.

político sin causalidad histórica. Un mito en el que la transición, circunscrita y acotada a los tres años estrictos del cambio institucional, tiene la función de *tótem* nacional, mientras que el proceso causal es un *tabú*, un conjunto de elementos que disgregan la comunidad». ⁶⁸

Segundo Xavier Domènech, qualquer noção de conflito, de luta pelas liberdades e de repressão ficava de fora desta narrativa da *transição modélica*, a qual acabou por conformar uma memória histórica⁶⁹ – ou uma memória coletiva, segundo os referenciais adotados neste trabalho. Paralelamente à construção desta *memória da transição modélica* forjou-se, segundo Rodrigo, o “mito más poderoso para la identidad nacional española en democracia, el de la superación del pasado bélico, el mito de la ‘reconciliación nacional’”, ou, segundo Vinyes, a *ideologia da reconciliação*⁷⁰, o que teria fornecido as bases para a constituição de uma não-política de memória durante as primeiras décadas de democracia.⁷¹ Assim, de acordo com Vinyes, o Estado democrático espanhol estabeleceu e manteve uma simetria entre ditadura e democracia, em nome das expressões *reconciliação* e *consenso*, “[e]xpresiones que sustituyen y ocultan procesos y causalidades históricas, y en consecuencia hacen desaparecer a los protagonistas que han conducido a la instauración del Estado de Derecho que tenemos y los valores en los que se fundamenta” – por outras palavras, em nome das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*. E desta forma se instaurou um *vazio ético*⁷², o que explica as posteriores reivindicações sociais pelo reconhecimento público das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista, um movimento político-social que se desenvolve no espaço público espanhol a partir de meados da década de 1990.

É, portanto, a partir deste contexto que se pretende analisar nesta investigação as *memórias públicas* dos respetivos passados recentes português e espanhol no período 1986-1994/96. Convém, neste ponto, realizar alguns esclarecimentos metodológicos. A opção pela imprensa escrita para a análise da memória fundamenta-se na consideração de que os jornais, na condição de um dos muitos aspetos do *uso público da história*, divulgam interpretações sobre o passado recente que expressam as variadas versões de

⁶⁸ VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 62; 35.

⁶⁹ DOMÈNECH, Xavier. «El asalto al olvido. Entre el poder y la sociedad» in VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P. 431.

⁷⁰ Cf. VINYES, 2011, *op. cit.*

⁷¹ RODRIGO, 2006, *op. cit.*, p. 16-17.

⁷² VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 57.

memórias coletivas em circulação nas sociedades. Entendendo-se a publicação periódica como um agrupamento cultural com uma certa orientação político-ideológica geral⁷³ e a *memória coletiva* como representações sobre o passado sob o ponto de vista de grupos sociais/culturas políticas, optou-se pela análise de um amplo leque de periódicos em cada caso nacional, de modo a dar conta das múltiplas *memórias coletivas* que habitam o espaço público das sociedades e que eventualmente efetuam um *combate pela memória*.

Não se defende uma visão simplista segundo a qual cada periódico manifesta uma única versão da *memória coletiva*. É preciso considerar a complexidade dos meios de comunicação em finais do século XX: especialmente no caso dos jornais com maior tiragem e, em consequência, maior alcance social, que contam com um amplo número de colaboradores, é comum a ocorrência de *memórias coletivas* contrastantes, o que não significa uma contradição. Pois neste caso, tratando-se de periódicos nacionais – ou a *grande imprensa* –, pressupõe-se a representação de grupos sociais bastante heterogêneos, o que é compatível com a existência de várias *memórias coletivas*, que podem inclusive ser conflitantes. A análise destes periódicos é particularmente interessante para identificar as *memórias hegemônicas*, ou seja, as versões da *memória coletiva* que contam com maior ratificação social, dado a sua significativa visibilidade pública. Gramsci, ao abordar formas de analisar o “senso comum” – que pode ser caracterizado como os discursos sociais hegemônicos – afirmou: «Evidentemente, é impossível uma “estatística” dos modos de pensar e das opiniões pessoais individuais (...) que possa fornecer um quadro orgânico e sistemático da efetiva situação cultural e dos modos pelos quais se apresenta realmente o “senso comum”; só resta mesmo a revisão sistemática da literatura mais difundida».⁷⁴ Para este efeito de identificação das *memórias hegemônicas*, também será interessante comparar as *memórias coletivas* divulgadas pela *grande imprensa* com os relatos memoriais evidenciados em periódicos que representam culturas políticas mais marginalizadas.

Além disso, deve-se considerar que uma mesma cultura política pode abranger *memórias coletivas* enfrentadas. Isto é especialmente nítido no caso das culturas políticas moderadas, entre o centro-esquerda e o centro direita: seus diferentes setores sociopolíticos cultivam relatos memoriais conflitantes sobre o passado recente, e

⁷³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

⁷⁴ GRAMSCI, *op. cit.* p. 206.

mesmo incompatíveis. Neste sentido, pode-se dizer que as culturas políticas moderadas acolhem em seu seio um *combate pela memória* em pequena escala, uma espécie de reflexo da disputa político-simbólica mais ampla que se efetua nas sociedades envolvendo múltiplas culturas políticas.

Gramsci estabeleceu uma distinção entre “jornal de informação” e “jornal de opinião”, este último correspondendo ao órgão oficial de partidos políticos ou instituições. Logo, o “jornal de opinião” tem como principal finalidade a defesa dos posicionamentos de determinada corrente política, ao passo que o “jornal de informação” é mais abrangente: ainda que alinhe com a mesma orientação de um “jornal de opinião”, a defesa deste ponto de vista político-ideológico não constitui o objetivo fundamental do jornal, embora seja um aspecto importante na definição de sua proposta geral enquanto “jornal de informação”. Para os fins deste trabalho, procurou-se analisar “jornais de informação”; contudo, na ausência de “jornais de informação” que cobrissem o espectro político da esquerda, analisaram-se também três “jornais de opinião” – dois portugueses (*O Referencial* e *Avante!*) e um espanhol (*Mundo Obrero*). Considera-se que a menor influência social dos “jornais de opinião” não constitui um problema metodológico, já que o nosso objetivo é compreender as variadas versões da memória que circulam no espaço público, e para isto é necessário cobrir um amplo de leque orientações, independentemente de sua maior ou menor representatividade social.

Portanto, o critério para a seleção dos periódicos não foi a sua influência junto da opinião pública e sim a diversidade de pontos de vista, o que permite reconhecer as *memórias subterrâneas*, com frequência difíceis de identificar nos jornais comerciais mais difundidos. Ou seja, o objetivo deste trabalho é compreender o conteúdo e a dinâmica das *memórias coletivas* que circulam nas sociedades, de modo que os periódicos – apesar de suas orientações específicas, que devem ser consideradas – não são analisados como sujeitos e sim como canais para a expressão pública de diversas versões sobre o passado. Os periódicos trabalhados foram os seguintes:

Portugal

Abrangendo culturas políticas de esquerda:

- *Avante!* (semanário do Partido Comunista Português, PCP)
- *o diário* (extinto em 1990)
- *O Referencial* (publicação periódica da Associação 25 de Abril, constituída em 1982 por militares que integraram o Movimento das Forças Armadas, MFA, que protagonizou o golpe militar de 25 de abril de 1974)

Representando culturas políticas de centro-esquerda e centro:

- *O Jornal* (semanário extinto em 1992)
- *Visão* (revista semanal surgida em 1993)
- *Público* (jornal diário surgido em 1990)
- *Jornal de Notícias* (jornal diário cuja sede está na cidade do Porto)

E representado culturas políticas de centro-direita e direita:

- *Expresso* (semanário)
- *O Diabo* (semanário)

Espanha

Representando culturas políticas de esquerda:

- *Mundo Obrero* (publicação periódica do Partido Comunista Espanhol, PCE)

No âmbito dos nacionalismos periféricos:

- *A Nosa Terra* (semanário galego)
- *Egin* (diário basco)

Abrangendo culturas políticas de centro-esquerda:

- *El País*

E de centro-direita e direita:

- *El Mundo* (diário surgido em 1989)

Representando o nacionalismo conservador basco:

- *Deia*

A direita catalã:

- *La Vanguardia*

E a direita monárquica:

- *ABC*

Sem dúvida, esta seleção é limitada e não-exaustiva: em ambos os casos, existem culturas políticas mais à esquerda e mais à direita que não estão diretamente representadas; no caso português, jornais de significativo alcance social, como o *Correio da Manhã* ou o *Diário de Notícias*, não foram analisados. Além disso, entre os casos português e espanhol não há, e nem pode haver, um paralelismo estreito. Por um lado, a existência dos nacionalismos periféricos em Espanha exige que se considere estas sensibilidades regionais no que diz respeito às representações do passado

recente.⁷⁵ Por outro lado, optou-se por incluir um jornal português que pode ser situado na extrema-direita (*O Diabo*), o que parece interessante especialmente para perceber-se as sutilezas das *memórias revisionistas*, cujas versões mais conservadoras em certos casos variam pouco em relação aos relatos socialmente hegemónicos. Trata-se, portanto, de uma amostragem com o objetivo de apreender a problemática da *memória pública* sobre a Revolução Portuguesa e a Transição Espanhola nos respetivos países.

A metodologia utilizada para a seleção das fontes foi diferente, considerando-se as especificidades dos casos português e espanhol. Em Portugal, os aniversários do 25 de Abril concentram o debate público sobre o passado recente; as referências às comemorações costumam começar a realizar-se na imprensa desde princípios do ano. Assim, optou-se pela busca de fontes nos seis primeiros meses dos “aniversários redondos” da Revolução, ou seja, para além do ano inicial de 1986, o décimo-quinto e o vigésimo aniversários do 25 de Abril, em 1989 e em 1994. O ano de 1986, apesar de não ter coincidido com uma “data redonda” de comemoração do 25 de Abril, foi o primeiro aniversário da Revolução sob o governo do social-democrata Cavaco Silva, iniciado em novembro do ano anterior, marco que se mostra interessante de modo a acompanhar a evolução do processo de evocação pública do passado durante o cavaquismo – período caracterizado pela hegemonia política de direita durante o qual se redefiniu, de forma significativa, os contornos da *memória pública* sobre a ditadura e sobre a Revolução. Em 1989, além disso, os quinze anos da Revolução coincidiram com o centenário de Salazar, o que provocou uma especial discussão sobre a ditadura.

Deve-se esclarecer que o projeto inicial desta investigação previa avançar o estudo até ao trigésimo aniversário do 25 de Abril, em 2004, para o caso português, e até à discussão e posterior aprovação da Lei da Memória Histórica, em 2007, para o

⁷⁵ Deve-se esclarecer que na Catalunha o catalanismo é muito mais amplo do que o nacionalismo catalão. Isto significa que é consideravelmente abrangente entre a população catalã a identificação com as especificidades culturais e históricas da região, identidade social esta que não necessariamente se traduz na defesa de projetos políticos que reivindicam esta ideia de *nação catalã* como forma de questionar a legitimidade da identidade espanhola e/ou o pertencimento da região a Espanha. Considerando-se a amplitude e diversidade do catalanismo, impossível de reduzir-se na representatividade de uma única publicação periódica, optou-se pela análise do jornal catalão que alcança significativa repercussão em âmbito nacional e que se situa numa orientação próxima do nacionalismo catalão conservador (*La Vanguardia*). No caso do País Basco, pode-se considerar que, comparativamente à Catalunha, o nacionalismo é mais abrangente, motivo pelo qual se optou pela análise de duas publicações periódicas representativas do nacionalismo basco: a vertente conservadora, cuja origem remonta ao século XIX e que, ao contrário do nacionalismo catalão – centrado na valorização dos aspetos culturais e fundamentalmente na língua –, se orienta em torno de uma identidade católica e étnica de *povo basco* (*Deia*); e o nacionalismo *abertzale*, que se desenvolve no século XX e se situa no espectro político das esquerdas independentistas (*Egin*). No caso da Galiza, com o objetivo de abordar também o nacionalismo galego, optou-se pela análise de uma publicação periódica representativa do nacionalismo de esquerda (*A Nosa Terra*).

caso espanhol. Foi numa tal perspetiva de mais longo prazo que se projetou a análise apenas dos aniversários mais significativos da Revolução, supostamente aqueles nos quais as comemorações foram mais amplas e o debate público mais intenso. No entanto, o imenso volume e densidade das fontes impôs a redução dos limites cronológicos. Ainda assim, considera-se que a análise dos anos de 1986, 1989 e 1994 permite uma abrangente panorâmica sobre a *memória pública* do passado recente português entre a segunda metade dos anos 1980 e meados da década de 1990.

No caso espanhol, entende-se que, por um lado, não há um equivalente em termos comemorativos ao 25 de Abril português, e, por outro lado, as memórias da transição se encontram diretamente relacionadas com as memórias da guerra civil e as memórias da ditadura. Assim, optou-se pela análise de períodos de onze dias, ou seja, cinco dias antes e cinco dias depois de diversas datas-chave referentes ao passado recente:

- 1 de abril [de 1939] (fim da guerra civil)
- 14 de abril [de 1931] (proclamação da II República)
- 26 de abril [de 1937] (bombardeamento de Guernica)
- 15 de junho [de 1977] (primeiras eleições gerais democráticas pós-franquistas)
- 18 de julho [de 1936] (*Alzamiento* e início del guerra civil)
- 20 de novembro [de 1975] (morte de Franco)
- 6 de dezembro [de 1978] (referendo sobre a Constituição)
- 4 de dezembro de 1992 (centenário de Franco)

Nos anos do cinquentenário e do sexagésimo aniversários do início da guerra civil, em 1986 e em 1996, foram analisadas todas estas datas para cada periódico, tendo em vista o impacto destes aniversários no âmbito da memória pública sobre o passado recente espanhol. Mas nos demais anos a análise concentrou-se nos “aniversários redondos” de cada uma destas datas, a saber: 50º e 55º aniversários do bombardeamento de Guernica⁷⁶ e décimo e décimo-quinto aniversários das primeiras eleições democráticas em 1987 e 1992; décimo e décimo-quinto aniversários do referendo constitucional em 1988 e 1993; 50º e 55º aniversários do fim da guerra civil em 1989 e

⁷⁶ Optou-se por excluir desta tese as análises específicas sobre os aniversários do bombardeamento de Guernica, uma vez que se trata de um subtema complexo e muito particular dentro do âmbito da guerra civil. No entanto, foram aproveitadas as fontes recolhidas no período referente a este aniversário (21 de abril-1 de maio) que diziam respeito a outros temas – a saber: guerra civil, franquismo, transição.

1994; 55º aniversário do início da guerra civil e 60º da proclamação da II República⁷⁷ em 1991; e décimo-quinto e vigésimo aniversários da morte de Franco em 1990 e 1995, além do centenário de Franco em 1992.

Pretendeu-se, portanto, compreender o sentido dos relatos memoriais difundidos no espaço público sobre a Revolução e a ditadura, no caso português, e sobre a guerra civil, o franquismo e a transição, no caso espanhol. Em ambos os casos, não se pode separar complementemente os domínios das memórias que versam sobre diferentes períodos históricos do passado recente: há entre elas uma intrínseca dinâmica. A forma como os distintos relatos memoriais ocupam os respetivos espaços públicos democráticos ao longo do tempo relaciona-se com as fases da *memória pública* em cada caso nacional, o que também se procurou analisar.

Além de uma análise comparativa entre as versões da memória divulgadas pelo conjunto dos diversos periódicos trabalhados, interessa compreender também a variação no processo de (re)construção destas memórias ao longo de todo o período cronológico. Dessa forma, pode-se perceber a constante dinâmica de disputa político-social e resignificação das visões sobre o passado que conforma o *combate pela memória* – tanto de forma sincrónica quanto diacrónica. Trata-se, na verdade, de uma luta político-simbólica entre várias versões da memória, várias *memórias coletivas*, que disputam a hegemonia no processo de (re)definição do passado no espaço público. E nesse sentido, a maior ou menor visibilidade social de alguns relatos memoriais diz muito sobre a relação de forças atuante no *combate pela memória* – o qual não envolve apenas o sentido do passado, mas também a identidade social presente e os projetos político-sociais futuros.

Enfim, parte-se do princípio de que os jornais, ao erigirem-se como representantes da opinião maioritária de um certo estrato social que constitui o seu público-alvo, veiculam no espaço público *memórias coletivas* sobre o passado recente. Conforme salienta Gramsci, para além do fator económico, importante para a sobrevivência dos periódicos, “o elemento fundamental para o êxito de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades político-ideológicas”.⁷⁸ Assim, considera-se que as *memórias coletivas* divulgadas no espaço

⁷⁷ Tal como no que diz respeito aos aniversários do bombardeamento de Guernica, optou-se por excluir deste trabalho reflexões específicas sobre a memória da II República. Contudo, as fontes recolhidas nas proximidades do 14 de Abril (9-19 de Abril) foram aproveitadas no tocante aos temas da guerra civil, da transição e do franquismo.

⁷⁸ GRAMSCI, *op. cit.* p. 249.

público através dos jornais representam as visões sobre o passado defendidas por diversos grupos sociais/culturas políticas. Em última instância, importa compreender a disputa pela hegemonia empreendida por estas múltiplas *memórias públicas* sobre o passado recente.

1-3. História do tempo presente e o estudo da memória

Importa ainda proceder a algumas considerações acerca do carácter deste trabalho como *história do tempo presente*. De acordo com Serge Wolikow, a *história do tempo presente* pode ser definida como o estudo de temas da história recente que ainda contam com a existência de testemunhas, as quais podem tanto contribuir quanto contradizer o trabalho do historiador.⁷⁹ Nesse sentido, Mudrovic observa que a *história do tempo presente* rompe com a visão tradicional do conhecimento histórico baseada na separação entre sujeito e objeto, o que era entendido como forma de garantir uma reconstrução histórica “expurgada” de interesses práticos.⁸⁰ Depreende-se desta definição que, ao pertencer à sociedade estudada, ou, no mínimo, ao seu tempo histórico, recai sobre o historiador do presente uma suspeição especial quanto à capacidade de cumprir com critérios de objetividade, o que, por vezes, se reflete em acusações de condicionamento político.

Contudo, é certo, e amplamente consensual entre historiadores – embora talvez não tanto entre leigos –, que a objetividade histórica no sentido positivista de total separação entre sujeito e objeto não existe. Pois se a tarefa do historiador deve estar comprometida com a compreensão e análise de eventos passados, é evidente que semelhante produção histórica não é neutra. Em primeiro lugar, porque é a partir do presente que o analista social se questiona sobre o passado, elabora perguntas e constrói um objeto de estudo, fundamentando o seu trabalho numa base teórico-metodológica

⁷⁹ WOLIKOW, Serge. «L’histoire du temps présent en question» in WOLIKOW, Serge; POIRRIER, Philippe (dir.) *Où en est l’Histoire du Temps Présent?* Territoires Contemporains. Bulletin de l’Institut d’Histoire Contemporaine. Actes du colloque transfrontalier – Cluse Dijon – 25 Septembre 1997. Université de Bourgogne. Disponível na internet em: <http://tristan.u-bourgogne.fr/UMR5605/publications/ouenesthistoiretemps/ouenhistoiretempspresent.pdf>. Consultado em janeiro de 2010. É interessante notar que o presente trabalho abrange várias temporalidades da *história do tempo presente*: de forma mais direta e imediata, incide sobre as décadas de 1980 e 1990 – período em que são produzidas as memórias sobre o passado recente aqui analisadas –; de forma mais indireta, implica o período de meados dos anos 1970, já que se tratam de memórias sobre a transição para a democracia em Espanha e a Revolução em Portugal, e ainda os períodos de ditadura – e no caso espanhol, também de guerra civil – que antecederam as respetivas transições democráticas, uma vez que estes antecedentes históricos são invariavelmente evocados e estão relacionados com as memórias estudadas.

⁸⁰ MUDROVICIC, María Inés. «Algunas consideraciones epistemológicas para una “historia del presente”» in MUDROVICIC, María Inés. *Historia, narración y memoria. Los debates actuales en la filosofía de la historia*. Madrid, Ediciones Akal, 2005. P. 127.

que expressa, com efeito, uma orientação específica e que reflete, em última instância, a própria seleção realizada pelo investigador para dar corpo ao seu trabalho.⁸¹ Se estas considerações epistemológicas são igualmente válidas para todos os analistas sociais, decerto se mostram menos evidentes para os historiadores de tempos remotos – não no sentido de que sejam mais ténues e sim no sentido de que são menos facilmente identificáveis pelo público geral. Isto provavelmente se relaciona com o facto de que a *história do tempo presente* lida diretamente com assuntos sobre os quais muitas pessoas possuem uma memória, seja individual ou coletiva, e advém também desta situação o carácter normalmente mais polémico dos estudos sobre o tempo presente.⁸²

Neste sentido, tem razão Mudrovcic ao acentuar “la instancia ético-política desde la cual un historiador reconstruye un fenómeno que constituye el recuerdo de alguna de las generaciones a él contemporánea”.⁸³ Entende-se que este ponto de vista do historiador está explícito em seu quadro teórico-metodológico, que fornece as ferramentas que norteiam sua análise. No entanto, este aspeto da epistemologia da História não torna a análise do historiador equiparável aos discursos de memória. Pois mesmo dentro da condição de *homem de seu tempo*, o historiador mantém um compromisso com critérios de objetividade histórica e “verdade”⁸⁴. Conforme esclarece Traverso acerca da finalidade da busca da “verdade”, que juiz e historiador partilham:

«La verdad de la justicia es normativa, definitiva y coactiva. No trata de comprender, sino de atribuir responsabilidades, absolver a los inocentes y castigar a los culpables. Comparada a la verdad judicial, la del historiador no es sólo provisional y precaria, es también más problemática. Resultado de una operación intelectual, la Historia es analítica y reflexiva, intenta sacar a la luz las estructuras subyacentes de los acontecimientos, las relaciones sociales en las que están implicados los hombres y las motivaciones de sus actos. Es decir,

⁸¹ Segundo Jacques Le Goff, o historiador, ao escolher suas fontes e objeto de estudo, realiza uma opção: “o que, evidentemente, não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim a construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou explicação do passado”. LE GOFF, Jacques. «A História Nova» in LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.) *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 2001. p. 32.

⁸² No caso de estudos, como o presente trabalho, que elegem a memória como objeto, a polémica fica por conta de que, muitas vezes, as pessoas se sentem diretamente implicadas nas análises feitas pelo historiador, uma vez que partilham ou não de determinada versão da memória sobre o passado recente.

⁸³ MUDROVCIC, 2005, *op. cit.*, p. 132.

⁸⁴ Utiliza-se o termo entre aspas porque, naturalmente, não se trata de uma verdade objetiva e única, inexorável, tal como entendia o pensamento positivista. Considera-se, entretanto, fundamental que a *noção de verdade* norteie a prática historiográfica. Assim como em qualquer outra ciência, a verdade histórica é constantemente revisitada, construída, desconstruída e reconstruída. Contudo, não se pode prescindir de semelhante compromisso histórico com a verdade, sob pena de invalidar os padrões de rigor metodológico e científico próprios da disciplina.

se trata de otra verdad, indisociable de la interpretación. No se limita a establecer los hechos, pero intenta situarlos en su contexto, explicarlos, formulando hipótesis y buscando causas». ⁸⁵

Isto, evidentemente, não faz da História um âmbito à parte, separado do restante da sociedade onde as memórias sobre o passado são constantemente reconstruídas; mas, por certo, diferencia o carácter dos estudos históricos dos relatos de memória. É preciso reconhecer, enfim, que corresponde à própria natureza da *história do tempo presente* o facto de que o resultado do trabalho do historiador seja submetido à avaliação de cidadãos-testemunhas, que podem ou não coincidir com suas explicações e conclusões. Contudo, isto de forma alguma aproxima *historiador* e *juiz* em suas intenções e objetivos; pois a meta da análise histórica continua a ser, quaisquer que sejam os tempos históricos trabalhados, compreender o passado criticamente. É possível considerar, portanto, que o compromisso com a “verdade”, com a compreensão do passado – e não com a acomodação de identidades – constitui o principal elemento diferenciador entre História e memória.

⁸⁵ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 66.

Capítulo 2. Revisionismo histórico. Do conservadorismo ao liberalismo: a rejeição da tradição revolucionária e a suspensão da história¹

2-1. As origens do *revisionismo histórico*: a teoria do *totalitarismo*

Para compreender o *revisionismo histórico* na condição de fenómeno social que influencia a evocação pública do passado recente no contexto de finais do século XX, é importante, em primeiro lugar, tratar da ideia de *totalitarismo*. Pois o eixo central desta noção – um entendimento acerca da essência comum de regimes fascistas e comunistas – caracteriza o fenómeno *revisionista*. Isto não significa que todo o seu leque argumentativo necessariamente se pautar pela noção de *totalitarismo* – até porque, em última instância, as raízes *revisionistas* assentam na expressão de correntes políticas conservadoras e, neste sentido, não se trata de um modelo hermenêutico específico do século XX. No entanto, pode-se dizer que a configuração da corrente político-cultural que se convencionou denominar *revisionismo histórico* e que se transformou em fenómeno social na década de 1990 forjou-se paralelamente à discussão intelectual sobre a ideia de *totalitarismo*, a partir dos anos 1950, e apoiou-se, em larga medida, em seu simbolismo concetual. Neste sentido, é esclarecedora a análise de Enzo Traverso sobre a origem e sucessivos desenvolvimentos e transformações que a noção de *totalitarismo* conhece ao longo do século XX.²

Segundo Traverso, a ideia de *totalitarismo* encontra suas origens na I Guerra Mundial, que já em seu próprio tempo fora qualificada como “guerra total”, tendo inaugurado a “guerra de massas moderna” e a “era dos massacres tecnológicos”. No entanto, o conceito apenas foi forjado no contexto do entre-guerras e orientava-se – tal como o justificou Hannah Arendt – no sentido de suprir uma lacuna do vocabulário político clássico, incapaz de apreender a associação entre ideologia e terror que caracterizava as tiranias modernas. Dessa forma, “totalitarismo” respondia à exigência de um novo conceito para captar o espírito da época. Três experiências históricas nascidas da I Guerra Mundial encontram-se na origem do conceito: o fascismo italiano, o nacional-socialismo alemão e o estalinismo russo. Conforme sintetiza Traverso, para além das diferenças substanciais quanto às suas respetivas formações, ideologias e bases

¹ Desenvolvi algumas destas reflexões a propósito dos casos português e espanhol no seguinte artigo: «O revisionismo histórico em perspectiva comparada: os casos de Portugal e Espanha» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014. P. 263-287.

² TRAVERSO, Enzo. «Introduction. Le totalitarisme. Jalons pour l’histoire d’un débat» in *Le totalitarisme. Le XXe siècle en débat*. Paris, Seuil, 2001. P. 9-110.

sociais, “estes três regimes exprimiram formas de poder até então desconhecidas”: algumas de suas afinidades convidavam a uma aproximação comparativa e seus resultados criminais suscitavam novas interrogações sobre as relações entre poder e sociedade, por um lado, e violência e Estado, por outro lado. De modo que, segundo Traverso, os observadores convergiam no entendimento do *totalitarismo* como a antítese do Estado de direito.³

Este autor sublinha que se existe uma pertinência no conceito de *totalitarismo*, esta consistiria na “tentativa de superar uma aporia da sociologia política que, desde Max Weber a Norbert Elias, interpretou o processo de canalização da violência pelo Estado como um fator de civilização, quase inevitavelmente ligado a um reforço e extensão do direito”. Contudo, por outro lado, do ponto de vista histórico, esta categoria engloba “duas entidades irreduzivelmente distintas e opostas”; um antagonismo que se evidencia na confrontação entre *revolução* e *contrarrevolução*. Assim, se as ideologias *totalitárias* se situam nos antípodas uma da outra quanto à relação que apresentam com a modernidade e, em consequência, os valores nos quais baseavam suas propostas de *sociedade nova* – os fascismos proclamavam abertamente sua oposição aos ideais iluministas; o estalinismo, considerava-se, ao contrário, “o único herdeiro legítimo da Revolução Francesa e da ideia de *progresso*” –, “participam, todavia, num mesmo processo prático de destruição da política concebida como lugar de confrontação da diversidade e pluralidade dos homens”.⁴

Traverso identifica cinco etapas no debate sobre *totalitarismo*: i) 1923-1933. A noção surge como crítica política ao fascismo italiano e posteriormente é apropriada e reelaborada pelo próprio regime de Mussolini como forma de caracterizar sua filosofia política e o papel do Estado. ii) 1933-1947. A ideia de *totalitarismo* conhece considerável difusão entre exilados italianos e alemães. Passa a ser utilizada também nas primeiras denúncias ao estalinismo e já são feitas comparações entre os regimes *totalitários*, como crítica política. Por ocasião da eclosão da II Guerra Mundial, alcança a condição de palavra-chave do vocabulário político, sendo partilhada por múltiplas correntes de pensamento. No entanto, especialmente a partir de 1941, com a agressão nazista à frente oriental, evita-se na cultura antifascista a comparação entre Alemanha e URSS. Em suma, durante os anos 1930 e 1940, a ideia de *totalitarismo* participa da cultura antifascista sem nunca ocupar posição central. iii) 1947-1968. No contexto de

³ TRAVERSO, 2001, *op.cit.*, p. 9-12, 92.

⁴ TRAVERSO, 2001, *op. cit.*, p. 13-17.

Guerra Fria, *totalitarismo* torna-se uma palavra de ordem anticomunista e verdadeira arma de propaganda. É neste período que a noção se desenvolve consideravelmente, alcança uma forma acabada e o *status* de teoria política. iv) 1968-1989. O conceito é contestado no mundo anglo-saxónico, onde havia florescido na etapa anterior. Uma nova geração de historiadores e politólogos, alheios às clivagens ideológicas dos anos 1950, contribui para colocar em causa o vocabulário da Guerra Fria, o que originou críticas ao *totalitarismo* no meio intelectual. Além disso, a tomada de consciência da singularidade histórica do genocídio judeu redimensiona os padrões interpretativos sobre a II Guerra Mundial. Por outro lado, o conceito reaparece em França, como reflexo da crise das esquerdas e do marxismo, sinalizando o esgotamento de um ciclo da cultura do pós-guerra que tomou impulso em 1944, com a Liberação e a Resistência. No Leste-europeu, a noção é reelaborada por dissidentes políticos na condição de crítica política ao “socialismo realmente existente”, defendendo-se um “socialismo de rosto humano”. v) Após 1989. A reunificação da Alemanha e o colapso da URSS renovaram o debate. *Totalitarismo* torna-se a chave de leitura do século XX e forma de legitimação do liberalismo ocidental. Se nas duas primeiras etapas o traço dominante do debate foi o antifascismo, nas três últimas foi anticomunismo.

Segundo Traverso, a eclosão da Guerra Fria relançou o debate sobre *totalitarismo*. O período entre 1947 e 1960 constituiu a sua “era de ouro”, quando a ideia adquire uma formulação mais desenvolvida e larga difusão. Contudo, esta consagração fez-se à custa de uma importante mutação quanto ao seu significado e finalidade. Pois ao invés de uma função *crítica* em relação aos regimes existentes – como ocorria nos anos 1930 –, a noção de *totalitarismo* ganhou a partir de então uma função *apologética* da ordem ocidental, ou seja, transformou-se em *ideologia*. Na origem desta mutação encontra-se, de acordo com Traverso, a emergência da hegemonia norte-americana, com a inversão completa de alianças: a Alemanha, antigo inimigo *totalitário*, torna-se, em sua parte ocidental, a vanguarda do “mundo livre” na Europa, enquanto a URSS, antigo aliado, torna-se a principal encarnação do *totalitarismo*. Dessa forma, o *antitotalitarismo* traveste-se em *anticomunismo*.

Uma tal mudança de paradigma político é acompanhada, segundo Traverso, por um deslocamento geográfico e uma transferência linguística: o debate sobre *totalitarismo* deixa a Europa e transfere-se para a outra margem do Atlântico, onde fora introduzido por exilados e onde, nesta nova conjuntura, encontrava “terreno fértil na universidade, no campo editorial e na imprensa”. O debate, além disso, deixou de ser

integrado por diversas correntes de pensamento e passou a ancorar-se “de forma estável no seio de uma cultura política liberal” e conservadora. Traverso destaca que os teóricos do *totalitarismo* do pós-guerra, exilados e emigrantes, eram então cidadãos americanos, já plenamente integrados em sua cultura. De modo que sua ideia de *totalitarismo* – de origem antifascista e europeia – sofreu modificações pela influência da cultura norte-americana. Este processo, para Traverso, poderia ser caracterizado como uma *transferência cultural*: “a problemática que os exilados importaram da Europa – o fascismo e o totalitarismo – fora repensada segundo categorias novas – a ideia liberal ou republicana de liberdade – com o resultado de transformar” tanto a cultura de partida quanto a de acolhimento. Além disso, no contexto do clima de Guerra Fria e *macartismo*⁵, “o enraizamento do antitotalitarismo europeu nesta tradição anglo-saxã” não escapou à “contaminação de um anticomunismo cada vez mais obsessivo”.⁶

Neste mesmo período inicial de Guerra Fria, a ideia de *totalitarismo* torna-se, na República Federal da Alemanha (RFA), “o caminho privilegiado para a desnazificação das elites”. Segundo Traverso, é na Alemanha “que se consuma em primeiro lugar o divórcio entre *antifascismo* e *antitotalitarismo*”: “o primeiro transfere-se para o Leste, para identificar-se de forma durável com um regime estalinista que o erige em ideologia de Estado”; o segundo torna-se apanágio da RFA.⁷ É interessante, neste sentido, refletir sobre o facto de que a deslocação da ideia de *totalitarismo* do âmbito da *crítica política* para a esfera da configuração de uma *ideologia*, no contexto inicial da Guerra Fria, se realiza paralelamente a um movimento análogo no que diz respeito à ideia de *antifascismo*. Esta, cada vez mais, passa a sustentar o peso de sua simbiose com o estalinismo, o que, mais tarde – após o colapso do sistema soviético –, favorecerá a tendência à deslegitimação/condenação retrospectiva do *antifascismo*.

No que diz respeito à reação da esquerda nesta nova conjuntura de Guerra Fria, Traverso sublinha que, após a II Guerra Mundial, o marxismo teórico se deslocou da Europa central para a Europa latina, especialmente Itália e França, onde encontrou o seu terreno mais fértil até à metade dos anos 1970. Tratava-se então de um marxismo identificado com o antifascismo da Resistência e que já não tinha muita relação com aquele outro dos exilados do entre-guerras, que abordou o *totalitarismo* de forma crítica.

⁵ Termo – em alusão a Joseph McCarthy, senador republicano entre 1947 e 1957 – que se refere ao ambiente de intensa perseguição política de carácter anticomunista que se desenvolveu na sociedade norte-americana na década de 1950.

⁶ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 51-54.

⁷ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 57.

Segundo Traverso, esta situação acentuou o fenómeno de “transmigração da reflexão sobre *totalitarismo* da esquerda antifascista para o liberalismo anticomunista”. De modo que o conceito deixou de integrar a cultura antifascista – na qual, de qualquer forma, nunca ocupara papel central nem constituíra objeto de uma teoria acabada – e se tornou “monopólio quase exclusivo da cultura conservadora e do liberalismo”.⁸

Dessa forma, Traverso entende que o *totalitarismo*, ao ser redefinido sob uma luz essencialmente anticomunista, passa a cumprir uma dupla função: por um lado, contribui para “imunizar” o sistema ocidental, situando-o acima de toda crítica – “os opositores dos EUA e da RFA transformavam-se automaticamente em simpatizantes potenciais ou reais do inimigo *totalitário*” –; por outro lado, implica uma relativização, um parêntesis do passado nazista, devido ao papel da RFA – “Estado saído das cinzas do nacional-socialismo” – na luta contra o comunismo. Traverso explica nos seguintes termos o surgimento da teoria do *totalitarismo* nos anos de Guerra Fria:

«Libéraux et conservateurs eurent ainsi le terrain libre pour élaborer une *idéologie* du totalitarisme qui simplifiait, parfois déformait même l’histoire mais qui avait l’immense avantage de les ériger en défenseurs exclusifs de la liberté face à un gigantesque système d’oppression. Après la Seconde Guerre mondiale, le redressement spectaculaire des régimes libéraux, qui semblaient définitivement condamnés par l’histoire pendant les années de l’entre-deux-guerres, tient certes à une longue période de croissance économique et de prospérité du monde occidental. Il a cependant pu tirer profit, sur le plan culturel et politique, de l’idée de totalitarisme, abandonnée par la gauche et présentée comme l’illustration négative du lien ontologique qui, dans la philosophie néolibérale, unit le capitalisme et la liberté.»⁹

Portanto, num ambiente social marcado pela Guerra Fria – no qual, além do mais, a esquerda abdicou do debate sobre o *totalitarismo* – foi possível desenvolver-se uma teoria política liberal com base no conceito de *totalitarismo*. Pode-se dizer que para além de seu propósito anticomunista principal, esta teoria já cumpria também uma função de deslegitimação da esquerda no seu todo, associada ao antifascismo e, por extensão, ao *totalitarismo*. Um tal objetivo de desqualificação política da esquerda aprofunda-se ao longo dos anos e atinge o seu ápice com o colapso do *socialismo real*, no final dos anos 1980. De modo que, ao desaparecer o alvo comunista, o foco da teoria

⁸ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 59-60.

⁹ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 58, 60.

do *totalitarismo* passa a concentrar-se na deslegitimação política da esquerda, a par da própria autopromoção do liberalismo. Isto reflete-se na ideologia do *fim da história* e na ideia de que não há mais diferenças entre esquerda e direita – para mencionar apenas alguns exemplos de lugar-comum dos anos 1990 que pretendem *naturalizar* o neoliberalismo. É justamente neste contexto político-social que o *revisionismo histórico* – apropriando-se da ideologia *totalitária* e aplicando-a à interpretação histórica de forma mais ampla, para além dos domínios originais que a engendraram – emerge como fenómeno social, com ampla penetração na memória pública sobre o passado recente.

Assim, após a queda do muro de Berlim e o colapso da URSS, a ideia de *totalitarismo* renova-se mais uma vez. Este novo retorno, de acordo com Traverso, tem relação com a definição de uma nova ordem internacional em que o Ocidente triunfante não forjou novos conceitos sobre os quais basear sua hegemonia. De modo que “a teoria do *totalitarismo* permite decretar a ordem neoliberal como o melhor dos mundos face às ditaduras do século”. E, assim, não é por casualidade que este renovado interesse por um velho conceito coincida com o desenvolvimento do “mito do *fim da história*”. Segundo Traverso, esta renovação da ideia de *totalitarismo* em finais do século XX engendra visões especialmente acríicas do liberalismo, que ignoram as raízes e causas históricas dos *totalitarismos*.¹⁰

Na Alemanha, de acordo com Traverso, o *antitotalitarismo* constituiu “a palavra de ordem da reunificação”. “O debate sobre *totalitarismo* estabelecia uma ligação entre a atualidade política – a queda do muro, o fim da República Democrática Alemã (RDA) – e uma memória dos crimes nazistas longamente instalada na consciência histórica” alemã. Conforme sublinha Traverso, a apreciação em paralelo de regimes tão diferentes quanto o III Reich e a RDA implicava equações completamente mistificadoras. Além disso, esta opção “contribuía para deslocar a atenção de uma *rutura de civilização* – aquela consumada pelos crimes do nacional-socialismo – para uma *rutura geopolítica*” – aquela decorrente da divisão da Alemanha no fim da II Guerra Mundial. Traverso menciona que diante de tal deslocamento de ótica, “as vítimas do *totalitarismo* já não eram os judeus, os ciganos, os polacos e russos deportados ou exterminados pelo regime nazi, e sim os próprios alemães”, primeiro *pervvertidos* por Hitler, logo punidos pelos

¹⁰ Em suas palavras, a propósito da obra do historiador François Furet, *Le Passé d'une illusion*: «Cela [vision complètement acritique du libéralisme] signifie faire tranquillement l'impasse sur l'impérialisme et le colonialisme – en qui Arendt décelait des sources essentielles du totalitarisme –, de même que sur les causes de la Première Guerre mondiale, née de la crise de l'ordre libéral européen du XIXe siècle, pour ne rien dire de l'attitude des régimes libéraux face aux fascismes pendant les années de l'entre-deux-guerres». (p. 88)

vencedores – expulsos de seu território e separados à força –, e finalmente perseguidos por Moscovo e seus agentes leste-alemães. Assim, a teoria do *totalitarismo*, metamorfoseada no duplo passado *totalitário* da Alemanha, “permitia branquear a consciência histórica” alemã e relativizar o nazismo – “ao colocar seus crimes entre parêntesis” e ressaltar a tragédia nacional da divisão do país.¹¹

Pode-se dizer que o principal eixo do *revisionismo histórico* já se encontra presente na teoria do *totalitarismo*: comparações – entre regimes ou entre ideias políticas – cuja consequência imediata é a relativização de certa experiência histórica e a condenação de outra, tendo como pano de fundo a desconsideração do contexto histórico em análise. Isto porque, quando devidamente posto em perspectiva, o contexto histórico da época indica o equívoco do prisma interpretativo escolhido. E tal ocorre em virtude do facto de que a prioridade destas análises não é a compreensão histórica, e sim a defesa de um ponto de vista ideológico. Traverso ilustra esta situação ao abordar os conceitos de “ideocracia” e “religião secular” – formulados nos anos 1950 por teóricos do *totalitarismo* e recuperados nos anos 1990 por intelectuais identificados com o *revisionismo histórico*:¹²

«Les concepts d'idéocratie et de religion séculaire saisissaient incontestablement certains aspects des totalitarismes; la principale conséquence de leur application sera cependant celle de déshistoriser le fait totalitaire, qui ne sera pas étudié comme résultat d'un processus social et politique mais réduit à l'incarnation d'une idée. De cette façon, les fascismes ne sont plus un produit de la crise de l'ordre libéral (réhabilité comme l'antithèse rationnelle du totalitarisme) et le communisme soviétique cesse d'être le régime politique né d'un mouvement social et d'un bouleversement historique (la guerre et la révolution russe, la guerre civile et la défaite des révolutions en Europe, la consolidation d'une dictature bureaucratique et la modernisation autoritaire d'un pays arriéré) pour devenir la création d'une idée, d'une utopie et d'une “illusion” luisant de leur propre lumière, capables de s'autodévelopper en dehors de tout contexte social et dont les conditions historiques ne sont plus que de simples prétextes.»¹³

¹¹ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 87-90.

¹² Cf. também sobre esta questão: TRAVERSO, Enzo. «The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century» in HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim (Ed.) *History and Revolution. Refuting Revisionism*. Londres, Verso, 2007. P. 138-155.

¹³ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 70.

Tal como observa Traverso, se o *totalitarismo* era útil como forma de combate político, revelava-se um obstáculo como categoria analítica. Desta forma, no mais das vezes, esta noção “não serviu a um comparativismo histórico fecundo”¹⁴; significou, ao invés disso, “amalgamas superficiais entre nazismo e comunismo, assimilados como duas variantes de uma mesma essência criminal”, cujas particularidades não seriam mais do que epifenómenos marginais e acessórios.¹⁵ Neste sentido, deve-se notar que a reutilização do conceito desde finais do século XX significou um verdadeiro retrocesso no debate intelectual, suspendendo a perspetiva crítica da historiografia social que se desenvolveu a partir dos anos 1960 e que rejeitou modelos de explicação histórica baseados em categorias exclusivamente políticas – como o modelo *totalitário* de Estado, o papel do partido, a sociedade atomizada, o terror como forma de governo, etc. Pode-se considerar que este retrocesso no debate intelectual se insere num processo mais amplo de desenvolvimento, em âmbito internacional, de uma hegemonia político-cultural neoconservadora – após o esgotamento da cultura progressista que floresceu nas sociedades ocidentais no contexto do pós-guerra e que se estendeu até ao rescaldo dos movimentos que podem ser amplamente identificados com 1968, finalmente absorvidos pela lógica do sistema ao longo da década de 1970. É nesta conjuntura – marcada igualmente pelo florescimento da cultura do pós-modernismo – que o *revisionismo histórico* se fortalece como corrente político-cultural, paralelamente à análoga revitalização da teoria do *totalitarismo*, e se transforma em fenómeno social na década de 1990.

Neste sentido, é interessante a observação de Henry Rousso segundo a qual o debate sobre *totalitarismo* e as comparações que o conceito engendra conservam algumas constantes desde suas origens, sobretudo desde os anos 1950: nomeadamente o objetivo prioritário de apreciar e reavaliar a história do estalinismo e do comunismo em geral, intenção que ultrapassa qualquer propósito equivalente para o nazismo e que se inscreve, além do mais, numa ótica de combate político. Neste quadro, é significativa a constatação de Rousso de que tanto o termo *totalitarismo* quanto a “comparação espontânea” entre nazismo e estalinismo acabaram por instalar-se definitivamente no senso comum e na linguagem universitária.¹⁶ Tal êxito alcançado pelo conceito de

¹⁴ Uma reflexão equilibrada sobre as possibilidades de uma tal análise comparativa, suas limitações e desafios em ROUSSO, Henry. «La légitimité d’une comparaison empirique» in ROUSSO, Henry (dir.) *Stalinisme et nazisme. Histoire et mémoire comparées*. Bruxelas, Éditions Complexe, 1999. P. 11-36.

¹⁵ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 81, 103.

¹⁶ ROUSSO, 1999, *op. cit.*, p. 12, 26.

totalitarismo – através de sua penetração no imaginário social das sociedades contemporâneas, o que se considera um traço do contexto político-social pós-1989 – indica não só o carácter fortemente conservador da hegemonia política da época – o que se traduz nitidamente no facto de concepções anticomunistas, num sentido estreito, e críticas gerais aos valores de esquerda, num sentido amplo, integrarem o senso comum – como também sugere o caminho pelo qual o *revisionismo histórico* se transformou em fenómeno social.

No que diz respeito às afinidades entre a teoria do *totalitarismo* e o *revisionismo histórico*, pode-se considerar, portanto, que as teorizações sobre o conceito se encontram nas origens da configuração do fenómeno *revisionista*. Neste sentido, é possível identificar três momentos distintos: a fase dos anos 1950, quando o conceito se consolida no meio intelectual anglo-saxónico como teoria política; os anos 1970 e 1980, quando a recuperação da noção de *totalitarismo* refletiu tanto a crise do marxismo no cenário intelectual quanto a crise das esquerdas no âmbito político, simbolizando o encerramento de um ciclo de hegemonia cultural progressista iniciado no pós-guerra; o período a partir de 1989, que coincide com o florescimento do *revisionismo histórico* nas sociedades contemporâneas. Não por acaso, estes três momentos originários do *revisionismo histórico* são aqueles em que Traverso identifica o anticomunismo como traço dominante. Se nos anos 1950 a teoria do *totalitarismo* significou uma legitimação do liberalismo ocidental no contexto de Guerra Fria, na década de 1990 a recuperação e renovação do conceito orientou-se no sentido de erigir o neoliberalismo em modelo político da nova ordem mundial, *naturalizando-o*. Num e noutro caso, a identificação do *totalitarismo* ao comunismo implicou a “desideologização” do liberalismo, associado indistintamente à democracia e liberdade.

É possível dizer também que na última fase, iniciada com a queda do muro de Berlim, a renovação da ideia de *totalitarismo* no sentido de sintetizar o século XX como uma era de luta contra os *totalitarismos* significou o alargamento das comparações. Assim, enquanto nos anos 1950 o liberalismo ocidental era legitimado através de sua comparação com os *totalitarismos* nazi-fascista e comunista soviético, na década de 1990 os exemplos *totalitários* do século multiplicaram-se, como forma de reiterar a superioridade moral da democracia liberal triunfante. Curiosamente, no entanto, raramente foram acrescentados à lista *totalitária* autoritarismos de direita para além dos “clássicos” nazismo e fascismo italiano. Nesse sentido, pode-se afirmar ainda que nesta última fase o carácter anticomunista do sentido atribuído ao *totalitarismo* – num

contexto em que o comunismo acabava de desaparecer como sistema político, com as exceções dos regimes cubano, chinês e norte-coreano – orienta-se para uma mais ampla desvalorização política da esquerda. A fase marcada pela crise das esquerdas pós-1968 e crise do marxismo no meio intelectual pode ser considerada, desta forma, como uma herança que é aprofundada e desenvolvida nos anos 1990. Assim, enquanto nos anos 1950 o contexto político de Guerra Fria restringia o ataque *totalitário* ao comunismo soviético, na década de 1990 a nova conjuntura pós-1989 indicava uma desqualificação mais geral da política e pensamento de esquerda.

2-2. Da teoria do *totalitarismo* ao *revisionismo histórico*: a liquidação da tradição revolucionária

Pode-se afirmar, portanto, que o considerável desenvolvimento do *revisionismo histórico* nos anos 1990 desenrola-se paralelamente e guarda íntima relação com tal evolução e recuperação da teoria do *totalitarismo*. A exemplo dos modelos interpretativos baseados no *totalitarismo*, a argumentação *revisionista* elege a ideologia como centro das análises, ao mesmo tempo em que desconsidera as condições históricas do período. Segundo Domenico Losurdo, semelhante *deshistorização* tem como alvo principal o ciclo que conduz de 1789 a 1917; de modo que “na mentalidade coletiva como na historiografia *revisionista*, um julgamento comum de condenação tende a reprovar jacobinismo e bolchevismo”. A destruição do “mito” do Outubro bolchevique, de acordo com Losurdo, lança inevitavelmente uma sombra, tanto sobre a resistência antifascista que se desenvolveu em âmbito internacional, quanto sobre os movimentos anticoloniais – tendo em vista o papel proeminente, em ambos os fenómenos, desempenhado por forças políticas e sociais identificadas com o comunismo. Neste quadro, Losurdo sublinha que “o fio condutor desta gigantesca releitura do mundo contemporâneo é a liquidação da tradição revolucionária, desde 1789 aos dias atuais”.¹⁷

Pode-se considerar que a consagração de semelhante viragem historiográfica e cultural – identificada por Losurdo como característica do *revisionismo histórico* – se situa na última fase de desenvolvimento da teoria do *totalitarismo*, quando se verifica uma fusão entre a recuperação do pensamento anticomunista do período da Guerra Fria e a desvalorização política e intelectual da cultura de esquerda do contexto pós-1968. No entanto, conforme sublinha Losurdo, a origem do *revisionismo histórico* como

¹⁷ LOSURDO, Domenico. *Le révisionnisme en histoire. Problèmes et mythes*. Paris, Albin Michel, 2006. P. 8-12.

corrente de pensamento político remonta ao contexto inicial de Guerra Fria. Para compreender as razões de seu surgimento, este autor esclarece sobre o clima político e ideológico do período dos conflitos mundiais. Assim, durante a I Guerra Mundial houve na Alemanha uma importante campanha no sentido de celebrar a sublevação contra “as ideias de 1789”, para além da rejeição da igualdade entre povos e raças diferentes. Desenvolveu-se, desta forma, a noção de *revolução democrática internacional*, convocada para vencer definitivamente a ameaça reacionária do Antigo Regime representada pelos Impérios Centrais, e particularmente pela Prússia.

Losurdo destaca que semelhante representação abrangia também algumas contradições, tais como as denunciadas por Lenine no que diz respeito às intenções imperialistas dos países envolvidos em ambos os lados do conflito. No entanto, desde o advento do III Reich, antes e depois da II Guerra Mundial, reforçou-se a ideia de *revolução democrática internacional*, ao mesmo tempo em que as polémicas internas no campo antialemão pareciam dissipar-se. Neste sentido, a mobilização contra o III Reich – cuja formulação de “um programa de conquistas coloniais em nome do direito superior da ‘raça de senhores’” denotava, segundo Losurdo, uma onda contrarrevolucionária assustadora – significou uma legitimação da tradição revolucionária em seu conjunto. Tratava-se de um julgamento positivo que englobava a Revolução Francesa, sem descartar o jacobinismo, para além de lançar uma luz favorável sobre a Revolução bolchevique.¹⁸

De acordo com Losurdo, este ambiente político-ideológico ainda resistiu algum tempo após a eclosão da Guerra Fria. Assim, em *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt destaca as críticas reacionárias ao Iluminismo e à Revolução Francesa subjacentes ao nazismo, e condena o colonialismo na condição de laboratório do universo concentracionário. Além disso, a denúncia da URSS *totalitária* não implicava a condenação de 1789 e 1793, e nem mesmo de Outubro de 1917, já que nesta fase a autora se preocupava em distinguir entre a ditadura revolucionária de Lenine e o totalitarismo de Estaline. Pois, segundo esta análise de Arendt de inícios dos anos 1950, “a passagem de uma a outra das etapas da história da URSS” não se relacionava a uma “lógica inexorável da ideologia bolchevique”, e sim à “eclosão da guerra civil”. Para Losurdo, ainda se estava longe do clima cultural e político do *revisionismo histórico*.

¹⁸ LOSURDO, *op.cit.* p. 12-16.

Entre finais dos anos 1950 e inícios da década de 1960, o historiador norte-americano Robert Palmer publicou *The Age of the Democratic Revolution*, onde entendia como “fenómeno unitário o ciclo revolucionário que se desenvolveu entre as duas margens do Atlântico”, particularmente entre EUA e França. Estabelecia-se, assim, uma dicotomia entre “a revolução do mundo ocidental”, desenvolvida no século XVIII em países avançados, e “aquela do mundo não-ocidental”, ocorrida no século XX em países atrasados – de modo que onde houve a primeira não restaria espaço para a segunda. Desta forma, esta dicotomia apagava a distinção entre a ditadura revolucionária de Lenine e o *totalitarismo* de Estaline: a Revolução de Outubro era condenada desde suas origens e excluída do Ocidente.

Sob esta perspetiva, em *Sobre a revolução* (1963), Arendt reconhecia que de facto teria havido uma “civilização atlântica” do século XVIII, a qual, todavia, teria sido rompida com o “curso desastroso” tomado pela Revolução Francesa, ou seja, com a emergência do jacobinismo. Assim, Arendt contrapunha a celebração da Revolução Americana à condenação da Revolução Francesa, entendida como a primeira etapa de um processo desastroso que conduziria à Revolução de Outubro e às revoluções do terceiro mundo, que ameaçavam as próprias bases da “civilização ocidental”. Segundo Losurdo, enquanto em *Origens do Totalitarismo* “o curso dos acontecimentos que conduzem à barbárie do III Reich” é reconstruído a partir da cultura contrarrevolucionária alemã, em *Sobre a revolução* Arendt afirma, ao contrário, que “a liberdade é mais bem conservada em países onde não eclodiu nenhuma revolução” (do género da Revolução Francesa). Logo, esta dicotomia *revolução boa / revolução má* diferia da dicotomia *revolução ocidental / revolução oriental* de Palmer, e expressava-se na contraposição da Revolução Americana “ao ciclo revolucionário que conduz de 1789 a 1917 e aos sucessivos movimentos anticoloniais desenvolvidos sob a influência desta tradição”. Semelhante trajetória de Arendt, de acordo com Losurdo, evidencia a “radical mudança do espírito do tempo entre a passagem da grande coalizão antifascista à eclosão da Guerra Fria”, cuja consequência foi a elaboração de uma ideologia “ocidental” adaptada à nova situação.

Losurdo identifica como o precursor do *revisionismo histórico* o inglês Alfred Cobban, que em 1954 publicou *The Myth of the French Revolution*. Nesta obra, o isolamento da Revolução bolchevique caracteriza-se pela estratégia de evidenciar os pontos fracos da interpretação marxista da Revolução Francesa baseada na categoria de *revolução burguesa*. Segundo a crítica de Cobban, tratava-se de “uma leitura de tipo

teleológico que parecia conter implicitamente a justificação, no plano da filosofia da história, da Revolução bolchevique como revolução proletária”. Contudo, conforme argumenta Losurdo, com a intenção de deslegitimar Outubro de 1917, a liquidação da categoria de *revolução burguesa* deixa a Revolução Francesa suspensa no vazio, privada de um fundamento explicativo objetivo e material.¹⁹ A respeito desta questão, Hobsbawm chama a atenção para o facto de que semelhante modelo de análise não era especificamente marxista, muito embora entre 1900 e a II Guerra Mundial a tradição ortodoxa da historiografia da Revolução Francesa tenha convergido com a tradição marxista²⁰ – o que pode ser compreendido tendo em vista o contexto político-ideológico, já aqui discutido, em que se forjou a resistência antifascista, baseada na relegitimação da tradição revolucionária.

Para além da *revisão* da Revolução Francesa – tanto no âmbito mais estrito de ataque à análise marxista baseada no conceito *revolução burguesa*, quanto no aspeto mais geral de condenação do jacobinismo e, em consequência, de toda a Revolução na condição de modelo político *degenerado* –, Losurdo identifica a releitura dos conflitos mundiais como o segundo aspeto central do *revisionismo histórico*. Pois, uma vez que a liquidação da tradição revolucionária – através da condenação de Outubro de 1917 e dos bolcheviques – obscurece a ideologia justificadora destes conflitos, fascismo e nacional-socialismo ganham uma luz mais favorável pelo mérito da oposição ao comunismo. Losurdo menciona que desde o fim dos conflitos mundiais já se vislumbravam intenções de reavaliar as leituras de *cruzada* e *revolução democrática* defendidas pelos vencedores. Já o término do segundo conflito mundial introduziu a contradição entre a ideologia antifascista, que incluía a URSS, e a nova ideologia oriunda da eclosão da Guerra Fria. Portanto, para Losurdo, o *revisionismo histórico* nasce da complexidade entre a crítica da tradição revolucionária e da leitura dos conflitos mundiais²¹ – esferas estreitamente relacionadas e enlaçadas pelos juízos ético-políticos anticomunistas que caracterizam o fenómeno *revisionista*.

Finalmente, Losurdo sublinha a nítida convergência entre *revisionismo histórico* e neoliberalismo. Trata-se de “duas configurações diferentes de um mesmo movimento, um mais diretamente político, outro mais propriamente historiográfico: a negação dos direitos económicos e sociais pressupõe a liquidação da tradição revolucionária”.

¹⁹ LOSURDO, *op.cit.* p. 16-25.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. P. 23.

²¹ LOSURDO, *op.cit.* p. 26-30.

Contudo, “unânicos quanto à liquidação da tradição revolucionária, neoliberalismo e diversas escolas *revisionistas* divergem” quanto a outros aspetos. Nem todos, por exemplo, participam na tentativa de questionar Versalhes e Nuremberga – segundo propostas de inversão ou relativização das responsabilidades políticas nos conflitos mundiais, corrente que se manifesta sobretudo na Alemanha. Segundo Losurdo, portanto, o *revisionismo histórico* produz uma “ideologia compacta” – embora muito variada – e pouco preocupada com distinções, que põe “no banco dos réus jacobinismo e bolchevismo”.²²

2-3. Da historiografia à memória: entre a crise do marxismo e o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como fenómeno social

2-3.1. Revolução Francesa: o ponto de partida do *revisionismo histórico*

O *revisionismo histórico*, ao eleger a ideologia como eixo central das análises, não dá atenção às contradições objetivas, às circunstâncias históricas e aos conflitos entre diferentes classes sociais, já que o foco argumentativo se dirige ao combate entre o *são*, o *normal* e o *natural*, de um lado, e o *louco*, o *doente* e o *colérico*, de outro lado. Conforme salienta Losurdo, a guerra de independência anti inglesa nos EUA, por exemplo, é inseparável da guerra civil no interior da comunidade branca e da repressão contra os povos indígenas. Este autor demonstra, através do caso norte-americano – percorrendo o contexto histórico desde a guerra de independência até à guerra de Secessão –, que as formas sucessivas de cisão e confrontação social não são uma característica particular ou exclusiva da Revolução Francesa.²³

No entanto – seguindo a argumentação de Losurdo –, com o intuito de demonstrar que o terror e a ditadura seriam “um produto exclusivamente francês e resultado imanente de uma ideologia determinada”, o *revisionismo histórico*, neste aspeto plenamente de acordo com o neoliberalismo, procede a abstrações arbitrárias: desconsidera as circunstâncias históricas; isola uma única etapa – aquela que seria relativamente mais “indolor” – do ciclo revolucionário inglês e norte-americano, contrapondo-as ao conjunto do ciclo revolucionário francês; ao isolar uma etapa particular – a Revolução Gloriosa e a guerra de independência norte-americana –, faz, ao mesmo tempo, “abstração da história da sociedade civil em relação à história

²² LOSURDO, *op.cit.* p. 33-39, 25.

²³ LOSURDO, *op.cit.* p. 43-67.

daqueles que foram tratados como *bárbaros* e *selvagens* (irlandeses e escoceses, em um caso, negros e indígenas, em outro caso)”.²⁴

Neste sentido, Losurdo considera que o *revisionismo histórico* se baseia, invariavelmente, na comparação entre grandezas totalmente heterogêneas. É nesta base que se pode “celebrar a tradição liberal anglo-saxónica como sendo, desde o início, sinónimo de liberdade para todos e recusa de toda forma de coerção e violência”. Neste caso, conforme salienta este autor, o conflito entre diferentes liberdades é abafado em um esquema que suprime as contradições objetivas. De modo que “o balanço histórico é sobretudo traçado a partir das ‘boas intenções’ dos protagonistas da Revolução Americana; ‘boas intenções’ estas que em outros casos são lidas como expressão de uma consciência ideológica”. Segundo Losurdo, seria possível, com os mesmos argumentos, defender a Revolução Francesa e a Revolução de Outubro; contudo, é significativo que tais argumentos sejam exclusivamente utilizados em benefício da Revolução Americana.²⁵

Losurdo identifica duas formas de “desespecificação” que expressam estratégias para a defesa de um ponto de vista: a *desespecificação político-moral* e a *desespecificação natural*. A primeira, como o próprio nome diz, baseia-se em desqualificações do *outro* de ordem político-ideológica. A segunda corresponde a desqualificações de carácter ontológico, ou seja, independentemente das atitudes e opções do *outro*; trata-se, neste caso, da separação entre *civilização* e *barbárie*. O *revisionismo histórico*, nos mais variáveis casos, utilizando tais formas de “desespecificação” – uma ou outra, ou ambas, conforme o caso –, posiciona-se na defesa dos detratores das experiências históricas que analisa; no caso da Revolução Francesa, trata-se da identificação com os argumentos e vivências dos adversários do jacobinismo e do ciclo revolucionário.²⁶

²⁴ LOSURDO, *op.cit.* p. 84. Pode-se dizer que a análise sobre o *revisionismo* na história norte-americana ilustra com clareza o carácter de conservadorismo desta corrente: ao alegar que a política dos Estados do Norte ter-se-ia pautado por uma tentativa de imposição da igualdade racial, depreciando-se uma tradição secular de valores e costumes estabelecidos nos Estados do Sul; ao considerar que uma tal política de violência e opressão teria acarretado para o povo norte-americano a *tragédia* da Guerra de Secessão, legitima-se a ideologia da supremacia branca. Segundo Losurdo, repetem-se *todos* os argumentos utilizados pelo *revisionismo histórico* na polémica contra o jacobinismo e o bolchevismo (p. 88). Trata-se, deve-se acrescentar, de um modelo argumentativo curiosamente análogo àquele que é dominante no espaço público português a propósito da interpretação sobre a descolonização: também neste caso a questão do colonialismo é eclipsada – tal qual a escravidão no exemplo norte-americano –, ou melhor, *normalizada* e suprimida do debate, de modo a condenar-se a conduta daqueles que questionaram, e transformaram, o sistema.

²⁵ LOSURDO, *op.cit.* p. 84, 95.

²⁶ LOSURDO, *op.cit.* p. 73-79.

Hobsbawm converge com Losurdo na consideração de que o *revisionismo histórico* sobre a Revolução Francesa se estrutura a partir do juízo condenatório sobre Outubro de 1917 – ou seja, com base na *desespecificação político-moral* que associa jacobinismo e bolchevismo. Com o intuito de compreender este fenómeno, especialmente forte por ocasião do bicentenário da Revolução, em 1989, Hobsbawm procede ao balanço da historiografia, desde seus primórdios, em inícios do século XIX. Precisamente aí, no período da Restauração, identifica o desenvolvimento do modelo de *revolução burguesa*, o qual expressaria uma luta política dos liberais moderados contra o reacionarismo. Portanto, num período em que a Revolução parecia indispensável, devendo ser valorizada em sua integralidade – inclusive em suas partes indefensáveis em termos liberais, que os liberais não queriam defender e que eles próprios haviam derrubado: o jacobinismo de 1793-1794 –, esta experiência histórica foi lida como a longa ascensão da classe média e a construção de uma nova sociedade a partir da destruição do Antigo Regime.²⁷

Ao longo do século XIX, segundo Hobsbawm, o liberalismo burguês consolidou-se com base na experiência da Revolução Francesa. Contudo, paralelamente e cada vez mais, a Revolução Francesa também servia de modelo para os movimentos operários e revoluções sociais. De modo que em finais do século, o liberalismo burguês – exceto na Rússia e na Turquia – “não precisava mais de uma revolução nem a desejava”; estava, com efeito, “ansioso para afastar-se da análise que havia criado”. Neste contexto, a análise de classe, bem-recebida e apropriada pelos revolucionários sociais – como Marx –, passava a ser vista com suspeita por seus próprios fundadores: para os liberais do período da Restauração, a análise de classe fora relevante para o Antigo Regime mas não para o novo.

No entanto, para os novos revolucionários sociais, a questão da *revolução burguesa* tornava-se essencial como padrão comparativo para a análise da realidade. A reflexão marxista, portanto, baseou-se numa análise aprofundada da Revolução Francesa e de suas repercussões ao longo do século XIX. E também a análise da Revolução Russa pautou-se, em seu próprio tempo, por comparações com a Revolução Francesa. Assim, os debates sobre a Revolução Russa, ao dialogarem com a Revolução Francesa, mantiveram viva esta memória em âmbito internacional. Porém, cada vez mais, 1917 afirmava-se como “o protótipo da grande revolução do século XX”, uma

²⁷ HOBBSAWM, 1996, *op. cit.* p. 17-43.

inovação sem precedentes que superaria a *revolução burguesa*. No Terceiro Mundo, 1917 sobrepôs-se a 1789, que se manteve, entretanto, como “um ponto político de referência”.²⁸

Hobsbawm salienta que por ocasião do primeiro centenário da Revolução Francesa o tema mais controverso foi o da democracia, no sentido de democracia política e eleitoral: em 1889 jacobinismo significava democracia. No entanto, apesar desta polémica sobre a democracia, as mais diversas tendências políticas convergiam na avaliação da Revolução “como um notável acontecimento histórico, cujas maiores realizações eram julgadas positivamente”. Opiniões e obras que rejeitavam vigorosamente o legado da Revolução Francesa não ocupavam posição de destaque, sendo consideradas mais como propagandísticas do que como científicas.

Por volta do início do século XX, a historiografia da Revolução Francesa consolida-se, com a criação de uma cátedra na Sorbonne. Segundo Hobsbawm, os primeiros historiadores académicos da Revolução Francesa não eram marxistas; eram republicanos democráticos, o que os situava à esquerda do espectro político. A ascensão do fascismo em âmbito internacional, entretanto, provocou um considerável impacto na historiografia da Revolução Francesa. Conforme destaca Hobsbawm, o fascismo expressava a completa rejeição da Revolução Francesa; de facto, “até meados do século XX, a extrema-direita poderia praticamente ser definida por sua rejeição da Revolução, ou seja, não apenas dos jacobinos e de sua descendência política, mas também do liberalismo, de toda a ideologia do Iluminismo do século XVIII e do progresso do século XIX”. Assim, para este autor, a campanha em torno da memória da Revolução Francesa significou ideologicamente aquilo que a Frente Popular foi politicamente, ou seja, a união de todos os antifascistas. Neste contexto – em que, segundo Hobsbawm, a Frente Popular e a Resistência tinham transformado o Partido Comunista no maior partido de esquerda da França, e a partir dos anos 1930 seria possível situar a influência do marxismo na esquerda francesa –, verificou-se uma “fusão das tradições republicanas, jacobinas, socialistas e comunistas”.

Ao analisar a produção biográfica sobre a Revolução desde o início do século XX, Hobsbawm identifica que “o máximo interesse específico da esquerda na historiografia da Revolução Francesa é encontrado na década de 1930 e novamente nas de 1960 e 1970”. Em ambos os casos, havia a combinação de um forte partido

²⁸ HOBBSAWM, 1996, *op. cit.* p. 46-70.

comunista com uma radicalização mais geral. É, portanto, contra esta situação que se deve situar a reação que depois de 1940 era mais política do que historiográfica, mas que desde os anos 1980 é tanto política quanto historiográfica. Conforme demonstra Hobsbawm, “a ideia da Revolução Francesa como uma vitória burguesa na luta de classes, que Marx assumiu, veio dos liberais burgueses da Restauração”. Os marxistas apropriaram-se da historiografia republicana e reelaboraram-na, de modo que o ataque ao marxismo em finais do século XX significa também o ataque àquela historiografia.²⁹

Entende-se que semelhante contextualização sobre as origens da historiografia da Revolução Francesa e sua relação com a análise marxista é importante porque a depreciação intelectual do marxismo constitui um dos âmbitos do *revisionismo histórico* – trata-se, uma vez mais, de uma *desespecificação político-moral*, mas neste caso de natureza intelectual. Pode-se dizer que a ótica adotada é a mesma que orienta as interpretações sobre as experiências históricas em si: o ponto de partida para a estigmatização das análises marxistas é uma generalizada ideia de sua associação à defesa da Revolução Russa – a categoria de *revolução burguesa* é lida como uma legitimação de carácter teleológico do bolchevismo – e, em consequência, a adoção de modelos interpretativos rígidos e equívocos. O desenvolvimento e banalização de uma tal visão caricatural sobre as análises marxistas – que não apreende e nem se esforça por esclarecer minimamente a perspectiva do materialismo histórico – encontra suas raízes e justificativa primordial na autoidentificação do comunismo soviético com o marxismo. Desta forma, o *revisionismo histórico*, pautando-se numa escala retrospectiva de leitura da história que parte de princípios anticomunistas, inicialmente voltados para a condenação estrita do comunismo soviético (anos 1950), expande-se para a desqualificação intelectual e política de todo o pensamento e práticas conotadas com as esquerdas (anos 1980 e 1990 em diante).

Neste sentido, Jim Wolfreys identifica, através do exemplo da análise de François Furet, uma base da argumentação *revisionista* sobre a Revolução Francesa que opera em dois âmbitos: o ataque ao marxismo como corrente de pensamento, assumindo o seu conjunto pelo modelo de suas versões mais caricaturais; e uma leitura estreita da História pautada pela esfera do político, o que permite que não se considere a extensão dos conflitos sociais e sua importância para a compreensão do processo histórico – o

²⁹ HOBBSAWM, *op. cit.* p. 84-104.

qual, desta forma, pode mais facilmente ter o seu carácter de rutura minimizado. Nos termos de Wolfreys:

«The basic thrust of Furet's interpretation was to downgrade the significance of the revolutionary period opened up in 1789 and to minimize the extent to which it marked a historic break. He tried to replace the view of the Revolution as a sweeping social upheaval that transformed France with a narrowly political interpretation of the event that saw the birth of modern democracy as its sole notable legacy. His attack on social historians was twofold. First, he offered a re-reading of the Revolution that sought to understand the event independently of broader social and economic questions in order that its specifically political significance might be drawn out. His second target was Marxism, or at least the narrow doctrinal determinism popularized via the Communist Party».

Segundo Wolfreys, as *revisões* de Furet desenvolveram-se em três fases. Na primeira, a Revolução foi lida com lentes que apenas reconheciam a legitimidade de seus aspetos políticos, num sentido estrito, o que permitia a reprovação do desenrolar do processo revolucionário – considerado como um desvio: era a teoria da *dérápée* da Revolução Francesa. Assim, em 1965, François Furet e Denis Richet produziram uma crítica às, até então predominantes, explicações sociais sobre as origens da Revolução. 1789 não teria sido um conflito entre aristocratas e burgueses, mas um acidente, cujo efeito teria sido o de completar o processo de liberalização iniciado sob o Antigo Regime. O período de reforma constitucional aberto em 1789 teria sido desviado de seu curso e a intervenção do campesinato e dos *sans culottes* – forças opostas ao progresso e à modernização – teriam feito com que a Revolução fosse dominada por uma dinâmica nova e exterior, impulsionada por teorias da conspiração e sedes de vingança. Apenas após o Termidor a Revolução voltaria ao seu trilho. Segundo Wolfreys, o apoio em análises clássicas conservadoras e liberais reavivou a distinção entre os anos 1789 e 1791 – vistos sob uma luz positiva – e o período 1792-1794 – considerado um desastre.

No segundo momento, a partir de 1978, o foco da crítica incidiu na categoria de *revolução burguesa*, entendida como um mito. Finalmente, a partir de fins dos anos 1980, ter-se-ia configurado um consenso metodológico *revisionista* centrado na importância de analisar a Revolução com base no *discurso* e na *cultura política*, e não em *questões sociais e económicas*. Isto traduziu-se, na interpretação de Furet, na ideia de que “é a ideologia revolucionária que produz o Terror”; a ideologia jacobina torna-se

o substrato de resolução dos conflitos e a maneira pela qual a Revolução atribuía sentido a si mesma. De modo que, “sob o véu da ideologia”, os revolucionários não conseguiriam ver que a sua realização seria similar à do Antigo Regime: a formação de um Estado centralizado democrático. E desta forma, portanto – através da ideologia –, a Revolução teria podido representar uma continuidade mas ser experienciada como uma rutura.³⁰

Pode-se considerar que o *revisionismo histórico* adota paradigmas analíticos que falham quanto à explicação da realidade histórica. Tal como observa Wolfreys sobre a análise de Furet, muito embora este autor reconheça o papel essencial desempenhado pelas classes populares, não consegue explicar suas motivações; pois, para Furet, “a problemática da igualdade, por exemplo, não existe como uma questão prática, e sim puramente ideológica”. No entanto, conforme argumenta Wolfreys, a identificação da fome por Albert Soboul como uma experiência comum que liga várias categorias de trabalhadores durante a Revolução é “uma explicação muito mais convincente sobre o que é a fome e o que ela provoca do que a visão de Furet sobre realidades socioeconómicas como meros pretextos” para indicações ideológicas. Portanto, segundo Wolfreys, compreender a Revolução exige tanto um entendimento sobre as preocupações das elites quanto sobre a relação de forças com as classes populares; o facto de a Revolução ter envolvido uma luta política entre elites não permite a redução de seu significado a este único elemento.³¹ Com efeito, a ênfase *revisionista* na ideologia direciona o centro da atenção para a perspectiva das classes dominantes, seja de forma direta, como atores do processo, seja como agentes da manipulação das classes populares.

Pode-se dizer que a ótica analítica elitista, um traço comum às mais variadas correntes *revisionistas*, é particularmente cara no caso das interpretações sobre experiências revolucionárias – e neste sentido, o esclarecimento sobre o *revisionismo histórico* a respeito da Revolução Francesa é importante para o estudo da memória sobre a Revolução Portuguesa de 1974/75 porque seus argumentos reaparecem, um a um, nos discursos *revisionistas* sobre o 25 de Abril –, já que impossibilita a compreensão sobre a eclosão dos movimentos populares. Tal como salienta Wolfreys, citando Daniel Guérin, as pessoas comuns, o povo, não eram filósofos. Ou seja, se a

³⁰ WOLFREYS, Jim. «Twilight Revolution: François Furet and the Manufacturing of Consensus» in HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim (ed.) *History and Revolution. Refuting Revisionism*. Londres, Verso, 2007. 52-54.

³¹ WOLFREYS, *op. cit.* p. 56-59.

princípio – tal como o faz o paradigma *revisionista* – se suspende a consideração das causas materiais que impulsionaram a explosão revolucionária, como explicar a atuação política das classes populares através de movimentações sociais? Sob um ponto de vista elitista de leitura da história, apenas a ideologia e a manipulação podem ser respostas admissíveis.

Como destaca Wolfreys, as revoluções em geral envolvem “uma discordância entre as esperanças de seus participantes e a realidade social na qual estas aspirações se forjam e desenvolvem” – trata-se, nos termos de Koselleck, da distância entre o *horizonte de expectativas* e o *espaço de experiência*. Para Furet, no entanto, estas aspirações são interpretadas como “uma recusa para aceitar a realidade, e, portanto, consideradas inadmissíveis”. Assim, ao reduzir ao mínimo as conquistas da Revolução, seu único legado passa a ser o estabelecimento da democracia; quaisquer tentativas para alargar suas fronteiras ou para transformar esta democracia são entendidas como aspirações irrealizáveis. É possível dizer que uma tal concepção estrita sobre a esfera política encontra na ênfase na *ideologia* o alibi necessário para uma análise histórica elitista e conservadora: defensora do *status quo* e indiferente aos conflitos sociais, suas motivações e circunstâncias históricas. Wolfreys explicita este método utilizado na obra de Furet, cujo modelo, entretanto, é o mesmo empregado pelo *revisionismo histórico* em outros casos nacionais:

«With the political sphere cut loose from society, the historian is then free to people it with personalities driven by passions rather than interests and needs. Liberated from dealing with historically conditioned circumstances, he is no longer obliged to show the imprint of social conflicts on behavior».³²

Segundo Hobsbawm, apesar de a justificação para a *revisão* da historiografia da Revolução Francesa ser a acumulação de novas investigações, não se trata de uma disputa sobre factos e sim sobre interpretações. Não está em disputa a sucessão básica de acontecimentos, nem a sua natureza e periodização, de modo que o argumento *revisionista* “não é exatamente sobre a Revolução Francesa, mas sobre as grandes generalizações historiográficas e políticas que podem ser lidas nela”. Neste sentido, Hobsbawm considera uma grande ironia que o *revisionismo histórico* – ao questionar 1789 a propósito de 1917 – “ataque precisamente a interpretação da Revolução Francesa

³² WOLFREYS, *op. cit.* p. 69.

que primeiro foi formulada e popularizada pela própria escola de liberalismo moderado” da qual constitui um herdeiro político.

Todavia, há uma desproporção entre a amplitude das desqualificações sobre as revoluções sociais modernas empreendidas pelo *revisionismo histórico* e a real probabilidade de uma tal revolução no contexto de finais do século XX – algo muito mais remoto “do que pareciam os possíveis perigos da democracia em 1889”, para retomar a comparação entre os dois centenários. Segundo Hobsbawm, a investida do *revisionismo histórico* não indica uma ameaça de revolução social; trata-se principalmente de um ajuste de contas com o marxismo, que dominou o ambiente intelectual francês nos trinta anos após o fim da II Guerra Mundial. Uma tal mudança no cenário intelectual francês radica em razões históricas mais gerais. De acordo com Hobsbawm, remonta, em primeiro lugar, ao antifascismo dos anos 1930 e 1940, ancorado na ideologia tradicional do Iluminismo e dos valores republicanos, e que acabou por convergir, nesta fase, com o comunismo, justamente quanto na URSS o estalinismo se consolidava. Além disso, a profunda transformação social, económica e cultural do mundo desde a década de 1950, especialmente nos países capitalistas avançados, impulsionaram as esquerdas marxistas – que desde os anos 1960 se subdividiram em inúmeros grupos políticos dissidentes dos partidos comunistas – a repensarem seus modelos políticos; as mudanças na posição do proletariado industrial e nas estruturas e aspetos do capitalismo suscitavam o questionamento das teorias tradicionais das revoluções proletária e burguesa. Nesse sentido, Hobsbawm defende que o *revisionismo histórico* sobre a Revolução Francesa constitui um elemento de um *revisionismo* muito mais abrangente sobre o processo do desenvolvimento ocidental.³³

Com efeito, é possível afirmar que a base de sustentação do *revisionismo histórico*, transversal aos mais variados casos nacionais, é a deslegitimação dos posicionamentos políticos de esquerda a partir de pressupostos anticomunistas. Trata-se de uma *desespecificação político-moral* que ultrapassa a crítica intelectual ao marxismo; ou, por outras palavras, a crise do marxismo deve ser entendida como um aspeto deste movimento mais geral de desqualificação e posterior crise do pensamento político de esquerda. Assim, se o *revisionismo histórico* surge no meio intelectual na segunda metade dos anos 1950, desenvolve-se, ainda no ambiente intelectual, ao longo das décadas de 1970 e 1980 – já num contexto inicial de crise do marxismo e das

³³ HOBSBAWM, *op. cit.* p. 105-123.

esquerdas – e torna-se um fenómeno social nos anos 1990, não é por acaso que esta última fase de amplo florescimento do *revisionismo histórico* nas sociedades contemporâneas coincida com o período de mais aguda crise das esquerdas, após o colapso do mundo soviético.

Pode-se dizer que o exemplo da Revolução Francesa é esclarecedor quanto ao carácter do *revisionismo histórico* no sentido de atacar o pensamento de esquerda, em suas esferas política e intelectual. Trata-se de um elemento crucial para compreender não apenas a penetração das teses *revisionistas* na memória pública das sociedades – em inúmeros casos nacionais – como também o papel privilegiado cada vez mais desempenhado por estas versões da memória na disputa por uma visão hegemónica da história. Pois ao serem arrastadas, junto com o muro de Berlim, as utopias e esperanças engendradas pelo comunismo, a profunda crise de identidade vivida pelas esquerdas abriu espaço para que visões históricas baseadas na deslegitimação da tradição revolucionária passassem a desfrutar de considerável respaldo e visibilidade social. Enzo Traverso esclarece sobre este novo ambiente político-ideológico pós-1989:

«La idea misma de revolución ha sido criminalizada, inmediatamente reenviada a la categoría de “comunismo” y así archivada en el capítulo de “totalitarismo” de la Historia del siglo XX. Ha sido asimilado con el Terror y el Terror reducido al cumplimiento coherente de una ideología criminal (...). El capitalismo y el liberalismo parece que han vuelto a convertirse en el destino ineluctable de la humanidad, como había sido descrito por Adam Smith en la época de la Revolución Industrial y por Tocqueville después de la Restauración. Este diagnóstico no señala a un nuevo orden en construcción (...) sino a un sistema social-político que se presenta como la única respuesta posible a los horrores del siglo XX.»

Neste contexto, verifica-se o eclipse dos aspetos positivos do comunismo como pensamento político, asfixiados pelo destaque dado aos elementos autoritários e criminais dos regimes comunistas do século XX. Assim, reduzido e estigmatizado pela experiência do passado recente, o comunismo perde o seu carácter de otimismo, sua promessa de futuros melhores e mais justos – carácter este que, apesar de todas as contradições e disputas políticas, lhe acompanhou durante grande parte do século XX. Neste cenário de ampla rejeição da ideia de comunismo, Traverso destaca que a memória dos crimes nazistas – “[i]ntroduzid[a] en la consciencia histórica del mundo

occidental desde finales de los años setenta como um acontecimiento central do século XX” – se fundiu com a memória do “socialismo realmente existente”.³⁴

Este cenário explica a reapropriação da *teoria do totalitarismo* por parte de liberais e conservadores, tendo em vista não um combate político real – como nos anos 1950 – e sim a sustentação ideológica e consagração do capitalismo liberal, o qual é *naturalizado* na condição de realidade insuperável. Deve-se reconhecer, neste sentido, que o fenómeno *revisionista* da década de 1990 ultrapassa o domínio político original das leituras históricas sustentadas na desvalorização da tradição revolucionária – as quais sempre existiram através da representação de correntes de direita. No contexto pós-1989, a deslegitimação social do comunismo alcança tais proporções que o anátema da experiência histórica soviética – lida exclusivamente sob o seu viés criminoso, daí a funcionalidade, não inocente, do conceito de *totalitarismo* – se alastra para o conjunto da esquerda e para a própria ideia de *revolução*. Da mesma forma, o conceito de comunismo, enquanto projeto político, passa a ser lido como inexoravelmente inseparável dos regimes políticos assim denominados no século XX, o que implica a deslegitimação retrospectiva tanto das origens do pensamento comunista quanto de toda a tradição marxista, política e intelectual. Compreende-se, desta forma, o processo de hegemonização das ideias neoliberais, o que se reflete no facto de que perspectivas baseadas na condenação de revoluções e movimentos revolucionários tenham passado a desfrutar de grande visibilidade no espaço público das sociedades e, em muitos casos, se tenham tornado interpretações dominantes – tal foi o caso, por exemplo, da Revolução Francesa: como menciona Traverso, a tese *revisionista* de Furet impôs-se como leitura dominante por ocasião de seu bicentenário³⁵.

Considera-se, portanto, que a transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social – além de indicar o maior grau de aceitabilidade destas teses e por vezes mesmo sua penetração no senso comum, tornando-se *memórias fortes* – exige que sua análise não se restrinja a um ou outro caso nacional, de modo a não se perder a noção de uma tendência político-ideológica ampla e abrangente. As diferenças e especificidades de cada caso contribuem para uma compreensão de seu conjunto, assim como as repetições argumentativas demonstram sua essência comum. No caso da Revolução Francesa, trata-se fundamentalmente de comparações desproporcionais com

³⁴ TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007. P. 75-77.

³⁵ TRAVERSO, 2007, p. 96.

as Revoluções Inglesa e Americana, além de comparações depreciativas com a Revolução Russa e de ataques às análises marxistas – as quais também foram absorvidas no extenso movimento de deslegitimação das esquerdas, passando a sofrer de uma *desconfiança* e desprestígio social.

2-3.2. II Guerra Mundial: reavaliações sobre a natureza do conflito, o nazi-fascismo e a resistência

2-3.2.1. Reabilitações do nazi-fascismo: a supressão da questão colonial e a consagração do paradigma anticomunista como eixo interpretativo da história

Seguindo a lógica da argumentação *revisionista*, Losurdo menciona que após a história da Inglaterra e dos EUA ser transfigurada através de supressões sucessivas e abstrações arbitrárias, e o Terror jacobino, isolado de seu contexto histórico, ser caracterizado – a partir de uma *desespecificação político-moral* – como um delírio ideológico, “o ponto de partida para a catástrofe do século XX é o bolchevismo”, considerado como prolongamento e paroxismo do jacobinismo.³⁶ Assim, a deslegitimação da Revolução Russa relaciona-se diretamente com o processo de releitura da II Guerra Mundial.

Pode-se dizer que o *revisionismo histórico* sobre a II Guerra Mundial abrange dois pontos principais: a relativização/reabilitação do nazi-fascismo e a deslegitimação da resistência antifascista, ambos sustentados e interligados pela rejeição da tradição revolucionária, o que, por sua vez, se ancora em pressupostos anticomunistas, a partir da perspectiva criminalizadora do comunismo soviético. No que diz respeito à Alemanha, o pano de fundo para o desenvolvimento do *revisionismo histórico* é – nos anos 1980, e principalmente desde a reunificação – a “vuelta a los discursos violentamente anticomunistas”, antissoviéticos e vitimistas do período da Guerra Fria.³⁷ Pier Paolo Poggio menciona a trajetória intelectual do filósofo Ernst Nolte, que, nos anos 1960, entendia o fascismo como um fenómeno europeu e transpolítico, um “fenómeno de resistencia contra el proceso histórico universal de la modernidad, contra la transcendencia práctica encarnada por el marxismo” – assim se orientava sua obra publicada em 1963, *Der Faschismus in seiner Epoche. Die Action Française. Der italienische Faschismus. Der Nationalsozialismus*. Segundo Poggio, após 1968 Nolte

³⁶ LOSURDO, *op. cit.*, p. 97.

³⁷ ROBIN, Régine. «El nuevo devenir victimario de Alemania» in VINYES, Ricard (ed.) *El Estado y la Memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P.235.

acentuou sua orientação conservadora: começou a insistir cada vez mais na centralidade do antimarxismo e propôs a conceção do nazismo e do extermínio como resposta ao “terror vermelho”, mas não encontrou particular audiência. Após a *controvérsia entre historiadores (Historikerstreit)*³⁸ – quando suas teses alcançaram grande visibilidade e discussão pública na Alemanha Ocidental –, Nolte publicou, em 1987, uma obra, *Der Europäische Bürgerkrieg 1917-1945*, em que empreendia uma revisão de sua anterior interpretação do nazismo. Seu eixo explicativo passava a ser a questão do comunismo na história do século XX: através da categoria de *guerra civil europeia*, atribuída ao nazismo e a todo o fascismo “el papel de reacción defensiva contra la revolución comunista”; de modo que o “nazismo y Auschwitz se sitúan y explican dentro de un escenario que tiene la Revolución bolchevique por elemento desencadenante”.³⁹

De acordo com Poggio, a análise de Nolte sobre o nazismo e o extermínio dos judeus traduz-se numa dupla redução: por um lado, o nazismo é reduzido a uma reação ao bolchevismo, tal como o fascismo europeu não passaria de uma reação ao marxismo; por outro lado, o antissemitismo é reduzido a antibolchevismo e o extermínio de raça equiparado com o extermínio de classe. Desta forma, o antissemitismo desvincula-se de qualquer relação com o racismo, questão que não prende a atenção de Nolte; Poggio observa que, com efeito, a investigação sobre o Estado racial nazi implicaria, para a interpretação noltiana, o inconveniente de remeter tanto às origens internas e à longa duração do nazismo quanto ao seu carácter de “novedad y peculiaridad”, não redutíveis à “imagen de la réplica radical frente al comunismo soviético”.

Assim, o deslocamento de todo o eixo explicativo da história nazista para o bolchevismo faz com que o extermínio judeu seja entendido como um facto secundário, dentro da lógica de *guerra civil internacional*; um caso que não é “único” nem “incomparável”, apenas mais um entre tantos crimes de massa do século XX. No que diz respeito à análise do comunismo e do bolchevismo, segundo Poggio, a interpretação de Nolte – a exemplo de seu entendimento sobre o próprio regime nazista – baseia-se nas representações do imaginário coletivo nazi. De modo que, ao eleger-se a ideologia como centro do modelo interpretativo, desaparecem as classes sociais e os indivíduos, assim como qualquer possibilidade de compreender as bases sociais da Revolução Russa e do próprio bolchevismo. Desta forma, frustra-se o objetivo de compreensão da

³⁸ Esta questão será tratada no capítulo 3.

³⁹ POGGIO, Pier Paolo. *Nazismo y revisionismo histórico*. Madrid, Akal, 2006, p. 213-214, 106-107.

realidade histórica, uma vez que o historiador assume a perspectiva ideológica de seu objeto de estudo; conforme esclarece Poggio:

«Si, a juicio de Hitler, el marxismo se proponía el exterminio absoluto de sus adversarios y el bolchevismo perseguía la destrucción total de la cultura cristiano-occidental, esto se convierte para Nolte en el contenido histórico real de la ideología contra la que luchaba Hitler hasta el punto de poner en marcha un proyecto de contraaquilación que, llegados a este punto, es tan legítimo como comprensible.»⁴⁰

No mesmo sentido, Traverso observa que as fontes primárias nas quais Nolte baseia sua análise do *totalitarismo* comunista são textos de propaganda contrarrevolucionária, em relação aos quais o historiador alemão carece de um mínimo distanciamento crítico. De modo que, segundo Traverso, a análise de Nolte não deixa de ser um estudo interessante sobre a *percepção* a respeito do bolchevismo na Alemanha nazista. Uma tal opção por restringir a interpretação do conflito mundial ao carácter contrarrevolucionário da política nazista suscita, em última instância, o problema do ponto de vista hermenêutico em que repousa toda a argumentação de Nolte; de acordo com Traverso, trata-se da explicação de Auschwitz e da guerra nazi como um genocídio preventivo e uma guerra preventiva, ambos realizados por um regime que enfrentava a ameaça de uma terrível destruição e agia a partir do instinto elementar de autodefesa. Este prisma em que se pauta a análise de Nolte implica, como destaca Traverso, uma radical inversão da consciência histórica dominante no mundo ocidental desde o pós-guerra: pois ao eludir a questão da responsabilidade histórica da Alemanha nazi, situa-a na posição de vítima da guerra. Conforme esclarece Traverso:

«Nolte simply evacuates the question of ‘German guilt’ (*deutsche Schuldfrage*) – a question that Karl Jaspers raised in 1945 and that could easily be extended to the whole of Europe occupied by the Third Reich. (...) By contrast, Nolte’s interpretation of the ‘European civil war’ puts Germany as a whole on the side of the victims including the Nazi regime, which was threatened first by a Bolshevik uprising directed from Moscow and then by a war of extermination waged by both Soviet and Allied military forces. The persecutor transformed into a victim: Nolte’s revisionism lies in this reversal of the historical

⁴⁰ POGGIO, *op. cit.* p.109-116.

perspective. Much more than a canon of historiography, which is very difficult to define, this revisionism concerns a widespread historical consciousness»⁴¹

Em sentido semelhante, Poggio considera que a formulação *revisionista* de Nolte – ao entender o nazi-fascismo como resposta à *guerra civil* proclamada pelo comunismo – significa um retrocesso total na interpretação historiográfica. Pois nazismo e fascismo voltam a ser aquilo que pensavam os liberais e conservadores da época: uma reação violenta, mas necessária, diante do bolchevismo.⁴² Losurdo, por sua vez, destaca que a conceção de *guerra civil internacional* constitui uma apropriação e deslocação do sentido original de uma categoria forjada na própria época dos conflitos mundiais e cujo efeito imediato – a caracterização de uma ofensiva ideológica em âmbito internacional conduzida pela URSS – significa a condenação dos movimentos anticolonialistas em seu conjunto, considerados sem autonomia, manipulados por “ideólogos” da revolução. Losurdo esclarece que por ocasião da I Guerra Mundial, antes ainda de Outubro de 1917, a ideia de *guerra civil internacional* e o apelo à *revolução mundial* conformavam o arsenal ideológico dos dois campos que se afrontavam no conflito. Assim, ao apelar para a transformação da *guerra imperialista* em *guerra civil revolucionária*, Lenine apenas generalizava a palavra de ordem que cada um dos campos utilizava em referência exclusiva ao campo oposto. Não se tratava, contudo, da defesa de uma ofensiva revolucionária. Conforme salienta Losurdo, a crítica ao capitalismo desenvolvida por Lenine englobava a denúncia da política colonial; a formação de seu pensamento político não pode ser separada da maturação da onda anticolonialista a partir da segunda metade do século XIX. De modo que o “internacionalismo” de Lenine pouco tem a ver com a teoria da *guerra civil internacional* que lhe atribui o *revisionismo histórico*.⁴³ É possível dizer, neste sentido, que a supressão da questão colonial, ao impossibilitar a compreensão do contexto histórico em análise, abre caminho ao desenvolvimento da argumentação *revisionista* que se baseia na *ideologia* como principal eixo explicativo da história.

Para Losurdo, a supressão da questão colonial constitui um traço característico do *revisionismo histórico*. Trata-se da “relação estreita entre o nazi-fascismo e a tentativa de bloquear e inverter o processo histórico de emancipação dos povos coloniais” – o que se sustenta, deve-se acrescentar, em pressupostos ideológicos

⁴¹ TRAVERSO, 2007, in HAYNES; WOLFREYS, *op.cit.*, p. 140-141, 145-146.

⁴² POGGIO, *op. cit.* p.108.

⁴³ LOSURDO, *op. cit.*, p. 105-130, 136-137.

racistas. Segundo Losurdo, a supressão desta questão impossibilita que se compreenda adequadamente o nazi-fascismo; pois não é um acaso se os três países que desencadearam a II Guerra Mundial tenham sido os mais tardios da empresa colonial, que viram suas ambições frustradas e diretamente ameaçadas pelo anticolonialismo crescente: o Japão buscou seu “espaço vital” na Ásia; a Itália, na Etiópia e na Albânia; a Alemanha, na Europa oriental e nos Balcãs. Para o nazismo, portanto, o colonialismo era um exemplo para a conquista do espaço vital à Leste, com base na concepção de desigualdade entre as raças; é neste sentido, conforme sublinha Losurdo, que Hitler se referia constantemente tanto à conquista inglesa da Índia quanto à expansão branca e europeia no *Far West*. De modo que “como fundamento do genocídio existe um ato de *desespecificação naturalista*, o qual remete, em primeiro lugar, à história do colonialismo”.⁴⁴

A ideia de que a barbárie é exclusivamente exterior ao Ocidente constitui, segundo Losurdo, “o fio condutor do *revisionismo* alemão em seu conjunto”. Trata-se de concepções que, ao modificar a perspectiva de análise sobre a II Guerra Mundial – fixando o foco na ofensiva comunista –, implicam uma relativização e mesmo desculpabilização do nazi-fascismo. Losurdo menciona um exemplo da interpretação de Nolte que ilustra com clareza esta questão: para este autor, o carácter de guerra civil do conflito germano-soviético teria o sentido de retomada da guerra civil russa entre “vermelhos” e “brancos”; assim, com o *Kommissarbefehl*⁴⁵, Hitler recuperaria uma das regras mais horríveis da guerra civil russa, o que tornava compreensível atos que antes pareciam incompreensíveis ou execráveis: o *Kommissarbefehl* ou a solução final da questão judia. Segundo a crítica de Losurdo, uma tal perspectiva não apenas elude a relação intrínseca entre a tradição colonial e a “conquista” à Leste do III Reich: procura explicá-la a partir do contexto de uma *guerra civil internacional* no qual, “para além da barbárie dos métodos utilizados (sob a influência “asiática” e bolchevique), Hitler acaba por ter historicamente razão”.

Em outro nível de comparações e de sistema de compensações, François Furet considera que os crimes “perpetrados na URSS em nome da revolução proletária” teriam ultrapassado em muito aqueles do III Reich, “ao menos até 1941”. Conforme argumenta Losurdo, além de uma tal comparação equiparar dois movimentos políticos

⁴⁴ LOSURDO, *op. cit.*, p. 130-131, 226-233.

⁴⁵ Ordem escrita de Hitler, antes ainda do início da agressão contra a URSS, segundo a qual os comissários políticos do Exército Vermelho que fossem capturados deveriam ser imediatamente fuzilados.

bastante distintos – um que impulsiona o processo de descolonização, outro que se empenha em rejeitar as “raças inferiores” e renovar a tradição colonial inclusive na Europa –, a comparação opera-se sugerindo a possibilidade de parar a análise nas vésperas da operação Barbarossa: como se fosse possível “suprimir do nazismo os projetos de expansão colonial ao Leste da Europa, já anunciados em *Mein Kampf*”.⁴⁶ Neste sentido, Losurdo considera que semelhante linha argumentativa baseada no alinhamento de múltiplos aspetos que convergem na identificação do comunismo como principal elemento responsável pelos conflitos de uma época – com o objetivo de demonstrar que “a única contradição autêntica destas décadas foi aquela que contrapôs o Ocidente em seu conjunto (inclusive a Alemanha) ao comunismo” – impede a compreensão da dimensão da causa antifascista, assim como a significação da II Guerra Mundial:

«Le fait est que, si l'on supprime la question nationale et coloniale, si l'on élude la résistance désespérée engagée par les “indigènes” de l'Europe orientale et les “sous-hommes” en général, et si l'on élude aussi la lutte qui s'est développée dans les colonies contre toute “race impériale”, dans le sillage de la défaite de la “race de seigneurs”, il est impossible de comprendre la grande signification démocratique et émancipatrice de la Seconde Guerre mondiale.»⁴⁷

Poggio chama a atenção para um aspeto de fundamental importância: quais as razões do êxito de Nolte através da imprensa e dos demais meios de comunicação – apesar de todas as críticas que lhe são dirigidas, especialmente por ocasião da *Historikerstreit*, em 1986/87 – levando-se em conta que o radicalismo de suas teses deveria, no mínimo, torná-lo suspeito aos olhos da opinião pública moderada e da classe política? Segundo Poggio, existem dois motivos principais. O primeiro diz respeito à relativização do genocídio judeu, levada ao ponto da justificação sob a forma de resposta excessiva a uma ameaça iminente; o consenso neste ponto derivaria da confluência entre antijudaísmo, antissemitismo e anticomunismo, “una estratificación

⁴⁶ É esclarecedora a desconstrução de Losurdo sobre as bases comparativas e supressões históricas operadas pela argumentação revisionista: «Si, pour condamner la Révolution française, il [Furet] la sépare de l'abolition de l'esclavage aux colonies et la compare à une révolution américaine de laquelle a été effacé le sort des Noirs et des Peaux-Rouges, pour liquider révolution “prolétarienne”, l'historien français la détache du mouvement anticolonialiste que celle-ci promet, et la compare ensuite à un IIIe Reich qu'il voudrait épurer de la guerre coloniale d'extermination. Nous verrons Hitler comparer les “indigènes” de l'Europe orientale aux Peaux-Rouges du Far West: l'historiographie révisionniste glisse impartialement sur les uns et sur les autres» (p. 144-145).

⁴⁷ LOSURDO, op. cit., p. 139-145, 159-170.

muy presente en el conjunto de las sociedades europeas”. De acordo com Poggio, a estrutura interpretativa noltiana da história contemporânea goza de um amplo consenso também por um segundo motivo mais importante, relacionado com uma concepção conservadora e reacionária sobre as ideias políticas.

Pois se o ataque de Nolte é orientado ao comunismo histórico, “su verdadero objetivo es el comunismo ‘eterno’, la antiquísima tentación de poner en marcha sobre la tierra una sociedad de libres e iguales”. Assim, a luta entre nacional-socialismo e bolchevismo e a *guerra civil europeia* do século XX “son episodios de un conflicto que, en opinión de Nolte, encuentra su causa original en la voluntad de trascender lo existente y hacer realidad la utopía”. De modo que o século XX teria sido marcado pelo “conflicto mortal entre el impulso máximo a la transcendencia, encarnado por el comunismo, y la feroz resistencia en nombre de la naturaleza, expresada en el nazismo”; uma luta que “terminó con la derrota de ambos y la victoria del capitalismo”. É interessante notar, conforme sublinha Poggio, que Nolte não compartilha o otimismo dos liberal-democratas sobre o contexto pós-1989 – otimismo este evidenciado, em última instância, na ideologia do *fim da história* –; para Nolte, “la lucha no puede terminar porque el ‘motor inmóvil’ de la disolución de toda sociedad y ordenamiento político bien estructurado está siempre en marcha: la izquierda ‘eterna’ seguirá alimentando las ideologías del cambio revolucionario, tal como hizo en el pasado”.

Torna-se, portanto, evidente o atrativo exercido por um tal naturalismo político – a “convicción de que existe un orden histórico natural, que la política y la cultura deven defender y valorizar”, “permanentemente amenazado por enemigos internos y externos, asediado por el universalismo y el particularismo” –⁴⁸ no contexto político-social de finais do século XX, marcado por uma forte hegemonia de carácter conservador. É possível considerar que o significativo êxito do *revisionismo histórico* no que diz respeito à influência que exerce, principalmente a partir dos anos 1990, no âmbito da memória social sobre o passado recente relaciona-se com a abrangência e diversidade do fenómeno, composto por variadas nuances argumentativas – ao contrário, por exemplo, do *negacionismo*, um movimento mais compacto e extremo e, desta forma, com menor capacidade de provocar eco social. Neste sentido, Poggio menciona a importância de contribuições de estudiosos de orientação conservadora ou liberal – afastados do extremismo de Nolte e de qualquer forma de antissemitismo – para a

⁴⁸ POGGIO, *op. cit.* p. 129-131.

extensão da credibilidade social do *revisionismo histórico* sobre o nazismo e o genocídio.

É o caso, por exemplo, do historiador Andreas Hillgruber, que, segundo Poggio, não atenua as dimensões ou as características do extermínio judeu; limita-se a colocar no mesmo plano duas catástrofes nacionais decorrentes da II Guerra Mundial: o assassinato do povo judeu entre 1941 e 1944 e, imediatamente depois, em 1944-1945, a expulsão dos alemães da Europa centro-oriental e a destruição do Reich. Conforme observa Poggio, equiparar judeus e alemães no contexto de guerra mundial “no sólo resulta moralmente inaceptable, sino que provoca una distorsión cognitiva y una manipulación de la realidad histórica”, pois a dupla identificação com as vítimas de ambas as catástrofes produz, automaticamente, “una relativización funcional a la revisión del juicio histórico que recayó sobre Alemania”. Através deste procedimento, é possível “prescindir de atenuar o negar una de las dos catástrofes”, porque ao colocá-las no mesmo plano sublinha-se implicitamente a opção de questionar as responsabilidades alemãs na guerra.⁴⁹ No caso da interpretação de Hillgruber, o aspeto do anticomunismo, não sendo o eixo fundamental da análise, apresenta-se no âmbito da *identificação* do historiador com o exército alemão da frente oriental, que ter-se-ia esforçado por defender a população alemã das vinganças do Exército Vermelho – perspetiva que, deve-se reconhecer, significa uma redefinição ético-política na forma de interpretar a II Guerra Mundial, sob um viés antissoviético.

Pode-se dizer, portanto, que *revisionismo histórico*, em suas análises sobre a II Guerra Mundial, destaca – de forma muito diferenciada, proporcionalmente à diversidade argumentativa desta corrente político-cultural – o âmbito da cruzada ideológica contra comunismo. É certo que o elemento da *contrarrevolução* constitui um dos aspetos do nazi-fascismo, embora não seja seu fator central e estruturador. Além disso, como sublinha Losurdo, “a cruzada ideológica contra o bolchevismo não anula a guerra racial”: não é por acaso que o combate contra a URSS foi interpretado segundo categorias já utilizadas no curso do primeiro conflito mundial, antes da Revolução Russa, tais como a luta entre germanos e eslavos. Em última análise, “a cruzada ideológica acaba por subordinar-se à guerra racial”, pois “o bolchevismo é condenado com base em esquemas próprios à tradição de pensamento reacionário, na condição de uma ideologia *estrangeira* à Alemanha, à Europa e à civilização enquanto tal, uma

⁴⁹ POGGIO, *op. cit.* p. 99-101.

ideologia intrinsecamente *asiática e bárbara*”; de modo que “a luta contra o comunismo é um aspeto da luta racial contra os bárbaros”. Neste sentido, ao menos em relação à frente oriental, Losurdo considera que a categoria de *guerra civil internacional* é insuficiente, já que a dicotomia “primária e decisiva é aquela que opõe *barbárie e civilização, eslavos e germanos, raça de selvagens e de escravos*, de um lado, e *raça de senhores*, de outro”.⁵⁰ Neste ponto, convém mencionar a aguda crítica de Traverso à tese de Nolte, cuja total desconsideração sobre a questão colonial – eclipsada pela cruzada anticomunista – impossibilita uma adequada compreensão sobre o nazismo:

«If Nazism achieved a fusion of three different struggles – a colonial assault on the Slavic world, a political struggle against communism and the Soviet Union, and a racial fight against the Jews – into a unique war of conquest and extermination, this means that its model could not be Bolshevism. It would be more relevant and coherent to find its ‘model’ in the colonial wars of the nineteenth century, which were actually conceived by the European imperialist powers as the appropriation of ‘living space’, a colossal plundering of the conquered territories, a process of enslavement of the indigenous peoples and, according to a Social Darwinist model, the destruction of ‘inferior races’. Such colonial wars have often taken the form of extermination campaigns by European armies that were convinced they were carrying out a ‘civilizing mission’. In a completely different historical context, they were inspired by the same fanaticism and crusading spirit that characterized the Nazi war against the USSR. (...) The historical laboratory for Nazi crimes was not Bolshevik Russia but the colonial past of Western civilization, in the classical era of industrial capitalism, imperialist colonialism and political liberalism. Formulating it in Nolte’s own words, we could appropriately describe this historical background as the ‘causal nexus’ and the ‘logical and factual precedent’ for Nazi violence. But it is not at all surprising that the new anti-communist paradigm completely ignores this historical genealogy».⁵¹

Outro aspeto do *revisionismo histórico* a respeito da II Guerra Mundial, segundo Losurdo, é a desconsideração sobre o estado de *guerra total*, que significou o controlo sobre a vida privada de toda a população, a extensão da disciplina militar da frente à retaguarda, conforme a lógica da “mobilização total”, da “guerra total”, da “política

⁵⁰ LOSURDO, *op. cit.*, p. 271-272. Itálico de nossa autoria.

⁵¹ TRAVERSO, 2007, *in* HAYES; WOLFREYS, *op. cit.*, p. 143.

total”. Advém daí a gênese do termo e a realidade do *totalitarismo*, que combina o *terror do alto* e o *terror de baixo*. De acordo com Losurdo, o *revisionismo histórico* abstrai estes factos macroscópicos do contexto histórico e “pretende deduzir, *a priori*, o universo concentracionário do projeto revolucionário”, além de silenciar igualmente sobre as tendências *totalitárias* que, na mesma época, se manifestavam em outros países europeus. Contudo, foi justamente a tradição política incriminada pelo *revisionismo histórico* que denunciou, desde o primeiro conflito mundial, os efeitos *totalitários* da guerra: Losurdo menciona que enquanto Bukharine aludiu à “horrível fábrica de cadáveres”, Rosa Luxemburgo denunciou os campos de batalha, o “extermínio de massa” que se tornou um “assunto cotidiano e monótono”, de modo que se difundiu na retaguarda “uma atmosfera de assassinato ritual”. No entanto, Losurdo salienta que tal apreciação sobre o contexto de *guerra total* não significa a negação do peso exercido pela ideologia no Terror jacobino ou no *gulag* bolchevique; sem dúvida, para além da série de circunstâncias históricas desconsideradas pelo *revisionismo histórico*, o Terror derivou também do “desajuste entre projeto político e situação histórica”.⁵²

A propósito desta questão, é interessante a reflexão de Traverso sobre a importância de compreender a violência comunista – suas origens, posterior desenvolvimento e relações com a ideologia – de modo a proceder a uma crítica eficaz da argumentação *revisionista*. Em primeiro lugar, Traverso salienta que antes da I Guerra Mundial o ambiente cultural marxista era partilhado pelo bolchevismo russo e a social-democracia alemã, por Lenin e Kautsky – de quem, até 1914, o líder bolchevique se considerava um discípulo. Desta forma, “se a mesma ideologia inspirara tanto os atores quanto os mais agudos críticos da Revolução”, é difícil concluir, como o fazem Ernst Nolte e Stéphane Courtois – autor da introdução do *Livro Negro do Comunismo* e discípulo de François Furet – que a ideologia teria produzido a guerra civil russa. Segundo Traverso, diversas escolhas e medidas bolcheviques – como a dissolução da Assembleia Constituinte, a censura, a supressão da oposição política, as execuções da *Cheka*, a criação dos primeiros campos de trabalho forçado em 1919, etc. – não podem ser lidas como “derivadas do marxismo da mesma forma como Auschwitz e as leis de Nuremberga podem ser entendidas como coerentemente derivadas de uma racista e biológica visão do mundo do nacional-socialismo”. No entanto, “se o Terror Vermelho não foi um subproduto automático da ideologia, certamente resultou de escolhas

⁵² LOSURDO, *op. cit.*, p. 206-217.

políticas”; Traverso sublinha que a extensão da repressão e o sufocamento de quaisquer críticas – inclusive as críticas provenientes do campo revolucionário – “não podem ser exclusivamente explicadas como resultado do contexto histórico, do Terror Branco ou da ameaça constituída pela coalizão militar antissoviética”.

Traverso converge com Losurdo acerca da importância de considerar o contexto de guerra civil – o qual, indubitavelmente, influenciou as medidas do regime soviético, além de ter acentuado a tendência ao recurso à violência –, muito embora não se possa descartar o papel da ideologia desempenhado na política bolchevique. Assim, se por um lado a ideologia não produziu a guerra civil, e se o Terror Vermelho de facto foi uma resposta ao Terror Branco – “numa situação de violência endémica, com sua espiral de radicalização e excesso, que o governo bolchevique tentou controlar e canalizar” –, por outro lado esta mesma ideologia intensificou os conflitos e acentuou ainda mais a violência, contribuindo, portanto, para “o estabelecimento de um regime autoritário e antidemocrático que finalmente destruiu todas as esperanças emancipatórias de 1917”. Conforme esclarece Traverso, o culto da violência, a completa subestimação do papel da lei no novo Estado revolucionário, a visão normativa da ditadura como instrumento da transformação social, são “elementos que não derivaram das circunstâncias, mas que ajudaram a forjar a resposta bolchevique” a estas mesmas circunstâncias.

Partindo-se de um tal reconhecimento sobre a complexidade da realidade histórica, é possível reiterar o equívoco das interpretações *revisionistas*, as quais, ao basearem a análise na condenação do comunismo, simplificam e distorcem a história. Segundo o entendimento de Traverso, as visões de Nolte, Courtois e Furet fracassam em apreender a diferença fundamental entre comunismo e fascismo; trata-se – pode-se acrescentar – de uma falha de certa forma inerente à opção metodológica pela teoria do *totalitarismo*, que, no mais das vezes, implica uma ênfase exclusiva nos elementos comuns de política autoritária e violenta. Nos termos de Traverso:

«None of these three approaches can grasp the fundamental difference that separates communism from fascism, in spite of their criminal outcomes and of the formal affinities of their ruling systems. The Stalinist legacy, made up of a mountain of ruins and dead, did not erase the origins of communism in the tradition of the Enlightenment and eighteenth-century rationalist humanism. Marxism descended from this cultural tradition and was one of its main currents until the First World War and the Russian Revolution. This relationship explains the fact that many critics (and victims) of Stalinism

combated it in the name of Marxism, communist ideas, democratic principles and humanist values. By contrast, fascism and Nazism, in spite of their racist scientism and their cult of modern technology, were extreme outcomes of the Counter-Enlightenment. ‘The year 1789 will be expelled from history’, declared Josef Goebbels in 1933, when Nazism came to power in Germany. Unlike communism, fascism did not wish to destroy capitalist society but opposed the figure of the leader and the principle of authority to democracy and popular sovereignty, order and hierarchy to freedom and law, race and nation to individuality and humanity. The instrumental rationality at the heart of the modern world’s violence – total wars and atomic bombs, concentration camps and industrial killing – does not chance this fundamental difference. Any theory of totalitarianism that shows itself indifferent to this difference is condemned to understand nothing of the history of the last century.»⁵³

Percebe-se, uma vez mais – a exemplo do caso da Revolução Francesa –, que o *revisionismo histórico* se ancora na face criminal do comunismo estalinista para deslegitimar o pensamento intelectual e a prática política de esquerda, particularmente a tradição marxista. Trata-se de um processo abrangente, que projeta seus efeitos de forma retrospectiva e prospectiva – ou seja, o anátema do comunismo soviético expande-se tanto retroativamente, para as origens da ideologia comunista no século XIX, quanto para todas as correntes políticas que se situam à esquerda do espectro político, até à atualidade. No caso das interpretações sobre a II Guerra Mundial, a consequência imediata desta opção hermenêutica é relativizar as responsabilidades políticas ou reabilitar mais diretamente os regimes nazi-fascistas.

2-3.2.2. *Negacionismo e revisionismo histórico*: limites e aproximações

Conforme reconhece Losurdo, a dimensão da propaganda de guerra desenvolvida durante o primeiro conflito mundial – baseada na desumanização do adversário, destinava-se à invenção de “atrocidades” ou à inflação e leitura unilateral de atrocidades realmente cometidas, com vistas à criminalização do inimigo – é utilizada como justificativa para argumentações que serão conhecidas como *negacionistas*, empenhadas em negar a existência de certos factos históricos – nomeadamente o extermínio judeu – por os considerar falsos ou inventados.⁵⁴ Pierre Vidal-Naquet

⁵³ TRAVERSO, 2007, in HAYNES; WOLFREYS, *op. cit.* p. 152-155.

⁵⁴ LOSURDO, *op. cit.*, p. 197-200.

menciona o historiador norte-americano H. E. Barnes, que poderia ser considerado como o patriarca do *negacionismo*⁵⁵; insurgindo-se contra a explicação que atribuía a responsabilidade da eclosão I Guerra Mundial somente aos impérios centrais, Barnes não apenas destrói a ortodoxia da Entente e de seu aliado norte-americano, inverte-a: numa obra de 1929, *The Genesis of the World War*, este autor descobre – ou inventa, como sugere Vidal-Naquet – um “complô franco-russo que causou a guerra”. Barnes, paradoxalmente, evoca o *caso Dreyfus*⁵⁶ como exemplo e justificativa para o argumento de total desresponsabilização da Alemanha sobre a génese do conflito mundial – o que, segundo Vidal-Naquet, constitui uma tese tão absurda quanto a sua inversa.⁵⁷

A corrente *negacionista* reivindica a denominação de *revisionismo* como forma de autolegitimar-se. Pois a criação da oposição entre uma suposta escola *exterminacionista* – em alusão ao extermínio judeu, deslocado, desta forma, para a condição de mera hipótese da historiografia dominante – e outra *revisionista* confere às argumentações de cunho *negacionista* a legitimidade da participação no debate académico sobre a II Guerra Mundial. Vidal-Naquet elucida o contrassenso da situação:

«Il existe des écoles historiques qui en affrontent d'autres, lorsque de nouvelles problématiques, de nouveaux types de documents, de nouvelles “topiques” (Paul Veyne) font leur apparition. (...) Mais dirait-on qu'il existe une école pour soutenir que la Bastille a été prise le 14 juillet 1789 et une autre qui affirmerait qu'elle a été prise le 15? Nous sommes ici sur le terrain de l'histoire positive, *wie es eigentlich gewesen*, comment les choses se sont effectivement passées, selon la formule, au siècle dernier, de Ranke, un terrain où le vrai, tout simplement, s'oppose au faux, indépendamment de toute interprétation.»⁵⁸

Portanto, se as fontes, os factos e o compromisso com a verdade – por mais provisória e discutível que seja a verdade histórica – limitam o trabalho historiográfico, o *negacionismo* indica, como ressalta Vidal-Naquet, mais do que um esforço gigantesco por criar um mundo de ficção: trata-se de eliminar da história um imenso acontecimento.⁵⁹ Como sugere Valentina Pisanty, a insistência em torno da negação das

⁵⁵ Nos artigos reunidos no livro *Les assassins de la mémoire. «Un Eichmann de papier» et autres essais sur le révisionnisme* (Paris, La Découverte, 1987) Vidal-Naquet denomina *revisionista* a corrente *negacionista*. Contudo, opta-se neste trabalho pela distinção entre *revisionismo histórico* e *negacionismo*.

⁵⁶ Conflito social e político na sociedade francesa de finais do século XIX, marcado pela questão do antisemitismo; remete à condenação, em 1894, do oficial do exército francês, de origem judia e alsaciana (região anexada pelo império alemão em 1871), Alfred Dreyfus, acusado injustamente de espionagem.

⁵⁷ VIDAL-NAQUET. «Thèses sur le révisionnisme (1985)» in *op. cit.* P. 109-111.

⁵⁸ VIDAL-NAQUET. «Un Eichmann de papier (1980)» in *op.cit.*, p. 31.

⁵⁹ VIDAL-NAQUET. «Thèses sur le révisionnisme (1985)» in *op. cit.* p. 132.

câmaras de gás explica-se por ser este o maior obstáculo para a intenção de reabilitação do regime nazista. Pois, enquanto se podem ensaiar justificativas para a política expansionista hitleriana, as leis raciais, as deportações e até os campos de concentração, as câmaras de gás permanecem como um capítulo demasiado aberrante da história da humanidade para poder ser relativizado.⁶⁰

Vidal-Naquet e Pisanty identificam nas origens do *negacionismo* um fenómeno de extrema-direita, com o objetivo exclusivo de relativizar os crimes nazistas e reabilitar a Alemanha de Hitler. Vidal-Naquet salienta que enquanto na Alemanha há uma ligação estrita ao meio político de uma extrema-direita herdeira do nazismo, em outros países, como a França, o movimento está relacionado tanto a uma extrema-direita racista e antissemita quanto a alguns grupos de extrema-esquerda. Trata-se, neste caso, do objetivo de romper com o consenso antifascista resultante da II Guerra Mundial e ratificado pela revelação do extermínio dos judeus; no espírito desta extrema-esquerda, faz-se necessário, segundo Vidal-Naquet, diminuir a importância dos crimes nazis e aumentar, pelo contrário, a culpabilidade do mundo ocidental e do mundo comunista, de forma a trazer à tona a opressão comum.⁶¹

De acordo com Pisanty, o *negacionismo* apenas conquista um público mais significativo quando perde os traços mais evidentes de sua herança racista e consegue mascarar-se sob um paradigma historiográfico objetivo e científico. Neste processo, desempenhou um papel importante o caso do francês Robert Faurisson, professor de literatura na Universidade de Lyon, cujas teses *negacionistas* passaram a desfrutar de alguma visibilidade nos meios de comunicação franceses, a partir de meados dos anos 1970. A polémica culminou em 1979, com a abertura de processos judiciais contra Faurisson, o que suscitou o apoio de numerosos intelectuais em defesa da liberdade de expressão – entre os quais o renomado filósofo norte-americano e ativista político de esquerda, Noam Chomsky.

Ao mesmo tempo, foi fundado, em 1978, o *Institute for Historical Review* e, no ano seguinte, decorreu em Los Angeles o primeiro congresso mundial de estudos revisionistas. Segundo Pisanty, desde a sua fundação, o *Institute for Historical Review* passou a ser o principal polo de atração de defensores do *negacionismo*. A instituição ocupa-se da organização de eventos e congressos, da publicação da revista porta-voz do

⁶⁰ PISANTY, Valentina. *L'irritante questione delle camere a gas. Logica del negazionismo*. Milão, Bompiani, 1998. P. 1.

⁶¹ VIDAL-NAQUET. «Thèses sur le révisionnisme (1985)» in *op. cit.* p. 122-125.

movimento, *Journal for Historical Review* (até 2002), e da venda e distribuição de livros e materiais *negacionistas*, antissionistas e antisemitas. Para além da propaganda na internet, um importante âmbito de divulgação destas ideias nos EUA são, segundo Pisanty, as publicações a cargo de estudantes universitários, que muitas vezes aceitam a difusão de textos *negacionistas* tendo em vista unicamente o princípio da liberdade de expressão; o resultado, contudo, costuma ser a instauração de grandes polémicas no meio local e, em consequência, a visibilidade pública e discussão sobre estas teses.⁶² É possível afirmar, portanto, que no que diz respeito ao *negacionismo* não se trata tanto – como parece ser o caso do *revisão histórico* – de um processo gradual de maior aceitabilidade social destas teses e sim, mais precisamente, de uma maior exploração por parte de seus defensores, desde finais dos anos 1970, dos meios de comunicação social como forma de difusão destas ideias. Neste caso, o *uso público da história* permite uma maior circulação social de teses provenientes de grupos muito extremistas.

Para além desta exploração pelos *negacionistas* do *uso público da história* como vetor para a divulgação de suas teses, Vidal-Naquet também sugere que, inversamente, o próprio desenvolvimento, a partir dos anos 1970, de formas de utilização ético-política do passado no espaço público das sociedades conferiu abertura para a aceitabilidade de argumentos *negacionistas*: segundo este autor, a crise do *negacionismo* produz-se no Ocidente após a difusão massiva da série *Holocausto*⁶³, ou seja, após a espetacularização do genocídio, sua transformação em pura linguagem e em objeto de consumo de massas.⁶⁴

Segundo Pisanty, a argumentação *negacionista* opera a partir de uma preliminar seleção do material histórico, deslegitimando e descartando todo documento que confirma a existência dos campos de extermínio e, paralelamente, valorizando os poucos testemunhos que confirmam suas teses. Verifica-se, portanto, uma intensa manipulação das fontes. Nos casos, por exemplo, em que os documentos utilizam uma linguagem codificada para aludir ao extermínio – uma prática utilizada pelos nazistas –, os *negacionistas* defendem uma interpretação literal, ao passo que quando os documentos referem diretamente o assassinio, alegam tratar-se de linguagem metafórica. Também no que diz respeito a comparações, não se propõem padrões sérios

⁶² PISANTY, *op.cit.* p. 8-23.

⁶³ Série televisiva norte-americana, em quatro capítulos, exibida nos EUA e Europa a partir de 1978; suscitou uma grande discussão pública sobre o passado protagonizada pelos meios de comunicação social, especialmente na Alemanha Ocidental.

⁶⁴ VIDAL-NAQUET. «Thèses sur le révisionnisme (1985)» in *op. cit.* p. 133.

de análise, prevalecendo a desproporção de factos e situações. Tal como esclarece Vidal-Naquet:

«C'est une pratique révisionniste fondamentale que de se refuser à distinguer entre les mots et la réalité. Il y a eu pendant la guerre mondiale des déclarations de chefs alliés à l'intention des Allemands qui ont été terribles, et des actes qui ne l'ont pas été moins et qui constituent des crimes de guerre dans tous les sens de ce terme. Mais il est remarquable de constater que les révisionnistes, tout en mentionnant ces faits (bombardements de Dresde, évacuation dramatique des Allemands des régions devenues polonaises ou redevenues tchécoslovaques, etc.), mettent volontiers l'accent sur des textes délirants, relevant d'un racisme de guerre élémentaire et qui n'ont pas reçu le plus petit commencement d'application. C'est ainsi qu'un certain Théodore Kaufmann, baptisé pour la circonstance conseiller personnel de Roosevelt, ayant publié pendant la guerre un pamphlet intitulé *Germany must perish*, et qui prévoyait la stérilisation des Allemands, ce pamphlet est placé sur le même plan que les discours de Hitler ou de Himmler qui avait, eux, la possibilité de passer à la pratique.»⁶⁵

Vidal-Naquet identifica nas relativizações e tentativas de justificar os crimes nazis um ponto de contacto entre *negacionismo* e *revisionismo histórico*. Assim, Nolte, por exemplo, utiliza alguns dos mesmos documentos e linha argumentativa de autores *negacionistas* para colocar no mesmo plano crimes idealizados e crimes reais.⁶⁶ No mesmo sentido, Pier Paolo Poggio considera que o *revisionismo* noltiano sobre o nazismo e o genocídio funciona como um enlace entre *revisionismo* e *negacionismo*. Para além do ponto de partida comum sintetizado na intenção de acabar com a “demonización del nazismo” – o que justifica a necessidade de relativização de seus crimes –, *revisionismo* e *negacionismo* confluem também na medida em que utilizam as mesmas categorias dos protagonistas nazis: ambos partem da plena identificação com as autorrepresentações legitimadoras dos fenómenos analisados. De modo que, segundo Poggio, ao substituir a realidade histórica pelo imaginário construído através da propaganda da época, o historiador converte-se num “continuador más o menos consciente de la acción política de los regímenes que estudia”. Desta forma, Poggio entende que Nolte efetua uma operação tanto política quanto epistemológica: ao situar-

⁶⁵ VIDAL-NAQUET. «Thèses sur le révisionnisme (1985)» in *op. cit.* p.120; PISANTY, *op.cit.* p. 13.

⁶⁶ VIDAL-NAQUET. «Les assassins de la mémoire (1987)» in *op. cit.* p. 166-168.

se no ponto de vista dos nazis, faz-se possível entender as suas razões.⁶⁷ Trata-se de característica também observada por Losurdo e que, segundo Poggio, abrange todo o *revisionismo*: a identificação com certos protagonistas históricos – nomeadamente, os detratores da revolução, os defensores de movimentos reacionários e conservadores.

Neste sentido, Poggio considera que o *negacionismo* entra em cena, a partir de finais dos anos 1970, no quadro do *revisionismo histórico*; “[c]rece con él, se nutre del mismo patrimonio político-cultural, exalta el revisionismo como consigna y lo lleva al extremo: ya no hay hechos evidentes, todo es construido y artificial, una mistificación”. O *negacionismo*, segundo Poggio, liga-se ao *revisionismo histórico* académico que, “en nombre de la neutralidad y de la cientificidad, libra una batalla ideológica contra toda crítica historiográfica del orden capitalista del mundo, reduciéndola a una forma (póstuma) de comunismo”. No entanto, apesar destas convergências de ordem mais geral, em termos de afinidades políticas é possível dizer que o *negacionismo* mantém sua especificidade como movimento mais extremo.

É interessante o entendimento de Poggio segundo o qual o anticomunismo, que ganhou numerosos novos adeptos entre os intelectuais com o fim do comunismo histórico, desempenha uma função de conexão entre as distintas cores políticas do *revisionismo* (e, poder-se-ia acrescentar, entre estas e as *negacionistas*): em particular, a filo-ocidental, liberal e teleológica e a cultura de direita. Para a primeira destas tendências, “las dictaduras modernas de derechas, incluidos fascismo y nazismo, se pueden reintegrar en el curso histórico general en virtud de la función que desempeñaron en el combate contra la revolución (el ‘peligro rojo’)”; com o fim do paradigma antifascista, de acordo com este ponto de vista, a representação do século XX “debe sufrir una torsión, si no un vuelco completo”: assim, equipara-se fascismo e comunismo, acentuando-se, porém, uma revalorização histórica do velho adversário, o qual, “depurado de sus excesos, puede volver a entrar en la familia política occidental”. No que diz respeito à cultura de direita, a valorização do fascismo e do nazismo sempre constituiu seu objetivo, reformulado de acordo com as circunstâncias. Portanto, segundo Poggio, os distintos *revisionismos* “no sólo confluyen en virtud de su programa anticomunista, sino por el objetivo estratégico de atenuar el Holocausto”; com efeito, os *revisionistas* “argumentan al unísono” que o extermínio judeu foi “el principal aglutinante del antifascismo posbélico” e da criminalização da Alemanha.

⁶⁷ POGGIO, *op. cit.*, P. 119, 95.

Além disso, de acordo com Poggio, o *revisionismo* constitui também uma resposta, “culturalmente regresiva”, à impossibilidade de eliminação. Pois “[e]n la medida en que la ruptura de la civilización marcada por Auschwitz no es enmendable”, o *revisionismo* oferece a oportunidade e os instrumentos para a relativização, “para poner todo en el mismo plano, para normalizar de manera ilusoria el pasado”. Neste sentido, ao *revisionismo* não interessa negar a solução final, e sim justifica-la sob o ponto de vista do nazismo – o que não impede, no entanto, que autores *revisionistas* como Nolte, por exemplo, confirmem credibilidade às teses *negacionistas*.⁶⁸

Portanto, é possível considerar o *negacionismo* como uma variante minoritária e extremista do *revisionismo histórico* – trata-se, nos termos de Poggio, de “una secta posmoderna fruto del encuentro entre los nostálgicos del nazismo con los epígonos del extremismo de izquierdas”⁶⁹. Ambos compartilham princípios gerais, como a rejeição da tradição revolucionária, o anticomunismo e o objetivo de relativizar o passado, além de ambos terem beneficiado do ambiente de hipertrofia do *uso público da história* de finais do século XX – embora seja nítida a diferença quanto à aceitabilidade social: enquanto versões *revisionistas* da história podem ser consideradas como memórias dominantes em muitas sociedades de fins do século XX, as teses *negacionistas* não desfrutam de considerável respaldo social. Não se pretende enfatizar demasiado e indevidamente a aproximação entre *negacionismo* e *revisionismo*; as diferenças são significativas e devem ser salientadas, em última instância porque o *negacionismo* caminha no sentido grave e intolerável de apagar, *tout court*, os limites entre história e ficção. É importante perceber, no entanto, que não se trata de um fenómeno totalmente estranho ao *revisionismo*, embora não se confunda com ele. Tendo em vista a significativa abrangência do *revisionismo histórico* e, em consequência, a existência de inúmeras nuances argumentativas, não se pode resumir o *negacionismo* a um simples subproduto do *revisionismo*; contudo, é clara a convergência – tal como demonstra Poggio através do exemplo de Nolte – entre as linhas mais radicais do *revisionismo* e o *negacionismo*. Nestes casos, a diferença subsiste nas estratégias adotadas: enquanto o *negacionismo* opta pela negação direta dos factos históricos, alegando sua falsificação ou invenção, o *revisionismo* adota formas substancialmente mais subtis, subterfúgios e confusões interpretativas que acabam por conferir-lhe uma fachada de maior

⁶⁸ POGGIO, *op. cit.* p. 89-91, 120-121.

⁶⁹ POGGIO, *op. cit.* p. 90.

respeitabilidade teórica – embora o resultado de suspensão da história não seja radicalmente distinto daquele sugerido pelo *negacionismo*.

2-3.2.3. A deslegitimação da resistência antifascista como efeito do paradigma anticomunista de interpretação histórica

Enquanto no caso alemão o *revisionismo histórico* se concentra preferencialmente em linhas argumentativas cujo objetivo principal é questionar, inverter ou enevoar o balanço histórico que atribui à Alemanha um considerável grau de culpabilidade quanto às razões e consequências do conflito mundial, em outros casos nacionais – como o italiano e o francês – há grande ênfase na deslegitimação da resistência antifascista. Segundo Poggio, a “crítica del antifascismo une a los principales exponentes del revisionismo histórico”, para os quais o antifascismo corresponderia a um “error histórico y una culpa política, algo absurdo y antihistórico, que hay que abolir y que, de todos modos, está totalmente acabado”.⁷⁰ Em Itália, a memória do antifascismo, que – atravessando diferentes fases e circunstâncias – se erigiu como “narración hegemónica” desde o pós-guerra e “mito fundacional” da República, passou a sofrer fortes questionamentos a partir da década de 1980. Num cenário de crise do sistema político italiano, o *revisionismo histórico* sobre o antifascismo e a Resistência “se asociaba al revisionismo de la dictadura fascista”, cuja imagem reabilitada e sintetizada na ideia de *autoritarismo à italiana* já vinha sendo enfatizada ao longo dos anos anteriores por historiadores e jornalistas.⁷¹

O mais célebre dos historiadores *revisionistas* italianos, Renzo De Felice – para além de alguns aspetos de sua investigação sobre a Itália fascista que significaram incontornáveis contribuições historiográficas –, interpreta o fascismo italiano, segundo a avaliação de Traverso, “como un régimen completamente diferente, por sus raíces, su ideología y sus fines, del nazismo con el cual habría establecido una alianza contra natura en 1940”; considera “la guerra civil italiana, entre 1943 y 1945, como la consecuencia de la elección antinacional de una minoría de resistentes, la mayor parte comunistas”; avalia Mussolini como um “patriota” pela fundação da República de Salò, o que teria evidenciado a escolha de sacrificar-se para “ahorrar a Italia un destino

⁷⁰ POGGIO, *op. cit.* p. 212, 213.

⁷¹ FOCARDI, Felippo. «El debate sobre la resistencia en Italia: legitimación política y memoria histórica de la Primera a la Segunda República» in VINYES, 2009, *op. cit.* p. 256-259.

comparable al de Polonia”.⁷² Em Itália, conforme demonstra Felippo Focardi, o *revisionismo histórico* sobre a resistência e o antifascismo encontra forte expressão no âmbito do *uso público da história*, especialmente a partir dos anos 1990. A ênfase impulsionada sobretudo por forças de direita – reiterada também por representantes políticos de esquerda – na construção de uma “memória compartilhada” – ou seja, trata-se da *simetria* de memórias, com a reabilitação de memórias fascistas, equiparadas com as memórias de vítimas judias ou de resistentes, ao mesmo tempo em que se aprofundavam as campanhas públicas contra a Resistência, particularmente dirigidas contra comunistas – evidencia a intenção de substituir a contraposição *fascismo-antifascismo* pelo parâmetro *totalitarismo-antitotalitarismo* ou *totalitarismo-democracia*.⁷³

Assim como em Itália, a Resistência antifascista torna-se, em França, memória oficial no pós-guerra e transforma-se em mito, aumentada e celebrada como ampla e influente. Em ambos os casos, para além de outras especificidades do contexto histórico que explicam semelhante construção memorial, o mito *resistencialista* cumpria funções políticas no cenário internacional: no caso italiano, tratava-se de ressaltar a contribuição de Itália na luta contra o III Reich, de modo a limitar a imposição ao país de uma paz punitiva; no caso francês, estava em jogo participar na grande aliança vitoriosa e, em consequência, integrar a comunidade internacional em formação.⁷⁴ O *revisionismo histórico* sobre a Resistência antifascista, por sua vez, insere-se, também em ambos os casos, no quadro da *obsessão memorial* das sociedades contemporâneas, marcado pela hipertrofia do *uso público da história*. Conforme observa Roussou, a situação caracteriza-se por um forte anacronismo, que se expressa tanto na desconsideração do contexto histórico da época, quanto na utilização de critérios de análise baseados na teoria *totalitária*:

«Anachronique, telle est une certaine lecture idéologique de la Résistance et de l’histoire des résistants, qui fustige les engagements antifascistes, malgré leur diversité et leurs motivations multiples. Le tout sous couvert d’un “antistalinisme” d’autant plus suspect que ses hérauts d’aujourd’hui furent hier ses meilleurs défenseurs. Telle est aussi une vision simpliste qui écarte d’un même mouvement et les résistans précoces et les résistants tardifs; et les

⁷² TRAVERSO, 2007, *op.cit.* p. 98, 99.

⁷³ FOCARDI, *op.cit.*, p. 261-273.

⁷⁴ Cf. FOCARDI, *op. cit.* p. 251; CONAN, Eric; ROUSSOU, Henry. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris, Fayard, 1994. P. 21, 22.

anonymes de 1940, souvent oubliés, et ceux, parfois plus célèbres, de 1943, dénoncés constamment au nom de la morale facile de ceux qui savent comment l’histoire s’est terminée. L’anachronisme atteint son paroxysme lorsqu’on finit par confondre dans l’opprobre le mythe résistencialiste d’après-guerre et la réalité du fait résistant, un processus aussi contraire à la vérité que les légendes gaullistes ou communistes qui ont prétendu réécrire l’histoire de tous les Français sous l’Occupation à l’aune de la minorité qui avait sauvé leur honneur.»⁷⁵

É importante esclarecer sobre o âmbito da relação entre o antifascismo e o comunismo, já que se trata da base de sustentação da argumentação *revisionista* voltada para a deslegitimação da resistência antifascista. Portanto, entender o surgimento e difusão pública destas interpretações em finais do século XX exige, em primeiro lugar, a compreensão daquele contexto histórico. Conforme salienta Traverso, reconhecer as limitações do antifascismo não esclarece toda a questão:

«Opposer les vertus d’un libéralisme historiquement innocent et politiquement lucide, véritable antithèse des totalitarismes, à un antifascisme par définition manipulé et aveugle, ne serait qu’une illusion retrospective, consistant à projeter dans la période de l’entre-deux-guerres la solidité des démocraties libérales d’après 1945. Une des conditions de l’influence du communisme au sein du monde intellectuel, dans un contexte marqué par la dépression économique et la montée des fascismes, résidait précisément dans la crise profonde des institutions libérales, essoufflées, ébranlées par la Première Guerre mondiale, minées par la poussée des nationalismes et, qui plus est, foncièrement incapables de s’opposer aux fascismes.»

Num tal contexto, a URSS era vista na Europa ocidental como “mais apta a bloquear o fascismo do que as forças tradicionais de um liberalismo decadente”. E, além disso, “a luta contra o fascismo necessitava de uma esperança, de uma mensagem emancipadora universal, que parecia oferecer o país da revolução de 1917” – num contexto histórico, deve-se acrescentar, em que a imagem desta revolução como experiência positiva e emancipadora ainda era mais forte do que a consciência da ditadura criminosa de Estaline; por outras palavras, num contexto histórico em que o estalinismo ainda não havia *contaminado* e se misturado indistintamente com a

⁷⁵ ROUSSO, 1994, *op.cit.* p. 268, 269.

interpretação da Revolução Russa na condição de luta contra as tiranias e opressão dos povos. Nos termos de Traverso:

«Si une dictature totalitaire comme celle de Staline a pu incarner ces valeurs aux yeux de millions d’hommes et de femmes – c’est bien la tragédie du communisme au XXe siècle –, c’est précisément parce que ses origines et sa nature étaient profondément différentes de celles du fascisme. Voilà ce que l’antitotalitarisme libéral avec son équilibre à l’égard d’un “fascisme rouge” et d’un “bolchevisme brun” – était foncièrement incapable de comprendre.»⁷⁶

Enfim, é possível dizer que o *revisionismo histórico* sobre a Resistência antifascista se insere também no quadro geral de anticomunismo que norteia a argumentação *revisionista*. De modo que a complexidade deste fenómeno histórico – suas motivações, formas de atuação e especificidades de cada caso – vê-se drasticamente reduzida e deformada por juízos que, utilizando padrões analíticos derivados da teoria do *totalitarismo*, criminalizam, *a priori*, todo o conjunto do antifascismo. É importante refletir sobre um aspeto observado por todos os autores que se debruçam sobre a problemática do *revisionismo histórico*: tais perspectivas sobre a história não apenas se mostram acriticas ao liberalismo, é possível identificar nestas análises a intenção ético-política de, retrospectivamente, legitimar o sistema do capitalismo liberal. Assim, a *suspensão da história* manifesta-se em duas frentes: por um lado, a criminalização da tradição revolucionária através do anátema do comunismo estalinista significa uma ampla deslegitimação de toda a tradição política e cultural de esquerda, desde as origens do pensamento marxista e do movimento comunista internacional até às recentes visões do mundo de carácter progressista que vislumbram a possibilidade de transformação da ordem social; por outro lado, a complacência com o nazi-fascismo por conta de sua faceta anticomunista e antimarxista implica eludir suas origens como crítica da ordem liberal, ou seja, de forma alguma alheio ao sistema que se pretende *naturalizado* e *desideologizado*. Num e noutro caso, o carácter *ahistórico* – indiferente às contextualizações, circunstâncias e conflitos específicos de cada época histórica – confere ao *revisionismo histórico* o traço de discurso ético-político sobre o passado, com o objetivo de propor uma nova leitura – teleológica – sobre a modernidade contemporânea.

⁷⁶ TRAVERSO, 2001, *op. cit.* p. 49, 50.

2-4. Espanha: a recuperação dos mitos franquistas de interpretação do passado

No caso espanhol, conforme observa Enrique Moradiellos, o *revisionismo histórico* incide sobre as três fases principais do passado recente que estão na origem do *tempo presente*: o quinquênio da II República (1931-1936), o triênio da guerra civil (1936-1939) e a longa ditadura franquista (1939-1975). Assim como o *revisionismo histórico* sobre a II Guerra Mundial, o eixo do *revisionismo* espanhol situa-se na intenção de redimensionar as responsabilidades da guerra, neste caso através da justificação do posicionamento dos sublevados: invertendo-se a situação de ataque ao sistema democrático, toda a culpabilidade da eclosão da guerra civil é atribuída à esquerda republicana. Javier Rodrigo, tratando das teses do mais mediático dos autores *revisionistas*, Pío Moa, menciona que a guerra civil adquire o sentido de “contrarrevolução defensiva”; pois com o objetivo de demonstrar a legitimidade do franquismo, Moa retrocede a cronologia da guerra a 1934, com o levantamento insurrecional nas Astúrias e na Catalunha. Neste quadro, o *alzamiento* dos militares sublevados em 1936 ilustraria a defesa da integridade da Nação diante do ataque revolucionário, que já havia destruído previamente a democracia. Segundo Rodrigo, ao aplicar “valores positivos a los sublevados, negativos al proceso republicano”, constrói-se “un reparto de anatemas unidireccional”, concentrando-se as responsabilidades da guerra na esquerda e seus antecedentes históricos, no desdobramento de umas políticas “republicanas jacobinistas”.⁷⁷ Moradiellos sintetiza da seguinte forma as principais concepções do *revisionismo histórico* espanhol:

«Respecto a la República, ese colectivo subraya que fue un régimen impuesto casi por la fuerza a la sociedad española, nunca fue plenamente democrático y siempre estuvo dominado por unas izquierdas divididas pero decididas a evitar el triunfo electoral y el gobierno de las derechas por cualquier medio (incluyendo el uso de la violencia revolucionaria y separatista en octubre de 1934). A propósito de la Guerra Civil, remarca que fue el resultado inevitable de la anarquía existente en el país desde el triunfo electoral del Frente Popular en febrero de 1936 y del convencimiento del Ejército, con masivo apoyo popular, de que sólo una intervención militar podría conjurar la amenaza de subversión revolucionaria y disolución nacional alentada por un gobierno débil ante los revolucionarios y traidor ante la Patria. Y, finalmente, por lo que hace

⁷⁷ RODRIGO, Javier. «Los mitos de la derecha historiográfica. Sobre la memoria de la guerra civil y el revisionismo a la española» in *Historia del Presente*, nº 3, Madrid, 2004, p. 187.

a la dictadura, enfatiza que su victoria en la contenda fratricida salvó a España del comunismo y de los horrores de la Segunda Guerra Mundial, le proporcionó más de tres decenios de paz interior, activó un proceso de modernización económica sin paragon y sentó las bases para la pacífica transición política a la democracia bajo el arbitraje de la Corona.»⁷⁸

Muitos historiadores espanhóis que se debruçam sobre a análise deste tema criticam o uso do conceito *revisionismo* para abordar a questão: pois não existe *revisão historiográfica*, ou seja, tais teses não se baseiam em investigação histórica ou trabalho documental; constituem, isto sim, reinterpretações que manipulam os factos já conhecidos com vistas a confrontar a historiografia. Trata-se, além do mais, de reinterpretações baseadas na recuperação dos mitos franquistas de explicação do passado que foram erigidos em ideologia de Estado durante a ditadura e que já haviam sido desmontados desde há décadas pela historiografia profissional. Nesse sentido, os analistas convergem na consideração de que o fenómeno não envolve uma questão historiográfica e sim política – e daí resultaria o equívoco em denominá-lo *revisionismo*. Na verdade, é uma lógica semelhante à problemática do *negacionismo* sobre o Holocausto: obras que se situam fora do âmbito da historiografia profissional e que, no entanto, beneficiam da exploração sensacionalista dos meios de comunicação social e internet, reivindicam a condição de *corrente historiográfica*, de *revisão da historiografia dominante* e restituição da verdade histórica, numa clara intenção de alcançar não apenas legitimidade intelectual mas especialmente, aceitabilidade social. É natural, num tal contexto, que os historiadores rejeitem a denominação *revisionismo* como forma de evitar a instrumentalização e legitimação de um debate historiográfico inexistente.⁷⁹

Desta forma, há consenso no entendimento de que o principal objetivo de tais teses *revisionistas* sobre o passado recente espanhol é instrumentalizar o passado por motivos políticos e tendo em vista perspectivas *presentistas* – práticas totalmente contrárias à atividade historiográfica e que explicam, aliás, os constantes paralelismos estabelecidos por estes autores entre a condenação da II República e a reprovação do PSOE e do conjunto da esquerda em inícios do século XXI. Como observa Moradiellos, o “revisionismo histórico filofranquista” constitui “un fenómeno socio-político y

⁷⁸ MORADIELLOS, Enrique. «Revisión histórica crítica y revisionismo político presentista: el caso español» in CUESTA, Josefina. (dir.) *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid, Fundación Largo Caballero, 2007. P. 373.

⁷⁹ Cf. REIG TAPIA, Alberto. *Revisionismo y política. Pío Moa revisitado*. Madrid, Foca, 2008. P. 9-43.

cultural” que evidencia “la mayor y más consistente tentativa de rehabilitación moral e intelectual de la ditadura desplegada en los últimos años, con sus correspondientes implicaciones para el presente y futuro de la democracia española”.⁸⁰

Um primeiro elemento que chama a atenção é o contraste entre a rejeição da Academia destas teses *revisionistas* que reproduzem e atualizam a propaganda franquista sobre a II República, a guerra civil e a ditadura e o amplo êxito e aceitação social de tais obras, verdadeiros *best-sellers* cujas tiragens e vendas superam em muito qualquer livro de carácter histórico e que beneficiam de uma forte campanha de publicidade jornalística, televisiva e editorial. Novamente, os historiadores convergem na consideração de que a compreensão do fenómeno depende de o situar no contexto social em que emerge, especialmente a partir do ano 2000, quando Espanha se encontrava imersa no debate público sobre a reivindicação e reabilitação das memórias republicanas e da repressão franquista. Assim, Reig Tapia entende não ser casualidade o facto de a divulgação pública de Moa e suas teses iniciar-se em 1999 e coincidir, em setembro desse ano, com uma resolução parlamentar que condenava o levantamento de 1936 contra a legalidade constituída e que contou com a reprovação do PP por considerá-la uma declaração revanchista. Portanto, segundo Reig Tapia, para além de não ser alheio ao ambiente de “crispación política” da sociedade espanhola, o *revisionismo* alimenta-o e nutre-se dele com fins comerciais. Tal situação foi favorecida ainda pela conjuntura de maioria absoluta do PP, a partir de 2000, o que, de acordo com Reig Tapia, teria permitido a este partido dispensar os anteriores discursos baseados no liberalismo e moderação – desde que havia chegado ao poder em 1996 – para recuperar diretamente sua essência identitária político-ideológica: autoritária e orgulhosa do passado franquista.⁸¹

No mesmo sentido, Francisco Espinosa entende que as obras *revisionistas* “representan la respuesta que la derecha en el poder da” ao movimento de reivindicação pública das memórias republicanas e da repressão franquista – que surge na segunda metade dos anos 1990 –, a partir do “momento en que el PSOE, ajeno hasta entonces a estas cuestiones, se suma a estas iniciativas en el 2000”. Ter-se-ia tratado, portanto, de um contra-ataque do PP no sentido de recuperar a *sua* memória e convertê-la “en instrumento de lucha política”. Contudo, enquanto as iniciativas do PSOE se pautavam por “exposiciones y documentales sobre el exilio o actos cívicos en memoria de las

⁸⁰ MORADIELLOS, 2007, *op.cit.* p. 375.

⁸¹ REIG TAPIA, 2008, *op. cit.* p. 35, 36, 41, 99, 105.

víctimas del franquismo”, no âmbito do PP ter-se-ia manifestado uma forte campanha mediática cujo auge teria ocorrido por ocasião do lançamento do livro de Moa *Los mitos de la Guerra Civil* (2004) e a posterior declaração de Aznar de que esta seria sua leitura de verão. Espinosa sublinha, além disso, que as obras *revisionistas* se erigem também em contraposição aos resultados alcançados pela investigação histórica; de modo que, na condição de resposta tanto ao movimento de reivindicação memorial quanto ao acúmulo de investigação histórica, o *revisionismo histórico* respalda a batalha pública pela memória em que a direita “se niega a reconocer que los vencidos, por tarde que parezca, tienen el mismo derecho que tuvieron los vencedores durante décadas para localizar sus *desaparecidos* y darles sepultura digna”.⁸²

Julián Casanova identifica três âmbitos de atuação da engrenagem *revisionista*: I) “pseudo-historiadores” que transmitem num novo formato – através de livros cuidadosamente voltados para a divulgação – “os velhos argumentos franquistas” da ultradireita e dos nostálgicos da ditadura; proclamam que a história apresentada pelos historiadores nas últimas décadas é “retaliatória, falsa e serve apenas aos interesses dos partidos políticos de esquerda”; baseiam-se em “fontes secundárias, uma vez que não possuem qualquer respeito por informações e factos que não se encaixam em seus argumentos”; II) o meio editorial que, com base em agressiva publicidade, apresenta as conclusões destas obras como originais e destaca a coragem de seus autores em enfrentar a “ditadura intelectual” dos historiadores universitários; III) jornalistas e meios de comunicação que elogiam e aplaudem estas obras e insultam quem sustenta opiniões contrárias.

No entanto, segundo Casanova, a propaganda e as agressivas técnicas de marketing não explicam por si mesmas o grande público e o êxito de vendas do *revisionismo histórico*. Assim, tal fenómeno social deve ser relacionado com a existência de uma significativa cultura política herdeira do franquismo, que “se adaptou à democracia e adaptou a sua memória aos novos tempos”. De modo que não importa se os “historiadores, economistas e sociólogos apresentam sólidas e meticolosas provas” de que “a guerra civil foi causada por um violento golpe de Estado contra a República e que a guerra e a subsequente ditadura foram desastrosas para a história de Espanha e seu

⁸² ESPINOSA MAESTRE, Francisco. *El fenómeno revisionista o los fantasmas de la derecha española*. Badajoz, Del Oeste Ediciones, 2005. P. 95, 96, 86, 88. Itálico no original.

desenvolvimento”: para os “novos propagandistas” e a cultura política de direita não se trata de explicar a história, e sim de afirmar uma memória.⁸³

Também Javier Rodrigo associa o amplo sucesso do livro de Moa, *Los mitos de la Guerra Civil*, à “reproducción de una contra-memoria sobre a guerra civil” que ainda dispõe de “una enorme vigencia en el imaginario colectivo de los españoles”. Rodrigo converge no entendimento de que o fenómeno *revisionista* reage à situação de forte deslegitimação pública do franquismo, decorrente tanto do “incremento del conocimiento sobre la violencia franquista” quanto do “maior uso público da história da represión” desde a chegada do PP ao poder; diante de um tal cenário, o *revisionismo histórico* empenha-se na relegitimação deste passado, utilizando “viejas fórmulas con nuevos ropajes”. Portanto, segundo Rodrigo, o sucesso de obras *revisionistas* insere-se no quadro de “un debate amplio y complejo, que no se circunscribe sólo a lo académico y a las interpretaciones sobre el pasado”. Pois demonstra, na verdade, o impacto real das políticas públicas sobre o passado levadas a cabo desde meados dos anos 1990, assim como “la existencia de lealtades vivas a los valores simbolizados por la dictadura franquista”.⁸⁴

Em consonância com as análises da emergência do *revisionismo histórico* como reação ao movimento de reivindicação pública das memórias republicanas e da repressão franquista, Moradiellos chama a atenção para o facto de que ambos os fenómenos se inserem no âmbito de uma mudança geracional, com a chegada à vida pública, em meados dos anos 1990, dos *netos da guerra civil*. Esta substituição de gerações contribuiu, portanto, para a emergência do debate público sobre o passado recente, desencadeando tais movimentos com caracteres opostos: tanto a reivindicação pública das *memórias dos vencidos* – silenciadas pelo franquismo e mantidas nos espaços privados e familiares pela democracia –, quanto a tentativa de relegitimação das *memórias franquistas*. Moradiellos sublinha que os autores *revisionistas* pertencem, em sua maioria, a esta nova geração, ou seja, já não são “los viejos historiadores y publicistas franquistas” diretamente comprometidos com o regime; alguns deles gabam-se, inclusive, de “haber sido activos y armados opositores a la dictadura”.

Este aspeto de ex-adeptos da extrema-esquerda convertidos em defensores da direita e extrema-direita situa o fenómeno na conjuntura dos anos 1990 pós-colapso do

⁸³ CASANOVA, Julián. «History and memory: a new social dimension» in *International Journal of Iberian Studies*. Volume 21, nº 3, 2008. P.198-200.

⁸⁴ RODRIGO, 2004, *op. cit.* p. 186, 189, 194.

mundo soviético. Conforme observa Moradiellos, o *revisionismo* hispano floresce sob o exemplo de uma “tendencia general occidental” de questionamento das bases fundacionais do mundo desde 1945: “la razón y ética de la resistencia francesa e italiana” diante de seus regimes fascistas; o acerto ou desacerto dos aliados em “combatir a Hitler y Mussolini en unión de Stalin”, e não, eventualmente a opção contrária; “la consideración del Holocausto nazi como una mera réplica do Gulag soviético”, etc. Neste quadro, a atribuição de “todas las culpas a la izquierda española por la trágica historia nacional” integra-se nesta tendência mais geral que elege o anticomunismo como fio condutor da explicação histórica.⁸⁵

Este carácter transnacional do *revisionismo histórico* como fenómeno político-social de uma época merece considerável atenção, e talvez justifique a adoção do termo para caracterizar o caso espanhol, pois assim é possível situá-lo – sem desconsiderar suas especificidades e desenvolvimento particular – no contexto internacional de um movimento análogo. Conforme observa Francisco Erice, atribuir o auge do *revisionismo* espanhol aos “*excesos de los promotores de una recuperación de la memoria histórica* entendida como la memoria republicana y popular, es obviar el carácter más general de este fenómeno, que desborda nuestras fronteras, y desde luego posee raíces anteriores a las actuales polémicas”.⁸⁶ Com efeito, ao se analisar os argumentos do *revisionismo* espanhol nota-se sua semelhança com outros casos nacionais; assim como o *revisionismo* alemão, por exemplo, que elege a propaganda e o imaginário nazistas como patamar em que se pauta a explicação do passado, o *revisionismo* espanhol procede de forma similar em relação ao universo franquista.

É interessante mencionar um trecho da autoria de Pío Moa, que explica a guerra civil com base na lógica *revolução-contrarrevolução*, por sua proximidade com o modelo *aniquilação-contra aniquilação* – caro a Ernst Nolte – para conceber a política nazista como reação ao bolchevismo soviético. Conforme observa Reig Tapia – argumento válido para os mais variados casos de *revisionismo histórico* –, opta-se pela contraposição da ditadura franquista às ditaduras comunistas, como se estas legitimassem aquela. E mais: considera-se que todas as correntes de esquerda que resistiram e se opuseram aos fascismos e autoritarismos eram potencialmente ditatoriais, a exemplo do comunismo estalinista, e mais ameaçadoras à sociedade do que as

⁸⁵ MORADIELLOS, 2007, *op. cit.* p. 376-380.

⁸⁶ ERICE, Francisco. «Combates por el pasado y apologías de la memoria, a propósito de la represión franquista» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 6 – Año 2006, p. 29. Itálico no original.

ditaduras de direita realmente existentes – argumento de ficção histórica também banalizado entre as diversas variantes nacionais *revisionistas*:

«Fue una contenda entre revolución y contrarrevolución, no entre demócratas y fascistas o reaccionarios, como grotescamente mantiene la historiografía lisenkiana [*sic*]. De creer a esta, como ya he dicho, la democracia en España habría estado en buenas manos de Stalin y de sus agentes del PCE, de los marxistas, anarquistas, racistas y compañía.»⁸⁷

É certo, e é importante explicitá-lo, que existe uma diferença substancial entre o *revisionismo* espanhol – surgido diretamente de um fenómeno protagonizado pelos meios de comunicação social, imerso no sensacionalismo e espetacularização do passado, transformado em mercadoria – e os *revisionismos* alemão, francês ou italiano, cujos precursores, antes de que tais teses se generalizassem e banalizassem no debate público, foram historiadores consagrados e reconhecidos no meio académico, como Ernst Nolte, Andreas Hillgruber, François Furet ou Renzo De Felice. Uma tal diferença cristaliza-se em evidentes nuances na linguagem e argumentação adotadas; pois enquanto os historiadores *revisionistas* utilizam argumentos mais sofisticados, nos quais a denúncia ideológica se traveste sob a forma de confusões e inversões interpretativas, os publicistas espanhóis – em sua maioria alheios ao mundo académico e cujo âmbito de atuação primordial é o debate público e a sociedade de consumo, em que a história se torna mercadoria – operam um nítido deslocamento do debate de ideias e análise histórica para o campo político. Dessa forma, a denúncia ideológica é feita de forma mais frontal e agressiva, sem qualquer respeito por um debate intelectual honesto – o que, aliás, nunca figurou entre os objetivos deste *revisionismo* espanhol, mais interessado em causar impacto na opinião pública –, de modo que se recorre tanto ao insulto e difamação pessoal de seus opositores quanto à desqualificação da historiografia, acusada de “marxistóide” ou “estalinista”. Apesar deste carácter intensamente combativo e desrespeitoso do *revisionismo* espanhol – próprio da confrontação pública e não do debate intelectual –, deve-se reconhecer a adoção de métodos comuns às outras variações *revisionistas*, tais como: manipular as fontes históricas e informações, confundir, obscurecer e distorcer, ocultar, tergiversar.⁸⁸

⁸⁷ Citado em REIG TAPIA, 2008, *op. cit.* p. 227, 228.

⁸⁸ Cf. REIG TAPIA, 2008, *op. cit.*; REIG TAPIA, Alberto; VIÑAS, Ángel. «Residuos y derivaciones franquistas. Unos ejemplos» in VIÑAS, Ángel (ed.) *En el combate por la historia. La República, la guerra civil, el franquismo*. Barcelona, Pasado y presente, 2012. P. 924-928.

É por estas particularidades que os historiadores profissionais identificam Pío Moa e os demais autores *revisionistas* (César Vidal, Ángel David Martín Rubio, José Javier Esparza, Federico Jiménez Losantos, César Alcalá, etc.) como propagandistas ao serviço da direita, escritores mercenários que, além de fazerem propaganda política, têm em vista o lucro e sucesso editorial. É muito pertinente, portanto, a observação de Reig Tapia acerca da necessidade de denunciar e combater a invasão da politicagem no campo da história. Neste sentido, Reig Tapia identifica que o *revisionismo histórico* se manifesta no âmbito da *subcultura de massas*, que diferenciar-se-ia da esfera da *cultura*, esfera à qual pertence a disciplina de História⁸⁹; de modo que as teses *revisionistas* não apresentam qualquer interesse sob o ponto de vista da formação e conhecimento.⁹⁰ Convém refletir, no entanto, sobre o impacto social de tais teses; ou seja, muito embora sejam rejeitadas e desmentidas pelo meio académico, a aceitação social de tais obras indica – como reconhecem os historiadores que analisam a questão – que vão ao encontro de uma cultura política de forma alguma insignificante na sociedade espanhola.

A questão fundamental, portanto, é que o *revisionismo histórico* espanhol, com efeito, se situa no âmbito do *combate pela memória* efetuado no espaço público. Isto remete à problemática da oposição entre *História e memória*, *Cultura e subcultura de massas*, *História e uso público da história*, cujas delimitações, apesar de deverem ser ressaltadas, não devem ofuscar os seus pontos de contacto; ou seja, o facto de que a historiografia, a História académica, não pode ser entendida como uma esfera isolada do restante da sociedade, onde se está sujeito às visões – e manipulações – da memória. É o próprio Reig Tapia quem formula a inquietante questão: para que serve a excelência historiográfica se não ganha a opinião pública?⁹¹ Por outras palavras, a oposição defensiva entre *História e revisionismo histórico*, *Cultura e subcultura de massas*, apesar de constituir uma realidade incontestável, não basta para explicar a influência e aceitação das teses *revisionistas* na sociedade espanhola.

Além disso, uma tal oposição estrita não subsiste à constatação de que as teses *revisionistas* penetram também em instituições acreditadas, através de profissionais dedicados à análise e ao ensino da História. Um recente exemplo, que causou uma polémica na sociedade espanhola, foi a publicação do *Diccionario Biográfico Español*,

⁸⁹ Nos termos de Reig Tapia: «Una cosa es la cultura con mayúsculas, la información y la ciencia, y otra cosa muy distinta la subcultura de masas, el periodismo amarillo y la brujería». (p. 39)

⁹⁰ REIG TAPIA, 2008, *op. cit.* p. 41, 39, 101.

⁹¹ REIG TAPIA, 2008, *op. cit.* p. 31.

da *Real Academia de la Historia*. Conforme sintetiza Ángel Viñas na apresentação de seu *contra dicionário*:

«Levantaron enorme controversia algunas de las [entradas] relacionadas con el período 1931-1975. Franco apareció bajo una luz rosada, algo inimaginable en el caso de una institución comparable en cualquier país europeo con los restantes dictadores autóctonos del siglo XX. La experiencia republicana fue demonizada. La guerra civil resurgió en ocasiones como una lucha contra los “rojos”. En algunas de las entradas aireadas en la prensa fue imposible desconocer el sesgo antidemocrático y a veces próximo a las querencias de la extrema derecha española. Todo ello presentado, bajo la autoridad de la augusta Institución, como si fuese la última palabra en historia.»

Viñas identifica em tal dicionário da *Real Academia de la Historia* uma provocação: “[p]rovocación a los hechos, al conocimiento, a la historia y a los historiadores”, e também “a la sociedad española y al prestigio de España”. Convém reconhecer, no entanto, que se trata de uma provocação qualitativamente distinta daquela empreendida pelos publicistas *revisionistas*, pois neste caso tais teses são divulgadas sob o aval de uma instituição reconhecida. Neste sentido, é interessante a observação de Viñas sobre a necessidade de considerar-se que as teses *revisionistas* ecoam numa parcela da sociedade espanhola, o que deve ser entendido como um efeito social de quarenta anos de ditadura. Para exemplificar esta situação, Viñas menciona uma sondagem realizada por *El País*, em 2011, com um abrangente número de pessoas a quem se pedia que se posicionassem numa escala ideológica desde a extrema-esquerda até à extrema-direita; a maioria considerou-se ideologicamente de centro, porém após a faixa etária dos 65 anos aumentava significativamente o número de pessoas que se autoposicionavam na extrema-direita. É possível dizer que um tal extrato social – que não comporta unicamente as pessoas mais afetas à herança franquista vivenciada, mas também as redes de sociabilidade dela decorrente, ou seja, a capacidade de tais valores, princípios e visão do mundo manterem-se e transmitirem-se através das gerações – conforma uma cultura política de direita recetiva ao *revisionismo histórico*, pela simples razão de que tal cultura política cultiva versões da memória sobre o passado recente que se reveem nas teses *revisionistas*. Segundo as conclusões de Viñas:

«Los autores de la encuesta notaron, para explicar dicho fenómeno, que podían esgrimirse diferentes argumentos, pero subrayaron que tal grupo lo componían los nacidos antes de 1945 y que acabaron la enseñanza primaria a mitad de los

años cincuenta. Es decir, personas que han pasado la mitad de sus vidas bajo el franquismo y cuyos recuerdos de infancia y juventud, así como los procesos de socialización más fundamentales en la vida de un ser humano, estuvieron expuestos a la ideología oficial que se enseñoreaba de todos los medios de comunicación y de “aculturación” política e ideológica. Este grupo de personas y verosíblemente muchos de sus descendientes, figura entre los más reacios a aceptar los resultados del trabajo de desmitologización efectuado por los historiadores y se encuentra entre los más susceptibles a los lavados de quienes ven en la historia un arma para la lucha política e ideológica del presente.»⁹²

Portanto, é importante diferenciar – para efeitos de análise, especialmente – as manifestações do *revisionismo histórico* provenientes do debate público, da complexa dinâmica das sociedades de informação e consumo de finais do século XX, daquelas originadas no meio intelectual comprometido com a análise histórica, reconhecendo-se, porém, que ambas dialogam e se orientam para o mesmo público identificado com uma cultura política de direita e suas respectivas versões da memória. É certo que para os historiadores profissionais é muito mais desconcertante e desafiante lidar com interpretações *revisionistas* saídas do meio académico do que com opiniões *revisionistas* divulgadas no espaço público, e de forma destacada pelos meios de comunicação social – as quais se localizam, inequivocamente, no âmbito da *memória social*. Conforme mencionam Viñas e Reig Tapia, a universidade privada madrileña CEU – San Pablo constitui um polo de atração para o *revisionismo histórico*; no entanto, tais interpretações, nomeadamente a do professor Luis Togores, não passam o teste de qualidade da comunidade académica. Para citar apenas um exemplo – que demonstra, aliás, a maior subtileza dos argumentos *revisionistas* oriundos do meio universitário, cujas confusões interpretativas sugerem um toque de *branqueamento* da história quase de forma tácita –, Togores defende que após o fracasso da sublevação de 1936 “la derecha, olvidando sus prevenciones, se tuvo que radicalizar, generalmente fascistizándose, ya que el fascismo era la ideología de moda en Europa en aquellos momento”, ao passo que a esquerda “se lanzó a la guerra que comenzaba y para la que llevaba preparándose desde 1933 para hacer la revolución e imponer un nuevo modelo de sociedad en España”. Como argumentam Viñas e Reig Tapia, trata-se de uma

⁹² VIÑAS, Ángel. «Presentación» in VIÑAS, 2012, *op. cit.* P. 13, 15, 23.

fórmula luminosa para purificar aquilo que constituiu “el palpitar íntimo de la derecha española”.⁹³

É possível afirmar que o *revisionismo histórico* espanhol, assim como o português – e ao contrário dos casos do passado recente da II Guerra Mundial –, surge diretamente no seio do *uso público da história* e não na historiografia. Isto pode explicar-se pelos diferentes *tempos* ou fases da memória pública em cada caso. Pois o processo de (re)construção da memória sobre a II Guerra Mundial – em Alemanha, França e Itália – se inicia já no imediato pós-guerra, e a partir de fins dos anos 1960 e durante a década de 1970 passa a conhecer interpretações *revisionistas* elaboradas pela historiografia, teses estas que apenas se generalizam para o debate público na fase de *obsessão memorial*, a partir da década de 1980. Em tais casos, portanto, pode-se identificar dois momentos diferentes e qualitativamente distintos de surgimento do *revisionismo histórico*: primeiro no meio académico, antecipando as conjunturas de crise do marxismo no meio intelectual e de uma primeira fase de crise das esquerdas no meio político; e posteriormente no debate público, âmbito em que o *revisionismo histórico* floresce especialmente a partir da década de 1990, sob os efeitos do colapso do mundo soviético. É neste segundo momento que o *revisionismo histórico* passa a exercer significativa influência na esfera da memória.

Nos casos de Espanha e Portugal, contudo, é preciso considerar que o processo de elaboração pública das memórias da II República, guerra civil e franquismo (Espanha) e do salazarismo e Revolução dos Cravos (Portugal) somente tem início a partir dos respetivos períodos de transição para a democracia, em meados dos anos 1970. Desta forma, em ambos os países o *revisionismo histórico* surge já na fase de *obsessão memorial*, diretamente no debate público protagonizado pelos meios de comunicação social e na condição de elemento significativo do *combate pela memória* que se efetua no espaço público. É interessante, portanto, notar esta especificidade das sociedades ibéricas, onde o *revisionismo histórico* já nasce como fenómeno social, na conjuntura da *obsessão memorial* dos anos 1990, muito embora em ambos os casos sejam constatados posteriores desdobramentos da argumentação *revisionista* no meio intelectual.

Este último aspeto também deve ser compreendido sob a luz do *combate pela memória*, tendo-se em vista tanto a considerável influência das formulações

⁹³ REIG TAPIA, VIÑAS, 2012, «Residuos y derivaciones franquistas. Unos ejemplos» in VIÑAS, *op.cit.* p. 931-938.

revisionistas junto de certos setores da opinião pública, quanto o facto de que os intelectuais não se encontram à margem do restante da sociedade, sendo também sujeitos aos efeitos de tendências políticas e sociais de sua época. É evidente que a marca de tais tendências político-sociais de uma época em trabalhos de análise histórica indica uma má historiografia, pautada por negligências metodológicas e propósitos presentistas – conforme denunciam os historiadores espanhóis. Convém reconhecer, no entanto, que a penetração dos postulados *revisionistas* no trabalho intelectual sinaliza o forte conservadorismo das ideias políticas e visões do mundo de nossa época. A questão é ainda mais inquietante – motivo pelo qual se considera importante estabelecer as diferenças entre o *revisionismo* manifestado no meio intelectual e aquele desenvolvido no debate público – porque no caso da (re)elaboração de *memórias coletivas* o fator fundamental é a adequação a uma identidade compartilhada pelo grupo social e com base numa certa cultura política, e por isso não se pode exigir que as memórias sejam fiéis aos factos e contextos históricos, já que esta não é a sua lógica de funcionamento⁹⁴; mas no caso do ambiente intelectual, a existência das teses *revisionistas* pressupõe a manipulação dos factos históricos e, desta forma, passa-se ao lado da deontologia própria das ciências sociais. Em última instância, é possível afirmar que a penetração do *revisionismo histórico* na historiografia – seja este um processo anterior à sua generalização no debate público, como nos casos de Alemanha, França e Itália, ou posterior, como em Espanha e Portugal – sugere os efeitos e influência de uma visão conservadora do mundo ou, por outras palavras, das memórias condizentes com culturas políticas de direita, que deixam, assim, sua marca também no discurso intelectual.

2-5. Portugal: a condenação da Revolução e o *branqueamento* do Estado Novo

No caso português, o fim da ditadura de carácter fascista deu-se através de uma revolução social, e desta forma constata-se tendências de *revisionismo histórico* em ambos os sentidos: tanto no sentido de desculpabilizar o salazarismo, aligeirando o seu carácter repressivo e mitigando os seus custos sociais, quanto no sentido de condenar a

⁹⁴ Muito embora isto não signifique a necessidade de abstenção do *combate pela memória* em que emergem visões *revisionistas* do passado, nem que todas as versões da memória disponham da mesma legitimidade de difusão pública; interpretações *revisionistas* defendidas por líderes políticos, jornalistas, analistas sociais, são igualmente graves que aquelas manifestadas por intelectuais académicos, apesar de as primeiras incidirem mais diretamente na disputa pela conformação da opinião pública e as segundas na disputa pela legitimação do discurso histórico. A diferença que se quer demonstrar aqui é que supostamente o meio intelectual dever-se-ia mostrar impermeável a procedimentos não de todo alheios à lógica memorial, cujo objetivo – embora sempre manifeste representar um relato verdadeiro – não é a fidelidade histórica.

Revolução por seu radicalismo. Muitas vezes, estas duas tendências manifestam-se simultaneamente, sendo difícil separá-las; pois, por um lado, muitas interpretações da ditadura passam a sofrer os efeitos de uma leitura retrospectiva e comparada, ou seja, a ditadura é analisada retrospectivamente e de forma que se ressaltam os *excessos* do período revolucionário, e, por outro lado, interpretações da Revolução baseadas na sua condenação acabam por *branquear* a ditadura – ainda que em alguns casos não seja esta a intenção dos emissores destas opiniões.

Assim como no caso espanhol, em que o *revisionismo histórico* recupera as teses franquistas de explicação do passado, este género de interpretação a respeito do Estado Novo baseia-se, em larga medida, nos mitos e autorrepresentações do regime salazarista. Manuel Loff identifica neste aspeto um ponto de convergência entre os fenómenos *revisionistas* das duas sociedades:

«[O]s discursos revisionistas que se têm desenvolvido nas sociedades pós-salazarista e pós-franquista, mais do que fenómenos recentes, prosseguem no fundamental o caminho bem estruturado de uma política de imposição institucional de uma autodefinição que, em nossa opinião, os dois regimes ibéricos levaram a cabo».⁹⁵

Também Fernando Rosas salienta o carácter de retomada e reelaboração de “velhos temas da historiografia conservadora ou até do discurso estadonovista, progressivamente ressuscitados”. Segundo Rosas, trata-se de “uma visão banalizadora da natureza e das políticas do regime”, argumentação que abrange os seguintes aspetos:

«Falo das teorizações que enfatizam positivamente a “excepção” salazarista construída em torno do seu “carácter civilista” (uma “ditadura civil” saída de uma ditadura militar), do facto de ser um “Estado de Direito”, é certo que não democrático, mas, apesar de tudo, “limitado pela moral e o direito”, da temperança que lhe teria imprimido a sua matriz católica, dos benefícios de ter como chefe um “ditador catedrático” e professoral (por oposição aos *duces* e *führers* de extracção plebeia e viso populista), tudo contribuindo para um regime de baixo teor de violência, claramente distinto do “culto da violência” e

⁹⁵ LOFF, Manuel. «Os contornos de um debate político-ideológico actual: a Memória contra o revisionismo e o fim da História» in *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto, Campo das Letras, 1996. P. 64.

da sua prática muito mais generalizada por parte dos “verdadeiros” regimes fascistas.»⁹⁶

É possível afirmar que tal visão benevolente sobre o regime salazarista desemboca em argumentos que condenam a revolução de 25 de abril de 1974. João Paulo Avelãs Nunes identifica esta intrínseca dinâmica entre o *revisionismo histórico* sobre o Estado Novo e sobre a Revolução, o que corresponde a leituras do passado cultivadas por culturas políticas de direita:

«as forças políticas e sociais de direita e de centro-direita, assim como os dirigentes políticos e outros oriundos desses quadrantes, apresentam o Estado Novo como ditadura moderada, necessária e desejada perante o fracasso da Primeira República, crescentemente desadequada a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, o marcelismo teria consistido num esforço de democratização do regime e de descolonização negociada, indevidamente interrompido pelo Golpe Militar/pela Revolução de 25 de Abril de 1974. Caberia, assim, à “revolução” – inviabilizadora da “transição” – a responsabilidade pela “desagregação do Estado e da economia”, pelo abandono das “províncias ultramarinas”, pelo “excesso de direitos sociais” previstos na Constituição de 1976».⁹⁷

Pode-se dizer, portanto, que o *revisionismo histórico* sobre a Revolução baseia-se, em primeiro lugar, na ideia de interrupção de um ciclo de crescimento económico e até de uma lenta transição política que intentava conduzir à democracia e a uma resolução para a questão colonial. Desta conceção de brusca (e desnecessária) rutura política advém a condenação do processo revolucionário como *totalitário* e contrário à consolidação da democracia. E, como um dos principais efeitos do período revolucionário – que pode ser considerado como o aspeto mais suscetível às interpretações *revisionistas* e que mais facilidade encontra para penetrar na opinião pública portuguesa –, a descolonização é avaliada como um verdadeiro *desastre*.⁹⁸

⁹⁶ ROSAS, Fernando. «Memória da violência e violência da Memória» in MADEIRA, João; PIMENTEL, Irene; FARINHA, Luís (Coord.) *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007. P. 20, 21.

⁹⁷ NUNES, João Paulo Avelãs. «A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. P. 378.

⁹⁸ Assim como em outros casos nacionais, e conforme será possível perceber ao longo deste trabalho, nem todos os discursos *revisionistas* defendem *todos* os seus argumentos, em relação à ditadura e à Revolução. No caso português, inclusive, são bastante comuns os juízos que combinam ideias *revisionistas* – em geral a propósito de aspetos em que tais interpretações podem ser consideradas como *versões dominantes da memória*, como a descolonização e o processo revolucionário – com críticas ao *revisionismo histórico*

Neste sentido, segundo Rosas, o discurso de demonização da Revolução “contesta cada um e o conjunto dos três «D»s que o MFA reivindicou como o sentido essencial das aquisições da revolução: democratizar, desenvolver, descolonizar (sendo que neste caso não se trata de negar a descolonização, mas de atacar o seu processo e resultados)”. Nos termos de Rosas, as três negações do *revisionismo histórico* sobre a Revolução, que assentam em evidentes distorções ideológicas, são as seguintes:

«[E]sse discurso ideológico negacionista comporta três vértices principais: responsabiliza a revolução por introduzir o caos económico e social, interrompendo e subvertendo o crescimento económico exponencial que se verificava desde os anos sessenta sob o impulso dos grandes grupos financeiros e do regime vigente; acusa a revolução de instaurar, em 1974 e 1975, um regime totalitário, antidemocrático e sob tutela militar cujas sequelas prolongaram até 1980, data do regresso da direita ao poder com maioria absoluta, a que se seguiu, em 1982, a dissolução do Conselho da Revolução; finalmente, acusa a revolução – em particular, o MFA e os governos provisórios –, de mais ou menos a mando da URSS, ter procedido a uma “descolonização criminosa” que não só abandonou à sua sorte os colonos portugueses (gerando mais de meio milhão de “retornados”), como entregou os jovens países independentes nas mãos de “ditaduras comunistas” responsáveis pela guerra civil que, em alguns deles, sucedeu à guerra colonial.»⁹⁹

Com efeito, é possível considerar que estas três negações que menciona Rosas conformam os variados matizes da argumentação *revisionista* sobre o caso português e que podem ser sintetizados da seguinte forma: a *revolução desnecessária*, que corresponde às interpretações que pretendem reabilitar, recuperar e *branquear* aspetos do Estado Novo; a *dérapage à portuguesa*, ou as visões que condenam o período revolucionário – com destaque para o aspeto da intensificação das movimentações populares, entendidas como ameaçadoras da democracia, e a ideia de tentativa de tomada do poder pelo PCP com vistas à instauração de um regime *totalitário* –; e a *revolução como desastre*, o que abrange especificamente a problemática da descolonização e por vezes comporta também a legitimação da guerra colonial.

a respeito do *branqueamento* do Estado Novo, por exemplo. No entanto, neste ponto do trabalho pretende-se explicitar toda a variedade da argumentação *revisionista*, reconhecendo a sua lógica interna de encadeamento.

⁹⁹ ROSAS, Fernando. «Notas para um debate: a revolução e a democracia» in ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco (org.) *Ensaio geral. Passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004. P. 17, 18.

Finalmente, existem as interpretações *revisionistas* mais radicais, que abrangem todos os âmbitos anteriores e defendem uma condenação irrestrita da Revolução, sem se ressaltar nem mesmo os aspetos mais consensuais da liberdade e democracia, cuja conquista é deslocada para períodos históricos posteriores à *normalização democrática* – aqui se ultrapassa, portanto, as visões que negam a democracia e a liberdade ao período revolucionário mas que as reconhecem no 25 de Abril (teses da *dérapage à portuguesa*); tais interpretações que entendem a Revolução como um *equívoco histórico* não consideram haver qualquer legitimidade nem no movimento que derrubou a ditadura em 25 de abril de 1974 nem na revolução social que se lhe seguiu.¹⁰⁰

Tal como no caso espanhol, o *revisionismo histórico* em Portugal surge primordialmente e apresenta como principal âmbito de manifestação e desenvolvimento o debate público, com particular destaque para o papel desempenhado pelos meios de comunicação social. Rosas considera que o vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994, “assistiu, por parte de políticos, militares mais ou menos reformados, economistas, empresários, jornalistas, historiadores, oriundos genericamente das áreas da direita conservadora, às primeiras tentativas de sistematizar e fixar um discurso ideológico de crítica global, *máxime* de demonização, da Revolução portuguesa de 1974/75”. No mesmo sentido, Loff salienta que a passagem dos vinte anos sobre o 25 de Abril propiciou, pela primeira vez, um debate “carregado de autêntica vontade de provocar os que se sentiam herdeiros e defensores da memória do 25 de Abril”.¹⁰¹ Na verdade, o vigésimo aniversário do 25 de Abril pode ser considerado como o auge de um processo de desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público português, processo este que já apresenta contornos definidos desde finais dos anos 1980.¹⁰² De modo que, em 1994, quando a significativa visibilidade de visões *revisionistas* da história, tanto sobre a Revolução quanto sobre o Estado Novo, provocou um amplo debate sobre o passado recente no espaço público português.¹⁰³

¹⁰⁰ Um resumo sobre estas diferentes vertentes do *revisionismo histórico* em: SOUTELO, Luciana. «Visões da Revolução dos Cravos: *combates pela memória* através da imprensa (1985-1995)» in VARELA, Raquel (coord.) *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa, Bertrand, 2012. Pp. 229-249.

¹⁰¹ ROSAS, 2004, *op. cit.* p. 17; LOFF, 1996, *op. cit.* p. 74.

¹⁰² Sobre o desenvolvimento do *revisionismo histórico* em Portugal, cf. SOUTELO, Luciana. «A memória do 25 de Abril nos *anos do cavaquismo*: o desenvolvimento do *revisionismo histórico* através da imprensa (1985-1995)», dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade do Porto, 2009.

¹⁰³ Mais detalhes sobre esta questão no capítulo 3, a respeito do *uso público da história* em Portugal.

Pode-se considerar que a descolonização e guerra colonial constituem os aspetos – a respeito da Revolução e do Estado Novo – em que o *revisionismo histórico* penetra com maior facilidade na memória pública e social. Conforme observa Loff a respeito dos efeitos na opinião pública decorrentes da polémica que envolveu o vigésimo aniversário do 25 de Abril:

«É admissível concretamente que as dispersas alegações revisionistas dos *neo-salazaristas*, chamemos-lhes assim, em torno do que em 1994 sistematicamente se chamou o *branqueamento* do regime salazarista, especificamente quanto ao que foram as suas características e práticas definidoras, terão tido, apesar de tudo, menos sucesso entre a maioria da opinião pública que o conseguido naquele outro campo particular da memória do Portugal salazarista que se tem mostrado permeável, muito permeável até, à imposição de uma versão revisionista da História. Estamos aqui, obviamente, a referir-nos à questão colonial, quer na interpretação do conflito armado, quer sobretudo no do reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos africanos e à descolonização que se lhe seguiu. Esta tem sido a plataforma onde se tem conseguido inscrever mais solidamente uma versão geral dos acontecimentos com intenções amplamente desculpabilizadoras da prática e da responsabilidade do anterior regime, ao mesmo tempo que se tem revelado a mais eficaz das armas apontadas contra a consolidação do 25 de Abril como valor fundamental da democracia portuguesa.»¹⁰⁴

Levando-se em consideração a escassez de *políticas de memória* adotadas pelo Estado democrático português em relação ao passado recente, não deixa de ser significativo o facto de que a única versão oficial sobre a guerra colonial se baseie em posicionamentos abertamente *revisionistas*¹⁰⁵ – trata-se da versão elaborada pelo Estado-Maior do Exército através da *Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974)*, criada em 1980 pelo primeiro governo da Aliança Democrática, de Sá Carneiro. Para além de recuperar os mitos colonialistas, difundidos durante décadas pelo Estado Novo, esta versão defendia a ideia de “crise de identidade nacional”

¹⁰⁴ LOFF, 1996, *op. cit.*, p. 75.

¹⁰⁵ Convém lembrar também as pensões concedidas pelo Estado a ex-inspetores da PIDE por “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País”, o que se tornou uma polémica pública em 1992, nas vésperas do 25 de Abril. Esta pode ser considerada como uma medida de reparação económica, a qual, contudo – ao contrário do que esperar-se-ia de *políticas de memória* de Estados democráticos, no sentido de contemplar as vítimas de regimes autoritários do passado –, se orienta no sentido de beneficiar expressamente aqueles que atuaram à frente da polícia política do regime ditatorial. Tal exemplo evidencia, ademais, a consagração do *revisionismo histórico* no âmbito das políticas públicas estatais.

decorrente da *amputação* de 95% do território português no seguimento de uma descolonização *brusca e precipitada*. Como sintetiza Loff, quatro são as teses sustentadas a respeito do colonialismo português e o desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional: i) O colonialismo português – conceito, aliás, nunca utilizado pela *Comissão*, que opta pela denominação *Províncias Ultramarinas* – diferenciava-se daquele levado a cabo por outros países europeus; pois o *povo português* sempre teria considerado *os territórios portugueses das ilhas atlânticas, da África, da Ásia e da Oceânia, como territórios indissociáveis da velha Lusitânia, apesar das doutrinas e das práticas contrárias que, a partir da II Guerra Mundial, se espalharam por toda a parte*; ii) O colonialismo português não era racista, ideia que acaba por ser tacitamente desmentida pela consideração de que a política oficial portuguesa teria sempre adequado a legislação *ao grau de desenvolvimento [de cada colónia], ao tradicional respeito pelos valores e cultura próprios de cada grupo humano e a tradição de convivência de todas as raças*; de modo que o *Estatuto dos Indígenas, que servia de pretexto para sucessivos ataques contra Portugal, [se] revelava adequado pois visava apenas defender as populações menos evoluídas e respeitar os seus costumes e usos na linha tradicional portuguesa*; iii) A reivindicação de independência era *exterior* às populações africanas – sustentada por *uma minoria endoutrinada* –, que apoiariam e colaborariam abertamente com o esforço militar português; ou, nos termos da própria *Comissão*: *o [conflito armado] que se iniciara nos territórios portugueses não ocorria por iniciativa espontânea da grande massa das populações: era preparado a partir do exterior*; iv) Por fim, em consonância com a retórica maniqueísta da argumentação *revisionista*, à frente destas movimentações independentistas que manipulariam as populações autóctones estaria a URSS, *bem colocada para manobrar todo o novo mundo emergente e orientá-lo contra os povos ocidentais em geral e muito em particular contra os que tinham territórios em África ou Ásia, podendo agora dirigir os movimentos de independência dos povos sob controlo europeu ou fomentar o seu aparecimento*.

Não é difícil, enfim, identificar nesta versão oficial da guerra colonial o padrão da engrenagem *revisionista* já evidenciado em outros casos nacionais: com base em mitos ideológicos do regime ditatorial e colonialista, deslegitima-se o surgimento e a atuação dos movimentos de libertação nacional – através da direta supressão da questão colonial –, finalmente condenados por sua vinculação, em bloco e de forma simplista, à manipulação político-ideológica empreendida pela URSS. Segundo a crítica de Loff, tal

interpretação procede a inúmeras distorções da realidade histórica, na esteira do *revisionismo histórico* europeu:

«Esta última ideia, muito semelhante àquela outra mais generalizada do revisionismo europeu que reinterpreta toda a História do século XX transformando o Comunismo e/ou a União Soviética no fenómeno explicador de praticamente tudo, consagra em última instância a legitimidade das opções coloniais do Estado português até 1974, porque “diferentes” das demais, porque “apoiadas” pelas populações, porque estruturalmente “correctas” (é um dos termos utilizados), porque apenas contestadas “do exterior” e por uma “minoría endoutrinada” que não era representativa, que não passava de um braço armado da mais forte e perigosa das potências anticoloniais... Consequentemente, deslegitima-se não só os “movimentos político-subversivos” africanos mas também, evidentemente, sejamos directos, a própria descolonização, porque estabelecida sobre toda uma série de ideias que, precisamente, devem, segundo estes militares, ser revistas. Elas, no fundo, são o inverso de tudo quanto afirmam neste volume: a estrutura de dominação portuguesa em África era tipicamente colonialista, deveria ser inevitavelmente desmantelada no momento em que todas as outras potências europeias se viram obrigadas a fazê-lo, qualquer que fosse a situação militar no terreno em 1974, era óbvio que aquela era uma guerra insustentável, historicamente perdida, moralmente injusta e não legitimada sequer pela opção democrática de um povo que, em qualquer caso, queria sempre comportar-se como sendo o dominador.»¹⁰⁶

É importante refletir, em suma, sobre os possíveis efeitos de uma tal interpretação simplificada e distorcida da guerra colonial e descolonização na única versão oficial produzida pelo Estado pós-25 de Abril sobre o assunto. Não se pode surpreender, neste quadro, com a clara aceitabilidade por parte de amplos setores da opinião pública portuguesa de versões *revisionistas* da história sobre estes temas. Como bem observa Loff:

«Não é difícil percebermos também como amplos segmentos da sociedade reproduzem ainda uma pecepção do colonialismo português que em tudo herda os pressupostos que o Salazarismo procurou, neste terreno, impor: a negação

¹⁰⁶ LOFF, 1996, *op.cit.*, p. 86-90.

do colonialismo, atribuível aos demais povos europeus mas não aos portugueses, povo não-racista e protagonista dessa aventura tão particular do “Luso-Tropicalismo”, verdadeiros inventores do “multirracismo”; sublimação da violência colonial pela sobrevalorização da “tragédia” dos “retornados” de África, vítimas não da opção militar salazarista mas da opção democrática pela descolonização.»¹⁰⁷

No que diz respeito à presença do *revisionismo histórico* na historiografia, Manuela Cruzeiro identifica a existência de duas correntes principais: i) *continuista*, que desvaloriza a Revolução e suas consequências e ao mesmo tempo salienta uma linha de continuidade entre ditadura e democracia; ii) *história dos vencedores*, que pauta a análise histórica do 25 de Abril pelo favorecimento dos resultados finais conhecidos pelo observador. Nos termos de Cruzeiro:

«Qualquer das duas correntes assenta em pressupostos ideológicos e metodológicos que fatalmente conduzem de forma clara ou velada à subalternização do acontecimento revolucionário, encarado como uma espécie de interregno ou suspensão no tempo. No primeiro caso, apagado, no segundo selectivamente valorizado. Um e outro, contornando a dificuldade em penetrar nessa espécie de vazio conceptual e histórico, optando por leituras retrospectivas e/ou prospectivas que inscrevem e legitimam no passado o sentido das evoluções posteriores».¹⁰⁸

É possível dizer que a primeira destas correntes historiográficas é aquela que conjuga o *revisionismo histórico* sobre a ditadura e sobre a Revolução, em que o último decorre do primeiro – ou seja, a desvalorização da Revolução é resultado da opção principal em ressaltar a continuidade entre ditadura e democracia, *branqueando-se* o regime anterior. Entende-se que a segunda corrente, contudo, abrange abordagens muito distintas, algumas das quais não se confundem com a argumentação *revisionista*.¹⁰⁹ Pode-se considerar que esta segunda corrente historiográfica identificada por Cruzeiro

¹⁰⁷ LOFF, 2000, *op.cit.*, p. 197.

¹⁰⁸ CRUZEIRO, Maria Manuela. «Revolução e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da história» in MARTINS, Rui Cunha. *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. P. 126-131.

¹⁰⁹ Por exemplo, a periodização sequencial do período revolucionário delineada por Josep Sánchez Cervelló, a qual, segundo Cruzeiro, atribui aos acontecimentos “uma racionalidade que eles de facto não tiveram”, não se aproxima – em termos de análise do *revisionismo historiográfico* – da “leitura quase triunfalista” de Kenneth Maxwell sobre a Revolução, segundo a qual em Portugal não teriam sido os bolcheviques que derrotaram os mencheviques. Este autor defende expressamente a ideia do *duplo legado da democracia portuguesa*: a luta contra o autoritarismo de direita e de esquerda. Cf. MAXWELL, Kenneth. *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1999. p.182.

coincide com leituras históricas que privilegiam o papel das forças político-partidárias e militares no processo revolucionário, relegando a segundo plano, e muitas vezes em subordinação a estas forças, as explicações dos movimentos sociais – uma tendência claramente dominante na historiografia sobre o 25 de Abril. Embora nem todas estas interpretações históricas procedam a conclusões *revisionistas*, é certamente deste modelo de análise que se origina o *revisionismo histórico* sobre a Revolução Portuguesa, com a sugestão, por exemplo, de que o alto preço da “cegueira colonialista do regime autoritário” foi a impossibilidade de uma “transição sem sobressaltos revolucionários esquerdistas para uma democracia parlamentar”¹¹⁰ ou a tese do *duplo legado da democracia portuguesa*, argumentação cara à teoria do *totalitarismo*. Convém salientar que se trata de um modelo elitista de análise histórica, a exemplo da perspectiva subjacente às interpretações *revisionistas* sobre as experiências revolucionárias em geral – e em particular, como já foi visto, sobre as Revoluções Francesa e Russa –, indiferente às causas capazes de explicar o desenrolar das movimentações populares, e, inclusive, à própria importância destes movimentos sociais no quadro geral da explicação histórica.

Portanto, é através da interpretação da Revolução – mais especificamente, do período revolucionário, marcado por intensas e variadas movimentações sociais – que o *revisionismo histórico* mais facilmente penetra no âmbito intelectual. Pode-se dizer, desta forma, que a permeabilidade da historiografia ao *revisionismo histórico* deriva de modelos interpretativos elitistas, os quais, ao considerar como elemento menos importante a compreensão sobre o eclodir e desencadeamento dos movimentos sociais, podem, consequentemente, repreender o desenrolar do processo revolucionário, que teria sido controlado, segundo esta ótica, por organizações políticas radicalizadas. Conforme destaca Loff, o desenvolvimento dos movimentos sociais – que, em alguns campos, gerou contextos sociais praticamente libertários – é o fator que propicia tais leituras históricas:

«Neste terreno, a interpretação do processo de mudança radical que se desencadeia em tão pouco tempo na sociedade portuguesa centrou-se quase sempre, tudo indica que excessivamente, em esquemas explicativos que reproduzem verdadeiras *teorias da conspiração* de lógicas muito semelhantes àquelas que presidem às explicações que, em tantos outros casos de mudanças

¹¹⁰ REIS, António. “Introdução” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 8.

revolucionárias, as elites tradicionais – vítimas da mudança, desapossadas do poder – subscrevem. (...) Esta matriz de explicação é em tudo coerente com uma sociedade como a portuguesa, cujo modelo de desenvolvimento permitiu que as elites sociais e políticas reservassem para si um papel comparativamente superior àquele que noutros casos nacionais as elites conseguiram preservar, percepcionando a generalidade dos processos de mudança social como produto do impulso das elites, ou de segmentos delas, e raramente como processos mais ou menos espontâneos originados no seio das massas populares e dos grupos sociais dominados».¹¹¹

Assim, é possível localizar no carácter socialista e socializante do processo revolucionário o principal ponto de encontro entre *revisionismo histórico* no âmbito do *uso público da história* ou da memória social e *revisionismo historiográfico*, embora existam diferenças significativas entre um e outro. Tal como no caso espanhol, o *revisionismo* que se difunde no espaço público – além de ser mais diversificado, com muitas nuances argumentativas – se expressa por uma linguagem vulgar, com simplificações históricas grosseiras, o que, naturalmente, não se reproduz no meio académico, pautado por argumentações sofisticadas.

Para além das diferenças, é interessante ressaltar a relação de interação entre o *revisionismo histórico* desenvolvido no debate público – no âmbito do *combate pela memória* do passado recente – e aquele manifestado no meio intelectual. Tal como já foi discutido para o caso espanhol, considera-se que a penetração de teses *revisionistas* na historiografia indica a significativa influência social de tais versões da memória, a tal ponto que superam as exigências metodológicas do analista social e, travestindo-se em argumentos mais refinados, passam a integrar o discurso académico. Não surpreende, neste sentido, que as teses *revisionistas* presentes na historiografia sejam aquelas em geral mais facilmente aceites pela opinião pública e dominantes no âmbito dos discursos memoriais sobre o passado recente. De qualquer forma, em um e outro caso, o propósito do *revisionismo histórico* português, conforme destaca Rosas, é “cortar as amarras ideológicas, políticas e simbólicas que ainda ligam a democracia portuguesa à sua génese revolucionária”.¹¹² Ou, por outras palavras, negar à Revolução – seus valores, princípios e visão do mundo – o carácter de acontecimento histórico fundacional da

¹¹¹ LOFF, Manuel. «Fim do Colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta» in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. P. 168, 169.

¹¹² ROSAS, 2004, *op. cit.*, p. 19.

democracia atual – e, uma vez mais, é nítido o paralelismo com o *revisionismo histórico* sobre a Revolução Francesa. Neste sentido, convém mencionar a crítica de Rosas, que demonstra a distorção histórica de tais leituras:

«Particularmente preocupante é o argumento que tenta opor a democracia política à revolução. Desde logo, porque “esquece” que a revolução é fruto, antes do mais, da incapacidade histórica das classes dominantes portuguesas gerarem qualquer processo de transição democratizante a partir do regime ditatorial. (...) Depois porque (...) a primeira e mais decisiva conquista do movimento revolucionário de massa, que explode pela porta que o golpe militar abriu, é a da liberdade política e da democracia. É o povo sem voz nem direitos que, logo a partir do dia 25 de Abril, ataca a sede da polícia política, destrói os serviços de censura, avança sobre as cadeias políticas e obriga à libertação dos presos, caça os pides na rua, que conquista, por força da sua exclusiva iniciativa, o direito de livremente se expressar, associar ou manifestar. Essa foi a génese específica da democracia política portuguesa, conquistada e não outorgada, feita na rua, muito antes de consagrada nas leis. No processo revolucionário, essa democracia política foi democracia na fábrica, no bairro, na escola, na cooperativa, ao mesmo tempo que o era nas urnas, isto é, foi um instrumento central do processo de conquistas sociais.»¹¹³

Enfim, o *revisionismo histórico* português – tal qual o espanhol – deve ser compreendido sob a luz de uma corrente política e cultural mais ampla que lê a modernidade contemporânea e, em última instância, os precedentes históricos e/ou as géneses das democracias liberais atuais segundo uma ótica pautada pela condenação de transformações revolucionárias e de questionamentos da ordem política e social.

2-6. Uma definição?

Após este panorama geral sobre as origens, principais manifestações e linhas argumentativas do *revisionismo histórico*, é interessante proceder a uma breve discussão a respeito do próprio conceito e sua utilidade. Traverso considera “revisionismo” uma “palavra camaleónica”, que ao longo do século XX adquiriu diferentes significados e foi utilizada de múltiplas formas. Segundo Traverso, pode-se identificar três momentos principais na história deste conceito: uma controvérsia marxista; um cisma comunista; e,

¹¹³ ROSAS, 2004, *op. cit.*, P. 22, 23.

de forma mais ampla, uma série de debates historiográficos posteriores a II Guerra Mundial. Assim, pode-se dizer que o termo é introduzido “en el vocabulario de la cultura política moderna” em finais do século XIX, com um debate “en el seno de la socialdemocracia europea” e que logo “se extendió al conjunto del movimiento socialista internacional”. Eduard Bernstein, antigo secretário de Engels, passou a defender a necessidade de revisar certos conceitos de Marx; de acordo com Traverso, “Bernstein sacaba conclusiones políticas” de tais revisões teóricas, “intentando armonizar la teoría de la socialdemocracia alemana con su práctica, la de un grande partido de masas que había abandonado la vía revolucionaria y se encaminaba hacia una política reformista”. Este *revisionismo* “fue fuertemente criticado por Kautsky, Rosa Luxemburgo y Lenin”, porém o conflito, “a veces de alto nivel teórico”, manteve-se sempre “en los límites de un debate de ideas”.

Segundo Traverso, tal controvérsia socialista ganha contornos dogmáticos após o nascimento da URSS e a transformação do marxismo em ideologia de Estado. A palavra *revisionista* converte-se, então, em sinónimo de “traição”.¹¹⁴ Antes de tratar do terceiro momento identificado por Traverso de desenvolvimento do termo *revisionismo* – aquele que diretamente interessa aos propósitos deste trabalho –, é importante ressaltar que, num sentido mais geral, *revisionismo* pode significar *revisão*, ou seja, a renovação de interpretações com base na crítica de uma perspectiva dominante, à qual se contrapõe um ponto de vista de inovador. Traverso enumera muitas destas *revisões*, como as análises de politólogos norte-americanos que questionaram a tese das origens soviéticas da Guerra Fria, ou as interpretações de soviétólogos que, desde os anos 1970, se afastaram das explicações anticomunistas e passaram a estudar a história social do mundo russo e soviético. Nesta aceção ampla do termo, conforme observa Pisanty, todo historiador é *revisionista*, já que a *revisão* corresponde a uma tarefa inerente ao trabalho científico; pois o desenvolvimento científico implica uma multiplicidade de modelos teóricos e paradigmas interpretativos, os quais são substituídos sempre que a atividade de investigação suscita novos pontos de vista, e a consequente adoção de novos paradigmas.¹¹⁵

Com efeito, Traverso sublinha que algumas *revisões* podem inclusive desenvolver-se de maneira natural – ou seja, como decorrência imediata do método científico –, como resultado da adoção de novas fontes ou da exploração dos arquivos.

¹¹⁴ TRAVERSO, 2007, *op. cit.* p. 93-95.

¹¹⁵ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 95, 96; PISANTY, *op. cit.*, p.7, 8.

No caso da mudança de paradigmas interpretativos, pode originar-se da modificação de questionamentos que naturalmente se opera ao longo dos tempos, conforme as épocas históricas, as gerações, as transformações na sociedade e as reconstruções da memória coletiva. Numa tal aceção, como destaca Traverso, as *revisões* da História são não apenas legítimas como também necessárias. No entanto, as *revisões* comumente denominadas *revisionistas* adquirem uma conotação negativa, uma vez que implicam “un giro ético político” na forma de compreender o passado. Conforme menciona Traverso, é evidente que os historiadores *revisionistas* não são repreendidos por iniciativas de debruçar-se sobre arquivos inexplorados ou por basear seus trabalhos em documentação nova; são criticados pela “visión política subyacente a su relectura del pasado”.¹¹⁶

Trata-se, como já foi discutido ao longo deste capítulo, de tendências apologéticas sobre o passado no que diz respeito a regimes nazi-fascistas e, de forma ampla, ditaduras de direita do século XX; de releituras que procuram redistribuir o ônus da culpa no que diz respeito a guerras – invertendo-se os juízos social e historiograficamente dominantes de modo a converter os opressores em vítimas –; e de criminalizações de revoluções, movimentos e processos revolucionários e, de forma mais geral, visões do mundo e valores de esquerda. Portanto, segundo Traverso, tais *revisões*, para além de questionarem uma interpretação dominante, rejeitam uma consciência histórica compartilhada e uma responsabilidade coletiva em relação ao passado. Ao abordar sempre acontecimentos fundacionais das sociedades contemporâneas – desde a Revolução Francesa, passando pela Revolução Russa, as guerras mundiais, e diversas ditaduras e guerras do século XX –, esta releitura da História ultrapassa a situação de reinterpretações historiográficas próprias de uma época; pois afeta diretamente a visão do mundo e identidade social presente. Neste sentido, de acordo com Traverso, estas *revisões* transbordam “las fronteras de la historiografía en tanto que disciplina científica”, e adentram o campo mais amplo do *uso público da história*¹¹⁷ – ou seja, penetram na esfera da memória.

No entanto, Traverso acaba por rejeitar a aplicação do conceito de *revisionismo histórico*, questionando a utilidade de catalogar certas *revisões* da História dentro de uma mesma categoria negativa. Segundo sua argumentação:

¹¹⁶ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 97, 98.

¹¹⁷ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 99.

«Transformada en combate “antirrevisionista”, la crítica de las tesis de Nolte y De Felice corre el riesgo de conocer una deriva análoga a la de la controversia marxista sobre el revisionismo evocada antes, es decir, el paso de un debate de ideas a una práctica inquisitorial, a la excomunión de todos aquellos que se alejen de una ortodoxia prefijada, de un canon normativo. De otra manera, hablar de “revisionismo” reenvía siempre a una Historia teologizada. El antifascismo transformado en ideología de Estado en los países del bloque soviético, sobre todo en la RDA, ha dado a largo plazo resultados desastrosos, comprometiendo finalmente su propia legitimidad. Sin llegar a las mismas proporciones, la retórica antifascista consensual que ha reinado en Italia durante cuarenta años ha tenido consecuencias lesivas para la investigación histórica. (...) En resumen, el antifascismo institucionalizado y transformado en epopeya nacional no ha sido un antídoto eficaz contra la rehabilitación del fascismo».

Desta forma, Traverso defende que as tendências apologéticas na historiografia do nazi-fascismo devem ser combatidas; mas sem que se lhes oponha “una visión normativa de la Historia”. Pois a aceitação da noção de *revisionismo* implicaria o reconhecimento de uma História oficial.¹¹⁸ Discordando de Traverso neste aspeto, considera-se, em primeiro lugar, que a questão não envolve apenas – como o próprio Traverso reconhece – uma controvérsia académica, e sim uma problemática social mais geral, com a penetração destas *revisões* no imaginário social e opinião pública das sociedades contemporâneas e com a transformação de algumas de suas versões em *memórias dominantes* – as quais, por vezes, tomam inclusive a forma de políticas de memória empreendidas por Estados democráticos, ou, simplesmente, juízos sobre o passado manifestados por representantes do poder público. Portanto, não é exagerado admitir-se que – ao invés da hipótese temida por Traverso, acerca da contraposição de uma *História normativa e oficial* às interpretações consideradas como *revisionistas* – há na atualidade o risco de que justamente as interpretações *revisionistas* se tornem de tal forma banais e aceites nas sociedades que passem a representar uma visão dominante ou hegemónica da história – com seus consequentes efeitos sobre a *suspensão da história*, enquanto compreensão do passado, substituída pelo espectro da *história-ficção*. Neste sentido, entende-se que a adoção do conceito de *revisionismo histórico* é útil e necessária, como forma de *desnaturalizar* e promover a crítica de um paradigma

¹¹⁸ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 100, 101.

interpretativo tão em voga nos tempos atuais – seja na historiografia seja no espaço público das sociedades.

Enfim, conforme salienta Losurdo, não há dúvidas de que a investigação histórica corresponde a uma incessante *revisão* dos resultados da investigação precedente; trata-se de uma tautologia. Contudo, se nos limitamos a esta tautologia – e rejeitamos a adoção do conceito de *revisionismo* –, não conseguimos compreender “a especificidade de um fenómeno cultural e político que se manifesta num contexto bem definido e em referência a acontecimentos e a um ciclo histórico específicos”.¹¹⁹

Loff identifica dois aspetos fundamentais da operação *revisionista*: a *comparação relativizadora* e a manipulação acerca da necessidade social de *superação do passado*.¹²⁰ Traverso aborda o primeiro destes aspetos ao criticar a análise de Courtois sobre o comunismo, que, em seu juízo, negligencia algumas regras básicas de comparação histórica, tais como: a contextualização dos acontecimentos, o reconhecimento de seu carácter internacional ou nacional, a consideração sobre a duração de um regime político, etc. Assim, segundo Traverso, Courtois desconsidera que, contrariamente ao nazismo – que existiu por doze anos e passou por “uma contínua radicalização até à sua implosão durante a guerra” –, a URSS existiu por setenta e quatro anos e passou por diferentes fases: revolucionária, “Termidoriana”, totalitária e um longo período pós-totalitário. De modo que, na visão de Courtois, não é significativo compreender o comunismo como “um fenómeno plural e contraditório”, e distinguir entre diferentes líderes políticos, entre diferentes regimes, entre movimentos e regimes, entre a utopia revolucionária e a burocracia dirigente, entre modelos de libertação e de opressão, entre um resistente antifascista e um agente da KGB. Ao evitar semelhante complexidade histórica, Courtois consegue, segundo Traverso, ler o comunismo como um fenómeno monolítico, homogeneamente criminoso – “tanto como ideologia quanto como realidade” – e sempre idêntico em suas características, em todas as épocas e todos os lugares. Trata-se de uma leitura do passado que “apaga todas as ruturas históricas, em suas dimensões social e política”, assim como os trágicos dilemas dos seus atores: tudo comprimido dentro da “continuidade linear do sistema *totalitário*”. Assim, a guerra civil russa, a fome, a coletivização da agricultura, o *gulag* e as deportações não são considerados fenómenos que decorrem de “uma pluralidade de

¹¹⁹ LOSURDO, *op.cit.*, p. 41.

¹²⁰ LOFF, 2000, *op. cit.*

causas”; “sua explicação escapa, em larga medida, ao contexto histórico” e ancora-se unicamente na ideologia comunista, lida como intrinsecamente criminosa.¹²¹

Convém reconhecer que no caso da análise *revisionista* sobre o comunismo trata-se mais propriamente de *comparações generalizantes*, com vistas a eludir a contextualização histórica e, desta forma, deduzir da ideologia a sua condenação política, histórica e moral. As *comparações relativizadoras* manifestam-se comumente em análises que cotizam regimes ditatoriais e regimes/movimentos revolucionários ou, mais diretamente, nas comparações entre nazi-fascismo e comunismo. Tratando do caso espanhol, Moradiellos evidencia as negligências metodológicas ou, até mesmo, a desonestidade intelectual, de tais operações *revisionistas* – argumentação que, de forma análoga, pode ser aplicada para uma crítica sobre as *comparações relativizadoras* entre o regime salazarista e o período revolucionário português de 1974/75:

«Desde una perspectiva historiográfica cabe admitir que la República fuera una “Democracia imperfecta” en varios aspectos durante su corto y difícil quinquénio de existencia. Pero también resulta evidente que el Franquismo fue una “Anti-Democracia perfecta” durante toda su larga vigencia de casi cuatro décadas. ¿No resulta sospechosamente desequilibrado y sectario el trato diferencial dado por esos autores a ambos períodos históricos? ¿No llama excesivamente la atención esa obsesión denunciatoria e hiriente contra el breve interludio republicano y la paralela “comprensión”, ponderación benévola o simple escamoteo y olvido del larguísimo epílogo dictatorial? ¿No sorprenden demasiado las exigencias de prudencia y ponderación a la hora de analizar y comprender el pasado dictatorial y la concomitante renuncia a aplicar el mismo rasero cuando se trata de hacer lo propio con la experiencia democrática republicana? ¿Cabe duda alguna, en consecuencia, sobre sus clamorosos propósitos políticos presentistas y sobre sus afinidades electivas más íntimas y arraigadas?»¹²²

É possível dizer que de tais *comparações relativizadoras* decorrem anacronismos, resultado de interpretações que desvalorizam o contexto histórico da época e que analisam o passado com base em valores políticos e juízos morais do tempo presente – os quais, como é óbvio, são inadequados para a explicação do passado,

¹²¹ TRAVERSO, 2007, in HAYES; WOLFREYS, *op. cit.*, p. 150, 149.

¹²² MORADIELLOS, *op. cit.*, p. 383.

simplesmente porque não habitavam a realidade da época. A partir de um tal procedimento metodológico fracassam quaisquer tentativas de compreensão séria sobre o passado. Roussou considera que tais anacronismos provocam uma rutura da continuidade histórica e exemplifica com o caso da Resistência francesa:

«En définitive, ces anachronismes donnent le sentiment, dans la confusion générale qui en découle, d'une rupture de la continuité historique. Celle-ci semble, dans le discours commun, comme fragmentée, éclatée, dissociant la période de l'occupation propement dite (juin 1940-été/automne 1944) des années qui précèdent: la crise de Munich, le pacte germano-soviétique, la drôle de guerre, l'ampleur de la défaite et les dilemmes terribles qu'elle a soulevés – continuer la guerre ou non, armistice ou capitulation – qui sont à l'origine aussi bien du régime de Vichy que de la France libre.»¹²³

No caso português, entende-se que as tendências anacrónicas das análises *revisionistas* se manifestam no rompimento entre as realidades históricas do Estado Novo e da Revolução, o que favorece leituras retrospectivas que não consideram a Revolução dentro da lógica de consequências e continuidade histórica dos anos da ditadura. Apenas sob uma tal perspetiva é possível compreender, por exemplo, as condenações *tout court* da descolonização, o que pressupõe a completa desconsideração de um longo contexto histórico de política colonialista e guerra colonial – realidades contra as quais o movimento dos capitães se insurgiu em 1974. No caso espanhol, mais do que uma rutura da continuidade histórica, o *revisionismo histórico* envolve releituras do passado empenhadas em criminalizar, nos sucessivos períodos históricos do século XX, a República, os republicanos e, de forma mais geral, movimentos e militantes de esquerda. Isto resulta, também, em anacronismos – talvez mais exatamente, em preconceitos políticos franquistas reatualizados, conforme já foi discutido; os quais, contudo, justamente por serem reatualizados com base em preconceitos políticos análogos de finais do século XX, adquirem a forma de anacronismos, incapazes de dar conta da complexidade do passado –, anacronismos estes que fornecem um padrão de leitura para o passado que engendra interpretações caricaturais e simplificadas.

O segundo aspeto fundamental do *revisionismo histórico* identificado por Loff, a necessidade de *superação do passado*, corresponde a um elemento complexo e que – ao contrário do primeiro aspeto anteriormente abordado, que incide diretamente no âmbito

¹²³ ROUSSOU, 1994, *op. cit.*, p. 274.

da metodologia *revisionista* – remete à esfera mais geral das visões do mundo e perspectivas de futuro. Neste ponto, é possível localizar uma ligação entre o desenvolvimento do *revisionismo histórico* e o contexto da *obsessão memorial* de finais do século XX: pois se a fase da *obsessão memorial* pode ser caracterizada pelo acentuado interesse sobre o passado num tempo que carece de perspectivas sobre o futuro, não é por acaso que este seja um terreno fértil para o florescimento do *revisionismo histórico*, com a sua transformação em fenómeno sociopolítico. Isto porque o *revisionismo histórico*, ao liquidar a tradição revolucionária – para usar a terminologia de Losurdo – e criminalizar as revoluções, sugere que não há alternativa possível às sociedades atuais, ou seja, o futuro será um eterno presente, a transformação social não passa de uma quimera. Esta também é, aliás, a conclusão da ideologia do *fim da história*, que pode ser considerada como o ponto de encontro entre *revisionismo histórico* e neoliberalismo político. Poggio explica da seguinte forma o desenvolvimento do *revisionismo histórico* em um pano de fundo cultural que lhe é favorável:

«Se abre un paso por el que se incrusta el revisionismo historiográfico, que pone enseguida en su agenda el objetivo más ambicioso: invertir la representación y el juicio histórico sobre el fascismo (y el nazismo y sus resultados), reescribir la historia del siglo XX desde el punto de vista de su final. La lucha se ha terminado y si vuelve a presentarse, es manifiestamente reaccionaria, antihistórica (como todos los movimientos revolucionarios, de acuerdo con la vulgata revisionista periodística). Por sus presupuestos, métodos y resultados, el revisionismo es perfectamente funcional a una sociedad sin historia que ha renunciado a la tarea (...) de hacer la historia y que acepta de manera naturalista vivir en el presente inmóvil de la técnica, en el cambio incesante de lo eternamente igual.»¹²⁴

Portanto, é possível dizer que o ambiente da *obsessão memorial*, marcado pela falta de expectativas quanto ao futuro – falta de expectativas esta decorrente da própria realidade socialmente limitadora do neoliberalismo, acentuada pela ausência de alternativas políticas acreditadas e eficazes –, converge com os propósitos neoliberais no sentido de decretar a impossibilidade de transformações sociais, o que, por sua vez, engendra um contexto social muito favorável ao desenvolvimento e recetividade de

¹²⁴ POGGIO, *op. cit.*, p. 211.

visões *revisionistas* da história. Assim, é possível afirmar que o âmbito da *necessidade de superação do passado* se projeta, em primeiro lugar, em argumentações que defendem a deslegitimidade histórica de revoluções e movimentos revolucionários. No que diz respeito à escrita da História, conforme esclarecem Haynes e Wolfreys, a queda do muro de Berlim propiciou uma espécie de (falsa) miragem do triunfo liberal, o que abriu espaço para interpretações históricas reacionárias e conservadoras, que enfatizam o perigo das revoluções e da militância política:

«[W]hen the Berlin Wall came crashing down in 1989, and with it the identification of the Russian bloc with any potential and variable future, there was a peculiar hollowness to the moment of ‘liberal’ triumph. Here was no optimistic vision of the future but simply an endorsement of the present. It was perhaps this hollowness that accounted for the fact that in the writing of history the balance was increasingly being tipped towards explaining both the dangers of revolution itself and those of political engagement.»¹²⁵

No que tange à historiografia, é possível afirmar que o *revisionismo histórico* implica um considerável retrocesso no debate intelectual acerca da compreensão do passado. Como destaca Geoff Eley, a propósito da Revolução Russa, após duas décadas de ênfase na relação entre a política bolchevique e as aspirações populares, assim como na influência dos movimentos sociais no processo político de 1917, os historiadores sociais viram-se confrontados com o ressurgimento de interpretações conspirativas que reavivam a autonomia do âmbito político; de modo que o “jacobinismo” de Lenine “voltou ao centro da agenda”, desconectando o entendimento da Revolução das amplas crises sociais, conflitos materiais e movimentos populares, em que os historiadores sociais tinham previamente baseado suas interpretações. Segundo Eley, para além de pretender excluir da história as concepções comunistas da ordem política, esta “nova historiografia antibolchevique” lança uma “profunda suspeita sobre as formas de democracia direta e participativa”; pois, de acordo com Eley, estas críticas antibolcheviques identificam-se com uma ideia restritiva de democracia¹²⁶ – e, novamente, vislumbra-se o ponto de contacto entre *revisionismo histórico* e neoliberalismo político. Abordando a questão desde um ponto de vista mais geral,

¹²⁵ HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim. «Introduction. History and Revolution» in HAYNES; WOLFREYS (ed.), *op. cit.*, p. 13.

¹²⁶ ELEY, Geoff. «What Produces Democracy? Revolutionary Crises, Popular Politics and Democratic Gains in Twentieth-Century Europe» in HAYNES; WOLFREYS, *op.cit.*, p. 177, 181.

Haynes e Wolfreys identificam as motivações político-filosóficas que orientam o *revisionismo histórico*:

«[I]f these authors echoed themes of a much earlier conservative historiography they came from less traditional backgrounds and dressed their arguments up in the more fashionable garb of the day. The political thrust of this new history was clear. It echoed a philosophical distrust with ‘grand narratives’ – with ideas of human emancipation. It reflected the failure of projects that claimed to be alternatives to Western capitalism, such as those in the old Soviet bloc or the Third World. And it was tied together with a suspicion of the dangers of mass action and the argument that such action could, and probably would, lead to the worst kind of tyranny and brutality. It was now argued that ‘socialism’ as the most important radical alternative had failed and history had to be rewritten to accommodate what was effectively the triumph of ‘liberal democracy’ and the ‘market’».

De tais pressupostos político-ideológicos decorre a desqualificação das revoluções que pretenderam “ultrapassar a agenda capitalista liberal” – enquanto outras revoluções são valorizadas na medida em que “contribuíram para a realização desta agenda”. Conforme destacam Haynes e Wolfreys, se a própria ideia de revolução já não tinha futuro, era preciso conferir-lhe um passado atenuado.¹²⁷ Assim, como salienta Loff, o *revisionismo histórico* procede à estratégia argumentativa da “‘patologização da Revolução’, dos processos revolucionários, descritos como ciclos ‘anómalos’ na História”.¹²⁸ Segundo Eley, sob esta perspetiva, as revoluções não apresentam nada de positivo: são vistas como acontecimentos exclusivamente destrutivos e prejudiciais, uma vez que a coerção, a intolerância e o autoritarismo passam a estar inscritos em seu verdadeiro centro, e o terror é entendido como desdobramento natural da ideologia revolucionária, a qual pretenderia impor “abstratos e impossíveis sonhos de uma ordem sociopolítica ideal”. No que diz respeito à Revolução Russa, Eley considera que o *revisionismo histórico* demonstra uma visão mais geral do progresso político que apenas enfatiza o gradualismo, a evolução e formas pacíficas de desenvolvimento, ao passo que trata ações de massa e diretos questionamentos de autoridade como processos sempre destrutivamente contraprodutivos. Ou seja, a deslegitimação da Revolução Russa – e

¹²⁷ HAYNES; WOLFREYS, *op. cit.*, p. 5, 6.

¹²⁸ LOFF, Manuel. «Depois da Revolução? – Revisionismo histórico e anatemização da Revolução» in *História & Luta de Classes*, nº 12, Setembro de 2011. P. 12.

das demais revoluções sociais e processos revolucionários, pode-se acrescentar – está relacionada com concepções mais gerais sobre as trajetórias para a mudança política, sobre como, historicamente, os ganhos democráticos podem ocorrer.¹²⁹ Haynes e Wolfreys sintetizam os principais aspetos das interpretações historiográficas *revisionistas* sobre revoluções:

«Against the ‘determinism’ of social explanations of historical change, which focus on class antagonisms, revisionists emphasize the primacy of the political. Their tendency to see revolutions as narrow political events rather than broader social transformations means that extraordinary circumstances – war, famine, counter-revolution – figure little in explanations of why protagonists sometimes act in ways which would otherwise be considered extreme or intolerable. The focus on elite activity and the attempt to establish a causal link between ideas and events leaves little room for the active role played by groups who do not form part of the elite. Popular insurgencies, violence and insurrection are no longer integral to revolutionary change but an unnecessary distraction, or worse, a reactionary brake on modernization and peaceful reform».

Segundo Haynes e Wolfreys, a insistência do *revisionismo histórico* em reler as revoluções assenta no carácter transformador destes fenómenos, seu apelo ao presente e ao futuro e à transcendência da ordem social, o que as torna experiências profundamente incómodas para aqueles que acreditam viver no melhor dos mundos possíveis, onde apenas existiria um espaço limitado para melhorias. Tais visões não constituem monopólio dos conservadores, mas também dos liberais.¹³⁰ Semelhante consideração sobre as afinidades políticas do *revisionismo histórico* converge com a identificação de Poggio acerca das duas grandes correntes políticas que habitam este movimento – a saber, a filo-ocidental, liberal e teleológica e a cultura de direita –, observação que é muito pertinente para compreender a expansão do *revisionismo histórico* no contexto de finais do século XX e, em consequência, o carácter fortemente conservador do período. Pois a conjuntura pós-1989, ao implicar um abrangente refluxo e crise de identidade para toda a esquerda ocidental, provocou um fenómeno de convergência política entre correntes de centro e moderadas e as culturas políticas de direita. A transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social na década de 1990 pode ser considerada

¹²⁹ ELEY, *op. cit.*, p. 178.

¹³⁰ HAYNES; WOLFREYS, *op. cit.*, p. 14, 4.

como decorrência desta situação, o que se reflete, objetivamente, na popularização e banalização de interpretações históricas que – apesar de não serem novas – eram apanágio primordial de correntes de direita. Um tal ambiente político-social é ilustrado, de forma esclarecedora, pela descrição do cenário francês por ocasião do bicentenário de 1789:

«Furet was a man for his times. In late 1980s France his Revolution without revolution went hand in glove with President Mitterand's socialism without socialism and Prime Minister Rocard's reformism without reform. Indeed, one of the defining moments of the period leading up to the 1989 bicentenary was a remark made by Rocard as a guest on a radio programme hosted by Furet: 'Among the multiple consequences of the great Revolution,' he declared, 'there is one which is important. It's to have convinced many people that Revolution is dangerous and that, if it's possible to get by without it, that's no bad thing.' »¹³¹

Para além da deslegitimação das revoluções, a outra face argumentativa do *revisionismo histórico* é a reabilitação do nazi-fascismo, e, de forma mais geral, de ditaduras e autoritarismos de direita do século XX. Segundo Poggio, não se trata apenas de uma “historización relativizadora”, e sim de uma “atenuación estructural llevada hasta los extremos de la dissolución”; no caso do nazismo alemão e do fascismo italiano, isto reflete-se na eliminação de suas realidades próprias, em termos ideológicos e sociais, convertendo-os em “puras reacciones, excesivas pero legítimas, ante la aparición de enemigos mortales”. De modo que, apesar dos diferentes enfoques e graus de radicalismo – por exemplo, enquanto Nolte entende o fascismo e o nazismo como defensores da Europa e do Ocidente contra o bolchevismo, num contexto de guerra civil que atravessa o século¹³², Furet, “inspirándose en la categoría de totalitarismo, tiende a unir la extrema derecha y la extrema izquierda en contraposición al modelo capitalista-liberal” –, os variados matizes do *revisionismo histórico* confluem na “normalización” do nazi-fascismo e, em consequência, na “inversión del juicio de valor” convencional a respeito do resultado da II Guerra Mundial. Já no que tange ao comunismo, de acordo

¹³¹ HAYNES; WOLFREYS, *op. cit.*, p. 13.

¹³² É significativo, pela proximidade das teses de Nolte – e denota, além do mais, as afinidades políticas das versões mais extremas do *revisionismo histórico* –, a identificação por Riccardo Marchi de que as direitas radicais portuguesas “interpreta[va]m o esforço bélico do nacional-socialismo e do fascismo como a contra-ofensiva preventiva em defesa da Europa, assim como tinha acontecido, de uma forma mais localizada, na Espanha de 1936-1939”. MARCHI, Riccardo. «Nacionalismo revolucionário na crise do Império» in MARCHI (coord.) *As Raízes Profundas Não Gelam? – Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Texto Editores, Alfragide, 2014, p. 339.

com Poggio, efetua-se “la operación inversa, ampliando poco a poco su radio de acción, hasta incluir en él la Revolución Francesa y cualquier experimento histórico que hiciera referencia a la justicia y a la igualdad”. Neste sentido, Poggio sublinha como um dos principais efeitos da empresa *revisionista* justamente a intenção de *superación do pasado* identificada por Loff, o que resulta de evidentes posicionamentos político-ideológicos que, no limite, atentam contra a própria História enquanto instrumento para a compreensão do passado:

«Lo que importa subrayar no son tanto los resultados manifiestamente reaccionarios, más que conservadores, de la revisión historiográfica especular e inversa llevada a cabo en relación con el fascismo y el comunismo, sino la demolición del significado de la historia que se deriva de ella. En definitiva, la conclusión extraída, o claramente sugerida, es que fascismo y comunismo son lo mismo, manifestaciones distintas de una misma locura ideológica. El conflicto político que ha ocupado el siglo es insensato y, una vez reconocida su naturaleza, gracias al revisionismo, conviene olvidarlo, tratarlo con la distancia con la que se afrontan los acontecimientos del antiguo Egipto, evitando volver a plantear conflictos inútiles, utopías perniciosas».¹³³

Portanto, Poggio considera que o *revisionismo histórico* elege “las grandes ideologías de la modernidad” “como terreno privilegiado de lucha” e que, “en nombre de una supuesta superación de toda ideología, ha desarrollado una crítica radical del jacobinismo e del bolchevismo” ao mesmo tempo em que propõe “una rehabilitación parcial del fascismo y de los sistemas autoritarios de derecha en general”. Um tal cenário, segundo Poggio, decorre da situação de “decomposición y posterior caída del sistema soviético”. Desta forma – e em convergência com o juízo de Hobsbawm segundo o qual o *revisionismo histórico* envolve uma reavaliação sobre o processo de desenvolvimento ocidental –, o ponto de confluência entre *revisionismo histórico* e as “culturas políticas dominantes” situa-se no “juicio sobre el papel histórico del capitalismo”, no sentido de que o capitalismo teria engendrado a democracia ao derrotar todos os seus adversários ideológicos.¹³⁴ Como efeito imediato de semelhante ambiente social em que floresce o *revisionismo histórico* opera-se, conforme observa Traverso, um fenómeno de fusão entre a memória dos crimes nazistas e a memória do *socialismo real*:

¹³³ POGGIO, *op. cit.*, p. 125, 218, 207, 208.

¹³⁴ POGGIO, *op. cit.*, p. 107, 9.

«La elaboración de la memoria del pasado fascista y nazi iniciada desde hace algunos decenios en varios países europeos, se ha incrementado con el fin del comunismo. La conciencia histórica del carácter asesino del nazismo ha servido de parámetro para medir la dimensión criminal del comunismo, rechazado en bloque – regímenes, movimientos, ideologías, herejías y utopías incluidas – como uno de los rostros de un siglo de barbarie. La noción de totalitarismo, antes arrinconada en las estanterías de la Guerra Fría, ha conocido un retorno espectacular como clave de lectura más apta o, incluso, como la única capaz de descifrar los enigmas de una época de guerras, de dictaduras, de destrucciones y de masacres. (...) Si el nazismo y el comunismo son los enemigos irreductibles de Occidente, éste deja de ser la fuente para convertirse en la víctima, erigiéndose el liberalismo en su redentor».¹³⁵

Neste sentido, para Poggio, no contexto pós-1989 o anticomunismo constitui uma conexão entre os vários *revisionismos* e correntes políticas que representa – liberais ou conservadoras. Também Traverso entende que as múltiplas linhas argumentativas *revisionistas* convergem num ponto essencial: o anticomunismo como paradigma histórico, como chave de leitura hermenêutica para o século XX. De modo que, segundo Traverso, o *revisionismo histórico* atual em larga medida reaviva o anticomunismo dos anos 1950.¹³⁶ Esta observação é interessante, na medida em que, como já foi ressaltado, o *revisionismo histórico* de finais do século XX reatualiza a teoria do *totalitarismo* forjada na década de 1950 na condição de combate ideológico anticomunista no âmbito intelectual. Portanto, conforme salienta Loff – e em consonância com as fases da teoria do *totalitarismo* já abordadas no início deste capítulo –, o movimento de ataque à tradição revolucionária é anterior à reconquista da hegemonia ideológica por parte da direita intelectual neoliberal e neoconservadora, o que remonta a finais dos anos 1970 e anos 1980.¹³⁷ De modo que é possível afirmar que o *revisionismo histórico* dos anos 1990, transformado em fenómeno social, é herdeiro das batalhas intelectuais análogas travadas nas décadas de 1950, 1970 e 1980, tendo-as aprofundado e desenvolvido num ambiente sociopolítico muito favorável, marcado pelo colapso do mundo soviético.

Neste ponto, é interessante mencionar a conceção de Poggio sobre o fenómeno *revisionista* como um amplo e complexo movimento conservador, que não deve ser

¹³⁵ TRAVERSO, 2007, *op. cit.*, p. 76.

¹³⁶ TRAVERSO, 2007, in HAYES; WOLFREYS, *op. cit.*, p. 139, 151.

¹³⁷ LOFF, 2011, *op. cit.*, p. 11.

reduzido ao seu marcante traço anticomunista nem explicado unicamente pela conjuntura pós-1989:

«Será también un efecto de la caída del socialismo, pero es indudable que, a través del revisionismo, se repropone de manera abierta una concepción de la historia rígidamente clasista, también en este caso retomando e invirtiendo la postura marxista. Una vez más puede hablarse de “rebelión de los ricos contra los pobres”, teniendo en cuenta el gran ciclo conservador, si no reaccionario, que ha envuelto a los países atlánticos, a partir de la Gran Bretaña de la señora Thatcher (...). En todo caso, no hay que olvidar, más allá de diferencias que no pretendemos anular, la capacidad del revisionismo para penetrar en el campo contrario, conseguir prosélitos activos y pasivos, y reorientar marcos interpretativos, juicios de valor y concepciones de la historia y de la sociedad. Que todo esto tenga lugar a partir de presupuestos culturales, intelectuales y científicos más bien débiles, cuando no inconsistentes, constituye un fenómeno sintomático inédito. Y no parece que el derrumbe de 1989, aunque le atribuyamos un papel crucial (...), pueda explicar por sí solo el incontenible ascenso del revisionismo local, su capacidad de convertirse en sentido común para la opinión pública de todos los colores, así como en orientación guía para un número nada irrelevante de historiadores de profesión, divulgadores y periodistas; con la novedad de un intercambio de papeles ya habitual debido a la potencia y a las exigencias de los medios de comunicación de masas».¹³⁸

É possível ensaiar uma explicação com base na ideia de que o contexto pós-1989, através da mudança na relação de forças e estrutura do cenário político internacional, cataliza a generalização e banalização no espaço público das sociedades contemporâneas de visões do mundo e leituras da realidade de carácter liberal-conservador, ratificando no âmbito dos imaginários coletivos a anterior hegemonia política do neoliberalismo. O *revisionismo histórico* constitui, neste sentido, um efeito complexo do “ar do tempo” de finais do século XX. Segundo Régine Robin este novo “ar do tempo” pode ser descrito nos seguintes termos:

«[U]n nouveau sens commun, un nouveau socle discursif, qui ont pour base non simplement le renversement de problématiques admises, mais bel et bien la démonisation du communisme, du marxisme, du soviétisme, du stalinisme

¹³⁸ POGGIO, *op. cit.*, p. 220, 221.

(tous termes, du reste, souvent mis sur le même plan, sans périodisation, soumis au même rejet). Cela les amène, au mieux, à rendre équivalents les régimes nazi et soviétique, à banaliser le fascisme, à lui trouver des circonstances atténuantes, à décontextualiser les prises de position des intellectuels antifascistes des années 1930, et, au pire, à penser que les régimes fascistes avaient anticipé la “vraie” nature des régimes socialistes.»¹³⁹

Pode-se dizer, portanto, que o *revisionismo histórico* representa uma corrente político-cultural de origem conservadora, empenhada em rejeitar o legado histórico, político e cultural da tradição revolucionária na modernidade contemporânea – e neste sentido, os precursores da argumentação *revisionista* podem ser considerados os próprios analistas políticos contemporâneos aos fenômenos históricos, como, por exemplo, os observadores conservadores críticos da Revolução Francesa ou os apoiantes dos regimes nazi-facistas e autoritários de direita. No curso da segunda metade do século XX, esta corrente desenvolve-se sob o impulso de expoentes intelectuais do liberalismo através da elaboração de interpretações históricas cuja motivação ético-política é evidente: pretendem legitimar retrospectivamente o sistema do capitalismo liberal – o que implica desconSIDERAÇÕES de contextos históricos, deformações de circunstâncias, supressões de condicionantes e causas materiais. Assim, por um lado, experiências de carácter revolucionário, destacadas de seu contexto histórico específico, são condenadas e criminalizadas; por outro lado, e através do mesmo viés antirevolucionário e fiel à preservação do *status quo*, os autoritarismos de direita são revisitados sob uma perspectiva reabilitadora de seu balanço histórico. E desta forma, ironicamente, suprimem-se do nazi-fascismo tanto o seu traço de revolução conservadora antiliberal quanto as suas afinidades ao sistema, como a questão colonial; de forma mais geral, relativizam-se, por um lado, a violência institucionalizada e a supressão das liberdades e dos direitos humanos e, por outro lado, enfatiza-se o âmbito do desenvolvimento económico. Este processo aprofunda-se significativamente em finais do século: no contexto pós-1989 marcado pelo colapso do *socialismo real*, verifica-se, em âmbito internacional, uma hegemonização cultural de semelhante perspectiva conservadora-liberal de percepção da realidade – do passado, do presente e do futuro –, hegemonização cultural esta que pode ser considerada como a outra face da consagração do neoliberalismo no âmbito político, já evidente durante toda a década de

¹³⁹ ROBIN, Régine. «Le nouvel air du temps» in *La mémoire saturée*. Paris, Stock, 2003. P. 197.

1980. É num tal contexto que o *revisionismo histórico* se torna fenómeno social, com a banalização de suas teses no espaço público das sociedades contemporâneas. Portanto, pode-se dizer que a reatualização do anticomunismo traduz um cenário geral de hegemonia político-cultural neoliberal.

Conforme observa Rouso, o carácter da comparações utilizadas pela tendência *revisionista* não se inscreve num plano histórico, e sim num plano político-memorial. Em tal plano político-memorial, não se prioriza a realidade e a complexidade das semelhanças e diferenças entre os regimes: com fins essencialmente ideológicos, chama-se a atenção para o grau de consciência que a opinião pública possui sobre seus balanços respetivos.¹⁴⁰ Esta observação é interessante, pois salienta o traço memorial que estrutura as interpretações *revisionistas*, ou seja, o seu carácter de avaliação ético-política sobre o passado. Contudo, conforme observa Loff, o *revisionismo histórico* – que se expressa, de forma significativa, no âmbito da *memória pública* sobre o passado recente – tem encontrado a oposição de um movimento de verdadeira *revolta da memória*.¹⁴¹ Ou seja, trata-se da rejeição das interpretações *revisionistas* da história, o que adquire os contornos de uma disputa político-social, um *combate pela memória*, em torno da hegemonia no processo de reconstrução do passado.

¹⁴⁰ ROUSSO, 1999, *op.cit.*, P. 19.

¹⁴¹ LOFF, 2000, *op. cit.*

Capítulo 3. Uso público da história. Estado da questão¹

3-1. Uso público da história: *Historikerstreit* e a origem do conceito

O conceito de *uso público da história* foi forjado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas por ocasião da *controvérsia entre historiadores* (*Historikerstreit*), que teve lugar na República Federal da Alemanha em 1986/87. Tratou-se de um debate público desenvolvido através dos meios de comunicação social e que incidiu sobre o passado recente da Alemanha nazista, com particular destaque para a questão da singularidade do Holocausto. Segundo Hans-Ulrich Wehler, a *Historikerstreit* constituiu uma controvérsia científica apenas dentro de certos limites, na medida em que envolveu resultados da investigação historiográfica, sua interpretação e sua utilização política; tratou-se mais propriamente, contudo, de um debate político sobre a identidade da República federal alemã e a consciência política de seus cidadãos.²

A controvérsia tem início com um artigo de Habermas – publicado no semanário de orientação liberal *Die Zeit*, em 11 de julho de 1986 – centrado na crítica de certas interpretações neoconservadoras sobre o passado recente nazista e sobre a identidade social da Alemanha federal, as quais, segundo Habermas, exprimiam “tendências apologéticas”. Habermas faz alusão, nomeadamente, às reflexões dos historiadores Michael Stürmer, Andreas Hillgruber e Ernst Nolte. Pode-se dizer que o motivo para a crítica de Habermas foi a publicação de um artigo de Nolte – no periódico conservador *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, em 6 de junho de 1986 – no qual se defendia que o “assassinato por razão de classe” perpetrado pelos bolcheviques teria sido o precedente lógico e factual do “assassinato por razão de raça” levado a cabo pelos nazistas. Nolte reivindicava uma tal perspetiva com base na “ética científica”, argumentando que, caso esta época histórica deixasse de ser representada como “parte de um mito”, chegar-se-ia à conclusão essencial segundo a qual, “apesar de sua obscuridade e horror”, este período poderia ter um sentido para as próximas gerações: o de as ter “liberado da tirania da ideologia coletivista”.

¹ Para uma abordagem desta questão sob o ponto de vista do caso português, cf. o meu artigo: «A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do revisionismo histórico» in SOUTELO; LUÍS; SILVA (orgs.) *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* [documento eletrónico], p. 114-127.

² WEHLER, Hans-Ulrich. *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il pasato?* Firenze, Ponte Alle Grazie, 1989. P. 30.

Assim, a crítica de Habermas voltava-se, por um lado, contra a relativização da singularidade dos crimes nazistas, a partir de sua compreensão como resposta às ameaças de destruição dos bolcheviques³ (Nolte) ou a partir da mudança da perspectiva do historiador ao identificar-se com a população do território alemão do Leste e o destino do Reich, o que era equiparado ao genocídio judeu⁴ (Hillgruber). Por outro lado, Habermas dirigia-se contra a visão neoconservadora do mundo que defendia a função da História de “atribuir” identidade social, tendo em vista a pretensa “perda da consciência histórica” (Stürmer). Em conclusão, Habermas defendia que o único patriotismo que não tornava os alemães estrangeiros no Ocidente era o “patriotismo constitucional”. Pois, infelizmente, um enraizamento de “convicções favoráveis aos princípios constitucionais universalistas” só ter-se-ia podido forjar na nação cultural alemã “após – e através de – Auschwitz”. Assim, concluía Habermas, aqueles que pretendiam, por vãs fórmulas de “obsessão de culpa”, apagar a vergonha desta realidade, aqueles que pretendiam “relembrar aos alemães uma forma convencional de identidade nacional”, destruíam a única base sólida de ligação da Alemanha ao Ocidente.

Os intervenientes na controvérsia críticos do posicionamento de Habermas alegaram o carácter político-ideológico de suas reflexões, marcadas por preconceitos e juízos morais; neste sentido, reivindicavam o carácter independente da ciência, cujas constatações não induziriam a consequências políticas. Assim, Klaus Hildebrand, por exemplo, argumentou que em investigação não existiam conclusões “liberais” ou “reacionárias”, motivo pelo qual considerava “uma autocensura” – derivada de “uma certa conceção da história” da qual não se conseguia desembaraçar – a impossibilidade de comparar “a capacidade de extermínio do comunismo e do nacional-socialismo, ou de investigar na história o rasto dos modelos do ‘genocídio judeu’”.

Neste contexto, num novo artigo – publicado em *Die Zeit*, em 7 de novembro de 1986 – Habermas situava a questão em torno da consciência histórica sobre o período nazista, num ambiente em que, após décadas de silêncio, tanto as lembranças das vítimas quanto as dos carrascos apareciam no espaço público. Segundo Habermas, num tal debate utilizar-se-ia a 1ª pessoa, e portanto não dever-se-ia confundir esta arena na qual ninguém poderia pretender a neutralidade com um debate entre investigadores que

³ Ameaças de destruição estas que, segundo Nolte, remontariam a tempos históricos longínquos, já que seriam inerentes à dinâmica que opõe forças políticas conflituantes

⁴ Uma tal comparação relativizadora fazia-se evidente, conforme denuncia Habermas, no próprio subtítulo da obra de Hillgruber, que abrangia a “destruição do Reich alemão” e o “fim do judaísmo europeu”.

adotariam, no curso de seu trabalho, o ponto de vista do observador, que utiliza a 3ª pessoa. De acordo com Habermas, pretendia-se ofuscar esta situação sob “uma pretensa confusão entre ciência e política”, o que conduzia a um impasse. Pois se tratava, neste caso, do “uso público que se faz da história”: “no espaço público, para a cultura política, para os museus e para o ensino da História, a questão da produção de imagens de história em uma perspectiva apologética alcança imediatamente um valor político”. Segundo Habermas, a simples publicação do artigo de Nolte pelo *Frankfurter Allgemeine Zeitung* marcaria “uma rutura na cultura política da Alemanha federal” e na visão que ela tinha de si mesma.⁵

3-1.1. Debate teórico e delimitação do conceito

Neste sentido, Nicola Gallerano esclarece que, para Habermas, o conceito de *uso público da história* indica um debate sobre o passado que é, em última instância, ético e político: ao desenvolver-se na 1ª pessoa, e não na 3ª pessoa – o que denotaria não se tratar de uma disputa científica –, este debate sugere “um contexto que envolve diretamente memória, identidade individual e coletiva e juízos políticos sobre o presente e o futuro”. Contudo, um primeiro problema suscitado por esta definição diz respeito, segundo Gallerano, a “uma questão geral de método”. Pois uma tal concepção de *uso público da história* distingue nitidamente dois planos do discurso: o científico e o ético-político; este último, relativo ao âmbito da “esfera pública”, remeteria ao campo dos meios de comunicação de massa. Sem dúvida, “os métodos cognitivos e as problemáticas da historiografia” distinguem-se claramente do debate público que se faz acerca da história; no entanto, conforme salienta Gallerano, não existem limites nítidos entre historiadores de profissão e outros produtores de história: trata-se, na verdade, de um complexo sistema de intercâmbios, convergências e conflitos. Como observa Gallerano, esta questão remete à “relação conflituosa entre memória e história”, uma vez que o *uso público da história* ativa os mecanismos da memória coletiva. Assim, “a oposição entre memória coletiva e história” resultaria do processo que levou o historiador a separar-se da “vida orgânica do povo”, “com a renúncia a transformar a memória em história” – tal como se pretendia no século XIX.⁶

⁵ *Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le regime nazi*. Paris, Les Éditions du CERF, 1988.

⁶ GALLERANO, Nicola. «Introduzione»; «Storia e uso pubblico della storia» in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, FrancoAngeli, 1995. P. 7-9, 27.

Tratando desta problemática, Peppino Ortoleva identifica dois grupos de teorias que abordam a relação entre meios de comunicação de massa e história: o primeiro, relacionado com as teses pós-modernistas, entende os meios de comunicação como a negação da história; o segundo pretende estabelecer as características específicas de uma *história produzida pelos meios de comunicação*, de modo a definir suas diferenças a respeito de outros tipos de história, particularmente a história “científica”. Entre os diversos modelos interpretativos que compõem este último grupo predomina a relação de oposição entre *história científica* e *meios de comunicação de massa*. Ortoleva explicita alguns exemplos: i) História do alto e história de baixo, em que o primeiro âmbito expressaria a história “dos vencedores” e associar-se-ia aos mecanismos do *uso público da história*: tanto a formação histórica oferecida pela escola de massas quanto a história produzida pelos meios de comunicação, considerada, em geral, como expressão direta do poder ou, ao menos, de uma certa “hegemonia”. ii) História contra memória, a exemplo do modelo proposto pelo historiador Jacques Le Goff, segundo o qual a “memória coletiva” corresponderia essencialmente ao âmbito da “formação e da circulação de mitos, das tradições inventadas, das versões ‘oficiais’”; os meios de comunicação de massas, portanto, seriam os guardiães e propagandistas de uma tal “visão mítica do passado”. iii) *foyers de la conscience historique*, segundo o modelo do historiador Marc Ferro, âmbito do qual os meios de comunicação de massa constituiriam apenas um exemplo e que contrapor-se-ia ao trabalho dos historiadores de profissão e sua necessidade de autonomia. iv) Uso público e uso científico, segundo a oposição entre a “história-investigação” dos estudiosos e a “história pública” divulgada pelos meios de comunicação, com destaque para as regras de discurso específicas de cada uma delas.

Criticando tais modelos interpretativos, Ortoleva empreende duas observações. Em primeiro lugar, ressalta que também o livro, incluído o livro de História, pode constituir meio de comunicação de massa nas sociedades atuais; por este motivo, a tentativa de compreensão da relação entre História e meios de comunicação deveria ser menos genérica, de modo a abranger tais nuances. Segundo Ortoleva, semelhantes análises ancoram-se numa base de sustentação ainda mais frágil, que consiste numa visão defensiva da História – a ideia do saber histórico como “autêntico” e constantemente ameaçado pelos meios de comunicação de massa. Trata-se de uma concepção que diferencia a “história-ciência” como um mundo de limites precisos e

nitidamente separáveis da história “não científica”, diferenciação esta que justificar-se-ia pela adoção de uma metodologia e epistemologia rigorosas e “puras”.

Neste sentido, Ortoleva identifica três possíveis posicionamentos a propósito da compreensão histórica: a) História como ciência exata, o que corresponde ao ideal de história “autônoma”. b) História como conjunto de textos, o que se evidencia na relativização da História, conforme os postulados pós-modernistas ou desconstrutivistas, que renunciam à “verdade” como objetivo final do trabalho do historiador em benefício da mera “prática discursiva”. Tal como observa Ortoleva, este posicionamento é o inverso especular do anterior: pois se renunciamos ao ideal – no fundo do século XIX – de um saber histórico “puro”, “devemos renunciar também ao ideal de uma reconstrução verdadeira ou ao menos rigorosa”; “se renunciamos a estabelecer uma hierarquia rigorosa entre saber histórico ‘autêntico’ e ‘mito’, então tudo se torna mito”. c) Análise histórico-crítica da consciência histórica, com base no pressuposto de que os instrumentos da crítica histórica devem ser aplicados às diversas expressões da história que circulam na sociedade, inclusive a própria historiografia.

Defendendo este último modelo, Ortoleva argumenta que se deve “ler o conhecimento histórico que circula numa sociedade num certo momento – em particular o conhecimento histórico sobre os períodos mais recentes – como um sistema complexo, composto por instituições diversas, mas interdependentes, e nunca rigidamente separáveis, da família à escola, da universidade aos variados setores da indústria cultural”. A história “científica” não pode ser posta à margem do “sistema social da história”; deve, ao invés disso, ser reconhecida como um dos diversos centros de produção e circulação do saber histórico, dotada, sem dúvida, de uma função específica de investigação e renovação, mas sempre condicionada também pelas demandas da sociedade e do mercado.⁷

Com efeito, a separação rígida entre *uso público da história* e historiografia ou entre *discurso público* e *discurso científico* sobre o passado dificulta inclusive a compreensão do fenómeno do *revisionismo histórico*, que em alguns casos – como o alemão, por exemplo – surge na historiografia e posteriormente se dissemina em diversos meios sociais e debates públicos. Sendo assim, a própria *Historikerstreit* – no decorrer da qual Habermas cunha o conceito de *uso público da história* – deve ser entendida como a expressão, no âmbito do debate público, de uma polémica sobre

⁷ ORTOLEVA, Peppino. «Storia e mass media» in GALLERANO, *op. cit.* p. 63-71, 77.

problemáticas históricas e formas de compreender o passado nazista já anteriormente formuladas em trabalhos científicos por estudiosos. Ou seja, a questão da manipulação ético-política do passado recente não se esgota nos limites do debate público – muito embora seja possível identificar de forma clara as diferenças de argumentação, de estilo e até mesmo de objetivos entre a discussão sobre o passado realizada no meio científico e aquela empreendida nos meios de comunicação social. É verdade, conforme argumenta Habermas, que a publicação de um artigo que defende uma radical relativização do passado recente nazista num jornal nacional constitui, por si só, um fator significativo e que implica uma rutura ético-política; é preciso reconhecer, no entanto, que a questão fundamental não radica na separação entre discurso público e discurso científico. De modo que entre *História científica* e *uso público da história* prevalece uma relação de contínuos afastamentos e aproximações.

Tendo em vista estas observações sobre a relação entre História e *uso público da história*, considera-se muito pertinente a definição ampla deste conceito proposta por Gallerano: pertencem ao *uso público da história* não apenas os meios de comunicação de massa (jornalismo, rádio, TV, cinema, teatro, fotografia, publicidade, etc.) mas também as artes e a literatura, a escola, museus históricos, monumentos e espaços urbanos, assim como diversas instituições (associações culturais, partidos políticos, grupos religiosos, étnicos, culturais, etc.). Todas estas esferas promovem – “com objetivos mais ou menos declaradamente partidários” e ideológicos – leituras do passado a partir da memória dos grupos que representam. Assim, os políticos exercem importante papel na configuração do *uso público da história*, e inclusive obras científicas que alcançam um considerável impacto social também participam no *uso público da história*.⁸

Gallerano salienta que o *uso público da história* não é um fenómeno novo, sendo possível considerá-lo tão antigo quanto a própria história como atividade cognitiva. A este propósito, Juan José Carreras e Carlos Forcadell ressaltam que, “siempre y a lo largo del tiempo y del espacio”, se realizou uso político e público da história de maneiras diferentes e com diversos fins. Assim, estes autores mencionam, entre muitos outros exemplos, as constantes analogias com a Revolução Francesa por ocasião da Revolução Russa ou a viva polémica que se instaurou na sociedade francesa durante o período da Restauração, quando “[l]a oratoria, la prensa, los libros, todos los medios de

⁸ GALLERANO, Nicola. «Storia e uso pubblico della storia» in *op. cit.* p. 17.

comunicación de la sociedad civil del momento utilizaban la historia” para dirigir-se à reduzida opinião pública da época. No entanto, conforme observa Gallerano, é possível identificar no final do século XX “uma hipertrofia” do *uso público da história*. Isto explica-se, por um lado, pelo marco de 1989: pois o colapso do comunismo soviético ocasionou, nas mais diversas sociedades, um ímpeto por reescrever a história do passado recente – por parte dos meios de comunicação social, políticos e também historiadores. Por outro lado, como reconhecem Carreras e Forcadell, os últimos anos do século XX e princípios do XXI constituem uma época que se depara com um futuro de tal modo incerto que “las luchas por la imagen o la conciencia histórica” se transformam em verdadeiras “batallas por la memoria” em defesa de construções memoriais das experiências vividas por indivíduos e grupos “refugiados en su identidad o en el recuerdo de ses padecimientos”.⁹ Portanto, o fenómeno recente de hipertrofia do *uso público da história* – além de dever ser considerado dentro dos limites específicos das sociedades altamente mediatizadas de finais do século XX – pode ser entendido como efeito tanto do impacto nas representações políticas e ideológicas, em âmbito mundial, que significou o fim das experiências do *socialismo real*, quanto da situação de *obsessão memorial*, que – também em relação estreita com o elemento anterior – se encontra na origem de perceções sociais de profundo desamparo quanto às perspetivas de futuro.

É importante mencionar a observação de Gallerano segundo a qual não se deve, necessariamente, atribuir um sentido nocivo à manifestação do *uso público da história*: apesar da possibilidade negativa de manipulação histórica no espaço público, o *uso público da história* pode significar “um terreno de confronto e de conflito” que implica a participação ativa dos cidadãos, o que pode provocar frutos positivos numa discussão pública sobre o passado recente. Um exemplo desta situação é o já mencionado caso da *Historikerstreit*: segundo Wehler, o balanço positivo da contenda superou seus elementos negativos, já que houve uma ampla discussão social sobre a consciência histórica do delicado passado recente alemão e o debate demonstrou, além disso, que a opinião pública era, em sua maioria, vigilante e crítica.¹⁰

⁹ GALLERANO, Nicola. «Introduzione» in *op. cit.* p. 7. CARRERAS ARES, Juan José; FORCADELL ÁLVAREZ, Carlos. «Introducción. Historia y política: los usos» in CARRERAS ARES, Juan José; FORCADELL ÁLVAREZ, Carlos (eds.) *Usos públicos de la Historia*. Madrid, Marcial Pons, 2003. P. 21, 17, 24, 42.

¹⁰ GALLERANO, Nicola. «Storia e uso pubblico della storia» in *op. cit.* p. 19. WEHLER, *op. cit.* p. 149.

Portanto, considerando-se semelhante definição ampla de *uso público da história*, assim como sua relação complexa com a historiografia – marcada por constantes aproximações e afastamentos –, propõe-se neste trabalho o estudo da memória das transições democráticas ibéricas, utilizando-se como unidade de análise a imprensa. Convém realizar desde já uma observação sobre a participação de historiadores no debate público sobre o passado recente: levando-se em conta que não se pode separar totalmente *História e memória*, *História acadêmica* e *uso público da história*, entende-se que quando historiadores profissionais escrevem nos jornais atuam predominantemente no âmbito do *uso público da história* – ainda que em muitos casos escrevam sobre o tema de seus estudos, adotam uma linguagem mais voltada para o grande público e que dispensa as explicações metodológicas dos textos acadêmicos. Pois, neste caso, os historiadores – ao atuar no espaço público na condição de especialistas – também influenciam na configuração de uma determinada versão da memória coletiva.

3-2. Fases da memória pública: os casos da II Guerra Mundial

A reflexão comparativa sobre outros casos nacionais pode ser útil para a compreensão do contexto ibérico. Ao analisar a memória da ocupação nazi e do colaboracionismo do período de Vichy, Henry Rousso propõe uma periodização de quatro fases para compreender a questão da evocação pública deste período da história francesa:

1) A primeira fase, que se estenderia desde a liberação até meados dos anos 1950, é a fase do “luto”, é o período da reconstrução nacional e construção de uma “memória patriótica”, dentro de um quadro de dor e dificuldades evidenciadas nas tensões que contrapunham a *obrigação de recordar* e a *vontade de esquecer*, o que ter-se-ia materializado nos processos de depuração e nas leis de amnistia. Assim, este período é marcado pelo problema da “lenta e difícil liquidação das sequelas imediatas da ocupação” e caracterizado por fortes contradições entre necessidades opostas, como, por exemplo, o desejo de um “necessário juízo e castigo dos crimes cometidos durante a ocupação”, por um lado, e o apelo à reconciliação nacional e à amnistia, por outro lado. Datam também desta primeira fase os *mitos resistencialistas*, disseminados ao longo dos anos 1950-1960 e inseridos igualmente no contexto de reconstituição da unidade nacional. Segundo Rousso, a partir de 1944-1945, “a memória nacional foi polarizada”, por um lado, pela memória gaullista e, por outro lado, pela memória comunista: apesar

de adversários irreduzíveis, gaullistas e comunistas – que constituíam “as duas grandes correntes políticas da França do pós-guerra” – partilhavam “uma certa visão da história” que insistia sobre o carácter criminal porém marginal da colaboração, e definia a Resistência como uma reação patriótica de massas. No discurso do Partido Comunista, no entanto, acrescentava-se a glorificação de uma componente “revolucionária” – que figurava igualmente no discurso de outros movimentos de resistência, mas que estava ausente da representação gaullista. Como destaca Roussio, estas memórias – que alcançaram significativa proeminência no espaço público da época – marginalizavam ou ensombreciam grupos inteiros que não entravam na sua “configuração heroica”, como os prisioneiros de guerra ou os judeus.

2) A segunda fase, que ter-se-ia prolongado durante toda a década de 1960, tem início com as leis de amnistia de 1951-1953 e caracteriza-se pelo “desaparecimento do espaço público das questões relativas à Vichy e à colaboração”, que se convertem em temas tabus, sobretudo no âmbito local. Não se tratava propriamente de um *esquecimento* e sim de um certo *consenso* na consideração de que se havia “passado a página” em relação aos *années noires* de 1940-1944. Esta tendência de *repressão* do passado foi acompanhada pela “instrumentalização política da herança resistente” – com a difusão do *mito resistencialista*, o qual, ao mesmo tempo que diminuía as consequências negativas do regime de Vichy, associava a Resistência ao conjunto da nação francesa –, o que “favoreceu a instauração do novo regime político gaullista em 1958”. Assim, segundo Roussio, durante os anos 1960, a opinião pública francesa foi menos sensível à primeira forma de *anamnesis* (“retorno do reprimido”) da memória do nazismo, que então se manifestava no cenário internacional com o processo Eichmann em Israel (1961) e com a reabertura na Alemanha de processos judiciais contra antigos nazis.

3) A fase de *anamnesis*, consequência direta dos movimentos de 1968, teria significado o “retorno do reprimido”, com a tomada de consciência das responsabilidades francesas na ocupação. A partir de então, Vichy “situou-se no centro das polémicas sobre o passado”, num contexto em que a evocação da Resistência já não era “argumento suficiente para encobrir a importância da colaboração” e a influência das ideias fascistas na sociedade francesa. Dessa forma, ganhava notoriedade a concepção de um “fascismo francês”, de modo que a representação do período com maior visibilidade social desde o pós-guerra – e sintetizada na ideia da luta entre *traidores* e *patriotas* – dava lugar a

leituras do conflito baseadas num “antagonismo de natureza fundamentalmente política”, ou seja, a oposição entre *fascistas* e *antifascistas*.¹¹

4) A partir dos anos 1980, a *anamnesis* teria dado lugar a uma espécie de *hipermnesis*, uma “obsessão” pelo passado perceptível na onipresença de imagens e recordações da guerra no espaço público mediatizado, além da adoção de *políticas de memória* com o fim de reparação simbólica, económica ou judicial (processos contra Klaus Barbie/1987, Paul Touvier/1994, Maurice Papon/1997-98). Rousso destaca que nesta fase ter-se-ia configurado um novo paradigma dominante de representação do passado, com a tomada de consciência sobre a questão do genocídio judeu. De modo que as leituras sobre a ocupação passavam pela evocação do antissemitismo francês, que se tornava o principal elemento do debate público sobre este período. Assim, o eixo dominante de interpretação do passado já não era nem patriótico nem político e sim *moral*, em que a ideia de *vítimas* ocupava um papel de destaque.

De acordo com Rousso, esta última fase evidencia um modelo de “gestão do passado” que combina os seguintes elementos:

- “lugar cada vez mais preponderante ocupado pelas vítimas”, com frequência “sob a pressão de grupos particulares (associações, partidos políticos, organizações não-governamentais de carácter nacional ou internacional) e contra as interpretações oficiais” do passado, as quais, muitas vezes, se situavam em conformidade com “a lógica de razão de Estado (necessidade de reconciliação, desejo de criar um mínimo de consenso nacional, etc.)”.
- “papel desempenhado nas reivindicações e pedidos de reconhecimento” do passado pelas segunda e terceira gerações, ou seja, “os filhos e netos das vítimas do drama”, em geral mais motivados do que os próprios sobreviventes.
- discursos em torno do “dever de memória” – “uma noção surgida no contexto do debate sobre a memória do Holocausto e que implica um reconhecimento absoluto da recordação no terreno das práticas sociais e da memória coletiva, assim como a condenação do esquecimento em quaisquer de suas formas” –, o que sugere sérios questionamentos sobre “a melhor maneira de manter de forma duradoura” a rememoração de “páginas traumáticas”.

¹¹ Rousso salienta que tais representações públicas sobre o passado recente apenas explicavam “uma parte dos compromissos e alinhamentos de uns e de outros”: do lado da Resistência, a questão do patriotismo teria sido muito mais determinante do que a do antifascismo; ao passo que, no que diz respeito à colaboração, a “traição” teria sido uma maneira de denominar mais tarde, política e moralmente, comportamentos em cuja origem estavam motivações ideológicas diversas (pacifismo, anticomunismo, antissemitismo, análise das causas da derrota de 1940 ou do futuro da Europa, etc.).

Além disso, Rousso identifica nesta última fase uma intensa instrumentalização do passado através dos meios de comunicação social e uma certa tendência para julgar as opções políticas dos diversos atores do período da ocupação e do pós-guerra, o que, com frequência, dava origem a anacronismos e equívocos históricos. Assim, por exemplo, o sentimento de culpa que orientava muitas das reivindicações mais recentes sobre o reconhecimento público do passado – culpa por ter aceitado um regime durante o qual se cometeram “crimes abomináveis em nome de uma certa ideia de França” e culpa por ter sabido, ou não ter podido, ou não ter querido lidar de outra forma com as sequelas da ocupação – eludia o estado de espírito do período em questão, para além de silenciar sobre o dado essencial da ocupação nazista, que limitara as escolhas possíveis. Conforme salienta Rousso, “os filhos e netos da geração da guerra, que não cessam de denunciar a falta de lucidez ou a covardia de seus antepassados”, podem fazê-lo mais facilmente – e num contexto em que a tragédia desapareceu – porque foram poupados das fúrias de uma guerra mundial e nunca foram confrontados com escolhas de uma tal radicalidade. Segundo Rousso, estas constatações não pretendem defender um apagamento do passado ou perdão dos crimes, e sim estimular a reflexão sobre os usos do passado.¹²

É possível dizer, portanto, que os vários tipos de anacronismos derivados da *obsessão memorial* contemporânea podem originar-se de orientações e posicionamentos quanto ao uso público do passado que são contraditórios ou opostos entre si. Assim, tanto proveem de alguns setores sociais que aludem ao “dever de memória” e à justiça para com as vítimas do período fascista quanto de tendências *revisionistas* que primam pela condenação irrestrita da Resistência.¹³ Não se trata, obviamente, de equiparar tão diversos movimentos e intenções de *uso público da história*; é preciso reconhecer, porém, que ambos – de formas distintas e por motivações muito diferentes – desconsideram o contexto ou as circunstâncias históricas do período em questão de modo a privilegiar os combates políticos travados no presente social.

¹² ROUSSO, Henry. «La memoria de Vichy o la ilusión de la excepción francesa (1980-2000)» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (ed.) *Guerra civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006. P. 323-333. ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris, Seuil, 1987. ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris, Fayard, 1994. P. 12-29.

¹³ Tal como salienta Javier Muñoz Soro a respeito do caso italiano, assiste-se à construção de uma “leyenda alternativa” aos mitos do pós-guerra e que pretende defender “la insignificancia real y la vileza moral de la Resistencia”. MUÑOZ SORO, Javier. «El uso público de la historia: el caso italiano» in FORCADELL, Carlos [et al.] (ed.) *Usos públicos de la Historia y políticas de la memoria*. Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. P. 116.

Tal questão é sumamente delicada, uma vez que o excesso de zelo quanto à possibilidade, ou necessidade, de criticar condutas e escolhas pessoais do período da ocupação e do pós-guerra facilmente permite o trânsito entre posturas compreensivas/justificadoras de trajetórias individuais e intenções desculpabilizadoras/*branqueadoras* do regime. É evidente que as críticas e juízos ético-políticos efetuados pelos filhos e netos dos protagonistas do período se realizam sob um ponto de vista retrospectivo e que por vezes exageram na aplicação ao passado de valores e princípios do presente. Isto, no entanto, não pode servir como argumento para limitar o debate crítico sobre o passado recente; debate este que, ao desenvolver-se no âmbito do *uso público da história*, necessariamente envolverá apreciações ético-políticas sobre o período em questão. Conforme esclarece Manuel Loff a respeito dos diversos aspetos do debate público recente sobre o período de Vichy:

«O caso francês, em que portanto se misturam a recusa da reanálise frontal do passado e a proposta oficial de *enterrar* qualquer forma de *má consciência* nacional, inconfessável no quadro da mitificação gaullista de uma *França-toda-ela-resistente*, é seguramente paradigmático da difícil relação com o passado colectivo que se verifica numa sociedade que foi sujeita à dura prova ética, profundamente ética, de uma situação de ocupação estrangeira, ainda por cima com a pulsão genocida que revelou, na qual o colaboracionismo se pode estabelecer com o ocupante, mas também com o regime político *nacional* que se desenvolveu à sombra do ocupante. Paradigmática é também a intromissão claríssima do poder político, e de outras formas de poder fáctico, na definição social, até mesmo institucional, da História, da própria memória colectiva do passado recente. Antes de mais, porque uma ingerência sistemática, recorrendo a instrumentos legitimadores como o discurso judicial, construindo uma verdadeira situação de *juízo da História*. (...) O caso francês é, ainda, terrivelmente assustador do ponto de vista do poder insinuante e expansivo da *reescrita da História*, já que nele convive o discurso revisionista oficial, e objectivamente *pedagógico* face à sociedade, produzido pelo Estado (poder político e poder judicial), com uma fortíssima corrente do mundo académico empenhada num vasto esforço de construção de uma sólida cultura revisionista, e particularmente *negacionista* do fenómeno do Holocausto».¹⁴

¹⁴ LOFF, Manuel. *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto, Campo das Letras, 1996. P. 54, 55.

Portanto, o *excesso* dos juízos críticos sobre o passado recente francês – que em muitos casos redundam em anacronismos –, denunciados por Rousso, devem ser situados no contexto da *obsessão memorial* em que a discussão sobre o passado invade o espaço público e em que pontuam posicionamentos oficiais que primam pelo *branqueamento* do regime de Vichy. Conforme o próprio Rousso reconhece, esta fase da memória pública sobre o passado recente caracteriza-se por uma intensa atuação de grupos sociais, liderados pela segunda e terceira geração dos protagonistas do período, que reivindicam *políticas de memória* e enfrentam os discursos oficiais conciliadores, os quais muitas vezes expressam interpretações *revisionistas* do passado.

Uma periodização semelhante ao modelo proposto por Rousso pode ser utilizada para a compreensão do caso alemão: aos primeiros anos da reconstrução nacional, seguiu-se a fase de “repressão” do período Adenauer (1949-1963), durante a qual, de acordo Régine Robin, se limitou ao máximo a desnazificação, com base no discurso fundador segundo o qual apenas alguns membros da cúpula do Estado teriam sido responsáveis pelos crimes nazis; de modo que a maioria dos alemães era convertida em *vítimas da guerra*. Tal como no caso francês, esta fase teria sido marcada pela amnistia e integração de “antiguos afiliados del partido nazi, los partidários, seguidores” – até às esferas mais altas do Estado – “en los aparatos judicial, militar, administrativo y universitario”. No plano social, manifestava-se, segundo Robin, solidariedade em relação àqueles que haviam sido afetados pela política dos aliados – considerada exagerada – em matéria de desnazificação; assim, diabolizava-se alguns poucos nazis na cúpula do Estado e aliviava-se o restante: estes, a maioria, teriam sido “engañados y seducidos por Hitler, no habían visto nada, no sabían nada respecto al exterminio de los judíos”.

A partir de meados dos anos 1960, este “discurso de victimización” – sem nunca desaparecer – teria progressivamente passado a segundo plano, com o destaque adquirido pela questão do Holocausto e a conversão de Auschwitz em novo marco fundador da identidade da Alemanha federal. O pano de fundo desta fase de *anamnesis* da memória pública do nazismo foi, segundo Robin, a influência do processo Eichmann em Jerusalém, em 1961, e dos processos de Frankfurt, em 1963-1965, o movimento estudantil, a chegada ao poder do social-democrata Willy Brandt e o seu “gesto espectacular”, em 1970, ao ajoelhar-se diante do monumento aos heróis do gueto de Varsóvia.

A partir da década de 1980, também a Alemanha federal, e posteriormente a Alemanha unificada, conheceu a fase da *obsessão memorial*, com destaque para a *Historikerstreit* em 1986/87. Nesta fase, verifica-se um retorno ao discurso vitimista dos anos 1950, o que constitui o foco do debate público e das discussões acerca do *revisionismo histórico*. Segundo Robin, “es 1989 y la reunificación lo que ha permitido la aceleración” de uma tendência que já existia na sociedade alemã, “pero no estaba en absoluto generalizada”. Por um lado, recuperou-se o lugar de vítimas dos refugiados e expulsos do território alemão e questionou-se a necessidade dos bombardeamentos aliados; por outro lado, ressurgiu a problemática do *totalitarismo*, metamorfoseada na experiência da *dupla ditadura alemã* – de modo que os crimes do Exército Vermelho eram entendidos como “simétricos” aos crimes nazistas. E, assim, o anticomunismo tornou-se “un nuevo referente de identidad”.¹⁵

Com efeito, o colapso do mundo soviético abriu espaço, como já foi discutido, para a disseminação pública de visões da história que aproximam nazismo e comunismo, e que, desta forma, pretendem amenizar o peso do passado recente alemão ao compará-lo com o percurso mais extenso – e, por razões óbvias, a partir de então mais frágil e sensível às críticas – da experiência recém-acabada do *socialismo real*. No contexto dos anos 1990, em que o *uso público da história* era largamente protagonizado pelos meios de comunicação social, a emergência de discursos *revisionistas* no espaço público propiciava não só um acirrado *combate pela memória* como também potencializava a manipulação do passado. Conforme salienta Poggio, por exemplo, “en el ámbito de los medios de comunicación de masas y de la opinión pública”, “las posibilidades de utilización política de la revisión historiográfica noltiana” ensombreciam por completo “el hecho de que Nolte no vacila en retomar las argumentaciones propugnadas por los nazis”, às quais o *revisionismo histórico* conferia uma “legitimación póstuma”.¹⁶

É interessante a reflexão de Joseph Rovin sobre as possíveis causas da atualidade do debate sobre o nacional-socialismo a partir dos anos 1980. Em primeiro lugar, figuraria a questão geracional: um número crescente de alemães recusava-se a continuar a carregar uma espécie de culpa hereditária pelo nazismo – uma tendência em sentido distinto, acrescente-se, da situação de outros casos nacionais em que as novas

¹⁵ ROBIN, Régine. «El nuevo devenir victimario de Alemania» in VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P. 212-215, 235-237, 242-243.

¹⁶ POGGIO, Pier Paolo. *Nazismo y revisionismo histórico*. Madrid, Akal, 2006. P. 118.

gerações passaram a reivindicar um ajuste de contas políticas com as condutas de seus antepassados e a defesa dos direitos das vítimas do nazi-fascismo. Convém admitir que um tal posicionamento não necessariamente se encontra relacionado com a defesa de discursos vitimistas ou *revisionistas*, mas, inegavelmente, lhes abre espaço de aceitação – pois, muitas vezes, a recusa da ideia de culpa se associa também ao desprezo pela questão da responsabilidade sobre o passado, o que, por sua vez, constitui um precedente para as teses da *necessidade de superação do passado*. Além disso, Rovin salienta o elemento do poder político: em 1982, após treze anos de predominância social-democrata, chegou ao poder na Alemanha federal um partido de centro-direita, CDU.¹⁷

Portanto, é possível afirmar que no caso alemão as transformações políticas nos planos interno e internacional a partir das décadas de 1980 e 1990, assim como os novos questionamentos sobre o passado suscitados pelas novas gerações, contribuíram para delinear os contornos do *uso público da história* na fase da *obsessão memorial*. A tendência identificada por Rousso quanto ao predomínio, nesta fase, de um viés moral de aproximação ao passado – com o destaque para o papel das *vítimas* nos discursos sobre o passado – manifesta-se na Alemanha através da propensão à autovitimização, questionando-se, portanto, o sentido da retórica dos vencedores. Tratou-se, segundo Robin, de um “refugio” que se encontrou em “zonas discursivas disponibles” e que acabou por retomar o “discurso ofensivo de los años cincuenta”, num contexto totalmente diferente.¹⁸

O caso italiano é muito interessante, e especialmente no que diz respeito à fase da *obsessão memorial* pode ser considerado como paradigmático, no sentido das múltiplas *políticas de memória* fomentadas por forças políticas de diversas orientações, o que, por sua vez, impulsiona e intensifica o debate público e o *combate pela memória* do passado recente. Assim como em França, o discurso fundacional da República italiana, conforme esclarece Felippo Focardi, baseava-se na memória da Resistência, estabelecendo “una nítida distinción entre el pueblo italiano y el régimen fascista”, além de exaltar, em contrapartida, “la otra guerra iniciada después del 8 de septiembre de 1943 contra el ocupante alemán y ‘el traidor fascista’”. Desta forma, a Resistência era

¹⁷ ROVAN, Joseph. «Introduction. Le débat sur l’histoire allemande» in *Devant l’histoire. op. cit.* p. XXI, XXII.

¹⁸ ROBIN, 2009, *op.cit.*, p. 243.

descrita como o resultado da “exigencia de salvación sentida por toda la nación” italiana, que ter-se-ia alinhado “al lado de los pueblos democráticos”. Como salienta Focardi, este relato hegemónico – construído diante das exigências políticas da época – calava ou desprezava aspetos históricos relevantes, como “los crímenes de guerra cometidos por los italianos”, “los duros contrastes internos en las fuerzas de la Resistencia”, o “consenso popular en favor del fascismo” ou “el hecho de que gran parte de la Italia meridional había permanecido ajena a la Resistencia”.¹⁹

Considera-se que no caso italiano parece ser mais adequado, ao invés de identificar *fases* da memória pública, reconhecer as variações nas relações de forças que acompanharam este discurso fundacional ao longo do tempo. Assim como em França, manifestava-se uma competição interna entre os discursos do governo democrata-cristão e da oposição de esquerda pela reivindicação do monopólio da memória da Resistência. De acordo com Focardi, para além da “tradicional lectura de la Resistencia como lucha de liberación del pueblo italiano”, as esquerdas defendiam a ideia de “revolución fallida” ou “interrumpida” e acusavam a Democracia Cristã e o antifascismo moderado de traição aos anseios de renovação; a Democracia Cristã, por sua vez, reivindicava a “dimensión patriótica de la Resistencia y su significado de ‘lucha por la independencia y la libertad’, valores [que habrían sido] sometidos a la amenaza externa del imperialismo soviético y a la interna del totalitarismo comunista”.²⁰

Por outro lado, já desde o imediato pós-guerra, contrariando a narração hegemónica antifascista, surgiu uma “memoria antagonista y rencorosa del neofascismo, que desde diciembre de 1946 había encontrado en Movimiento Social Italiano (MSI) su representación de partido”. Esta contramemória “defendió las razones de la participación italiana en la guerra al lado de Alemania en nombre de un más ‘equitativo reparto’ de los recursos mundiales acaparados por los imperios de Francia y Gran Bretaña, afirmó la existencia de una adhesión popular a la guerra del Eje” e entendeu como traição a ação das forças antifascistas. Segundo Focardi, estas posições não se limitaram à imprensa e às publicações neofascistas – e talvez esta seja outra particularidade do caso italiano –; alguns destes temas, “sobretudo la crítica a la Resistencia como movimiento monopolizado por las izquierdas”, foram bem recebidos por “extensos sectores de la opinión pública”, “en especial de la pequeña y mediana

¹⁹ FOCARDI, Felippo. «El debate sobre la resistencia en Italia: legitimación política y memoria histórica de la Primera a la Segunda República» in VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 249-251.

²⁰ FOCARDI, *op. cit.*, p. 253-254.

burguesía meridional, aún impregnada de sentimientos nostálgicos hacia el fascismo”. Este autor ressalta que os adversários do discurso fundacional antifascista beneficiaram de ampla margem de atuação principalmente no período inicial da Guerra Fria, até meados dos anos 1950, num contexto marcado pelo fim da depuração contra ex-fascistas e a proliferação de processos contra ex-resistentes pertencentes a partidos de esquerda. Nestes anos, em nome da “*pacificación nacional*” evocada pela direita e pela Democracia Cristã, tentou-se “*sustituir el antifascismo por el anticomunismo como base de la legitimación del Estado republicano*”.²¹

Durante os anos 1970, não obstante, desenvolveu-se uma re-significação e revitalização do discurso antifascista, no rescaldo da influência do movimento estudantil, que recuperou não só o tema da “*revolución interrumpida*” – mas com as responsabilidades atribuídas tanto às forças moderadas quanto às forças organizadas da esquerda, especialmente o Partido Comunista – como também defendeu a ideia de um “*antifascismo existencial*”, traduzido na “*obligación moral de la desobediencia*” em relação a uma ordem opressiva e injusta, que então identificar-se-ia com a sociedade de consumo. Segundo Focardi, no clima de intenso enfrentamento político dos anos 1970, a oposição “*existencial*” estudantil rapidamente se transformou no antifascismo militante dos grupos de extrema-esquerda, alguns dos quais, como as Brigadas Vermelhas, “*vieron en la Resistencia un modelo concreto de lucha política armada*”. Neste contexto, a “*respuesta de los partidos del ‘arco constitucional’*” “*fue la convergencia en la defensa de las instituciones sobre la base del común legado antifascista*” da Resistência. Esta política, que ficou conhecida como “*solidariedad nacional*”, orientava-se no sentido da aproximação do PCI à área do governo, o que permitiu restabelecer o espírito de coesão antifascista, rompido desde os primeiros anos do pós-guerra.²²

Contudo, no curso dos anos 1980 o discurso hegemónico antifascista foi fortemente questionado. Assim como nos outros casos nacionais, é possível identificar a partir de então a fase da *obsessão memorial* – esta sim, mais claramente definida e reconhecível no caso italiano –, com o desenvolvimento de um intenso debate público sobre o passado recente. Focardi ressalta que no plano historiográfico, desde os anos 1970, tanto o trabalho de Renzo De Felice sobre o fascismo, quanto as contribuições da nova história social inspirada pelos protestos de 1968 tinham contestado – embora sob

²¹ FOCARDI, *op. cit.*, p. 252-253.

²² FOCARDI, *op. cit.*, p. 255-256.

perspetivas muito diferentes – alguns dos pilares do “paradigma antifascista”. De Felice, por exemplo, chamara a atenção para o carácter revolucionário do fascismo – em oposição à sua representação como movimento meramente reaccionário –, para além da questão do consenso popular sobre o regime, o que atingia diretamente uma das bases da narração antifascista. No entanto, segundo Focardi, foram as mudanças na situação política que mais influenciaram as transformações na memória pública, com a crise do sistema de partidos. Conforme destaca Enzo Traverso, o fim dos partidos que fundaram a República e a paralela legitimação como força de governo dos herdeiros do fascismo teve consideráveis implicações na esfera da memória pública do passado recente:

«Esta transformación ha venido acompañada de una vuelta de lo reprimido (el fascismo) en el espacio público, con efectos inesperados y paradójicos. Por un lado, se ha traducido en el fin del olvido de las víctimas del genocidio judío (antes sacrificados en el altar de la guerra de libertación nacional, en la cual todos los deportados se convertían automáticamente en mártires de la patria, en deportados políticos) y, de otro lado, en la rehabilitación del fascismo, es decir de su perseguidor».²³

Desta forma, segundo Focardi, difundiram-se no discurso público argumentos que contestavam a memória da Resistência e que “reproponían temas y lugares comunes típicos de la ofensiva antirresistente da guerra fría, usados preferentemente en clave anticomunista”. Neste contexto, renovavam-se as críticas sobre conhecidos episódios da Resistência protagonizados por resistentes comunistas; contrabalançava-se a lembrança da violência fascista com os massacres das *Foibe* – realizados pela resistência jugoslava contra italianos – e com os assassinatos de fascistas cometidos em algumas regiões no imediato pós-guerra por ex-resistentes; chamava-se a atenção para casos, já conhecidos, de atos violentos e homicídios praticados por resistentes comunistas contra resistentes de outras orientações políticas. Tal como no caso dos discursos vitimistas alemães dos anos 1980, pode-se dizer que se tratava de uma inédita visibilidade pública e renovado fôlego adquirido por versões da memória desde há muito existentes. Nos termos de Forcadi:

«Se trataba de argumentos que nunca habían desaparecido de las páginas de la prensa conservadora y habían sido obsesivamente repropuestos por la prensa neofascista, que ahora – con formas y tonos desde luego distintos de ésta –

²³ TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007. P. 44.

encontraban eco en la más vasta opinión pública, gracias también a periódicos y revistas socialistas como *Avanti!* y *Mondoperaio*, que muchas veces presionaron a la cultura comunista subrayando la exigencia de superar la importancia de la antítesis fascismo-antifascismo en nombre de la antítesis totalitarismo-democracia. Estas críticas a la Resistencia se integraban, en general, en una acción cultural, ampliamente sostenida por los mayores medios de comunicación, marcada por una lectura edulcorada del fascismo, cuya imagen rehabilitada, dibujándolo como un “autoritarismo a la italiana”, retórico y veleidoso; como un régimen bonachón y paternalista, que había acelerado la modernización del país, disfrutando largamente de un vasto consenso entre los italianos. El revisionismo del antifascismo y la Resistencia se asociaba así al revisionismo de la dictadura fascista».²⁴

Com efeito, é possível afirmar que a particular situação de crise do sistema político italiano cria um ambiente social que potencializa o alcance e as polémicas que envolvem o *revisionismo histórico* – devido à vinculação que se estabelece entre o sistema político falido e a memória hegemónica do antifascismo, o que sugeria a conceção de que a renovação daquele exigiria a revisão crítica desta.²⁵ Conforme menciona Focardi, De Felice, por exemplo, sustentava que a “ideología oficial del antifascismo” significava um obstáculo para a construção de uma moderna democracia liberal em Itália. De modo que, para este historiador, havia uma estreita relação entre revisionismo institucional, revisionismo “anti-antifascista” e revisionismo historiográfico – já que, segundo De Felice, também do ponto de vista histórico era legítimo propor uma revisão, devido às particularidades do fascismo italiano: estaria à margem das acusações de genocídio e “fuera de la sombra del Holocausto”.²⁶

Pode-se dizer que, no contexto dos anos 1990, este clima político-social favorável ao *revisionismo histórico* traduziu-se numa ação constante das forças políticas de centro-direita e direita no sentido de promover uma *pacificação* ou *reconciliação* entre os antigos lados enfrentados – fascistas e antifascistas –, cujo objetivo declarado era, segundo Focardi, criar uma “memoria compartida” e que ressaltasse sobretudo a ideia de *totalitarismo*. Assim, “[e]n nombre del respecto por los muertos de ambas

²⁴ FOCARDI, *op.cit.*, p. 256-259.

²⁵ Assim como no caso francês, no entanto, ultrapassou-se a acertada crítica – do ponto de vista social e historiográfico – do *mito resistencialista* e adentrou-se na demonização da Resistência e reabilitação do fascismo, nitidamente um campo de atuação do *revisionismo histórico*.

²⁶ FOCARDI, *op. cit.*, p. 260-261.

partes, la propuesta de pacificación-reconciliación de la derecha posfascista apuntaba a una recíproca legitimación” tanto entre os “combatientes de ayer” quanto entre seus “supuestos herederos de hoy”, além de pretender também uma “igual dignidad histórica y moral para las dos partes en lucha”. Focardi esclarece sobre os meandros deste posicionamento – que pode ser considerado como um esforço de *normalização memorial* e que, nos mais variados casos nacionais, sinaliza perspectivas *revisionistas* por parte de forças sociopolíticas de direita:

«[U]na vez introducida la categoría de antitotalitarismo como punto de referencia ideológico, la derecha posfascista (...) demostró que consideraba como auténticamente totalitarios el régimen alemán y los regímenes comunistas, a partir del soviético, pero no el régimen fascista. (...) Ajustadas la cuentas con el antisemitismo fascista, considerado la única verdadera “mancha” que había que borrar, se pensó que se tenía “mano libre” en la valoración de los presuntos méritos históricos del fascismo – de la modernización del país a la lucha contra la mafia –, oscureciendo o incluso negando la dimensión de la violencia y la coerción ejercitadas contra los opositores internos y los pueblos subyugados».²⁷

No âmbito das *políticas de memória*, o caso italiano também se mostra paradigmático, com a criação de novas datas comemorativas. Por um lado, instituiu-se, em 2000, o dia 27 de janeiro como *Giorno della memoria*, em lembrança das leis raciais, da perseguição institucional aos cidadãos judeus, dos italianos que sofreram deportação, prisão, morte, e de todos aqueles que se opuseram ao projeto de extermínio. Focardi destaca que o texto da lei que criou esta data comemorativa – resultado de uma longa negociação entre forças de direita e de esquerda – preconizava o “reconocimiento de las culpas” e a “conmemoración de las víctimas, pero sin mencionar nunca la palabra *fascismo*”. Por outro lado, instituiu-se em 2004 – por iniciativa da *Alleanza Nazionale* (sucessora, desde 1994, do MSI) e com o voto contrário apenas das forças parlamentares mais à esquerda – o *Giorno del ricordo* (10 de fevereiro), em memória das vítimas das *Foibe*; e no ano seguinte – sob iniciativa da berlusconiana *Forza Italia* e desta vez com o voto contrário de todo o centro-esquerda – criou-se o *Giorno della libertà*, simbolizado, significativamente, no 9 de novembro, dia da queda do Muro de Berlim. Segundo Focardi, especialmente a celebração do *Giorno del ricordo* realizou-se

²⁷ FOCARDI, *op.cit.* p. 262-265.

no espaço público “sin ninguna revisión crítica” e recuperando “la *vulgata* neofascista que estigmatizava a las *foibe*” sem qualquer contextualização histórica.²⁸ No mesmo sentido argumenta Traverso:

«[E]sta simetría antitotalitaria coincide ahora con una disimetría de la memoria nacional, que mantiene el recuerdo de las víctimas italianas de la resistencia titista, pero olvida tranquilamente a las víctimas yugoslavas de la ocupación del fascismo italiano, cuya violencia a menudo tomó rasgos parecidos a la de los nazis en el frente oriental».²⁹

Portanto, considera-se que o caso italiano é paradigmático porque, para além do contexto internacional dos anos 1990 comum a todos os demais países – a saber, o colapso do comunismo soviético e sua direta influência no processo de *revisão* das memórias do antifascismo –, a crise política interna favoreceu em muito a ampla penetração no espaço público de *políticas de memória* baseadas em versões *revisionistas* do passado. Este particularismo italiano pode ajudar a explicar também o curioso comportamento de representantes políticos de esquerda no sentido de uma acentuada disposição ao compromisso. Focardi menciona que a questão das vítimas das *Foibe* constituiu um “terreno privilegiado para la edificación de una nueva memoria pública ‘pacificada’”, com iniciativas locais, por exemplo, que implicaram muitas forças de esquerda, no sentido da atribuição de nomes de ruas e praças aos “mártires de las *foibe*”. Dessa forma, as forças institucionais de esquerda convergiam com as de direita na construção de um discurso público sobre o passado que alegava pretender *superar* as velhas querelas políticas.³⁰

Fora do âmbito do poder político, contudo, os anos 1990 assistiram igualmente a “un vigoroso movimiento de protesta” e revitalização da memória da Resistência; segundo Focardi, as “celebraciones del 25 de abril³¹ se han convertido en grandes mobilizaciones populares”. Também a ocasião de retomada de processos judiciais contra criminosos de guerra nazis – em especial contra o ex-membro das SS alemãs, Erich Priebke – significou uma “enérgica movilización de la opinión pública antifascista”. Neste sentido, Focardi salienta a capacidade da memória da Resistência em manter, apesar dos ataques sofridos ao longo do tempo, “una notable fuerza de reacción y de movilización intergeneracional”.

²⁸ FOCARDI, *op. cit.*, p. 277-278, 268.

²⁹ TRAVERSO, 2007, *op. cit.* p. 45.

³⁰ FOCARDI, *op.cit.* p. 272, 273.

³¹ Dia da Libertação (1945), instituído oficialmente como festa nacional em 1946

Em resumo, pode-se dizer, conforme conclui Focardi, que o período de transição político-institucional italiana dos anos 1990 encontrou correspondência num combate no espaço público pela conquista da hegemonia cultural no campo da memória pública; no quadro desta confrontação – desenvolvida através dos meios de comunicação de massa e dos poderes institucionais –, manifestou-se uma tendência de “tipo conciliador”, “tanto en el centro-derecha como en el componente mayoritario de la izquierda de orientación reformista, heredera del viejo PCI, empeñadas en buscar una forma de pacto sobre la memoria orientada al reconocimiento recíproco, con el fin de favorecer la consolidación del sistema político bipolar salido de la crisis de la primeira República”.³² O caso italiano, além do mais – assim como o francês e o alemão –, manifesta as duas componentes que Loff identifica na análise do *uso público da história* nas sociedades contemporâneas³³: tanto o discurso da *necessidade de superação do passado* – especialmente no âmbito do poder político institucional e, em consequência, no carácter das *políticas de memória* – quanto a *revolta da memória*, em oposição a tais posicionamentos sobre o passado recente que passaram a desfrutar de tamanha visibilidade pública. Enquanto nos casos francês e alemão a questão geracional é importante para entender as novas demandas sociais sobre o debate do passado recente, no caso italiano o eixo fundamental para compreender a eclosão da fase de *obsessão memorial* parece ser a conjuntura de crise política interna. Transversal a todos os casos nacionais, figura ainda o contexto internacional dos anos 1990 de fim do *socialismo real* e consequente impulso à *revisão* da história recente do século XX, em especial no que tange à conduta política, e moral, de forças de esquerda.

3-3. *Uso público da história* em Espanha: do monopólio franquista do espaço público ao *combate de memórias* do século XXI

Tendo em vista a especificidade dos casos ibéricos em que duas ditaduras de carácter fascista se prolongaram para além do fim da II Guerra Mundial até meados dos anos 1970, constitui uma particularidade óbvia decorrente desta situação o facto de que o *uso público da história* a respeito dos respetivos passados de ditadura e transição para a democracia date de um período cronológico mais recente. No caso espanhol, a especificidade da guerra civil como trauma coletivo que precedeu e condicionou a

³² FOCARDI, *op.cit.* p. 273, 275, 281.

³³ LOFF, Manuel. «Esquecimento, revisão da História e revolta da memória» in DELGADO, Iva; LOFF, Manuel; CLUNY, António; PACHECO, Carlos; MONTEIRO, Ricardo (orgs.) *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. Pp. 189-199.

ditadura franquista exerce influência direta na evocação da memória da transição democrática. De modo que as memórias da guerra civil, da ditadura e da transição interrelacionam-se em seus processos de reconstrução e re-significação ao longo do tempo.

Segundo Julio Aróstegui, existem “tres formas dominantes de la memoria de la guerra civil”: i) memória da identificação com os lados em luta ou memória da confrontação; ii) memória da reconciliação, como superação do trauma coletivo; iii) memória da restituição ou da reparação. Cada uma destas memórias apresenta, segundo Aróstegui, “un contenido generacional” predominante, sendo a primeira mais forte entre a geração que viveu a guerra civil, a construção e consolidação do franquismo; a segunda desenvolveu-se especialmente durante os anos 1960 entre a geração dos *filhos da guerra civil*, que posteriormente protagonizou a transição democrática; e, finalmente, a terceira corresponde aos *netos da guerra civil*, que passaram a participar na vida pública a partir de meados dos anos 1990 e que desenvolveram uma perceção crítica sobre o processo de transição no que diz respeito ao tratamento que se reservou durante este período ao problema da memória da guerra – e, acrescente-se, do franquismo, especialmente no que tange à questão da repressão. Assim, caso se recue no tempo até à instauração da ditadura franquista, é possível identificar uma primeira fase da memória pública sobre o passado recente como a memória oficial do regime, baseada na exaltação, justificação e construção do mito do *alzamiento*, assim como a demonização do inimigo. Esta memória oficial constituiu “la fundamentación ideológica del régimen de Franco” e significou o silenciamento público de quaisquer outras memórias. Assim, segundo Aróstegui, a memória oficial do regime e aquela defendida no exílio republicano eram “memorias contrapuestas” e expressavam os discursos memoriais da *identificación* ou *confrontación*.³⁴

É certo que a partir dos anos 1960 o regime forjou novos critérios de legitimidade alheios ao ato fundacional de 1936, tais como as ideias de *paz*, *progreso*, *estabilidad*e *continuidade*. No entanto, apesar das nuances no discurso oficial, deve-se reconhecer que o franquismo nunca abandonou a ideia de *regime da Vitória*, e, desta forma, nunca defendeu de facto uma política de reconciliação nacional. Esta desenvolveu-se entre a oposição antifranquista como estratégia de luta contra a ditadura: pois apenas com a superação das divisões decorrentes da guerra civil e constantemente

³⁴ ARÓSTEGUI, Julio. «Traumas colectivos y memorias generacionales: el caso de la guerra civil» in ARÓSTEGUI; GODICHEAU, 2006, *op. cit.* P. 79-81.

ênfâtizadas pelo regime poderia ser possível a convergência de variadas forças políticas em torno da meta comum da democracia.³⁵ Além disso, no que diz respeito às políticas públicas de memória, apesar da evidente maior intensidade e agressividade da propaganda oficial durante as duas primeiras décadas do regime no sentido de construir uma *memória da Vitória* autolegitimadora, os elementos desta memória pública oficial, seus lugares de memória, continuaram a nortear o espaço público durante toda a duração do regime.³⁶ Assim, conforme reconhece a generalidade dos autores que tratam sobre esta questão, a *memória da reconciliação* desenvolve-se a partir dos anos 1960 no seio da geração dos *filhos da guerra civil*, que não tinham memória pessoal sobre a contenda e reconheciam a necessidade de afastar-se das representações até então dominantes baseadas no enfrentamento e na confrontação.

Neste ponto, considera-se, conforme será desenvolvido ao longo deste trabalho, que, por um lado, é preciso diferenciar entre a *política de reconciliação nacional* – desenvolvida durante o franquismo entre a oposição antifranquista, na condição de estratégia política de luta contra ditadura – e a *memória da reconciliação* – na condição de discurso interpretativo filosófico e ético-político sobre o passado. Muito embora não se possa separar rigidamente estas duas esferas e, sem dúvida, a configuração da *memória da reconciliação* encontre suas raízes no arsenal discursivo e cultural da *política de reconciliação nacional*, o fundamental é reconhecer que esta não propunha o léxico e o simbolismo da *reconciliação* como *interpretação* ético-política e moral sobre o passado, e sim como parâmetro para a reunião de divergentes forças políticas em torno da luta pela democracia. É interessante observar ainda que, com efeito, há entre ambas uma confluência e interrelação, já que, em última instância, suas representatividades sociopolíticas se sobrepõem, ainda que a *memória da reconciliação*

³⁵ YSÀS, Pere. «El antifranquismo y la democracia» in VINYES, 2009, *op. cit.* P. 397-400.

³⁶ Como destaca Montserrat Duch Plana, até à morte de Franco continua presente no espaço público local e nacional a liturgia dos “dias do franquismo”, ou seja, um calendário comemorativo e festivo para a reafirmação da história imediata com base em valores e princípios que recuperavam acontecimentos memoráveis da guerra civil: «La fiesta local de la “liberación”, los Mártires de la tradición, el día de la Victoria, la fiesta de la Unificación, la fiesta de la Independencia, el aniversario de la muerte de Calvo Sotelo, el protomártir, el día de los excautivos, el día del Caudillo, la fiesta de la Raza o de la Hispanidad, la “Fiesta de los Caídos”, el aniversario de la muerte de José Antonio, “el Ausente”..., constituyen los días destacados y dedicados a la rememoración de los símbolos y de los héroes del bando franquista». DUCH PLANA, Montserrat. «Toponimia franquista en democracia» in FORCADELL, Carlos [et al.] (ed.) *Usos públicos de la Historia y políticas de la memoria*. Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. P. 275. Cf. também BERNECKER, Walther. «“Luchas de memorias” en la España del siglo XX» in CUESTA, Josefina. *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid, Fundación Francisco Largo Caballero, 2007, p. 40, 41, que sustenta que os franquistas praticaram uma política de memória desde o primeiro dia da guerra civil, o que incluiu a eliminação dos símbolos democráticos e da memória republicana do espaço público.

abranja de modo muito mais significativo as culturas políticas de direita – o que implica considerar que a *memória da reconciliação* não bebe unicamente da fonte da *política de reconciliação nacional*, mas também da memória oficial franquista e de seu imaginário político.

Se, por outro lado, deve-se reconhecer que, como sustenta Aróstegui, a *memória da reconciliação* se origina primariamente a partir dos anos 1960 entre a geração dos *filhos da guerra civil*, que passaram a levantar novos questionamentos e perspectivas sobre o passado – afastadas da lógica da *confrontação* –, entende-se que é apenas nos anos da transição que um tal viés de discurso memorial se consolida e ganha contornos mais nítidos, quando a alusão à *reconciliação* passa a significar tanto uma forma de expressar um juízo histórico sobre o passado, quanto uma forma de eludir a abordagem ético-política sobre este mesmo passado. Por outras palavras, a *memória da reconciliação* constrói-se, em larga medida, a partir do imaginário cultural forjado em torno da *política de reconciliação nacional* – embora não se confunda com ela –, o qual, por sua vez, integrava um imaginário cultural mais amplo cultivado pelas gerações socializadas ao longo da ditadura franquista e, neste sentido, consideravelmente suscetíveis à internalização de seus mitos ideológicos, como é o caso, por exemplo, da ideia da guerra civil como *loucura coletiva* ou *incapacidade de convivência* dos espanhóis.

Durante o período de transição para a democracia, a *memória da reconciliação* hegemonizou o espaço público e desempenhou um papel importante na configuração dos contornos políticos do processo. Segundo Paloma Aguilar, esta situação decorre de uma tentativa de evitar a instrumentalização política e partidária do passado, o que teria sido amplamente apoiado por uma cidadania que temia as consequências de um tal debate público; no entanto, a opção por não instrumentalizar o passado nos planos político e social não teria impedido a manutenção de um elevado interesse por este passado, especialmente no âmbito cultural. Na verdade, a hegemonia pública da *memória da reconciliação* não significou um *silêncio* sobre o passado de guerra civil; conforme salienta Aguilar, ao mesmo tempo em que se eludiam as recordações mais difíceis e dolorosas, que poderiam reavivar a chama da discórdia, foram numerosas durante a transição as evocações da contenda com “sentido aleccionador”, ou seja, como uma experiência que “deveria evitarse a toda custa”, impedindo-se que os erros e divergências do passado interferissem na construção do presente e do futuro. Aguilar argumenta que o contexto de tensões sociais e violência dos anos da transição cumpriu a

função de ativar esta memória da guerra civil baseada na “aversión al riesgo” e no “miedo a un nuevo enfrentamiento fratricida”. De modo que o elemento primordial neste período – compartilhado pelas principais forças políticas e por amplos setores sociais – era assegurar a democracia, e não discutir o passado publicamente. Para Aguilar, o eixo fundamental que permite compreender a ativação desta memória da guerra civil é a comparação com a anterior experiência democrática da II República:

«Según mi interpretación, lo que hizo que reapareciera la memoria del pasado con tanta fuerza en la transición fue la asociación que se produjo entre el resurgir de un régimen de libertades y su único precedente en la historia de España: la Segunda República. La violencia política que se vivió tras la muerte de Franco permitió que algunos recordaran las tensiones experimentadas en los años treinta. El miedo a que el pasado pudiera repetirse explica que el paralelismo entre ambas situaciones fuera percibido con una intensidad mayor que la propia semejanza realmente existente entre una y otra. Al estar la evocación de la primera experiencia democrática fallida ligada a su funesto final, este recuerdo se activó en sentido aleccionador, esto es, con el fin de evitar algunos de los errores cometidos entonces. Así se explica que varias decisiones cruciales de la democracia estuvieron inspiradas en el deseo de evitar el diseño institucional de la Segunda República, al que se atribuía la desestabilización del régimen»³⁷

É interessante, neste sentido, a observação de Carme Molinero segundo a qual a memória da geração dos *filhos da guerra civil* – socializados durante o franquismo – sofreu, inevitavelmente, influência do discurso oficial do regime, empenhado, desde os seus primórdios, em construir um imaginário que percebia como uma unidade a II República e a guerra civil. Desta forma, deve-se reconhecer que a *memória da reconciliação*, baseada na ideia de *todos foram culpados*, bebia da fonte do esforço franquista em incutir a imagem de demonização da II República, assim como do medo do fantasma da confrontação civil. Conforme destaca Molinero, durante a transição, a memória dominante da guerra civil e a prioridade de consolidar um regime democrático

³⁷ AGUILAR, Paloma. «Presencia y ausencia de la guerra civil y del franquismo en la democracia española» in ARÓSTEGUI; GODICHEAU, 2006(a), *op.cit.* P. 248, 251, 254. AGUILAR, Paloma. «Justicia política y memoria: los legados del franquismo en la transición española» in AGUILAR, Paloma; BARAHONA DE BRITO, Alexandra; GONZÁLEZ, Carmen (eds.) *Las políticas hacia el pasado. Juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias*. Madrid, ISTMO, 2002, p. 146. AGUILAR, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política*. Madrid, Alianza Editorial, 2008. P. 26.

condicionaram a possibilidade de desenvolver-se uma *política de memória* que valorizasse a anterior tradição democrática dos anos 1930.³⁸

Desta forma, tal como observa Javier Rodrigo, contrariamente a outras democracias – como a italiana ou a francesa, nascidas no pós-II Guerra Mundial com base no modelo do antifascismo –, a espanhola ancorou-se no paradigma de *superación do pasado*. Assim, o “mito fundacional” da democracia espanhola consistiu na própria “transición pacífica”, que por sua vez assentava no “mito más poderoso para la identidad nacional española en democracia”: o “mito de la ‘reconciliación nacional’” e do “nunca más”. De modo que o consenso político caracterizador do processo de transição supôs a “renuncia explícita al referente simbólico” da II República e da experiência dos vencidos como exemplos de pluralismo e legitimidade democráticas, e assim se forjou a opção da democracia nascente por não fomentar *políticas de memória* – ou a opção por uma *política de memória negativa*, fundada na ideia de *superación do pasado*.³⁹

A este propósito, Santos Juliá salienta que, da mesma forma como são possíveis *políticas de memória*, também são possíveis *políticas de esquecimento*, o que de forma alguma significa amnésia. Juliá defende que a transição espanhola ter-se-ia caracterizado pela opção – política e social – de *relegar ao esquecimento* (“echar al olvido”) o passado recente de guerra civil e ditadura: «Borrar como cosa no sucedida, no renovar la memoria: echamos al olvido cuando lo que se trata de afirmar es la voluntad de que algo sucedido en el pasado, y de lo que conservo muy vivo y hasta doloroso recuerdo, no contará en el futuro». Juliá converge com Aguilar no reconhecimento de que durante a transição se falou muito sobre o passado recente, porém não de forma a utilizá-lo como arma de luta política, e sim de modo a respaldar o anseio de amnistia geral.⁴⁰

Contudo, pode-se dizer que esta memória pública hegemónica durante a transição – num contexto em que a delicada correlação de forças político-partidárias e sociais e o imperativo de instaurar a democracia condicionaram a amplitude e o interesse no debate público sobre o passado recente – manteve-se dominante para além da consolidação da democracia, ao longo dos anos dos governos socialistas de Felipe

³⁸ MOLINERO, Carme. «La transición y la “renuncia” a la recuperación de la “memoria democrática”» in *Journal of Spanish Cultural Studies*, 11, 2010. P. 44, 45, 48.

³⁹ RODRIGO, Javier. «La Guerra Civil: “memoria”, “olvido”, “recuperación” e instrumentación» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 6, 2006. P. 16, 17.

⁴⁰ JULIÁ, Santos. «Echar al olvido. Memoria y amnistía en la transición» in *Claves de la Razón Práctica*, nº 129/Jan.-Fev. 2003. P. 17.

González (1982-1996). Aróstegui considera o cinquentenário da guerra civil, em 1986, como “el momento de mayor simbolismo” da *memória da reconciliação* e a primeira grande rememoração que não reiterou a visão dos vencedores. Neste sentido, é emblemática a declaração oficial do governo González:

«una guerra civil no es un acontecimiento conmemorable, por más que para quienes la vivieron y sufrieron constituyera un episodio determinante en su propia trayectoria biográfica. (...) la guerra civil española es definitivamente historia, parte de la memoria de los españoles y de su experiencia colectiva. Pero no tiene ya – ni debe tener – presencia viva en la realidad de un país cuya conciencia moral última se basa en los principios de la libertad y la tolerancia. Un Gobierno democrático no puede menos que felicitarse porque España haya recobrado, con los años, las libertades que quedaron bruscamente interrumpidas en 1936. Al hacerlo quiere honrar y enaltecer la memoria de los que, en todo tiempo, contribuyeron con su esfuerzo, y muchos de ellos con su vida, a la defensa de la libertad y la democracia en España. Pero un Gobierno ecuaníme no puede renunciar a la historia de su pueblo, aunque no le guste, ni mucho menos asumirla de manera mezquina y rencorosa. Este Gobierno, por tanto, recuerda asimismo, con respeto a quienes, desde posiciones distintas a las de la España democrática, lucharon por una sociedad diferente a la que también muchos sacrificaron su propia existencia. El Gobierno expresa su convicción de que España ha demostrado reiteradamente su voluntad de olvidar las heridas abiertas en el cuerpo nacional por la Guerra Civil, su voluntad de vivir en un orden político basado en la tolerancia y la convivencia, en el que la memoria de la guerra sea, en todo caso, un estímulo a la Paz y el entendimiento entre todos los españoles. (...) Por todo ello, el Gobierno expresa también su deseo de que el 50 aniversario de la guerra civil selle definitivamente la reconciliación de los españoles y su integración irreversible y permanente en el proyecto esperanzado que se inició a raíz del establecimiento de la democracia en la Monarquía encabezada por el rey don Juan Carlos, proyecto que fue recogido en la Constitución de 1978 y fue refrendado por el pueblo español, para el que consagra definitivamente la paz ».⁴¹

⁴¹ «Declaración del Gobierno de la Nación con ocasión del 50 aniversario del comienzo de la Guerra Civil. 18 de julio de 1986». Integralmente reproducida no *Deia*, 19 de Julho de 1986, p. 7.

Segundo Aróstegui, para encontrar linguagem semelhante – tão condescendente com a memória dos vencedores – é preciso remontar-se aos discursos empregados pelo próprio regime de Franco quando propôs uma grande viragem na consideração da guerra civil por ocasião dos *vingte e cinco anos de paz*, no início dos anos 1960. Para Aróstegui, nem mesmo na linguagem política dos anos da transição alguma vez se chegou a *equiparar* ambos os lados da guerra civil “en la licitud de sus propósitos, ni desde la izquierda ni desde la derecha”. Neste sentido, este autor entende que tal auge e radicalismo da *memória da reconciliação* nos anos 1980 está na origem das visões muito negativas sobre o processo de transição que se difundiram no espaço público a partir de meados dos anos 1990, num momento já de emergência da *memória da restituição ou reparação*.⁴²

Em semelhante contexto de hegemonia de um discurso público que defendia a *simetria* ético-política entre os lados que se enfrentaram na guerra civil – e que significava na prática uma omissão quanto ao desenvolvimento de *políticas de memória* e ao debate sobre o passado –, não houve rompimento com a memória pública do período franquista, cujos *lugares de memória* se mantiveram no espaço público. Assim, as memórias republicanas e da repressão franquista continuaram, em larga medida, limitadas aos espaços privados e familiares. Segundo Xavier Domènech, diante de uma memória franquista realmente presente no espaço público e de uma memória pública “que negaba el valor de las luchas para la democracia anteriores a la transición”, a memória da República, a luta republicana na guerra e o antifranquismo sofriam uma “doble clandestinidad”: aquela imposta pelo legado do franquismo e aquela derivada da nova democracia.⁴³

Tratou-se, sem dúvida, de clandestinidades de distintos caracteres: enquanto a estigmatização das memórias republicanas e antifranquistas ao longo da ditadura se explica pela privação das liberdades e a imposição de um discurso oficial do regime, a falta de abertura para estas memórias no espaço público democrático é um tema mais complexo e com variados matizes. Conforme sinaliza Aguilar, por exemplo, há uma diferença fundamental entre a recordação da guerra civil e do franquismo, pois ao passo que no âmbito cultural houve grande ênfase sobre o passado de guerra civil desde o

⁴² ARÓSTEGUI, *op. cit.* p. 85, 86, 87.

⁴³ DOMÈNECH, Xavier. «El asalto al olvido. Entre el poder y la sociedad» in VINYES, 2009, *op. cit.* p. 432.

princípio da transição, o mesmo não é válido para o período franquista, já que apenas sua primeira fase foi alvo de maior interesse.⁴⁴

Muitos autores que se debruçam sobre este tema salientam que durante a transição não houve um *pacto de silêncio* ou de *esquecimento*. Segundo Ricard Vinyes, o medo de reviver o conflito bélico – presente na *memória da reconciliação* e “estimulado por todos los gobiernos democráticos” – teve como consequência a “privatización de las memorias”, restando espaço apenas para a memória oficial ou a “buena memoria”. Estabeleceu-se, assim, “un sentido común público que situaba en la marginalidad y la inconveniencia los relatos de las memorias”, negando-lhes qualquer valor. Tratou-se, de acordo com Vinyes, da socialização da ideia de que “la abstinencia institucional de reconocer las luchas democráticas” do passado era algo “beneficios[o] y necesari[o] para la conciliación del país”. Assim, o Estado democrático ter-se-ia limitado a considerar “socialmente superado cualquier pasado conflictivo”.⁴⁵

É interessante o entendimento de Vinyes segundo o qual a palavra *reconciliação* – derivada do projeto político do antifranquismo e funcional durante os anos da transição no sentido de contribuir para a instauração da democracia – transmuta-se, a partir dos anos 1980, numa “ideología de Estado” que estabelecia que nada sobre o passado da II República, da guerra civil, e particularmente da ditadura, deveria ser publicamente recordado. Por outro lado, este discurso dominante também situava na obscuridade certos setores sociais que levantaram reais e fortes resistências ao estabelecimento da democracia; dirige-se a estes setores, de acordo com Vinyes, a literatura *revisionista* neofranquista que floresce no final dos anos 1990 – num momento em que já se havia rompido a hegemonia da *memória da reconciliação*. Desta forma, segundo Vinyes, a democracia sustentou-se num vazio que traçava “una simetría ética entre dictadura y democracia” – tendo em vista a inibição do Estado em pronunciar-se sobre a violência e responsabilidades da ditadura.⁴⁶

A partir de tais reflexões de Vinyes sobre os efeitos da hegemonia dos discursos que optamos por denominar *memória da reconciliação* – por um lado, a privatização e marginalização das memórias republicanas e antifranquistas, e, por outro lado, o obscurecimento das memórias filo-franquistas –, é possível considerar que o paradigma da *memória da restituição ou reparação*, que se desenvolve a partir de meados dos anos

⁴⁴ AGUILAR, 2006 (a), *op. cit.* p. 251, 260.

⁴⁵ VINYES, Ricard. «Presentación»; «La memoria del Estado» in VINYES, *op.cit.* p. 16, 17, 34, 35.

⁴⁶ VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona, Los libros del lince, 2011. P. 13-17.

1990, pauta-se justamente pela emergência pública destas visões do passado sufocadas pela *memória da reconciliação* – muito embora, conforme demonstrar-se-á ao longo deste trabalho, as *memórias revisionistas* participem na configuração das *memórias da reconciliação*: constituem a expressão de suas versões mais conservadoras, representativas das culturas políticas de direita. Ou seja, não se pode comparar de forma paralela a *repressão* sofrida pela *memória dos vencidos* no espaço público espanhol com o aparente ensombrecimento das *memórias revisionistas*, já que estas, de facto, se encontram integradas no conteúdo da ampla variedade argumentativa que conforma as *memórias da reconciliação*.

Vinyes destaca que se ensaiaram medidas de reparação económica nos anos iniciais da transição, as quais, entretanto, estavam restritas a grupos específicos de afetados relacionados às circunstâncias da guerra civil – sob o argumento de que se buscava a “equiparación”, a “simetría justa” em relação às políticas efetivadas durante a ditadura. Instituiu-se, assim, segundo Vinyes, a figura do *sujeito vítima*, o que possibilitava decretar “algunas modalidades de reparación económica sin necesidad de invocar motivaciones políticas” para justificá-las. De acordo com Vinyes, a evocação do *sujeito vítima* foi fundamental no contexto de delicada relação de forças da transição e marcado pela *memória da reconciliação*:

«En aquellos momentos, los años 1976 y 1977, las medidas reparadoras formaban parte indudable de todo el movimiento de cambio y, por tanto, eran significativas en la construcción del discurso de conciliación. El contexto era delicado y la simple mención a equiparar derechos generaba tensiones en un ejército que seguía siendo el de la victoria, pero que aceptaba la inspiración estrictamente piadosa de las reparaciones económicas y que participaba en las comisiones gubernamentales que decidían las primeras indemnizaciones».⁴⁷

No entanto, a partir dos anos 1980, estas medidas de reparação já “habían perdido el carácter emblemático que tenían en el contexto de la transición” e, assim, os governos socialistas omitiram-se sobre este tema, “consolidando el principio que daba por clausurada” a necessidade de qualquer referência ao passado. Segundo Vinyes, “[e]ste trato estrictamente económico y desordenado” das reparações concedidas pelo Estado – com a exclusão de qualquer medida moral ou política – influenciou o carácter e a organização das associações de afetados; isto de forma alguma significa que as

⁴⁷ VINYES, *op. cit.*, 2009, p. 41, 42.

exigências económicas esgotavam o desejo dos associados: simplesmente era o único tipo de reivindicações que podiam ser alcançadas naquele momento. Vinyes ressalta, além disso, que durante os primeiros vinte anos de democracia foi escassa a atividade memorial destas associações. Pois, sem contar com o “apoyo institucional de una Administración que había construido el mito fundador de la transición modélica”, o qual condicionava qualquer referência ao anterior património democrático, por mais que as associações atuassem no sentido de tornar visível este património, “llegaban al final del siglo encerradas en su propio universo ritual y simbólico”.⁴⁸

Portanto, é possível considerar, seguindo ainda a formulação de Vinyes, que a hegemonia pública da *memória da reconciliação*, no seio da qual se engendrou o “mito fundacional” da *transição modélica* – um mito que elimina o conflito e a influência das lutas sociais no processo de transição, cujos protagonistas acabam reduzidos às forças político-partidárias e institucionais –, teve como consequência o silenciamento público sobre o “patrimonio democrático antifranquista y republicano”, assim como sobre o carácter mais violento e repressivo da ditadura. O questionamento destas perspetivas a partir de meados dos anos 1990 – quando se inicia o momento da *memória da restituição ou reparação* ou a fase da *obsessão memorial*, com a instauração de amplos e intensos debates públicos sobre o passado recente – fez-se através do desenvolvimento e visibilidade pública de discursos muito negativos sobre o processo de transição, e igualmente simplistas. Segundo Vinyes, a transição converte-se num “principio de determinación causal que pretende explicar no sólo todos los problemas de la construcción de una democracia, sino también los actuales conflictos” da mais variada natureza.⁴⁹

Desta forma, torna-se lugar comum no discurso público de setores sociais empenhados na defesa da *memória da restituição ou reparação* a acusação de que a transição teria tido o custo de instaurar um *pacto de silêncio* ou de *esquecimento* sobre o passado recente, de modo que se fazia imperativo *recuperar a memória histórica*. Conforme destaca Rodrigo, a situação anterior de privatização das memórias republicanas e antifranquistas nos âmbitos individual e familiar explica o carácter de “reivindicación”, “devolución” ou “recuperación” que adquirem estes discursos. A questão subjacente, portanto, radica no *uso público da história* e nas *políticas de memória* empreendidas no período democrático em relação a este passado. Assim, o

⁴⁸ VINYES, *op. cit.*, 2009, p. 44, 45, 50.

⁴⁹ VINYES, *op. cit.*, 2009, p. 35, 36.

pacto ou *manto de silêncio* evocado de forma quase banal no espaço público desde finais dos anos 1990, e especialmente a partir do novo século, cumpriria mais a função de um “juicio retroactivo” sobre a transição do que um efetivo elemento de análise. Portanto, é importante reconhecer, como identifica Rodrigo, que a expressão consagrada nos meios de comunicação social *recuperar a memória histórica* – uma expressão plena de problemas epistemológicos, já que do ponto de vista da análise social a memória não é algo estático, capaz de ser *recuperada*; trata-se, ao invés disto, de um âmbito dinâmico que sofre um constante processo de reconstrução e re-significação em conformidade com os valores e identidades sociais cultivados no presente – refere-se à ausência de *políticas de memória* e de um debate público sobre o passado, assim como à “reivindicación política, social, cultural y moral” do republicanismo espanhol, da resistência antifranquista e de seus respetivos valores.⁵⁰

Neste sentido, não se considera adequada a visão defensiva que pretende provar a falsidade do *pacto de silêncio* aludindo ao desenvolvimento, desde finais dos anos 1970, da investigação histórica sobre a contemporaneidade. No que diz respeito aos meios de comunicação – como comprova o presente trabalho –, não se pode comparar a atenção dada pelos periódicos aos aniversários históricos em finais dos anos 1980 e inícios da década de 1990 com a exagerada publicação de reportagens e artigos a partir de meados da década.⁵¹ Se por um lado, conforme argumenta Vinyes, não se pode confundir “conocimiento histórico con socialización del conocimiento”, por outro lado, importa reconhecer a evidente singularidade no florescimento do debate público sobre este passado recente. Como esclarece Vinyes:

«El argumento que se basa en la producción y formas de difusión convencional de la verdad histórica para desmentir la existencia del olvido y el silencio de los hechos, desestima – o no percibe – que las expresiones “olvido” y “silencio” no están sustantivadas, sino que ejercen de metáfora que expresa un reclamo de reconocimiento público y de posicionamiento y actuación institucional. Es decir, reclama reconocimiento social, que es lo que son, en parte, las políticas públicas de reparación y memoria (...). Precisamente por este motivo, quien se queja de “olvido” y “silencio” lo hace prescindiendo de la realidad de la producción académica o de outro tipo. Prescinde de que ya es “conocido” porque precisamente cuando es conocido, y no antes, es cuando se

⁵⁰ RODRIGO, 2006, *op. cit.* p. 12, 19.

⁵¹ Cf. JULIÁ, 2003, *op. cit.* p. 17, 18.

alza, con fuerza, la queja de “silencio”, u “olvido” institucional, lo cual genera el reclamo de trasladar el conocimiento desde el ámbito privado al público».⁵²

No mesmo sentido, Rodrigo ressalta que a questão que se coloca não é acerca da insuficiência de estudos sobre este passado, e sim sobre a suposta carência de “conciencia histórica” devido às insuficientes *políticas de memória*. De modo que a “pública reivindicación de las identidades colectivas ‘derrotadas’, así como la restitución simbólica de lo que se aprecia como exclusión injusta”, constitui as bases da *recuperação da memória histórica* espanhola. Nos termos de Vinyes, trata-se da reivindicação por transcender o vazio instaurado sobre a simetria ética entre ditadura e democracia. Tal como observa Rodrigo, ocorre em Espanha algo semelhante àquilo denunciado por Roussio em França⁵³, no sentido de que a *obsessão memorial* dos anos 1990 provoca anacronismos e tentativas de julgar as gerações passadas – no caso francês, as gerações que viveram a II Guerra Mundial e o imediato pós-guerra e no caso espanhol as gerações que protagonizaram a transição para a democracia.

Um âmbito específico no qual se concentram as críticas sobre o processo de transição consiste na Lei de Amnistia de outubro de 1977, particularmente sobre o seu carácter de reciprocidade em relação à ditadura – com a abrangência dos delitos cometidos pelos funcionários do Estado franquista. Como afirma Molinero, este juízo negativo corresponde aos parâmetros ético-políticos de finais do século XX, os quais, porém, não se ajustam à lógica daquele período. Para além do facto de a amnistia ter sido uma demanda do antifranquismo, a não exigência de responsabilidades em relação ao regime franquista não constituiu uma renúncia imposta pelas condições do momento: simplesmente este objetivo estava ausente do projeto político da oposição. O eixo fundamental para compreender esta diferença de perspetiva entre finais do século XX – quando, além do mais, passou a exercer influência significativa o contexto internacional de desenvolvimento da luta contra a impunidade da violação dos direitos humanos e a exigência de justiça e verdade, com destaque para alguns casos latino-americanos e o da África do Sul – e os anos da transição reside na ênfase na construção do futuro, fator que reunia todas as esperanças e o empenho dos atores políticos da época da transição. Conforme esclarece Molinero:

⁵² VINYES, *op. cit.*, 2009, p. 32-34.

⁵³ RODRIGO, Javier. «Los mitos de la derecha historiográfica. Sobre la memoria de la Guerra Civil y el revisionismo a la española» in *Historia del Presente*, nº 3, Madrid, 2004. P. 192, 194.

«Otro factor a considerar para explicar que los objetivos de futuro pesaban más que los hechos del pasado es que los activistas antifranquistas no se sentían víctimas, sino protagonistas. Las fuerzas antifranquistas creyeron que con la consolidación de la democracia irían penetrando nuevos valores (...). El sentimiento de injusticia histórica de tantos activistas antifranquistas – de lo que habían sufrido como consecuencia de la dictadura y de que sus verdugos no fueran castigados – quedaba para el ámbito privado, compensado en el ámbito público por el triunfo de la libertad, al que se habían opuesto con uñas y dientes los partidarios del franquismo. Ellos, los activistas, pensaban que tenían a favor el viento de la historia y que estaban legando la libertad y la democracia a las nuevas generaciones para que éstas pudieran avanzar por el camino abierto. Una confianza que se explica, en parte, por el clima cultural de los años sesenta, caracterizado por la extensión de los valores de la izquierda».⁵⁴

É evidente que o entendimento sobre este contexto histórico não cumpre a função de inviabilizar a legitimidade de posteriores questionamentos sobre o modelo da amnistia e a forma como o Estado e a sociedade lidaram, e lidam, com o legado do passado; não cabe ao historiador julgar as demandas do presente, apenas sinalizar que certos argumentos evocados por estas demandas incorrem em erros históricos ao desqualificar sem matizes as opções políticas tomadas durante a transição, desconsiderando as especificidades históricas do período. Portanto, tem razão Juliá ao salientar que a Lei de Amnistia não foi resultado de um *esquecimento* ou *silêncio*, tendo sido coerente com a memória pública da guerra civil e da ditadura dominante naquele momento. Contudo, esta constatação não deve servir para desmerecer as reivindicações recentes quanto às *políticas de memória*.⁵⁵

⁵⁴ MOLINERO, 2010, *op. cit.* p. 43, 46, 47; YSÀS, *op. cit.* p. 406; JULIA, 2003, *op. cit.* p. 20-22.

⁵⁵ Para uma historização sobre a lei de amnistia de 1977, cf. JULIÁ, Santos. «Memoria, historia y política de un pasado de guerra y dictadura» in JULIÁ, Santos (dir.) *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus, 2006. P. 44-55. Juliá argumenta que o único pacto que se pode dizer ter ocorrido durante a transição foi um “pacto de amnistia”, que teria consistido no nivelamento entre os atentados e assassinatos das organizações armadas ETA, FRAP, GRAPO e MPAIAC e os delitos contra os direitos humanos cometidos por funcionários do regime – e cujo propósito político imediato seria a intenção de acabar com o “terrorismo”. Considera-se que sempre será possível, do ponto de vista ético-político, questionar semelhante opção política do período da transição por equiparar as forças da repressão ditatorial e as organizações de luta armada; é forçoso, no entanto, reconhecer a complexidade do contexto histórico em que teve lugar esta opção política, amparada – para além do imperativo político do momento voltado para o futuro de construção democrática e das especificidades da relação de forças político-sociais atuantes – pela hegemonia pública da *memória da reconciliação*. Neste sentido, é muito pertinente a crítica de Juliá: «Cuando ha transcurrido más de un cuarto de siglo, confundir la Ley de

Vinyes – que assume uma perspectiva de defesa da legitimidade destas reivindicações – reconhece que no caso espanhol o termo *impunidad* não faz referência à inexistência de processos judiciais contra os responsáveis políticos da ditadura e diretamente implicados na violação dos direitos humanos, uma demanda social que nunca existiu no país. *Impunidad*, em Espanha, alude à “negativa del Estado de destruir política y jurídicamente la vigencia legal de los Consejos de Guerra y las sentencias emitidas por los tribunales especiales de la dictadura contra la resistencia” e a oposição, assim como ao “criterio de equiparación ética entre rebeldes y leales a la Constitución de 1931, o entre servidores y colaboradores de la dictadura con los opositores”. Assim, a reivindicação espanhola contra a *impunidad* – devido ao contexto social e à particular evolução histórica do país – não tem uma “vocación o voluntad jurídica punitiva”, e sim um “contenido ético-político”.⁵⁶

Portanto, para compreender a fase da *obsessão memorial* inaugurada desde meados dos anos 1990 é preciso, em primeiro lugar, situar a emergência de um discurso público que reivindica as memórias republicanas e antifranquistas e que, ao mesmo tempo, se posiciona de forma crítica e negativa sobre a transição para a democracia, separando-se os argumentos empregados nestes relatos memoriais da factualidade histórica. Pode-se dizer que esta nova tendência pretende contrapor-se à até então hegemónica *memória da reconciliação*, que decretava a *superação do passado* através da alegada irrelevância do debate sobre o passado. É curioso constatar, porém, como observa Molinero, que ambos os discursos – tanto o da *superação do passado* quanto o do *pacto de silêncio* – compartilham uma visão conservadora da história a respeito da interpretação da transição, ao restringir este processo a um acordo entre elites: dirigentes franquistas e líderes da oposição, que teriam decidido e imposto as bases da nova democracia – o que sumariza a fórmula da *transição modélica*. Configura-se, assim, segundo Molinero, um paradoxo, evidenciado na constatação de que forças conservadoras, que resistiram à mudança política, reivindicam o processo de transição, enquanto setores sociais de esquerda, que contribuíram para a instauração da democracia, criticam o período e eludem seu protagonismo.⁵⁷

Amnistía de octubre de 1977 con un triunfo de la derecha franquista y una cesión de oposición democrática es resultado de una elaboración posterior que juzga el pasado desde la posición de una democracia finalmente consolidada, haciendo abstracción de la cronología y naturaleza de un proceso que no fue una revolución, pero tampoco una reforma para que todo continuara igual, sino un rápido avance hacia el desguace de las instituciones de la dictadura y la instauración de un sistema democrático» (p. 69).

⁵⁶ VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 37, 38.

⁵⁷ MOLINERO, 2010, *op. cit.* p. 35.

Esta situação pode ser explicada pelo facto de que, ao questionar-se as bases da *memória da reconciliação*, os defensores da *memória da restituição ou reparação* assumem como verídico o relato da *transição modélica*, que se forjou em estreita conexão com aquele discurso hegemónico. No entanto, tal relato – compartilhado por amplas forças políticas e sociais no contexto da transição e dos anos 1980 –, passa a ser reivindicado especialmente pelas forças conservadoras na conjuntura de meados da década de 1990. Desta forma, não é casual que no contexto da mudança de século tanto forças políticas de direita quanto de esquerda aludem ao *pacto de silêncio*, rejeitado por muitos dos estudiosos da questão: as primeiras de maneira a denunciar o rompimento das bases de tal *transição modélica* e as segundas com o intuito de criticar aquele período histórico do ponto de vista ético-político, devido, especialmente, à ausência de uma condenação pública da ditadura. Ambos os posicionamentos, por esta base comum, denotam a amplitude da influência nos relatos de memória do mito fundacional da transição. É importante ressaltar, contudo, que a defesa do mito da *transição modélica* pela direita, representada pelo Partido Popular (PP) – ex-*Aliança Popular* (AP) – data dos anos 1980 e cumpre a função de evitar qualquer referência ao regime franquista, do qual este partido constitui um herdeiro político. No contexto da transição, todavia, a postura desta força política foi a de contenção, com ênfase sobre as possíveis ameaças de rutura. Ou seja, no próprio momento histórico a direita não foi uma entusiasta do processo de democratização e, neste sentido, não participou na construção de seu mito fundador.⁵⁸

Assim, é possível afirmar – seguindo a formulação de Vinyes – que a emergência do discurso de *recuperação da memória histórica* evidencia uma “metáfora social y política” utilizada para questionar a “buena memoria” do Estado de direito. Ou seja, representa a visibilidade pública de “una identidad memorial” que concorre com “el relato mediático hegemónico procedente de la transición”.⁵⁹ A explicação sobre as razões da abertura desta nova fase da memória pública sobre o passado recente espanhol envolve a conjunção de diversos elementos. A generalidade dos autores que se debruçam sobre esta problemática aponta dois fatores fundamentais: a já mencionada questão da mudança geracional e a modificação na relação de forças políticas, com a chegada da direita ao poder em 1996, após catorze anos de governos socialistas.

⁵⁸ Cf. MOLINERO, Carme. «A herança do passado. O franquismo e a direita espanhola» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014. P. 307-330. Esta questão será desenvolvida com mais detalhes ao longo deste trabalho.

⁵⁹ VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 52.

No que diz respeito ao segundo destes fatores, convém recuar até aos anos da transição a fim de compreender a dinâmica entre as relações de forças políticas predominantes em cada período histórico e sua implicação sobre as fases da memória pública sobre o passado recente. Juliá e Aguilar mencionam que durante a campanha das eleições gerais de 1979 e o segundo governo da União de Centro Democrático (UCD) – quando já havia terminado a política de consenso em torno da Constituinte – teve início uma etapa de instabilidade política, durante a qual agressivas acusações e referências ao passado dos adversários políticos pautaram o debate público. Juliá refere que, no entanto, a partir de 1982 e durante mais de uma década – com a crise dos partidos de centro e a divisão e desorientação da direita –, o PSOE passou a ser o único partido a oferecer opção de governo, o que tornava inútil que as campanhas eleitorais se apoiassem em “desqualificaciones del adversario basadas en el recuerdo del pasado de sus dirigentes”. Assim, Juliá reitera que a ausência do passado recente no debate político dos anos 1980 não se deveu à existência de um *pacto de silêncio* e sim à correlação de forças políticas do momento; conjuntura esta que, além do mais, contava com o apoio de uma memória pública hegemônica que defendia a *culpa coletiva* em relação à violência do passado, cujos conflitos não mais deveriam interferir no presente e no futuro. De modo que, num tal contexto, o poder público optou por não sustentar nenhuma *política de memória*.⁶⁰

Aguilar destaca que por ocasião do segundo governo da UCD, a partir de 1979, a utilização do passado como arma política não alcançou a profundidade verificada na campanha eleitoral de 1993. Assim, esta autora situa em 1993, nas “*vísperas de los comicios electorales*”, o ponto de inflexão que sinaliza o rompimento do acordo tácito de não-instrumentalização do passado – que se pode considerar como derivado da hegemonia da *memória da reconciliação* e favorecido, nos anos 1980, pela liderança incontestável do PSOE no cenário político. Segundo Aguilar, após três legislaturas de maioria absoluta socialista, pela primeira vez o PSOE temeu perder as eleições. Diante desta possibilidade, realizou “*una campaña desesperada contra el Partido Popular mediante la instrumentalización de su pasado franquista*”; o êxito desta campanha – “*al movilizar el miedo al ‘retorno’ de la derecha*” – contribuiu para a vitória da maioria socialista, desta vez relativa.

⁶⁰ JULIÁ, 2006, *op. cit.* p. 57-59.

Segundo Aguilar, após a chegada do PP ao poder, em 1996, e muito especialmente, após a conquista da maioria absoluta em 2000, o restante das forças políticas – “que ya habían comenzado a emplear el pasado como arma electoral unos años antes” – empenha-se em “combatir al PP mediante su asociación con la dictadura”: passam a suscitar “debates parlamentarios en torno a la rehabilitación de diversos grupos de victimas del franquismo”, o que colocava o partido governante em posições delicadas. Participam nesta mudança de estratégia política as duas principais formações de esquerda – PSOE e Esquerda Unida (IU) – e os mais importantes partidos dos nacionalismos periféricos. É só a partir desta nova conjuntura, segundo Aguilar, que se aproveitam politicamente uma série de aniversários históricos – como os de 1996, 1999 e 2000 – “para intentar estigmatizar a la derecha por la mácula franquista de origen de algunos de sus representantes”. Já no que diz respeito aos âmbitos social e cultural, “el pasado había comenzado a resurgir con fuerza” no debate público em 1995, por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Franco.⁶¹

Portanto, a propósito do fator da mudança na correlação de forças políticas, é possível afirmar que a *memória da restituição ou reparação* se desenvolve sob o impulso, embora não exclusivo, do mesmo grupo social – de afinidades políticas de centro-esquerda – que outrora havia protagonizado a *memória da reconciliação*. Assim, no contexto da chegada da direita ao poder pela primeira vez desde os anos da transição, Aguilar salienta que a recordação do passado se converte, para a esquerda, em argumento político importante, constituindo uma “memoria necesaria”. Diante deste rompimento na hegemonia da *memória da reconciliação*, a direita passa a sustentar a visão da “memoria redundante”, segundo a qual as apelações ao passado seriam desnecessárias e as críticas da ditadura redundantes – pois o êxito da experiência democrática significaria a melhor prova de que uma ditadura não reunia apoios na atualidade. Conforme indica Juliá, a memória da direita “salta” o período ditatorial – eludindo a sua ascendência franquista e considerando a guerra e a ditadura como acidentes dos quais todos lavam as mãos – e reclama como própria uma tradição liberal conservadora. No que diz respeito à transição, segundo Aguilar, a direita reclama-se como herdeira da UCD e guardiã da Constituição – apropriando-se, desta forma, do discurso da *transição modélica*, uma elaboração memorial posterior que elude os reais

⁶¹ AGUILAR, Paloma. «La evocación de la guerra y del franquismo en la política, la cultura y la sociedad españolas» in JULIÁ, Santos (dir.) *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus, 2006 (b). P. 305, 306. AGUILAR, 2006 (a), *op. cit.* p. 282, 283, 286, 287.

posicionamentos políticos das forças de direita no contexto da transição: pois o relato que elimina os conflitos e pinta a transição como um simples acordo pacífico e consensual mascara a tensão política e os efetivos obstáculos ao processo de democratização levantados pelos herdeiros políticos e institucionais do regime. Para o PP, a “única secuela de la dictadura” que dificultaria a convivência democrática e que valeria a pena debater e condenar era a “existencia de ETA”.⁶²

Segundo Xosé Manuel Nuñez Seixas, a direita defende um “patriotismo democrático” segundo o qual a discussão sobre o passado seria irrelevante na atualidade; de acordo com este ponto de vista, a instrumentalização do passado recente por parte da esquerda e dos nacionalismos periféricos apenas evidenciaria rancor, pontos de vista “anticuados” e um interesse em reavivar disputas passadas, já superadas no século XXI. Assim, ancorando-se numa visão glorificadora da transição, a direita reivindica uma postura de modernização que aposta no futuro, e que desconsidera a importância de qualquer discussão sobre o passado anterior ao marco fundacional democrático. Desta forma, no que diz respeito à problemática da conservação dos *lugares de memória* franquistas, por exemplo, Nuñez Seixas destaca a ambivalência do discurso da direita: pois sem aprovar diretamente a notória manutenção destes vestígios, desculpa-a indiretamente, alegando que, como o assunto não interessa às novas gerações, não seriam justificáveis medidas para a sua modificação.⁶³

Conforme ressalta Carsten Humlebaek, desde meados dos anos 1990, quando o PSOE e demais partidos da oposição começaram a tomar iniciativas para debater a guerra civil e o franquismo, o PP recusou invariavelmente condenar o golpe de 18 de julho de 1936 e distinguir entre os lados enfrentados na guerra civil. Finalmente, em novembro de 2002, este partido aceitou subscrever uma declaração neste sentido, com a pretensão, no entanto, de encerrar definitivamente o uso político do passado e não mais “reavivar viejas heridas”. Segundo Nuñez Seixas, desde o final de 2002 – e talvez como uma espécie de “compensación de ese gesto” político do PP, muito criticado entre seus partidários – observa-se um ressurgimento de posições *revisionistas*, com destaque para o apoio, nem sempre dissimulado, aos porta-vozes destas teses por parte de meios jornalísticos afins ao PP.⁶⁴ Portanto, é possível afirmar que no contexto de *obsessão*

⁶² AGUILAR, 2006 (a), *op. cit.* p. 287-290; JULIÁ, 2003, *op. cit.* p. 23, 24.

⁶³ NUÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel. «Sobre la memoria histórica reciente y el “discurso patriótico” español del siglo XXI» in *Historia del Presente*, nº 3, 2004. P. 145, 146.

⁶⁴ HUMLEBAEK, Carsten. «Usos políticos del pasado reciente durante los años de gobierno del PP» in *Historia del Presente*, nº 3, 2004. P. 161-166; NUÑEZ SEIXAS, *op. cit.* p. 152.

memorial – marcado pelo protagonismo do passado recente no espaço público –, o discurso memorial da direita oscila entre a posição de *superação do passado* e a defesa do *revisionismo histórico*.

No que diz respeito aos nacionalismos periféricos, conforme elucida Nuñez Seixas, a violenta repressão e a negação da questão autonómica pelo franquismo contribuíram para a construção de uma memória nacionalista antifrancquista que elude as divisões internas dos posicionamentos políticos nacionalistas durante a guerra civil. Neste sentido, verifica-se a particularidade dos discursos nacionalistas sobre o passado recente, pois mesmo os nacionalismos conservadores se apoiam na condenação histórica do franquismo.⁶⁵ Assim, segundo Aróstegui, em 1996 – dez anos depois do momento auge da *memória da reconciliação* –, a memória pública da guerra civil derivava em direção a duas vertentes: i) a própria *memória da restituição*, que questionava a ideia de *reconciliação* e exigia a necessidade de *reparação*; ii) a reabertura das dinâmicas intelectuais da justificação do *alzamiento*.⁶⁶

Para além do plano político, no que tange ao âmbito social, é determinante o fator da mudança geracional, com a entrada na vida pública de uma nova geração que não viveu a ditadura nem a transição. Os autores convergem na consideração de que este fenómeno propiciou uma demanda social no sentido de debater o passado e de reivindicar a recordação de grupos e de temas até então excluídos da memória pública. Trata-se de uma geração que, por não ter vivido o período da transição, não sofreu as influências da *memória da reconciliação*, e, portanto – segundo Aguilar –, não se sentia temerosa ao reivindicar a abertura de arquivos e a identificação de fossas comuns. Aguilar sublinha que a diferente visão desta geração sobre o passado e sobre as necessidades do presente e do futuro – particularidade que impulsiona a emergência pública dos discursos memoriais da *restituição ou reparação* – se ampara numa cultura política renovada, “cada vez menos obsesionada con el orden y la paz, y menos atenazada por la culpa y el miedo”. Para além disto, como pano de fundo desta substituição geracional, figura o contexto externo da maior importância conferida à questão dos direitos humanos e os exemplos de outros países no que diz respeito às demandas sociais de justiça, verdade e reparação sobre seus respetivos passados ditatoriais.

⁶⁵ Cf. NUÑEZ SEIXAS, *op. cit.* p. 143.

⁶⁶ ARÓSTEGUI, *op. cit.* p. 90.

Neste contexto, principalmente a partir do ano 2000, proliferaram as associações reunidas em torno da memória da República e da repressão franquista. Aguilar considera que a criação da *Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica* (ARMH) constituiu um ponto de inflexão neste sentido: se anteriormente várias agrupações relacionadas com o lado republicano e as vítimas do franquismo tinham conseguido levar algumas de suas reivindicações ao âmbito político, o impulso gerado pela ARMH fez com que as associações se multiplicassem, que fossem capazes de comunicar com êxito suas propostas aos governos e que passassem a contar com a colaboração de diversos setores da sociedade na localização das fossas comuns.⁶⁷

Segundo Vinyes, é interessante considerar que este crescimento na atividade associativa, ao indicar a renovada disposição da sociedade para reunir-se em torno da memória da ditadura e da guerra, reflete a dimensão da mobilização social que o tema passa a suscitar. Domènech ressalta que, neste mesmo contexto, a programação televisiva progressivamente aumentou os conteúdos referidos à guerra, à ditadura e à transição. De modo que é possível falar, a partir deste momento, de um verdadeiro movimento memorial, “con acciones públicas, demandas articuladas y un debate público” sobre o passado recente.⁶⁸ Aplicando-se o conceito de *uso público da história* – no sentido de utilização ético-política do passado no espaço público –, pode-se dizer que o princípio do século XXI assiste ao auge deste fenómeno em Espanha.

Portanto, conforme indica Rodrigo, existem razões estruturais e conjunturais da realidade espanhola que auxiliam a compreensão da eclosão da fase de *obsessão memorial*.⁶⁹ Dentre as causas estruturais figura a inexistência de *políticas de memória* – ou a opção por uma *política de memória* baseada na invisibilidade de tais medidas –, elemento chave, segundo Rodrigo, para entender a demanda generalizada pela rememoração pública das vítimas da guerra civil e da ditadura. Os fatores conjunturais devem ser entendidos sob o duplo viés da transformação na relação de forças políticas e da ascensão à esfera pública de uma nova geração, a qual, ao contrario das gerações anteriores, desejava discutir publicamente o pasado, como forma de buscar referentes identitários, políticos e culturais para o presente.

Em estreita conexão com este objetivo da geração dos *netos da guerra civil*, é possível identificar ainda um fator estrutural do âmbito internacional, que pode ser

⁶⁷ AGUILAR, 2006(a), *op. cit.* p. 281, 271. AGUILAR, 2006(b), *op. cit.*, p. 315-317.

⁶⁸ VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 52; DOMÈNECH, *op. cit.* p. 434.

⁶⁹ RODRIGO, 2006, *op. cit.* p. 20.

sintetizado na situação de crise das perspectivas de futuro. Juliá situa a questão em termos da “crisis de una concepción de la historia como herramienta de transformación social”, paralela à crise dos paradigmas estruturalistas e dos sistemas políticos do *socialismo real*. Assim, num contexto sociopolítico em que a história – “en cuanto conocimiento crítico del pasado” – deixa de significar uma fonte capaz de iluminar o futuro, parte de seu atrativo é desviado para a memória, a qual, muito embora não possa ser uma ferramenta para transformar o passado, possibilita modificar as suas representações. Semelhante perspectiva permite compreender o fenómeno protagonizado pela geração dos *netos da guerra civil*, uma geração que, segundo Juliá, “accedi[ó] a la conciencia histórica en un momento en que el futuro había desaparecido y el pasado de totalitarismos, guerras y genocidios comenzó a percibirse bajo otra luz”.⁷⁰

Neste mesmo sentido, Pedro Ruiz Torres sinaliza as similitudes desta nova cultura política espanhola com a de outras sociedades europeias que passaram por acontecimentos traumáticos no século XX. Assim, considera Ruiz Torres que, apesar do relativo atraso, Espanha acabou por entrar no cenário que Tony Judt denominou a “memória europeia contemporânea”, ou seja, a cultura da memória do passado recente e traumático: «[I]a misma preferencia por el recuerdo personal de la víctima, por la memoria del testigo, por la “memoria viva” frente a la historia distanciada y fría. La misma necesidad de ‘posmemoria’, de ‘memoria prótesis’. El mismo culto al “deber de memoria”». ⁷¹ É interessante a ideia de “memória prótese”, que alude à intenção de fazer frente à carência de perspectivas transformadoras de futuro, de *futuros possíveis*, diferentes e melhores do que o presente – e que constitui um traço transversal da fase de *obsessão memorial* em várias sociedades.

Levando em conta este aspeto funcional da *memória da restituição ou reparação*, Juliá empreende uma dura crítica destes discursos memoriais, cujo conteúdo unilateral apresentar-se-ia como o avesso da memória oficial do período franquista:

«Pero al buscar, con toda razón, los fundamentos de la dictadura en el periodo de la guerra y al fundir, no siempre razonablemente, “guerra civil y franquismo”, se pasa a veces por alto que en la guerra actuaron dos Estados y en el franquismo sólo uno, lo que ha llevado en no pocas ocasiones a la

⁷⁰ JULIÁ, Santos. «Bajo el imperio de la memoria» in *Revista de Occidente* nº 302-303, Julho / Agosto 2006. Disponível em: <http://www.revistasculturales.com/articulos/97/revista-de-occidente/591/1/bajo-el-imperio-de-la-memoria.html>.

⁷¹ RUIZ TORRES, Pedro. «Los discursos de la memoria histórica en España» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 7 – Año 2007. P. 28, 29.

completa absorción de la primera en la problemática del segundo, relegando a un plano secundario – u olvidando – lo que la Guerra Civil tiene de específico en relación con la dictadura, esto es, que la República existió hasta los últimos días de marzo de 1939. Dicho de otro modo, como la reparación de los vencidos y el reconocimiento a los perseguidos se ha convertido en único objetivo de esa memoria de los nietos, están cayendo en progresivo olvido o se está dejando su recuerdo al cuidado exclusivo de los epígonos del franquismo (...) las víctimas de la represión en la zona republicana, bien porque se presentan acríticamente como si se tratara de muertos por casualidad, por una epidemia o por una especie de ira espontánea o incontrolada, bien porque se minimiza la magnitud de su persecución o se falsean sus circunstancias, bien sencillamente porque nadie se ocupa de ellas».⁷²

É inegável a importância de apontar a questão da violência na zona republicana – o que, não sendo uma obrigação da memória, sem dúvida o é da História. Todavia, cabe reconhecer que se a *memória dos netos da guerra civil* absorve a problemática da guerra no contexto do franquismo – tal como sublinha Juliá –, a *memoria dos filhos da guerra*, dominante no período da transição e nos anos 1980, fazia o contrario: pois ao optar por ressaltar a *responsabilidade coletiva*, dos dois lados, pela situação de guerra civil, esta memória escamoteava a responsabilidade unilateral pela violência perpetrada ao longo do regime franquista. Tal como já foi ressaltado, considera-se que o historiador deve esforçar-se por compreender a dinâmica dos discursos memoriais, minimizando às necessidades da análise crítica os julgamentos sobre estes relatos – os quais, não se confundem, em suas funções e objetivos, com a História.

Para além desta irrupção no espaço público espanhol da *memória da restituição ou reparação*, observa-se também – nos mesmos limites cronológicos e igualmente sob a influência da substituição de gerações – a visibilidade pública dos discursos *revisionistas*, que recuperam as explicações franquistas sobre a II República, a guerra civil e a ditadura. Com a novidade, no entanto, de apresentar-se em defesa da democracia, que deveria ser conjugada com a única opção política possível: o neoliberalismo. Portanto, deve-se reconhecer que a fase da *obsessão memorial* espanhola apresenta os aspetos do anacronismo denunciado por Henry Rousso: tanto um *anacronismo memorialista*, por parte de alguns setores militantes que acabam por

⁷² JULIÁ, Santos. «Memoria, historia y política de un pasado de guerra y dictadura» in JULIÁ, Santos (dir.) *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus, 2006. P. 74.

pretender *julgar* a geração que protagonizou a transição para a democracia – desconsiderando, assim, as especificidades históricas do período –, quanto um *anacronismo revisionista*, que simplifica e distorce a história tendo em vista objetivos políticos do presente. Não convém, contudo, equiparar ou igualar estes dois fenómenos sociais do *uso público da história*, bastante diferentes entre si. Pois, no primeiro caso, trata-se de uma exigência de “justicia equitativa”, ou seja, *políticas de memória* que reconheçam oficialmente as vítimas republicanas e antifranquistas do período da guerra civil e da ditadura – tendo em vista que as vítimas da violência republicana “ya tuvieron su restitución pública y oficial, sus muertes reconocidas, sus cadáveres exhumados, sus tumbas honradas, sus deudos gratificados” ao longo do período franquista.⁷³ Já o fenómeno do *revisionismo histórico* corresponde a uma tentativa de consolidar, sob vestes de explicação histórica, uma versão da memória claramente política e simplificadora do ponto de vista histórico.

No que diz respeito ao posicionamento do Estado em relação ao *uso público da história* nesta última fase, Vinyes destaca que, apesar do incentivo da Administração Pública ao desenvolvimento de *políticas de memória* – em âmbito nacional e das comunidades autónomas, embora de forma muito diferenciada e em conformidade com contextos específicos –, permaneceu a ênfase no *status de sujeito vítima*. De modo que o consenso buscado para justificar as reparações – assim como se deu com as *políticas de memória* empreendidas nos primeiros anos da transição – assenta na *piedade*, no reconhecimento da *dor* e *sofrimento* padecidos, e não em causalidades históricas. Desta forma, segundo Vinyes, o Estado abstém-se da responsabilidade de pronunciar-se eticamente sobre o passado, evitando, assim, eventuais conflitos políticos derivados do reconhecimento de valores e princípios que defendiam as *vítimas* num contexto histórico específico, antes de se tornarem *vítimas*. Assim, de acordo com Vinyes, retira-se da política “las victimas de una determinada política”, que se convertem então em “sufrientes sin causa, o por una causa impronunciable”. Para Vinyes, estas são as bases da Lei da Memória Histórica, finalmente aprovada em finais de 2007.⁷⁴

⁷³ Assim argumenta Moradiellos: MORADIELLOS, Enrique. «Revisión histórica crítica y revisionismo político presentista: el caso español» in CUESTA, Josefina. (dir.) *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid, Fundación Largo Caballero, 2007. P. 388.

⁷⁴ VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 55, 56; VINYES, 2011, *op. cit.*, p. 22, 23. “Ley por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura”, vulgarmente conhecida como “Ley de la Memoria Histórica”, foi aprovada pelo Senado em dezembro de 2007, nos últimos momentos do primeiro governo socialista de Zapatero iniciado em 2004, após mais de um ano desde a apresentação da proposta de lei.

Segundo Jordi Font Agulló, uma tal situação contribuiu para a criação de um “consenso simulado”, e frágil, sobre quais deveriam ser os fundamentos da democracia. Em semelhante contexto, faz-se possível compreender, por exemplo, o episódio de outubro de 2004 – já durante o governo socialista de Zapatero – quando, numa comemoração do Dia das Forças Armadas, um ex-exilado republicano que lutou na II Guerra Mundial a favor dos Aliados desfilou lado a lado com um ex-falangista da Divisão Azul, que Franco enviou à URSS para combater junto dos exércitos alemães. Nos termos de Vinyes, trata-se da manutenção institucional da equiparação ética e do não-reconhecimento do conflito, considerado socialmente superado⁷⁵ – algo semelhante à *memória compartilhada* italiana.

É possível, portanto, ensaiar um esforço comparativo com os demais casos europeus analisados. Se no que diz respeito à memória pública da II Guerra Mundial se identificam as fases, segundo o modelo de Henry Rousso, de *luto*, *repressão*, *retorno do reprimido* – estas duas últimas apresentam contornos menos delimitados cronologicamente no caso italiano, sendo melhor caracterizadas pelos discursos de grupos sociais específicos – e *obsessão memorial*, no caso espanhol considera-se que os anos da transição correspondem a uma primeira fase – como não é adequado denominá-la *luto*, tal qual os casos da II Guerra Mundial, poder-se-ia chamá-la fase da *transição democrática* –, seguida da fase de *repressão* dos anos 1980 e inícios da década de 1990, sucedida finalmente pela *obsessão memorial* de finais da década e primeiros anos do século XXI⁷⁶. Entende-se a importância de diferenciar em duas fases o período da transição e os anos dos governos socialistas de Felipe González porque – muito embora se verifique uma continuidade, de forma geral, em termos de *políticas de memória* e *uso público da história*, com a hegemonia no espaço público da *memória da reconciliação* – os específicos e muito distintos contextos políticos conferem diferentes significados à memória pública dominante em cada uma destas fases. Assim, enquanto durante a transição a *memória da reconciliação* cumpriu um efeito funcional – tendo em vista o delicado cenário político e social e o imperativo de construção da democracia –, a partir

⁷⁵ FONT AGULLÓ, Jordi. «Contra la nostalgia (y a favor). El rescate de la memoria democrática como identidad civil» in VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 385. VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 38.

⁷⁶ A extensão cronológica da fase da *obsessão memorial* não significa que o debate público sobre o passado tenha obedecido a um ritmo contínuo e homogêneo ao longo de todos estes anos. Sem dúvida, ocorreram variações conjunturais, em conformidade com os diferentes momentos políticos e sociais; o que se pretende ressaltar com esta delimitação é a permanência do interesse público sobre o passado recente e das dinâmicas do *uso público da história*.

dos anos 1980, conforme salienta Vinyes, transmutou-se em ideologia de Estado e deliberada omissão quanto à adoção de *políticas de memória*.

No que tange à explicação sobre a emergência do passado no espaço público – ou as causas da abertura da fase da *obsessão memorial* –, Domènech considera que a análise dos casos dos diversos países da Europa ocidental pode radicar na seguinte tríade: incorporação de novas direitas cuja legitimidade histórica não provinha da luta antifascista; revisão do património histórico da luta dos comunistas pela democracia; e revisionismo historiográfico sobre os mitos fundadores das democracias surgidas no pós-guerra. Segundo Domènech, o caso espanhol diferencia-se, em primeiro lugar, porque não há em Espanha direitas provenientes da luta antifascista no âmbito do Estado, apenas com profundas conexões com o passado franquista; em segundo lugar, porque o património histórico da luta antifascista nunca fora incorporado na legitimidade de origem da democracia; e finalmente, porque o revisionismo não merece o qualificativo de historiográfico, e sim de discurso neofranquista encoberto. Assim, para Domènech, o “movimiento por la recuperación de la memoria histórica”, baseado nos valores do antifascismo e nas lutas pelas liberdades, não pretendia apenas preservar, mas sobretudo instituir.⁷⁷

Com efeito, o facto de o património antifranquista nunca ter sido oficialmente, ou mesmo publicamente, reconhecido constitui o eixo fundamental capaz de explicar a emergência no espaço público de discursos memoriais que buscam reivindicar – ou, nos termos de Domènech, instituir – este legado. Por outro lado, entende-se que a esfera da revisão do património histórico da luta dos comunistas e, de uma forma mais geral, das esquerdas – elemento que vigora em âmbito internacional no contexto da década de 1990 e de inícios do século XXI – contribui para forjar na fase de *obsessão memorial* espanhola a visibilidade pública dos discursos *revisionistas*, que, como nos mais diversos casos nacionais, se considera *histórico* e não estritamente *historiográfico*. Ou seja, discursos que evidenciam um fenómeno social, e não meramente um movimento académico.

A particularidade do *revisionismo* espanhol talvez seja o facto de que seu desenvolvimento e visibilidade pública obedecem mais à lógica de resposta à emergência da *memória da restituição ou reparação*. Ou seja, enquanto nos demais casos europeus – inclusive em Portugal – é possível afirmar que a *revolta da memória*

⁷⁷ DOMÈNECH, *op. cit.* p. 437.

desponta como contraposição a um anterior desenvolvimento e cada vez maior presença do *revisionismo histórico* no espaço público, no caso espanhol verifica-se a inversão desta ordem. Tal inversão explica-se pela singularidade espanhola no que diz respeito à ausência de reconhecimento pela democracia do legado antifascista, ou, por outras palavras, no facto de a democracia espanhola não ter reivindicado este legado como sua origem fundacional – uma exceção entre as democracias europeias do pós-guerra. Considerando-se que nos demais casos europeus o *revisionismo histórico* surge no espaço público, na condição de fenómeno social, com o objetivo fundamental de reavaliar e atacar esta legitimidade de origem das democracias, é natural que em Espanha o fenómeno seja posterior ao movimento de reivindicação pública do legado antifascista.

Contudo, apesar de ser, em larga medida, uma reação aos discursos memoriais que pretendem reivindicar publicamente as identidades republicanas e antifascistas, o fenómeno do *revisionismo histórico* espanhol beneficia também do impulso internacional para a reavaliação da vocação democrática das esquerdas. Por outras palavras, as razões do surgimento do *revisionismo histórico* apoiam-se, fundamentalmente – tanto em Espanha como em outros casos nacionais –, no contexto do *espírito do tempo* de fins do século XX, quando o mesmo pessimismo político quanto às perspetivas de transformação social que impulsiona a criação de uma *memória prótese* encoraja a emergência pública de discursos memoriais pautados por uma visão conservadora do mundo.

É possível, enfim, afirmar-se que no caso espanhol a confluência de diversos fatores em meados dos anos 1990 – mudança no poder político, substituição geracional, influência do contexto internacional, para além da limitação das *políticas de memória* desde a transição para a democracia – contribuiu para forjar a fase da *obsessão memorial*, caracterizada por *combates pela memória* no espaço público: uma disputa simbólica pela hegemonia que abrange visões do passado e projetos políticos distintos, e em cujos extremos se situam – em conformidade com o cenário internacional das sociedades contemporâneas – os discursos *revisionistas*, por um lado, e os discursos *reivindicativos da memória*, por outro.

3-4. Portugal: da valorização da memória do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*

Em Portugal, a particularidade de a ditadura salazarista ter sido derrubada por um golpe militar que de imediato se transforma numa revolução social condiciona as características do posterior *uso público da história* e das fases da memória pública sobre o passado recente, com a projeção de significativas diferenças em relação ao caso espanhol. Em primeiro lugar porque num momento inicial, que coincide e é impulsionado pelo próprio desenvolvimento da Revolução, manifesta-se uma hegemonia da memória do antifascismo no espaço público português. Conforme salienta Fernando Rosas, é em defesa desta memória que se fazem, espontaneamente, os primeiros atos e exigências do movimento popular: o cerco à sede da polícia política e a perseguição e prisão de pides; a exigência de libertação imediata dos presos políticos e de extinção dos órgãos do regime: a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, o partido único; o *saneamento* de pessoas que ocupavam cargos de poder no governo, em empresas, em universidades e escolas, na função pública, etc. Enfim, tratava-se de uma memória – como no caso espanhol – longamente reprimida durante o salazarismo/marcelismo, mas que encontrou a oportunidade de eclodir e manifestar-se no espaço público com a conjuntura revolucionária.

É possível dizer, portanto, que sem o pretender explicitamente – ou seja, não sendo políticas previamente planeadas para fazer frente ao legado autoritário –, a própria dinâmica revolucionária inicial significou a materialização de *políticas de memória* em rejeição do passado ditatorial e em valorização da luta antifascista. Segundo esclarece Rosas, tratava-se da reivindicação pública de um património histórico silenciado – o plano simbólico, pode dizer-se, da ampla revolução social que se desenvolvia em Portugal e que abrangeu também, como é evidente, a revolução dos padrões culturais hegemónicos até então:

«Parece claro que a Revolução portuguesa de 1974/75, desencadeada pelo movimento militar de 25 de Abril daquele ano, colocou imediatamente no centro dos seus discursos e práticas, como fonte primeira de legitimação, a memória dos oprimidos, dos perseguidos, dos torturados, dos humilhados por quase meio século de ditadura, isto é, a memória do antifascismo. A Revolução, ao sê-lo, ao transformar-se nela própria, fazia-se em nome do resgate dessa memória enquanto património colectivo de um povo longamente dominado. A memória antifascista do fascismo derrubado impunha, por isso, as suas prioridades à acção revolucionária, era, se quisermos, a consciência

hegemónica imediata e urgente dos primeiros passos do processo revolucionário».

Assim, de acordo com Rosas, esta memória do antifascismo, “mesmo na pluralidade de suas representações”, constituiu “a cultura dominante dos primeiros meses da Revolução”. E mais: significou a conquista da hegemonia no que diz respeito a uma “visão global” do passado de ditadura e de resistência “que ficaria impressa no código genético da democracia” nascente – ou seja, na cultura maioritariamente compartilhada acerca de suas origens e nos seus textos fundamentais. Segundo Rosas, semelhante situação de hegemonia da cultura do antifascismo traduz-se no facto de que, no pós-25 de Abril, nenhum partido de direita reivindicava a herança do Estado Novo, muito pelo contrário⁷⁸ – com efeito, durante o período revolucionário as principais forças políticas apelavam ao socialismo como fonte de legitimidade política. Desta forma, pode-se dizer que, neste momento inicial, o destaque público da memória do antifascismo significou a compreensão da democracia portuguesa como uma conquista que, por um lado, recuperava e continuava o património da luta antifascista e, por outro lado, opunha-se decididamente ao legado político e cultural do Estado Novo.

No entanto, com a contenção do processo revolucionário, em 25 de novembro de 1975, iniciou-se um processo de reversão das medidas revolucionárias, o que, consequentemente, se refletiu também na memória pública dominante sobre a ditadura e a Revolução. O exemplo mais marcante desta situação, no que diz respeito a *políticas de memória*, talvez seja a reintegração dos *saneados* do Estado Novo, uma política que, entretanto, não foi estendida aos *saneados* do 25 de Novembro, ligados a partidos e organizações de esquerda. Rosas esclarece acerca deste contexto pós-revolucionário, paralelo ao processo de contenção dos movimentos sociais:

«Sob o pretexto de combater os “excessos” cometidos em nome da memória da repressão, invocando a urgência da “reconciliação” e do restabelecimento da “concordia nacional”, o Conselho da Revolução (CR) pós-novembrista, primeiro, e depois os sucessivos governos constitucionais de finais dos anos 70 e dos anos 80 congelaram, reviram e “reclassificaram” o geral dos processos de saneamento de cariz antifascista sem outro critério que não fosse o da reintegração maciça: o perdão para todos sem justiça para ninguém. Punidos e

⁷⁸ ROSAS, Fernando. «Memória da violência e violência da memória» in PIMENTEL; Irene Flunser; MADEIRA, João; FARINHA, Luís (orgs.) *Vítimas de Salazar – Estado Novo e violência política*. Lisboa, A esfera dos livros, 2007. P. 16-18.

saneados em definitivo só mesmo, por dolorosa ironia das coisas, os civis e militares derrotados na aventura de Novembro. Mais do que isso, fizeram do julgamento dos funcionários da polícia política – acusados da prática continuada ao longo de dezenas de anos de um pesado rol de crimes de tortura, de assassinato e de violências várias, no quadro da “associação de malfeitores” que foi considerada a PIDE/DGS – uma farsa insultuosa de desculpabilização política, tendo por complacente julgador o tribunal militar».

Segundo Rosas, neste contexto, a democracia portuguesa tornava-se uma “espécie híbrida”, a meio caminho entre a “marca genética” de conquistas derivadas da Revolução – as quais em muitos aspetos se havia logrado conservar – e a pressão em sentido inverso para a “liquidação/restricção desse património de direitos sociais e políticos”.⁷⁹ Assim, no que diz respeito à memória pública sobre o passado recente, inicia-se a partir de finais dos anos 1970, mas especialmente durante a década seguinte, a fase da *repressão*: ao longo dos anos 1980, com o predomínio de governos de direita, a discussão pública sobre a ditadura não ocupa papel de destaque. Em 1989, por ocasião do centenário de Salazar, que coincide com os quinze anos da Revolução, começa a ganhar maior visibilidade social aquilo que Rosas chama “uma visão banalizadora da natureza e das políticas do regime”, com base numa recuperação da figura de Salazar que permitia caracterizar o regime nos moldes de uma “exceção”, não tão maléfico socialmente quanto outros regimes análogos de seu tempo.⁸⁰

Contudo, é possível considerar que só em meados dos anos 1990 a discussão sobre o passado do Estado Novo invade o espaço público português, no vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994. Antes disso, em 1992, há um ensaio desta situação de amplo debate sobre o passado de ditadura, devido à concessão pelo Estado de pensões a ex-agentes da PIDE, o que provocou uma onda de indignação e críticas. Em 15 de abril de 1992, foi publicado no Diário da República um despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças em que eram concedidas pensões a dois ex-inspetores da PIDE-DGS por “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País”. Embora não fosse a primeira vez que uma tal legislação era aplicada em benefício de ex-polícias políticos, em 1992, nas vésperas das comemorações do 25 de Abril, a notícia repercutiu num escândalo no espaço público português. A polémica foi ainda maior porque esta mesma pensão por “altos e

⁷⁹ ROSAS, 2007, *op. cit.*, p.18-20.

⁸⁰ ROSAS, 2007, *op. cit.*, p. 21.

assinalados serviços prestados à Pátria” tinha sido negada em 1988 a Salgueiro Maia, que, por coincidência, tinha acabado de falecer, em 4 de abril de 1992. Pode-se dizer que se trata de uma *política de memória*, de reparação económica, em benefício expresso de ex-membros da polícia política da ditadura.⁸¹ Esta polémica das pensões pode ser considerada como o primeiro momento em que há uma grande discussão sobre o passado de ditadura num aniversário do 25 de Abril – e pode situar-se aí, portanto, o início da fase da *obsessão memorial* portuguesa.

Em 1994, nos vinte anos da Revolução – que coincidiu com o período final da década de governos de Cavaco Silva –, verifica-se na sociedade uma excecional quantidade de iniciativas comemorativas; o auge da polémica deu-se a propósito de um debate televisivo – promovido pela SIC – em que um dos convidados era um ex-agente da PIDE, um dos que tinham sido agraciados pelo Estado dois anos antes em virtude dos *serviços prestados à pátria*. Neste quadro, a crítica do *branqueamento* do Estado Novo e da paralela desvalorização do 25 de Abril dominou o tom das intervenções do vigésimo aniversário da Revolução. Conforme salienta Loff, Portugal descobria então o “cinismo *revisionista* que outros países europeus” já vinham suportando há anos, num cenário marcado pela suposta crença na neutralidade da democracia mediática.⁸² Em artigo do jornalista Mário Mesquita ilustra-se o grau da polémica ocasionada por este debate da SIC:

«Será isto o pluralismo? Consistirá em dividir aritmeticamente o “tempo de antena” entre o salazarismo e a democracia, os torcionários e as vítimas? Passará por conferir aos pides o estatuto de participantes de pleno direito no debate político? Sua Ex^a, o Inspector, cidadão da democracia portuguesa, faz jus a tempo de antena na televisão portuguesa? Ou trata-se apenas de usar o perverso fascínio do pide, enquanto estratégia para efeitos de mercado televisivo? (...) Dir-se-á que a SIC, os seus jornalistas e os demais participantes no programa – mesmo quando manifestaram indignação – foram insuficientemente agressivos face ao desplante do agente ao negar a existência da tortura, das perseguições e dos assassinios perpetrados pela antiga polícia

⁸¹ Muito embora o referido despacho contemplasse também outras catorze pessoas em virtude de cargos militares desempenhados – dentre as quais cinco parentes de militares –, ou seja, não se tratava de uma medida específica para contemplar ex-agentes da polícia política; ainda assim, é muito claro que no caso dos dois ex-inspetores da PIDE os aludidos “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País” se enquadravam no contexto das funções exercidas nesta atividade profissional. Esta questão das pensões será tratada de forma mais aprofundada no capítulo 5.

⁸² LOFF, 1996, *op. cit.* p. 77-79.

política. Que o trataram com cortesia e deferência. Que perante a PIDE não há “recuo” histórico ou neutralidade jornalística que justifiquem a propaganda política do salazarismo na televisão – pública ou privada. Dir-se-á que o ex-inspector, bem-falante, garantiu, no melhor estilo provocatório, que aos presos da António Maria Cardoso e hospícios congêneres “eram servidas as melhores iguarias”; relativizou o uso da tortura e dos espancamentos por serem “práticas frequentes em todas as polícias do mundo”; ostentou, sem reboços, o seu “muito orgulho” por ter pertencido à PIDE.»

Segundo o articulista, esta consagração do ex-pide no espaço público democrático era o resultado de uma longa estratégia de desculpabilização do salazarismo e de apagamento das fronteiras entre a ditadura e a democracia.⁸³

Portanto, o fator fundamental que motiva o ressurgimento de um intenso debate público sobre o passado em Portugal é a crescente visibilidade social de discursos *revisionistas* que pretendem recuperar aspetos da ditadura. Convém destacar que estes discursos se encontram intimamente relacionados com o processo de *revisionismo histórico* sobre a Revolução, tendência que apresenta progressiva repercussão no espaço público, e que é anterior à visibilidade pública do *branqueamento* da ditadura. Pode-se dizer que o desenvolvimento de discursos baseados na condenação do processo revolucionário acompanhou, no âmbito do poder público e dos representantes políticos que desde 1976 estiveram à frente dos cargos governativos – socialistas e social-democratas⁸⁴ – a tendência ao *silenciamento* sobre a ditadura.⁸⁵ É suficientemente significativo, neste sentido, que a *revolta da memória* desencadeada em 1994 – refletida na ampla indignação pública com o *revisionismo histórico* sobre o passado recente português – tenha surgido a propósito dos discursos *revisionistas* sobre o Estado Novo e não diretamente a propósito das formulações *revisionistas* sobre a Revolução, as quais contam com considerável maior grau de tolerância social.

É possível explicar este cenário através da consideração de que a memória da Revolução funciona como um *eclipse* para a memória do Estado Novo; o que significa dizer que a discussão sobre o passado ditatorial quase sempre passa pela discussão sobre o passado revolucionário mais recente. Isto muitas vezes favorece a tendência de

⁸³ «O telemasquismo democrático», *Diário de Notícias*, 22 de abril de 1994, p. 13.

⁸⁴ 1976-1978 (PS sozinho ou em coligação com o CDS), 1980-1983 (governos da Aliança Democrática, coligação PSD-CDS-PPM), 1983-1985 (governo do Bloco Central, PS-PSD), 1985-1995 (PSD).

⁸⁵ Cf. LOFF, Manuel. «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014.

reabilitação do Estado Novo, devido à clara aceitabilidade por setores da sociedade portuguesa – politicamente situados entre setores do centro-esquerda, o centro-direita, a direita e a extrema-direita, considerando-se, naturalmente, os numerosos matizes entre tais posicionamentos – de interpretações condenatórias do processo revolucionário. Esta situação reflete-se no facto de que, em 1994, as visões *revisionistas* sobre o Estado Novo mais comuns no espaço público eram aquelas que se baseavam na *comparação relativizadora* com o período revolucionário – o que provoca o efeito de *branquear* a ditadura –; as interpretações que pretendiam reabilitar diretamente o passado ditatorial eram consideravelmente mais raras. Ainda assim, a significativa incidência desse posicionamento, especialmente nos programas televisivos, provocou o efeito de desencadear a já mencionada *revolta da memória*.

É importante ressaltar que, muito embora as visões *revisionistas* a respeito do período revolucionário beneficiem de considerável maior capacidade de penetração na opinião pública – o que explica o facto de que em meados dos anos 1990 este género de interpretação sobre a Revolução possa ser considerado como uma *memória dominante* –, a situação de *revolta da memória* ocorrida no vigésimo aniversário do 25 de Abril suscitou, de uma forma geral, a crítica de todas as tendências do *revisionismo histórico*. E, conseqüentemente, um outro efeito deste cenário foi o aumento da visibilidade pública de discursos amplamente positivos sobre o 25 de Abril e o período revolucionário.

Desta forma, no contexto da *obsessão memorial* de meados dos anos 1990, verifica-se no espaço público português um *combate pela memória* que envolve a delimitação de uma visão social hegemónica da história. De forma semelhante ao caso italiano – em que a memória do antifascismo se reatualizou e reivindicou a legitimidade pública no cenário de sua generalizada desvalorização da década de 1990 –, em Portugal o aumento da visibilidade social de discursos *branqueadores* do Estado Novo atuou como elemento mobilizador para a defesa pública das memórias do antifascismo e, igualmente, da Revolução – já que estes dois âmbitos da memória sobre o passado recente, ditadura e período revolucionário, se interrelacionam estreitamente. No entanto, devido à maior extensão da aceitabilidade social de visões *revisionistas* sobre o período revolucionário, assistiu-se em 1994 a diversos matizes de interpretações sobre o passado recente: desde opiniões que criticavam todas as tendências *revisionistas* e, em contraposição, enfatizavam uma ampla valorização positiva da Revolução, em todos os seus âmbitos; passando por opiniões também críticas do *revisionismo histórico*, mas que

valorizavam a Revolução apenas com base nos princípios consensuais de democracia e liberdade; outras opiniões críticas das tendências *branqueadoras* do Estado Novo, porém favoráveis à condenação do período revolucionário; e finalmente, interpretações baseadas no *revisionismo histórico*, em uma ou várias de suas vertentes – a propósito da ditadura, do processo revolucionário, da descolonização ou da ampla condenação do 25 de Abril.⁸⁶

A dificuldade em distinguir nitidamente entre os juízos *revisionistas* sobre a ditadura e sobre o 25 de Abril remonta ao já mencionado efeito da memória da Revolução no sentido de *eclipsar* a memória do Estado Novo. Desta forma, por um lado, muitas interpretações da ditadura passam a sofrer as consequências de uma leitura retrospectiva e comparada – uma situação que Jean-Jacques Becker chama de “o handicap do a posteriori”, para tratar especificamente da metodologia da história oral, mas que constitui um elemento que, de uma forma mais geral, abrange todos os relatos de memória⁸⁷ –, ou seja, a ditadura é analisada retrospectivamente e de forma em que saem ressaltados os *excessos* do período revolucionário. Por outro lado, interpretações da Revolução centradas na sua condenação – e que são bastante mais comuns de forma separada do que as interpretações que pretendem unicamente recuperar aspetos da ditadura – acabam por alcançar o efeito de *branquear* a ditadura, tendo em vista a relação de causa e efeito entre ambos os períodos históricos. Portanto, é possível considerar que a tendência para a análise retrospectiva própria dos relatos memoriais constitui um aspeto que favorece o *branqueamento* do Estado Novo – no caso das perspetivas críticas em relação ao desenrolar do processo revolucionário, um ponto de vista que amplia seu alcance social e visibilidade pública ao longo da década de 1990.⁸⁸

Se no vigésimo aniversário do 25 de Abril o debate social e a *revolta da memória* assentaram na projeção pública de interpretações *branqueadoras* do Estado Novo, dez anos depois – também sob a vigência de um governo de direita (Durão Barroso: 2002/04) – o foco da controvérsia centrou-se na discussão sobre a própria

⁸⁶ Para um resumo sobre as diversas versões da memória em disputa no espaço público português em 1994, cf. SOUTELO, Luciana. «Visões da Revolução dos Cravos: combates pela memória através da imprensa (1985-1995)» in VARELA, Raquel. *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2012. P. 229-249.

⁸⁷ BECKER, Jean-Jacques. «O handicap do a posteriori» in FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2005. P. 27-31.

⁸⁸ Esta análise sobre o *combate pela memória* em Portugal, particularmente por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, baseiam-se nos resultados de um anterior trabalho: SOUTELO, Luciana. *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

Revolução: o slogan adotado pelo Governo para as comemorações oficiais do 25 de Abril, “Abril é evolução”, foi duramente criticado como uma tentativa de eliminar o horizonte de rutura do 25 de Abril. Segundo Rosas, entre o vigésimo e o trigésimo aniversários da Revolução a direita política “foi racionalizando o seu discurso de revisão e negação não só relativamente à revolução, como, igualmente, no que respeita à génese da democracia portuguesa”.⁸⁹ Manuela Cruzeiro identifica nas comemorações dos trinta anos da Revolução um claro exemplo de manipulação da história:

«Na verdade, esta iniciativa do poder político de então (governo PSD/PP) invertendo o normal figurino das comemorações, habitualmente reduzidas a pálidas evocações da festa revolucionária, e a uma engravatada sessão solene na Assembleia da República, levou a cabo a mais ambiciosa mistificação histórica: anulando o passado revolucionário, e celebrando o presente neo-conservador e neo-liberal efectuou uma completa operação de marketing, situada algures entre a amnésia e a mentira. Amnésia, porque ignora que a democracia nasceu justamente de uma revolução e não de um qualquer continuismo liberalizante; que essa democracia foi conquistada por um corte violento com o passado de ditadura. Mentira, porque o “celebrado” progresso ou evolução se fez (se vem fazendo) segundo um modelo que não prolonga nem aprofunda os valores de Abril, antes é feito ao arrepio de muitas das suas promessas e esperanças. Contrapõe-se, assim, revolução, diabolizada ou minimizada como epifenómeno ou crise insignificante, e democracia, numa operação de propaganda ideológica, sem qualquer sustentação histórica, legitimando um caminho para a sociedade portuguesa que passa pela liquidação de uma parte essencial do património de conquistas sociais, culturais e políticas, iniciadas em 74 e consagradas constitucionalmente em 76. Amnésia e mentira são, pois, em termos psicanalíticos, a forma como o regime democrático lida com esse trauma silencioso que é o 25 de Abril. Mesmo que o comemore, ou justamente porque o comemora para mais facilmente o esquecer».⁹⁰

⁸⁹ ROSAS, Fernando. «Notas para um debate: a revolução e a democracia» in ROSAS, Fernando; LOUÇÁ, Francisco (org.) *Ensaio geral. Passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004, p. 17.

⁹⁰ CRUZEIRO, Maria Manuela. «Revolução e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da história» in MARTINS, Rui Cunha. *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. P. 124

Dois anos depois, em 2006/07, Salazar foi o vencedor do programa da RTP “Grandes Portugueses” – seguido de Álvaro Cunhal, em segundo lugar. O assunto suscitou forte polémica, especialmente a respeito dos métodos do programa e de sua relevância social. No entanto, o interessante em termos sociológicos é refletir sobre o facto de que – mesmo não se podendo considerar tal juízo histórico como representativo da maior parte da sociedade portuguesa – houve a iniciativa de produção de um programa no canal público que elegeu Salazar como “o” grande português. Pode não ser socialmente representativo, mas o impacto mediático que este programa provoca é relevante no que diz respeito ao processo de (re)construção da memória no espaço público. Também em relação a 1992 e a 1994 seria possível argumentar que a decisão de premiar ex-pides ou as opiniões *revisionistas* sobre a ditadura não eram representativas da maioria da população; o facto, contudo, é que todas estas manifestações sugerem uma certa perspetiva sobre o passado, cuja visibilidade pública influencia na situação de *combate pela memória* que se desenvolve na sociedade. O que está em jogo, na verdade, é uma luta simbólica entre vários discursos memoriais que disputam a hegemonia no processo de (re)interpretação do passado no espaço público. E, portanto, a maior ou menor visibilidade social de alguns destes discursos já diz muito sobre a relação de forças que opera no *combate pela memória*. Ou seja, interessa refletir sobre as razões de haver, cada vez mais, um ambiente social favorável ou permeável às memórias *revisionistas* da ditadura e da Revolução, o que indica que estas visões sobre o passado passam a desfrutar de um certo protagonismo no processo de disputa simbólica pela reconstrução da memória no espaço público.

No século XXI, tal tendência favorável à visibilidade pública de leituras *revisionistas* da história manifesta-se ainda através de um novo viés: o destaque conferido pelos meios de comunicação social a teses baseadas numa agressiva condenação da Revolução e defendidas por historiadores de formação. É o caso, por exemplo, de Rui Ramos, cuja obra sob sua coordenação, *História de Portugal*, foi gratuitamente distribuída pelo *Expresso* em 2012; ou de Henrique Raposo, que escreve regularmente no *Expresso*. Trata-se de interpretações *a-históricas* que não escondem a sua motivação abertamente política na aproximação ao passado, cuja linguagem e retórica se assemelham ao estilo dos publicistas espanhóis neofranquistas.⁹¹

⁹¹ Cf. LOFF, 2014. P. 138-143.

É possível, portanto, identificar no caso português três fases no que diz respeito à memória pública sobre o passado recente. Num período inicial, ao contrário de outros casos nacionais e devido à singularidade portuguesa de uma revolução ter posto fim ao regime ditatorial, não há um processo repressão da memória da ditadura; há, ao invés disso, uma valorização da memória do antifascismo no espaço público. Num período seguinte – tal como na fase análoga em Espanha –, não se pode dizer que haja propriamente uma *repressão* ou *silenciamento* sobre o passado, mas certamente o passado recente não constituiu um tema privilegiado na discussão pública, especialmente no que diz respeito à ditadura. E finalmente, a partir dos anos 1990, inaugura-se a fase da *obsessão memorial*, caracterizada, no caso português, pelo desenvolvimento de tendências de *revisionismo histórico*, o que impulsiona o ressurgimento de discussões públicas sobre a ditadura e a Revolução.

Em suma, devido à especificidade da Revolução de 1974/75 – cuja imediata consequência foi a eclosão pública das memórias antifascistas – e da relação de forças políticas na fase seguinte – caracterizada pela hegemonia de direita ao longo da década de 1980, ao contrário do caso espanhol –, os discursos *revisionistas* desenvolvem-se significativamente no espaço público português, especialmente a partir de finais dos anos 1980. A Revolução – particularmente o período revolucionário, marcado por múltiplas movimentações sociais, assim como a questão da descolonização – é o foco através do qual este género de interpretação sobre o passado se desenvolve. Apesar de apresentar um crescimento progressivo, o *revisionismo histórico* alcança seu auge apenas em meados da década de 1990, simultaneamente ao (re)surgimento no espaço público dos discursos memoriais de valorização das experiências da Revolução e das vítimas da repressão salazarista. Neste caso – ao contrário do ocorrido em Espanha, em que uma complexidade de fatores explica o surgimento público dos discursos *reivindicativos da memória* –, é nítida a relação causal entre a emergência destes discursos de valorização memorial ou desta *revolta da memória* e a anterior ofensiva *revisionista* no espaço público português.

Comparando-se os processos de evocação pública do passado em Portugal e em Espanha, uma primeira questão que chama a atenção é o facto de que suas particularidades históricas – respetivamente, a Revolução de 1974/75 como forma de rutura política e social com a ditadura salazarista e a guerra civil como precedente da ditadura franquista – exercem direta influência na caracterização das fases da memória

pública sobre o passado recente. Isto porque, em Portugal, a conjuntura revolucionária – com o colapso do poder de Estado derivado da ditadura, o que originou um vazio de poder – criou as condições para uma primeira fase de hegemonia pública da memória do antifascismo. Em Espanha, contrariamente, a delicada relação de forças políticas e sociais atuante durante o período de transição para a democracia – entre herdeiros do Estado franquista e representantes da oposição, para além de uma ampla conflituosidade social – juntamente com a significativa influência na sociedade da memória da guerra civil como trauma coletivo contribuíram para a hegemonia pública da *memória da reconciliação*, que significou a manutenção da privatização das memórias republicanas e antifranquistas: silenciadas e reprimidas durante a ditadura, continuaram a contar com uma reduzida expressão pública durante as duas primeiras décadas de democracia.

Se nos anos da transição a instabilidade político-social assim como a significativa importância da memória da guerra civil – no sentido prático imediato do medo de repetição do conflito bélico – confluíram para a opção de eludir o debate público sobre o passado recente, a partir dos anos 1980, num contexto de democracia estabilizada e consolidada sob governos de maioria socialista, a manutenção desta opção assentou em outras razões. No plano político, é possível considerar que a conjuntura confortável de maioria socialista não incitava à abertura de debates políticos com os adversários da direita a propósito do passado franquista; no plano social, pode-se dizer que ainda dominava a vida pública uma geração marcada pela *memória da reconciliação*, que viveu, no mínimo, os últimos anos do franquismo e a transição para a democracia, e que compartilhava um certo temor ou prudência quanto à discussão pública do passado recente. Já no caso português, a pouca incidência de debates públicos sobre o passado de ditadura durante os anos 1980 repousa em motivos políticos inversos: o predomínio de governos de direita, para cujos representantes a alusão ao passado ditatorial era incómoda e/ou desnecessária.

Neste sentido, é significativo que, em Portugal, o início da fase de *obsessão memorial* tenha ocorrido justamente durante um governo de direita, e em decorrência do avançado desenvolvimento de discursos *revisionistas* no espaço público – materializados inclusive em *políticas de memória*, como a consagração de ex-membros da polícia política com pensões. Em Espanha, a irrupção no espaço público da *obsessão memorial* pode ser entendida como resultado da convergência dos fatores da mudança na relação de forças políticas – com a chegada do PP ao poder – e da substituição geracional – o que significou a colocação de novos questionamentos sobre o passado,

fora da esfera de influência do paradigma da *memória da reconciliação* –, para além da influência do contexto internacional quanto às demandas de justiça e verdade em relação a regimes ditatoriais. Contudo, ao contrário de Portugal – em que o debate sobre o passado recente se instala na sociedade por conta da *revolta da memória* contra o *revisionismo histórico* –, em Espanha a discussão histórica não surge como um movimento defensivo, e sim ofensivo, reivindicativo da legitimidade pública das memórias republicanas e antifascistas.

O desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público espanhol pode ser considerado, este sim, como um fenómeno de reação à emergência da *memória da restituição ou reparação*. Esta inversão nos fatores de causa e efeito na eclosão dos discursos da *revolta da memória* e do *revisionismo histórico* explica-se, em Espanha, pelo facto de que as memórias republicanas e da repressão franquista nunca antes haviam sido reconhecidas publicamente: conforme observa Domènech, não se trata de uma *restituição* – ou seja, a defesa de um património histórico já anteriormente reconhecido oficialmente como o fundamento da democracia, como é o caso de Itália, França e inclusive Portugal – e sim da *instituição* de um património cultural até então privatizado e afastado do espaço público. Nestes termos, entende-se a razão pela qual, em Espanha, a emergência pública do *revisionismo histórico*, como fenómeno social, não é anterior ao surgimento destas memórias reivindicativas da esquerda: pois o *revisionismo histórico*, nos mais variáveis casos, pretende contrapor-se a versões da memória publicamente consagradas. Portanto, é possível afirmar que em Espanha a fase da *obsessão memorial* dos anos 1990 inaugura-se com um movimento – ou mais exatamente, vários movimentos dispersos e nem sempre interrelacionados – de *revolta da memória* contra a invisibilidade de *políticas de memória* e a falta de reconhecimento público sobre o passado republicano e antifranquista.

Neste sentido, enquanto em Portugal a *revolta da memória* é defensiva, contrária ao avanço de discursos *revisionistas* crescentemente desenvolvidos e visíveis no espaço público – discursos que atacam os fundamentos da democracia portuguesa: a deslegitimidade histórica do Estado Novo e a Revolução de 1974/75 como a origem da democracia –, em Espanha a *revolta da memória* é reivindicativa. Com base na argumentação de Vinyes, poder-se-ia dizer que este fundo reivindicativo da *revolta da memória* espanhola está pautado por uma intenção de retificar o “vazio ético” em que se fundou a democracia – tendo-se evitado, desde os anos da transição, as discussões públicas sobre o passado recente que levantassem polémicas sobre os valores e

princípios em disputa, conflitos políticos e seus possíveis legados para o presente. No que diz respeito aos posicionamentos das forças de direita na fase da *obsessão memorial*, em ambos os casos verifica-se a divisão ou alternância entre as teses da *superação do passado* – que minimizam ou desprezam a importância de discutir o passado – e a defesa do *revisionismo histórico*.

Enfim, é possível afirmar que em Portugal e em Espanha o *combate pela memória* envolve disputas político-simbólicas que conjugam as três temporalidades – passado, presente, futuro –, ou seja, abrange o sentido atribuído às origens da democracia, às identidades sociais e aos projetos futuros de sociedade. No caso português, a questão situa-se nas possíveis representações e significados que os passados ditatorial e revolucionário projetam no presente democrático, e, consequentemente, suas implicações para as aspirações sociais futuras. No caso espanhol, para além deste plano de luta simbólica acerca das interpretações da II República, da guerra civil e da ditadura, existe o plano mais concreto da disputa em torno da adoção ou não de *políticas de memória* sobre este passado recente.

Capítulo 4. Espanha: da hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição* *modélica* à emergência das *memórias dos vencidos* no espaço público

Em Espanha são hegemónicas no período 1986-1996 – que coincide com os três últimos governos do socialista Felipe González: 1986-1989, 1989-1993, 1993-1996, sendo que apenas este último não obteve a maioria absoluta – as *memórias da reconciliação* e as *memórias da transição modélica*, ambas diretamente relacionadas entre si. As *memórias da reconciliação*, sintetizadas no postulado do *Nunca más*, podem ser definidas como interpretações que evitam estabelecer posicionamentos ético-políticos sobre a guerra civil. Já as *memórias da transição modélica* são relatos baseados no carácter bem-sucedido e exemplar da transição; seu eixo para a explicação deste período histórico é a conduta das forças político-partidárias e institucionais – fundamentalmente os atores reformistas do governo e da oposição, para além do Rei –, opção complementada pelas ideias de *consenso* e *reconciliação* e pelo silêncio ou minimização dos aspetos conflituais. Portanto, pode-se considerar as *memórias da reconciliação* e da *transição modélica* como relatos complementares a respeito da guerra civil e da transição. Reúnem culturas políticas desde o centro-esquerda até à direita.

As *memórias da reconciliação*, contudo, apresentam-se sob variados matizes, sendo possível identificar duas tendências principais: as interpretações ancoradas na ideia de *superação do passado*, que são as dominantes neste período, e as *memórias antifranquistas da reconciliação*. As primeiras não reconhecem a relevância da discussão sobre a guerra civil, ou seja, pretendem evitar que o passado renegado e anatemizado deixe marcas no presente, até mesmo no que diz respeito ao simples debate da questão. Suas versões mais conservadoras não se limitam a prescindir de juízos ético-políticos sobre o conflito: defendem a equiparação entre os dois lados enfrentados. Por outro lado, as *memórias antifranquistas da reconciliação* posicionam-se explicitamente no sentido da condenação ético-política do franquismo e por vezes criticam inclusive o golpe militar de 1936.

4-1. Da *política de reconciliação nacional* à construção das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*

Primeiramente, é importante proceder a uma contextualização histórica acerca das origens do conceito de *reconciliação*. Conforme se esclareceu no capítulo 3, a ideia

de *reconciliação* desenvolve-se desde meados da década de 1950 no seio da oposição antifranquista, como estratégia de luta contra a ditadura. Mais concretamente, Pere Ysàs sublinha que já durante os anos 1940 se realizaram conversações entre dirigentes anarcosindicalistas e militares monárquicos ou entre socialistas e monárquicos dissidentes, evidenciando uma estratégia de busca de alternativas políticas ao franquismo através da união de esforços com certos setores sociopolíticos que tinham contribuído para provocar a guerra e estabilizar a ditadura. Segundo sintetiza Ysàs acerca da lógica desta *política de reconciliação nacional* levada a cabo pela esquerda antifranquista:

«Se o franquismo, como regime fundamentado na vitória bélica e perpetuador da divisão entre “vencedores” e “vencidos” na guerra civil, nunca durante a sua longa trajetória propôs qualquer política de reconciliação – pelo contrário, com aqueles que excluía da “comunidade nacional” com a “Anti Espanha” não queria reconciliar-se – o antifranquismo rapidamente considerou que a restauração da democracia em Espanha só seria possível a partir da superação das profundas fraturas provocadas pela guerra civil, algumas sem dúvida alimentadas pela violência política que se tinha desencadeado na zona republicana».¹

Segundo Ysàs, a formulação mais elaborada de uma *política de reconciliação nacional* foi apresentada pelo Partido Comunista em 1956. Nas vésperas do vigésimo aniversário do início da guerra civil, o PCE aprovou a declaração *Por la Reconciliación Nacional. Por una solución democrática y pacífica del problema español*, em que se defendia uma política de entendimento entre forças de esquerda – republicanos, anarquistas, socialistas, nacionalistas bascos, catalães e galegos – e dissidentes de direita – monárquicos, democratas-cristãos e liberais – com o objetivo de reforçar a oposição ao regime franquista, que fundamentava sua legitimidade de origem no quadro do enfrentamento fratricida. Neste sentido, a *política de reconciliação nacional* centrava-se no imperativo político de conquista da democracia: quando já alcançava a idade adulta uma geração que não havia participado diretamente nos acontecimentos da guerra civil – os *filhos da guerra* – e num contexto em que, mais de uma década após a vitória contra o nazi-fascismo na II Guerra Mundial, o regime franquista tinha sobrevivido e se

¹ YSÀS, Pere. «Memória e silêncio. A esquerda espanhola durante a transição» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, p. 336-337.

consolidado com base na lógica do enfrentamento, a rutura com o paradigma das *duas Espanhas* constituía uma alternativa não-violenta de combate à ditadura. A questão não passava, portanto, por uma suposta equiparação ético-política entre os valores e as causas dos dois lados que se enfrentaram na guerra civil – sentido que adquirem algumas versões das *memórias da reconciliação* a partir dos anos 1980 –; tratava-se de uma estratégia política e não de um posicionamento filosófico sobre o passado. Por outras palavras, a *política de reconciliação nacional* não se confundia com um relato memorial sobre a guerra civil. Nos termos de Ysàs, tratava-se de modificar “a linha de divisão definida pela guerra civil por uma nova linha divisória entre os defensores da ditadura e os partidários da democracia”; de modo que a ideia de *reconciliação* como *superação* da guerra civil se elaborava em função direta do objetivo da confluência entre forças políticas com ideários e projetos diferentes – muitas das quais se haviam enfrentado no conflito bélico – em prol da meta comum de alcançar a democracia.²

Tal como esclarece Carme Molinero, tratava-se da “voluntad extendida en torno a la idea de que la confrontación del pasado no debía imposibilitar la democracia en el futuro” – princípio que vigorou também durante os anos da transição.³ Ou seja, também no contexto da transição – que obedeceu a uma delicada relação de forças entre setores do franquismo, politicamente enfraquecidos mas que mantinham o controlo das estruturas do Estado, e a oposição antifranquista, que atuava a partir da mobilização de amplos segmentos sociais⁴ – o imperativo político de construção da democracia predominou no cenário político-social espanhol, de modo que não se colocava a questão de políticas de memória em relação ao passado de guerra civil ou de um ajuste de contas com o regime franquista. Ysàs enfatiza que ainda que a correlação de forças políticas do período da transição tivesse impossibilitado a exigência de responsabilidades aos dirigentes e funcionários da ditadura, a explicação sobre a ausência desta reivindicação entre a oposição antifranquista deriva mais propriamente da orientação anterior baseada

² YSÀS, 2014, op. cit., p. 339-340. Para uma síntese sobre a demanda pela *reconciliação* e amnistia e o papel da geração dos *filhos da guerra civil* nesta estratégia de luta contra ditadura, cf. CUESTA, Josefina. *La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España. Siglo XX*. Madrid, Alianza Editorial, 2008, p. 388-393.

³ MOLINERO, Carme. «La transición y la “renuncia” a la recuperación de la “memoria democrática”» in *Journal of Spanish Cultural Studies*, 11, 2010. P. 46.

⁴ Segundo Molinero: «el punto de partida para explicar el proceso que permitió la instauración de la democracia en España es observar que el franquismo no tenía capacidad para sobrevivir a la muerte de Franco, pero que la oposición antifranquista tampoco contaba con suficientes apoyos para hacerse con el control de la dirección política del Estado». (p. 37)

nos fundamentos da *política de reconciliação nacional*, que privilegiava o propósito político de estabelecimento da democracia.⁵

Um exemplo sobre o posicionamento da oposição antifranquista em relação ao tratamento do passado recente – e que constitui, além do mais, um elemento importante para compreender a dinâmica a partir da qual se desenvolve o processo subsequente de (re)construção da memória no espaço público espanhol – é o caso da Lei de Amnistia, aprovada em Outubro de 1977. Segundo Molinero e Ysàs, esta lei foi impulsionada pelas forças políticas antifranquistas – que pretendiam negar a ordem franquista e alcançar o desaparecimento da ditadura – e contrariada pelas franjas mais recalcitrantes do regime, tendo sido rejeitada pela Aliança Popular (AP). Neste sentido, as críticas que a partir dos anos 1990 passaram a avolumar-se a propósito do carácter de reciprocidade da lei⁶ correspondem a um juízo negativo referente a parâmetros ético-políticos de finais do século XX – influenciados ainda pelos casos latino-americanos e sul-africano e a consequente criação de uma doutrina internacional sobre *verdade, justiça e reparação* –, os quais não se ajustavam, porém, à lógica dos anos 1970. Naquele momento, a prioridade de construir e assegurar a estabilidade democrática e a complexa correlação de forças político-sociais⁷ contribuíram para que a oposição antifranquista não reivindicasse o julgamento das forças do regime. Ysàs menciona que é revelador neste sentido o facto de que as críticas dos grupos de esquerda radical a esta lei se centravam não na inclusão das autoridades franquistas entre os amnistiados, mas na sua limitação, já que não se tratava de uma *amnistia total*, tendo sido excluídos certos grupos. De modo que a Lei de Amnistia não constituiu uma excessiva cedência da oposição – conforme denunciaram as vozes críticas das décadas posteriores –, pois nem sequer se colocava a questão da *justiça e verdade*.⁸

⁵ YSÀS, 2014, op. cit., p. 342.

⁶ No sentido em que contemplou tanto certos “actos de intencionalidad política” “tipificados como delitos y faltas” e punidos como tal pela ditadura, quanto “los delitos y faltas que pudieran haber cometido las autoridades, funcionarios y agentes del orden público, con motivo u ocasión de la investigación y persecución de los actos incluidos en esta Ley” e “los delitos cometidos por los funcionarios y agentes del orden público contra el ejercicio de los derechos de las personas” (Lei 46/1977, de 15 de Outubro).

⁷ Marcada, além do mais, pela violência repressiva contra as mobilizações sociais – especialmente durante o ano de 1976 e os primeiros meses de 1977 – e pela potencial ameaça de recurso à violência pelos setores ultras do franquismo, para além de manifestações de violência por parte de grupos de extrema-direita e extrema-esquerda. Um tal cenário de crispação ativou socialmente uma *memória preventiva* da guerra civil fundada na ideia do *Nunca más*. Em suma, nem a oposição antifranquista, nem os setores sociais que representavam estavam dispostos a abrir um enfrentamento com os herdeiros políticos do regime – a totalidade da AP e considerável parte da UCD – em torno da questão dos precedentes históricos da legitimidade democrática.

⁸ MOLINERO, 2010, op. cit., p. 42-43, 46-47. YSÀS, 2014, op. cit., p. 342-346.

Por outro lado, conforme argumenta Vinyes, “[c]omprender por qué aparece la Ley y qué significa en su contexto, no niega la función explícita de la Ley para garantizar la impunidad del engranaje represivo del Estado de la dictadura”.⁹ De modo que a estrutura da Lei de Amnistia de 1977 pode ser considerada como um exemplo do *vazio ético* sobre o qual, segundo Vinyes, se fundamentou a democracia espanhola. Se a configuração desta *simetria ética entre ditadura e democracia*¹⁰ pode ser compreendida pelo contexto específico em que se desenvolveu a transição espanhola – para além dos antecedentes históricos –, a sua manutenção ao longo das primeiras décadas de democracia explica a natureza das reivindicações e do *combate pela memória* que se desenvolvem a partir de meados dos anos 1990.

No que diz respeito às origens das *memórias da reconciliação*, publicamente hegemónicas nos anos 1980, deve-se reconhecer as marcas da memória oficial franquista nestes relatos, especialmente no que toca à configuração de uma imagem depreciativa da II República e a ideia da consequente carga de responsabilidade deste regime e de seus representantes na eclosão da guerra civil. Uma tal conceção – que distorce as circunstâncias históricas e que pode ser considerada como um relato memorial franquista, representativo de culturas políticas de direita – representa o âmbito da memória oficial, baseada no discurso da *Vitória* e massivamente veiculada pela propaganda política durante toda a ditadura, que conseguiu cristalizar-se com certo êxito entre setores da oposição. Desta forma, nos anos da transição, levando-se em consideração o contexto político-social da época, pode-se dizer que as *memórias da reconciliação* tiveram uma função prática e política: por um lado, a recusa da discussão ético-política sobre a guerra civil cumpria a necessidade de evitar reações que dificultassem os avanços democráticos por parte dos setores mais conservadores do franquismo; por outro lado, para as culturas políticas de direita, a adesão a este discurso memorial significava uma forma de integração – e preservação – do conjunto de seus valores ético-políticos sobre o passado recente na nova conjuntura política. Molinero esclarece sobre esta *zona de sombra* que aproxima o discurso oficial franquista e as memórias de setores da oposição, aspeto que condicionou as condutas dos atores político-sociais durante a transição:

⁹ VINYES, Ricard. «La memoria del Estado» in VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P. 29.

¹⁰ VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona, Los libros del lince, 2011.

«Efectivamente, la conciencia de que la guerra civil desató en la zona republicana una violencia injustificable, aunque de muy diferente naturaleza que en la zona sublevada, ayuda a explicar que durante la transición no se invocara el recuerdo de los años treinta y la confrontación entre “las dos Españas”. Es decir, también buena parte de los sectores que rechazaban la explicación franquista sobre el origen de la guerra civil aceptaban que durante la II República se produjo una confrontación radical, y que la confrontación siempre acaba mal; de aquí que la explicación de “todos fueron culpables” de la guerra civil también estaba extendida; era una formulación de trazo *grosso*, poco rigurosa pero que resultaba operativa. Se puede afirmar así que el miedo al fantasma de la confrontación civil también fue uno de los elementos influyentes sobre las políticas de consenso dirigidas a impedir que abortara el nacimiento de la democracia a mediados de los años setenta».¹¹

No entanto, consolidada a democracia, nos anos 1980 e até meados da década de 1990 – durante a totalidade dos governos socialistas de Felipe González (1982-1996) –, mantém-se a hegemonia pública das *memórias da reconciliação*. Para além do fator geracional que explica a ampla adesão a estes discursos – ou seja, o facto de que evitar a discussão ético-política sobre o passado correspondia, em larga medida, às memórias pessoais dos contemporâneos da guerra e também à identidade social forjada pela geração dos *filhos da guerra civil* –, deve-se reconhecer que tais relatos memoriais satisfaziam fundamentalmente as culturas políticas de direita, às quais não interessava nem o debate ético-político sobre a guerra civil nem a denúncia dos crimes do regime franquista. Conforme salienta Molinero, os dirigentes políticos dos anos 1980 e 1990 não tiveram interesse em desenvolver uma política de memória própria, baseada não só na exaltação dos valores democráticos mas também na reivindicação e legitimação pública daqueles que lutaram contra o franquismo e que, com seu esforço, desempenharam um papel essencial na instauração da democracia.¹² Pode-se dizer que a opção dos socialistas por uma *política de não-memória* – principalmente enquanto governaram com maioria absoluta, até 1993 – explica-se pela estratégia de evitar a abertura de confrontos ético-políticos com seus opositores conservadores.

Esta mesma lógica política explica a hegemonia pública, durante este mesmo período, das *memórias da transição modélica* – um relato que negligencia a importância

¹¹ MOLINERO, 2010, *op. cit.*, p. 45.

¹² MOLINERO, 2010, *op. cit.*, p. 48.

das mobilizações sociais durante a transição e que, neste sentido, traduz fundamentalmente uma leitura elitista e favorável aos setores sociais mais conservadores. Tal como esclarece Molinero:

«Que los sectores conservadores pretendieran desde el primer momento presentar la transición como un proceso dirigido por las elites es absolutamente lógico. Es natural que quien firmaba los decretos insistiera en su protagonismo y oculte que se veía forzado a tomar aquellas iniciativas por la presión pública».¹³

Todavía, é importante ressaltar que no caso da formação política representativa da direita e herdeira direta do regime franquista – a AP, que desde 1989 passa a denominar-se PP – a adesão a este relato memorial é posterior, já que no próprio período da transição estes setores adotaram a postura de resistência ao processo de democratização. Refira-se, por exemplo, que dos seis votos contrários à Constituição de 1978 cinco foram de deputados da AP.¹⁴ Neste ponto, é importante esclarecer que no período da transição a direita dividiu-se entre duas agrupações políticas principais. A UCD – coligação formada antes das eleições de 1977 em torno do apoio à candidatura do presidente do Governo, Adolfo Suárez, e posteriormente transformada em partido político – agrupou setores políticos procedentes do *Movimiento Nacional*; setores que se autodenominavam democra-cristãos e que tinham participado nas estruturas da ditadura; e ainda indivíduos sem experiência política anterior que se aproximaram da nova formação política. Já a AP, constituída em Outubro de 1976, congregou ex-membros do governo franquista; de acordo com Molinero, “da sua composição é boa mostra que quatro quintos dos deputados e senadores eleitos nas eleições de junho de 1977, foram *ex-procuradores* franquistas”, de modo que “em 1978, mais de dois terços dos eleitores considera[va]m que a AP era um partido franquista e quase metade catalogava-o de não-democrático, além de não apto para evitar a confrontação pública dos espanhóis”. Enquanto o posicionamento político da UCD se caracterizou pela “aspiração à mudança, ainda que controlada, que se tinha desenvolvido inclusivamente entre os setores

¹³ MOLINERO, 2010, *op. cit.*, p. 48.

¹⁴ Dos 16 deputados da AP no Congresso, além dos cinco votos contrários, três abstiveram-se e oito aprovaram o texto constitucional. Segundo Molinero, “os que votaram favoravelmente a Constituição fizeram-no manifestando a sua discordância com partes substanciais do texto e proclamando a sua vontade de o reformar”. MOLINERO, Carme. «A herança do passado. O franquismo e a direita espanhola» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, p. 319.

conservadores que tinham apoiado o franquismo”, a AP rejeitou radicalmente qualquer tipo de rotura com o regime.¹⁵

Pode-se dizer que os setores sociopolíticos representativos da UCD participaram, desde o próprio período da transição, na construção dos relatos memoriais da *reconciliação* e da *transição modélica*. Ao contrário do caso da AP: se, no que diz respeito à guerra civil, seus representantes continuaram a defender discursos diretamente identificados com a propaganda franquista, sem qualquer pudor em instrumentalizar este passado recente com o propósito de rejeitar as mudanças políticas, denunciadas como roturas; no que tange à transição, evidentemente, não contribuíram para forjar este mito fundador da democracia, já que seu posicionamento se pautou pela resistência ao processo. Assim, “durante anos, a apresentação que os dirigentes da Aliança Popular fizeram do processo de transição foi globalmente muito dramático, coincidindo em catalogar os primeiros passos da democracia como a rotura com o passado”.¹⁶

Contrariamente, a partir dos anos 1980, a direita passa a incorporar o discurso do triunfo coletivo do estabelecimento da democracia, somando-se à exaltação de um processo histórico ao qual se opôs em seu próprio momento.¹⁷ Pode-se dizer que a outra face deste esforço da direita por incluir-se na legitimidade democrática é a defesa da *memória da reconciliação*. Por outras palavras, não se discute a guerra civil com base em parâmetros ético-políticos: o passado não interessa ao presente; apenas interessa o futuro que começou com o êxito do processo consensual que permitiu a *reconciliação* entre os espanhóis – assim se pode sintetizar as linhas gerais do discurso memorial da direita nos anos 1980. Tais relatos são, em boa medida, compartilhados pelos socialistas por razões de poder político; ou seja, diante da estabilidade governamental do PSOE, a esquerda moderada não desejava desenvolver polémicas públicas sobre o passado: enquanto a *memória da reconciliação* evitava que se colocasse a questão da diferenciação ética entre os dois lados enfrentados na guerra civil, a *memória da transição modélica* permitia uma visão assética e triunfal das origens do regime democrático, com a sobrevalorização do papel do poder político.

¹⁵ MOLINERO, 2014, *op. cit.*, p. 309-312.

¹⁶ MOLINERO, 2014, *op. cit.*, p. 319. YSÀS, 2014, *op. cit.*, p. 335.

¹⁷ Deve-se ressaltar que a partir das eleições de 1982 a AP passa a ser a principal representante da direita espanhola. Segundo Molinero, a crise galopante sofrida pela UCD desde 1979 “foi o resultado de uma parte significativa dos seus quadros considerarem que era imprescindível adotar um programa politicamente conservador, pelo que se aproximaram à Aliança Popular”. MOLINERO, 2014, *op. cit.*, p. 311.

4-1.1. As *memórias da superação do passado*: entre o *revisionismo histórico* e a omissão do debate ético-político sobre a guerra civil

No período estudado (1986-1996), a discussão sobre a guerra civil no espaço público espanhol evidencia-se nos cinquentenários do início e final da guerra, em 1986 e 1989, e posteriormente no sexagésimo aniversário do início da contenda, em 1996. Embora neste último caso já se configure claramente o cenário da quebra de hegemonia das *memórias da reconciliação*, pode-se dizer que são dominantes ao longo deste período os discursos memoriais baseados na ideia de *superação do passado*. Tais discursos memoriais manifestam-se na imprensa através de artigos de opinião e editoriais dos jornais que constituem os principais porta-vozes desta tendência interpretativa: o *ABC* e *La Vanguardia*. No entanto, é importante salientar que existem muitos matizes entre as opiniões fundadas na lógica da *superação do passado*. Desde as visões que abraçam as teses do *revisionismo histórico* espanhol sobre a II República, a guerra civil e o franquismo – expressas na opção editorial do *ABC* –; passando pelas opiniões que enfatizam o cenário de abrangente tragédia que significou a guerra civil e que estabelecem uma *ponte* entre a aprendizagem negativa deste passado, que se quer superado, e o êxito compensador da transição, que teria permitido a efetiva *reconciliação* entre os espanhóis – opção editorial de *La Vanguardia* –; e ainda os discursos que destacam a irrelevância para o presente em se discutir a guerra civil, ou as opiniões que se limitam a evitar o estabelecimento de posições ético-políticas sobre este passado.

4-1.1.1. As *memórias da superação do passado* no cinquentenário da guerra civil: fator geracional, distanciamento ético e *revisionismo histórico*

É importante considerar-se o elemento geracional na configuração dos relatos baseados na ideia de *superação do passado*. Pois se observa que as ideias de *não-celebração*, *despropósito das comemorações*, *equiparação* entre os dois lados enfrentados no conflito e *aprendizagem* derivada do passado de guerra civil são, com frequência, evocadas por protagonistas ou contemporâneos da guerra civil próximos tanto dos sublevados quanto dos republicanos. Assim, por exemplo, em artigos que evocavam memórias pessoais de personalidades públicas que apoiaram os sublevados, as ideias de *aprendizagem negativa* e de *superação do passado* norteariam o testemunho

de José María Gironella¹⁸, enquanto um texto de Antonio Tovar¹⁹ assumia um tom de *equiparação* entre os dois lados enfrentados, sem que fossem aprofundadas as motivações políticas de cada um deles.²⁰

Por outro lado, intelectuais contemporâneos da guerra civil que não estiveram próximos do lado franquista defendiam a ideia de *não-celebração* – ou seja, a recusa em abordar a guerra civil. Em artigos de Manuel Ibañez Escofet²¹ destacava-se o despropósito de trazer à tona tão ásperas recordações; um deles, emblemático pelo seu valor simbólico, consistia num espaço em branco após o seguinte parágrafo explicativo: «Me he pasado la vida predicando la compunción, el arrepentimiento y el olvido. En memoria de mis amigos muertos a los veinte años y de todos los jóvenes que sufrieron en la guerra, en memoria de mis propios veinte años, tristes y lejanos, dejo hoy en blanco aquella página de la historia. Esta es mi conmemoración».²² No mesmo sentido, Juan Marichal²³ declarava que “recordar hechos siniestros no ayuda a libertad”.²⁴

A aproximação entre o sentido dos relatos sobre a guerra civil elaborados por protagonistas que estiveram em lados opostos é evidente em reportagem de *La Vanguardia* – publicada sob o subtítulo não isento de inocência “Dos protagonistas hablan de la Guerra Civil, 50 años después” – em que se entrevistaram Josep Tarradellas²⁵ e Serrano Suñer²⁶. Tarradellas, que defendia a ideia da guerra civil como

¹⁸ José María Gironella (1917-2003): Escritor. No início da guerra civil fugiu do território republicano em direção à França e posteriormente se alistou como voluntário em uma Companhia de Esquiadores de Requetés (forças navarras que combateram no lado franquista da guerra civil). Sua principal obra é uma tetralogia sobre a guerra civil: *Los cipreses creen en Dios* (1953), *Un millón de muertos* (1961), *Ha estallado la paz* (1966), *Los hombres lloran solos* (1986).

¹⁹ Antonio Tovar (1911-1985): Ensaísta e crítico literário. Durante seus anos de estudante, foi presidente da *Federación Universitaria Escolar* de Valladolid, organização de carácter republicano, mas após 1936 aproximou-se dos falangistas e chegou a ser responsável pela *Radio Nacional de España* durante a guerra civil. Entre 1940 e 1941, ocupou a Subsecretaria de Imprensa e Propaganda e acompanhou Ramón Serrano Suñer em diversas viagens a Alemanha. Tal qual a trajetória de outras figuras favoráveis ao nacional-socialismo, acabou por se distanciar do regime franquista desde meados dos anos 1940.

²⁰ «El cincuentenario», *ABC*, 18 de abril de 1986, p. 42; «De Berlín a Valladolid», *El País*, 18 de julho de 1986.

²¹ Manuel Ibañez Escofet (1917-1990): Jornalista catalão. Foi assessor dos presidentes da *Generalitat* Josep Tarradellas e Jordi Pujol.

²² «18 de julio», *La Vanguardia*, 17 de julho de 1986, p. 5; «Rara conmemoración», *La Vanguardia*, 5 de abril de 1986, p. 5.

²³ Juan Marichal (1922-2010): Escritor. Proveniente de uma família ligada ao partido republicano canário, exilou-se em 1938.

²⁴ «Juan Marichal: “Empeñarse en recordar hechos siniestros no ayuda a la libertad”», *ABC*, 9 de abril de 1986, p. 51.

²⁵ Josep Tarradellas (1899-1988): Participou na fundação da *Esquerra Republicana de Catalunya* e ocupou cargos públicos durante a II República. Foi presidente da *Generalitat* da Catalunha no exílio, entre 1954 e 1977, e da *Generalitat* provisória, entre 1977 e 1980.

²⁶ Ramón Serrano Suñer: (1901-2003): Advogado. Artífice do partido único – com a fusão entre a *Falange* e a *Comunión Tradicionalista*. Foi seis vezes ministro durante os primeiros governos franquistas entre 1938 e 1942 – Interior, Governação e Assuntos Exteriores. Foi o autor principal do *Fuero del*

aprendizagem e lição de futuro, formulava explicitamente a avaliação da divisão da culpa pela eclosão da guerra: «Digamos, pues, que a la hora de juicio histórico se puede hablar de una culpa compartida, la rebelión del ejército y la debilidad del Gobierno». De modo que o significado de seu relato sobre a guerra civil era, de certa forma, análogo ao de Serrano Suñer, que após tratar sobre as razões do início do conflito – tensão ideológica e social, debilidade do governo, divisão do exército – concluía que a guerra civil foi uma tragédia enorme, que fraturou famílias e produziu horrores inenarráveis, motivo pelo qual era impossível a sua repetição: nem as gerações que protagonizaram o conflito nem as gerações mais jovens o aceitariam.²⁷

Portanto, a questão geracional pode ser considerada como um aspeto que aproxima os discursos sobre a guerra civil de contemporâneos do conflito, sob os argumentos da *aprendizagem negativa* e da recusa em lembrar acontecimentos dolorosos e nefastos. É neste âmbito que se pode observar com maior nitidez os efeitos indiretos de décadas de esforços, por parte da propaganda franquista, em socializar imagens de demonização da II República e de responsabilização dos republicanos pelo conflito.²⁸ Ainda que – excetuando-se o elemento geracional – as *memórias da superação do passado* constituam fundamentalmente relatos memoriais representativos de culturas políticas de direita, esta é também a versão oficial defendida pelo governo de Felipe González no cinquentenário da guerra civil, em 1986.

Em declaração divulgada pelo governo socialista a propósito da efeméride, defenderam-se todos os elementos da *memória da superação do passado: não-*

Trabajo, promulgado em 9 de Março de 1938, a primeira das *Leyes Fundamentales* do Estado franquista. Foi responsável também pela *Ley de Prensa e Imprenta*, que submetia à censura prévia todos os meios de comunicação nacionais. O declínio da Alemanha nazi alterou sua sorte política, tendo sido destituído em 1942.

²⁷ «El juicio histórico de Tarradellas», *La Vanguardia*, 18 de julho de 1986, p. 2; «Serrano Suñer: todo era pasión, pero la guerra pudo evitarse», *La Vanguardia*, 18 de julho de 1986, p. 3.

²⁸ Uma carta de leitor publicada no *Mundo Obrero* ilustra o alcance das *memórias da reconciliação* entre a geração que viveu a guerra civil. Um ex-militar republicano evocava a ideia de reconciliação para denunciar a manutenção da discriminação em relação a este grupo social. Primeiramente, enfatizava-se a trajetória destes militares: incorporaram-se à defesa do regime legal posto em perigo por uma sublevação que contava com um exército, não apenas superior em armas, mas também reforçado pela ajuda de ditaduras europeias; após a derrota, passaram por campos de concentração, prisões e muitos morreram fuzilados. Neste sentido, considerava-se que, uma vez alcançada a democracia, os militares republicanos teriam sido dos que mais sacrifícios fizeram a favor da reconciliação. E é justamente com base na ideia de *reconciliação* – num sentido que faz equivaler a luta de ambos os lados, esvaziada de valores próprios – que se reivindicava a consecução de políticas de memória em benefício destes militares, sem as quais tal reconciliação nunca seria efetiva: «El deseo de todos nosotros, el de los militares de la República, es que sólo existan militares ex combatientes, mutilados, viudas y huérfanos de la guerra. Que todos sean tratados por igual, lo mismo los de una zona que los de otra. Y si hay una medalla, insignia de combatientes, y sin exclusiones de ninguna clase, sea igual para todos los que luchamos sin distinguir el bando; así, por fin, sí habrá verdadera reconciliación». «Militares de la República y la reconciliación», *Mundo Obrero*, 27 de novembro de 1986, p. 59.

celebração; equiparação ético-política entre os dois lados; despropósito da discussão sobre este passado; conexão entre as ideias de superação da guerra civil e transição modélica. Assim, as ideias centrais da declaração sustentavam-se nas conceções de *superação e irrelevância* do passado para a gestão da realidade social presente, o que se ancorava no postulado do *Nunca más*.²⁹ A renúncia a estabelecer diferenciações ético-políticas entre os dois lados enfrentados evidenciava-se em dois parágrafos consecutivos nos quais se expressava que *um governo democrático* deve “honrar y enaltecer la memoria de todos los que, en todo tiempo, contribuyeron con su esfuerzo, y muchos de ellos con su vida, a la defensa de la libertad y de la democracia en España”. Contudo, a seguir acrescentava-se que *um governo equânime* “no puede renunciar a la historia de su pueblo” e “recuerda asimismo, con respeto a quienes, desde posiciones distintas a las de la España democrática, lucharon por una sociedad diferente a la que también muchos sacrificaron su propia existencia”. Com esta fórmula *democracia/equanimidade* ensombrecia-se a necessidade de distinguir e explicar as motivações de cada um dos lados contendentes.

Finalmente, concluía-se com o desejo de definitiva *reconciliação* entre os espanhóis no cinquentenário da guerra civil e de uma “integración irreversible y permanente en el proyecto esperanzado que se inició a raíz del establecimiento de la democracia en la monarquía encabezada por el Rey don Juan Carlos”.³⁰ Desta forma, um tal discurso pretendia unir a alegada *superação do passado de guerra civil* com a legitimidade democrática identificada na transição. Segundo a crítica de Vinyes, trata-se da expressão do vazio ético que sustenta o modelo espanhol de impunidade:

«El Gobierno, en su comunicado, no niega ni afirma. No niega ni lo que pasó ni las causas. Simplemente se equiparan actitudes y proyectos. El Gobierno del Estado decide que todo es igualmente loable y respetable, ejemplar; lo es la defensa de la democracia y lo es la defensa de la dictadura, ahora denominada “sociedad diferente”. La línea ética que separa democracia y franquismo, democracia y dictadura, es una frontera que a menudo el estado

²⁹ Uma referência mais ampla ao conteúdo desta declaração encontra-se no capítulo 3.

³⁰ «“Una guerra civil no es un acontecimiento conmemorable” – Declaración oficial del Gobierno socialista en funciones», *Deia*, 19 de julho de 1986, p. 7. O sentido de *aprendizagem e reconciliação* vinculados à noção de *superação* e afastamento do passado em relação ao presente evidenciava-se em artigo do historiador britânico, autor de uma das obras clássicas sobre a guerra civil, Hugh Thomas: «Reflexiones sobre el conflicto del 36», *La Vanguardia*, 2 de abril de 1989, p. 5.

democrático no ha respetado, generando un particular modelo español de impunidad, del cual la declaración de 1986 es tan sólo un episodio».³¹

Segundo Vinyes, em Espanha a reivindicação contra a *impunidade* não se refere a uma vontade jurídica punitiva e sim à equiparação ética entre rebeldes e leais à II República, servidores e opositores ao franquismo. Neste sentido, é possível afirmar que as *memórias da reconciliação* contribuíram para fomentar – ou, na melhor das hipóteses, negligenciar a sua evidência – esta noção de impunidade.

Como duas faces da mesma moeda, a recusa em discutir-se a guerra civil e a exaltação da transição enquanto pacto político representam um pilar dos discursos conservadores sobre a guerra civil. Este sentido evidenciou-se em declarações de Jordi Pujol³² a propósito do cinquentenário da guerra civil. Destacavam-se as ideias de *aprendizagem* da experiência de guerra civil e *inconveniência da discussão* sobre este passado: «A mí no me gustaría que la conmemoración de estos 50 años de la Guerra Civil pudiera ser utilizada de forma que volviera a abrir heridas. Hay que utilizar esta conmemoración para enfocar mejor el futuro, y tengo la convicción de que así será. El recuerdo de la guerra se ha de hacer en la base la concordia, del respeto, del olvido de todo lo que se puede olvidar. Creo que el país ha aprendido la lección de lo que representó la guerra y que hoy ya no vamos por el camino de que una situación como aquella se repita». A seguir, como contraposição à experiência negativa da guerra, ressaltava-se a exemplaridade da transição: «Más vale que no busquemos vencedores ni vencidos, pues nadie puede ponerse medallas de aquel conflicto, y, en cambio, todo el mundo puede ponérselas de lo que ha representado la transición política».³³ Num tal discurso sobre a guerra civil, a ênfase no distanciamento e irrelevância do passado para a realidade presente permite que se prescinda da necessidade de diferenciar entre os lados enfrentados na contenda.

No mesmo sentido, em editorial de *La Vanguardia* a respeito do cinquentenário da guerra civil, afirmava-se que, para as novas gerações, o conflito constituía um episódio da história, já “superado y poco interesante”, ao passo que para aqueles que o viveram era uma “página para el olvido, para la paz, la piedad y el perdón”. A ideia de

³¹ VINYES, 2009, op. cit., P. 37.

³² Jordi Pujol (n.1930): Oposicionista à ditadura, esteve preso por dois anos e meio nos anos 1960. Foi presidente da *Generalitat* da Catalunha, entre 1980 e 2003, à frente do partido nacionalista conservador *Convergència i Unió* (CiU).

³³ «Pujol: “El recuerdo de la guerra civil debe ser desde la concordia y el respeto”», *ABC*, 9 de abril de 1986, p. 26; «Pujol pide que se olvide “lo que se pueda” de la guerra civil», *La Vanguardia*, 9 de abril de 1986, p. 21.

aprendizagem sobre a experiência da guerra evidenciava-se na condenação dos extremismos e ódios, que se produziram na retaguarda de ambos os lados, para além das vinganças após o fim da contenda armada. A partir deste distanciamento em relação aos lados enfrentados e da caracterização da guerra como um “fracaso político”, a ideia de *reconciliação* manifestava-se no juízo acerca do fracasso da pretensão de edificar o futuro sobre uma das duas Espanhas. Assim, a transição era retratada como o ponto positivo que permitia a superação das mazelas da guerra: «Y, en una transición mucho más admirable que la guerra, españoles que habían estado con unos o con otros o que heredaban aspiraciones un día contrapuestas acertaron a colaborar con buenos modos y mejor sentido. El resultado, con la Constitución por medio, es una monarquía parlamentaria en la que un socialista puede ocupar por dos veces seguidas la presidencia del Gobierno y un despliegue de comunidades autónomas que muestran, sean cuales sean las dificultades, la voluntad de articular una unidad en la diversidad y establecer vías de paz para las aspiraciones históricas de los pueblos que han llegado a formar España». Por fim, considerava-se que apenas o “terrorismo” constituía um elemento do presente que recordava o panorama de 1936, e concluía-se que o melhor desta data era a sua não-celebração, nem pública, nem clandestinamente.³⁴

O sentido de equiparação entre os lados da guerra civil e de *superación do pasado* orientava também um editorial do *ABC* a propósito do discurso do escritor mexicano Octavio Paz na abertura do Congresso de Intelectuais, em Valencia, em 1987³⁵. Ainda que o extenso discurso de Paz não tenha priorizado uma tal visão sobre o passado – e sim uma ideia de *reconciliação* que não implicava a igualdade moral entre os dois lados, havendo destaque inclusive para memórias positivas do lado republicano –, ressaltava-se no editorial um trecho específico³⁶ para concluir que “la abyección y la cobardía acamparon en ambas retaguardias” e que o importante desta mensagem de Paz era incitar os espanhóis a tratar como passado aquilo que, com efeito, era passado.³⁷

³⁴ «El arte de evitar guerras», *La Vanguardia*, 18 de julho de 1986, p. 6.

³⁵ Deve-se sublinhar que a iniciativa deste evento se situava na proposta de *refazer* o Congresso de Intelectuais que se realizou em Valencia cinquenta anos antes e que reuniu personalidades que se autorepresentavam como antifascistas, no contexto da guerra civil. Octavio Paz foi um dos convidados que também participou no congresso de 1937.

³⁶ «La España de hoy no se reconoce en la que intentaron edificar Franco y sus partidarios: incluso puede decirse que es su negación... El Frente Popular, por su parte, no sólo perdió la guerra, sino que muchas de sus ideas, concepciones y proyectos tienen hoy poca vigencia histórica. Entonces, ¿nadie ganó? La respuesta es sorprendente: los verdaderos vencedores fueron otros. En 1937 dos instituciones parecían heridas de muerte... Las dos resucitaron y son hoy el fundamento de la vida política y social de los pueblos de España. Me refiero a la Democracia y a la Monarquía constitucional».

³⁷ «Un mensaje de paz», *ABC*, 17 de junho de 1987, p. 15.

Algumas interpretações, representativas de culturas políticas mais conservadoras, desenvolvem os argumentos da *equiparação* entre republicanos e sublevados e da *superação do passado* em teses *revisionistas*. De modo que se justifica o golpe militar de 1936, descrevendo-se os seus antecedentes históricos, especialmente o período republicano, sob o signo do caos e da violência, e em certos casos ainda se recupera positivamente o tardofranquismo. Assim, em artigo de Manuel Fraga³⁸, após ser formulada a ideia da necessidade de superar os conflitos do passado, o período republicano foi depreciado, em contraste com o juízo sobre o desenvolvimento que teria sido alcançado a partir das décadas de 1950 e 1960: «Los años treinta marcan uno de los puntos más bajos de la convivencia en el orden y del respeto a ley, de toda nuestra historia. Dos enfrentamientos civiles (1934 y 1936)³⁹, una constante anarquía, intentos serios de separatismo, quemas de iglesias, etcétera, marcan un periodo que había de saldarse con el más cruel de los conflictos civiles de la Europa occidental en este siglo. Ignorar las miserias, los errores y abusos de los años cuarenta sería igualmente ilusorio y falso. Pero es lo cierto que a partir de los años cincuenta, y sobre todo de la década de los sesenta, España realizó una sensacional transformación económica y social (llena de lagunas y desequilibrios, pero real) en la que mejoró el nivel de vida, cambió la estructura económica, se pasó a otro nivel de educación y comunicaciones, se emancipó a la mujer española y nuestra sociedad se acercó, por primera vez después de dos siglos, al nivel de las naciones europeas. España se convirtió en una nación de clases medias, y la sociedad actual es (afortunadamente) mucho más la continuación de los años sesenta y setenta que de los años veinte y treinta». Estabelecido este posicionamento negativo quanto à II República e positivo em relação ao franquismo, retomava-se a ideia da necessidade de *superação do passado* recorrendo-se à *memória da transição modélica*: «Aquí hubo un pacto expreso, reflejado en la Constitución de 1978, de superar el

³⁸ Manuel Fraga Iribarne (1922-2012): Político e diplomata. Foi professor catedrático de Direito desde 1948 na Universidade de Valencia e desde 1953 na Universidade Complutense de Madrid. Ocupou diversos cargos políticos durante o franquismo, como o de secretário geral do *Instituto de Cultura Hispánica* e secretário do Conselho Nacional de Educação. Foi ministro da Informação e Turismo entre 1962 e 1969, período durante o qual foi responsável pela campanha dos *25 anos de paz*, com o objetivo de melhorar a imagem internacional do franquismo, afastando o regime do ideário do nazi-fascismo e dos discursos mais extremistas sobre a *Vitória*. Em 1975, foi nomeado vice-presidente e ministro do Interior (na época denominado ministro da Governação) do governo Arias Navarro. Foi um dos fundadores da AP, em 1976, e um dos redatores da Constituição de 1978. Foi deputado por Madrid entre 1977 e 1987 e presidente da Junta da Galiza entre 1990 e 2005. Entre 2006 e 2011, ocupou o cargo de senador por designação do Parlamento da Galiza.

³⁹ Deve-se observar aqui a opção pela associação entre os acontecimentos de 1934 e de 1936 sob a mesma categoria de “enfrentamentos civis”. Ou seja, os movimentos grevistas revolucionários de 1934 e o golpe militar de 1936 são descritos como processos históricos equivalentes.

pasado y de trabajar todos por el futuro. (...) No debemos mirar a 1936 ni a 1975. Debemos mirar al año 2000. No es posible continuar con la pretensión de que media España se pueda decir a la otra media “nosotros no olvidamos ni perdonamos”».⁴⁰

Uma argumentação semelhante transparecia em editorial do *ABC* a propósito do cinquentenário do fim da guerra civil. Apesar da condenação do contexto da guerra, esta era entendida como uma culminação inexorável dos acontecimentos passados, e muito especialmente dos erros da República: «Nos abrumba el recuerdo de aquella España envuelta en el enfrentamiento fratricida. Nadie puede enorgullecerse, ni nosotros lo hacemos, de aquellos años. Pero nos parece nocivo el juego mixtificador con que ahora trata de deformarse la historia. La guerra de 1936 no puede reducirse a simplificaciones. (...) Carece de sentido magnificar o empequeñecer los errores cometidos durante los cinco años por los dirigentes republicanos. El imposible acuerdo entre Azaña y Gil Robles, la artificialidad de los Estatutos vasco y catalán, el alzamiento armado de 1934 y el asesinato de uno de los líderes de la oposición, José Calvo Sotelo, marcaron, como en las tragedias clásicas, el camino hacia un desenlace inexorable». Convém notar, a exemplo da argumentação desenvolvida por Fraga, a opção por designar a Revolução grevista de 1934 como *alzamiento*, ou seja, a mesma denominação utilizada para descrever o golpe militar de 1936 – o que sugere a intenção de equiparar, em termos éticos-políticos, ambos os processos históricos e, especialmente, a tentativa de justificar o segundo.

No que diz respeito ao franquismo, a linha editorial procurava demarcar-se dos primeiros anos do período ditatorial ao afirmar que o *ABC* teria defendido a pacífica evolução do regime para uma democracia europeia, tendo-se mostrado contrário ao projeto totalitário que começou a implantar-se desde 1936, inspirado nos sistemas do Eixo. Pode-se dizer que, a exemplo dos relatos memoriais de personalidades que desde os primeiros tempos participaram ou se integraram no regime franquista, um tal discurso constitui uma construção *a posteriori* que contradiz a orientação editorial deste jornal nos anos 1940. Assim, após destacar-se o contraste entre a Espanha de 1940 e a de 1980 – a respeito da população agrária e da abrangência da classe média –, saltava-se imediatamente para o período da transição e para a valorização da realidade do momento, por contraposição ao contexto dos anos 1930. Desta forma, salientavam-se as ideias de *reconciliação* e de *superación do pasado*, apesar da explícita reiteração do

⁴⁰ «Cincuenta años después», *ABC*, 18 de julho de 1986, p. 19.

acerto da posição dos nacionalistas – e do posicionamento do jornal nesse sentido: «La reconciliación entre los dos grandes sectores enfrentados en la guerra civil es hoy una realidad, cuando el Partido Socialista gobierna desde hace seis años bajo el poder arbitral de la Corona. (...) La España europea de hoy sería inimaginable para los vencedores y los derrotados de 1939. Rendimos desde aquí nuestro homenaje de respeto a quienes defendieron lealmente al régimen republicano, hasta el fracaso final. Pero pensamos que no fue erróneo el apoyo que otros españoles dimos, en momentos aciagos, a la Corona, cuando levantó desde el destierro su bandera por una España integrada y libre, decidida a enterrar el espíritu excluyente que condujo a la guerra civil. En una situación como la de 1936-39 ABC estaría donde estuvo, con los Ejércitos Nacionales. Pero por fortuna el horizonte de España se encuentra despejado. Y la Monarquía de la concordia, la Monarquía de todos mantiene la nación abierta a la esperanza. La guerra civil, con su tragedia, sus heroísmos y su sangre tantas veces generosa, pertenece ya a la Historia y en ella debe quedar. Hurgar en esa herida tremenda a nadie beneficiaría».⁴¹

Deve-se reconhecer que o discurso *revisionista* sobre o franquismo se baseia na lógica da *teoria do totalitarismo*, ou seja, evidencia-se a intenção de distanciamento crítico em relação ao período inicial do regime – caracterizado pela forte violência repressiva no contexto do pós-guerra civil e por uma mais marcada afinidade ao ideário do nazi-fascismo –, ao passo que se defende uma visão benévola e reabilitadora da ditadura a partir dos anos 1960, recorrendo-se especialmente aos argumentos desenvolvimentistas. É curioso, neste sentido, comparar-se o *revisionismo histórico* sobre o franquismo e sobre o salazarismo. Em Portugal, os discursos *revisionistas* sobre o Estado Novo – representativos de culturas políticas de direita – partem do princípio da negação do carácter fascista do regime, o que permite que a recuperação positiva da ditadura se situe justamente em seus anos iniciais – sob os argumentos do êxito da estabilização política e económica e da política externa que teria preservado o país dos conflitos dos anos 1930 e 1940: a guerra civil espanhola e a II Guerra Mundial –; em sentido inverso ao caso espanhol, a perspectiva desenvolvimentista aplicada às últimas décadas do regime significa o foco da crítica ao Estado Novo, censurado apenas por ter atrasado o desenvolvimento.

⁴¹ «Nunca más la guerra civil», *ABC*, 1 de abril de 1989, p. 15. Os sentidos de *superação do passado* e justificação do *alzamiento* apareceram também em outros dois editoriais do *ABC* de 1986, a propósito dos cinquentenários do assassinato Calvo Sotelo e do início da guerra civil: «La guerra civil ya es historia», *ABC*, 13 de julho de 1986, p. 15; «Nunca más», *ABC*, 18 de julho de 1986, p. 3.

Pode-se dizer que as versões *revisionistas* das *memórias da superação do passado* defendem rigorosamente a mesma perspetiva que as *memórias dos vencedores*, ou seja, os relatos sobre que a guerra civil que justificam o *alzamiento* sem, no entanto, mencionar as ideias de *reconciliação* e de *superação do passado*. Esta tendência é rara nos periódicos analisados e no período estudado; aparece apenas em artigos de opinião, justamente nas páginas do jornal que pode ser considerado como o principal difusor das teses *revisionistas*, o *ABC*. Em artigo de Pedro Sainz Rodríguez⁴², a respeito do cinquentenário do assassinato de Calvo Sotelo, foi reproduzido um trecho, escrito pelo próprio autor do artigo e pronunciado no Parlamento três dias antes do golpe de 18 de Julho, em que defendia a existência de um estado de anarquia e violência desde a vitória eleitoral da Frente Popular, em fevereiro. Neste caso, o objetivo do artigo restringia-se à demonstração da justeza do *alzamiento*.⁴³

Já em artigo de Baltasar Porcel⁴⁴ se destacava a ideia da guerra civil como resultado da crispação social e de uma anterior ofensiva da esquerda: «Si militares y derecha se sublevaron en el 36, la izquierda ya había incendiado iglesias en el 31, se habían levantado socialistas y catalanistas en el 34 contra el Gobierno porque era de derechas, y en el 36, al ganar la izquierda las elecciones, comenzó un raid de represalias. Quiero decir que el país se hallaba establecido sobre un suelo caótico, móvil, radicalizado». Tal como nos editoriais do *ABC*, o articulista caracterizava a guerra civil como “la crispación suprema y última de un proceso claramente de 150 años, acaso de 300”. Ainda que se reconhecesse que, nas décadas seguintes, a guerra civil ter-se-ia prolongado através de uma “violencia moral ilimitada” – sem se especificar, porém, que não mais se tratava de uma *guerra civil*, e sim da violência institucional exercida pelos vencedores do confronto –, defendia-se que o regime vitorioso foi esgotando-se pouco a pouco e que teria *arrastado* consigo as *forças extremistas* de sinal oposto – comunismo, anarquismo, separatismo –, que “[p]arecía que sucederían al franquismo, pero apenas nadie quería nada del pasado ni de enfrentamientos”. Assim, recorrendo-se a hipóteses contrafactuais, sugeria-se ainda uma relativização do carácter do regime franquista: «¿Hubiera sucedido así en 1940, de

⁴² Pedro Sainz Rodríguez (1897-1986): Escritor, foi membro da *Real Academia de la Lengua* e da *Real Academia de la Historia*. Junto com José Calvo Sotelo, participou no projeto de criação do Bloque Nacional, cujo objetivo era unir distintas fações de direita. Colaborou ativamente no levantamento militar de 1936. Foi ministro da Educação no primeiro governo franquista (1938-1939), tendo dirigido o processo de depuração do sistema educacional republicano. Foi conselheiro político de Juan de Borbón.

⁴³ «Preludio para una guerra», *ABC*, 13 de julho de 1986, p. 3.

⁴⁴ Baltasar Porcel (1939-2009): Jornalista, escritor e crítico literário.

abrirse entonces el régimen vencedor de la guerra? Lo probable es que se hubiera reproducido la situación anterior a la contienda, la de crispación, hipótesis que induce a algunos a considerar beneficioso, al menos parcialmente, a Francisco Franco».⁴⁵ Neste caso, para além da justificação do golpe de 1936, sugeria-se igualmente a legitimação do regime franquista, através de uma argumentação sustentada na retórica da demonização daquilo que se descrevia como o ambiente social republicano que teria engendrado o enfrentamento civil.

Em artigo de Federico Jiménez Losantos⁴⁶ defendia-se a legitimidade do *alzamiento* recorrendo-se a argumentos *revisionistas* contrafactuais e a juízos anticomunistas, de modo que a denúncia do franquismo assentava unicamente na longa manutenção da ditadura: «La continuación del espíritu de guerra civil más allá de los años cuarenta es lo que me parece moralmente inaceptable y profundamente antipatriótico. Es comprensible y hasta justificable la rebelión no sólo militar, sino civil del 18 de julio. Se puede pensar que si el bando republicano hubiera ganado la guerra, aquí se hubiera instalado una dictadura de corte soviético todavía peor. Hasta puede uno resignarse a que la represión después de la guerra la hubiera hecho cualquiera de los dos bandos. Pero en los años cincuenta, sesenta y setenta no era lícito mantener, desde arriba, esa división entre españoles. Por eso soy antifranquista». Além disso, como crítica política ao governo socialista, realizava-se um paralelismo entre ditadura e democracia: «Lo que me hace, además, antifranquista es lo mucho que en la democracia sobrevive de autoritarismo y servilismo, de cobardía intelectual y política, lo mucho que de lo malo de entonces hay en lo malo de ahora. Para ser antifelipista hoy, haber sido antifranquista supone el mejor entrenamiento».⁴⁷ Pode-se dizer que neste caso o argumento da crítica ao franquismo que estrutura o artigo permite encobrir, ou respaldar, a explícita defesa do golpe militar de 1936. Além disso, evidencia-se, uma vez mais, o paradigma do *totalitarismo*: as especulações contrafactuais a respeito de uma hipotética vitória dos republicanos, e ancoradas em preconceitos anticomunistas, significavam a correspondente legitimação da ditadura franquista.

⁴⁵ «España enfrentada», *La Vanguardia*, 1 de abril de 1989, p. 8.

⁴⁶ Federico Jiménez Losantos (n.1951): Jornalista e escritor. Durante o franquismo foi militante de organizações de extrema-esquerda. Desde 2009 é apresentador de um programa radiofónico e colunista do *El Mundo*. É coproprietário, editor e colaborador do diário digital *Libertad Digital* e diretor e colaborador da revista *La Ilustración Liberal*. Foi colaborador de *El País*, *Diario 16* e *ABC*. É um dos autores identificados como porta-vozes do *revisionismo histórico* no espaço público espanhol.

⁴⁷ «Por qué soy antifranquista», *ABC*, 5 de dezembro de 1992, p. 20.

Finalmente, as versões mais moderadas das *memórias da superação do passado* limitam-se a enfatizar o argumento da irrelevância da discussão ou da ausência de interesse sobre o passado de guerra civil, ou expressam posicionamentos que evitam estabelecer juízos ético-políticos sobre o conflito, aspirando a um suposto ponto de vista neutral. Em artigo de Juan Cueto⁴⁸, considerava-se que, meio século depois, a tragédia nacional repetia-se em batalha de papel: um confronto de especialistas acompanhado pelo generalizado desinteresse da massa leitora. Um tal juízo, com um tom levemente irónico, era avaliado sob um viés positivo e implicava a consideração de que, para além de não suscitar interesse, o passado de guerra civil não mais constituía uma fonte de conflitos na sociedade espanhola: «Mi sospecha es que la guerra civil interesa exclusivamente al gremio de los escritores de la historia. El famoso fratricidio español ya sólo divide a los especialistas, únicamente enfrenta a investigadores, es semilla de odio para eruditos, discordia de metodologías y lucha cainita entre colegas de tarima. Y eso es una buena noticia y un excelente final. La tragedia convertida medio siglo después en docenas de fascículos de enorme rigor documental que nadie lee y que además proporciona trabajo a miles de historiadores, tesinandos, azafatas de congresos, conferenciantes, moderadores de coloquios y personal de artes gráficas. La mejor manera de zanjar el pasado es encuadernarlo en plástico de imitación piel».⁴⁹

No mesmo sentido, em artigo de Luís Blanco Vila⁵⁰, ao mencionar-se um livro de ficção chamado *Los rojos ganaron la guerra*, salientava-se o distanciamento da realidade presente em relação a este passado, assim como a falta de necessidade de debatê-lo: «Me alegro de que tales conmemoraciones se pierdan en la noche de la historia y que sólo los historiadores hagan memoria documental de las mismas. Hay cosas que están mejor donde están, en los archivos, en los libros, mientras los corazones supervivientes de aquellos hechos, viven en el día de hoy, que es distinto, afortunadamente, aunque no exento de preocupaciones».⁵¹

Em algumas opiniões prevalece, mais do que a ideia de *superação do passado*, a ambiguidade de uma argumentação que evita estabelecer um posicionamento explícito sobre o problema da evocação deste passado. Em artigo de José Cuenca Toribio⁵²

⁴⁸ Juan Cueto (n.1942): Escritor e articulista de *El País*.

⁴⁹ «Julio, 18», *El País*, 18 de julho de 1986.

⁵⁰ Luís Blanco Vila (n.1936): Jornalista e escritor galego.

⁵¹ «El primero de abril, pasado y presente», *Deia*, 1 de abril de 1989, p. 27. Em sentido semelhante posicionava-se o jornalista Juan Tapia: «Una fecha muy lejana», *La Vanguardia*, 2 de abril de 1989, p. 5.

⁵² José M. Cuenca Toribio (n.1939): Historiador. Professor catedrático da Universidade de Córdoba desde 1975. Colaborador da imprensa nacional e regional da Andalúcia.

criticavam-se “los propósitos de olvido letal expresados por algunos sectores sociales y ciertas esferas ideológicas”, aos quais “se responde con una militancia revanchista, presta a servirse de la rememoración del episodio para fines no cotizables en el mercado de la buena voluntad ni en el de un porvenir fecundo para las nuevas generaciones”. A primeira destas posições era criticada recorrendo-se à ideia da *reconciliação* que teria sido selada durante a transição: «Ni siquiera la invocación a que la reconsideración sobre el duelo fratricida de 1936 despierte los rencores y antagonismos feliz y asombrosamente superados en esta obra maestra de la política mundial contemporánea que ha sido la transición española, puede justificar el recelo frente a la exhumación del recuerdo de la Guerra Civil. Si la convivencia lograda en base a la reconciliación nacional conseguida hace menos de un decenio en nuestro país no es lo suficientemente sólida para resistir en enfrentamiento con el verdadero punto de partida de la España de la segunda mitad del siglo XX, cabría albergar un profundo pesimismo sobre el fecundo compromiso realizado por la sociedad hispana en la etapa de la transición». Por outro lado, no entanto, argumentava-se que a *instrumentalização da história* era sempre reprovável e que, apesar das muitas injustiças e hostilidades que padeceram os vencidos, os sobreviventes não teriam “el derecho de transmutar su biografía personal en la Historia”.⁵³ Nestes termos inaugurava-se um impasse, pois a crítica das intenções de silenciar o passado de guerra civil acabavam anuladas pelo juízo que atestava o despropósito de expressar as *memórias dos vencidos*.⁵⁴

Enfim, pode-se dizer que o denominador comum das *memórias da superação do passado* é a ideia da irrelevância da discussão sobre a guerra civil – complementada pelo elogio da transição como o *recomeço* da História, retórica presente em numerosos discursos públicos. Tal argumento-base pode apresentar-se isoladamente ou em conjunto com os propósitos de equiparação ético-política entre os lados enfrentados e/ou conexão compensadora com as *memórias da transição modélica*, para além de

⁵³ «La Guerra Civil a examen», *La Vanguardia*, 18 de julho de 1986, p. 8.

⁵⁴ É também uma argumentação ambígua que transparecia num editorial do *ABC* por ocasião do cinquentenário da morte de José Antonio Primo de Rivera. Apesar de assegurar-se uma intenção de objetividade e distanciamento ideológico daquele passado, pode-se constatar que a série de artigos publicados neste exemplar do *ABC*, para além de exaltar a personalidade, obra e legado de José Antonio Primo de Rivera, legitimavam a ideologia da Falange Espanhola. «José Antonio Primo de Rivera», *ABC*, 20 de novembro de 1986, p. 19. O sentido de suposta objetividade e distanciamento de ambos os lados que se enfrentaram na guerra civil também se constata em artigo de Baltasar Porcel, no qual se recorria às imagens de caos e violência insana como forma de consagrar a equiparação: *La Guerra Civil*, *La Vanguardia*, 20 de julho de 1986, p. 6.

encobrir também as teses *revisionistas* que justificam o *alzamiento*, depreciam a II República e em alguns casos reabilitam o tardofranquismo.

4-1.1.2. Sexagésimo aniversário da guerra civil: o despontar da *memória dos vencidos* e o acirramento das opiniões em torno do argumento da *superação do passado*

No sexagésimo aniversário da guerra civil – já no contexto dos primeiros meses do governo do PP liderado por José María Aznar – manteve-se o cenário que caracterizou o período 1986-1996 no que diz respeito à memória pública do passado recente. Ou seja, continuaram dominantes no espaço público *as memórias da superação do passado* e marginais as *memórias dos vencidos* – representadas especialmente na imprensa política comunista e na regional dos nacionalismos periféricos de esquerda. Assim, os editoriais de *La Vanguardia* e do *ABC* seguiram as mesmas tendências interpretativas já manifestadas em anos anteriores.

La Vanguardia optou por salientar o distanciamento em relação à Europa dos anos 1930, quando o fascismo e o comunismo teriam exercido uma poderosa influência na sociedade espanhola. Neste sentido, criticava-se a atuação radicalizada das forças políticas da época, das esquerdas e das direitas – com ênfase, contudo, na condenação das primeiras –, contrapondo-se a este juízo negativo sobre o passado a estabilidade democrática de finais do século XX: «La radicalización de los socialistas, donde los largocabelleristas se impusieron a los prietistas, la servil obediencia a Moscú de los comunistas y la incapacidad de José María Gil Robles para aglutinar en torno a su figura una derecha respetuosa con un régimen de libertades, contribuyeron entre otras razones, a encender la mecha del conflicto entre hermanos. Tampoco puede decirse que las fuerzas nacionalistas, incluidas las catalanas, con especial mención al presidente Campanys y a los hechos de octubre del 34, ayudaran mínimamente a estabilizar la situación, por no hablar del azote anarquista, tan romántico en su ideología como irresponsable en su actuación. Sesenta años después y sin caer en la tentación de la autocomplacencia, España es un país moderno, firmemente anclado en una Europa democrática y donde el debate político, sin excluir momentos de crispación, no busca el aniquilamiento moral del adversario, ya no digamos el físico».⁵⁵

Este mesmo sentido, em que a ideia de *superação do passado* deriva da reprovação de todas as forças políticas que se enfrentaram na guerra por contraposição

⁵⁵ «Sesenta años después», *La Vanguardia*, 18 de julho de 1996, p. 20.

ao parâmetro da realidade presente, transparecia também em artigo de Baltasar Porcel. Neste caso, contudo, a crítica estendia-se para além da II República e da guerra civil, abrangendo também o franquismo: «No mitifiquemos guerra ninguna: es el futuro que hay que ganar. Los vencedores de la Guerra Civil, con sus uniformes, sus discursos, sus ideas, sus imposiciones, constituyen uno de los espectáculos más siniestros que darse puedan. Como lo es la sordidez en que fue degenerando el sector republicano. (...) [L]a República duró cinco años, con varios golpes dados por la izquierda o por la derecha. Mitificarla puede estar bien como utopía o pudo estarlo como estrategia antifranquista, pero no aguanta una valoración objetiva. (...) Y el franquismo fue aún más la negación del otro. Se puede discutir mucho sobre el dictador, pero cuando uno se acerca a su cuerpo ideológico, reiterado en libros, discursos, testimonios, se queda pasmado de su raquitismo, prejuicios, vesania».⁵⁶

Perspetiva semelhante foi defendida pelo historiador Stanley Payne⁵⁷, que afirmou em entrevista ao *ABC*: «Para mí fue una guerra de malos contra malos, porque no creo que la alternativa propuesta en cualquiera de los dos bandos fuera muy positiva. Se dio un régimen autoritario y revolucionario en la zona republicana, nada atractivo, y otro menos atractivo aún con Franco, sobre todo el de los primeros años, tan semifascista, tan autoritario, tan enormemente represivo. Por tanto, sólo hubo malos contra malos; los buenos se fueron».⁵⁸ Pode-se dizer que tais opções hermenêuticas – através da crítica simultânea entre republicanos e sublevados, forças políticas de esquerda e de direita, II República e ditadura franquista – primam por evitar posicionamentos ético-políticos acerca do passado, sugerindo o suposto distanciamento da realidade presente em relação àqueles valores e condutas políticas.

Já a orientação editorial do *ABC*, evocando o argumento da *necessidade de superação do passado*, enfatizava a responsabilidade da esquerda republicana pela guerra civil. Primeiramente, delineava-se a imagem de demonização do contexto político-social da época, com a “ecuación de impotencias” e a “descomunal acumulación de fracasos colectivos”, evocando-se “un amplio y casi pacífico consenso

⁵⁶ «Sesenta y veinte años», *La Vanguardia*, 18 de julho de 1996, p. 21.

⁵⁷ Stanley Payne (n.1934): Historiador hispanista norte-americano. Autor de uma das obras clássicas sobre a história contemporânea espanhola do século XX (*Falange. Historia del fascismo español*. Paris, Ruedo Ibérico, 1965) e de numerosos trabalhos sobre a II República, a guerra civil e o franquismo, tais como: *El régimen de Franco, 1936-1975*. Madrid, Alianza Editorial, 1987; *La primera democracia española: la Segunda República, 1931-1936*. Barcelona, Paidós Ibérica, 1995; *El colapso de la República. Los orígenes de la Guerra Civil (1933-1936)*. Madrid, La Esfera de los Libros, 2005. Colabora com frequência na imprensa espanhola, especialmente nos jornais *ABC* e *El Mundo*.

⁵⁸ «Payne: “La Guerra Civil fue una contienda de malos contra malos”», *ABC*, 16 de julho de 1996, p. 53.

entre los historiadores” sobre a interpretação da guerra como “la inexorable consecuencia del fracaso de un golpe de Estado y de la incapacidad del Gobierno de entonces para sofocarlo”. A seguir, após a caracterização dos erros dos representantes republicanos, apelava-se à não-discussão deste passado: «El ensayo democrático de la República fracasó por su desmesurada ambición reformadora; por su sectarismo; por su anticatolicismo cerril; por la incapacidad de la izquierda burguesa para hacer frente al asalto de las fuerzas que no querían la República sino revolución. Dejemos la Guerra Civil en manos de los historiadores. No recuperemos ni el lenguaje ni los tics del tiempo: ni “fascistas”, ni “facciosos”, ni “rojos”, ni “hermanos proletarios”. Deploremos tanta sangre derramada, tanta devastación, tanto exilio, tanto forzado silencio, tanto rencor acumulado en la estela de aquellas jornadas». Finalmente, identificava-se a Monarquia como “la clave de la concordia y la reconciliación”; neste caso, imprimia-se à transição um sentido de continuação positiva e democrática do franquismo, ao referir-se que o Rei “[s]e declaró continuador de cuanto bueno pudiera haberse acumulado en cuarenta años de esfuerzo de los españoles, bajo el régimen autoritario, y fundó y asentó el orden de las libertades”.⁵⁹

É importante reconhecer as nuances entre as interpretações que, ao alegar a irrelevância do passado de guerra civil para a realidade presente ou a prioridade de centrar-se no futuro, optam pela demonização conjunta das diversas tendências políticas que se enfrentaram nos anos 1930; e as opiniões que, a partir de um ponto de partida semelhante, com base nas ideias da *incapacidade de convivência* dos espanhóis ou da *loucura coletiva*, sublinham a responsabilidade da esquerda republicana na eclosão da guerra civil. Neste último caso, para além de se insistir no argumento do carácter prescindível da discussão sobre o passado, subscrevem-se as teses do *revisionismo histórico* espanhol.

Em artigo de Julián Marías⁶⁰ caracterizava-se a guerra civil como uma “explosión de demencia”, a culminação de uma discórdia que teria começado a engendrar-se em 1933/34, gerando uma “negación a convivir”: «En todas las sociedades hay un “fleco demencial” que incita a la discordia, pero normalmente se lo margina y

⁵⁹ «Nunca más la guerra civil», *ABC*, 18 de julho de 1996, p. 17.

⁶⁰ Julián Marías (1914-2005): Filósofo, escritor. Alistou-se nas fileiras republicanas; após o fim da guerra civil esteve alguns meses preso por conta de uma denúncia. Na década de 1940, enfrentou obstáculos políticos no âmbito profissional: apresentou uma tese de doutoramento em 1942, mas não obteve o título até 1951, e não pôde aceder à docência universitária. Posteriormente, optou por não se integrar à Universidade, já que se negava a jurar os *Principios Fundamentales del Movimiento* – o que era exigido a todos os funcionários públicos. Desde 1964 foi membro da *Real Academia de la Lengua*. Foi senador por designação real entre 1977 e 1979.

deja inoperante. La anormalidad consiste en que el cuerpo social no resista a la tracción de esos dos extremos y se deje desgarrar. Es lo que ocurrió hace sesenta años». Desta forma, defendia-se a equiparação ético-política dos dois lados enfrentados, com base na ideia de “los justamente vencidos/los injustamente vencedores”: «Hubo, por ambas partes, heroísmo, sacrificio, abnegación, desinterés, resistencia a la adversidad. Fue un despliegue impresionante de vitalidad, (...) España organizó dos ejércitos pujantes, no uno solo, que se emplearon, con admirable esfuerzo, en la destrucción de España, en nombre de ella, movidos por dos “patriotismos” subjetivamente verdaderos, comprensibles dentro de la demencia imperante». Além disso, a equiparação estendia-se para a análise das décadas posteriores, com a divisão da responsabilidade pela “perduración anormal de la guerra” entre o regime dos vencedores e a vontade dos vencidos em extrair consequências do conflito, de modo que ambos os lados o teriam mantido vivo. Finalmente, entendia-se o estabelecimento da Monarquia como tendo sido “la única posibilidad de superar la guerra civil” e definia-se os anos da transição – quando ninguém reivindicava a herança da guerra civil nem se apresentava como continuador de um de seus lados – como o começo da *reconciliación* e o estabelecimento da democracia.⁶¹

Esta argumentação assumia contornos mais claramente *revisionistas* em artigo de Emilio Attard⁶², no qual se situava o começo da luta que teria significado “una locura infernal entre españoles” no advento da II República, em 1931, regime que era condenado e caracterizado como sectário. Em conclusão, considerava-se que a história ter-se-ia reiniciado com a Constituição de 1978.⁶³ Como é habitual nas interpretações mais conservadoras das culturas políticas de direita, a ponte que se estabelece entre a memória da guerra civil e a memória da transição – em que esta última significa uma compensação positiva para o amplo desastre que se entende ter sido a história dos anos 1930 – implica o silêncio sobre todo o período franquista.

Muito embora as *memórias da superação do passado* continuem dominantes no espaço público espanhol em 1996, observa-se uma *quebra de hegemonia*, com o considerável aumento da *memória dos vencidos*. Com efeito, tal *quebra de hegemonia* das *memórias da reconciliação* remonta aos anos anteriores, quando se verificou um

⁶¹ «Sesenta años», *ABC*, 18 de julho de 1996, p. 3.

⁶² Emilio Attard (1915-1997): Advogado. Na juventude militou na *Derecha Regional Valenciana*. Lutou no exército republicano na guerra civil. Em 1975, fundou o Partido Popular Regional Valenciano, que se integrou na UCD em 1977. Em 1977 e em 1979 foi eleito deputado por Valencia. Entre 1981 e 1982 foi conselheiro do presidente do Governo, Leopoldo Calvo-Sotelo.

⁶³ «A los 60 años del 18 de julio», *ABC*, 18 de julho de 1996, p. 26.

incremento das opiniões críticas da transição e cujo principal objetivo – mais do que realizar uma reavaliação histórica da transição – era censurar a ausência de uma reprovação ético-política do regime franquista por parte dos governos democráticos. Pode-se considerar, contudo, que no sexagésimo aniversário da guerra civil o questionamento das *memórias da reconciliação* ultrapassava o âmbito do franquismo – ou seja, a questão da ausência de políticas de memória no sentido de estabelecer uma condenação ético-política da ditadura – e passava a abranger a própria guerra civil, com o início de um processo de maior visibilidade pública das *memórias de los vencidos*, até então *memorias subterráneas*. É revelador desta *quebra de hegemonia* não apenas a ampliação dos atos públicos e reivindicações de políticas de memória em reconhecimento dos republicanos, mas especialmente o surgimento de opiniões que, para além de reiterar a ideia de *superación do pasado*, insistiam nas visões *revisionistas* que criminalizavam os republicanos e rejeitavam as iniciativas de reconhecimento público dos vencidos. Por outras palavras, as homenagens às vítimas da repressão franquista sempre existiram, principalmente no âmbito local⁶⁴; querelas políticas em torno de políticas de memória, em especial acerca de nomes de ruas, tornaram-se cada vez mais frequentes nos anos 1990; contudo, em 1996, tais iniciativas alcançaram tal amplitude no espaço público espanhol que começaram a inquietar as culturas políticas de direita.

Por exemplo, em artigo de José María García Escudero⁶⁵ – em que se considerava que apenas com “la ejemplar transición a la democracia” a guerra civil teria acabado, no dia em que se votou “la llamada Constitución de las dos Españas” – lamentava-se o teor de muitas das interpretações sobre a guerra civil, as quais prescindiam das explicações que fundamentam as *memórias da reconciliação* e optavam por estabelecer posições ético-políticas sobre o conflito: «Por lo menos, agresividad es la que he encontrado en no pocas evocaciones de la guerra, que no es

⁶⁴ Francisco Espinosa menciona que entre 1977 e 1981 se abriram as primeiras fossas comuns do lado republicano, celebraram-se numerosos atos em memória das vítimas e colocaram-se lápides nos cemitérios. Destaca, porém, a escassa repercussão destas iniciativas: «de acuerdo con la postura oficial y fieles al lema de que el pasado no existía (o no debía existir), los medios de comunicación apenas se hicieron eco de ello». ESPINOSA, Francisco. *Contra el olvido. Historia y memoria de la guerra civil*. Barcelona, Crítica, 2006, p. 176.

⁶⁵ José María García Escudero (1916-2002): Jornalista, escritor e jurista. No início da guerra civil foi comissário político de uma brigada anarquista, mas posteriormente se uniu aos sublevados e desempenhou o cargo de *alférez provisional* – voluntários que se alistavam no exército e que, em virtude das numerosas baixas e da necessidade de suprir a oficialidade, obtinham diretamente o emprego de *alférez* por ter uma formação média ou superior. Foi diretor geral de Cinematografia e Teatro entre 1951-1952 e 1962-1968. Após a tentativa de golpe de Estado de 23 de Fevereiro de 1981, foi nomeado juiz especial para a instrução do caso.

vista como el *patético fracaso* de un *pueblo que no supo convivir* o de unos idealismos que en el fondo eran intolerantes exclusivismos, y ni siquiera como la *colosal vergüenza colectiva* de la que todos debemos avergonzarnos, sino que se pretende “explicar” aplicándole la simplista dicotomía de los “buenos” y los “malos” (y da igual de qué lado nos coloquemos)». ⁶⁶

Uma mais explícita crítica da visibilidade pública da *memória dos vencidos* evidenciava-se em artigo de Alfonso Ussía⁶⁷, em que se identifica no sexagésimo aniversário da guerra civil “un aburrimiento de recordatorio” e afirmava-se que “la obsesión de la Guerra Civil está más arraigada y enferma en los que la perdieron que en los que la ganaron”. Uma tal avaliação era exemplificada com o caso de filmes centrados na perspectiva do lado republicano; em rejeição desta opção de aproximação ao passado, defendiam-se as teses da *loucura coletiva*, da *vitimização* de todos os envolvidos e da *superación do passado*: «Lo que está claro es que la manipulación del perdedor cuenta todavía con una cierta clientela. Los vencedores, excepto algunos nostálgicos energúmenos, ya no se acuerdan de nada, saben que hicieron una guerra, que sobrevivieron, que la ganaron y ya está. Cuando un pueblo se vuelve loco no hay medidas para calibrar la locura de unos y de otros, y la mejor terapia es dejarse de sandeces y mirar hacia el futuro, que es lo inteligente y lo sensato. (...) A los jóvenes hoy (...) la Guerra Civil les suena a música pasada. La Guerra Civil española, para los que se quieran enterar, está en la Historia, en sus documentos y en la fría imparcialidad de los archivos (...). Como en toda tragedia auténtica, no hay buenos ni malos, aunque sí víctimas inocentes de la locura común. El dinero de los españoles hay que invertirlo en el futuro, no en resentimientos filmados ni en mentiras perversas». ⁶⁸

O argumento da indiferenciação entre as vítimas foi defendido também por Federico Jiménez Losantos. A propósito da crítica de um artigo do historiador Julio Aróstegui em que se diferenciava a forma de violência implementada pelos republicanos e pelos sublevados, destacava-se que “lo más noble de la transición” teria sido o reconhecimento de que “todas las víctimas eran iguales” – o que teria significado “la superación de la Guerra Civil”. Desta forma, rejeitavam-se as opiniões que não consagravam semelhante ponto de vista das *memórias da reconciliação*, atribuindo-as

⁶⁶ «La guerra de los antepasados», *ABC*, 18 de julho de 1996, suplemento *Nunca más la guerra civil*, p. 77. Itálico de nossa autoria.

⁶⁷ Alfonso Ussía (n.1948): Jornalista, escritor. Além do trabalho na imprensa escrita, participa em programas televisivos.

⁶⁸ «Doble tragedia», *ABC*, 17 de julho de 1996, p. 18.

às condutas de esquerda que ainda prentenderiam “ganar la guerra sesenta años después”: «Lo malo de la Guerra Civil es que hay muchos que todavía se empeñan en ganarla. Veinte años después de muerto Franco, sesenta años después del 18 de julio, produce espanto asomarse a los recordatorios en forma de fascículos que acompañan la desmemoria nacional. Es tan descarado el sesgo, es tan frecuente la reescritura de los hechos, es tan aparatosa la balumba académica en que se camufla la mentira, que uno cae en la tentación de alegrarse por la indiferencia de los jóvenes ante el hecho más grave y feroz de nuestro siglo. (...) Una parte de este fenómeno se debe al dominio aplastante de la izquierda en los ámbitos docentes y periódísticos. Otra parte, al estalinismo irrevocable, al totalitarismo irredento».⁶⁹

Em janeiro de 1996, ainda durante o governo socialista de González, o Congresso dos Deputados aprovou a concessão da nacionalidade espanhola aos brigadistas internacionais⁷⁰. Assim, em novembro, no sexagésimo aniversário da formação das Brigadas Internacionais, realizaram-se a visita e a homenagem no Parlamento a mais de 300 ex-brigadistas. Os representantes do PP primaram pela ausência nos atos de homenagem; os veteranos brigadistas não foram recebidos pelo presidente do Governo, José María Aznar, nem pelo presidente ou o vice-presidente do Congresso dos Deputados, que alegaram outros compromissos. Em reação às críticas recebidas, o presidente do Congresso, Federico Trillo, reiterou a ideia de *superación do pasado*, ao declarar que “más vale que no comparemos cosas y que no resucitemos hechos siempre tristes de la vida española”; “hay quienes pensamos que del pasado sólo debemos tomar aquello que no debemos repetir”.⁷¹

Já em artigo de Alfonso Ussía, delineava-se uma imagem criminalizadora das Brigadas Internacionais, a partir da sua identificação com o comunismo: «Entre los brigadistas hubo de todo, incluso ilusos e idealistas que creyeron combatir por la libertad de un pueblo lejano y romántico. Lo cierto es que las Brigadas Internacionales, en su mayoría, estuvieron formadas por comunistas que vinieron a España a luchar por el comunismo, que en aquella época era algo más que un muro derribado, una momia,

⁶⁹ «La villanía», *ABC*, 19 de Julho de 1996, p. 18.

⁷⁰ As Brigadas Internacionais foram unidades militares formadas por voluntários estrangeiros que combateram em defesa da República durante a guerra civil. Por ocasião da sua retirada de Espanha, em outubro de 1938, o presidente do governo republicano, Juan Negrín, prometeu a concessão da nacionalidade espanhola aos brigadistas. De modo que a iniciativa aprovada no Congresso, em 1996, se revestia do carácter simbólico de uma medida cuja concretização tinha sido inviabilizada após a derrota da República.

⁷¹ «Trillo dice de los brigadistas que “más vale no resucitar hechos tristes”», *El País*, 16 de novembro de 1996.

un fantoche en el Caribe y un cursi de museo en Madrid. Muchos brigadistas, desengañados, intentaron volver y no pudieron, y una buena parte de los diez mil que cayeron en tierras españolas lo hicieron a manos de sus compañeros. Otros contribuyeron afanosamente en la formación de pelotones de ejecución demostrando una gran pericia en su labor. En Paracuellos del Jarama tuvieron la oportunidad de entrenarse colaborando en el asesinato masivo de más de diez mil españoles indefensos. Pero todo eso ocurrió hace sesenta años, en una España enloquecida, y lo que resume la Historia es que perdieron y se marcharon».⁷² Em outro texto deste autor, também a propósito das homenagens às Brigadas Internacionais, reivindicava-se a equiparação entre as vítimas e a legitimidade das homenagens aos mortos do lado rebelde.⁷³

Com efeito, tais iniciativas de homenagens aos brigadistas suscitaram a discussão sobre a questão, tendo-se publicado na imprensa numerosas cartas de leitores. Entre as opiniões críticas, muitas salientavam juízos anticomunistas para sustentar a desqualificação das Brigadas Internacionais, alegando, por exemplo, que não se defendia a democracia ou a liberdade, mas sim “la instauración en nuestro país de un sistema político análogo al que imperaba en la URSS, lo cual hubiera implicado una tiranía muchísimo más cruenta que la que luego tuvimos que sufrir”.⁷⁴ Em outra carta, publicada no *ABC*, desenvolvia-se esta hipótese contrafactual com vistas a deslegitimar os republicanos e que implicava, indiretamente, uma reabilitação do franquismo: «Si los brigadistas hubieran triunfado junto con sus camaradas de armas – el Ejército Popular de la República –, España hubiera sido una república de corte soviético y hasta finales de la década de los 80 no se hubiera conocido en nuestra tierra otra cosa que la esclavitud, la tiranía y el empobrecimiento, como ha ocurrido en todos los países del centro y del este de Europa. Hubiera sido difícilmente factible una monarquía parlamentaria y un tránsito normal a un sistema democrático como el que hemos vivido».⁷⁵

Já numa opinião publicada em *El País* se utilizava a *comparação relativizadora* nazismo-comunismo para defender o despropósito da homenagem às Brigadas Internacionais: «De la misma forma, los miembros de la División Azul que lucharon en

⁷² «Segunda derrota», *ABC*, 17 de novembro de 1996, p. 22.

⁷³ «Cartas a un abuelo», *ABC*, 24 de novembro de 1996, p. 26.

⁷⁴ «Las Brigadas Internacionales», *La Vanguardia*, 3 de dezembro de 1996, p. 18. «Los brigadistas internacionales», », *La Vanguardia*, 15 de novembro de 1996, p. 22. «La verdad sobre los brigadistas», », *La Vanguardia*, 20 de novembro de 1996, p. 22. «Las brigadas internacionales», », *La Vanguardia*, 22 de novembro de 1996, p. 24. «Las brigadas internacionales», *La Vanguardia*, 25 de novembro de 1996, p. 18.

⁷⁵ «Brigadistas», *ABC*, 24 de novembro de 1996, p. 22.

la Segunda Guerra Mundial tendrían también que recibir un homenaje por parte de la República Federal de Alemania, pues lucharon defendiendo unas ideas y un régimen, el nazi, establecido tan legalmente como el republicano, aunque degenerara como lo hiciera éste».⁷⁶ É interessante notar nestas cartas de leitores a perspectiva subjacente da *teoria do totalitarismo*, ou seja, a condenação conjunta do nazismo e do comunismo – o que permitia prescindir-se da sua diferenciação quanto a princípios e valores ético-políticos – e/ou a opção pela *desespecificação político-moral* do comunismo, associado ao posicionamento do lado republicano, e com o consequente efeito da reabilitação do franquismo. A recorrência destas avaliações sobre o passado em cartas de leitores denota o significativo eco social de que beneficiavam as interpretações *revisionistas* da história entre a opinião pública espanhola de tendência mais conservadora.

Pode-se dizer, em suma, que o sexagésimo aniversário da guerra civil contrasta com o cinquentenário pela maior visibilidade pública de iniciativas que traduziam políticas de memória em reconhecimento dos republicanos. Um tal cenário desencadeou reações críticas por parte de vozes representativas das culturas políticas de direita, que não aceitavam o questionamento dos parâmetros que delineavam as *memórias da reconciliação*. Por outras palavras, não aceitavam a discussão ético-política sobre a guerra civil e a perspectiva do lado republicano. Deve-se reconhecer que a maioria destas vozes críticas defendia – sob os argumentos da *superação do passado*, da *loucura coletiva* ou da *vitimização* indiscriminada – uma suposta equiparação ético-política entre os lados enfrentados, perspectiva que se considerava como a única abordagem legítima para a evocação pública deste passado. Além disso, tal rejeição das *memórias dos vencidos* suscitou ainda a propagação das explicações *revisionistas* sobre a guerra civil, com acusações contra os republicanos com base em preconceitos anticomunistas.

4-1.2. *Memórias da transição modélica*: o complemento das *memórias da reconciliação*. Protagonismo dos atores político-institucionais e elogio do *consenso*

É interessante notar que os jornais que constituem os porta-vozes das *memórias da reconciliação* – *La Vanguardia* e o *ABC* – são também os principais difusores das *memórias da transição modélica*. Tal como ocorre com as *memórias da reconciliação*,

⁷⁶ «La visita de los brigadistas», *El País*, 18 de novembro de 1996. Este mesmo argumento repetia-se em outra carta de leitor: «Las brigadas internacionales», *La Vanguardia*, 17 de novembro de 1996, p. 30. Em outras cartas de leitores, cujos autores se identificavam como contemporâneos da guerra, ressaltava-se o argumento do despropósito de lembrar ou comemorar feridas do passado: «Brigadas Internacionales», *La Vanguardia*, 16 de novembro de 1996, p. 22; «Brigadas Internacionales», *La Vanguardia*, 7 de dezembro de 1996, p. 22.

em cujos relatos se estabelece, com frequência, uma ligação com as *memórias da transição modélica* – que são representadas com o simbolismo de um *recomeço* da História, de modo que a *guerra civil* e a *transição* se configuram como duas polaridades de uma mesma visão sobre o passado recente espanhol⁷⁷ –, inversamente, muitas interpretações centradas na análise da transição aludem à guerra civil como forma de reiterar a avaliação de exemplaridade do processo e de concretização da *reconciliação*. Destacam-se as opiniões formuladas por alguns dos próprios protagonistas político-institucionais da transição. Nestes relatos, a transição é retratada como uma compensação positiva que teria permitido a superação da guerra civil: o triunfo do *consenso* e da *reconciliação* sobre os *extremismos*. Ora a Constituição, ora a Monarquia – como símbolos da transição –, ou, de forma mais geral, a avaliação sobre o sentido moderado que teria orientado a transição democrática são consideradas como expressões da *reconciliação*.

Assim, em artigo de Manuel Fraga a propósito do décimo aniversário da Constituição, a abordagem do período da transição baseava-se na ideia de *consenso*. Mencionava-se a existência de “un sano temor a repetir las dramáticas experiencias del 34 y 36”, o que, no entanto, teria sido transcendido pela realidade da transição: «Con todo ello, en su conjunto, la transición española fue bastante ejemplar. Reformas profundas se introdujeron sin ruptura y dentro de esa esencial continuidad. La historia no se ha repetido afortunadamente; los fracasos anteriores fueron tenidos en cuenta; no volvimos a aquello de “los tres mal llamados años” y de la “ominosa década”(…). Ni represalias ni exiliados por primera vez en más de siglo y medio».⁷⁸

Neste mesmo ano, em declarações do Rei Don Juan Carlos, a Carta Magna foi retratada como símbolo da *reconciliação*: «Bajo ella, por fin, se han encontrado para siempre las Españas discrepantes y se han olvidado el rencor y la incomprensión que durante tantos años envenenaron nuestra vida nacional».⁷⁹ Também segundo Adolfo

⁷⁷ É interessante, neste sentido, a argumentação desenvolvida numa carta de leitor publicada no *ABC* e que demonstra a ampla influência das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica* no contexto dos anos 1980, como as duas faces de uma mesma perspectiva sobre o passado. Com o objetivo de criticar o governo González pela não-concretização de prometidas políticas de reparação económica aos militares republicanos, defendia-se uma visão da transição como *reconciliação* entre as *duas Espanhas*; desta forma, denunciava-se: «en medio de unos gastos escalofriantes nos niegan una limosna como si quisieran que siga habiendo dos Españas. No respetan la firma de los primeros magistrados de la nación, como tampoco respetan la del Rey». «Militares de la República», *ABC*, 11 de junho de 1986, p. 14.

⁷⁸ «Asignaturas pendientes», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 55.

⁷⁹ «Don Juan Carlos apela al diálogo para resolver los problemas políticos y sociales de España», *ABC*, 7 de dezembro de 1988, p. 19. «“Por fin se encontraron las Españas discrepantes y se olvidó el rencor que envenenó la vida nacional”», *La Vanguardia*, 7 de dezembro de 1988, p. 15. «Llamamientos a mejorar las

Suárez⁸⁰ a Constituição teria facilitado a solução de certos problemas históricos que suscitavam conflito entre os espanhóis.⁸¹ Seguindo esta mesma linha argumentativa, em artigo de Gregorio Peces-Barba⁸² defendia-se a ideia de que o texto constitucional teria viabilizado a transcendência de problemas históricos: «Es un texto pacificador porque ha sido capaz de desactivar a nuestros demonios familiares, esas realidades dramáticas que han impedido una convivencia estable y pacífica en el pasado y que nos han llevado, en más de una ocasión, a la violencia y a la guerra. El dilema Monarquía-República, la tensión regional y el problema religioso o educativo no son ya tragedias ni obstáculos insuperables. Son temas sobre los que podemos tener puntos de vista distintos, y eso es razonable en una sociedad plural, pero no son ya motivo de abismos ni de incomunicaciones fatales».⁸³ Miquel Roca i Junyent⁸⁴, igualmente, entendia a Constituição de 1978 como o ponto de encontro necessário entre as estratégias continuísta e ruturista, que teria sido capaz de encerrar definitivamente o passado e iniciar um novo regime democrático.⁸⁵

A questão da superação de traumas históricos – aspeto fundamental das *memórias da reconciliação* – orientava também um editorial de *La Vanguardia*, de 1995, onde se enfatizava a virtude do que se considerava ter sido o carácter de *consenso* da transição: «La lección de la transición es que no está escrito en ninguna parte que los españoles no sepamos ni podamos gobernarnos y que la democracia no sea viable en nuestro suelo. Ahora bien, el secreto del éxito está en el modo de vivirla, si domina el

instituciones en el X aniversario de la Constitución», *Egin*, 7 de dezembro de 1988, p. 5. «Con la Constitución se han encontrado las “España discrepantes”, dijo el rey», *Deia*, 7 de dezembro de 1988, p. 1.

⁸⁰ Adolfo Suárez (1932-2014): Foi presidente do Governo entre 1976 e 1981 – primeiramente por designação real e posteriormente eleito pela UCD, em 1977. Advogado por formação, ocupou diferentes cargos durante o franquismo, desde funções na *Secretaría General del Movimiento*, passando por procurador das Cortes por Ávila em 1967, governador civil de Segovia em 1968, diretor geral da *Radio Televisión Española* em 1969 e vice-secretário geral do *Movimiento* em 1975. Participou do primeiro governo de Arias Navarro formado após a morte de Franco e chegou a ser nomeado Ministro Secretario Geral do *Movimiento*.

⁸¹ «Suárez cree que la carta magna “sigue siendo capaz de asegurar la convivencia en España”», *La Vanguardia*, 6 de dezembro de 1988, p. 20.

⁸² Gregorio Peces-Barba: (1938-2012): Advogado e político socialista. Foi um dos sete redatores da Constituição de 1978. Em 1963, participou da fundação da revista de oposição *Cuadernos para el Diálogo*.

⁸³ «La Constitución, diez años después», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 3. No mesmo sentido, outro dos redatores da Constituição, Solé Tura, afirmou, segundo notícia de *La Vanguardia*, que a Carta Magna serviu para a reconciliação da Espanha pré-democrática: «Los “padres” de la Constitución coinciden en la necesidad de restablecer el consenso para consolidar el Estado autonómico», *La Vanguardia*, 8 de dezembro de 1988, p. 16.

⁸⁴ Miquel Roca i Junyent (n.1940): Advogado. Foi um dos redatores da Constituição. Entre 1977 e 1995 foi deputado pelo partido nacionalista conservador catalão *Covergència i Unió* (CiU) e presidente do Grupo Catalão no Parlamento.

⁸⁵ «Vigencia de unos preceptos», *La Vanguardia*, 6 de dezembro de 1988, p. 5.

espíritu de conciliación o, por el contrario, el de denigración, discordia y descrédito. El gran ejemplo de los hombres y mujeres de la transición fue que gentes que venían del franquismo, de la clandestinidad o del exilio supieron ponerse de acuerdo para no hurgar en las heridas ni esparcir sal en las llagas, ahorrar al país nuevas discordias civiles y devolver al ciudadano anónimo y modesto la soberanía perdida».⁸⁶

Em outro editorial deste jornal, de 1992, a propósito do décimo-quinto aniversário das eleições de 1977, a referência ao passado de guerra civil atuava como contraponto para a avaliação positiva do carácter centrista que teria prevalecido durante a transição: «Las primeras elecciones democráticas desde antes de la guerra civil trazaron los primeros rasgos de un nuevo perfil político. España estaba en el centro. No eran dos bandos extremos y hostiles los que se enfrentaban, según el modelo de la guerra civil, sino un abanico de partidos matizado, para todos los gustos, pero en el que los moderados dominaban sobre los radicales, los socialistas sacaban más votos que los comunistas y los centristas más que los “siete magníficos” que llevaban a la arena electoral lo más actualizado del franquismo clásico. El centrismo democrático de UCD se constituía en partido de gobierno, bien visto por un país que había preferido la reforma a la ruptura».⁸⁷

Em artigo de Carlos Seco Serrano⁸⁸, de 1996, o *processo de transição para a democracia* era expressamente definido como “la reconciliación de la dos Españas y la clausura de la guerra civil”.⁸⁹ De forma semelhante, em artigo de Raúl Heras⁹⁰, do ano anterior, abordava-se a transição na condição de concreta superação da guerra civil: «Comenzamos el duro ejercicio de ser libres por nosotros mismos, comenzamos un camino en el que dejamos en las orillas de la memoria la historia, la vieja historia española de vencedores y vencidos, buenos y malos, rojos y azules, dentro de una votación que el antiguo régimen se hizo para destruirse a sí mismo. Dejamos a las dos Españas bajo un montón de baúles llenos de trajes hechos de ilusiones y de vestidos adornados de esperanzas».⁹¹

Uma argumentação centrada no papel da Monarquia evidenciava-se em artigo do *ABC*, de 1996, a respeito do aniversário da morte de Don Juan e da autoria do diretor

⁸⁶ «Veinte años», *La Vanguardia*, 19 de novembro de 1995, p. 28.

⁸⁷ «15-J, quince años», *La Vanguardia*, 15 de junho de 1992, p. 22.

⁸⁸ Carlos Seco Serrano (n.1923): Historiador. Foi professor catedrático da Universidade de Barcelona entre 1957 e 1975, e da Universidade Complutense de Madrid entre 1975 e 1989. Desde 1977 é membro *Real Academia de la Historia*.

⁸⁹ «El cardenal de la transición española», *El País*, 6 de dezembro de 1996.

⁹⁰ Raúl Heras (n.1948): Jornalista. É colunista do *El Mundo* desde a sua fundação.

⁹¹ «Ayer, cuando teníamos 20 años», *El Mundo*, 23 de novembro de 1995, p. 14.

deste periódico, Luis María Anson⁹². Sublinhava-se a contribuição que o pai do Rei Don Juan Carlos teria dado para superar a tragédia da guerra civil e fazer possível a concórdia e a conciliação; afirmava-se ainda que a vitória eleitoral de González teria significado uma viragem ao revés da guerra civil – tendo-se tornado vencedores os vencidos –, “[p]ero los socialistas asumen la Constitución, aceptan al Rey y entierran la Guerra Civil. La concordia es un hecho”.⁹³ Nota-se nesta avaliação, uma vez mais, a ideia das polaridades opostas que se atribuem às representações da guerra civil e da transição.

Já em artigo do historiador José María Toquero, a propósito do décimo-quinto aniversário do reinado de Juan Carlos, a Monarquia era retratada como símbolo da *reconciliação*, o que implicava o esvaziamento da diferenciação ético-política entre republicanos e franquistas, esquerda e direita: «Reconciliación porque el Rey, como la vida, la cultura o las tradiciones, es del pueblo. Es de todos, porque a todos representa. A quienes durante la guerra civil lucharon por sus ideas en cada uno de los dos bandos. A quienes ahora gobiernan y a quienes pretenden gobernar. Sólo cubierta por el manto de esa Institución integradora ha podido España encontrar su absoluta reconciliación consigo misma». Finalmente, formulava-se a ideia da *transición modélica* como paradigma político internacional: «Ahí está Su Majestad como nuestro mejor ministro de Asuntos Exteriores. Exportando la imagen de una nueva España al mundo entero. Llevando consigo aires de libertad a los países que aún no disfrutaban de ese don tanpreciado. Hasta tal punto que siempre se toma el ejemplo español como referente para

⁹² Luis María Anson (n.1935): Jornalista. Trabalhou no *ABC* desde os anos 1950. Foi membro do Conselho Privado e secretário de Informação do Secretariado Político de Juan de Borbón – até à dissolução destes organismos, em 1969. Entre 1983 e 1997 foi diretor do *ABC*, tendo deixado esta função para assumir a presidência da sede espanhola da multinacional de telecomunicações Televisa. Desde 1998 integra a *Real Academia de la Lengua Española*. Em 1998, fundou o diário de orientação conservadora *La Razón*. Desde 2005 dirige o suplemento *El Cultural* do diário *El Mundo*.

⁹³ «Don Juan: la Historia le señala como hombre clave para la concordia entre los españoles», *ABC*, 1 de abril de 1996, p. 21-25. Com base em argumentação semelhante, em artigo do *ABC* – assinado por S.N. – a propósito dos quinze anos do reinado de Don Juan Carlos, a transição era entendida como a materialização da *reconciliação*, tendo em vista que Espanha teria transitado “durante décadas entre la tendencia al enfrentamiento y la incapacidad para resolver pacíficamente las diferencias ideológicas, sociales y políticas”; neste contexto, o rei era considerado “la pieza fundamental del delicado engranaje de la transición política”. «Juan Carlos I, quince años de libertad», *ABC*, 22 de novembro de 1990, p. 23. A ênfase na atuação fundamental do Rei para o alcance da *reconciliação nacional* e do *consenso* e o desencadeamento da transição democrática aparecia ainda em artigo – assinado por J.Z. e S.G. – a propósito do décimo aniversário da Constituição: «La Monarquía parlamentaria, el principal activo de la Constitución», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 57. Em 1995, o *ABC* reproduziu um trecho do livro do historiador Charles Powell intitulado *Juan Carlos. Un rey para la democracia*, em que se enfatizava o papel central que o monarca teria desempenhado no contexto de crise política desde a aprovação da Constituição até à tentativa de golpe em fevereiro de 1981: «Un Rey para la democracia», *ABC*, 23 de novembro de 1995, p. 67-70.

cualquier país que quiere variar sus estructuras hacia formas más democráticas».⁹⁴ Deve-se sublinhar que uma tal representação da transição espanhola como modelo internacional conheceu particular visibilidade pública no contexto de inícios da década de 1990, diante da crise política e posterior desintegração da URSS.

As opiniões centradas no papel positivo do Rei enfatizam, em geral, o carácter fundamental da Monarquia para a estabilização e consolidação da democracia, com destaque para a importância de motor de arranque inicial e a função mediadora durante a tentativa de golpe militar em 23 de fevereiro de 1981. Em artigo de Alejandro Muñoz Alonso⁹⁵, de 1986, a atuação do Rei no processo constituía a base de sustentação para o relato da *transición modélica* como exemplaridade internacional: «El éxito del Rey Juan Carlos como empresario de la transición y factor de la consolidación democrática explica que en otros países que han tenido que afrontar recientemente la institucionalización de la democracia se haya contemplado con admiración el “modelo español”. Algunos incluso han lamentado expresamente no contar con un rey que hubiera podido desempeñar esa útil función de fiel de la balanza y marco de referencia».⁹⁶

Em muitos editoriais do *ABC* enfatizava-se a perspetiva da Monarquia como elemento primordial para a garantia da democratização espanhola. Assim, no décimo-primeiro aniversário do reinado de Don Juan Carlos, questionava-se ainda se, sem o pilar de liberdade e normalidade estabelecido pela Coroa, a esquerda espanhola teria podido governar. Dois anos depois, no décimo aniversário da Constituição, a Coroa era retratada como “la clave de todo el proceso”, “el punto de referencia general de todo el horizonte político español”. Em 1990, no décimo-quinto aniversário do reinado, destacava-se o papel do Rei na construção da ordem democrática. E cinco anos depois, no vigésimo aniversário, ressaltava-se a imprescindibilidade da Monarquia para o êxito da transição assim como para a manutenção da democracia; como contraponto às visões que enfocavam o protagonismo dos agentes político-institucionais no processo ou do povo em seu conjunto, o editorial defendia o papel do Rei como chave para a recuperação da democracia.⁹⁷

⁹⁴ «Quince años de monarquía», *ABC*, 22 de novembro de 1990, p. 30.

⁹⁵ Alejandro Muñoz Alonso (n.1934): Jornalista. Foi deputado pelo PP entre 1989 e 2000 e senador entre 2000 e 2011.

⁹⁶ «Más que un jefe de Estado», *ABC*, 24 de novembro de 1986, p. 3.

⁹⁷ «Once años después», *ABC*, 23 de novembro de 1986, p. 23. «Diez años de Constitución», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 15. «Quince años de libertad», *ABC*, 22 de novembro de 1990, p. 19. «Monarquía, unidad, España», *ABC*, 22 de novembro de 1995, p. 3.

Em 1995, outros jornais publicaram editoriais em que se salientava o papel positivo do Rei no processo de transição. *La Vanguardia* chamava a atenção para a função de arbitragem e equilíbrio desempenhada pela Coroa.⁹⁸ *El País* mencionava a vontade do monarca de “convertirse en rey constitucional de todos, sin exclusiones previas y legitimado por procedimientos democráticos” como elemento diferenciador que teria afastado a Monarquia de sua herança franquista.⁹⁹ *El Mundo*, além de destacar o papel essencial da Coroa como salvaguarda do regime de liberdades e da estabilidade democrática, mencionava uma ideia muito comum nas opiniões acerca do atuação do Rei na transição: a *sintonia* com o sentir da maioria da opinião pública, o que se considerava um elemento indispensável para explicar o êxito do processo.¹⁰⁰ Esta mesma ideia repetia-se em artigo do advogado Francesc Jufresa Patau e em declarações do presidente da Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha, José Bono¹⁰¹, que, segundo uma notícia de *El Mundo*, afirmou que “ni como republicano, ni como monárquico, sino como demócrata, creo que el Rey ha acertado a sintonizar con las necesidades y los anhelos de libertad y prosperidad del pueblo español”.¹⁰²

Deve-se reconhecer o carácter retórico destas opiniões que, nos aniversários do reinado de Don Juan Carlos, elogiam e enaltecem o papel do Rei e da Monarquia na transição democrática. Pois o objetivo de tais textos divulgados na imprensa ou das declarações de personalidades públicas é *celebrar* e não explicar ou demonstrar uma interpretação sobre o passado. Por outro lado, apesar desta motivação de fundo, deve-se reconhecer também que estas opiniões apresentam uma opção subjacente de caracterizar a transição segundo operações político-institucionais lideradas por *grandes homens* e isentas de conflito. E a maior ou menor visibilidade destes relatos no espaço público influencia o proceso de construção da memória sobre o passado recente.

É possível considerar, além disso, que as *memórias da transição modélica* beneficiam do facto de que a ênfase no papel dos *grandes atores políticos* constitui um modelo interpretativo privilegiado pelos próprios meios de comunicação – e em particular a imprensa – para abordar a história. Assim, por exemplo, em 1995 *El Mundo* publicou o resultado de uma sondagem em que se identificava Adolfo Suárez, Manuel

⁹⁸ «Veinte años con Rey», *La Vanguardia*, 22 de novembro de 1995, p. 26.

⁹⁹ «20 años de reinado», *El País*, 22 de novembro de 1995.

¹⁰⁰ «Juan Carlos I: el reinado que España necesitaba», *El Mundo*, 22 de novembro de 1995, p. 3.

¹⁰¹ José Bono (n.1950): Advogado e político socialista. Foi presidente da Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha entre 1983 e 2004. Ocupou o cargo de ministro da Defesa entre 2004 e 2006.

¹⁰² «El difícil equilibrio», *La Vanguardia*, 17 de novembro de 1995, p. 36. «El XX aniversario del Rey reúne a las instituciones», *El Mundo*, 23 de novembro de 1995, p. 14.

Fraga e Felipe González, respetivamente, como os líderes políticos mais valorizados por seu papel durante a transição, superados, no entanto, pelo juízo positivo atribuído ao Rei neste mesmo processo. Ressaltavam-se as diferenças decorrentes de afinidades políticas, de modo que os votantes do PP eram aqueles que mais destacavam positivamente o papel de Suárez; os eleitores do PSOE valorizavam menos a atuação de Fraga e mais a de González; e os partidários da IU eram os que mais enfatizavam o papel de Santiago Carrillo, que ocupava o sétimo lugar do *ranking*.

Além disso, a sondagem também informava que 59% dos entrevistados consideravam ter sido preferível a reforma política, enquanto 30,4% se manifestavam mais favoráveis à alternativa da rutura total com as instituições franquistas, com destaque para a incidência nos jovens, nascidos nos anos 1970 – o que é um elemento interessante que sugere a influência do fator geracional no desenvolvimento de visões críticas sobre o processo histórico da transição. Seguindo esta mesma lógica de aproximação histórica, no mesmo número *El Mundo* publicou depoimentos de protagonistas políticos da transição a respeito deste processo; opiniões estas que se situavam num paradigma centrado no papel dos atores político-institucionais, tal qual a própria orientação da reportagem.¹⁰³

Algumas interpretações concentram-se especificamente no modelo da transição espanhola, entendido como exemplar – avaliação que implica, por vezes, a desconsideração de factos históricos, como a ausência de violência ou de conflitualidade política e social. Assim, em artigo de Josep Ramoneda¹⁰⁴, de 1986, a transição era lida

¹⁰³ «La Monarquía es para los españoles la institución que mejor ha funcionado desde 1975 – Suárez, Fraga y González son los políticos más valorados por su papel en la Transición»; «Los protagonistas de la Transición política coinciden en subrayar el papel decisivo del Rey – Valoran, además, el clima de consenso, que contraponen a la situación actual», *El Mundo*, 19 de novembro de 1995, p. 10, 14. Em 1986, *La Vanguardia* publicou uma série de reportagens – da autoria de Mariano Guindal e Pedro Conde Zabala – nas quais se enfatizava a estruturação das forças político-partidárias na transição, com destaque para o êxito do centro – através da UCD – como contraposição ao franquismo sociológico; finalmente, o fim da transição era assinalado pela chegada do PSOE ao poder em 1982: «De la reforma política a la victoria de UCD en las primeras elecciones libres», *La Vanguardia*, 23 de abril de 1986, p. 15; «La operación centro: de la nada al triunfo», *La Vanguardia*, 24 de abril de 1986, p. 16; «El principio del fin de UCD», *La Vanguardia*, 26 de abril de 1986, p. 16; «La izquierda estrena el poder», *La Vanguardia*, 27 de abril de 1986, p. 18. No ano seguinte, no décimo aniversário das primeiras eleições após o franquismo, a ênfase nos atores e marcos políticos e na ausência de conflitos conferiam o tom para uma interpretação da transição como sucesso paradigmático: «El 15 de junio de 1977, los españoles se reencontraron con el rito de elegir», *La Vanguardia*, 15 de junho de 1987, p. 12 – texto da autoria de Charo Zarzalejos. A ênfase nos agentes político-institucionais para explicar o processo da transição espanhola destacava-se também em artigos de Francisco Umbral – «Y 47/Plaza de Oriente», *El País*, 31 de março de 1986 –, Manuel Antonio Rico – «Quince años», *La Vanguardia*, 23 de novembro de 1990, p. 22 – e Pedro J. Ramírez – «El espíritu del 15-J», *El Mundo*, 14 de junho de 1992, p. 3.

¹⁰⁴ Josep Ramoneda (n.1949): Filósofo e jornalista. Foi diretor do Instituto de Humanidades de Barcelona entre 1986 1989 e do Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona entre 1989 e 2011; desde 2009

como uma operação fundamentalmente política que teria consagrado os princípios de *reconciliação nacional e consenso*: «Un modelo singular de paso de un régimen dictatorial a un sistema democrático sin apenas violencia y sin intervención exterior directa, que es un verdadero punto de referencia para numerosos países del mundo (...). Modelo estratégico, en tanto que define una vía precisa de transformación de las instituciones de un Estado de carácter fascista, basada en una paulatina modificación del aparato jurídico-administrativo y de una democratización de la vida pública sin exclusiones conforme al principio de reconciliación nacional. Modelo ético-social, que consagra el acuerdo, el pacto y el consenso como formas principales de resolución de los conflictos de intereses en el marco de una sociedad plural».¹⁰⁵

Esta mesma linha argumentativa aparecia em artigo de Gabriel Cisneros¹⁰⁶ a propósito do décimo aniversário da Constituição, ressaltando-se neste caso o triunfo da opção reformista: «Esta elección supuso que no hubo en ningún momento quiebra del principio de legalidad y que se puso a resguardo del debate a la institución monárquica que desempeñó el papel de puente por el que se pudo transitar desde la orilla del autoritarismo a la ribera de la libertad, salvando el abismo revolucionario en el que tantas veces se habían despeñado las mejores esperanzas españolas».¹⁰⁷ De forma semelhante, por ocasião do décimo aniversário das eleições de 1977, o então presidente do Senado, José Federico de Carvajal¹⁰⁸, além de destacar o papel positivo do Rei no sentido de “sintonizar” com o desejo popular, enfocou o impacto internacional do processo, tendo afirmado que toda a Europa “se maravilló del proceso de transición que España protagonizó en esos años, uno de los más extraordinarios de la historia contemporánea: el paso sin traumas de un largo régimen totalitario a una monarquía parlamentaria”.¹⁰⁹ O argumento baseado no exemplo da transição espanhola como modelo político para outros países ganhou um renovado impulso a partir dos anos 1990,

preside o *Institut de la Recherche et de l'Innovation*. Foi professor de Filosofia Contemporânea na Universidade Autônoma de Barcelona entre 1975 e 1990. É colaborador do *El País*; foi colaborador de *La Vanguardia* entre 1980 e 1996.

¹⁰⁵ «El modelo de la transición», *La Vanguardia*, 15 de abril de 1986, p. 37.

¹⁰⁶ Gabriel Cisneros (1940-2007): Foi um dos redatores da Constituição. Deputado pela UCD entre 1977 e 1986. Em 1989 ingressou no PP e foi deputado por este partido durante as décadas seguintes.

¹⁰⁷ «La antessala histórica de la Constitución del 78», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 66.

¹⁰⁸ José Federico Carvajal (n.1930): Advogado e político socialista. Foi presidente do Senado entre 1982 e 1989.

¹⁰⁹ «Conmemoración en el Senado del X aniversario de las elecciones democráticas», *La Vanguardia*, 16 de junho de 1987, p. 17.

sob a influência do contexto de crise da URSS. Um editorial de *La Vanguardia* de novembro de 1990 apontava já neste sentido.¹¹⁰

Em artigo de Carlos Ollero¹¹¹, de 1986, alegando-se a necessidade de matizar entre as interpretações da transição como *movimiento colectivo* e como *operación minoritaria*, acabava-se por privilegiar o papel dos agentes políticos no processo: forças institucionais do regime e forças da oposição. Uma tal interpretação era considerada como a *visión acertada do processo*, e significava o entendimento da transição como resultado de múltiplas negociações e concessões políticas: «Había que montar la teoría del cambio por la vía de reforma, formular el procedimiento técnico preciso para que el advenimiento de la democracia no fuera rompimiento constitucional, llevar al ánimo de las más altas instancias por esa solución, encontrar al jefe de Gobierno preciso para iniciar el proceso, persuadir al rupturismo de lo utópico de su postura y a las estructuras del régimen de lo inútil de su resistencia. En definitiva, realizar un proyecto que se apoyaba en el movimiento colectivo, pero que resultaba una “operación” al alcance de unos pocos. No es correcto menospreciar la acción – entiendo que decisiva – de quienes, quizá favorecidos por las circunstancias, influyeron notoriamente estimulados por Su Majestad el Rey en los acontecimientos. Unos, desde dentro de las estructuras vigentes propiciando la evolución; otros, desde fuera de ellas convocando y persuadiendo al rupturismo clásico de la conveniencia del “cambio” a través de la “reforma”; otros, renunciando a ese rupturismo histórico, al menos en la etapa fundacional y ofreciéndose a las soluciones negociadoras. Una consideración colectivista y anónima es una injusticia para esos hombres que pudieron y supieron contribuir a una transformación mundialmente reconocida como paradigmática».¹¹²

É muito evidente neste caso o carácter de construção *a posteriori* de tal discurso público sobre o passado elaborado por um ex-representante da administração franquista. Embora todos os relatos memoriais sejam construções *a posteriori*, constantemente reelaborados retrospectivamente, é possível notar a diferença entre os casos que configuram uma clara mudança de posição posterior e os casos em que o abismo identitário não é tão marcado. Podem ser considerados como exemplos do primeiro caso os relatos da direita sobre a transição, que a partir dos anos 1980 assumem a *memória*

¹¹⁰ «De Arias Navarro a Felipe González», *La Vanguardia*, 21 de novembro de 1990, p. 22.

¹¹¹ Carlos Ollero (1912-1993): Jurista e politólogo; professor universitário. Foi procurador das Cortes durante o franquismo e senador por designação real entre 1977 e 1979. Entre 1982 e 1991 foi Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

¹¹² «A los diez años de la transición democrática», *ABC*, 11 de junho de 1986, p. 3.

da *transição modélica*, em contraste com o posicionamento de resistência crítica mantido durante o próprio desenrolar deste processo. Por outro lado, para os atores políticos-institucionais que intervieram diretamente no processo de transição democrática, a adoção do relato da *transição modélica* significa a valorização de seu próprio protagonismo como elites políticas.

A partir de finais dos anos 1980, mas especialmente desde os primeiros anos da década de 1990, vozes representativas de culturas políticas de direita passaram a instrumentalizar a *memória da transição modélica* com o objetivo de atacar o governo socialista – através da exaltação do modelo político da transição por comparação à desvalorização da realidade do momento. Assim, em artigo de Federico Jiménez Losantos, de 1988, questionava-se: «¿Qué queda de aquel espíritu de sacrificio, de pacto, de desinterés partidista en aras de la concordia nacional? ¿Qué sobrevive de aquel impulso patriótico que movió a los grandes partidos nacionales, desde Alianza Popular hasta el Partido Comunista, a ponerse de acuerdo en unas normas de convivencia que aventaran para siempre las pavesas de la guerra civil? Institucionalmente, quedan muchas cosas: queda la Corona, en primer lugar; queda la propia Constitución, (...) queda también la Historia, aunque a muchos les duela, que demuestra lo mucho y bueno que podemos hacer los españoles puestos en una buena dirección y con ganas de trabajar en serio; pero ¡ay!, faltan el espíritu, la fuerza, el empuje que hicieron posible lo imposible».¹¹³ Para além da (auto)representação das direitas como partícipes à semelhança das demais forças políticas na *vontade de consenso* que teria caracterizado a transição, é interessante notar que nas *memórias da transição modélica* desaparece qualquer referência aos conflitos sociais e políticos que marcaram o processo

Uma mais explícita crítica da realidade política do momento transparecia em artigo de José María Aznar¹¹⁴, de 1992, em que o aniversário da Constituição era identificado como uma das poucas datas representativas da democracia – juntamente com a restauração da Monarquia e as primeiras eleições livres pós-franquistas. A crítica

¹¹³ «Reflejos Reconstituyentes», *ABC*, 11 de dezembro de 1988, p. 28. Neste mesmo ano, em artigo Lorenzo Contreras estabeleceram-se críticas aos governos socialistas por comparação ao período de governo da UCD, que teria sido caracterizado pelo *consenso*: «La Constitución y la realidad», *ABC*, 7 de dezembro de 1988, p. 22. Também em artigo de Adolfo Suárez se mencionava a importância de restaurar o clima de *convivência* que teria presidido a transição, em oposição ao ambiente de confrontação com que se exercia a maioria absoluta: «Vigencia de la Constitución», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 56.

¹¹⁴ José María Aznar (n.1953): Político do PP, foi presidente do Governo espanhol entre 1996 e 2004. Na juventude, militou na *Frente de Estudiantes Sindicalistas*, embrião da *Falange Española Independiente* – movimento estudantil de oposição ao franquismo que reivindicava a ideologia do fundador da Falange, José Antonio Primo de Rivera.

do governo socialista orientava-se a partir da contraposição ao ambiente de *equilíbrio plural* e *consenso* da transição: «A la altura de 1992, queda sólo un rastro borroso de la fuerza innovadora que presidió la primera fase de la transición política. Conviene a todos que esta idea de la mutua lealtad, heredera del designio centrista y emblema de cualquier avance democrático, se implante en los usos de la política nacional. El espíritu de nuestra Constitución merece la devolución a la vida pública española de un equilibrio plural, de esa atmósfera natural que debería respirarse por norma en las sedes de las instituciones democráticas. A lo largo del anterior mandato centrista, el partido gobernante buscó que los órganos principales del Estado se creasen mediante leyes orgánicas consensuadas. El consenso demuestra a la vez un máximo interés por extender la concordia y la sana humildad de saber que el partido de turno siempre está de paso por el Gobierno. Justo lo contrario de la etapa socialista, caracterizada por la presencia uniformadora de la mayoría parlamentaria en las instituciones controladoras del Ejecutivo».¹¹⁵

No ano seguinte, em artigo da autoria do diretor do *El Mundo*, Pedro J. Ramírez¹¹⁶, apesar de se contextualizar a instabilidade política da época da transição, caracterizava-se este processo a partir de parâmetros de pactos políticos, o que constituía o patamar comparativo para a crítica do presente: «Pero esa misma inseguridad que envolvía a los políticos era a la vez un acicate para proporcionar estabilidad al conjunto de la ciudadanía. Por eso, jamás hubo intento de pacto sin acuerdo: se pactó la reforma política, se pactaron las primeras elecciones, se pactó la Constitución, artículo por artículo, se pactaron los estatutos vasco y catalán, se pactó el nuevo marco de relaciones laborales, se pactó la salida de la crisis económica... (...) En definitiva, los gobiernos de UCD se ocuparon de dispersar las fuentes de autoridad, fomentando el pluralismo y los equilibrios internos dentro de un Estado que heredaban monolítico. Por el contrario los gobiernos del PSOE no han cesado de rebobinar el carrete – y es en este sentido en el que tengo dicho que el tan cacareado “cambio” ha sido en realidad un viaje de regreso – para restituir al Ejecutivo los máximos márgenes de maniobra, y por lo tanto de impunidad y altanería».¹¹⁷

¹¹⁵ «A propósito de la Constitución», *El País*, 6 de dezembro de 1992.

¹¹⁶ Pedro J. Ramírez (n.1952): Jornalista. Foi diretor do *El Mundo* desde a sua fundação até 2014. Anteriormente, durante os anos 1980, foi diretor do *Diario 16*.

¹¹⁷ «Volver al 78», *El Mundo*, 5 de dezembro de 1993, p. 3.

Em outro artigo de Jiménez Losantos, de 1992, a utilização política do passado como crítica do governo González amparava-se na *comparação relativizadora* que, por um lado, exaltava o processo da transição democrática e, por outro lado, recuperava positivamente o tardofranquismo. Primeiramente, a *comparação relativizadora* baseava-se na ideia de uma involução em relação aos anos da transição, sugerindo-se a noção de *transición modélica*: «Si la transición democrática supuso un intento bastante logrado de liquidar, desde el próprio franquismo, el régimen del caudillo ferrolano, y si los cinco años de UCD fueron, en conjunto, un proceso de permanente muda de hábitos, costumbres y, lo que a la larga es más importante, instituciones políticas, creo que nadie puede dudar de que durante los diez años socialistas, especialmente en su última época, los vicios ancestrales de la sociedad española – providencialismo, autoritarismo, gregarismo –, sin duda anteriores a Franco no afianzados durante su larguísimo mandato, han vuelto por sus fueros a la sombra del felipismo omnipotente. Es cierto que, desde el punto de vista institucional y, por tanto, atendiendo a las libertades individuales, franquismo y felipismo no son comparables. Pero no por los méritos del Gobierno socialista, sino de UCD y de los grandes protagonistas de la transición. Hasta 1982 se sentaron las bases de un régimen radicalmente distinto al de Franco, no sólo en su anclaje interno, definido por la Constitución, sino también externo: la incorporación a la OTAN que era el seguro de nuestra plena integración europea y occidental. El PSOE se ha limitado a gestionar, a veces bien, a menudo mal, esta realidad institucional que se hizo sin su apoyo y contra su ideario básico».

A seguir, estabelecia-se um paralelismo entre franquismo e felipismo, comparação que aliviava o juízo sobre a ditadura e concentrava as críticas no governo socialista: «Pero a diferencia de lo que ocurrió en el régimen franquista, que tras una etapa plenamente politizada y represiva, dio paso a una segunda con mayor protagonismo de la sociedad civil, en lo económico y en todos los ámbitos de la vida pública, durante la década felipista podemos apreciar claramente una primera legislatura en la que el PSOE consolida y acerca a su programa las instituciones forjadas por UCD, por ejemplo marcando claramente la separación Iglesia-Estado o acabando con los restos del militarismo posgolpista, mientras que, a partir del referéndum sobre la OTAN y las elecciones siguientes, las otras dos legislaturas son de claro retroceso en la eliminación de los vestigios del régimen franquista, recuperándose en todos los niveles de la vida social costumbres, modos, leyes y fórmulas institucionales que se creían definitivamente desterradas. No es que los socialistas hayan promovido esta reacción

antiliberal y antidemocrática, pero sí han permitido la refacción de hábitos autoritarios y se han aprovechado plenamente de ellos. (...) A esto hay que añadir la obsesión felipista, tan lógica en la época de Franco, por el control de los medios de comunicación. En fin, la sociedad se ha vuelto a acostumbrar al autoritarismo y a la picaresca, es decir, a la corrupción, para vadear la situación política».¹¹⁸

Deve-se reconhecer que uma tal interpretação significa uma inversão da leitura geralmente consagrada sobre a transição. Ou seja, o processo não teria sido consolidado com a vitória do PSOE nas eleições gerais de 1982, após o fracasso da tentativa de golpe militar em 23 de fevereiro de 1981; ao invés disso, teria sido a direita governante através da UCD a grande artífice da consolidação democrática. Assim, pode-se dizer que neste caso a instrumentalização política do passado com vistas a atacar o governo socialista permitia uma *revisão* conservadora da história da transição e do tardofranquismo.

Convém destacar, neste sentido, que são as culturas políticas de direita que – ancorando-se no paradigma da *transição modélica/reconciliação* – primeiro se debruçam na opção pela instrumentalização política do passado, com o objetivo de atacar o governo do PSOE. É curioso comparar esta estratégia de combate político desenvolvida principalmente a partir dos anos 1990 com o ambiente da campanha eleitoral de 1986: a propósito de declarações críticas por parte do socialista Alfonso Guerra¹¹⁹ sobre a conduta de Adolfo Suárez por ocasião da tentativa de golpe de 23 de fevereiro de 1981, muitas vozes representativas da direita protestaram contra a utilização política do passado, defendendo a inadequação de um tal debate.¹²⁰ É possível

¹¹⁸ «El franquismo redivivo», *ABC*, 6 de dezembro de 1992, p. 30. Esta mesma linha argumentativa repetia-se em artigo do jornalista Carlos Dávila. A partir da defesa da *transição modélica* – com destaque para o papel do Rei e de políticos reformistas e a ênfase no afastamento da possibilidade de um novo enfrentamento civil –, comparava-se franquismo e felipismo de modo que se suavizava o julgamento sobre a ditadura: «la utilización propagandística de la televisión de Franco es menos grave que el uso asfixiante que de este medio hace el PSOE. ¿Por qué? Porque de los servicios del totalitarismo se esperaba aquello; de los gerentes de la democracia se exige la mayor limpieza en la gestión informativa. Los felipescos reaccionan con virulencia cuando se les parangona con el franquismo. Tienen razón; es injusto y por ello deberían hacer – diría González – un “enorme esfuerzo” para borrar todo rastro de aquella época». «Veinte años sin Franco», *ABC*, 18 de novembro de 1995, p. 72. Em outro artigo deste mesmo autor, mas de 1992, também se estabeleciam comparações entre franquismo e felipismo: «Qué hiciste en el franquismo, papi?», *ABC*, 5 de dezembro de 1992, p. 68.

¹¹⁹ Alfonso Guerra (n.1940): Nos anos 1960, militou nas *Juventudes Socialistas de Sevilla* e na *Federación Socialista de Andalucía*. Em 1970, passou a integrar a comissão executiva do PSOE na clandestinidade. Foi deputado pelo PSOE desde as eleições de 1977. Entre 1982 e 1991 foi vice-presidente do governo González, tendo-se demitido em virtude de um escândalo de corrupção em que esteve envolvido o seu irmão.

¹²⁰ «Jordi Pujol afirma que hacer campaña con el 23-F es algo estéril y lleva a la crispación», *La Vanguardia*, 10 de junho de 1986, p. 24. «Amaina la polémica entre el líder del CDS y el PSOE sobre el golpe frustrado del 23-F», *La Vanguardia*, 10 de junho de 1986, p. 20. «Fraga deja los análisis del 23-F

explicar esta situação pela relação de forças políticas, pois os primeiros anos 1990 se enquadram num contexto em que o governo González se encontrava debilitado e desgastado com escândalos de corrupção. A instrumentalização da transição intensificava-se em 1995, por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Franco¹²¹. Em 1996, em artigo de Jiménez Losantos a propósito das eleições gerais que se aproximavam, mencionava-se a *segunda transición*, no sentido de reorganização da vida política que deveria enfrentar um novo governo de direita dirigido por Aznar.¹²²

Finalmente, as *memórias da transición modélica* abrangem também os elogios retóricos proferidos por ocasião dos aniversários do referendo da Constituição, em 6 de dezembro, quando editoriais, políticos e personalidades da vida pública ressaltam a importância de valores-princípios que se consideram símbolos da Constituição, tais como as *liberdades e derechos, democracia, consenso, paz, progreso, convivencia*.¹²³ A

para la historia», *La Vanguardia*, 12 de junho de 1986, p. 14. «A Serra le parece “lamentable” que la campaña electoral se convierta en un “combate de boxeo” – Estima que “no es oportuno” utilizar como argumento el 23-F», *ABC*, 10 de junho de 1986. Também em artigo de Lorenzo Contreras se argumentava no mesmo sentido: «El 23-F y el miedo pánico», *ABC*, 10 de junho de 1986, p. 24. No entanto, por ocasião destas mesmas eleições de 1986, o *ABC* publicou um editorial em que, como crítica das políticas do PSOE, se defendia que a transição permaneceria incompleta “mientras la sociedad española no se ancle en instituciones estables que le permitan evolucionar libre y ordenadamente”. «Elecciones y transición», *ABC*, 23 de abril de 1986, p. 15. No mesmo sentido, em artigo de Mauro Muñoz considerava-se a possibilidade de mudança no poder político como necessidade para finalizar a transição: «La transición», *ABC*, 26 de abril de 1986, p. 20.

¹²¹ Como transparece nos artigos de Pablo Sebastián – «El Rey cumple 20 años», *El Mundo*, 23 de novembro de 1995, p. 9 – e Pedro Calvo Hernando – «La transición», *El Mundo*, 18 de novembro de 1995, p. 3. De forma menos diretamente crítica ao governo, em artigo de Miguel Herrero de Miñón, sinalizava-se a importância de recuperar o legado da transição diante dos problemas políticos do presente: «El sosiego», *La Vanguardia*, 19 de novembro de 1995, p. 29. Com o mesmo propósito, em artigo do historiador Javier Tusell, aludia-se à vontade de consenso herdada da transição: «El Rey, la concordia y la extravagancia», *El País*, 25 de novembro de 1995. Finalmente, em artigo de Josep María Casasús, salientava-se o tom de tolerância, moderação e prudência da transição, que contrastaria com a realidade do momento: «Veinte años», *La Vanguardia*, 20 de novembro de 1995, p. 46.

¹²² «La segunda transición», *ABC*, 18 de abril de 1996, p. 16.

¹²³ «Pons destaca el compromiso cívico que es el día de la Constitución», *La Vanguardia*, 6 de dezembro de 1986, p. 13. «Las instituciones conmemoran la Constitución en su octavo aniversario», *El País*, 7 de dezembro de 1986. Em artigos de Herrero de Miñón predominavam as ideias de *consenso* e *diálogo*: «Diálogos constituyentes», *La Vanguardia*, 6 de dezembro de 1988, p. 5; «Pedagogía constitucional», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 59. Em declarações de Suárez, havia destaque para a *convivência livre e pacífica* e o *consenso*: «Los Reyes presidirán hoy los actos conmemorativos del X aniversario de la Constitución», *Deia*, 6 de dezembro de 1988, p. 22. Em editorial de *La Vanguardia* destacavam-se as ideias de *consenso* e *convivência* democrática: «La Constitución del 78», *La Vanguardia*, 7 de dezembro de 1988, p. 4. Em editorial de *El País* e em artigo de Juan Luis Cebrián, diretor deste periódico, enfatizavam-se as ideias-chave de *convivência pacífica e democrática*, e *liberdade*: «Constitución y democracia», *El País*, 6 de dezembro de 1988; «La hojalada constitucional», *El País*, 6 de dezembro de 1988. A mesma linha argumentativa repetia-se em editorial de 1993, no décimo-quinto aniversário da Constituição: «Impulso constitucional», *El País*, 7 de dezembro de 1993. Em artigo do jornalista Joan Barril, salientava-se a ideia de *liberdade* como valor adquirido: «Rebeldes y reconstituyentes», *La Vanguardia*, 8 de dezembro de 1993, p. 16. Em artigo da jornalista Consuelo Álvarez de Toledo, mencionava-se a *generosidade* que teria engendrado a Constituição: «La Inmaculada Constitución», *El Mundo*, 6 de dezembro de 1993, p. 2. Em artigo de Javier Tajadura Tejada, a ênfase recaía nos *derechos e libertades* proporcionados pela Constituição: «El sentimiento constitucional», *El País*, 6 de dezembro de

partir da alusão a tais ideias-símbolo, o então presidente do Congresso, Félix Pons¹²⁴, em declarações acerca do décimo aniversário da Constituição, reiterou a *memória da reconciliação*: «No es poco constatar el arraigo de las libertades y la democracia a la sombra de un consenso en el que la transigencia de todos rompió los maleficios de las constituciones que hasta entonces habían estado al servicio de unos contra todos».¹²⁵ Deve-se reconhecer que uma tal opinião implica indiretamente a condenação da última Constituição democrática, de 1931. Já em artigo do *Mundo Obrero*, também a propósito do décimo aniversário da Constituição, mencionava-se um documento da época no qual se afirmava a visão comunista da Carta Magna como elemento de estabilidade democrática e caminho para ulteriores transformações.¹²⁶

Em algumas opiniões salienta-se o contraste com o passado de ditadura como forma de valorizar positivamente a Constituição. Em 1986, o vice-presidente do Governo, Alfonso Guerra, afirmou que o aniversário da Constituição “es todavía el símbolo emocional de unas generaciones que sufrieron etapas duras, carentes en libertad”.¹²⁷ Em 1987, por ocasião do aniversário das eleições constituintes, o ministro de Relações com as Cortes, Virgilio Zapatero¹²⁸, sublinhou que a Constituição teria suposto “un punto de no retorno en un proceso sumamente complejo de evolución desde el autoritarismo hacia la democracia representativa”.¹²⁹ Em sentido semelhante, Miquel Roca destacou a ideia de construção da democracia: «¡Estábamos haciendo la Constitución!: un día hablabas de la libertad de conciencia; otro, de la libertad de asociación de partidos... Algo que, muy pocos meses antes, lo hablabas en la clandestinidad o en un grito de guerra – Viva la libertad sindical – y ya estabas escribiendo lo que iba a ser la libertad sindical de España».¹³⁰

1996. Já em editorial de *La Vanguardia* salientava-se o *consenso* que teria inspirado a configuração da Constituição: «Mantener el consenso», *La Vanguardia*, 7 de dezembro de 1996, p. 20. Em sentido semelhante, em editorial do *ABC* destacava-se o *espírito de pacto e consenso* da Constituição, *feita para todos os espanhóis*: «Una Constitución para todos», *ABC*, 6 de dezembro de 1996, p. 17.

¹²⁴ Félix Pons (1942-2010): Advogado e político socialista. Foi ministro da Administração Territorial entre 1985 e 1986; deputado e presidente do Congresso entre 1986 e 1996.

¹²⁵ «El Rey llama al entendimiento a las instituciones y a los poderes para servir a la sociedad», *El País*, 7 de dezembro de 1988.

¹²⁶ «Una carta por cumplir», *Mundo Obrero*, 7 de dezembro de 1988, p. 16, 17 – texto da autoria de Ana V. Pedrosa.

¹²⁷ «Las instituciones españolas celebraron el octavo aniversario de la Coconstitución – Félix Pons la definió como “el símbolo de la libertad”», *Deia*, 7 de dezembro de 1986, p. 7.

¹²⁸ Virgilio Zapatero (n.1946): Professor catedrático de Direito e político socialista. Foi deputado entre 1977 e 1994 e ministro de Relações com as Cortes entre 1986 e 1993.

¹²⁹ «El Senado conmemoró el décimo aniversario del 15-J», *ABC*, 16 de junho de 1987, p. 27.

¹³⁰ «“Una Constitución es un valor global”», *Deia*, 4 de dezembro de 1988, p. 30.

Deve-se mencionar, contudo, tal aparente unanimidade em torno do valor simbólico da Constituição contrasta com a sua rejeição pelo nacionalismo basco. Neste sentido, pode-se dizer que no caso específico do nacionalismo basco o questionamento das *memórias da transição modélica* assenta na questão política subjacente à não-aceitação dos moldes constitucionais. De modo que a crítica política da Constituição encontra-se diretamente relacionada com a crítica do processo histórico da transição espanhola.

Em suma, as *memórias da transição modélica* expressam interpretações elitistas da história, que se pautam pela ênfase no protagonismo dos atores políticos-institucionais, paralelamente ao *eclipse* dos conflitos políticos e sociais que caracterizaram o período e do papel dos movimentos sociais no processo. A argumentação de tais relatos memoriais concentra-se, especialmente, nas ideias-chave de *consenso* e *reconciliação*, o que estimula a recorrente alusão ao passado de guerra civil, na condição de contraponto ao que se entende ter sido o *êxito exemplar* da transição. Representam as culturas políticas moderadas – entre o centro-esquerda e o centro-direita, com destaque para as opiniões dos próprios protagonistas políticos do processo – e as culturas políticas de direita – caso em que se observa com maior nitidez o processo de reconstrução memorial *a posteriori*, de modo a omitir a resistência à mudança política por parte de setores da direita. A hegemonia destes discursos públicos mostra-se transversal a todo o período cronológico estudado; é importante considerar ainda que a sua visibilidade social se beneficia da comemoração de datas – como o aniversário do referendo constitucional ou o aniversário do reinado de Juan Carlos – que, em si mesmas, já pressupõem o *elogio/celebração* daquilo que se entende como símbolos do êxito da transição.

4-1.3. *Memórias antifranquistas da reconciliação*: entre a não-discussão ético-política da guerra civil e a crítica do franquismo

As memórias antifranquistas da reconciliação representam culturas políticas de centro e centro-esquerda; constituem relatos que, apesar de evitarem os juízos ético-políticos sobre a guerra civil, posicionam-se criticamente em relação ao franquismo – seja no que diz respeito à política de memória do regime em relação à guerra civil, seja através da direta condenação do golpe militar de 1936. Estas opiniões são especialmente presentes no *El País*.

Em artigo de Santos Juliá¹³¹, a propósito do cinquentenário do fim da guerra civil, a crítica centrava-se no prolongamento, para além do fim da guerra civil, da exaltação da *Vitória*. Considerava-se que a guerra civil espanhola teria sido a última das “guerras antiguas”, “una forma última de guerra de religión”, em que ter-se-iam enfrentado “la nación católica, la propiedad, la religión y la patria” e uma “anacrónica”, “romántica”, “revolución social”. Em contraste com o combate europeu que opôs democracia e fascismo, entendia-se que em Espanha a guerra “fue una cruzada atravesada por un odio, más que una lucha de clases”; de modo que ao se finalizar o conflito europeu, o estado de guerra ainda persistia em Espanha e perduraria no discurso durante toda a duração do regime. Neste sentido, argumentava-se que apenas quando se enterrou “el pleito antiguo de las guerras de religión y de patria” é que se fez possível resolver o dilema moderno entre democracia e totalitarismo. Desta forma, a guerra civil só teria sido encerrada de facto com a consagração da *política de reconciliación nacional*: «la guerra de España no pudiera ser enterrada sino por los españoles. Y para eso constituía un requisito indispensable que los hijos de los vencedores comprendieran y, si posible, asumieran las razones de los vencidos. Sólo a partir de esa comprensión se podrían disolver los cimientos sobre los que se asentaba la coalición reaccionaria nacional-católica, porque sólo ella volvería insoportablemente anacrónicos los viejos lenguajes exterminadores que habían dominado la lucha de los años treinta y permitiría plantear en sus nuevos términos políticos el problema del poder y de la democracia. Y eso fue lo que ocurrió a partir de los últimos años cincuenta y, sobre todo, en la década siguiente. Cuando en los años sesenta los hijos de los vencedores participaban con los de los vencidos en las mismas *plataformas reivindicativas*, cuando los espacios sagrados que habían servido para ampliar el eco del discurso exterminador se convirtieron en lugares de encuentro de comisiones de obreros, cuando comunistas primero y católicos en seguida hablaron un nuevo lenguaje de *reconciliación nacional*, lo que se hacía era, ni más ni menos, poner fin a la guerra».¹³²

De forma semelhante, em artigo de Javier Tusell¹³³, também a propósito do cinquentenário do fim da guerra e em que eram analisadas as causas da vitória e da

¹³¹ Santos Juliá (n.1940): Historiador. Professor catedrático da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Autor de numerosas obras sobre história da Espanha contemporânea. Em 2005, recebeu o *Premio Nacional de Historia de España* pelo livro *Historias de las dos Españas*. Colabora no *El País* desde 1980.

¹³² «El ángel exterminador», *El País*, 1 de abril de 1989. Itálico no original.

¹³³ Javier Tusell (1945-2002): Historiador. Foi professor catedrático de História Contemporânea na Univerddade de Valencia e na UNED. Foi militante da *Federación Popular Democrática*, de carácter

derrota, destacava-se a incapacidade do franquismo para a *reconciliação nacional*: «hubo decenas de miles de ejecuciones, centenares de miles de presos años después de finalizado el conflicto y una depuración de la Administración que no tiene parangón con ningún otro fenómeno semejante en Europa occidental en 1945. No vale la disculpa de que el adversario hubiera podido hacer otro tanto; tampoco la de que fueron unos pocos los culpables de la represión». Assim, defendia-se a ideia da guerra civil como erro coletivo que só teria acabado com a transição: «La España de abril de 1939 era la de la victoria, e incluso del sincero entusiasmo de quienes, con Franco, la habían obtenido, pero no era la España de la paz. La guerra civil había sido un pecado colectivo y a él le seguía un largo purgatorio que sólo acabaría en junio de 1977».¹³⁴

Também em artigo do jornalista José Luis Iturrieta, de 1991, a defesa da *memória da reconciliação* fazia-se a par da crítica do franquismo: «Todos perdimos con aquel 18 de julio. Pero sobre todo nuestros padres. Los de un bando y el otro. En la guerra y con los cuarenta años de paz. Silencio de los comentarios que se fue extendiendo omnipresente desde El Pardo y los “nodos”¹³⁵, el hisopazo inaugurativo de los pantanos y el grotesco vassallaje de una Iglesia enmudecida ante un dictador bajo palio».¹³⁶

Em artigo de Pedro Laín Entralgo¹³⁷, de 1986, sobressaía o sentido de evitar posicionamentos ético-políticos, sendo feitas críticas a ambos os lados enfrentados na guerra civil; havia destaque, contudo, para a crítica da manutenção pela ditadura franquista de uma política de memória sectária. Já por ocasião da inauguração de um ciclo de homenagem aos escritores mortos em 1936, Laín Entralgo mostrou-se contrário

democrata-cristão, e posteriormente da UCD. Entre 1979 e 1982, integrou a *Dirección General de Patrimonio Artístico, Archivos y Museos*, do Ministério da Cultura. Colaborava na imprensa em jornais como *El Mundo*, *La Vanguardia* e *El País*.

¹³⁴ «El final de la guerra civil», *El País*, 3 de abril de 1989. Em outro artigo de Tusell, a propósito do cinquentenário da guerra civil, o âmbito do franquismo não era abordado; a ênfase recaía no espírito conciliador de Manuel Azaña, cujos intentos de introduzir uma mediação na condução da guerra acabariam por ver-se inviabilizados. O sentido das *memórias reconciliação* pautado pelo cuidado de evitar juízos ético-políticos sobre este passado era expressamente formulado ao afirmar-se que “[e]vocar a uno de los hombres con vocación mediadora parece una buena forma de aludir al cincuentenario del estallido de la guerra civil”. «Conversaciones en Vich», *El País*, 15 de julho de 1986.

¹³⁵ *Noticiarios y Documentales*, mais conhecido por *NO-DO* ou *nodo*, eram documentários informativos que, entre 1943 e 1976, se projetavam obrigatoriamente nos cinemas espanhóis antes da exibição do filme. Consistiu num dos aparatos da propaganda franquista.

¹³⁶ «18 de julio», *Deia*, 18 de julho de 1991, p. 3.

¹³⁷ Pedro Laín Entralgo (1908-2001): Médico, historiador e ensaísta. Militante falangista; em 1941, foi um dos fundadores da revista *Escorial*, editada pela Delegação Nacional de Imprensa e Propaganda da Falange. Foi Procurador nas Cortes entre 1943 e 1946. Reitor da Universidade Central de Madrid entre 1952 e 1956; foi membro e diretor da *Real Academia Española* e membro da *Real Academia de la Historia*.

ao esquecimento da guerra civil como estratégia para a sua superação e sublinhou uma *memória da reconciliação* pautada pelo que se considerava ser uma consciência prudente: «quienes fuimos testigos o protagonistas de los hechos de 1936 debemos mantener un alma memoriosa, arrepentida y avisada».¹³⁸ Convém reconhecer que neste caso se trata de um posicionamento mais próximo das vozes representativas das culturas políticas de direita, que defendem as ideias de *equiparação* ético-política entre sublevados e republicanos e de *culpa coletiva*. A perspectiva de Laín Entralgo destoa apenas por abranger um juízo crítico sobre o franquismo – enquanto as opiniões da direita em geral eludem a abordagem da ditadura, ou optam pela reabilitação de alguma de suas fases históricas –, para além de não subscrever a retórica da *superación do pasado* – paradigma interpretativo que pode ser considerado como praticamente consensual entre as culturas políticas de direita no período cronológico estudado.

Por outro lado, em editorial de *El País*, por ocasião do cinquentenário da guerra civil, havia uma explícita condenação do golpe de 18 de julho de 1936. Criticava-se, primeiramente, o ambiente do pós-guerra e a repressão que marcou todo o regime franquista, cujas consequências eram consideradas mais devastadoras do que as da própria guerra em si. A seguir, mencionavam-se as ideias de *fracasso coletivo* e de *aprendizagem* decorrente da tragédia da guerra; contudo, este tom característico das *memórias da reconciliação* expressava-se através de uma clara condenação do posicionamento dos sublevados: «Pero merece la pena recordar los trazos del fenómeno que comenzó a producirse hace 50 años. Una banda de iluminados y de fanáticos, que se apropió de la definición, el sentir, y la proyección de España contra la voluntad de un pueblo expresada en las urnas, arrastró a este país a una matanza colectiva en nombre de grandes ideales y de ostentosas palabras que robaron y violaron para su propio lucro. Hoy, los españoles sabemos el precio que es preciso pagar por tanta arrogancia. Por eso es necesario que repitamos a diario, que se lo repitamos a nuestros hijos, a los hijos de nuestros hijos: "Sucedá lo que suceda, nunca más". Nunca más la muerte, el imperio de la fuerza sobre la razón, la manipulación de los jóvenes, de las conciencias y de los ideales. Nunca más caudillos salvadores, enviados del cielo o del infierno, definidores de una solución para el problema de España. (...) La otra España, la que perdió la guerra y hoy revive con la democracia, es precisamente la que piensa que no hay dos Españas enfrentadas, sino una España variopinta que no se debate entre la vida y la

¹³⁸ «La verdad y el sentido», *El País*, 18 de julho de 1986. «Laín inauguró el ciclo de homenaje a los escritores muertos en 1936», *La Vanguardia*, 9 de abril de 1986, p. 36.

muerte ni juega al toro con la política. Nunca más los dogmatismos, la intolerancia ni la soberbia que hemos padecido. Nunca más».¹³⁹

Em outro editorial de *El País*, de 1995, centrado na abordagem da transição, considerava-se a morte de Franco como acontecimento matriz da história. A caracterização do carácter cruel e violento do regime franquista – derivado da guerra civil e incapaz de conceber a *reconciliação* – constituía o contraponto a partir do qual se defendia a ideia de *transición modélica*, com base no êxito da via da moderação: «Franco fue el último intento de construir un Estado sobre los rescoldos siempre avivados de una guerra; un Estado que, en sus orígenes, se basó en una pasión exterminadora y, luego, hasta su fin, en una política de exclusión y represión de una parte de la sociedad española. Fiel al origen de su poder, Franco fue durante toda su vida como el compendio de una impotencia histórica para construir un Estado capaz de dar cabida a todas las voces que emanan de una sociedad plural. Su muerte fue un acontecimiento porque nadie pudo, después de él, mantener el viejo Estado ni edificar uno nuevo sobre una estrategia de la exclusión. (...) Después de Franco, ni la reforma de sus instituciones ni la revolución pendiente eran posibles. Los que venían del régimen aprendieron que todo aquel artefacto de poder debía ser desmantelado de arriba abajo, mientras la oposición aprendía – por convicción o a la fuerza – que un nuevo sistema político no se podía construir sobre la negación del pasado, como si Franco pudiera ser borrado y fuera posible el retorno a un 14 de abril».¹⁴⁰ Neste caso, a ênfase recaía na condenação da ditadura, por um lado, e na sustentação das *memórias da transición modélica/reconciliação*, por outro lado.

Pode-se dizer que as *memórias antifranquistas da reconciliação* também são representadas pela cultura política do nacionalismo convervador basco. Contudo, devido à especificidade do caso basco, convém que sua análise seja feita separadamente.

Em suma, as *memórias da reconciliação*, tendo como base comum a intenção de evitar juízos ético-políticos sobre a guerra civil, podem abranger desde os posicionamentos *revisionistas* das culturas políticas de direita – que justificam e legitimam o *alzamiento* – até às interpretações que representam culturas políticas de centro e centro-esquerda e que se identificam com a crítica do franquismo. Neste último

¹³⁹ «Nunca más», *El País*, 18 de julho de 1986. Da mesma forma, em texto do diretor de *El País*, Juan Luís Cebrián, havia destaque para o sentido de não justificação do *alzamiento*, e muito especialmente para a crítica da política de memória levada a cabo durante todo o regime franquista: «La memoria histórica», *El País*, 18 de julho de 1986.

¹⁴⁰ «La muerte de Franco», *El País*, 19 de novembro de 1995.

caso, convém salientar que as opiniões que expressam diretamente uma condenação ético-política do golpe de julho de 1936 e do posicionamento dos sublevados – esta é, particularmente, a posição editorial de *El País* – não desdobram esta perspectiva crítica negativa numa possível avaliação positiva sobre a causa do lado republicano; opta-se, desta forma, por manter uma distância em relação à *memória dos vencidos*, com a defesa da retórica dos discursos da *reconciliação* e da *transição modélica*.

É importante ressaltar o significativo alcance de algumas das teses que sustentam as perspectivas *revisionistas* – as ideias de *loucura coletiva* e de *incapacidade de convivência* dos espanhóis e do ambiente de generalizado caos político e social da II República –, o que pode ser explicado pela capacidade de influência e socialização da memória oficial franquista durante a longa duração do regime. Neste sentido, pode-se considerar que tais concepções, para além de identificarem os relatos memoriais da direita, relacionam-se também com o filtro do elemento geracional: encontram-se igualmente presentes em opiniões de contemporâneos da guerra que primam por evitar qualquer avaliação ético-política sobre o conflito dos anos 1930. Tal como ressalta Molinero:

«En el momento de la Transición hacía más de 35 años que se recreaba una virtual historia de España, en especial del siglo XX, en la cual la II República era presentada como un régimen ilegítimo que había permitido e incluso propiciado el caos que aceleraba la decadencia de España».

Se esta mitologia histórica, transmitida durante décadas, deixou marcas profundas entre os setores conservadores, e entre parte dos mais despolitizados, por outro lado, acabou por conseguir influenciar também, de alguma maneira, o imaginário dos setores oposicionistas: «es indudable que el discurso franquista había conseguido desprestigiar la II República y a aquellos que la propugnaban. A lo largo de varias décadas todo lo que se pudo aprender – o leer en la prensa – sobre la II República era el daño que había hecho».¹⁴¹

O poder de penetração de tais mitos franquistas no imaginário social é confirmado, além disso, pela presença nas *memórias da transição modélica* do elemento *convivência* como ideia-símbolo representativa da transição democrática. Considerando-se a relação intrínseca das *memórias da transição modélica* com o passado de guerra civil – com base na qual a avaliação sobre o êxito da transição se apoia, em larga

¹⁴¹ MOLINERO, 2010, *op. cit.*, p. 44.

medida, na contraposição ou na ideia de *superação* do ambiente que teria engendrado a guerra fratricida –, pode-se afirmar que tais relatos memoriais sobre a transição aceitam tacitamente a explicação da guerra civil como *incapacidade de convivência*. Neste caso – no âmbito das memórias sobre a transição, e não dos relatos diretamente sobre a guerra civil –, constata-se, portanto, que a influência de tais mitos franquistas ultrapassa o fator geracional, pois estas concepções são defendidas por representantes políticos e personalidades da vida pública que não viveram o conflito.

4-1.4. Reivindicações por políticas de memória: da hegemonia das *memórias da reconciliação* ao *combate pela memória* no espaço público

Embora o objeto deste trabalho não seja especificamente o estudo sobre políticas de memórias – e nem mesmo a natureza das fontes adotadas permite uma análise extensiva sobre a questão –, algumas notícias publicadas na imprensa acerca deste assunto permitem comprovar o carácter hegemónico das *memórias da reconciliação* no período estudado.

Numa reportagem publicada no *El País* em 1986, na qual se descrevia o tratamento dado aos lugares de memória franquistas em diferentes regiões do Estado espanhol, não se estabelecia um posicionamento explícito acerca dos parâmetros que deveriam pautar a atuação do Estado a respeito de políticas públicas sobre o passado. Primeiramente, abordava-se o contraste entre a ausência de políticas de memória por parte do regime democrático e a inequívoca atuação do franquismo neste sentido: «A los 50 años de la sublevación militar del general Franco contra un régimen democráticamente establecido, la II República Española, los símbolos de la dictadura franquista – monumentos a los caídos de un solo bando, estatuas ecuestres de Franco – proliferan por ciudades y pueblos de España. Sin embargo, apenas un año después de concluida la guerra civil de 1939 no quedaba en España un solo rastro que evocara públicamente las instituciones o las personalidades del régimen democrático derrocado». No entanto, não se emitia um juízo necessariamente crítico acerca da negligência do poder político democrático em relação à adoção de políticas sobre o passado no espaço público: «Estos dos comportamientos ponen de relieve los distintos grados de respeto hacia la historia entre un régimen y otro. (...) Algunos monumentos

han permanecido en los callejeros y otros han sido retirados tras acuerdos de los respectivos ayuntamientos. Los que quedan son hoy vestigios mudos del pasado».¹⁴²

Um sentido semelhante transparecia em notícias, reportagens e artigos publicados pelo *El Mundo*, em abril de 1994, a propósito do bloqueio por parte do governo municipal de Madrid, do PP, à petição para dedicar nomes de ruas a quatro generais da II República, dois dos quais foram defensores da cidade durante a guerra civil: José Miaja, Vicente Rojo, Antonio Escobar Huerta e Sebastián Pozas. A proposta foi apresentada em 23 de maio de 1991 por 25 entidades cidadãs e associações de moradores do bairro da Latina, com apoio do grupo municipal socialista. É possível constatar nestas reportagens e artigos, e inclusive nas declarações de representantes políticos mencionadas, o sentido de *reconciliação* como base desta reivindicação por políticas de memória em reconhecimento dos vencidos – ou seja, trata-se do cuidado de evitar a menção de valores ético-políticos que diferenciasssem os dois lados enfrentados, de modo que se aludiam a critérios de *equanimidade* para justificar a relevância das políticas de memória. Por exemplo, destaca-se o seguinte argumento do socialista Ramón Herrero: «Dedicar un recuerdo a estos cuatro generales republicanos constituye un necesario ejercicio de justicia y un instrumento para favorecer la recuperación de nuestra propia historia»; porém, em notícia publicada no dia seguinte, mencionava-se a explicação deste mesmo político sobre a supressão por parte do primeiro governo local democrático, a cargo dos socialistas, dos nomes de ruas mais emblemáticos do regime franquista, o que não teria obedecido a um sentido revanchista e sim à pretensão de reequilibrar a justiça histórica e restituir alguns nomes que existiam antes. Nos termos do próprio Herrero, reproduzidos no jornal: «Es cierto que se cambiaron unos 20 nombres de calles, pero otros se respetaron. Por ejemplo, todavía existe una calle del general Franco en el distrito de Hortaleza».¹⁴³

Este tom de *reconciliação* – que se traduz numa equiparação formal, esvaziada de valores éticos – também aparecia em artigo da autoria de Ángel del Río: «Si unos nombres permanecen, no hay razón para obviar a otros nombres del bando contrario. La Historia es tal como ocurrió y sus protagonistas tienen el mismo derecho a permanecer por encima de ideas diferentes. Quizá haya que reprochar al grupo socialista del

¹⁴² «Vestigios mudos del pasado – Decenas de símbolos franquistas pueblan aún las calles españolas», *El País*, 18 de julio de 1986.

¹⁴³ «El PP rehúsa dedicar calles a los generales de la II República que defendieron Madrid», *El Mundo*, 4 de abril de 1994, caderno Madrid, p. 1. «PSOE e IU critican la negativa del PP de dedicar calles a generales republicanos», *El Mundo*, 5 de abril de 1994, caderno Madrid, p. 3.

Ayuntamiento que no hiciera en los diez años que gobernó Madrid lo que ahora paralisa durante tres años el gobierno de Álvarez del Manzano. Perdamos el miedo a la Historia y que nadie se aproveche o reniegue de ella».¹⁴⁴ A crítica da abstenção dos socialistas em terem realizado durante seu governo aquilo que então reivindicavam dos populares repetia-se em outros pontos. Uma explicação para esta conduta foi ensaiada pelo diretor dos *Servicios de Cultura del Ayuntamiento*, Ignacio González¹⁴⁵, que aludiu à intenção de evitar conflitos: «La prueba es que el PSOE estuvo gobernando el Ayuntamiento hasta el año 89 y nunca puso a las calles ningún nombre de un general de la República. Y creo que no lo hicieron para no provocar enfrentamientos en un tema que se presta a eso».¹⁴⁶

A intenção da linha editorial do *El Mundo* em enfatizar uma posição de *meio-termo e bom senso* para defender a adoção desta política de memória, aparentemente demarcando-se de posturas políticas, evidenciava-se no seguinte trecho: «La polémica sobre la eventual inclusión de cuatro generales en el callejero da pie a solicitar, una vez más, que impere el sentido común, y que aquellas figuras de nuestra historia que merezcan poblarlo – centralistas y nacionalistas, carlistas y liberales, monárquicos y republicanos, nacionales y legitimistas, de derechas, de izquierdas o de centro – hallen definitivamente su acomodo, poniendo fin a la cainita y españolísima costumbre de cortar cabezas y hacer leña del árbol caído».¹⁴⁷ Ou seja, adotava-se o mesmo referencial pelo qual se pautavam as *memórias da reconciliação*, que para além de evitarem o estabelecimento de juízos ético-políticos sobre o passado, aceitavam a veracidade do mito baseado na ideia da *incapacidade de convivência* dos espanhóis.

Apenas nas declarações do *alcalde* de Madrid, do PP, Álvarez del Manzano, depreendia-se o sentido da *necessidade de superação do passado*; Manzano afirmava não desejar que a situação “abri[era] la veda de recuperar nombres de los bandos de una Guerra Civil que debería ser olvidada por todos”. E na mesma página onde constavam estas declarações de Manzano, em artigo de Raúl del Pozo¹⁴⁸ criticava-se o posicionamento do PP, sugerindo-se ainda uma visão favorável sobre os republicanos: «Ahora la oposición de izquierdas quiere poner nombres de calles a cuatro generales

¹⁴⁴ «Nombres propios de la Historia», *El Mundo*, 4 de abril de 1994, caderno Madrid, p. 2.

¹⁴⁵ Ignacio González (n.1960): Político do PP. É presidente da Comunidade Autónoma de Madrid desde 2012.

¹⁴⁶ «Los generales y sus “no” calles», *El Mundo*, 18 de abril de 1994, caderno Madrid, p. 5. «Las calles de generales republicanos no se han llevado todavía a Cultura», *El Mundo*, 8 de abril de 1994, caderno Madrid, p. 4.

¹⁴⁷ «Hacia un callejero para todos», *El Mundo*, 12 de abril de 1994, caderno Madrid, p. 6.

¹⁴⁸ Raúl del Pozo (n.1936): jornalista.

que defendieron la República. La derecha municipal y espesa bloquea la petición. Y eso que no han elegido a militares rojos, o a poetas rojos, o a políticos rojos, sino a uniformizados constitucionalistas (...). Oponerse a esa idea es como avergonzarse del Madrid del no pasarán, del Madrid que emocionó al universo. ¿Es que la derecha española no se siente orgullosa de un Pueblo que quiso hacer de Madrid la tumba del fascismo? ¿No es Azaña, un libro de cabecera de José María Aznar?»¹⁴⁹

As querelas políticas locais acerca de reivindicações por políticas de memórias em reconhecimento dos vencidos permitem que se ensaie uma explicação sobre a conduta dos socialistas a respeito desta questão: enquanto estiveram à frente do poder político, ao longo dos anos 1980, os representantes do PSOE mantiveram a postura de não se envolverem em assuntos relativos a políticas públicas sobre o passado – concretamente no que diz respeito a vítimas republicanas da repressão franquista –, posicionamento que se inverte a partir de quando passaram a integrar as filas da oposição. Por exemplo, numa notícia do *Egin*, de 1986, referia-se que o PSOE se havia negado a debater a moção apresentada pela *Asociación de Familiares de Asesinados Navarros* (AFAN) no *Ayuntamiento de Altsasu* – governado pelos socialistas – em que se solicitava a destruição dos símbolos fascistas que recordavam a guerra civil e a sua substituição pela homenagem a *gudaris*¹⁵⁰ e republicanos que tinham sido fuzilados por defenderem a liberdade. Em alternativa, os socialistas apresentaram outra moção em que se nomeava Constantino Salinas – militante do PSOE e presidente da *Diputación Foral* de Navarra em 1933 – filho predileto da localidade.¹⁵¹

Como sublinha Josefina Cuesta, desde a transição democrática se modificaram nomes de ruas, praças e escolas e se eliminaram monumentos franquistas de localidades que passaram a ser governadas por socialistas ou comunistas, ao contrário do que se passou com os governos locais da AP, que mantiveram a maioria das marcas da ditadura no espaço público. De qualquer forma, é possível considerar que a conduta dos socialistas durante as primeiras décadas de democracia se pautou, conforme já se argumentou, pelo ideário das *memórias da reconciliação*, pois a transformação dos *lugares de memória* franquistas foi, de forma geral, seletiva e incompleta. Por exemplo,

¹⁴⁹ «El alcalde consultará con la dirección del partido el “caso de los generales” – Cree que la Guerra Civil española debería ser olvidada por todos»; «Madrid: cada calle una trinchera», *El Mundo*, 6 de abril de 1994, caderno Madrid, p. 3.

¹⁵⁰ Os *gudaris* – designação basca para *soldados* – foram voluntários que integraram o exército basco formado para combater em defesa da República.

¹⁵¹ «El PSOE se niega a debatir en Altsasu una moción sobre los fusilados en 1936», *Egin*, 9 de dezembro de 1986, p. 9.

Cuesta menciona o caso de Salamanca, cujo primeiro governo democrático, que era socialista, substituiu nomes ruas e escolas, eliminou as inscrições gravadas no muro da catedral, mas manteve o medalhão com o busto de Franco gravado no *Pabellón Real* da Plaza Mayor, tendo prevalecido a conceção, neste caso, de que se tratava da expressão de uma “historia vivida pasada”.¹⁵² Francisco Espinosa, por sua vez, demonstra a orientação predominante entre os socialistas ao afirmar que em muitas localidades se substituíram as lápides funerárias franquistas – que celebravam a memória dos “caídos por Dios y por España” – por outras nas quais se lia “por todos los caídos en las guerras de España”, evidenciando uma expressa intenção de evitar quaisquer posicionamentos ético-políticos sobre a guerra civil de 1936-39. Segundo Espinosa, trata-se de “una clara apuesta por la desmoría, por la disolución de la memoria de la represión fascista”¹⁵³; trata-se, enfim, do *vazio ético* identificado por Vinyes nas origens da democracia espanhola, o qual se relaciona diretamente com o carácter hegemónico das *memórias da reconciliação* no espaço público.

Uma outra controvérsia local ilustra a mudança de postura dos socialistas no sentido de passar a apoiar políticas de memória. Em 1996, os representantes do PP no Parlamento da Galiza rejeitaram a iniciativa proposta pelo *Bloque Nacionalista Galego* (BNG) para que a data do fuzilamento do galeguista Alexandre Bóveda, 17 de agosto [de 1936], fosse institucionalmente declarada *Dia da Galiza Mártir*. A proposta já tinha sido apresentada pelo BNG em 1992; desta vez, contudo, o PSOE trocou a abstenção pelo voto a favor. O porta-voz do PP, Fernando González Suárez, justificou o posicionamento do seu partido com base na ideia de *superação do passado*, tendo afirmado que “non é este o procedemento máis adecuado para la reconciliación (...) melhor é non recordar”.¹⁵⁴

Com efeito, a postura do PP sempre foi a de rejeitar as propostas de políticas de memória em reconhecimento dos *vencidos* e das vítimas da repressão franquista. A diferença que se delineia a partir de inícios dos anos 1990 é que os socialistas, até então alheios a tais iniciativas, passam a subscrevê-las. Trata-se de uma circunstância fundamental que, ao redimensionar a relação de forças políticas acerca da questão, confere impulso a estas iniciativas, tanto no âmbito local quanto no nacional, isolando a direita na recusa da adoção de políticas públicas reabilitadoras dos *vencidos*. Outro

¹⁵² CUESTA, 2008, *op. cit.*, p. 348-349.

¹⁵³ ESPINOSA, 2006, *op. cit.*, p. 181.

¹⁵⁴ «O Parlamento rexeita proclamar o 17 de Agosto como *Dia da Galiza Mártir* – A Deputación de Ourense nomeou a Alexandre Bóveda fillo predilecto», *A Nosa Terra*, 27 de junho de 1996, p. 21.

exemplo local, também de 1996, é o da localidade galega de O Barco de Valdeorras, cujo *alcalde*, Xúlio Gurriarán Canalejas, do PP, não aprovou a instalação de um monolito em homenagem ao seu antecessor no cargo, Abdón Blanco, que pertencia à organização integrada na *Frente Popular, Izquierda Republicana*, e que foi fuzilado em 1936. Apesar da negação oficial da homenagem, formou-se uma comissão constituída por todos os partidos da oposição, as três centrais sindicais e personalidades independentes, com o objetivo de organizar diversos atos em memória de fuzilados, *paseados* (fuzilados sem julgamento), desaparecidos e vítimas da repressão franquista; o lema que norteava tais iniciativas era “Lembraza e memoria. Homenaxe aos mártires da liberdade. 1936-1996”.¹⁵⁵ Por outro lado, no âmbito nacional, o já mencionado caso das homenagens às Brigadas Internacionais, em 1996, ilustra o novo cenário político no espaço público espanhol a favor de políticas de memória em reconhecimento dos *vencidos*.

4-2. Memórias bascas sobre a guerra civil: entre as *memórias da reconciliação* e as críticas da transição

Pode-se dizer que um elemento comum às memórias dos nacionalismos periféricos é a identificação antifranquista, ressaltando-se, com frequência, a violência repressiva. Isto explica-se pelo forte carácter centralista do franquismo, o que provocou uma confluência das diversas tendências políticas dos nacionalismos periféricos no sentido da oposição à ditadura – embora em certos casos pudessem ter estado inclusive ao lado dos sublevados durante a guerra civil. Conforme esclarece Paloma Aguilar:

«los nacionalismos periféricos – a pesar de la tibia adhesión de muchos de ellos a la causa republicana, o al apoyo explícito de algunos a la causa franquista – saldrían perdiendo con la victoria de las tropas de Franco, puesto que éste impuso una estructura política y administrativa absolutamente centralizada y reprimió muchas de las manifestaciones culturales de las regiones que habían destacado por sus sentimientos nacionalistas, particularmente las lingüísticas».¹⁵⁶

No que diz respeito especificamente ao âmbito dos relatos memoriais sobre a guerra civil no País Basco, identificam-se dois géneros principais de interpretações: a

¹⁵⁵ «O alcalde de Valdeorras negase a homenaxear ao seu antecesor fusilado – o PP rexeita a proposta de todos os partidos e sindicatos democráticos» *A Nosa Terra*, 7 de novembro de 1996, p. 4.

¹⁵⁶ AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política*. Madrid, Alianza Editorial, 2008. P. 247.

ideia da *guerra imposta aos bascos*, representativa do nacionalismo conservador católico, e a conceção da *guerra entre bascos*, defendida pelo nacionalismo radical. A primeiras destas tendências pode ser considerada como uma variante das *memórias antifranquistas da reconciliação*.

Em editorial do *Deia* sobre o cinquentenário da guerra civil, defendia-se o entendimento comum às análises mais conservadoras que aludem ao ambiente de caos político e social da II República; no entanto, ao contrário daquelas versões da memória que, ou sustentam a equiparação ético-política entre os dois lados enfrentados, ou atribuem a eclosão da guerra civil aos erros dos republicanos, predominava neste editorial o tom de uma inequívoca condenação do *alzamiento* de 1936: «Entre aquellas pretendidas razones, la más profunda y decisiva fue el fracaso de una república democrática, tan combatida por los extremistas como mal defendida por los moderados. La idea de que para salvar a la república era necesario un golpe de Estado flotaba en el ambiente, entre la derecha y entre la izquierda. Fue trágicamente decisivo que, por un lado y por otro, con los abusos y intransigencias de unos y de otros, muriera el respeto a la legalidad y se creara la conciencia de que esta legalidad no bastaba, de que sólo la fuerza o la violencia podría restablecer el orden o imponer uno nuevo. Fueron los militares rebeldes quienes saltaron al campo y es inútil aventurar si sólo se adelantaron o si otros lo hubieran hecho de haberse mantenido ellos en los cuarteles. Lo cierto es que entre aquellas “dos Españas” de Larra, enfrentadas desde el siglo XVIII y satanizadas por extremismos temperamentales y el mismo fanatismo religioso, a favor o en contra de una Iglesia demasiado centrada en el pasado, un golpe de Estado equivalía a una guerra civil».

Por outro lado, sublinhava-se ainda a ideia da especificidade da guerra no País Basco. Neste sentido, sugeria-se que o nacionalismo basco católico se distanciava dos posicionamentos de ambos os lados enfrentados no conflito, tanto dos extremismos de esquerda quanto de direita. De modo que, através desta estratégia de autolegitimação – segundo a qual a crítica simultânea dos republicanos e dos sublevados permitia preservar e valorizar o projeto político do *Partido Nacionalista Vasco* (PNV) –, defendia-se que a guerra civil teria sido uma realidade imposta aos bascos: «Euskadi rompió obviamente el esquema que tomó y siguió la guerra en España. Incluida Euskadi en el Estado español, fue arrastrada trágicamente por el vértigo de la guerra, pero ésta tuvo aquí un signo y consecuencias muy diferentes. Lo singular y decisivo fue la presencia del nacionalismo y, en concreto, del PNV. Este partido, que socialmente

estaba lejos de los extremismos revolucionarios de las izquierdas y vivía su catolicismo con tanta o mayor profundidad que las derechas, fiel a la legalidad y con esa intuición de la tierra que, aún desconfiando justamente de lo español, espera algo más de la democracia hispana, se opuso al levantamiento militar. Metido a la fuerza en el Estado, no le fue posible inhibirse de una contenda que, como proclaman algunos, incumbía sólo a los españoles». No entanto, apesar desta alegada dificuldade dos nacionalistas bascos em tomar partido num conflito que percebiam como alheio, ressaltava-se que a luta por *Euskadi* e pela liberdade passava pela República, já ferida de morte.¹⁵⁷

Esta associação entre nacionalismo basco e República aparecia também em artigo de Koldo San Sebastián, no qual se afirmava que “los dirigentes nacionalistas comprendieron que, a partir del 18 de julio de 1936, la autonomía y la consecución de las libertades nacionalistas vascas estaban unidas a la causa de la democracia española”. Também se abordava a desconfiança dos nacionalistas bascos em relação a ambos os lados enfrentados, para além do posicionamento da Igreja basca como instituição a favor dos sublevados – apesar da posterior repressão e assassinato de muitos sacerdotes bascos nacionalistas. No entanto, salientava-se que os avanços autonómicos e a promessa do governo republicano de conceder o Estatuto teriam dissipado qualquer dúvida, assim como a repressão sistemática pelos franquistas contra o nacionalismo basco desde Setembro de 1936.¹⁵⁸

A demarcação ético-política do nacionalismo conservador basco em relação aos dois lados enfrentados na guerra civil evidenciava-se mais claramente em artigo de Iñaki Azpiazu: «La guerra duró en Euzkadi un año aproximadamente. Se instauró un Gobierno autonómico, con mayoría nacionalista, integrado por representantes de todos los partidos políticos, bajo la presidencia del doctor José Antonio Aguirre. Durante ese tiempo hubo en la Euzkadi legal sangrientos hechos producidos por fuerzas incontroladas que el mismo Aguirre denunció, condenó y castigó, haciendo pública la nómina de los victimados: conducta noble que conmovió a la democracia mundial y contrastaba con la conducta de las fuerzas, tanto franquista como gubernamentales, en cuyos territorios se asesinaba a mansalva a miles de ciudadanos por el solo delito de ser de ideología contraria. Aparte de estos acontecimientos, de los que no fueron responsables los bascos católicos antifranquistas, la guerra fue conducida en Euzkadi con seria disciplina bélica y buen orden público en la retaguardia, con respeto de las

¹⁵⁷ «18 de julio», *Deia*, 18 de julho de 1986, p. 11.

¹⁵⁸ «50 años después», *Deia*, 19 de julho de 1986, p. 8.

libertades religiosas usuales de la democracia». O artigo mencionava ainda a oposição à ditadura franquista que se seguiu à guerra por parte de sacerdotes bascos.¹⁵⁹

Dez anos depois, no sexagésimo aniversário da guerra civil, em artigo de José Ramón Scheifler Amézaga¹⁶⁰ também se defendia a ideia das características específicas da realidade basca, o que expressaria uma espécie de centro em relação às posições políticas enfrentadas na guerra civil: «La guerra en la retaguardia fue muy distinta de la vivida en otras partes del Estado. Sobre todo desde la promulgación del Estatuto, se impuso el orden y la administración de la justicia. En ningún momento existió proceso revolucionario alguno. Las iglesias se mantuvieron tan frecuentadas como siempre y el culto cristiano, la misa, se celebró en los mismos frentes de batalla. (...) Para los sublevados y el llamado “Movimiento Nacional”, la guerra en Euskadi fue una de las cruces más ásperas, más que el campo estrictamente bélico, en el de su propaganda, credibilidad y autojustificación. La sublevación militar se revistió muy pronto de lucha anticomunista y de religión (...). Pero allí estaban buena parte de los vascos, totalmente ajenos a las doctrinas marxistas y comunistas, y reconocidos por su catolicismo, en lucha contra los sublevados». Por fim, mencionava-se a violenta repressão franquista no País Basco, durante toda a ditadura; e afirmava-se que, apesar de se condenar a violência da ETA em todas as suas manifestações, isto não significava que “no pueda haber en sus reivindicaciones alguna o algunas que puedan ser justas y derechos que debieron ser reconocidos”.¹⁶¹

A questão política da luta nacionalista pela autodeterminação suscita a instrumentalização do passado através da ideia de *continuidade da guerra civil*. Assim, por exemplo, em artigo de Xosé Estévez¹⁶², a propósito do cinquentenário da guerra civil e no qual se defendia o carácter do golpe de 1936 como ataque ao sistema democrático republicano, sugeria-se a ideia de que a guerra civil não teria terminado, uma vez que persistia o problema do povo basco: «aún no se le ha interrogado sobre la sencilla pregunta de si quería “autodeterminarse”, es decir, ser libre».¹⁶³

¹⁵⁹ «Reivindicación histórica vasca», *Deia*, 18 de julho de 1986, p. 11. No mesmo sentido argumentava Gonzalo Nardiz, político nacionalista que foi Conselheiro da Agricultura do primeiro governo basco, durante a guerra civil: «Y a pesar de los horrores propios de una guerra, los vascos, concretamente el Gobierno vasco, tuvo siempre como principio de acción evitar todo tipo de desmanes, luchando por su significación democrática». «Una guerra impuesta a los vascos», *Deia*, 18 de julho de 1986, p. 6.

¹⁶⁰ José Ramón Scheifler Amézaga (n.1920): Jesuíta e professor universitário. Exilou-se em 1937. Em 1938 ingressou na Companhia de Jesus. Foi um dos fundadores do *Deia*, em 1977.

¹⁶¹ «Hace solo sesenta años», *Deia*, 21 de julho de 1996, p. 22-23.

¹⁶² Xosé Estévez (n.1943): Historiador; professor na Universidade de Deusto. Colaborador dos diários *Deia*, *Gara* e *A Nosa Terra*.

¹⁶³ «El cincuentenario de la guerra civil», *Egin*, 11 de julho de 1986, p. 3.

Este argumento era levado ao extremo em declarações políticas – especialmente por parte de dirigentes da coligação política nacionalista radical *Herri Batasuna* (HB) – nas quais com frequência também se defendia a ideia da ausência de fronteiras entre a ditadura e os governos pós-franquistas. Este sentido transparecia num comunicado do HB de Navarra por ocasião do cinquentenário do início da guerra.¹⁶⁴ Pretende-se, com uma tal argumentação, instrumentalizar o passado de guerra civil para trazer à discussão o problema político da ETA, cuja atuação era justificada em algumas destas opiniões. Assim, em artigo de Iñaki Aldekoa, a propósito do aniversário do fim da guerra civil, legitimava-se a ideologia e a conduta da ETA e enfatizava-se a linha de continuidade entre ditadura e democracia: «Felipe González y Juan Carlos I y las instituciones que representan, pretenden la desnacionalización de Euskal Herria mediante métodos más sofisticados y “europeos”, pero dentro de cincuenta años habrán pasado, al igual que Franco, y nuestro pueblo no sólo seguirá en pie, sino que será plenamente soberano».¹⁶⁵

Com diferente objetivo, a evocação da derrota republicana como o fim das esperanças que o povo basco havia depositado no regime e a consequente repressão franquista contra os direitos mínimos dos bascos – acontecimentos históricos entendidos como a origem da violência nacionalista no País Basco – constituía a base a partir da qual uma reportagem do *Deia* indagava a opinião de representantes de diferentes forças políticas sobre a questão da violência nacionalista.¹⁶⁶

Pode-se dizer que a repressão franquista constitui um aspeto recorrente nas memórias bascas. A alusão à opressão franquista contra os nacionalismos periféricos complementa os relatos sobre o posicionamento do nacionalismo conservador basco em defesa da República, apoia as tentativas de compreensão histórica acerca do surgimento da violência nacionalista basca, e integra também as opiniões do nacionalismo radical que legitimam a ação armada da ETA.

Outra interpretação sobre a guerra civil defendida pelo nacionalismo radical basco é a conceção de *guerra entre bascos*, perspetiva que se delineia no diário *Egin*. Por exemplo, em reportagem sobre o cinquentenário do início da guerra, enfatizava-se a ideia de golpe militar contra a legalidade democrática republicana e afirmava-se que a guerra civil teria sido também uma guerra entre bascos, já que Navarra, Álava e parte de Guipúscoa ficaram desde cedo sob o controlo dos sublevados. Segundo um tal ponto de

¹⁶⁴ «HB denuncia el actual continuismo con el régimen anterior», *Egin*, 18 de julho de 1986, p. 6.

¹⁶⁵ «Cincuenta años», *Egin*, 1 de abril de 1989, p. 4.

¹⁶⁶ «La paz está en el diálogo», *Deia*, 19 de julho de 1986, p. 6.

vista, optava-se pela valorização da resistência basca, sendo recorrente a alusão às memórias dos *gudaris*.¹⁶⁷ Neste sentido, o *Egin* publicou entre 1986 e 1987 – por ocasião do cinquentenário da atuação do Exército Basco – muitas reportagens que descreviam as batalhas e a resistência dos bascos contra os sublevados.¹⁶⁸

Existe ainda uma ideia que norteia as memórias bascas sobre a guerra civil e que consiste no argumento do *não-esquecimento* sobre o passado recente porque pode voltar a acontecer. Trata-se, com efeito, de uma argumentação oposta aos relatos das culturas políticas de direita baseados na ideia de *superação do passado* e impossibilidade de repetição da guerra, e em geral se encontra associada à valorização das *memórias dos vencidos*. Tal conceção é sintetizada no já mencionado artigo de Scheifler Amézaga: «Los que vivimos y padecemos (...) aquella tragedia colectiva no la podemos olvidar ni queremos olvidarla, aunque hablemos poco de ella. Si aun para el auténtico perdón hay que recordar el pasado, para prever y enderezar el futuro es necesaria la memoria de los errores históricos».¹⁶⁹ Também o investigador José Mari Esparza, em entrevista ao *Egin* sobre a repressão em Navarra decorrente do golpe de 1936, reiterou a importância de *não-esquecer*: «Lo que es evidente, es que mediante el olvido sistemático de la Historia no se garantiza en absoluto la paz, no se dan pasos para que aquello no vuelva a ocurrir».¹⁷⁰

É possível ensaiar uma explicação para este traço argumentativo das memórias nacionalistas bascas com base no papel desempenhado pela repressão franquista na configuração destes relatos memoriais. Ou seja, o facto de que as memórias bascas sobre a guerra civil, seja o nacionalismo conservador seja o nacionalismo radical, se posicionam inequivocamente no sentido da condenação do *alzamiento* e dos sublevados – ainda que estas memórias expressem construções *a posteriori* que projetam nos anos

¹⁶⁷ «Hoy, 18 de julio, cincuentenario del golpe militar que dio comienzo a la guerra civil», *Egin*, 18 de julho de 1986, p. 5.

¹⁶⁸ Por exemplo: «Catorce de noviembre: el espaldarazo de los batallones vascos – La guerra de los vascos del 36 (3)», *Egin*, 23 de novembro de 1986, p. 24, 25; Suplemento «La guerra de los vascos del 36 (XXI)», *Egin*, 21 de abril de 1987, p. I-VII.

¹⁶⁹ «Hace solo sesenta años», *Deia*, 21 de julho de 1996, p. 22-23. No mesmo sentido, em declarações sobre a guerra em seu cinquentenário, o sacerdote e antropólogo José Miguel de Barandiarán afirmou que “lo lógico es perdonar pero nunca olvidar, porque si no sucederá de nuevo”. «La guerra civil, un aniversario para no celebrar», *Deia*, 17 de julho de 1986, p. 6. Este argumento também aparecia em artigo de José Luis Iturrieta: «18 de julio de 1936», *Deia*, 19 de julho de 1996, p. 26.

¹⁷⁰ «Siempre hay un Mola esperando su oportunidad», *Egin*, 21 de julho de 1986, p. 6. Em sentido semelhante, em artigo de Iñaki Urdanibia salientava-se que a memória e a recordação constituíam a única possibilidade de conceber-se o “nunca mais”: «El derecho a la memoria», *Egin*, 29 de abril de 1987, p. 20. O argumento do *não-esquecimento* foi formulado também numa notícia do *Deia* sobre o cinquentenário do bombardeamento de Otxandio: «Otxandio festejó la paz, recordó la guerra», *Deia*, 21 de julho de 1986, p. 6.

1930 o sentido de um abrangente antifranquismo que apenas se verificou na região décadas depois, especialmente a partir dos anos 1970, em larga medida como consequência da generalizada repressão antinacionalista no País Basco; desta forma, é importante ter presente esta dimensão memorial dos discursos públicos do nacionalismo basco sobre a guerra civil, os quais, ao insistir na perspectiva da resistência nacionalista ao *alzamiento*, omitem a complexidade dos posicionamentos, motivações e alianças que dividiram o nacionalismo basco na época. Pode-se considerar, neste sentido, que tal característica das memórias nacionalistas bascas – que pode ser extensível às tendências dos demais nacionalismos históricos – abrange a potencial crítica a respeito da negligência do regime democrático quanto a uma condenação ético-política do franquismo, o que constitui o principal eixo de sustentação das *memórias críticas da transição*, que se avolumam no espaço público espanhol a partir de meados dos anos 1990.

4-3. *Memórias subterrâneas*: entre as críticas da transição e as *memórias dos vencidos*

As *memórias subterrâneas*, conforme se esclareceu no capítulo 1, referem-se aos relatos memoriais que contam com escassa difusão no espaço público, podendo ser consideradas, neste sentido, *memórias fracas*. Em virtude do carácter hegemónico das *memórias da reconciliação* e das *memórias da transição modélica* no período 1986-1996, pode-se dizer, em consequência, que as *memórias críticas da transição* e as *memórias dos vencidos* constituem relatos *subterrâneos*. No primeiro caso, representam particularmente as culturas políticas dos nacionalismos periféricos de esquerda. Tais opiniões críticas da transição desenvolvem-se em meados dos anos 1990 – especialmente por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Franco – e são impulsionadas pela conjuntura política de desgaste do governo González: pois os escândalos de corrupção suscitam o questionamento, por parte de culturas políticas de esquerda, sobre as bases da democracia espanhola.

Paralelamente, passa a configurar-se a mudança de posicionamento dos socialistas no sentido de apoiar políticas de memória em reconhecimento dos *vencidos* e das vítimas da repressão franquista. Este processo de redefinição das relações de forças em defesa das *memórias dos vencidos* significa um incremento na visibilidade pública destes relatos memoriais, até então *subterrâneos*. Pode-se dizer, portanto, que estes dois âmbitos – por um lado, o aumento das críticas da transição, especialmente no sentido de questionar a ausência de uma condenação ético-política do franquismo pelo regime

democrático; e, por outro lado, o vigor adquirido pelas *memórias dos vencidos* no espaço público, que começa a mostrar-se mais evidente por ocasião do sexagésimo aniversário da guerra civil – contribuem para a *quebra da hegemonia das memórias da reconciliação/transição modélica*.

4-3.1. *Pacto de silêncio/esquecimento*: o ponto de partida das críticas da não-condenação ético-política do franquismo e do carácter *subterrâneo* das *memórias dos vencidos*

É importante, primeiramente, esclarecer sobre esta conceção relativamente comum no espaço público espanhol: a ideia de que o processo de transição para a democracia teria sido marcado por um *pacto de silêncio/esquecimento* sobre o passado. Trata-se de uma tese aludida por personalidades públicas, políticos e intelectuais, em certos casos para reiterar o acerto da ausência de discussão ético-política sobre o passado. Populariza-se na segunda metade dos anos 1990 como fundamento argumentativo das opiniões que, ao reivindicar o reconhecimento público das *memórias dos vencidos* e das vítimas do franquismo, se erigem como críticas da transição – justamente por partirem do pressuposto da validade da ideia do *pacto de silêncio/esquecimento*. Pode-se dizer que tal conceção se origina da própria tese da *transição modélica*, pois se baseia no mesmo modelo simplificador que lê o processo histórico como resultado de negociações entre elites. Vinyes identifica, desta forma, como consequência da versão institucional do *mito da transição modélica*, a criação de uma “reacción simétrica contraria”.¹⁷¹

Neste sentido, é irónico que um dos argumentos mais difundidos no espaço público espanhol para apoiar o reconhecimento público da *memória dos vencidos* seja justamente a outra face da tese da *transição modélica* que, como complemento das *memórias da reconciliação*, consistiu na base ideológica hegemónica que fundamentou a ausência de uma discussão ético-política sobre a guerra civil e sobre a ditadura ao longo dos anos 1980 e primeiros anos 1990. No ambiente de *obsessão memorial* que passa a engendrar-se na sociedade espanhola a partir de meados da década de 1990, o argumento do *pacto de silêncio/esquecimento* – apesar de ser utilizado como simples eixo para sustentar o combate político-social no sentido da reivindicação de políticas

¹⁷¹ VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 35.

públicas de memória em reconhecimento dos *vencidos* – significava, efetivamente, um ataque e *julgamento* da geração que protagonizou a transição.

Deve-se reconhecer o paralelismo do caso espanhol com o caso francês, acerca da memória sobre a II Guerra Mundial e o colaboracionismo – estudado por Henry Rousso. Segundo Rousso, os filhos e netos da geração da guerra passaram a denunciar, desde os anos 1980, a falta de lucidez ou a covardia de seus ascendentes: num contexto em que a tragédia havia desaparecido, podiam fazê-lo com maior facilidade porque tinham sido poupados das fúrias de uma guerra mundial e nunca tinham sido confrontados com escolhas de uma tal radicalidade. Pode-se dizer, em suma, que os posicionamentos militantes que se desenvolvem no âmbito da *obsessão memorial* que domina as sociedades contemporâneas de finais do século XX – embora defendam, nos mais variados casos, causas justas no sentido do reconhecimento e reabilitação pública de vítimas de regimes opressivos ou a condenação ético-política do ideário ou de representantes destes regimes – simplificam o passado, desconsideram contextos e circunstâncias históricas, tendo em vista o objetivo principal de impulsionar combates político-sociais no presente. Neste sentido, é no mínimo questionável que tais reivindicações que levantam a bandeira da *recuperação da memória* – expressão que se tornou lugar comum no espaço público espanhol – ou da *luta contra o esquecimento* promovam simultaneamente, em certos casos e ainda que não seja este o seu propósito, a simplificação e obscurecimento da história. Conforme sintetiza Rousso:

«Depuis quelques années, la mémoire a repris ses droits. Le vocable a même trouvé une certaine fortune éditoriale et médiatique. Mais, si cela se fait au détriment de l'Histoire et de la vérité, l'opération aura été vaine: on ne peut oublier ou méconnaître celles-ci au nom de la lutte... contre l'oubli».

Rousso menciona que as críticas que desde os anos 1990 se faziam às lacunas do processo de depuração do pós-guerra, às leis de amnistia de 1951-53, ou ao *mito resistencialista* – e os seus consequentes vazios históricos: o colaboracionismo e a revolução nacional, o antisemitismo francês, as cumplicidades francesas na *solução final*, os campos de internamento franceses ou o papel dos estrangeiros na Resistência – ignoravam os dilemas políticos da época em torno da necessidade de reconstrução do país, para além da função política do *mito resistencialista* no sentido de integrar a França na aliança vitoriosa do pós-guerra e, desta forma, angariar uma posição

favorável na comunidade internacional.¹⁷² De forma análoga, em Espanha, as denúncias da *política de silêncio* que teria norteado a transição negligenciam as especificidades das relações de forças político-sociais do período e a prioridade de construção da democracia. Além disso, a simplificação em torno da noção de *silêncio* impede perceber a função prática e política das *memórias da reconciliação* nos anos da transição, ou seja, o facto de que não se tratava de *silenciar* o passado, e sim de evitar discussões ético-políticas sobre a guerra civil e a ditadura, o que poderia obstaculizar os avanços democráticos.

Neste sentido, evidencia-se, no caso espanhol, uma grande confusão envolvendo a tese do *pacto de silêncio/esquecimento*. Por um lado, a ideia é assumida por vozes representativas de culturas políticas de esquerda que reivindicam o reconhecimento público das vítimas republicanas e da repressão franquista. Por outro lado, num movimento reativo, passa a ser incorporada aos relatos da *transição modélica* e da *superção do passado* pelas culturas políticas de direita, de modo a comprovar a ausência de legitimidade da discussão ético-política sobre o passado. Além disso, esta conceção é ainda assumida como válida em muitas aproximações intelectuais à questão¹⁷³, tanto no debate que se realiza no espaço público quanto em discussões mais restritas ao âmbito académico.

Por exemplo, em 1996, o historiador britânico Paul Preston¹⁷⁴, em artigo publicado no *ABC*, utilizava a expressão *pacto de esquecimento* para sustentar a seguinte análise sobre o cinquentenário da guerra civil:

«En la propia España se recordó menos el quincuagésimo aniversario de lo que podía haberse esperado. Ello fue consecuencia del llamado “pacto del olvido”. Como parte del deseo general de la gran mayoría del pueblo español de garantizar una transición sin sangre hacia la democracia, hubo un acuerdo tácito y colectivo de que no habría saldos de cuentas después de la muerte de Franco. La determinación de evitar una repetición de la violencia de la guerra civil llegó a superar cualquier ansia de venganza. Esta decisión colectiva de

¹⁷² ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris, Fayard, p. 12-22.

¹⁷³ Deve-se reconhecer que muitos estudos sociológicos sobre a transição espanhola adotam perspectivas que privilegiam o papel desempenhado pelas elites políticas, havendo inclusive uma corrente denominada como a “escuela del pacto”. Para um balanço sintético sobre as análises da transição que se estruturam em torno do referencial concetual de cultura política, cf. MORÁN, María Luz. «La cultura política y la interpretación de las transiciones a la democracia. (Notas sobre el caso español)» in *Política y Sociedad*, nº 20, 1995, p. 97-110.

¹⁷⁴ Paul Preston (n.1946): Historiador hispanista. Biógrafo de Franco (*Franco: “Caudillo de España”*. Barcelona, Grijalbo, 1993) e autor de numerosas obras sobre a história espanhola do século XX.

contribuir por todos los medios en primer lugar al restablecimiento de la democracia tuvo sus abogados dentro de la profesión de historiador. El resultado fue la reticencia en las universidades sobre la enseñanza de la historia del periodo de la guerra y sus secuelas y, en la investigación, una señalada repugnancia a publicar obras que en cierto modo pudieran reabrir viejas heridas. Ello quedó reflejado en la negativa del gobierno socialista a sancionar ninguna conmemoración oficial del quincuagésimo aniversario de la Guerra Civil en 1986. El “pacto del olvido” tiene fundamental valor en términos políticos e importancia como medida de la gran madurez política del pueblo español, traumatizado por la Guerra Civil y la experiencia de la dictadura de Franco».

Preston considerava ainda que, dez anos depois, a concessão pelo governo espanhol da cidadania a todos os membros sobreviventes das Brigadas Internacionais teria significado um *gesto de reconciliação*.¹⁷⁵ Por outras palavras, trata-se da utilização do conceito de *pacto de esquecimento* para respaldar a opção política dos governos democráticos de não abordar o passado recente em termos ético-políticos – em conformidade com o teor das *memórias da reconciliação*.

Em crítica deste artigo de Preston, Santos Juliá salientou o desenvolvimento da historiografia sobre a guerra civil ao longo dos vinte anos de democracia e remeteu-se ao ambiente da oposição antifranquista para explicar o esgotamento do debate sobre a guerra civil:

«¿Podría ser entonces que no hemos debatido políticamente la guerra; que no hemos sabido qué hacer con su memoria y hemos optado por el silencio? En absoluto. El debate político sobre la guerra quedó sustanciado en los medios de oposición a la dictadura, en el exilio y en el interior, cuando se firmaron sucesivos pactos en los que invariablemente se incluía una cláusula sobre la amnistía y la decisión de renunciar por ambas partes a las represalias. Una vez alcanzado ese acuerdo – y se alcanzó recién terminada la II Guerra Mundial – el debate político sobre la guerra estaba liquidado, pero no como consecuencia de un olvido, sino por una sobreabundancia de memoria».

Finalmente, Juliá concluía, também, com a ideia de *reconciliação*, afirmando que “[u]na guerra civil es en sí misma incelebrable” e que “[n]o hay en ella nada que

¹⁷⁵ «Recuerdos de una guerra», ABC, 18 de julho de 1996, suplemento *Nunca más la guerra civil*, p. 64-65.

festejar, a no ser su fin como reconciliación”. No entanto, rejeitava a concepção de *pacto de esquecimento*: «Pero confundir la imposibilidad de celebración con un pacto de olvido es una falacia que ya va siendo hora de arreglar».¹⁷⁶

Percebe-se, portanto, que a concepção de *pacto de silêncio/esquecimento* propicia uma significativa simplificação e confusão entre os contextos históricos da transição e das primeiras décadas de democracia. Por um lado, esta ideia abrange a influência da memória da guerra civil durante a transição, ou seja, o papel do sentido de *aprendizagem negativa* da guerra na configuração dos posicionamentos de amplos setores políticos e sociais acerca do despropósito de debater o passado publicamente segundo critérios ético-políticos. Pode-se dizer que se trata, por outras palavras, da função política que a *memória da reconciliação* exerceu nos anos da transição, num contexto em que a prioridade – sentida por estes amplos extratos políticos e sociais que reconheciam a importância de não instrumentalizar o passado publicamente – era a construção e estabilização do regime democrático. Por outro lado, ao se estender a ideia de *pacto de silêncio/esquecimento* para os anos 1980, passa-se a confundir e associar sob um mesmo conceito realidades históricas muito diferentes; em consequência, verifica-se o obscurecimento daquilo que nos anos 1980 se traduziu numa opção política de *política de não-memória*, ou seja, a manutenção da hegemonia das *memórias da reconciliação* na condição de discurso ideológico.

Já a posição de Juliá, que rejeita terminantemente a ideia de *pacto de silêncio/esquecimento*, argumentando, com razão, que tal alegado *silêncio* não existiu no âmbito historiográfico, tampoco consegue explicar a conjuntura dos anos 1980, que não se resume a uma *impossibilidade de celebração*. Este posicionamento, com o objetivo de recusar a validade da concepção de *pacto de silêncio/esquecimento*, com efeito simplificadora, acaba por associar a realidade do debate político sobre a guerra civil nas filas da oposição antifranquista – portanto, durante a ditadura – com a ausência de debate público em termos ético-políticos sobre o passado recente durante a democracia – como se a primeira situação estivesse relacionada ou pudesse explicar a segunda.

Enfim, a tese do *pacto de silêncio/esquecimento* não permite perceber a subtilidade daquilo que esteve em jogo durante as duas primeiras décadas de democracia, e que os discursos militantes que reivindicam a legitimidade da *memória dos vencidos* e das

¹⁷⁶ «Saturados de memoria», *El País*, 21 de julho de 1996.

vítimas da repressão franquista pretendem reverter. Trata-se da ausência da discussão ético-política sobre o passado recente, o que não necessariamente significa *silêncio* público – tal como comprova, justamente, a presença dominante das *memórias da reconciliação* no espaço público espanhol.

Além disso, a tese do *pacto de silêncio/esquecimento* como crítica do processo histórico da transição implicitamente corrobora, pela negativa, as *memórias da transição modelica*, compartilhando com estes relatos memoriais a leitura de *transição pactuada*: enquanto no segundo caso se trata da exaltação do processo na condição de pacto político-institucional bem-sucedido, no primeiro caso pretende-se condenar o processo, denunciando-se as excessivas concessões que teriam sido admitidas aos setores herdeiros do franquismo, entre as quais o *silêncio* sobre o passado. Como sublinha Molinero, um tal cliché ataca, em última instância, a atuação das forças da oposição durante a transição:

«Ese pregonado “pacto” no se presenta, por tanto, como punto de llegada para un verdadero cambio político, después de un complejo y dialéctico proceso en el que el franquismo opuso una resistencia extrema, sino como punto de partida de ese proceso de cambio, un pacto para el que fue imprescindible la traición de los líderes antifranquistas, que permitieron que la democracia constitucional respondiera a las necesidades y a los proyectos de los herederos del franquismo».¹⁷⁷

Ao estudar-se as memórias sobre o passado recente é importante, em suma, estabelecer a devida distância entre *memória* e *história*, considerando-se que os discursos memoriais – embora se afirmem como historicamente legítimos – não apresentam como principal objetivo a explicação histórica, e sim a afirmação de identidades. Esta diferença fundamental entre *memória* e *história* esclarece sobre os numerosos anacronismos, incorreções e confusões históricas que balizam os relatos memoriais¹⁷⁸ – o que pode adquirir proporções e efeitos consideráveis no contexto de *obsessão memorial* protagonizado pelo sensacionalismo dos meios de comunicação de massas.

¹⁷⁷ MOLINERO, 2010, *op.cit.*, p. 37.

¹⁷⁸ Isto não significa que o discurso historiográfico não possa, igualmente, incorrer em anacronismos, incorreções e simplificações históricas; neste caso, contudo, trata-se de negligências metodológicas. O *revisionismo historiográfico* pode ser considerado como um exemplo desta situação. No entanto, este é um fenómeno muito particular que não deve ser tomado como modelo para as linhas gerais que caracterizam a historiografia. Em última instância, pode-se dizer que o *revisionismo historiográfico* expressa uma corrente política e cultural, ou seja, trata-se da influência de discursos memoriais no trabalho intelectual e académico.

No caso espanhol, pode-se dizer que a chave para compreender o *combate pela memória* que se engendra no espaço público a partir de meados dos anos 1990 é o desenvolvimento de um juízo social crítico a respeito da ausência de uma condenação ético-política da ditadura pelo regime democrático e, igualmente, do reconhecimento público dos *vencidos* da guerra civil. Como salienta Molinero:

«pasado el tiempo se fue extendiendo entre sectores relativamente amplios de la sociedad española la insatisfacción sobre cómo se había resuelto – o estaba en vías de resolverse – la memoria social del pasado, es decir, sobre cómo se habían enfrentado los españoles a la significación de la guerra civil, el franquismo y el origen de la democracia en el último cuarto del siglo XX. Fue entonces cuando apareció con fuerza la “memoria de los vencidos”». ¹⁷⁹

Deve-se reconhecer, neste sentido, que estes dois âmbitos que conhecem um incremento no espaço público desde meados dos anos 1990 – a crítica sobre a não-discussão ético-política do franquismo e a reivindicação da *memória dos vencidos* – implicam o questionamento das bases ideológicas das *memórias hegemónicas da reconciliação e da transição modélica*.

4-3.2. *Memórias subterrâneas da transição*: entre o questionamento das *memórias da transição modélica* e as críticas sobre as lacunas da democracia quanto a uma delimitação ético-política em relação ao franquismo

Entre os relatos memoriais sobre a transição que se erigem como visões alternativas, e em alguns casos críticas, às opiniões centradas no protagonismo dos atores político-partidários e institucionais, alguns enfatizam o papel do *povo*, do *conjunto da cidadania*. Trata-se, em geral, de opiniões ambíguas, pois uma tal abstração argumentativa não permite que se rompa totalmente com o modelo hermenêutico dos *grandes atores políticos*. Assim se situa, por exemplo, um artigo de Julia Navarro ¹⁸⁰, de 1995: «El régimen, entre otras cosas, era un anacronismo y la gente quería de una vez por todas pasar al siglo XX. En cuanto a los protagonistas de la Transición, en mi opinión lo fueron todos los ciudadanos, la gente de a pie. La teoría de las “pizarras”, se sitúan éstas en Suresnes o en un despacho de las Cortes, se corresponden poco con la realidad. La Transición fue posible porque la gente quería dotarse de un sistema

¹⁷⁹ MOLINERO, 2010, *op.cit.*, p. 48.

¹⁸⁰ Julia Navarro (n.1953): Jornalista e escritora.

democrático y porque de eso fueron concientes el Rey y los llamados reformistas del régimen, de los que, sin duda, el más importante fue Adolfo Suárez».¹⁸¹

Restringindo-se à crítica das visões centradas na ação dos agentes político-institucionais, o diretor de *El País*, Jesús Ceberio, declarou, em 1995, que a transição não teria sido "un producto de laboratorio, escrita, ya antes de la muerte de Franco. Fue protagonizada por el pueblo español, que tuvo claro que después de 40 años de franquismo se tenía que llegar a un acuerdo nacional para que todos pudieran expresar sus ideas".¹⁸² No mesmo sentido, Julio Anguita¹⁸³ declarou que "la transición no fue hecha por nadie de tipo aúlco, ni siquiera Adolfo Suárez, ni tampoco el otro gran protagonista, el PCE, ni en una pizarra en el Congreso del PSOE en Suresnes"; teria sido, ao invés disto, "obra de todos".¹⁸⁴

Já em artigo de Baltasar Porcel, deste mesmo ano, o argumento assentava nas limitações práticas de controlo do processo, derivadas de uma complexa relação de forças e da sucessão dos acontecimentos, o que situava a tónica numa esfera mais ampla em que importava menos o protagonismo extraordinário dos *grandes homens* do que o papel do indefinido povo anónimo: «La transición constituyó una secuencia sin guión y con mucha vida. Quienes creyeron dirigirla e incluso tuvieron el timón del barco en sus manos, en realidad obedecieron generalmente el dictado de los acontecimientos, cada nuevo episodio dando paso, lógica de circunstancia, al siguiente. Los herederos de Franco no querían lo que aconteció, sino un sistema sólo entreabierto. La oposición pugnaba por establecer una situación radical y distinta de la que se iba dibujando. Pero como el dictador ya no estaba, los suyos vacilaban, como la oposición carecía de poder no salía de un tira y afloja, con lo que la libertad abría grietas por doquier (...). Por ello, quienes al final influyeron fueron los entonces más modestos, los demócratas de a pie, los menos ideologizados, los menos genialoides, los menos fantasmones. Los más

¹⁸¹ «La Transición; feliz aniversario», *El Mundo*, 18 de novembro de 1995, p. 12.

¹⁸² «El público belga se acerca a la transición española a través del cine», *El País*, 25 de novembro de 1995.

¹⁸³ Julio Anguita (n.1941): Foi secretário-geral do PCE entre 1988 e 1998, e coordenador geral da *Izquierda Unida* (IU) entre 1989 e 2000.

¹⁸⁴ «Anguita afirma que Suárez tuvo el papel más importante en el cambio», *Deia*, 19 de novembro de 1995, p. 16. A aparente contradição entre o título da notícia e a declaração citada explica-se pelo facto de também terem sido relatadas afirmações de Anguita que valorizavam Adolfo Suárez como o político que teve "un papel más importante durante la transición", apesar de reconhecer igualmente o mérito do rei Don Juan Carlos. Isto demonstra a ambiguidade destas visões que enfatizam o papel de um coletivo abstrato, pois se encontram estreitamente relacionadas com a opção interpretativa baseada no destaque dos grandes protagonistas políticos.

cercanos al pueblo anónimo, al de Europa occidental: en ella radicaba el meollo de la historia, una vez caída la antihistoria».¹⁸⁵

Deve-se notar que este tipo de interpretações, apesar de utilizarem argumentos que, aparentemente, questionam o privilégio conferido ao papel dos *grandes actores históricos*, mantêm, não obstante, a opção por um paradigma analítico do qual estão ausentes os conflitos – como se se passasse da ênfase nos sujeitos políticos-institucionais para a ausência de sujeitos específicos no desenrolar processo de transição. Continua-se, desta forma, nos limites das *memórias da transição modélica*. Não se deve desprezar a observação de que esta nova forma de expressão da retórica da *transição modélica* se tenha difundido na imprensa analisada por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Franco, em 1995, quando se verificou um significativo debate sobre o passado no espaço público espanhol, com um particular volume de opiniões críticas sobre o processo histórico da transição e as leituras pautadas pelos parâmetros da transição modélica.

Algumas opiniões são mais específicas ao salientar a importância das manifestações populares no contexto da transição. Assim se posicionava um artigo de Miquel Roca Junyent, a propósito do décimo aniversário constitucional – cuja argumentação, no entanto, se aproximava mais das abordagens da *transição modélica*, ao pretender enfatizar o *consenso* que teria dominado o processo de transição. Em todo caso, o destaque para o protagonismo das manifestações sociais constitui um relato alternativo às interpretações dominantes, nas quais estas manifestações estavam ausentes: «En 1977, la sociedad española deseaba otorgarse a sí misma una Constitución de consenso. Ésta no fue el invento de los constituyentes, sino el reflejo de un deseo ampliamente sentido por toda la sociedad de que la Constitución fuera un punto de encuentro y no de desacuerdo, que marcara una voluntad de convivencia en paz y en libertad y que pudiera superar los traumas ya no del régimen anterior, sino, incluso, de la propia guerra civil. Cuando hoy se atribuyen a la Constitución tantos y tantos defectos por culpa del tan denostado consenso, los que así se pronuncian ignoran o quieren ignorar que en 1978 España era un país del consenso. Las multitudinarias manifestaciones que a finales del 77 se dieron en todas partes de España, reivindicando autonomía u otras libertades, congregaron en su trayecto a los sectores más diversos y heterogéneos de la propia sociedad; conservadores y socialistas, liberales y comunistas,

¹⁸⁵ «La letra pequeña», *La Vanguardia*, 24 de novembro de 1995, p. 27.

avanzaban presidiendo las manifestaciones con una misma voluntad: la de asegurar que, en el futuro, la solución de sus discrepancias se diera en el marco de la democracia, del respeto, de la tolerancia y de la libertad».¹⁸⁶

As manifestações sociais de 1977 eram o objeto de um artigo de Jorge de Esteban¹⁸⁷, de 1992, em que se esclarecia sobre as suas motivações: «por encima de todas las ofertas políticas que encarnaban los diferentes políticos, existía una ansia generalizada en la mayor parte de los ciudadanos movilizados y que se concretó en el eslogan probablemente más coreado en todos los actos de masas: “Libertad, amnistía y estatuto de autonomía”. Cada uno de estos tres elementos retóricos traslucía perfectamente lo que se deseaba en el alma ciudadana. La libertad era la respuesta a cuarenta años de dictadura que habían convertido a los españoles en súbditos. La amnistía era la llave para cerrar de forma definitiva el sepulcro de la guerra civil. Y el estatuto de autonomía era ni más ni menos que la aspiración de autogobierno que recorría las nacionalidades históricas, pero que también había contagiado al resto de las regiones españolas...».¹⁸⁸

Em 1995, em artigo do *Egin* da autoria de Teresa Toda e inserido num suplemento a propósito do aniversário da morte de Franco, mencionava-se o contexto das manifestações populares e organizações cidadãs dos primeiros tempos da transição.¹⁸⁹ Já em artigo de *A Nosa Terra*, da autoria de X. Enrique Acuña e igualmente integrado num suplemento especial de novembro de 1995, abordavam-se os movimentos culturais desenvolvidos sob influência da oposição antifranquista. O ambiente criado por estes movimentos era entendido como a base para, depois da morte de Franco, garantir decisivas conquistas democráticas. Mencionava-se ainda a repressão a manifestações culturais durante os anos da transição.¹⁹⁰ Trata-se de aspeto duplamente ausente dos relatos da *transición modélica*: se, por um lado, as mobilizações sociais não figuravam nas memórias hegemónicas no espaço público espanhol; por outro lado, tampoco se abordavam a repressão e a violência que marcaram os anos da transição.

¹⁸⁶ «Constitución y sociedad», *ABC*, 6 de dezembro de 1988, p. 63.

¹⁸⁷ Jorge de Esteban (n.1938): Participou na fundação do *El Mundo*. Foi colaborador dos periódicos *Informaciones*, *El País*, *Diario 16* e das revistas *Cuadernos para el Diálogo* e *Presencia*.

¹⁸⁸ «Libertad, amnistía, estatuto de autonomía», *El Mundo*, 14 de junho de 1992, suplemento *Documentos/15-J, la fiesta de la libertad*, p. D3.

¹⁸⁹ «Las transiciones personales», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento *¿20 años sin...?*, p. XII.

¹⁹⁰ «Devolvendo a cultura», *A Nosa Terra*, 30 de novembro de 1995, suplemento *Galiza ante la II Restauración*, p. 10. Na página introdutória deste suplemento, focalizavam-se as mobilizações populares dos anos da transição no contexto da Galiza, nas quais se reivindicava a rutura com o regime franquista, a autodeterminação e a autonomia plena: «O esmorecer do modelo nacido na transición», *A Nosa Terra*, 30 de novembro de 1995, suplemento *Galiza ante a II Restauración*, p. 1.

Este enfoque aparecia em reportagens de *El País*, também de 1995, a respeito da manutenção da censura e da repressão em meios culturais nos primeiros anos da transição, no caso específico do cinema até finais dos anos 1970, inícios dos 1980. O cineasta Manuel Gutiérrez Aragón mencionava, inclusive, a violência político-social, com ataques da extrema-direita: mesmo depois da aprovação de seu filme *Camada Negra* (1977) “pusieron una bomba en el cine Luchana de Madrid, pegaban a los que salían y, siguiendo la calle, se dedicaron a apalear a la gente del café Comercial. A mí me amenazaron de muerte, en El Escorial, mientras paseaba”. A respeito do mundo da música, em outra reportagem referia-se o testemunho do cantor de intervenção José Antonio Labordeta: «Tras la muerte de Franco y hasta finales de los setenta la dureza administrativa fue en aumento. El aparato administrativo se puso a la defensa y la represión fue más dura tanto a nivel censura como administrativamente».¹⁹¹

Uma incisiva crítica ao relato da *transición modélica* evidenciou-se em artigo de Iñaki Anasagasti¹⁹². A respeito de um debate televisivo da TVE em que participou em 1995, enfatizava o protagonismo do povo no processo de transição, os movimentos sociais, assim como a importância da luta antifranquista no País Basco: «remaché que la transición tenía nombre y apellido, que la había hecho el Pueblo y que se había realizado con ellos, sin ellos o contra ellos (...). Y no fue porque los vascos no hicimos todo lo que estuvo en nuestra mano para que semejante personaje sanguinario saliera del Pardo. Si todos hubieran hecho lo que los vascos, Franco no hubiera durado un día más, tras la segunda guerra mundial. Pero no fue así. Y quien lo dude que mire los estados de excepción, lo de “provincias traidoras”, la persecución al euskera, el nacimiento de ETA etc. Y es que la transición es una historia contada por madrileños para amnésicos. Nada se ha dicho de aquel año y medio que hizo cuajar una contestación en la calle con la petición de amnistía y la legalización de los partidos políticos, así como en Euzkadi el derecho a enarbolar nuestra ikurriña».¹⁹³

Já em artigo de Victor Díaz Cardiel¹⁹⁴, publicado no *Mundo Obrero* em 1987, considerava-se o movimento grevista e operário de 1975/1976 como precedente e estímulo para outras mobilizações sociais. A crítica dos relatos da *transición modélica*

¹⁹¹ «Los creadores recuerdan el acoso de la censura – La muerte de Franco supuso un cambio trascendental en la cultura española»; «Llach: “Nos convertimos en extraños protagonistas”», *El País*, 21 de novembro de 1995.

¹⁹² Iñaki Anasagasti (n.1947): Político do PNV. Entre 1980 e 1986 foi deputado no Parlamento do País Basco e entre 1986 e 2004 foi porta-voz do PNV no Congresso dos Deputados.

¹⁹³ «Hace veinte años», *Deia*, 19 de novembro de 1995, p. 24.

¹⁹⁴ Victor Díaz Cardiel (n.1935): Operário metalúrgico e militante histórico do PCE. Por sua atividade política, esteve preso durante a ditadura entre 1965 e 1974. Participa na IU desde sua fundação, em 1986.

conformava uma visão deste período histórico que entendia a democracia como conquista: «Y con el movimiento obrero, conviene recordarlo, se pusieron en marcha el movimiento ciudadano y los sectores profesionales. Es difícil, por tanto, cuando se quiere vender la mercancía de que la democracia la trajeron este o aquel personaje o el conjunto de unos cuantos, prescindir de esta realidad. Aquella movilización social de los 75-76 acabó con el entonces presidente del Gobierno, Arias Navarro; con el ministro del Interior y “dueño” de la calle, señor Fraga. (...) El proceso intenso de movilización social de los trabajadores y de los profesionales, la lucha de la clase obrera en los años 1975-76, las últimas elecciones sindicales convocadas por el sindicato vertical y el arrollador triunfo de las candidaturas de CC.OO.; las propias perspectivas de la desaparición del dictador; la constitución de órganos políticos unitarios; la legalización de determinadas fuerzas políticas y sindicales antes que otras, del PSOE y la UGT antes que el PCE y CC.OO., por ejemplo, prueban que la democracia fue traída a nuestro país gracias al esfuerzo de muchos».¹⁹⁵

Em sentido semelhante, considerando-se a democracia como conquista, em intervenção por ocasião de comemorações do décimo aniversário da legalização do PCE, Simón Sánchez Montero¹⁹⁶ afirmou que “legalizar al PCE sobre el papel era lo que en la calle ya era legal. Los comunistas impusieron la legalidad”.¹⁹⁷ Segundo esta mesma perspetiva que destaca a importância do PCE no processo de transição, em artigo de Gregorio López Raimundo¹⁹⁸ considerava-se a legalização do partido como uma conquista da luta dos comunistas, que desde os anos 1950 preconizavam a *política de reconciliação nacional*. Além de ressaltar que a participação dos comunistas no processo, de forma aberta e legal, teria sido essencial para afastar os riscos de uma nova guerra civil, o articulista argumentava acerca da impossibilidade de ter-se realizado uma *ruptura* devido à correlação de forças existentes: «Los comunistas sólo o con los grupos

¹⁹⁵ «Las movilizaciones del 75-76», *Mundo Obrero*, 9 de abril de 1987, p. 12.

¹⁹⁶ Simón Sánchez Montero (1915-2006): Militante histórico do PCE. Lutou na guerra civil no lado republicano. Esteve preso entre 1945 e 1952, entre 1959 e 1966, e posteriormente em vários períodos entre 1973 e 1976.

¹⁹⁷ «Los comunistas impusieron la legalidad», *Mundo Obrero*, 16 de abril de 1987, p. 56, 57. Também a propósito da legalização do PCE, Gerardo Iglesias, dirigente da IU, em entrevista ao *Mundo Obrero*, defendeu a ideia de que o partido teria sido o bastião fundamental para o restabelecimento das liberdades em Espanha, motivo pelo qual a sua legalização, além de ter sido bem merecida, também teria sido necessária para a credibilidade do processo democrático. «Gerardo Iglesias – “El Partido ha sido fundamental para restablecer las libertades en España”», *Mundo Obrero*, 9 de abril de 1987, p. 11.

¹⁹⁸ Gregorio López Raimundo (1914-2007): Político comunista. Durante a guerra civil foi comissário político do Exército Popular da República. Exilou-se nos anos seguintes à contenda. Esteve preso entre 1951 e 1954. Deste finais dos anos 1940 trabalhou clandestinamente no *Partido Socialista Unificado de Cataluña* (PSUC), organização na qual militou durante toda a vida.

que pretendían estar a nuestra izquierda no podían reunir fuerzas suficientes para imponer la ruptura. Y está claro que ni los socialistas ni los partidos y grupos de centro-derecha la querían. Aceptar e impulsar la transición posible no fue un error sino un acierto de los comunistas».¹⁹⁹ É importante observar que tais memórias comunistas que sublinham a importância do papel do PCE no processo de transição democrática são difundidas no próprio órgão de imprensa do partido, o que é significativo e ilustrativo de seu carácter de *memórias subterrâneas*, ou seja, que disfrutavam de escassa difusão e visibilidade no espaço público espanhol.

Marcelino Camacho²⁰⁰, em declarações ao *Egin* em 1995, salientou, igualmente, que os direitos e liberdades teriam sido conquistados e não generosamente oferecidos; e também esclareceu sobre a correlação de forças que teria caracterizado a transição: «Franco murió en la cama y la correlación de fuerzas con que se sale de 1975 es parte de esa realidad. Los poderes fácticos, como el Ejército, Policía, Judicatura, bancos e Iglesia habían pasado del “atado y bien atado” al “después de Franco, el franquismo”, y eso crea unas condiciones determinadas. Lo atado se desató en cierta medida y no hubo franquismo después de Franco, pero tampoco la ruptura democrática que planteaba el PCE y la Junta Democrática. El objetivo era abrir la vía de un proceso que llevara a restablecer las libertades y también a transformaciones profundas conjuntamente con ellas».²⁰¹

É interessante observar que as teses demonstradas pela historiografia social sobre a transição espanhola aparecem na imprensa quase exclusivamente através de vozes comunistas e em periódicos de fraco alcance no espaço público: o órgão de imprensa do PCE ou a imprensa representativa dos nacionalismos periféricos de esquerda. Por um lado, trata-se do reconhecimento do papel significativo desempenhado pelo movimento operário e pelas mobilizações populares como motor das transformações democráticas. Por outro lado, a avaliação sobre a relação de forças

¹⁹⁹ «La legalización del PCE», *Mundo Obrero*, 9 de abril de 1987, p. 10. No mesmo sentido, o militante comunista Benedicto García justificou as concessões aceites pelos comunistas – tal como a figura do Rei e a bandeira – pela prioridade da conquista das liberdades; pois num contexto em que ainda havia muita gente na prisão e muitas liberdades por alcançar não haveria opção: «Benedicto García – “As grandes vítimas da transición foron o PC e os sindicatos”», *A Nosa Terra*, 30 de novembro de 1995, p. 8, 9.

²⁰⁰ Marcelino Camacho (1918-2010): Dirigente sindical. Lutou na guerra civil no lado republicano. Após a guerra, foi preso e condenado a trabalhos forçados; fugiu para o exílio. Retornou a Espanha em 1957. Foi preso em 1967 e passou nove anos na prisão. Foi um dos fundadores das *Comisiones Obreras* (CCOO), sindicato de inspiração comunista e infiltrado nos sindicatos verticais do regime franquista. Foi o primeiro secretário-geral das CCOO, entre 1976 e 1987. Foi deputado comunista por Madrid entre 1977 e 1981.

²⁰¹ «Conquistas pendientes», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento *¿20 años sin...?*, p. IX.

político-sociais que caracterizou o período da transição e que impossibilitava a rutura; não obstante, os setores da oposição antifranquista optaram pela participação no processo de efetiva construção do regime democrático. Estas podem ser denominadas as *memórias da transição como conquista*. Se a primeira destas teses é incompatível com os relatos da *transição modélica*, ambas convivem mal com a ideia do *pacto de silêncio/esquecimento* como crítica da ausência de discussão pública sobre a ditadura. Pois, neste caso, se infere a natureza limitada da transição democrática, entendida como um pacto entre elites e no qual os herdeiros do regime franquista teriam beneficiado de numerosas cedências da oposição – trata-se, com efeito, de uma *leitura negativa* do relato da *transição modélica*. Desta forma, pode-se considerar que tais relatos memoriais que fazem eco das explicações historiográficas sobre a transição são *subterrâneos* dentro das *memórias subterrâneas da transição*.

Convém ressaltar que as memórias comunistas – que reivindicam a importância do papel do PCE no processo de transição e que podem ser consideradas como *subterrâneas*, já que apenas são divulgadas no órgão de imprensa do próprio partido – permitem notar que o PCE como ator político-partidário se encontra fora do relato dominante da *transição modélica*. No entanto, deve-se considerar que tais memórias comunistas não se enquadram no padrão hermenêutico de *pacto de elites*, e sim no sentido defendido nas *memórias da transição como conquista*, pois o protagonismo que se reivindica relaciona-se diretamente com o papel de relevo do partido na luta antifranquista. Por outro lado, deve-se reconhecer que, em geral, a interpretação dominante da *transição modélica* se baseia numa ideia generalizada de *pacto bem-sucedido e exemplar entre elites políticas*, com exceção para a especificidade acerca do papel que se atribui à UCD como artífice da transição.

Além disso, enquanto as *memórias da transição como conquista* defendem a ideia da transição democrática como resultado da longa luta contra a ditadura, que teria culminado nas mobilizações sociais de 1976 e 1977, os relatos que enfocam a manutenção da repressão, censura e violência até finais dos anos 1970, inícios dos 1980, sugerem que a construção da democracia teria sido um processo mais longo, árduo e acidentado do que as versões da *transição modélica* admitem. Estas, ao centrarem-se nos elementos da democracia formal – eleições e Constituição –, forjam uma interpretação da transição como um processo mais curto e simples do que aquilo que sugerem as análises que priorizam o protagonismo das lutas sociais.

Tal como se pode observar num suplemento especial publicado no *Egin* por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Franco, por vezes as críticas das visões dominantes baseadas no relato da *transición modélica* – cuja ênfase no protagonismo de certos atores político-partidários e institucionais é contrariada através do destaque para o papel dos movimentos sociais no processo de transformações democráticas – associam-se diretamente com as opiniões que criticam o processo de transição em virtude da ausência de uma discussão pública sobre o regime franquista em termos ético-políticos. Assim, numa reportagem deste suplemento, rejeitava-se o relato da *transición modélica*, que teria sido abundantemente difundido em 1995, e ressaltava-se o papel dos movimentos sociais; desta forma, reivindicava-se o estabelecimento de um «contrapunto de un verdadero fraude a la historia que están tratando de llevar adelante los grandes medios de comunicación y que consiste en relatar la transición como una serie de sucesos de salón (...) en el “talante” de Suárez o el “impulso” de la monarquía. Ese análisis, que están vendendo masivamente, es simplemente falso (...). La falsedad está precisamente en el mensaje subliminal que quieren vender estos seriales sobre la transición, es decir, que la transición la hicieron los propios señores del régimen y que los lugares donde se hizo fueron las Cortes, el Palacio de Gobierno, etc. La realidad tiene por lo menos otro lado, que consiste en que iban cediendo lo que no tenían más remedio que ceder por la presión de la calle y la acción de las fuerzas políticas. No cedieron en aquello que pudieron hacer “tragar”». ²⁰²

Neste mesmo sentido, criticando-se as escolhas que orientavam as interpretações dominantes sobre a transição a respeito dos protagonistas do processo, em artigo deste mesmo suplemento denunciava-se a intenção de reabilitar como democratas figuras relevantes do franquismo, enquanto, por outro lado, se eludia a importância de líderes dos movimentos sociais e sindicais: «El “revival” a que estamos asistiendo sobre la denominada transición política tiene un claro afán de reescribir la historia, de hacer aparecer a personajes políticos de muy dudosa catadura moral y política – colaboradores de un régimen represivo, de una dictadura sangrienta que terminó sus días, igual que comenzó al sublevarse contra la legalidad republicana, matando – como los artífices de un “cambio” que facilitó el tránsito democrático. Personajes secundarios adquieren una relevancia inesperada y otros, como Marcelino Camacho, presidente de las Comisiones

²⁰² «“Unidades de acción en el último franquismo», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento *¿20 años sin...?*, p. IV, V – texto da autoria de Patxi Zabaleta.

Obreras, atraviesan la escena casi como la luz por un cristal: sin tocarlo ni mancharlo».²⁰³

Da rejeição de uma tal leitura hegemónica sobre o passado, desdobrava-se a crítica do próprio processo histórico da transição espanhola ao ter-se eludido a discussão pública sobre o franquismo. Assim, em outro artigo deste suplemento do *Egin*, denunciava-se a utilização da ideia de *reconciliación* de modo a suspender a discussão sobre a ditadura: «esa “norma del silencio” fue impuesta durante la transición política como la mejor fórmula para lograr la “reconciliación de todos los españoles”, es decir, para olvidar que siempre ha habido – más allá de vencedores y vencidos –, represores y represaliados, y que no se puede repartir el balance histórico de los primeros sobre las espaldas de los segundos. (...) Y ésta es, probablemente, una de las características que ha dotado de mayor peculiaridad a la transición política española: convencer al conjunto de la sociedad de que la dictadura, el régimen nacional-catolicista, surgió de las cenizas de una guerra y se esfumó con la coronación de Juan Carlos de Borbón, el 22 de noviembre de 1975; más aún: convencer a la mayoría de la población de que, aunque hubo represión, no hubo ejecutores, inductores ni organizadores de un Estado represor por definición que se ha mantenido instalado en sus líneas generales más allá del 20-N de 1975».²⁰⁴

Também no suplemento especial de *A Nosa Terra*, deste mesmo ano, a crítica incidia tanto sobre a transição como processo histórico, denominada *restauración monárquica* – sugerindo-se o problema das marcas do franquismo na democracia, assim como a omissão acerca da abordagem do passado de ditadura –, quanto sobre os relatos que sobre ela se faziam: «Se por algo se caracterizou a *Transición Española* (Restauración Monárquica) foi por tentar borrar a memória histórica e, mesmo, todas as compoñendas posteriores que procuraban asegurar o cámbio. A amnésia social impúxose por decreto. Agora, 20 anos despois da morte do dictador Francisco Franco na sua cama, están a contarnos aqueles feitos ao estilo das revista do corazón, onde hai

²⁰³ «Conquistas pendientes», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento *¿20 años sin...?*, p. IX – texto da autoria de Alberto Cruz. Neste mesmo sentido, em artigo de Mertxe Aizpurua criticava-se o tom dominante nas comemorações do aniversário da morte de Franco, em que ter-se-ia privilegiado a presença de atores político-institucionais do período da transição, muitos dos quais provenientes do franquismo: «En prensa, radio y televisión se ha dado cancha a todas las camisas azules y bigotinos franquistas que fueron algo hace veinte años. Quienes sufrieron cárcel, represión y muerte – y fueron millones –, no han sido invitados a este festín de acomodamiento de la memoria histórica». «¡Vive!», *Egin*, 21 de novembro de 1995, p. 14.

²⁰⁴ «El “ejemplo” español», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento *¿20 años sin...?*, p. II – texto da autoria de F. Fernández.

senlleiros protagonistas e miles de persoas contemplando pasivas a pasarela da historia».²⁰⁵

Com efecto, estas dúas perspectivas – a crítica das leituras dominantes centradas no protagonismo de certos actores político-partidários e institucionais e a crítica da auséncia de discusión pública en termos ético-políticos sobre a ditadura – en xeral se presentan paralelamente. Assim se situava a argumentación de un artigo da autoria de Rafael Torres, de 1992, en que se insistía no sentido das limitacións da transición democrática e das sequelas da ditadura: «Franco había fallecido, lo había dejado todo atado y bien atado, nos había impuesto una Monarquía que jamás logrará desprenderse de su condición de impuesta, y nos había dejado a un grupito de sucesores para conducirnos hacia un futuro de diseño. Acaso hoy ya no es hora de recordar cuanta iniquidad quedó impune merced a los enjuagues de la Transición. Aquel borrón y cuenta nueva con que se cancelaban ocho lustros de oprobio con un “aquí no ha pasado nada” gravita todavía hoy, con su ejemplaridad inversa, sobre la sociedad española. (...) La memoria, la mala memoria, ha edificado una Trasición ejemplar, gloriosa, envidiable. Pero nos dejaron votar porque éramos analfabetos profundos, porque era fácil escamotearnos el anhelo de la verdadera libertad, porque todo había que hacerlo rápido y según el programa, porque era mejor así para todos».²⁰⁶

Em artigo de Xan Carballa²⁰⁷, de 1995, a crítica centrava-se nas liñas xerais do relato dominante da *transición modélica*, que implicava o obscurecemento sobre o protagonismo de outros actores históricos – exilados, presos, vítimas da represión – e circuntancias que teriam marcado o proceso: «A análise da Transición faise con auséncia popular. Agás excepcións dignas, todo o discurso dominante fai petar repetidas veces a idea de que foi unha operación dirixida polos reformistas do réxime, divididos nos da vía lenta (Fraga) e a máis audaz (Suárez, Areilza), que terían conseguido establecer unha ponte de prata con la oposición exiliada e interior. Todo baixo o manto protector do Monarca. (...) Ninguén fala da grave situación económica á que se chegara, nen da importancia do panorama internacional, sobretudo após o 25 de Abril en Portugal e por suposto da insostíbel situación interna, con miles de presos políticos e

²⁰⁵ «A monarquía como garante dos privilexios franquistas», *A Nosa Terra*, 30 de novembro de 1995, suplemento *Galiza ante a II Restauración*, p. 3 – texto da autoria de Alfonso Eiré.

²⁰⁶ «15-J, el voto analfabeto», *El Mundo*, 14 de junho de 1992, p. 4.

²⁰⁷ Xan Carballa (n.1960): *Jornalista galego*.

unha crecente presión política dunha xeneración que perdía o medo apesar do aldabonazo dos fusilamentos do 27 de Setembro²⁰⁸»,²⁰⁹

Convém ressaltar que já em 1988, em artigo de Pablo Castellano²¹⁰, criticava-se o carácter e o enfoque dominante nas comemorações históricas da transição, pautado pelo paradigma do “cambio inmóvil o de las transiciones sin trauma”.²¹¹ Pode-se considerar, neste sentido, que o questionamento da interpretação sobre a transição baseada no protagonismo dos *grandes homens* e na ausência de conflitos político-sociais constituía um ponto de vista representativo das culturas políticas de esquerda. No contexto de inícios dos anos 1990, verificou-se o desenvolvimento da tendência – cujo impulso pode ser explicado, em larga medida, como efeito das mudanças nas visões do mundo decorrentes da substituição de gerações – que, abraçando também esta perspectiva crítica sobre os relatos dominantes da *transición modélica*, se centravam na condenação do processo histórico da transição por não se ter promovido uma discussão ético-política sobre a ditadura franquista. Pode-se dizer que uma tal tendência que questiona as bases ético-políticas da democracia espanhola foi favorecida pela conjuntura dos escândalos de corrupção que se avolumaram desde os primeiros anos 1990.²¹² Esta conjuntura política, portanto, tanto estimulou as opiniões das culturas políticas de direita que instrumentalizavam a *memória da transición modélica* no sentido de atacar o governo González, quanto impulsionou os questionamentos sobre as origens da democracia espanhola e sua herança franquista.

²⁰⁸ Em 27 de Setembro de 1975 ocorreram as últimas execuções políticas do regime franquista. Foram fuzilados três militantes da organização armada de extrema-esquerda *Frente Revolucionario Antifascista y Patriota* (FRAP) e dois da ETA.

²⁰⁹ «Un ditador na confitaria», *A Nosa Terra*, 23 de novembro de 1995, p. 18. Em outro artigo deste mesmo autor também se criticavam as comemorações da transição, transformadas em produto de consumo: «Transición», *A Nosa Terra*, 9 de novembro de 1995, p. 20.

²¹⁰ Pablo Castellano (n.1934): Advogado. Em 1964 aderiu à organização clandestina do PSOE. Foi deputado pelo PSOE entre 1977 e 1985. Em 1987, foi expulso do partido após ter denunciado um caso de tráfico de influências. Em 1989, afiliou-se ao *Partido de Acción Socialista*, um dos partidos fundadores da IU e foi deputado pela IU entre 1989-1993 e 1996-2000.

²¹¹ «Recordatorio», *El País*, 8 de dezembro de 1988.

²¹² Um exemplo ilustrativo evidencia-se num artigo, da autoria de Javier Ortiz, em que se criticavam as alusões ao binómio *reforma/rutura* como se se tivesse tratado de uma escolha consciente e ponderada, sugerindo-se as limitações democráticas das forças políticas atuantes na transição: «Si la ruptura no triunfó fue – en primer lugar y al margen de cualquier otra dificultad – porque los demócratas consecuentes constituían en 1975 en España una exigua minoría. El antifranquismo sólo tenía verdadero arraigo en Cataluña, en Euskadi, en algunas zonas obreras y en determinados ambientes universitarios e intelectuales». A seguir, argumentava-se que, como consequência da opção de eludir o franquismo e suas complicações, ter-se-ia instaurado uma dupla moral, o que inclusive favoreceria desmandos e escândalos políticos, já que ter-se-ia perdido o sentido da linha que separava o que era lícito do que não era: «¿en nombre de qué ética pueden escandalizarse con algunos crímenes de hace diez años los mismos que hace veinte pasaron por alto muchísimos más horrores?». Ou seja, relacionava-se a crítica política dos escândalos de corrupção dos anos 1980/1990 com a ausência de debate ético-político sobre os crimes da ditadura. «El 20-N, tan lejos y tan cerca», *La Vanguardia*, 20 de novembro de 1995, p. 5.

Em crítica da primeira destas tendências, José Martí Gómez e Josep Ramoneda identificavam a sacralização do papel de Suárez como uma memória que emergia das trevas do momento presente, pois a agitada presidência de Suárez era apresentada como uma arcádia democrática diante da noite felipista: «El período Suárez fue un tiempo feliz, en el que la libertad de expresión reinaba como no se conoce otro momento en la historia, el consenso era la norma y el respeto democrático por sus adversarios le llevó hasta la ejemplar generosidad de abandonar el poder. Naturalmente, estas interpretaciones olvidan interesadamente la letra pequeña, y no tan pequeña, de la peripecia que llevó Suárez a retirarse: la guerra de guerrillas y deslealtades que se entabló en su propia coalición, la incapacidad de controlar el aparato de Estado hasta el punto de que se produjo un golpe militar (y él sin enterarse), el vertiginoso clima de crisis política y social que rodeó el final de su mandato».

Por fim, criticando-se a autocomplacência do próprio Suárez ao explicar seu passado franquista e integrá-lo na democracia, sugeria-se a questão das sequelas da ditadura na sociedade espanhola: «¿Por qué se empeña ahora en explicarnos que en el fondo cuando empezaba a subir por el escalafón del movimiento ya era demócrata? Nadie se lo pide. Y, sin embargo, cuando explica la transición no puede evitar hacerlo en clave franquista: el Rey y los reformistas del régimen abrieron las puertas de la política al pueblo español, respetando siempre la legalidad vieja para llegar a la nueva. Por eso fue prudente con quienes venían de donde venía él. Y de esta prudencia todavía quedan ecos, lejos ya de su directa responsabilidad». Neste sentido, o artigo propunha a revisão da *transición modélica* e o questionamento dos “cómos y los porqués de una historia cuya versión oficial dice que el Rey y unos valientes reformistas del gobierno dieron generosamente a este país la suerte de la democracia».²¹³

Esta argumentação era aprofundada em artigo de Gabriel Albiac²¹⁴, também de 1995. Primeiramente, criticava-se o ponto de vista dominante que privilegiava o protagonismo durante a transição de certos atores político-partidários – a maioria dos quais provenientes do franquismo –, ao passo que se relegava ao esquecimento o papel dos resistentes contra a ditadura. Em seguida, passava-se à crítica do desenrolar do processo de transição, tendo por base a avaliação acerca da relação de forças favorável às opções estabelecidas pela ditadura: «la “transición” fue la consecuencia del fracaso

²¹³ «Adolfo Suárez en los altares», *La Vanguardia*, 24 de novembro de 1995, p. 30.

²¹⁴ Gabriel Albiac (n.1950): Filósofo e escritor. Foi colaborador dos diários *El País*, *Diario 16*, *El Mundo*, *La Razón*. É colunista do *ABC* e colaborador de programas de rádio e televisão dirigidos por Federico Jiménez Losantos.

completo de todas las estrategias desplegadas para acabar con el Régimen franquista y con su herencia. Partiendo de un primer fracaso: aquel del cual levanta acta el dato demoledor de que el dictador muriese en su puñetera cama y dándose el último gustazo de fusilar a cinco resistentes un par de meses antes. Seguiendo con un segundo: la legitimidad republicana, truncada por el golpe militar de 1936, no fue restablecida; ni siquiera se cedió a la opción transaccional de un referéndum sobre la forma del Estado; el régimen monárquico previsto en 1969 por el dictador fue preservado como indiscutible. Los herederos del franquismo dirigieron toda la recomposición política tras la muerte del general».

Desta forma, a conclusão orientava-se no sentido da *continuidade* entre ditadura e democracia: «lo que llamamos “transición” no fue sino la continuidad “blanda” del franquismo. Un “franquismo de rostro humano”, si se quiere».²¹⁵ É curioso constatar como o mesmo argumento da alegada *continuidade* entre franquismo e democracia é utilizado com objetivos opostos: ora prioritariamente como crítica política do governo socialista – o que por vezes implicava inclusive visões *branqueadoras* do franquismo e/ou a defesa da *memória da transição modélica* –, ora como crítica do processo histórico da transição, na medida em que não se priorizou a importância de lidar com o passado franquista – tendência que em certos casos também incluía a crítica política dos escândalos de corrupção.

Seguindo esta orientação de crítica política, em artigo de Antonio García-Trevijano²¹⁶ sugeria-se que as *continuidades* entre o franquismo e a democracia estavam na raiz da corrupção do presente: «La reforma que dio lugar a la transición fue dictada por Estados Unidos (en la Zarzuela y la Moncloa) y por Alemania (a Felipe González), por creer que la ruptura democrática de la moral y de los hábitos de poder de la dictadura daría la preponderancia al Partido Comunista, como en Portugal. (...) Todo lo sucedido en España desde finales de 1976 está dictado por el miedo de los hombres de

²¹⁵ «Franquismo con rostro humano», *El Mundo*, 20 de novembro de 1995, p. 2. Em carta de leitor publicada em *A Nosa Terra*, criticava-se também a versão da *transição exemplar, pacífica e sem grandes traumas*. Ressaltavam-se as linhas de continuidade com a ditadura, questionando-se inclusive o termo *transição*, “porque os principais poderes que sustentaron o fascismo non variaron substancialmente, senón que simplemente se adaptaron a unha nova situación (...) sen apenas variar en nada as vellas estruturas franquistas; nen no ámbito xudicial, nen nos distintos corpos represivos como a Policía Nacional ou Guarda Civil, nen no Exército, etc., etc.”: «Trasición a onde?», *A Nosa Terra*, 9 de novembro de 1995, p. 19, 20.

²¹⁶ Antonio García-Trevijano (n.1927): Advogado. Defensor da causa republicana, foi ativista antifranquista. Em 1974, foi um dos fundadores da *Junta Democrática de España*, que reuniu forças sindicais, políticas e sociais da oposição, defendendo a rutura democrática. Em 1976, participou na fusão entre a *Junta Democrática de España* e a *Plataforma de Convergencia Democrática*, o que originou a *Coordinación Democrática*.

partido a la libertad política, y por su ambición de entrar en el reparto del poder estatal, la riqueza y los honores sin honor. Subordinación internacional y continuidad en el poder de los hombres y de la inmoralidad política del franquismo. Es natural que hoy las encuestas pongan en los tres primeros lugares del prestigio a personas tan representativas de lo que ha sido la transición como Juan Carlos, Suárez y Fraga. Allí estaban y aquí están. La causa de la corrupción está precisamente en eso».²¹⁷ Percebe-se, portanto, que este género de opiniões oscila entre propósitos mais voltados para a crítica política da corrupção no momento presente – através da instrumentalização de uma avaliação crítica sobre o processo de transição – e o objetivo de problematizar a questão das sequelas do franquismo na democracia.

É interessante constatar que muitas das interpretações que criticam o processo histórico da transição pelo alegado não-rompimento com o regime franquista mantêm o mesmo padrão analítico da *transição modélica* pautado por marcos político-institucionais, invertendo, porém, o juízo global que lhe é atribuído. Em artigo de Manuel Blanco Chivite²¹⁸, de 1993, uma tal opinião sobre a transição era enquadrada na crítica mais ampla acerca da tergiversação da problemática do franquismo: «En el Estado español las heridas se han estado cerrando en falso desde hace más de un siglo y medio. La última herida, la más brutal, la de tres años de guerra y treinta y seis, más o menos, de fascismo, es la que más en falso se cerró. Así es que a nadie extrañe que hoy apeste. Se pidió olvido a la mayoría de la sociedad agraviada y sometida, y se pidió reconciliación al abofoteado mientras el abofeador seguía en el machito y repartiendo bofetadas. Así vino, primero – atención al orden de los términos – la monarquía, y después la Constitución monárquica, y se hizo la transición y se estableció, de veras, créaselo, la democracia».

A seguir, a transição era avaliada sob parâmetros políticos, mas em sentido inverso ao da exemplaridade defendida pelos relatos da *transição modélica*: «Decidieron juntos [los franquistas, las burguesías nacionalistas y las cúpulas de los partidos y sindicatos] y establecieron juntos las características del cambio. Juntos, pero no revueltos, respetando las jerarquías. La banca, la gran empresa, el Ejército, la Iglesia, los servicios secretos, los aliados norteamericanos, alemanes y franceses, marcaron la

²¹⁷ «Veinte años, veinte engaños», *El Mundo*, 20 de Novembro de 1995, p. 4.

²¹⁸ Manuel Blanco Chivite (n.1945): Jornalista e escritor. Foi militante da organização armada FRAP. Esteve prestes a ser executado junto com os últimos condenados do franquismo em 27 de Setembro de 1975. Contudo, horas antes recebeu a notícia de que a sua pena de morte tinha sido comutada para trinta anos de prisão.

línea, el sentido general, los límites. Los otros aceptaron y se encargaron de convencer, por las buenas y en algún caso por las malas, a la mayoría social que, igualmente y con más o menos mosqueo, aceptó también, a ver qué remedio. (...) La transición fue, al amparo de la Constitución, una conjunción, un tanto compleja si se quiere, entre los intereses permanentes e inalterables que sostuvieron a Franco y los intereses económicos y sociales de los sectores burgueses, burgueses nacionalistas, socialdemócratas y tecnócratas opuestos al franquismo».²¹⁹

Num sentido mais de autocritica acerca dos posicionamentos então assumidos pela esquerda, o dirigente da IU Manuel Monereo declarou, em 1995, que não havia força para impor uma rutura democrática, mas que não se deveria ter legitimado a reforma como se tivesse sido a rutura. E lamentou as excessivas concessões que teriam sido admitidas pela esquerda: «En los sucesivos pactos de la transición, las fuerzas de izquierda dejaron de pelear por una efectiva democratización del aparato del Estado y por una profundización de la democracia. Se decía: “cuidado con tal o cual planteamiento porque puede poner en peligro la transición”; y lo que trajo aquello fue un desarme político e ideológico con unas concesiones sin límites» – como a monarquia, a bandeira, a autodeterminação, a não-depuração dos aparelhos repressivos, exemplificava a reportagem do *Egin*.²²⁰ É evidente, também neste caso, o carácter de construção *a posteriori* desta opinião sobre a transição. Pode-se dizer que se trata da influência da perspetiva que desde os anos 1990 passou a desenvolver-se entre as culturas políticas de esquerda no sentido de questionar os moldes ético-políticos nos quais se fundamentou a democracia espanhola, sem ter havido uma demarcação simbólica explícita em relação ao franquismo. Tais demandas, no entanto, não figuravam entre as preocupações e prioridades do conjunto das forças de esquerda atuantes na transição.

²¹⁹ «Transición, Constitución y todo lo demás», *Egin*, 9 de dezembro de 1993, p. 7. Da mesma forma, em declarações ao *Egin* em 1995, Chivite afirmou, sugerindo as limitações da transição: «El gran diseño de la transición, las condiciones básicas de la misma no fueron establecidas por los demócratas antifranquistas sino por los sectores más dinámicos y lúcidos del propio franquismo y del franquismo vergonzante, así como por los gobiernos europeos y norteamericano, los más involucrados con los poderes españoles». «La izquierda que quisimos tanto», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento *¿20 años sin...?*, p. XI. Também em declarações do ex-dirigente da HB, Iñaki Esnaola, a transição era avaliada sob os mesmos marcos políticos que balizavam a tese da *transição modélica*, mas segundo um juízo negativo e crítico: «hubo una Reforma desde el régimen, al que ayudó lógicamente el propio régimen y al que ayudó fundamentalmente la oposición, bajándose los pantalones en las que para mí no debería habérselos bajado». «“20 años después, la muerte de Franco parece un sueño agradable, sin más”», *Deia*, 21 de novembro de 1995, p. 8.

²²⁰ «La izquierda que quisimos tanto», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento *¿20 años sin...?*, p. X.

O destaque para a linha de *continuidade* entre franquismo e democracia – um argumento bastante comum entre as opções do nacionalismo basco radical, em certos casos atuando como argumento legitimador da ação política da ETA – foi evidenciado ainda em declarações de Jon Idigoras²²¹, de 1995, nas quais se sugeria a crítica pela ausência de justiça política em relação à ditadura: afirmava que o 20 de Novembro constituiria “la fecha simbólica que nos dice que éste [Franco] murió pero que las estructuras franquistas no fueron depuradas”. Além disso, Idigoras criticava o processo histórico da transição ao associar a opção pela reforma – em detrimento da rutura democrática – e o subsequente desenvolvimento de crimes e escândalos de corrupção.²²²

Esta ideia transparecia também num já mencionado artigo, da autoria de Alfonso Eiré, do suplemento especial de *A Nosa Terra* de 1995. Considerava-se que as origens dos escândalos de corrupção que vieram à tona na sociedade espanhola remontariam à transição, devido à “non depuración dos aparellos represivos, priviléxios das clases dominantes, métodos de funcionamentos autárquicos e, sobre todo, acochamento e cobertura social na loita contra os nacionalismos periféricos”.²²³ Uma argumentação semelhante evidenciava-se em artigo de Gabriel Jackson²²⁴, de 1996. Partia-se, no entanto, de uma avaliação amplamente positiva sobre a transição para sustentar que o problema da corrupção no momento presente derivaria da ausência de reformas em certas estruturas franquistas. Assim, argumentava-se sobre a necessidade de uma *segunda transição*, de modo a resolver estas lacunas e preservar os êxitos da primeira: «Vuelvo a la cuestión de la segunda transición. La escandalosa conducta de numerosas personalidades financieras, funcionarios de partidos, policías, abogados y jueces demuestra que las costumbres de la era de Franco no cambiaron en aquellas áreas que no fueron reformadas directa y públicamente durante la primera transición. En sus últimos años, Franco no gobernó tanto con mano dura como con la práctica y tolerancia de la corrupción. Todos los tipos de escándalo mencionados en este artículo ocurrían frecuentemente con Franco».²²⁵

²²¹ Jon Idigoras (1936-2006): Político e sindicalista basco. Em 1978 iniciou sua atividade política na HB e integrou a mesa nacional desta coligação entre 1992 e 1997. Em 1997 foi preso junto com os demais membros da mesa nacional da HB por acusação de colaborar com a ETA.

²²² «HB reclama la necesidad de depurar “herencia franquista que subsiste”», *Deia*, 21 de novembro de 1995, p. 8.

²²³ «A monarquía como garante dos priviléxios franquistas», *A Nosa Terra*, 30 de novembro de 1995, suplemento *Galiza ante a II Restauración*, p. 3.

²²⁴ Gabriel Jackson (n.1921): Historiador hispanista norte-americano. Autor de obras clássicas sobre o século XX espanhol, tais como *The Spanish Republic and the Civil War* (1965), *The Spanish Civil War: Domestic Crisis or International Conspiracy* (1966). Colaborador de *El País*.

²²⁵ «Urge una reforma», *El País*, 17 de julho de 1996.

No que diz respeito à perpetiva dos nacionalismos periféricos, pode-se dizer que a forte repressão franquista contra as nacionalidades históricas é um fator que favorece o desenvolvimento de pontos de vista críticos a respeito dos parâmetros da transição democrática, em que não se priorizou uma rutura simbólica com a ditadura. Neste sentido, em artigo de Jaume Serrats Olle²²⁶, a propósito do cinquentenário da guerra civil, a reprovação dos efeitos da guerra ao longo do tempo implicava também a crítica do desenrolar da transição: «la muerte del general tampoco ha archivado la guerra. Baste recordar que durante la transición, ante la alternativa entre ruptura o reforma, se impuso ésta, con la asunción que suponía de esquemas y personas del franquismo; resulta revelador, por ejemplo, que los líderes de los hoy dos principales grupos políticos de la oposición – Coalición Popular y Centro Democrático y Social²²⁷ – fueron destacados servidores del régimen de Franco incluso en su última etapa. Todo esto demuestra que la propia dinámica de esos años de democracia ha estado dominada por esa lejana y a la vez presente guerra». Além de se esclarecer sobre o contexto de repressão na Catalunha ao longo da ditadura, reivindicava-se a importância de políticas de reparação em relação ao franquismo, como condição para que “pueda archivar esa guerra civil”.²²⁸ Neste caso, o eixo argumentativo era a condenação do franquismo; de modo que a crítica da transição se fazia em virtude do que era percebido como *transigência* em relação ao regime.

No caso específico do nacionalismo basco, a crítica da transição envolve o problema político da não-aceitação dos moldes delineados na Constituição acerca dos direitos das nacionalidades históricas, e particularmente pelo não-reconhecimento do direito à autodeterminação. Por exemplo, em artigo da autoria de Teresa Toda publicado no *Egin*, em que se denunciava o tom dominante na televisão por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Franco²²⁹, criticavam-se os parâmetros da transição espanhola e sua impossibilidade de solucionar o problema basco: «Pero si Juan Carlos I y Adolfo

²²⁶ Jaume Serrats Olle: Foi diretor do periódico nacionalista catalão *Avui*.

²²⁷ *Coalición Popular* foi uma coligação eleitoral de direita que se apresentou às eleições gerais de 1986. Estava constituída pelos partidos: *Alianza Popular*, *Partido Demócrata Popular*, *Unión Liberal*, *Unión Valenciana*, *Unión del Pueblo Navarro*, *Partido Aragonés Regionalista*, *Centristas de Galicia*. *Centro Democrático y Social* foi um partido político fundado em 1982 por Adolfo Suárez e outros dissidentes da UCD.

²²⁸ «La Guerra Civil: tan lejana, tan presente», *La Vanguardia*, 15 de julho de 1986, p. 5.

²²⁹ Condizente com os relatos da *transición modélica*: «Todo era repasar los famosos 20 años, aunque más que recorrerlos con sus miserias, sus logros y sus carencias, se han dedicado a pulirlos y maquillarlos, hasta que ha desaparecido lo “feo”, lo molesto, presentándose una transición perfecta desde el mismo momento en que murió Franco. O mejor dicho, desde que Juan Carlos de Borbón se convirtió en Juan Carlos I».

Suárez son los hacedores del actual sistema, también serán, digo yo, algo responsables de sus agujeros negros; y por tanto, y entre otros, del andamiaje de un Estado de las Autonomías que, queriendo repartir descafeinado para todos, consiguió enquistar el “problema español”. En especial con Euskal Herria, prolongando un conflicto histórico que se expresa también en vertiente armada, con las muertes y sufrimientos que acarrea para todos».²³⁰

Ou seja, enquanto as *memórias críticas da transição* se orientam a partir da reprovação da maneira como a sociedade espanhola e seus dirigentes políticos lidaram com o passado franquista, eludindo-se a importância de um debate ético-político sobre a ditadura; no caso basco, as críticas da transição como processo histórico passam pelo filtro do problema político específico dos direitos das nacionalidades históricas, levando-se em conta que a abordagem constitucional sobre a questão é considerada, pelo conjunto do nacionalismo basco, como excessivamente limitadora. Neste sentido, convém a analisar as memórias bascas críticas da transição como um âmbito à parte.

4-3.2.1. País Basco: a crítica da transição como reivindicação nacionalista

Para compreender o caso basco, convém, em primeiro lugar, considerar os resultados do referendo constitucional de 6 de Dezembro de 1978. O País Basco concentrou as maiores taxas de abstenção e de votos negativos de todo o território espanhol. Mais de 55% do eleitorado basco absteve-se de participar no referendo; entre os votantes, 69,12% disseram *sim* e 23,54%, *não* ao texto constitucional – o que significa que, de facto, a maior parte da população basca não ratificou a Constituição. No que diz respeito ao posicionamento dos partidos políticos nacionalistas com representação no Congresso dos Deputados, 7 dos 8 deputados do PNV abstiveram-se de votar a Constituição e 1 esteve ausente na votação, enquanto o único deputado *Euskadiko Ezkerra* (EE) votou contra. O centro da reprovação do nacionalismo basco à Constituição é a ausência do reconhecimento do direito à autodeterminação.

Desta forma, as memórias bascas da transição expressam, em larga medida, a crítica deste processo histórico. Tal como nos demais casos das *memórias críticas da transição*, as críticas sob a perspectiva basca também costumam manter a ênfase num modelo interpretativo baseado no protagonismo das elites político-institucionais, invertendo, porém, o juízo global que lhe é atribuído. Assim, em artigo de José Félix

²³⁰ «Republicana», *Egin*, 25 de novembro de 1995, p. 1995.

Azurmendi²³¹, de 1988, após identificar-se como tendência interpretativa dominante aquela que se fundamentava nos moldes da *transição modélica*, destacava-se o carácter de *continuidade* que teria forjado o processo, salientando-se a rejeição dos bascos a tal *pacto* político: «Muchos de los análisis efectuados estos días con ocasión del décimo aniversario de la aprobación de la Constitución vigente coinciden en que fue producto de un pacto entre continuistas (los beneficiarios de la sublevación franquista) y rupturistas (los perdedores y sus retoños) que reflejaba la correlación de fuerzas entonces actuante. Se ha dicho en alguna ocasión que las cortes franquistas se hicieron en cierto modo el harakiri para facilitar la transición hacia la democracia, pero habida cuenta de la ninguna tradición de semejante práctica en colectivos sin motivos para sentirse acorralados, más bien habría que pensar que se trataba de una operación de maquillaje, un estirarse la piel para hacer presentable el nuevo-viejo rostro. (...) Si en el 78 el pueblo vasco marcó la diferencia y sus diferencias, diez años más tarde siguen estando presentes y cuestionando un pacto que ni entonces ni ahora suscribe».²³² Em sentido semelhante posicionava-se Paco Letamendia²³³, em 1993: «El rechazo del derecho de autodeterminación por las fuerzas políticas que elaboraron hace quince años la Constitución fue consecuencia de la naturaleza de la Reforma, como pacto entre partidos antifranquistas y aparato franquista».²³⁴

Pode-se dizer que as opiniões representativas do nacionalismo radical inferem desta crítica do processo de transição o argumento da *continuidade* do franquismo e a justificação da violência etarra. Em 1988, em manifestação do sindicato LAB contra a Constituição, em Pamplona, Javier Elorriaga, integrante da executiva nacional do LAB, declarou que o texto constitucional, em sua opinião antibasco e antidemocrático, teria sido elaborado pela direita espanhola em colaboração com os partidos da esquerda reformista durante a transição política. E acrescentou que “ante este cascarón antidemocrático que es la Constitución española, se puede explicar la violencia revolucionaria de ETA”.²³⁵ Neste mesmo ano, em comício da HB em Bilbao contra a

²³¹ José Félix Azurmendi (n.1941): Filósofo. Professor catedrático na Universidade do País Basco. Traduziu numerosas obras filosóficas para a língua basca.

²³² «Diez transitórios años», *Deia*, 10 de dezembro de 1988, p. 23.

²³³ Francisco Letamendia (n.1944): Advogado, professor universitário. Atuou como advogado na defesa de presos políticos bascos que lutavam contra a ditadura. Nas eleições 1977 foi eleito deputado por EE. Nas eleições de 1979 concorreu pela HB, mas abandonou o partido em 1983.

²³⁴ «La autodeterminación, en debates constitucionales», *Egin*, 6 de dezembro de 1993, p. 7.

²³⁵ «LAB: “La Constitución española es antivasca y antidemocrática”», *Deia*, 3 de dezembro de 1988, p. 8. «Más de mil delegados del sindicato LAB se manifestaron en la capital navarra», *Egin*, 3 de dezembro de 1988, p. 6.

Carta Magna, Jon Idígoras criticou o contexto político em que se forjou a Constituição e justificou a violência nacionalista: «es una Constitución que se trató de imponernos, que no era más que una alternativa al franquismo sin Franco y que sólo pretendía mantener una reconciliación entre todas las estructuras franquistas y las nuevas que ellos denominaban democráticas»; «lejos de buscar la paz, la democracia y la reconciliación de todos los pueblos del Estado, lo que hace es separarlos cada vez más, crispar los ánimos y fomentar más la violencia, porque si existe una confrontación violenta con el Estado es porque esta Constitución no ha buscado los mecanismos suficientes para que nosotros podamos ejercer nuestra soberanía por los cauces normales, institucionales, pacíficos».²³⁶

Em outro evento da HB, Idígoras ressaltou as *continuidades* com o franquismo: «Fue Franco quien impuso su sucesor y la monarquía. El mismo impuso el sistema capitalista, el gran nacionalismo español y la división territorial de Euskadi sur. Todos ellos son aspectos que mantiene intactos el Gobierno del PSOE».²³⁷ Este mesmo sentido de *continuidade* foi salientado também pelo membro da mesa nacional da HB, Tasio Erkizia, em 1986; destacou a expectativa frustrada do povo basco com a Constituição, após uma dura luta contra o franquismo, e afirmou que “los partidos que han apostado por mantener el modelo de Estado que heredamos del franquismo van convirtiendo esa Constitución y las leyes que de ella emanan en dogmas intocables e incuestionables”. Comparou ainda a conversão do Dia da Constituição em feriado comemorativo com o 18 de Julho franquista, pois “cuando el pueblo no lo siente como fiesta se le impone la celebración mediante decreto-ley”.²³⁸

Com efeito, todas as tendências do nacionalismo basco negam-se a participar nas comemorações do 6 de Dezembro, sendo organizados muitos atos de protesto.²³⁹ Em

²³⁶ «Idígoras: “La Constitución no es más que una alternativa al franquismo sin Franco», *Deia*, 7 de dezembro de 1988, p. 3. «HB reiteró en Bilbo la existencia de una alternativa que recoge las aspiraciones fundamentales del pueblo vasco», *Egin*, 7 de dezembro de 1988, p. 6.

²³⁷ «HB subraya la “ilegitimidad de una Constitución impuesta al pueblo vasco”», *Egin*, 1 de dezembro de 1988, p. 6.

²³⁸ «Erkizia denuncia la invalidez de la Constitución y la pompa de la celebración», *Egin*, 6 de dezembro de 1986, p. 36. Em artigo deste mesmo parlamentar da HB, destacava-se o contexto da luta antifranquista contra um Estado centralista e opressor das liberdades; salientava-se também as posteriores reivindicações por uma soberania basca durante a transição e a legitimidade da rejeição de uma Constituição centralista: «La Constitución española y el modelo centralista del Estado», *Egin*, 6 de dezembro de 1988, p. 4. É interessante notar que neste caso a ênfase recai nas lutas pela reivindicação dos direitos nacionalistas bascos, e não propriamente na crítica do processo de transição, de modo que não se verifica a perspetiva hermenêutica condizente com a tese de *pacto entre elites*.

²³⁹ «El rechazo a la Constitución se expresó en movilizaciones por numerosas localidades de la geografía vasca», *Egin*, 3 de dezembro de 1988, p. 6. «Manifestaciones de Herri Batasuna contra el “Día de la Constitución”», *Deia*, 3 de dezembro de 1988, p. 64. «Insumisión a la Constitución en varios centros

1993 e em 1996, o porta-voz parlamentar do PNV, Iñaki Anasagasti, justificou a ausência de seu partido dos atos comemorativos oficiais afirmando que o espírito do *café para todos* que está por detrás do desenho constitucional do mapa autonómico apenas pretenderia diminuir os direitos históricos dos povos catalão e basco.²⁴⁰ Neste mesmo sentido, Aitor Irazola, o porta-voz da EGI, organização das juventudes do PNV, afirmou que “no podemos festejar una Constitución que niega a Euskadi su condición de nación”. Já o dirigente da HB, Floren Aoiz, afirmou que o 6 de Dezembro “es el día de la imposición convertida en ley” e que a Constituição “es un instrumento clave para la desconstitución y desarticulación de Euskal Herria”, através do qual “se nos niegan nuestra identidad propia, nuestra cultura, nuestros derechos y nuestras libertades”.²⁴¹

É interessante a argumentação de um editorial do *Deia* porque esclarece, sob o ponto de vista do caso basco, acerca do eixo que orienta as *memórias críticas da transição*, cujo foco é o problema das sequelas do franquismo na sociedade espanhola: «La fiesta de la Constitución no puede soslayar una cuestión aparcada en 1978: el conflicto entre los artículos 1 y 2 del texto. Todos aceptan hoy el artículo 1, apartado 1: un Estado social y democrático de derecho que propugna como valores superiores la libertad, la igualdad, la justicia y el pluralismo político. Ese artículo es el entierro del franquismo, que fue un régimen bárbaro en la historia española, pero del que todos los que festejan la Constitución guardan curioso silencio ¿por qué será? Porque por ese lapsus franquista siguen las críticas: el artículo 2 de la “indisoluble unidad” no tiene por qué casar con el 1, excepto en el lastre histórico de aquel régimen de la “unidad de destino en lo universal”, que no tiene por qué satisfacer a los auténticos derechos históricos que corresponden a los vascos».²⁴²

Percebe-se, neste sentido, que a ideia do *pacto de silêncio/esquecimento* constitui, com efeito, uma fórmula simplista que não pretende designar a existência de um silêncio social amplo a respeito do passado recente, e sim um silêncio específico de

educativos», *Egin*, 5 de dezembro de 1996, p. 16. «El acto de HB centra el rechazo a la Constitución», *Egin*, 6 de dezembro de 1996, p. 9. «Amplia respuesta insumisa a la Constitución»; «Militantes de EGI tapan con una ikurriña la palabra “España” en un monumento»; «La protesta se tradujo en importantes sabotajes», *Egin*, 7 de dezembro de 1996, p. 10, 11.

²⁴⁰ «Nacionalistas e IU burlaron a la Constitución – El PNV justifica su ausencia por la falta de reconocimiento al “hecho diferencial” vasco», *El País*, 7 de dezembro de 1993. «Anasagasti aboga por reformar la Constitución “porque el tema vasco no tiene encaje en este tinglado jurídico” - EGI afirma que con la autodeterminación no habrá Constitución que pare a Euskadi», *Deia*, 7 de dezembro de 1996, p. 20.

²⁴¹ «Anasagasti aboga por reformar la Constitución “porque el tema vasco no tiene encaje en este tinglado jurídico” - EGI afirma que con la autodeterminación no habrá Constitución que pare a Euskadi», *Deia*, 7 de dezembro de 1996, p. 20.

²⁴² «La fiesta no soslaya el error constitucional», *Deia*, 7 de dezembro de 1996, p. 14.

natureza ético-política, abrangendo a questão da construção da identidade democrática e da sua relação com o passado ditatorial. Pode-se considerar, portanto, que as memórias bascas que criticam a transição como processo histórico se inserem no âmbito das *memórias críticas da transição*, levando-se em conta, contudo, a sua especificidade, no sentido de que se orientam em função da reivindicação nacionalista por direitos históricos.

É interessante notar que, enquanto as *memórias críticas da transição* se desenvolvem especialmente desde inícios dos anos 1990 – o que deve ser entendido dentro do quadro da mudança geracional que implicou o questionamento das bases das *memórias da reconciliação*, ou seja, a intenção de evitar a discussão ético-política do passado recente de ditadura e de guerra civil –, no caso basco a perspectiva crítica sobre o processo histórico da transição através do filtro do nacionalismo histórico sempre existiu, desde o próprio momento da transição. Por um lado, as opiniões representativas do nacionalismo basco conservador centram-se na crítica dos parâmetros políticos que forjaram a transição democrática, sugerindo-se as sequelas do franquismo. Por outro lado, o nacionalismo radical é mais explícito ao afirmar as *continuidades* e o *continuismo* com a ditadura. É interessante observar a instrumentalização da memória da guerra civil e do franquismo operada pela cultura política do nacionalismo radical basco: argumenta-se no sentido da *continuidade* tanto da guerra civil quanto do franquismo, considerando-se que a opressão contra o nacionalismo basco permanece.

Portanto, pode-se dizer que as *memórias subterrâneas da transição* abrangem, por um lado, as opiniões alternativas e/ou críticas ao relato dominante da *transição modélica*, uma vez que salientam aspetos incompatíveis com o modelo hermenêutico baseado na ideia de *pacto exemplar entre elites político-institucionais*: a repressão e a violência que marcaram o período; as mobilizações populares e os movimentos sociais como atores do processo. Neste último caso, propõe-se um outro eixo analítico para interpretar a transição, segundo o qual o papel desempenhado pelas mobilizações populares teria constituído um elemento central para a conquista das transformações democráticas. São as *memórias da transição como conquista*, que podem ser consideradas como relatos *subterrâneos* dentro das *memórias subterrâneas da transição*. No que diz respeito especificamente às memórias comunistas, há destaque para a importância da luta antifranquista, que teria criado as bases e impulsionado a conquista da democracia nos anos da transição.

Por outro lado, desde inícios dos anos 1990, avolumam-se as opiniões que focalizam a questão identitária das origens ético-políticas da democracia espanhola, criticando-se a ausência de uma delimitação explícita, especialmente em termos simbólicos, em relação à ditadura. Por vezes, esta tendência adquire contornos de crítica da conjuntura política envolvendo os escândalos de corrupção, cuja explicação estaria relacionada, segundo estas visões, com as alegadas sequelas do franquismo no regime democrático. Embora algumas destas opiniões se centrem na crítica política da corrupção do momento presente, não se dirigem fundamentalmente ao ataque do governo González e, neste sentido, diferem dos relatos das culturas políticas de direita que instrumentalizam a *memória da transição modélica*. A nuance argumentativa consiste em que, no primeiro caso, a ênfase recai no problema das *permanências* na democracia de certos traços do franquismo, enquanto no segundo caso o objetivo é demonstrar o carácter de *involução* dos governos socialistas em relação aos anos da transição e/ou do tardofranquismo. Por outras palavras, para as culturas políticas de direita, o problema da corrupção explicar-se-ia por uma *mazela* relativa ao exercício do poder político pelos socialistas – e, portanto, ausente, dos governos de direita do passado –, ao passo que para as culturas políticas de esquerda a questão se situa na falta de reformas significativas na passagem da ditadura para a democracia.

Enfim, é possível notar como as construções das memórias coletivas ratificam identidades sociais. Por um lado, as memórias comunistas enfatizam as lutas político-sociais do período franquista e dos anos da transição, nas quais os comunistas foram importantes protagonistas. Por outro lado, outros setores representativos de culturas políticas de esquerda, ao cultivarem uma identificação ético-política com os *vencidos da guerra civil* e as *vítimas da repressão franquista*, leem a transição e o próprio regime democrático espanhol sob o ponto de vista de suas limitações, tendo em vista a ausência de uma demarcação ético-política e simbólica em relação à ditadura, e concretamente a ausência de reabilitações públicas destes grupos sociais.

É nítida a marca geracional – característica da fase da *obsessão memorial* – destas *memórias críticas da transição*: devido à erosão de *futuros possíveis* capazes de gerar expetativas e mobilizar vontades, busca-se no passado as âncoras ético-políticas para balizar o presente; no entanto, o viés identitário destas memórias militantes dos anos 1990 não era propriamente as lutas e combates do passado – como no caso das memórias comunistas – e sim as *vítimas* de regimes e forças opressoras. Pode-se dizer, em suma, que se no caso das *memórias da transição modélica* se trata de uma leitura

elitista da história, que apenas reconhece como atores históricos relevantes os *grandes homens*, a perspectiva hermenêutica que inverte a valoração global da tese do *pacto entre elites* – tal como o fazem as *memórias críticas da transição* – evidenciam um ponto de vista sobre a história que favorece a vitimização.

Já no caso basco, a condenação do processo histórico da transição constitui a base de afirmação para identidades nacionalistas que não se sentem reconhecidas nos moldes político-jurídicos da democracia espanhola.

4-3.3. As *memórias dos vencidos*: entre as críticas das *memórias da reconciliação* e as reivindicações da reabilitação e reconhecimento público dos *vencidos*

Nos anos 1980, por ocasião dos cinquentenários do início e fim da guerra civil, as *memórias dos vencidos* evidenciaram-se na imprensa especialmente através de críticas das *memórias da reconciliação*: as ideias de *superação do passado*, *esquecimento* e *culpa coletiva* ou *equiparação* entre os lados enfrentados. Tais argumentos que sustentavam a irrelevância da discussão sobre a guerra civil podem ser considerados como o ponto de partida para as opiniões críticas, mesmo nos casos em que não se defendia uma instrumentalização ético-política deste passado.

Assim, por exemplo, em artigo de Manuel Azcárate²⁴³ – a respeito de um simpósio sobre a guerra civil realizado em Boston –, concluía-se com seguinte avaliação sobre a problemática da evocação da guerra: «Sin duda la versión oficial impuesta por el franquismo ha perdido vigencia. Pero ello no cierra el problema histórico y cultural. Tan absurdo sería pretender utilizar ese recuerdo como arma política como considerar que la guerra es simplemente un cementerio de errores y cadáveres que se trata de olvidar. Sin duda queda ahí una asignatura pendiente».²⁴⁴

No mesmo sentido posicionava-se Ricardo García Cárcel²⁴⁵, em artigo a respeito do livro de Pierre Vilar *La guerra civil española*. Após salientar-se a visão sectária da guerra difundida durante o franquismo e a consequente privatização das memórias dos vencidos, mencionava-se aquilo que se entendia ser a tendência dos anos 1980 – apoiada inclusive por elevadas instâncias oficiais – no sentido da valorização do silêncio e da divisão equitativa de responsabilidades. A este respeito, afirmava-se: «Ciertamente,

²⁴³ Manuel Azcárate (1916-1998): Militante do PCE desde 1934, após a guerra civil exilou-se e só retornou a Espanha no início da transição, em 1976. Desde 1960 foi membro do comité central do PCE. Enfrentou-se com a direção do partido, do qual foi expulso em 1982.

²⁴⁴ «Los universitarios norteamericanos y la guerra civil española», *El País*, 19 de novembro de 1986.

²⁴⁵ Ricardo García Cárcel (n.1948): Historiador e ensaísta.

la excesiva fijación en el recuerdo de la Guerra Civil, la obsesión en el mirar hacia atrás con ira, la permanente degustación del morbo de lo vivido y sufrido, no es recomendable. Pero la tentación del olvido de la experiencia histórica es más peligrosa aún. Hoy, a cincuenta años vista del comienzo de la Guerra Civil, es útil tener bien presente lo que fue aquel hito histórico, asumir sus lecciones, aprovechar por encima de las amarguras y desgracias que generó, las deducciones que permite».²⁴⁶

Nestes dois exemplos, ainda que se ponderasse sobre o despropósito de instrumentalizar politicamente o passado de guerra civil ou evocá-lo como fonte de controvérsias, ressaltava-se a validade de sua discussão. Pode-se dizer que uma tal perspectiva crítica, especialmente no que diz respeito à *política de não-memória* que caracterizou o governo González, constitui a origem argumentativa do movimento político-social que se desenvolve a partir da década seguinte em torno da ideia de *pacto de silêncio/esquecimento*. Neste sentido, é possível inferir que as *memórias críticas das transição* avaliam este processo histórico com base num juízo retrospectivo que acaba por unificar a crítica da política de memória dos governos democráticos – sustentada na *memória da reconciliação/transição modélica*, ou seja, na consideração da irrelevância de um debate ético-político sobre o passado – com a condenação histórica da transição democrática e seus protagonistas, em virtude da suposta conceção de que aí se situaria a base do *pacto de silêncio/esquecimento*.

Em certos casos, a crítica dos posicionamentos de *superación* ou *esquecimento* sobre o passado associava-se a juízos positivos acerca da II República ou da *memória dos vencidos*. O historiador Herbert Southworth²⁴⁷, por exemplo, declarou não ser possível edificar uma democracia sobre o esquecimento; e afirmou a atualidade da II República: «La República española sigue siendo el símbolo de esperanza para quienes combaten por el progreso en todo el mundo».²⁴⁸ Já em crónica de Antonio Álvarez Solís²⁴⁹, a valorização do contexto da II República associava-se à ideia de *ilicitude* de

²⁴⁶ «Comprender la Guerra Civil», *La Vanguardia*, 22 de abril de 1986, p. 56.

²⁴⁷ Herbert Southworth (1908-1999): Historiador hispanista norte-americano. A obra *The Myth of Franco's Crusade* – publicada em 1963 pela editora antifranquista sediada em Paris, Ruedo Ibérico, e vendida clandestinamente em Espanha – estimulou a criação pelo Ministério de Informação e Turismo, a cargo de Manuel Fraga, de um Gabinete de Estudos sobre História, com o objetivo de desenvolver uma historiografia oficial sobre a guerra civil.

²⁴⁸ «Southworth advierte contra los intentos de olvidar la guerra civil», *El País*, 11 de junho de 1986.

²⁴⁹ Antonio Álvarez Solís (n.1929): Jornalista.

colocar num mesmo plano de justiça vencedores e vencidos, *esquecendo-se o esforço de um povo* em nome de uma *reconciliação que pretende deixar-lhe sem história*.²⁵⁰

É justamente a defesa da memória dos perdedores da guerra civil, assim como a crítica das políticas de memória da democracia – que permitiam a manutenção dos *lugares de memória* franquistas – o foco de artigos de Francisco Vega Díaz²⁵¹: «medio siglo después del cainita holocausto, y acabado el silencio obligatorio, los dirigentes políticos, los jefes militares de la República, los héroes aislados y las ciudades heroicas no han recibido todavía los honores merecidos que, por circunstancias bien sabidas, se otorgaron solamente a los ganadores. No basta con que se celebren actos esporádicos en memoria de unos u otros, o exposiciones retrospectivas de fotografías y documentos, o que se pongan placas en algunas de las casas en las que vivieron. Resulta bochornoso seguir advirtiendo el alto número de generales y oficiales franquistas y de civiles mediocres que dan rótulos a calles y plazas sin que hayan aportado gloria alguna al renombre histórico español».

Para além de sublinhar-se a condenação do golpe de 1936, reivindicava-se expressamente a implementação de políticas de memória em reconhecimento dos *vencidos*: «Para que su tránsito por el poder resulte más dignificado, creo que, tanto el Gobierno como los ayuntamientos, tienen la obligación moral de rehabilitar a los que defendieron la República dando a más plazoletas o monumentos los nombres de los más destacados, sin olvidar que las condenas y los exilios son méritos que sumar en la estimación de esas honras. Los jóvenes comprenderán así que cuanto oyeron relatar con entristecida emoción a sus viejos familiares o amigos no fueron *cuentos de abuelitos*, sino asuntos de honor que la nación exhibe con orgullo». ²⁵²

A defesa da herança democrática republicana aparecia também em artigo de Antonio Elorza²⁵³, cujo propósito era criticar a argumentação de Santos Juliá (artigo publicado em *El País* em 1 de Abril de 1989), que definia a guerra civil fundamentalmente como uma guerra de religião. Para o articulista, uma tal perspetiva

²⁵⁰ «Duas notas ao primero de abril – carta a un coronel republicano», *A Nosa Terra*, 6 de abril de 1989, p. 20. Em carta de leitor publicada em *A Nosa Terra*, em 1986, criticava-se explicitamente a ideia de *reconciliação* e a ausência de reconhecimento das vítimas do franquismo; em outra, assinalava-se a ideia de continuidade entre a guerra civil e o franquismo e, em contraposição, a frustração dos ideais republicanos: «As víctimas do franquismo», «1936», *A Nosa Terra*, 31 de julho de 1986, p. 2.

²⁵¹ Francisco Vega Díaz: Médico. Colaborador de *El País*.

²⁵² «Olvidos de perdedores / 1», *El País*, 12 de junho de 1987. «Olvidos de perdedores / y 2», *El País*, 13 de junho de 1987. Itálico no original.

²⁵³ Antonio Elorza (n.1943): Historiador; professor catedrático de Ciências Políticas na Universidade Complutense de Madrid. Autor de obras sobre a história do pensamento político e dos movimentos sociais em Espanha. Colaborador do *El País*.

assumia a validade do discurso franquista e, ao mesmo tempo, dispensava o conjunto de causas materiais que realmente teria motivado a sublevação. Por fim, em alusão à abordagem televisiva sobre a guerra civil no *Informe Semanal* da TVE – do qual teria sido suprimido em sua totalidade o testemunho gravado pelo articulista –, criticava-se diretamente os contornos da *memória da reconciliação*, que se entendia como dominante no espaço público, e reivindicava-se o legado republicano: «La guerra habría sido una tragedia específica de los españoles, una locura que nunca debiera repetirse – lo cual equivale a suponer que no había que resistir a la insurrección militar – y trauma superado, por fortuna, en las nuevas generaciones. Los ingredientes son claros: equidistancia entre los bandos, satanización de la guerra en general, sentimientos de culpa; luego conformidad con el presente. Como sentenció un veterano publicista, la guerra la perdieron todos. Lo que es radicalmente falso. Claro que por esta línea no cabe esperar sino una conciencia democrática débil (...). Porque los tutores de nuestro sistema de información se niegan a asumir que los demócratas de hoy somos herederos no del despotismo ilustrado, sino de los protagonistas de la democratización frustrada en los años treinta, de figuras como Manuel Azaña o Juan Peiró, de los trabajadores que confusa y heroicamente resistieron al golpe militar, y cuyos sucesores siguieron luchando por la democracia hasta la muerte de Franco. Del mismo modo que los conspiradores del 23-F enlazaban de modo directo con los antaño sublevados. Una cosa es la reconciliación y otra el adanismo, la renuncia o la eliminación deliberada de la memoria histórica».²⁵⁴

Pode-se dizer, portanto, que a maioria das opiniões que criticam as *memórias da reconciliação* salientam, além disso, uma perspectiva ético-política favorável ao lado republicano e ao legado da II República, para além da condenação da conduta dos sublevados. Em artigo de Santiago Álvarez²⁵⁵, aludia-se-se à *política de reconciliação nacional* do PCE como uma nova orientação para recuperar as liberdades e a

²⁵⁴ «Una evocación voluntaria», *El País*, 6 de abril de 1989. Segundo uma notícia do *Mundo Obrero*, na introdução das *Jornadas de Análisis de la Guerra Civil Española*, realizadas na Universidade Complutense de Madrid por ocasião do cinquentenário da defesa de Madrid, Elorza expressou um ponto de vista positivo sobre a experiência histórica da Frente Popular: «Frente a la versión de la guerra como un desastre que había que lamentar, nos parecía necesario destacar que la guerra civil española es también un momento importante de la lucha popular antifascista..., un momento de heroísmo y de movilización populares, ligados a las mejores tradiciones democráticas que han recorrido nuestro siglo». «Jornadas de análisis sobre la guerra civil española», *Mundo Obrero*, 13 de novembro de 1986, p. 39.

²⁵⁵ Santiago Álvarez (1913-2002): Político comunista, foi fundador da federação galega do PCE. Participou na guerra civil ao lado dos republicanos. Após a guerra exilou-se; regressou a Espanha em 1944 e foi preso no ano seguinte; em 1954 recebeu indulto e novamente exilou-se. Ao regressar a Espanha, em 1976, foi preso por duas vezes.

democracia após a derrota numa guerra que teria sido imposta. Em seguida, ressaltava-se “la responsabilidad histórico-política y social” dos sublevados por terem provocado a guerra: «Las generaciones que no vivieron aquellos terribles años, deben saber que la mencionada oligarquía fue la responsable de aquella contienda. Porque quiso cortar el proceso democrático de España, y someter al pueblo. Para ello, dedicó los necesarios recursos económicos, utilizó instrumentos como fueron la Iglesia de entonces en el terreno ideológico y moral y a cierto sector del Ejército como elemento de fuerza». Finalmente, evocava-se, como demonstração de que seriam as forças democráticas que teriam razão naquela contenda civil, o facto de que para que Espanha retomasse o caminho do desenvolvimento e progresso no mundo moderno teve que deixar atrás o sistema fascista e recuperar a liberdade e a democracia.²⁵⁶

Uma contundente crítica da ideologia subjacente às *memórias da reconciliação* evidenciou-se num artigo de Miguel Billbatua. Partia-se da ocorrência de uma homenagem ao escritor assassinado pelos republicanos, Pedro Muñoz Seca – por parte, segundo o articulista, de uma conhecida atriz que durante a ditadura trabalhou ativamente pela recuperação da democracia –; homenagem reivindicada como um ato de *reconciliação*, diante das inúmeras homenagens ao cinquentenário do assassinato de García Lorca pelos franquistas. Assim, ponderava-se acerca da significação ético-política que tal homenagem camuflava: «Hay que reconocer que tanto García Lorca como Muñoz Seca eran escritores y que ambos murieron violentamente en los comienzos de la guerra civil. Hasta aquí las semejanzas. Comienzan las diferencias. (...) García Lorca fue asesinado por los fascistas sublevados contra el Gobierno democráticamente elegido por todos los españoles; Muñoz Seca estaba detenido por su participación en la sublevación militar fascista. Hay que deplorar por igual la violencia de sus muertes; no se pueden igualar, por el contrario, sus comportamientos». Nestes termos, o articulista questionava se o objetivo de tais atos seria o de homenagear o escritor ou o homem que sofreu tragicamente a violência produzida pela sublevação

²⁵⁶ «Hace 50 años terminó la guerra», *Mundo Obrero*, 5 de abril de 1989, Suplemento 1939-1989, p. III. Em outro artigo de Santiago Álvarez, em sentido semelhante, consideravam-se as explicações que justificavam a sublevação ou que atribuíam a responsabilidade da guerra a ambos os lados como pura manipulação e tergiversação da verdade histórica: «El 18 de julio, cincuenta años después», *Mundo Obrero*, 17 de julho de 1986, p. 10. A ideia de *guerra imposta* aparecia também em artigo do dirigente histórico do PSUC, Gregorio López Raimundo: «Hace 50 años terminaba nuestra guerra», *Mundo Obrero*, 5 de abril de 1989, Suplemento 1939-1989, p. IV. A crítica da ideia de reconciliação como *equiparação* entre os lados enfrentados, assim como a rejeição das teses de *caos social* e *perigo comunista* como justificação do *alzamiento*, para além da ênfase na dimensão da resistência popular, apareciam em artigo do dirigente comunista José Sandoval (1913-2012): «Al cabo de medio siglo», *Mundo Obrero*, 24 de julho de 1986, p. 9.

militar, inclusive a violência que ele próprio teria contribuído a gerar. E sinalizava a crítica das visões que consideravam a violência da guerra civil sob um ponto de vista de equivalência, eludindo a longa violência da ditadura franquista: «Si el motivo del homenaje fuera este segundo punto, no habría razón para homenajear únicamente a escritores y no a cualquier español que muriera en aquellas fechas, pero sobre todo resultaría un gravísimo hecho que, conseguida la democracia con tantas víctimas a lo largo de la dictadura, ahora nos dedicáramos a cantar alabanzas de quienes propiciaron el baño de sangre de nuestro país, por el simple accidente de haber perecido en la contienda que había desatado».

Neste sentido, concluía-se que tais homenagens apresentavam um carácter político e que pretendiam configurar um “planteamiento ahistórico de nuestro pasado reciente, propio de la ideología actualmente en el poder”. Denunciava-se, neste sentido, a apropriação e deturpação da *política de reconciliación nacional*, transformada numa tentativa de “desideologización de la vida pública”: «se ha pretendido igualar a quienes lucharon por la democracia con quienes impusieron la dictadura. Y ello en nombre de una supuesta “reconciliación” que, en este caso, no era sino el intento de acallar los crímenes históricos por parte de quienes se sentían involucrados. De ahí el malestar de Fraga, cuando imágenes emitidas por TVE recordaban su paso como ministro durante la dictadura, y de ahí también que Guerra considerara que la emisión de tales imágenes quizá no fuera oportuna; de ahí que desde revistas ideológicamente dirigidas por la socialdemocracia que nos gobierna se trate de mostrar la guerra civil desde una óptica “objetiva” (...) sin señalar que estaban en lucha el progreso social contra la dictadura fascista; de ahí también que ahora que el “cambio” ha sido sustituido por la “modernización” se nos hable desde esas mismas publicaciones que, posiblemente, el régimen de dictadura habría provocado una modernización de las estructuras económicas y sociales españolas superior a la que hubiera conseguido la República si no hubiera sido violentamente arrasada».²⁵⁷ Nota-se aqui a particular crítica dirigida ao posicionamento oficial do Governo socialista e de seus representantes no que diz respeito aos discursos públicos sobre a guerra civil e o franquismo.

Pode-se dizer que é justamente contra esta *desideologização da vida pública* que se insurgem as *memórias críticas da transição* nos anos 1990. Se inicialmente estes relatos memoriais se pautavam pela crítica da ausência de parâmetros ético-políticos na

²⁵⁷ «Reconciliación», *Mundo Obrero*, 10 de julho de 1986, p. 26.

fundamentação da democracia espanhola e, neste sentido, a existência de lacunas no que diz respeito a uma demarcação do regime democrático em relação ao franquismo; progressivamente, e em especial a partir do sexagésimo aniversário da guerra civil, em 1996, passaram a incorporar também a reivindicação do reconhecimento público da *memória dos vencidos*.

No entanto, no cinquentenário da guerra civil ainda eram raras na imprensa as opiniões cujo objetivo principal era a demonstração de um ponto de vista positivo sobre o lado republicano. Identificam-se apenas dois artigos de opinião que se enquadram neste propósito, ambos versando sobre memórias pessoais de seus autores. López Salinas²⁵⁸, ao abordar suas memórias dos anos 1930, destacava a alegria, a emoção, a solidariedade de grupos de trabalhadores e a sensação de liberdade experimentada durante a defesa da República – o que contrastava com o ambiente de repressão, violência e miséria após o fim da guerra. Mencionava-se também a resistência dos comunistas durante o franquismo, motivada pela esperança de um porvir melhor.²⁵⁹

Com base também em suas memórias pessoais, em artigo de Federica Montseny²⁶⁰ retratava-se uma visão da guerra civil favorável ao lado republicano. Primeiramente, mencionava-se a reação popular à sublevação: «el espectáculo de un pueblo lanzado espontáneamente a la calle, sin armas o con las que consiguiera asaltando armerías y cuarteles, y con escasa ayuda del Gobierno constituido, y enfrentándose con los militares sublevados, batiéndose con ellos y venciendoles, no se ve dos veces en una vida. (...) Porque no había peligro alguno de toma del poder por los comunistas en España, cuando en 1936, el partido comunista era un partido minoritario. Pero lo que queda vivo en mi memoria es el espectáculo de una acción popular, que nadie dirigió y que surgió de los cuatro costados de Barcelona, demostrando que el pueblo catalán – así como en otros muchos pueblos y ciudades de España – no estaba dispuesto a aceptar el fascismo». Destacava-se também a divergência entre os alvos prioritários de cada um dos lados enfrentados, o que denotava uma diferenciação ético-política: «Por mi cargo de ministra de Sanidad estuve obligada a recorrer las salas de los hospitales en que estaban amontonados los cadáveres de mujeres y de niños destrozados por la metralla fascista. Esto no podré olvidarlo jamás. Y para que conste, para que la historia lo recoja, debo afirmar que nunca la aviación republicana bombardeó ciudades

²⁵⁸ Armando López Salinas (1925-2014): Militante comunista. Foi subdiretor de *Mundo Obrero*.

²⁵⁹ «Aquel Abril», *Mundo Obrero*, 5 de abril de 1989, Suplemento 1939-1989, p. II.

²⁶⁰ Federica Montseny (1905-1994): Política e sindicalista anarquista, militante da CNT. Foi ministra durante a guerra civil, entre novembro de 1936 e maio de 1937.

de las zonas que llamábamos franquistas y que, por otra parte, pocas veces la aviación al servicio de Franco bombardeó objetivos militares. Era hacia las ciudades y los barrios obreros hacia donde se dirigían las bombas».²⁶¹ Observa-se neste depoimento o propósito de contradizer certas concepções sobre a guerra civil significativamente disseminadas no espaço público espanhol: por um lado, a justificação do *alzamiento* por uma suposta ameaça comunista; por outro lado, a equiparação ético-política entre os lados enfrentados. Se a primeira destas concepções se restringe às teses *revisionistas* das culturas políticas de direita – muito embora se situe igualmente no terreno das imagens demonizadoras da II República, aceites também pelas culturas políticas moderadas, particularmente pela geração dos contemporâneos da guerra civil, assim como a *geração dos filhos* –, a segunda corresponde a um dos traços das *memórias da superação do passado* que beneficiam de maior eco social.

Em 1996, no sexagésimo aniversário da guerra civil, observa-se que as opiniões que criticavam os argumentos das *memórias da reconciliação* em geral também defendiam a legitimidade do reconhecimento público das *memórias dos vencidos*. Em artigo de Miguel García Posada²⁶², a propósito da homenagem às Brigadas Internacionais, ressaltava-se o elogio ético-político dos brigadistas, afirmando-se que “[c]on ellos se va un pedazo de oro de la dignidad del mundo de 1936-1939, que sigue siendo la dignidad de la libertad”. Criticavam-se ainda as opiniões baseadas na ideia de *superación do pasado*, denunciando-se que, subjacente a estes posicionamentos, encontrava-se uma perspectiva ético-política transigente com a memória franquista: «Algunos han dicho estos días (...) que no se debe hablar de algo tan desagradable y ya, por fortuna, lejano. Estoy de acuerdo, pero sucede que nunca han faltado escribas para defender a quienes se sublevaron contra el Gobierno legítimo; para defenderlos o para tejer un respetuoso silencio en torno a sus figuras, mientras más de una y de dos y de tres y de diez calles y plazas y colegios públicos y caballos estatuarios siguen recordando en toda España al vencedor de la guerra civil y a sus secuaces y algunos de sus colaboradores ocupan altos puestos en a democracia. De modo que el respetuoso silencio emite también mensajes. En contrapartida, sólo mínimas señales rinden homenaje perdurable a estos hombres que vinieron a darlo todo por este país que para ellos era todos los países, pues era la imagen misma del universo agredido y

²⁶¹ «Los días de euforia», *El País*, 18 de julho de 1986.

²⁶² Miguel García Posada (1944-2012): Filólogo, crítico literário. Foi colaborador dos diários *ABC* e *El País*.

escarnecido, y poco importa que sicarios del alma de hielo y tiranos de seminario quisieran enfangar un sueño tan hermoso».²⁶³

Identifica-se em certos casos a argumentação característica das opiniões dos anos 1990 que rejeitam as *memórias da reconciliação*: o tom marcado pela denúncia do *silêncio* ou da *amsésia* sobre o passado. Assim, em artigo de Manuel Veiga²⁶⁴ denunciava-se que “[o] Madrid do *non pasarán*, culto e liberal que engadou aos progresistas de todo o mundo, ficou sepultado, baixo unha enxurrada de falsa reconciliación”. Sublinhava-se ainda a necessidade de recordar a repressão sofrida na Galiza após o 18 de Julho de 1936, de modo a libertar-se das *feridas sem cicatrizar*.²⁶⁵

Uma clara expressão da nova tendência que se desenvolve a partir dos anos 1990 e se centra na reivindicação da reabilitação dos *vencidos* evidenciava-se em artigo de Patxi Zabaleta²⁶⁶. Tratando das vítimas da violência franquista em Navarra nos primeiros meses de guerra civil, ressaltava-se que a “obligación moral de nuestra generación es la de no ocultar tales hechos y la del reconocimiento que merecen aquellos muertos” e que “desde un punto de vista ético es imprescindible volver a recordar y subrayar que el autodenominado Alzamiento, ni estaba justificado, ni fue beneficioso, ni tenía rastro de legalidad”. Neste sentido, criticava-se a penetração dos argumentos das *memórias da reconciliação* no imaginário social, especialmente no que diz respeito ao contexto histórico da II República: «El reiterado argumento de que la sublevación era necesaria o que por lo menos resultaba inevitable, dadas las circunstancias en las que se desarrollaba la República, penetró profundamente en las

²⁶³ «¡Ya se fueron!», *El País*, 15 de novembro de 1996. A propósito da visita dos veteranos das Brigadas Internacionais, em algumas cartas de leitores publicadas em *El País* salientava-se a legitimidade da homenagem – destacando-se a luta por uma sociedade mais justa, pela liberdade e democracia, e a esperança – e teciam-se críticas ao governo e aos políticos do PP por não terem participado nesta iniciativa: «La visita de los brigadistas», *El País*, 18 de novembro de 1996. Algumas cartas publicadas em *La Vanguardia* centravam-se também na justeza da homenagem às Brigadas Internacionais: «Gracias a los brigadistas internacionales», *La Vanguardia*, 18 de novembro de 1996, p. 20; «Las brigadas internacionales», *La Vanguardia*, 23 de novembro de 1996, p. 22; «Morán y los brigadistas», *La Vanguardia*, 24 de novembro de 1996, p. 28; «Las brigadas internacionales», *La Vanguardia*, 2 de dezembro de 1996, p. 18.

²⁶⁴ Manuel Veiga (n.1960): Jornalista e escritor galego. Desde 1983 trabalhou na redação do semanário *A Nosa Terra* e foi seu diretor entre 2007 e 2010.

²⁶⁵ «É preciso falar do 36 – Moitos dos problemas actuais son froito do descoñecemento do pasado», *A Nosa Terra*, 4 de julho de 1996, p. 27. Em artigo de Pilar Iparragirre, ao sintetizar-se diversas opiniões divulgadas na imprensa sobre o sexagésimo aniversário da guerra civil e nas quais predominava a ideia de *superação do passado*, afirmava-se que “hay quien aboga por practicar la amnesia total”: «Guerra civil», *Egin*, 19 de julho de 1996, p. 4.

²⁶⁶ Patxi Zabaleta (n.1947): Advogado; escritor. Participou na criação da HB, em 1978. Em 1997, atuou na defesa dos membros da mesa nacional desta coalizão, acusados de colaboração com a ETA. Posicionando-se criticamente quanto à atividade armada desta organização, em 2001 fundou o partido independentista basco *Aralar*.

mentes y sentimientos de muchos ciudadanos. Al cabo de tanto tiempo y dada además la irreversibilidad de los hechos históricos, aquella sublevación se acepta en muchos casos como algo que el destino no podía evitar irremisiblemente».

Finalmente, formula-se a necessidade do reconhecimento simbólico da legitimidade dos *vencidos* da guerra civil: «Ahora, cuando aún algunos de los fusilados de 1936 siguen aún sin haber sido inscritos como muertos, es la hora de reivindicar para ellos y para todos un recuerdo común. No hay más remedio que superar para eso los viejos tópicos y las pseudo-justificaciones y de los mitos y mistificaciones. Hay que borrar lo de “caídos” y otras alusiones ofensivas. Tendrían que mostrar un arrepentimiento quienes ocasionaron aquella enorme tragedia. No es cuestión de pedir responsabilidades, ni condenas; no. Nunca se han pedido. Pero las entidades, instituciones, empresas y organismos que apoyaron aquella sublevación deberían mostrar un reconocimiento a esas viudas, a quienes nunca se quiso reconocer su condición de viudas porque - ¡sarcasmo cruel! – sus maridos no figuraban oficialmente muertos».²⁶⁷

Percebe-se, neste sentido, a diferença entre os relatos memoriais que, no cinquentenário da guerra civil, se centravam na crítica dos argumentos das *memórias da reconciliação* – a perspectiva de *equiparação* ético-política entre os lados enfrentados e a ideia de *superación do passado* e irrelevância do debate – e as interpretações que, no sexagésimo aniversário do conflito, passaram a centrar-se na reinvidicação do reconhecimento público das *memórias dos vencidos*. A demanda da construção de uma *recordação comum* pretende, com efeito, consolidar no espaço público a legitimidade e a hegemonia destas memórias. Justamente esta demanda figurava nos objetivos da comissão coordenadora das homenagens às Brigadas Internacionais; em texto da autoria de Dolores Cabra Loredó, integrante da *Coordinadora Homenaje 60º Aniversario de la llegada de los Voluntarios de la Libertad de España*, destacava-se: «Nuestra intención es llevar a la sociedad de nuestro país la necesaria idea de que aquella gesta es ya historia común de todos los españoles y herencia colectiva de nuestra memoria nacional, como lo es la Guerra de la Independencia, y para ello queremos conseguir que la sociedad toda y su representación en las instituciones adecuadas – Parlamento, Senado, etc. – reciba e incorpore a la vida pública a estos ciudadanos del mundo que para entonces serían ya también, por fin, ciudadanos españoles de pleno derecho».²⁶⁸

²⁶⁷ «A 60 años de la sublevación», *Egin*, 18 de julho de 1996, p. 8-9.

²⁶⁸ «¿Qué fueron las brigadas internacionales?», *Mundo Obrero*, março de 1996, p. 32-34.

Pode-se dizer que se trata da expressão – no âmbito da memória sobre a guerra civil – de um fenómeno que se inicia anos antes com o questionamento acerca da inibição do poder público democrático em estabelecer demarcações ético-políticas deste regime em relação à ditadura, o que significava o encobrimento do debate público sobre o franquismo, e especialmente sobre as vítimas da repressão. Portanto, as opiniões que se voltam sobre a crítica do processo histórico da transição podem ser consideradas como o ponto inicial de um fenómeno político-social que se desdobra no desenvolvimento de reivindicações de políticas de memória reabilitadoras dos *vencidos*.

Em 1996, é possível notar ainda o despontar deste movimento através do teor de muitas notícias do semanário nacionalista galego *A Nosa Terra*, que insistiam no destaque para a *memória dos vencidos*, especialmente através da cobertura de iniciativas locais neste sentido. Noticiou-se, por exemplo, na *Faculdade de Xeografía e Historia* de Santiago de Compostela, a apresentação dos primeiros livros da coleção *O Fardel da memória*, das edições *A Nosa Terra*., cujo propósito seria “o compromisso de recoller e publicar testemuñas, memorías, biografías e traballos que recuperan episodios fundamentais da nosa historia recente, que marcaron a traxectoria do país e están ausentes dos manuais e das investigacións oficiais”. Conforme se transcrevia na notícia – da autoria de P.C. –, o jornalista Xan Carballa, um dos responsáveis pela coleção, mencionou a existência de um “pacto de silêncio decretado desde as institucións académicas e políticas que pretende relegar ao esquecemento a todas aquelas persoas que foron xulgadas polo seu compromiso político na defensa da República, da pátria e dos dereitos individuais e colectivos lexitimamente acadados. Mártires que foron paseados e fusilados e que hoxe permanecen no anonimato da memoria colectiva”.²⁶⁹

²⁶⁹ « *O Fardel da Memória* recupera a historia individual e colectiva da resistencia no 36 – Presentouse na Facultade de Historia de Compostela», *A Nosa Terra*, 14 de novembro de 1996, p. 22. Em artigo de Xan Carballa, mencionava-se a publicação, integrada na coleção *O fardel da memoria*, do livro *Escritos Políticos*, de Vitor Casas, diretor de *A Nosa Terra* e dirigente do Partido Galeguista que foi fuzilado em 1936: «Vitor Casas, lembranza dun xornalista vítima do fascismo – O 12 de Novembro cumpríronse 60 anos do seu fusilamento», *A Nosa Terra*, 14 de novembro de 1996, p. 32. Em outro artigo da autoria de Xan Carballa, informava-se sobre a publicação por este semanário galego de um caderno especial que reuniria 13 biografias de dirigentes republicanos, as quais contemplariam todo o espectro político dos assassinados pelos sublevados; a este propósito, destacava-se a relevância da história e da memória do extermínio e da posterior resistência guerrilheira na Galiza: «A memória do 36, glória e dor dun tempo que ia mudar o país – Só algunhas agrupacións culturais fixeron actos de conmemoración», *A Nosa Terra*, 18 de julho de 1996, p. 21. *A Nosa Terra* noticiou ainda algumas iniciativas locais de reabilitações e homenagens aos *vencidos*. Sobre a formação de uma comissão para “recuperar a memória histórica silenciada ás xeracións nadas despois da guerra, e para homenxar á República e ás vítimas do franquismo”: «Constituen en Cangas unha Comisión para lembrar aos “Mártires do Anguiero”», *A Nosa Terra*, 11 de julho de 1996, p. 26. Em Tuy, o objetivo da constituição de uma comissão era “recuperar a memória histórica e reabilitar aos represaliados e fusilados que o levantamento militar de 1936 provocou no Baixo Miño”: «Unha comisión en Tui busca a memoria do 36», *A Nosa Terra*, 5 de dezembro de 1996,

Percebe-se, uma vez mais, que o eixo deste movimento político-social que começa a delinear-se na sociedade espanhola em meados da década de 1990 é a reivindicação da visibilidade e do reconhecimento público das memórias dos *vencidos* da guerra civil e das vítimas da repressão franquista. Deve-se reconhecer que a simplificação do discurso militante em torno de um alegado *silêncio generalizado* constitui o centro das polémicas sobre a questão: conforme argumenta o historiador Santos Juliá – desde a perspectiva, convém ressaltar, de um experto sobre a historiografia espanhola contemporânea – as investigações sobre a guerra civil e o franquismo desenvolveram-se progressivamente desde os anos da transição. Contudo, o balanço sobre a situação dos estudos históricos, que alcançam um limitado impacto social, não constitui o foco da denúncia deste movimento, que pretende, com efeito, travar uma batalha simbólica pela conquista do espaço público por parte das *memórias dos vencidos*.

Em 1996, contudo, ainda se tratavam de *memórias subterrâneas*: é especialmente através da imprensa representativa de nacionalismos periféricos de esquerda que se pode notar o desenrolar deste movimento político-social²⁷⁰ – tal como ocorre, aliás, com as *memórias críticas da transição*. É possível explicar esta situação pelo facto, já referido, de que as culturas políticas dos nacionalismos periféricos representam grupos sociais particularmente sensíveis à memória da repressão franquista.²⁷¹ Este também é o caso dos comunistas, convém ressaltar; no entanto, enquanto as vozes comunistas sempre cultivaram relatos memoriais positivos sobre a II República e o lado republicano – para além de serem, no cinquentenário da guerra civil, os principais críticos das teses em torno da ideia de *superación do pasado* –, não se identificam com uma perspectiva vitimista sobre o passado, e neste sentido não

p. 22. Em sentido semelhante: «Homenaxe no Barco aos represaliados no 36», 14 de novembro de 1996, p. 11.

²⁷⁰ No *Egin*, publicou-se também, por ocasião do sexagenário da guerra civil, uma reportagem centrada na perspectiva das vítimas da guerra: «Las víctimas reclaman su existencia», texto da autoria de Iñaki Egaña, p. 2-5; destacava-se ainda o depoimento de um *gudari* sobre a guerra, além de depoimentos sobre a repressão, violência e morte em Nafarroa: «Armados de entusiasmo»; «Testigos del dolor», *Egin*, 18 de julho de 1996, p. 4; 5.

²⁷¹ Em 1996, o *Deia* noticiou a iniciativa de um programa televisivo que seria emitido pela TVE-1 e que, em colaboração com a Fundação Sabino Arana, pretendia promover um reencontro de presos condenados à morte das prisões de Larrinaga (Bilbao), Santoña e Burgos. O motivo era o sexagésimo aniversário da revista *Espetxean*, editada clandestinamente nestas prisões; editada artesanalmente e com uma tiragem muito limitada, a revista era utilizada em França como forma de denúncia internacional da situação em que viviam os presos: «TVE-1 llama al reencuentro de los presos condenados a muerte en la Guerra del 36 – Organizado por la Fundación Sabino Arana y el programa “¿Quién sabe dónde?”», *Deia*, 18 de novembro de 1996, p. 61; «Primer reencuentro de presos de la Guerra del 36 en el espacio “¿Quién sabe dónde?” - El llamamiento del programa y la Fundación Sabino Arana recibe cientos de respuestas», *Deia*, 25 de novembro de 1996, p. 65.

compartilham os discursos das *memórias críticas da transição*.²⁷² Ou seja, as perspetivas sobre o passado privilegiadas pelos discursos comunistas são a valorização da justiça do lado republicano, por um lado, e da luta antifranquista, por outro; ao passo que as *memórias críticas da transição* chamam a atenção para o *silêncio público* sobre as *vítimas da repressão franquista* e as vítimas do lado republicano da guerra civil: os *vencidos*. Pode-se dizer, desta forma, que o movimento político-social que, na segunda metade dos anos 1990, se difunde entre amplos setores do espectro político de esquerda e centro-esquerda da sociedade espanhola e que reivindica o reconhecimento público das memórias dos *vencidos* da guerra civil e das vítimas da repressão franquista se origina em inícios da década entre setores de esquerda não-comunista.

4-4. Visões sobre a ditadura: entre as *memórias do antifranquismo* e o *branqueamento* de Franco e do regime

As opiniões divulgadas na imprensa no período 1986-1996 que se centram na abordagem do período franquista são menos recorrentes; verificam-se especialmente por ocasião do centenário de Franco e do vigésimo aniversário da sua morte.

A expressão *memórias do antifranquismo* não pretende referir-se aos amplos e diversificados setores sociopolíticos que integraram a oposição antifranquista, e sim denominar os discursos memoriais que se caracterizam pela identificação com perspetivas críticas sobre a ditadura. Algumas notícias, reportagens e artigos de opinião ressaltam aspetos do regime, tais como a repressão e a clandestinidade, a ideologia e a propaganda e a resistência contra a ditadura. Uma notícia do *Egin*, por exemplo, tratava da situação escolar durante o franquismo, a propósito de uma exposição realizada em Barcelona, em 1986. Destacava-se o controlo ideológico sobre os conteúdos didáticos, assim como sobre os próprios centros educativos e o corpo docente.²⁷³ Em artigo de Diego López Garrido²⁷⁴, a propósito do centenário de Franco, analisavam-se as funções

²⁷² Em 1996, o *Mundo Obrero* publicou um trecho de um livro de memórias, de Constança de la Mora, a respeito da defesa de Madrid, e um depoimento, da autoria de Armando López Salinas, sobre o início da guerra em Madrid e as Brigadas Internacionais: «1936-1996 – Hace sesenta años», *Mundo Obrero*, julho de 1996, p. 34-36; «Rojos», *Mundo Obrero*, novembro de 1996, p. 31-33.

²⁷³ «La escuela bajo el franquismo a exposición», *Egin*, 13 de junho de 1986, p. 27. Também sobre o tema da educação, José Félix Azurmendi abordava os ditados que se realizavam a respeito dos dias litúrgicos do regime: «Escrito al dictado por un niño euskaldun del bando perdedor», *Deia*, 19 de novembro de 1995, p. 11.

²⁷⁴ Diego López Garrido (n.1947): Jurista e político socialista. Em 1986 incorporou-se como independente a IU e posteriormente participou na formação da corrente renovadora *Nueva Izquierda*, que acabou por fundir-se no PSOE. Em 2004 foi nomeado secretário-geral do grupo socialista no Congresso dos Deputados, do qual foi porta-voz entre 2006 e 2008.

do Conselho de Ministros: enquanto instrumento de centralização, do ponto de vista administrativo; como *apêndice* de Franco, em sua vertente consultiva; e como legitimador do regime.²⁷⁵

Em suplemento do *El Mundo* a propósito do centenário de Franco, predominava um carácter geral crítico e negativo sobre a figura de Franco e seu regime – com artigos sobre Franco como militar, sua personalidade, sua ascensão ao poder durante a guerra civil e habilidade para mantê-lo posteriormente; o catolicismo como elemento da construção da legitimidade franquista; a política exterior; a economia; a cultura; o cinema; os desportos e sua utilização política; o anticatalanismo; a questão basca; a repressão, o autoritarismo e violência; e a oposição.²⁷⁶

A *Nosa Terra* publicou, ao longo do período 1986-1996, muitas reportagens sobre a resistência ao franquismo e por vezes também noticiava homenagens a resistentes. Numa notícia de 1988 sobre a celebração em Madrid de uma jornada de estudos sobre o movimento guerrilheiro nos anos 1940, destacava-se o escasso conhecimento dos estudiosos não-galegos sobre a existência e a importância da oposição armada ao franquismo na Galiza.²⁷⁷ No ano anterior, em notícia deste periódico informava-se sobre uma homenagem às vítimas do franquismo; um dos intervenientes ressaltou a necessidade de desmistificar a imagem de que na Galiza não teria havido resistência, tendo salientado a permanência da guerrilha até aos anos 1950. Mencionava-se ainda que o evento, inserido numa série de atos em todo o Estado espanhol e apoiados pela maioria dos partidos de esquerda, tinha o objetivo de “reabilitar moral e materialmente a todas as vítimas do franquismo e aos loitadores pola liberdade”, segundo um dos organizadores.²⁷⁸

²⁷⁵ «Franco y su Consejo de Ministros», *El País*, 4 de dezembro de 1992.

²⁷⁶ Suplemento *Documentos: Franco, aquel hombre – La figura del caudillo desvelada en las facetas más relevantes de su vida*, *El Mundo*, 2 de dezembro de 1992, p. 2-16.

²⁷⁷ «A oposición armada ao franquismo na Galiza a máis importante do Estado – Encontro sobre o movimento guerrilleiro» - texto da autoria de X.C., *A Nosa Terra*, 1 de dezembro de 1988, p. 12.

²⁷⁸ «Homenaxe ás vítimas do franquismo» - texto da autoria de M.V., *A Nosa Terra*, 4 de junho de 1987, p. 8. Em artigo da autoria de Xan Carballa a propósito do cinquentenário da guerra civil, havia destaque para a situação de repressão e resistência na Galiza que se iniciou após o *alzamiento*: «Cincuenta anos después da brutalidade e do comenzo da resistencia», *A Nosa Terra*, 17 de julho de 1986, p. 24. Em suplemento especial de 1995, destacaram-se as consequências da guerra civil na Galiza: violência, repressão e aniquilamento do movimento nacionalista, de modo que a oposição nacionalista praticamente precisou reconstruir-se; as realidades da militância nacionalista nos últimos anos do franquismo, da violência e da repressão, particularmente a propósito do movimento estudantil na Galiza; e ainda a questão da manutenção de nomes de ruas e monumentos franquistas: «Apuntes para a comprensión da transición na Galiza» - texto de Francisco Rodríguez; «Xosé Manuel Pavón – “O nacionalismo estaba a ferver, pero a transición foi allea a nós”» - texto de Manuel Veiga e Xan Carballa; «Crónica da subversión» - texto de Basilio Cegarra; «A ditadura permanece nas ruas» - texto de Xan Carballa, *A Nosa Terra*, 30 de novembro de 1995, suplemento *Galiza ante a II Restauración*, p. 2, 4, 5, 6, 7. No *Egin*, em

Sobre a repressão, em artigo de Koldo San Sebastián a propósito do centenário de Franco, atribuía-se a longevidade do franquismo aos violentos aparatos repressivos, distribuídos por diversos âmbitos do Estado.²⁷⁹ Já em artigo de Juan Pablo Fusi²⁸⁰, de 1995, destacava-se o carácter autoritário, repressivo e violento do franquismo. Inclusive o aspeto do desenvolvimento – elemento que com frequência é analisado sob um viés que permite uma recuperação positiva do regime franquista – era abordado sob perspectiva crítica: «Franco presidió la transformación económica y social que hizo de España un país industrial y en vías de desarrollo. Sin embargo, la política económica autárquica y proteccionista que su régimen siguió por razones ideológicas hasta 1951-1957, retrasó considerablemente el desarrollo de la economía y tuvo costes económicos y sociales elevadísimos para la sociedad española. (...) España cambió sólo desde la década de 1960, luego que el franquismo rectificase toda su política económica anterior, que había llevado al país al borde de la bancarrota. El desarrollo de los sesenta tuvo, además, graves contrapartidas: fuertes desequilibrios regionales, estancamiento del campo, emigración de dos millones de españoles a Europa, alta inflación, insuficientes prestaciones, sociales, horrores urbanísticos y aun otros».²⁸¹

No que diz respeito à oposição, em artigo de Marcelino Camacho – com o objetivo principal de contextualizar uma crítica política da realidade económica e laboral do momento que se vivia – destacava-se a importância da oposição antifranquista nos últimos anos da ditadura, em especial a atividade laboral-

artigo da autoria de Alberto Cruz, abordava-se a questão da resistência cultural ao franquismo nos anos 1960 e 1970: «La rebelión de “los abajo firmantes”», *Egin*, 19 de novembro de 1995, suplemento ¿20 años sin...?, p. VIII. Em 1996, em artigo da autoria de X.C., informava-se sobre homenagem a um exilado nacionalista galego: «Xosé Velo, o exiliado nacionalista que desafiou a Franco», *A Nosa Terra*, 17 de abril de 1996, p. 17. Em reportagem de *La Vanguardia*, da autoria de Josep M. Orta e a propósito do sexagésimo aniversário do *Partit Socialista Unificat de Catalunya* (PSUC), abordava-se o papel do partido na resistência ao franquismo: «El cumpleaños de un viejo luchador hoy en día hibernado y con un incierto futuro»; «Ayer, hoy ¿y mañana? – El PSUC, viaje por la historia de un partido a través de catorce instantáneas», *La Vanguardia*, 14 de julho de 1996, p. 22, 23.

²⁷⁹ «Centenario de un dictador», *Deia*, 3 de dezembro de 1992, p. 10. Em artigo de Francisco Ayala, de 1986, abordava-se a questão da clandestinidade: «Reflexión de un ayer no tan remoto», *El País*, 20 de junho de 1986. Em reportagem do *El Mundo* destacava-se o testemunho de um caso de repressão e clandestinidade durante o franquismo – o qual contrastava, lado a lado, com a descrição do ostracismo sofrido por Blas Piñar durante a democracia: «“El Lirio”: 33 años escondido de Franco. Blas Piñar: 20 años huyendo de la democracia», *El Mundo*, 19 de novembro de 1995, suplemento Crónica, p. 13.

²⁸⁰ Juan Pablo Fusi (n.1945): Historiador. Professor catedrático de História Contemporânea na Universidade Complutense de Madrid. Foi diretor da Biblioteca Nacional de Espanha entre 1986 e 1990.

²⁸¹ «Breve biografía de un dictador», *El País*, 20 de novembro de 1995. As complicitades com o franquismo foram mencionadas também em artigo de Oriol Pi de Cabanyes, em que se destacava ainda o ambiente de repressão e violência do regime: «Franco», *La Vanguardia*, 3 de dezembro de 1992, p. 21. Em artigo de Gabriel Albiac manifestava-se uma visão negativa sobre o franquismo, com ênfase no ambiente opressivo e de restrição de liberdades: «Triunfo del general», *El Mundo*, 4 de dezembro de 1992, p. 2. Um sentido crítico semelhante transparecia em artigo de autoria do cartoonista Candido: «Franco y la espontaneidad», *El Mundo*, 5 de dezembro de 1992, p. 3.

sociopolítica de militantes das *Comisiones Obreras* e do PCE.²⁸² Em diferente perspetiva, em artigo do historiador José María Toquero, de 1991, abordava-se o carácter oposicionista do conservadorismo monárquico – a tal ponto que se sugeria inclusive uma desvalorização de outros âmbitos da oposição antifranquista, tal como se evidencia no seguinte trecho: «El titular de la Corona había sido el mayor enemigo político del general Franco y la oposición monárquica más importante que cualquier otra, desde una perspectiva cualitativa. La táctica de Franco pasaba por atraerse a la Monarquía».²⁸³

No que diz respeito às especificidades nacionalistas, há destaque para a mais intensa oposição ao regime na Catalunha e no País Basco, o que decorreria, por sua vez, de uma dura repressão nestas regiões. Em artigo Josep María Solé²⁸⁴ salientava-se o anticatalanismo de Franco, o que teria tido efeitos na rejeição do franquismo na Catalunha: «Franco fue un pésimo gobernante para Catalunya, a la que sólo creía governable con criterios de cuartel, por eso en Catalunya la ruptura con el franquismo ya estaba lograda antes de la muerte del Dictador».²⁸⁵ Este mesmo sentido delineava-se num editorial do *Deia* a propósito da realidade basca: «En Euskadi, el régimen de Franco no fue sólo innecesario sino la repetición proverbial “domuit vascones” de los reyes godos que en la práctica no conseguían»²⁸⁶. La muerte de Franco, en 1975, pilló a Euskadi ejercitándose en pie de protesta constante contra su régimen. Ese mismo año Euskadi había vivido, justamente, un Estado de excepción muy comentado, y los vascos jamás hubieran formado aquellas largas colas de Madrid ante el catafalco del Generalísimo».²⁸⁷

Tal ponto de vista é contextualizado em artigo do sociólogo Ander Gurrutxaga. Primeiramente, explicava-se a guerra civil como uma guerra também entre bascos, com uma geração de vencidos forçados ao exílio, ao silêncio, à clandestinidade e prisões. No entanto, argumentava-se que com a substituição das gerações ter-se-ia verificado um aumento da politização na sociedade basca e da mobilização contra o franquismo:

²⁸² «Veinte años después – De la dictadura al estado de semi-bienestar, y de éste al de beneficencia», *ABC*, 24 de novembro de 1995, p. 38.

²⁸³ «Un poco de historia», *ABC*, 21 de julho de 1991, p. 45.

²⁸⁴ Josep María Solé (n.1950): Historiador. É colaborador de muitas revistas de história.

²⁸⁵ «Franco y los catalanes», *El Mundo*, 2 de dezembro de 1992, suplemento *Documentos: Franco, aquel hombre – La figura del caudillo desvelada en las facetas más relevantes de su vida*. P. 13.

²⁸⁶ Referência ao mito segundo o qual a expressão latina *domuit vascones* (dominou os vascões) repertir-se-ia nas crônicas dos reis visigodos; tal repetição indicaria que, na verdade, nunca teriam conseguido dominar este povo.

²⁸⁷ «Veinte años después de muerto Franco», *Deia*, 19 de novembro de 1995, p. 22.

«cuando ya en la década de los sesenta irrumpa en la historia la generación que no ha hecho la guerra pero que son hijos de los vencidos, y que han interpretado el silencio como la memoria histórica de sus mayores, las relaciones entre los vascos y Franco comienzan a sufrir mutaciones, es como si esta generación comenzara a escribir el punto final de este régimen y las, en otros tiempos, consideradas provincias traidoras, no sólo no renegarán de tal nombre, sino que transforman el “estigma” en referencia histórica, en memoria socializadora. Las siempre dramatizadas relaciones se hacen más trágicas y radicales. La irrupción de métodos violentos, como actividad política, no sólo implica la producción de una estrategia, sino que la, durante años, contenida confrontación inunda todos los espacios sociales y todas las relaciones interpersonales. (...) Desde esta fecha, y, muy especialmente, en los últimos diez años de vida del dictador, la confrontación política es el eje vertebrador de estas relaciones y la violencia se transforma en su lenguaje. Atentados, huelgas, manifestaciones, estados de excepción, detenidos juzgados en el Tribunal de Orden Público, consejos de guerra, militantes condenados a cientos de años de cárcel, penas de muerte, componen un panorama trágico que sobredetermina dicha relación».²⁸⁸

Em sentido distinto, com o objetivo de ressaltar o nacionalismo basco como uma realidade que transcenderia o franquismo, posicionava-se um artigo de José Félix Azurmendi em que se fazia alusão às suas memórias familiares: «Esta vivencia es la que le permitía a nuestro abuelo explicar que a él, ya antes de Franco, la legalidad española (él decía simplíficadamente “los españoles”) le había castigado por abertzale. O sea que lo de los vascos transcendía a Franco en su análisis y el nuestro. Es decir, que el conflicto de las libertades vascas y las represalias por no aceptar los símbolos de España venían de antes. Y lo decía quien lo perdió todo en Gernika».²⁸⁹

Deve-se reconhecer que tais abordagens verificadas na imprensa analisada no período 1986-1996 expressam pontos de vista muito diferentes e específicos acerca de perspectivas críticas sobre o franquismo. No entanto, de uma forma geral indicam que o interesse sobre a problematização destes aspetos surge a partir da década de 1990 – com a nítida exceção de *A Nosa Terra*, periódico no qual se nota já desde os anos 1980 o interesse de abordar a questão da resistência na Galiza. Pode-se dizer que esta visibilidade na imprensa de visões críticas sobre o franquismo coincide

²⁸⁸ «Franco y los vascos», *El Mundo*, 2 de dezembro de 1992, suplemento *Documentos: Franco, aquel hombre – La figura del caudillo desvelada en las facetas más relevantes de su vida*. P. 14, 15.

²⁸⁹ «Franco, y nuestro abuelo Paulino», *Deia*, 3 de dezembro de 1992, p. 10.

cronologicamente com o surgimento de opiniões que instrumentalizam o passado ditatorial, especialmente por parte de culturas políticas de direita e com o objetivo de atacar politicamente os governos socialistas de González, mas também – embora de forma menos numerosa – por parte de vozes representativas de culturas políticas de esquerda que sinalizam a herança franquista da direita, particularmente do PP.

Neste sentido se orientava um artigo de Josep Ramoneda, de 1991: «La derecha española sigue sin redimir su pecado original: el franquismo. Cíclicamente, la marca reaparece con sus más clásicas formas (el autoritarismo, el desprecio a las instituciones, el caciquismo y la violencia), para aviso de los que puedan ser sensibles al canto de sirena de una derecha renovada. (...) Este pecado original marcó el papel de la derecha en la transición y sus dificultades para adquirir credibilidad democrática. Y sigue marcando la posibilidad de construir una alternativa al PSOE, por más que el PP intente lavar la imagen y la memoria con cambios generacionales. (...) En algún lugar deben estar los viejos franquistas. Y no es ninguna novedad que estén en el PP. Allí les llevó Fraga en una operación de indudable utilidad para la democracia. (...) ¿Qué partido de tradición democrática se puede plantear pactos políticos de futuro con quién tiene al lobo dentro enseñando las orejas?»²⁹⁰

Também num editorial do *Egin*, de 1995, se insinuava a herança franquista de Aznar e do seu partido.²⁹¹ Já em editorial de *El País*, também de 1995, reiterava-se estatisticamente esta afinidade da direita com o regime franquista: informava-se sobre o resultado de sondagens de opinião segundo as quais em uma década teria havido a redução do número de avaliações positivas sobre o franquismo; contudo, esta constatação geral era matizada de acordo com a identificação com um ou outro partido, sendo que entre os votantes do PP apenas 7% expressavam uma visão negativa do regime.²⁹²

Neste mesmo ano, em reportagem do *Deia*, da autoria de José Félix Azurmendi, ao abordar-se as continuidades institucionais entre ditadura e democracia, criticava-se implicitamente as continuidades inerentes ao próprio PP: «Según el periodista Fernando Jáuregui (...) hay vestigios de franquismo en las Fuerzas de Seguridad del Estado, en altos mandos militares, en la judicatura, en la política, en el mundo de las finanzas, en la Iglesia (...). Si es verdad, lo que no hay por qué poner en duda, será más evidente, con

²⁹⁰ «Franquismo», *La Vanguardia*, 22 de julho de 1991, p. 14.

²⁹¹ «Franco», *Egin*, 19 de novembro de 1995, p. 5.

²⁹² «20 años del 20-N», *El País*, 19 de novembro de 1995.

toda seguridad, cuando la derecha ocupe la Administración Central». ²⁹³ Por outro lado, em notícia do *Egin* a respeito do vigésimo aniversário da coroação de Don Juan Carlos, destacava-se o carácter “nitidamente franquista” da data comemorada. ²⁹⁴ Ao contrário dos exemplos anteriormente mencionados – nos quais as críticas se dirigiam à direita/PP e ao regime franquista –, neste caso efetuava-se uma crítica tácita da própria transição como processo histórico.

Limitando-se à crítica do franquismo, Felipe González ²⁹⁵ declarou por ocasião do centenário de Franco: «Ahora que tanto se habla de Franco es necesario recordar que llegamos tarde a la CE por su culpa. Es necesario recordarlo porque la opinión pública española no tiene memoria». ²⁹⁶ Embora não se trate de uma declaração oficial e elaborada sobre o passado recente, tal como aquela que fora pronunciada por González no cinquentenário da guerra civil, não deixa de ser importante notar esta considerável mudança no sentido das declarações públicas do presidente do Governo a respeito do passado: da defesa das teses mais conservadoras em torno da ideia de *superación do pasado* em 1986, passa-se, em 1992, para a emissão de um juízo ético-político crítico sobre o franquismo.

Pode-se inferir de um tal posicionamento de González a transformação no ambiente sociopolítico espanhol que se verifica desde inícios da década de 1990: o desgaste do governo e a consequente crispação política, com o recurso por parte da oposição, inclusive, da instrumentalização do passado da ditadura e da transição como arma política, pouco a pouco provocou o envolvimento de dirigentes socialistas em questões relativas ao passado recente e a assunção de posições críticas em relação ao franquismo. Convém observar que este processo político desencadeia-se paralelamente – sem haver, porém, uma relação intrínseca entre ambos os fenómenos – com a tendência representativa de culturas políticas de esquerda que questiona as bases da democracia espanhola, e concretamente o processo histórico da transição, em virtude da ausência de delimitações ético-políticas em relação à ditadura.

Algumas opiniões concentram-se na crítica das visões *branqueadoras* que se difundem sobre Franco e o franquismo. Deve-se ressaltar que já no décimo-quinto aniversário da morte de Franco, em artigo de Raimundo Fitero, se criticava esta

²⁹³ «¿Veinte años no son nada? – Mañana se cumplen dos décadas de la muerte del dictador Francisco Franco: toda una vida», *Deia*, 19 de novembro de 1995, p. 10, 11.

²⁹⁴ «Veinte años de la restauración borbónica», *Egin*, 22 de Novembro de 1995, p. 27.

²⁹⁵ Felipe González (n.1942): político socialista. Foi presidente do Governo entre 1982 e 1996. Filiou-se às juventudes socialistas em 1962. Durante os anos 1960 atuou como advogado trabalhista.

²⁹⁶ «González, Franco y los desmemoriados españoles», *El Mundo*, 6 de dezembro de 1992, p. 8.

tendência nas abordagens televisivas²⁹⁷; contudo, as críticas neste sentido aumentaram por ocasião do centenário de Franco e do vigésimo aniversário da sua morte. Em artigo de F. Javier Santero a propósito de um programa da *Tele 5*, denunciava-se o sensacionalismo e a manipulação histórica de interpretações centradas em trivialidades da vida privada: «¿Era Franco distinto por el hecho de tener, también él, una vida privada? Evidentemente, no. ¿Qué aporta el “excepcional documento” – que decía Mariñas – que emitió Tele 5? Poca cosa. Desde luego nada que tenga que ver con una “aportación histórica” como fue presentado en el informativo de ayer. (...) No creo que a muchos ciudadanos les interese – y hablamos de verdadero interés, no de morbo o sensaciones similares – el Franco que exclamaba: “Ahí va, pobrecito”, cuando veía un pato abatido por la escopeta de un cazador, y sí el dictador al que no le temblaba el pulso (claro, que es un decir) al firmar la condena a muerte. Ni el Franco que contaba chistes verdes o relataba la belleza de unas italianas y sí el caudillo reprimido/represor de conductas y costumbres. No el que explicaba que la oscuridad de la imagen se debía a que fue tomada al atardecer y sí el dictador que sumió el país en las tinieblas. A Tele 5 sin duda no le ha movido tanto el llevar a los hogares el Franco íntimo como el vender una “exclusiva”. Pero qué miedo da – cuando resurge el fascismo –, ver la piel del cordero travistiendo al lobo en un país que permitió despedazar a las ovejas y, a la fiera, morir en la cama».²⁹⁸

Da mesma forma, em artigo de Beatriz Pottecher²⁹⁹ criticava-se o carácter dos programas televisivos no centenário de Franco: «Aludes informativos, documentales y agrias disputas sobre “la humanidad” de Franco, su persona, la vocecita atiplada sobre el sol, los lagartos... Lagarto, lagarto, cuando este hombrecillo que sufría mal de altura ejerció su venganza cruda, fría y resentida a lo largo de demasiados años».³⁰⁰ Também neste sentido se orientava um artigo de Luis Antonio de Villena³⁰¹: «Ya se oye decir que si Franco viviese, hoy sería juancarlista y demócrata. Su nieto – en televisión – lo presentó como un hombre cariñoso, que admitía las bromas de Vicentón, su médico particular. Pescador, religioso, africanista (*sic*, pero que yo sepa fue jefe del Ejército de África, no un estudioso) corazón paterno y liberal, me parece que estamos al borde de la canonización de Francisco Franco». E acrescentava-se, em rejeição das visões

²⁹⁷ «20-N», *Egin*, 22 de novembro de 1990, p. 55.

²⁹⁸ «Franco... ¿ese hombre?», *El Mundo*, 5 de dezembro de 1992, p. 77.

²⁹⁹ Beatriz Pottecher (n.1961): Escritora.

³⁰⁰ «¡A todo decimos que que no!», *El Mundo*, 8 de dezembro de 1992, p. 2.

³⁰¹ Luis Antonio de Villena (n.1951): poeta, ensaísta, crítico literário.

suavizadas do franquismo: «una cosa es asumir la Historia y otra muy distinta y perversa que inanes programas de televisión y almas añorantes del bien propio y el daño ajeno, lancen el mensaje que están lanzando, en esta víspera del 20-N: Franco – en el fondo – era un sencillo caballero cristiano, un dulce padre de familia, un hombre tranquilo y bueno, un ancianito final, abuelo predilecto de los españoles. ¡No! Yo tenía 24 años cuando Franco murió. Aquella España era siniestra y torva. Represiva, negra, soez. Pese a ciertos avances económicos, la libertad no existía, y ser español – en Europa – daba vergüenza. Creo que ese es el franquismo que no hay que olvidar. Franco no fue jamás Santa Claus, pese a la nostalgia grotesca».³⁰²

Em artigo de Xan Carballa – já mencionado a propósito da crítica dos relatos dominantes sobre a transição – considerava-se que a perspectiva acerca do passado privilegiada pelos meios de comunicação social permitia o *branqueamento* da figura do “xeneral golpista”, além de escamotear as marcas da ditadura, eliminando “a sensación de que a monarquía tiña sido concebida polo próprio Franco como continuadora do rexime dictatorial”: «Frente aos inquéritos que descubren que “moita xente nova xa nen sabe quen era”, o balance faise sobretudo como resultante final do que foi o seu “período de goberno”. Apenas sen excepcións non se recorda que Franco abriu paso a golpe de bombardear o seu próprio país, enviar ao exílio e ao cementerio a esperanza imensa das xeneracións formadas no espírito da República e impedindo a balazos que ningún abrise a boca, montando un estado policiaco que nunca foi xulgado. O retraso no Estado e na Galiza que provocou esta imensa ferida cóntase por décadas, non estivo apenas presente neste aniversario. Docificado pola morte, as reportaxes tiveron a total ausencia dos exiliados, dos presos, dos represaliados, homes e mulleres».³⁰³

Em editorial de *El País*, para além de criticar-se a manipulação histórica das interpretações que reivindicavam a *continuidade* entre ditadura e democracia, recusavam-se as interpretações *branqueadoras* do franquismo, muito embora não se rejeitassem completamente as teses *revisionistas* acerca do lado republicano: «Francisco Franco fue un general golpista. Puede que fuera otras cosas, pero fue eso ante todo. Fue también un dictador que consagró la segunda mitad de su vida a un solo designio: perpetuarse en el poder como fuera. Podrá discutirse sobre si eso fue bueno o malo, y para quién, pero no negarse que, si hubo otras, esa obsesión por mantenerse en el poder fue la dominante desde el fin de la guerra y la decisiva en la trayectoria del régimen por

³⁰² «Ese amable ancianito del 20-N», *El Mundo*, 17 de novembro de 1995, p. 2.

³⁰³ «Un ditador na confitaria», *A Nosa Terra*, 23 de novembro de 1995, p. 18.

él fundado. Al revisionismo sobre su significación histórica puede concedérsele la hipótesis de que tal vez la victoria del otro bando tampoco hubiera desembocado en una democracia liberal. Es posible. Pero carece de fundamento la pretensión de que la desembocadura de su régimen en la actual monarquía parlamentaria legitime retrospectivamente aquél. Si fuera cierto que Franco se limitó a intervenir ante una situación de emergencia, pero que su intención era preparar al país para un futuro normalizado en el marco de una Europa próspera, habría intentado promover la reconciliación entre los españoles. No lo hizo en 40 años, pese a que tuvo varias ocasiones para ello (...). Pudo hacerlo tras su victoria, en 1939, o en 1945, después del triunfo de los aliados en la Segunda Guerra Mundial, lo que no sólo habría ahorrado muchos sufrimientos a sus compatriotas, sino seguramente adelantado el reencuentro de España con la modernidad europea. En lugar de eso, prolongó los rasgos esenciales de un régimen fundado sobre la guerra civil, cuyos métodos, de extremada crueldad, aplicó, como gustaba decir, sin que le "temblase el pulso" (...). La exclusión de los derrotados, la discriminación de los desafectos a la hora de ocupar cargos en la Administración e incluso en las empresas – en los periódicos, sin ir más lejos – se prolongó durante decenios; en algunos aspectos, hasta su muerte».³⁰⁴

É curioso notar este traço que aproxima as opiniões de centro-esquerda e as interpretações da direita: a avaliação depreciativa acerca dos propósitos políticos do lado republicano, afastando-o das fronteiras da *democracia*. Pode-se considerar que a explicação sobre esta situação ultrapassa a questão do significativo poder de penetração dos mitos franquistas sobre a II República e o lado republicano no imaginário social espanhol; trara-se, mais propriamente, dos efeitos da crise e fim do *socialismo real* no pensamento político hegemónico. De modo que se transporta para a análise do passado os preconceitos políticos anticomunistas que se expandem e se tornam lugar comum na década de 1990, através do paradigma do *totalitarismo*. A partir de um tal anacronismo, recusa-se ao conjunto da esquerda dos anos 1930 o objetivo político da *democracia* – conceito que, no contexto dos anos 1990, se quer restringir à sua aceção neoliberal.

Neste mesmo ano, em outro editorial de *El País* rejeitava-se, igualmente, a validade das opiniões que instrumentalizavam o passado e promoviam o *branqueamento* do franquismo. Mencionava-se que a construção do *Valle de los Caídos* se baseou no trabalho de centenas de presos políticos antifranquistas, muitos dos quais

³⁰⁴ «Franco», *El País*, 3 de dezembro de 1992.

perderam ali a vida; e a propósito acrescentava-se: «Recordarlo ahora que va a cumplirse el centenario del nacimiento del implacable vencedor de aquella contienda puede resultar especialmente oportuno para esos jóvenes que no conocieron el franquismo y pueden sentirse tentados de tomarse en serio el bromazo de algunos adultos aficionados a establecer paralelismos entre aquel régimen y el actual. Aquel régimen se inauguró con el fusilamiento de 23.000 españoles, el encarcelamiento de otros 270.000 y el exilio de medio millón de compatriotas, de los que 150.000 no regresarían nunca».³⁰⁵

Com o mesmo objetivo de criticar as “comparaciones mostrengas”, o vice-secretário geral do PSOE, Alfonso Guerra, afirmou que o ponto fraco dos líderes da oposição seria que não podiam viver sem Franco.³⁰⁶ Também em artigo de Javier Pradera³⁰⁷, de 1996, se considerava que a tendência a equiparar o felipismo e o franquismo “carece de cualquier fundamento y responde únicamente a un doble y malicioso propósito: obsequiar a los jóvenes dirigentes populares con el falso prestigio de haber luchado contra una dictadura y restar importancia al colaboracionismo con el franquismo de buen número de políticos y publicistas del PP”.³⁰⁸ É possível notar, portanto, que desde 1992 era já significativo o *assédio* da direita ao governo socialista através do recurso à instrumentalização política do passado de ditadura. Esta situação, para além da perda da maioria absoluta em 1993, pode explicar a mudança de postura dos dirigentes socialistas no sentido de passar a envolverem-se em discussões ético-políticas sobre o passado, especialmente a respeito do franquismo. Pode-se dizer, no entanto, que é apenas após a mudança no poder político, em 1996, que o PSOE na oposição de certa forma se associa ao movimento político-social de esquerda que se engendrava desde inícios da década, coincidindo no propósito de travar um combate ético-político pela conquista do espaço público para as memórias das vítimas do franquismo e dos *vencidos* da guerra civil.

No que diz respeito às opiniões que defendem visões *suavizadas* ou mais diretamente favoráveis ao franquismo, manifestam-se especialmente através de *comparações relativizadoras*. Também a ideia de *superação do passado* facilita – de diversas maneiras, mais ou menos diretamente *branqueadoras* do passado ditatorial – a

³⁰⁵ «El valle del olvido», *El País*, 28 de abril de 1992.

³⁰⁶ «Guerra cree que algunos críticos al PSOE “no pueden vivir sin Franco”», *La Vanguardia*, 4 de dezembro de 1992, p. 11.

³⁰⁷ Javier Pradera (1934-2011): Advogado e escritor. Ativista antifranquista, foi preso em diversas ocasiões durante a ditadura. Participou na fundação do periódico *El País*.

³⁰⁸ «Transición y cambio», *El País*, 17 de abril de 1996.

construção de perspetivas que minimizam o peso do legado franquista. Assim se orientava, por exemplo, um artigo do historiador britânico Paul Preston, de 1995. Ainda que se criticasse o regime, a defesa da tese da modernização da sociedade como um processo anterior e que transcendia o franquismo situava a ênfase na ideia de *distanciamento* entre passado e presente. De modo que, segundo esta linha argumentativa, as ainda mais profundas mudanças verificadas desde a morte de Franco reiterariam o afastamento da sociedade dos anos 1990 em relação ao passado franquista: «Una prensa, radio y televisión libres y competitivas, junto con la Internet, han dado la impresión de que no dejan de ocurrir cosas, hasta tal punto que “la época de Franco” parece tan distante como la Segunda República, y ambas parecen tener más en común con el siglo diecinueve que con el final del veinte. No es sólo que desde 1975 ha crecido toda una generación que no tiene recuerdo alguno de Franco. El hecho es que la España de 1995 tiene menos en común con la de 1975 que la España de 1939 con la de 1874. Si al abismo que separa 1995 de 1975 se añade el hecho de que la obsolescencia de Franco se puede fechar a mediados de los 1950, tras lo cual la sociedad española se desarrolló fuera de la influencia del dictador y de su régimen, no es de sorprender que el legado del Caudillo haya sido tan leve».³⁰⁹ Neste caso, ainda que não se recupere diretamente o regime franquista, a ênfase no *distanciamento* entre passado e presente sugeria, subtilmente, uma visão amenizada da ditadura e seus efeitos.

Em sentido semelhante, em artigo de Raul Heras, de 1990, a ideia de *distanciamento e superação do passado* expressava-se através de uma visão negativa e decadente do regime franquista, paralela à minimização do seu legado político: «El ciclo vital del régimen de Franco estaba cerrado cuando él murió. La descomposición era ya tan evidente que muchas de sus propias criaturas se habían rebelado contra él. (...) Quince años después Franco está olvidado para la gran mayoría de los españoles. (...) La herencia que nos dejó en lo político no existe, la estructura económica que diseñó ha desaparecido, el sistema legal se basa en un texto constitucional que nada tiene que ver con las Leyes Orgánicas; y, por último, los hombres que lo defendieron y representaron están en su inmensa mayoría apartados totalmente de los centros de decisión». Além disso, a *comparação relativizadora* entre ditadura e democracia sugeria também uma visão amenizada do franquismo, ainda que o objetivo de tal argumentação não fosse este e sim a crítica política da realidade do momento: «De ahí a

³⁰⁹ «El legado de Franco, veinte años después, veinte años antes – De Reina madre al olvido», *ABC*, 19 de novembro de 1995, p. 3.

estabelecer paralelismos y similitudes entre las dos épocas hay un abismo. La Dictadura y la Democracia no se parecen en nada, sobre todo porque la primera se basa en el uso indiscriminado y brutal de la fuerza y la segunda en el uso de los votos. En la primera había “tics” o guiños democráticos, en la segunda descubrimos a veces “tics” o guiños autoritários».³¹⁰

Neste mesmo ano, com o objetivo principal de atacar politicamente o governo González, em artigo de Jiménez Losantos a ideia de *superación do passado* evidenciava-se na avaliação positiva acerca do desconhecimento sobre Franco e o franquismo, consideranso-se que “[c]on el recuerdo de Franco desaparece el recuerdo de la guerra”. Apenas se identificava um sentido nocivo em tal desconhecimento devido à dificuldade de identificar as supostas aproximações entre o momento que se vivia e o franquismo; neste caso, a *comparação relativizadora* com o felipismo significava uma visão naturalizada e benévola do regime franquista: «Aunque bajo formas democráticas, quiero decir votacionales, estamos volviendo quince años atrás. Naturalmente, no en lo económico ni en lo internacional, ni en el tipo de régimen; pero sí en los comportamientos privados y públicos. Y ello, aparte de podernos llevar a abominar del felipismo con casi tanta furia como lo hicimos – pocos – del franquismo, nos lleva a una consideración humilde acerca de Franco: ¿fue él quien impuso una forma de ser a los españoles o más bien fue, sencillamente, representativo de una forma de ser profundamente interiorizada y, a veces, exteriorizada, por el pueblo español? ¿Quién era más franquista: Franco o España? (...) esta España joven, la de hoy, para la que Franco es un personaje histórico casi tan lejano como Viriato. Confieso que tanta ignorancia sobre una historia tan reciente no me gusta nada. (...) si los jóvenes piensan, como parece, que el franquismo fue malo, y el felipismo imita cada vez más al franquismo y nadie protesta, convendrán conmigo en que la amnesia no parece ser el mejor remedio para la democracia».³¹¹

Já em artigo de Antonio Garrigues Díaz-Cañabate³¹², a propósito do centenário do ditador, o *branqueamento* do franquismo fazia-se, utilizando-se como balizas as ideias de *culpa coletiva* pela guerra civil e de *transição modélica*, através da atribuição de um carácter *apolítico* ao regime: «Creo que Franco fue el general victorioso de una

³¹⁰ «El abismo entre dos mundos», *El Mundo*, 19 de novembro de 1990, p. 12.

³¹¹ «Amnesia y democracia», *ABC*, 20 de novembro de 1990, p. 22.

³¹² Antonio Garrigues Díaz-Cañabate (1904-2004): Advogado e diplomata. Foi militante da *Falange Española* e alto funcionário do regime franquista. Ocupou o cargo de ministro da Justiça durante o governo de Arias Navarro após a morte de Franco, entre 1975 e 1976. Na véspera de seu centenário, o Rei don Juan Carlos concedeu-lhe o título de I Marquês de Garrigues.

guerra civil de la que son culpables todos los españoles. No tuvo, ni antes ni después de la guerra, una concepción política propia; ésta se la quisieron dar otros influidos por los regímenes totalitarios de los años treinta. La alta administración del Régimen la llevaron Carrero Blanco y López Rodó, dos grandes tecnócratas apolíticos. De estas concepciones políticas foráneas, Franco aceptó lo que convenía a su poder personal, nada más. Porque lo que tenía muy claro era la idea del mando, de la autoridad, de la disciplina; su modelo político era la Dictadura de Primo de Rivera, que para él era el mejor Gobierno que había tenido España, pero aspiraba a una dictadura no coyuntural sino institucionalizada, porque nunca entendió ni aceptó una verdadera democracia, ni personal ni orgánica. Eso ha sido la obra de Don Juan Carlos, con quien España tiene una deuda impagable».³¹³

Assim como ocorre com as *memórias da transição modélica*, a conjuntura de crise e colapso do *socialismo real* no início da década de 1990 impulsionou a divulgação de visões benéficas sobre o franquismo através de *comparações relativizadoras* com os regimes comunistas. Em artigo do diretor do *El Mundo*, Pedro J. Ramírez, de 1990, a reflexão sobre a realidade dos países comunistas significava um juízo excessivamente favorável a respeito do regime franquista – reconhecido pelo próprio autor do artigo –, o que era realçado com a sugestão do termo *ditablanda*: «Cuando la semana pasada en Checoslovaquia, al igual que me ocurrió hace un año en Hungría, me vi obligado a refutar el paralelismo que entre la transición española y el horizonte que se abre ahora para los Países del Este pretendía hacer una y otra vez mis interlocutores, empleé argumentos que a mí mismo no dejaban de sonarme excesivamente benévolos para con el régimen anterior. Expliqué que durante los años 60 y 70 el franquismo fue en realidad una dictablanda con grandes dosis de libertad económica, una considerable relajación – excepto en el País Vasco – de los mecanismos del Estado policial emanado de la Guerra Civil y cierta tolerancia hacia la expresión de opiniones disidentes. Los pactos con Estados Unidos ya habían alineado a España en el mundo occidental y la incontrolable ósmosis generada por el boom turístico había hecho germinar una incipiente cultura predemocrática sobre la que sería posible desarrollar un modelo reformista que, entre otras cosas, implicaba la permanencia en la jefatura del Estado de la misma persona designada por Franco como su sucesor y la plena

³¹³ «Mis encuentros con Franco», *ABC*, 5 de dezembro de 1992, p. 80.

asimilación de prohombres tan significados en la política o el periodismo de entonces como Fraga, Adolfo Suárez, Jaime Campmany o Emilio Romero».

Nestes termos, a comparação implicava inclusive a minimização do carácter repressivo do franquismo: «Aunque como se desprende de la encuesta que publicamos hoy, los jóvenes que no conocieron a Franco vienen a atribuirle más o menos las mismas características que siempre le hemos achacado las generaciones anteriores, parece incontestable que la mayoría de los españoles no evocan su régimen como esa especie de pesadilla trezada de omnipresente represión policíaca, cautividad y endémica miseria de la que aún no están del todo seguros de haberse despertado los checos, polacos o rumanos». E finalmente, passando-se à crítica política do momento presente, sugeriam-se os ténues traços de continuidade entre ditadura e democracia através da contraposição *ditablanda/demodura*.³¹⁴ Pode-se dizer que uma tal avaliação sobre o franquismo, que recupera as bases da *teoria do totalitarismo*, entende a integração da ditadura nos parâmetros do capitalismo liberal, especialmente em sua última década e meia de existência, como um aspeto que a aproximaria das democracias, particularmente quando comparada com os regimes comunistas. Trata-se da ideia de associação entre *capitalismo* e *democracia*, utilizada tanto para deslegitimar o comunismo – regimes ou ideias políticas – como potencialmente *totalitário*, como para reintegrar ditaduras de direita do século XX no imaginário político hegemónico.

No mesmo sentido, em artigo de José Antonio Sánchez³¹⁵, de 1991, a crítica da intenção de alguns políticos de exportar a transição assentava na especificidade espanhola em relação a muitos elementos, em especial o papel do Rei, o que tornaria impossível que a fórmula espanhola fosse aplicada em outros países. A partir desta base argumentativa, delineava-se uma visão benévola do franquismo, aludindo-se à impossibilidade de comparar os últimos anos dos regimes comunistas com os últimos anos da ditadura espanhola, em que teria havido consideravelmente mais liberdade e progresso económico do que naqueles regimes.³¹⁶

Neste mesmo ano, em artigo do jornalista Dario Valcarcel, a ênfase na impossibilidade de comparação entre a realidade espanhola e a dos países do Leste possibilitava o *branqueamento* do franquismo, assim como a idealização do processo de

³¹⁴ «De la dictablanda a la demodura», *El Mundo*, 18 de novembro de 1990, p. 3.

³¹⁵ José Antonio Sánchez (n.1953): Jornalista. Integrou a redação do *ABC* entre 1983 e 1998. Foi colunista do diário *La Razón* e participou em programas de rádio e televisão. Entre 2002 e 2004, foi nomeado pelo governo do PP diretor geral da *Radiotelevisión española* (RTVE); ocupa novamente este cargo desde 2014.

³¹⁶ «Cursos de transición», *ABC*, 14 de julho de 1991, p. 34.

transição: «No es posible ningún paralelismo entre la extinción de una dictadura convencional y el cataclismo ideológico que ha llevado al hundimiento de ocho regímenes comunistas en la Europa del antiguo telón de acero. En la España de Franco pudo desarrollarse – por el régimen o a pesar de él, algún día se verá – un cierto tejido empresarial que aseguró la vida de la sociedad civil a partir de los años cincuenta. Hubo un buen plan de estabilización en 1959 y un desarrollo desordenado en el que florecieron el arbitrio y la corrupción, pero en el que la renta media del ciudadano pasó en quince años de 500 a 2.500 dólares en moneda constante. Hubo una oposición perseguida pero activa ante la que el franquismo se rindió de hecho en 1973. Y hubo sobre todo una plataforma política propiciada por la legitimidad histórica de la Corona exiliada en Estoril e inteligentemente articulada en el interior por el heredero del Conde de Barcelona. (...) El apoyo exterior, la cautela de la oposición y el realismo de los supervivientes del régimen personal aseguraron una evolución en la que la aparente reforma giró hacia una ruptura “de facto”: al cabo de dos años de su muerte ni una sola de las instituciones políticas creadas por Franco subsistía».³¹⁷

A *comparação relativizadora* com os países comunistas foi aproveitada até mesmo por setores que sempre mantiveram uma visão positiva sobre o franquismo, servindo neste caso como impulso relegitimador de sua argumentação. Assim, o líder de ultradireita Blas de Piñar³¹⁸ declarou em 1990 que Franco “había salvado a España del peligro comunista cincuenta años antes que Europa se diera cuenta de este peligro”.³¹⁹ Esta mesma lógica argumentativa manifestava-se em carta de leitor publicada em *La Vanguardia*, na qual a crítica do comunismo funciona como uma espécie de exorcismo do franquismo, um filtro que o compensava e desculpabilizava: «Está de moda blasonar la procedencia “comunista” de algunos políticos conversos y denigrar la procedencia “franquista” de otros. Creo que en estos distinguos bizantinos falla la lógica. Desde hace 16 años heredamos la democracia del franquismo. ¡Gracias a Dios! Si la hubiéramos tenido que heredar del comunismo, todavía estaríamos, como los países del Este, debatiéndonos en la “perestroika”».³²⁰

³¹⁷ «Transiciones», *ABC*, 20 de julho de 1991, p. 19.

³¹⁸ Blas Piñar (1918-2014): Militante católico durante o franquismo, foi fundador da editora *Fuerza Nueva*, que em 1976 se converteu em partido político e cujo lema era *Dios, Patria y Justicia*. Foi eleito deputado por Madrid nas eleições de 1979. Em 1986 reconstruiu o partido – dissolvido em 1982 – como *Frente Nacional*, posteriormente extinto, em 1994.

³¹⁹ «Grupos ultras se enfrentan a la Policía en la conmemoración de la muerte de Franco», *El Mundo*, 19 de novembro de 1990, p. 6.

³²⁰ «Comunistas y franquistas», *La Vanguardia*, 17 de abril de 1991, p. 20. Uma visão diretamente positiva do período franquista aparecia em carta de leitor publicada no *ABC*, em que o crescimento

É possível considerar que, por um lado, como já foi ressaltado, o colapso do *socialismo real* no início da década de 1990 impulsionou o desenvolvimento de juízos anticomunistas entre as correntes políticas moderadas, passando a configurar-se um pensamento hegemónico de tendência neoliberal que unia culturas políticas de centro-esquerda e de direita; por outro lado, no que diz respeito às culturas políticas de direita, a queda do muro de Berlim significou uma base para a construção de visões que recuperavam positivamente o franquismo através da comparação com os regimes comunistas. É importante reconhecer que, em muitos casos, o objetivo de uma tal argumentação se centrava mais na *desespecificação político-moral* do comunismo, e, em consequência a legitimação tácita do capitalismo, do que propriamente no propósito de reabilitar o franquismo – este constituía, contudo, um efeito direto deste posicionamento hermenêutico. Por vezes, recorriam-se aos argumentos desenvolvimentistas e economicistas que elogiavam o tardofranquismo e minimizavam seus custos repressivos. E em certos casos, a partir de preconceitos anticomunistas, recuperava-se positivamente tanto o *alzamiento* quanto todo o regime franquista.

Pode-se dizer, enfim, que a própria conjuntura política internacional dos anos 1990 – década que se inicia com a crise e derrocada do *socialismo real* – favoreceu a integração do tema da ditadura franquista no debate público: as próprias culturas políticas de direita fazem-no através de avaliações favoráveis ao franquismo por comparação aos regimes comunistas. Além disso, no que diz respeito à conjuntura política interna, as culturas políticas de direita também passaram a utilizar *comparações relativizadoras* de modo a instrumentalizar o passado ditatorial como arma política contra o governo González. Por outro lado, e inversamente, também se desenvolveram nos 1990 opiniões representativas de culturas políticas de esquerda que sublinhavam a herança franquista da direita, e particularmente do PP – contudo, até 1996 ainda eram menos numerosas. Além disso, é possível notar através da abordagem da imprensa o aumento de interesse a partir dos anos 1990 sobre a discussão histórica do período franquista, com o desenvolvimento de reportagens e artigos de opinião que ressaltavam, especialmente, perspectivas críticas sobre a ditadura.

Pode-se dizer, neste sentido, que as *memórias do antifranquismo* pretendiam construir no espaço público espanhol perspectivas ético-políticas críticas sobre a

económico, a modernização, o desenvolvimento estrutural e o surgimento de um amplo estrato de classes médias eram considerados elementos que teriam viabilizado a instauração da democracia: «Veinte años sin Franco», *ABC*, 24 de novembro de 1995, p. 16.

ditadura. Ainda que em alguns casos se tratassem de discursos reativos – que rejeitavam a instrumentalização política do passado empreendida por vozes da direita que comparavam os regimes ditatorial e democrático, ou que denunciavam o *branqueamento* de Franco e do franquismo nos meios de comunicação social, e em particular na televisão –, em outros casos tratava-se da afirmação de espaços de divulgação crítica sobre aspetos da ditadura.

Quanto às interpretações que *branqueiam* o franquismo, deve-se notar que se baseiam em *comparações relativizadoras*, seja com o comunismo soviético seja com o felpismo, ou através da ideia de *superação do passado*. Também neste caso se trata da construção de legitimidades para visões *revisionistas* sobre o passado franquista.

4-5. Conclusões

Portanto, no período 1986-1996 são hegemónicas no espaço público espanhol as *memórias da reconciliação* e as *memórias da transição modélica* – que representam culturas políticas desde o centro-esquerda até à direita –, muito embora a partir dos anos 1990 comece a delinear-se um processo de *quebra da hegemonia* destes relatos memoriais. Dentre as *memórias da reconciliação*, são dominantes as *memórias da superação do passado*, cujas versões mais conservadoras defendem abertamente as teses do *revisionismo histórico* espanhol: a depreciação do ambiente político-social da II República, o que, para além de justificar o *alzamiento*, responsabiliza o conjunto da esquerda pela eclosão da guerra; e a recuperação positiva de aspetos do franquismo. Se não se pode dizer que as culturas políticas de centro-esquerda defendem a ideia de *equiparação* entre os lados enfrentados na guerra civil, um denominador comum encontra-se na noção de *reconciliação* como ética, ou seja, a conceção da partilha das culpas sobre a guerra e da irrelevância da discussão ético-política sobre este passado. A subtil diferença entre estas perspetivas assenta no facto de que a *equiparação* entre os lados enfrentados conduz ou à aceitação tácita ou à direta justificação e legitimação do golpe de 1936 e por vezes inclusive do próprio regime franquista. Ao passo que o lema de *todos fomos culpados* defendido por setores da esquerda moderada é compatível tanto com a crítica da sublevação quanto, e especialmente, com a denúncia do regime ditatorial originado da guerra civil. Compreende-se, neste sentido, que as *memórias da reconciliação* abranjam perspetivas críticas sobre o franquismo, no caso das *memórias antifranquistas da reconciliação*.

Quanto às *memórias da transição modelica*, é importante ressaltar que a adesão a estes discursos memoriais pelas culturas políticas de direita constitui uma construção *a posteriori* que contrasta com o posicionamento de resistência à liberalização política mantido pela direita – e particularmente a AP, antecessora partidária do PP – durante o desenrolar da transição. Ou seja, a ideia de exemplaridade do processo inicialmente não foi a perspectiva deste setor político-social. Por outro lado, a ênfase por parte dos próprios atores político-partidários e institucionais em seu protagonismo na transição pretende sublinhar o papel do poder político e de seus representantes na origem da democracia; trata-se, com efeito, de visões elitistas da história, as quais constituem um modelo hermenêutico privilegiado pelos meios de comunicação social.

A crítica destes relatos exaltantes sobre a transição sempre foi objeto dos discursos das culturas políticas de esquerda. No entanto, a partir dos anos 1990 há um aumento da incidência destas visões críticas – sem que deixem de constituir *memórias subterrâneas*, especialmente representadas entre as culturas políticas dos nacionalismos periféricos de esquerda –, destacando-se a ênfase na denúncia do processo histórico da transição por não se ter privilegiado o estabelecimento de marcos ético-políticos delimitadores do regime democrático por contraposição ao franquismo. Portanto, pode-se dizer que é através da demanda pela discussão ético-política sobre a ditadura franquista, e particularmente sobre a repressão e suas vítimas – demanda que caracteriza as *memórias críticas da transição* –, que se inicia o processo de *quebra da hegemonia* dos relatos da *reconciliação/transição modelica*.

É importante salientar que também no caso das *memórias críticas da transição* se trata de construções *a posteriori*, que acabam por julgar o posicionamento dos setores da oposição atuantes nos anos da transição, desconsiderando-se que a questão da justiça transicional – ainda que restrita à sua significação simbólica – não figurava entre as demandas da esquerda da época. Contudo, ao contrário do caso das culturas políticas de direita, cuja adesão às *memórias da transição modelica* nos anos 1980 se enquadra na estratégia voltada para a autolegitimação e integração na origem da democracia espanhola, as construções *a posteriori* que compõem as *memórias críticas da transição* se explicam, mais exatamente, pela mudança nas visões do mundo decorrente da substituição de gerações – concretamente, a emergência nos anos 1990 de uma consciência política pautada pela denúncia e pela demanda de reparação dos crimes de regimes ditatoriais. O caso das memórias nacionalistas bascas constitui uma exceção a esta tendência marcada por uma viragem geracional, já que a crítica do processo

histórico da transição como reivindicação política do nacionalismo basco sempre existiu, desde o próprio momento da transição.

Por outro lado, no âmbito estritamente político, a estratégia de instrumentalização dos relatos hegemônicos da *reconciliação/transição modélica*, progressivamente utilizada pelas culturas políticas de direita como arma política contra o governo socialista, pouco a pouco estimula a mudança de postura dos dirigentes socialistas no sentido de envolverem-se em debates ético-políticos sobre o franquismo.

No sexagésimo aniversário da guerra civil, pode-se notar a ampliação para o âmbito do conflito dos anos 1930 desta tendência à problematização ético-política do passado recente. É significativo, neste sentido, comparar-se o teor das *memórias dos vencidos* divulgadas na imprensa analisada no cinquentenário da guerra civil e dez anos depois – em ambos os casos, contudo, *memórias subterrâneas* no espaço público espanhol. Enquanto nos anos 1980 predominavam as críticas dos argumentos que sustentavam as *memórias da reconciliação*, como a *culpa coletiva* e a *equiparação* ético-política entre os lados enfrentados, em 1996 destacavam-se as reivindicações por políticas de memória baseadas na reabilitação e reconhecimento público dos *vencidos* – o que indica que em dez anos ter-se-ia engendrado um ambiente político-social propício à formulação destas demandas.

Desta forma, pode-se considerar que o amplo *combate pela memória* que se verifica na sociedade espanhola a partir da segunda metade dos anos 1990 – e especialmente desde o início do século XXI – tem sua origem nos princípios da década em discursos memoriais de culturas políticas de esquerda, com destaque para sua incidência entre os nacionalismos periféricos, que questionam a ausência de um debate ético-político sobre o franquismo no espaço público democrático, e posteriormente passam a englobar também a reivindicação do reconhecimento público das *memórias dos vencidos*. De modo que é possível dizer que até à mudança no poder político, em 1996, com a vitória eleitoral do PP, se configura uma *brecha* na hegemonia das *memórias da reconciliação/transição modélica*. É importante reconhecer, porém, que o principal elemento que fortalece o movimento político-social que se origina de discursos memoriais *subterrâneos* de esquerda é a progressiva adesão a estas demandas de setores representativos do PSOE, que até então defendiam a postura baseada na omissão do debate ético-político sobre o passado.

Como relatos *subterrâneos* dentro das *memórias subterrâneas da transição* encontram-se as *memórias da transição como conquista*, que salientam o papel dos

movimentos sociais e mobilizações populares na viabilização das transformações democráticas. São defendidas especialmente por vozes comunistas; o seu particular carácter *subterrâneo* sugere o predomínio dos modelos interpretativos pautados pelo protagonismo dos *grandes homens*, seja sob leituras positivas ou negativas desta visão sobre a história.

No que diz respeito à orientação dos periódicos analisados, pode-se considerar o *ABC* e *La Vanguardia* como os principais porta-vozes das *memórias da superação do passado* e da *transição modélica*, o que indica o carácter conservador destes relatos memoriais. Existem, no entanto, diferenças entre as abordagens destes jornais: enquanto em *La Vanguardia* se defendem as teses da *equiparação* ético-política entre os lados enfrentados, da irrelevância do debate sobre o passado e da ligação entre as ideias de *superación do passado* e *transição modélica*; no *ABC* sustentam-se todas as teses do *revisionismo histórico* espanhol, encobertas ou não sob o argumento da *superación do passado*. Além disso, é interessante observar que, possivelmente, a perspetiva de *La Vanguardia* na condição de representação do nacionalismo conservador catalão se reflete na ausência neste jornal de visões *branqueadoras* de Franco e do franquismo, as quais figuram especialmente nas páginas do *ABC* e do *El Mundo*. Esta observação é reiterada pela análise da linha editorial do *Deia*, representativa do nacionalismo conservador basco: neste caso, nem sequer se defendem as *memórias da superación do passado*, como *La Vanguardia*, e sim as *memórias antifranquistas da reconciliação*. Ou seja, o elemento de identificação ao *antifranquismo*, na condição de perspetivas críticas sobre a ditadura, pode ser considerado como um ponto de interseção dos relatos memoriais dos nacionalismos periféricos, inclusive em suas tendências conservadoras.

Já nas páginas do *El País*, representativo de culturas políticas de centro-esquerda, figuram especialmente as *memórias antifranquistas da reconciliação*, embora também se abram espaços para a difusão das *memórias dos vencidos*. Estas, contudo, são difundidas principalmente pelo órgão de imprensa do PCE, *Mundo Obrero*, e pelos periódicos representativos dos nacionalismos periféricos de esquerda, *Egin* e *A Nosa Terra* – o que é significativo sobre o seu carácter de relatos *subterrâneos*.

No caso basco, pode-se dizer que as nuances entre os relatos memoriais do nacionalismo conservador e do nacionalismo radical indicam a intenção de delimitar, politicamente, as fronteiras desta identidade nacional: seja através da perspetiva evidente no *Deia* que, através da ideia de *guerra imposta aos bascos*, salienta a diferenciação do nacionalismo basco católico tanto em relação aos franquistas, quanto

em relação aos republicanos; seja por meio da argumentação presente no *Egin*, baseada nas concepções de *guerra entre bascos* e de *continuidade* da guerra civil e do franquismo. Enquanto a primeira destas teses que orientam os relatos memoriais do nacionalismo basco radical pretende sublinhar a defesa ético-política do lado republicano, a segunda justifica, através da evocação da guerra civil, a existência do movimento nacionalista armado – em certos casos com a intenção de direta legitimação de sua atuação e em outros com o objetivo de situar historicamente a persistência da ação etarra. Por outro lado, no que diz respeito às avaliações sobre a transição, os nacionalismos conservador e radical coincidem na rejeição do processo – uma vez que consideram que a identidade basca não é devidamente reconhecida nos moldes da Constituição de 1978 –, identificando-o às permanências do franquismo na sociedade espanhola.

Enfim, é possível dizer que é justamente através do questionamento sobre as sequelas simbólicas do franquismo na sociedade espanhola e sobre a ausência de um debate ético-político acerca das vítimas da repressão ditatorial que se constrói e fortifica o movimento político-social baseado na reivindicação do reconhecimento público e reabilitação das memórias dos *vencidos* da guerra civil e das vítimas da repressão franquista. A origem deste movimento pode ser atribuída ao fator da substituição de gerações, o que teria permitido o desenvolvimento, no seio de culturas políticas de esquerda, de demandas a respeito de uma discussão ético-política sobre o franquismo. A conjuntura política interna dos anos 1990, com o aumento da instabilidade governamental, favoreceu a fortificação destas demandas, a partir da adesão de setores político-sociais – especialmente de centro-esquerda – que até então evitavam envolver-se em debates ético-políticos sobre o passado.

Capítulo 5. Portugal e o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como fenómeno social: a construção de uma hegemonia cultural neoconservadora

5-1. Anos 1980 e a *repressão da memória*: entre as *memórias subterrâneas das esquerdas* e o protagonismo das *memórias revisionistas* no espaço público

Não se pode dizer que haja um *combate pela memória* no espaço público português nos anos 1980. Os relatos memoriais que representam culturas políticas de esquerda não têm expressão significativa na *grande imprensa* – ou seja, os jornais que contam com maior difusão pública –, embora estejam consideravelmente presentes no órgão de imprensa do PCP, o *Avante!*, e em *o diário*, jornal cuja tiragem média entre 1986 e 1989 era inferior à metade da tiragem dos periódicos que podem ser considerados como representativos da *grande imprensa*.¹ Ao passo que nas páginas da *grande imprensa* figuram as *memórias revisionistas*, mas não da forma massiva como ocorre em 1994. Ao contrário do caso espanhol, em que há, nos anos 1980, uma clara hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*, discursos memoriais que ocupam amplamente as abordagens da *grande imprensa* – ainda que se caracterizem pela intenção de evitar a discussão ético-política sobre o passado –, em Portugal parece haver uma espécie de *vazio* no espaço público no que diz respeito à discussão sobre o passado recente. Uma exceção a esta tendência geral dá-se em 1989, por ocasião do centenário de Salazar, circunstância que provoca uma significativa discussão sobre o Estado Novo. Também neste caso, contudo, predominam na *grande imprensa* as visões *branqueadoras* sobre a ditadura e Salazar, particularmente na abordagem do *Expresso*.

Deve-se refletir, neste sentido, sobre as fases da memória pública. Com base no modelo proposto por Henry Rousso e explicitado no capítulo 3, pode-se considerar que em Portugal, após uma fase inicial que se estendeu desde o próprio período

¹ Dentre os periódicos portugueses analisados, considera-se como representativos da *grande imprensa* o *Expresso* (tiragem média em 1986: 112.132 exemplares – mês de fevereiro; cf. 8 de março de 1986, p. 6 –; e em 1994: 155.850 exemplares – mês de março; cf. 23 de abril de 1994, p. 18); o *Jornal de Notícias* (tiragem média em 1986: 73.300 exemplares – mês de abril; cf. 11 de maio de 1986, p. 52 –; e em 1994: 85.755 exemplares – mês de março; cf. 26 de abril de 1994, p. 46); o *Público* (tiragem média em 1994: 74.975 exemplares – mês de março; cf. 12 de abril de 1994, p. 18); o *Jornal* (tiragem média em 1986: 72.800 exemplares – mês de maio; cf. 6 de junho de 1986, p. 3 –; e em 1989: 65.987 – mês de maio; cf. 2 de junho de 1989, p. 19); e a *Visão* (tiragem média em 1994: 67.200 exemplares – mês de março; cf. 21 de abril de 1994, p. 16). *o diário*, jornal de orientação próxima ao Partido Comunista, apresentava em 1986 uma tiragem média de 30.142 exemplares (mês de fevereiro; cf. 18 de março de 1986, p. 2) e em 1989, 24.442 exemplares (mês de março; cf. 24 de abril de 1989, p. 4). Por sua vez, *O Diabo*, semanário de orientação política de extrema-direita, apresentava em 1986 a tiragem média de 64.145 exemplares (cf. 25 de março de 1986, p. 2) e em 1994, 49.851 exemplares (cf. 3 de maio de 1994, p. 3).

revolucionário até finais dos anos 1970 e se caracterizou pela hegemonia das *memórias do antifascismo* no espaço público², seguiu-se uma segunda fase, cuja origem remonta à chamada *normalização democrática* – após a contenção do processo revolucionário em 25 de Novembro de 1975, e a posterior contrarrevolução política e legislativa dos primeiros governos constitucionais – mas que se desenvolve especialmente durante a vigência dos governos de direita a partir da década de 1980³. Esta segunda fase pode ser entendida como um período equivalente à fase da *repressão* proposta por Rousso, em que a discussão sobre o passado recente de ditadura e Revolução não foi uma questão privilegiada no espaço público.

Manuel Loff caracteriza esta fase pela “desvalorização e silenciamento da memória”, o que considera como uma consequência lógica da derrota dos projetos políticos das esquerdas – “os do PCP, os vários da Esquerda radical, mas também os que o próprio PS dissera sustentar nas eleições de 1975 e 1976”. Tratou-se, segundo Loff, de um processo semelhante ao de numerosos casos de democracias europeias do pós-guerra, em que rapidamente se dissolveram as coligações antifascistas que tinham impulsionado os movimentos de resistência e tomado o poder no momento da Liberação, ocasionando, assim, a crise da “cultura política do antifascismo, abruptamente substituída por uma lógica de Guerra Fria que abjurava do frentismo resistencial que incluía em todos os casos os comunistas, tornados tanto ou mais odiosos que os nazis segundo os critérios da nova ordem política atlantista”.⁴

De modo que, para a cultura política hegemónica de tendência neoconservadora do Portugal dos anos 1980, não interessava a discussão pública sobre a Revolução ou sobre a ditadura. Isto porque a hegemonia política na direção do poder público – cujo ápice foram os governos de maioria absoluta do PSD, entre 1987 e 1995 – estimulava e propiciava a construção de uma hegemonia cultural, o que, segundo Loff, se

² Manuel Loff refere a “libertação da memória da opressão”. Para além das homenagens às vítimas e dos *saneamentos* na Administração Pública e em numerosas empresas públicas e privadas durante o período revolucionário, verificou-se, até ao final dos anos 1970, a “(re)publicação, agora legal, de textos de natureza memorialística nos quais se fazia a denúncia da repressão”, tanto em Portugal quanto nas colónias. «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, p. 29-31.

³ 1980-1983: governos da Aliança Democrática (AD – coligação de direita entre o Partido Social-Democrata, o Centro Democrático e Social e o Partido Popular Monárquico), cujos primeiros-ministros foram Sá Carneiro (1980) e Pinto Balsemão (1981-1983); 1983-1985: governo do Bloco Central, coligação entre PS e PSD, cujo primeiro-ministro foi Mário Soares; 1985-1995: governo Cavaco Silva, que governou com maioria absoluta desde 1987.

⁴ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 62-63.

empreendeu ao longo de uma década de governo de Cavaco de Silva.⁵ Ou seja, pode-se dizer que, por um lado, a situação de estabilidade governamental baseada numa hegemonia política de direita dispensava a ênfase na discussão do passado como forma de autolegitimação política das forças de direita no espaço público; por outro lado, e simultaneamente, esta mesma hegemonia política garantia a possibilidade de um lento trabalho de construção de uma hegemonia cultural, a partir de estratégias de instrumentalização política da ditadura e da Revolução. Uma tal dialética explica tanto o carácter *subterrâneo* das memórias das esquerdas ao longo dos anos 1980 – isoladas em periódicos com fraca difusão no espaço público português – quanto o facto de que, no mesmo período, se divulgavam na *grande imprensa* discursos *revisionistas* sobre o passado recente, cuja incidência, contudo, ainda era modesta.

Por outras palavras, nos anos 1980 – mais exatamente, tal como sublinha Loff, até 1992, ano que pode ser considerado como o limite desta segunda fase da memória pública sobre o passado recente⁶ –, a discussão pública sobre a ditadura e sobre a Revolução não ocupava um papel significativo na *grande imprensa* portuguesa; ao mesmo tempo, verificava-se o processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora, com a difusão nas páginas destes mesmos jornais que alcançavam maior repercussão no espaço público de interpretações *revisionistas* sobre o passado recente. Por outro lado, o carácter *subterrâneo* dos relatos memoriais das esquerdas refletem o isolamento destas culturas políticas na sociedade portuguesa da época, o que é reiterado, além disso, pela argumentação presente em muitos destes discursos e baseada na instrumentalização do passado revolucionário como forma de atacar as políticas de direita. Ou seja, no contexto dos anos 1980, as culturas políticas de esquerda experimentavam uma marginalização, não apenas no âmbito estritamente político mas também na esfera cultural. De modo que se empenhavam na projecção de relatos memoriais favoráveis e otimistas a respeito da Revolução, o que cumpria a função tanto de reforçar sua própria identidade social quanto de deslegitimar os posicionamentos sobre o passado e as políticas defendidas pela direita. Quantitativamente, por exemplo, as *memórias subterrâneas das esquerdas* dos anos

⁵ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 68.

⁶ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 62. Ainda que neste trabalho não se analise o ano de 1992 – apenas os anos 1986, 1989 e 1994 –, considera-se que a fase da *obsessão memorial*, cujo climax se situa em 1994, se inicia em 1992, quando ocorre uma significativa discussão pública em virtude da polémica ocasionada pela concessão de pensões pelo Estado português a dois ex-agentes da PIDE-DGS por “serviços excepcionais prestados à pátria”. Desta forma, a indignação pública que se produz em 1992, com as denúncias contra o *branqueamento* do Estado Novo e a desvalorização do 25 de Abril, antecipa o ambiente social que desenvolver-se-á em 1994.

1980 são muito mais numerosas do que as interpretações *revisionistas* divulgadas na *grande imprensa* no mesmo período, o que indica que as culturas políticas de esquerda percecionavam o âmbito da memória da Revolução como um espaço de luta simbólica pela legitimação política.

Portanto, deve-se entender a ideia de *repressão da memória*, que caracteriza esta segunda fase da memória pública sobre o passado recente português, não como uma *repressão* imposta e sim decorrente da própria dinâmica da hegemonia político-cultural do período. Ou seja, o facto de que os relatos memoriais representativos das culturas políticas de esquerda constituíam *memórias fracas e subterrâneas*. Ao passo que, para as culturas políticas de direita, a luta simbólica pela fixação do sentido do passado não constituía uma prioridade – muito embora lentamente se delineasse a tentativa de construção de uma hegemonia cultural a partir da frente memorial, o que se evidenciou no desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público português. Em suma, para as culturas políticas de direita, antes da construção de uma tal hegemonia cultural neoconservadora, pouco interessava a discussão pública sobre o passado recente. Assim se evitava, por um lado, a eventual exposição de suas afinidades ético-políticas com o regime ditatorial⁷ – o que poderia ser inconveniente num ambiente socio-político onde

⁷ Alguns autores chamam a atenção para o equívoco em que entendem incorrer algumas análises – que identificam como “de esquerda” – que desconsiderariam as nuances existentes entre as correntes de direita, identificando-as, em seu conjunto, com a defesa da ditadura. António Araújo, centrando-se no desenvolvimento da cultura de direita desde os anos 1980, salienta que a “novíssima direita dos blogues” “convive, sem se confundir”, com a “moda” da “revisitação pop do salazarismo”, a qual ultrapassaria o espectro político da direita. De facto, tal situação deve ser entendida sob a luz do ambiente de *obsessão memorial*, no quadro do qual o *revisionismo histórico* se desenvolve como fenómeno social, o que, no entanto, não permite que se classifique a “revisitação do passado salazarista” como expressiva de um “grande despojamento ideológico”, como pretende Araújo. A tendência à massificação de visões banalizadoras do Estado Novo não as tornam *a-ideológicas*. Igualmente, o facto de que nem todas as correntes de direita se empenhem nas batalhas pela memória não afasta estas visões banalizadoras de um conjunto de valores ético-políticos cultivados pelas culturas políticas de direita, em suas variadas vertentes. Cf. ARAÚJO, António. «A cultura de direita em Portugal» in <http://malomil.blogspot.pt/2014/01/a-direita-portuguesa-contemporanea.html>, consultado em agosto de 2015. Por sua vez, Rui Ramos ressalta que o Estado Novo nunca teria produzido uma unidade entre as várias correntes das direitas, das quais ter-se-iam destacado inclusive algumas forças da oposição; de modo que o regime não teria esgotado, unido ou mantido sempre a lealdade das correntes de direita. Cf. RAMOS, Rui. «Órfãs da História? As Direitas e a Historiografia em Portugal» in Marchi, Riccardo (coord.) *As Raízes Profundas Não Gelam? Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Alfragide, Texto Editores, 2014. P. 45. Tais considerações sobre a complexidade das direitas e seus projetos políticos não inviabilizam, contudo, a identificação do salazarismo com as direitas, em sentido lato. O mesmo poderia ser argumentado para o caso espanhol: a própria longevidade das ditaduras ibéricas e a necessidade de adaptação a diferentes conjunturas políticas externas e internas implicou o eventual afastamento de certas correntes de direita, o que não significa que estas deixassem de partilhar com os respetivos regimes princípios gerais ético-políticos comuns às culturas políticas de direita. O caso das direitas radicais portuguesas dos anos 1960, estudado por Riccardo Marchi, é ilustrativo desta situação. Segundo Marchi: «estes jovens não se mobilizam por causa do líder ou por causa do regime, mas também não se mobilizam nem contra o líder nem contra o regime. Eles não são anti-situacionistas, nem anti-salazaristas, em primeiro lugar porque consideram qualquer abalo do regime como uma ameaça, neste momento histórico,

ainda não houvesse considerável abertura para uma tal aproximação histórica – e, por outro lado, a abordagem sobre a origem revolucionária da democracia portuguesa, representativa de um conjunto de valores éticos, sociais e políticos pouco compatíveis com as visões do mundo das culturas políticas de direita. Isto não significa, contudo, que as direitas evitassem qualquer discussão sobre o passado ou a avaliação crítica do passado revolucionário, especialmente as direitas políticas – assim, por exemplo, desde finais dos anos 1970, as direitas impulsionaram a discussão sobre a origem revolucionária da democracia com o intuito de contestar o texto constitucional. É justamente esta dinâmica, de certa forma ambígua – ou seja, a discussão pública sobre o passado recente de ditadura e de Revolução apenas na medida em que um tal debate poderia interessar à afirmação identitária das culturas políticas de direita –, que caracteriza o processo de construção de uma hegemonia político-cultural neoconservadora.

Neste sentido, é interessante a consideração de António de Araújo de que os anos 1980 assistiram à “recomposição das elites no pós-25 de Abril”. Sob a perspetiva do florescimento cultural de uma “direita urbana”, Araújo identifica o surgimento de meios de comunicação social que expressavam um “projeto jornalístico/político” de direita, como foi o caso dos jornais *Semanário* (1983) – que procurava ser uma alternativa à direita do *Expresso* – e *O Independente* (1988) ou da revista *Kapa* (1990). Desta forma, esta “direita urbana” teria sido “a primeira corrente no pós-25 de Abril a questionar, com popularidade, a hegemonia cultural da esquerda”.⁸ No mesmo sentido argumenta Jaime Nogueira Pinto, um dos fundadores da revista *Futuro Presente* (1980), que, conforme atesta, chegou a ter 3000 assinantes nos anos 1980 e “teve um papel de renovação de ideias na direita”; uma tal ação, segundo Nogueira Pinto, “foi-se

à estabilidade do Império; em segundo lugar porque apreciam no Salazar de “para Angola rapidamente e em força”, o arquétipo do líder europeu que permanece de pé entre as ruínas de uma Europa decadente». Neste sentido, Marchi considera que as oposições de direita ao governo de Marcelo Caetano devem ser entendidas como uma “semi-oposição”, já que são “forças que não têm uma influência preponderante nas dinâmicas do regime, nem participam directamente no governo, mas que anseiam influenciar o poder numa determinada direcção, sem com isso querer derrubar o regime”. Cf. MARCHI, Riccardo. «Nacionalismo Revolucionário na Crise do Império» in Marchi, Riccardo (coord.) *As Raízes Profundas Não Gelam? Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Alfragide, Texto Editores, 2014. P. 336, 346. Ou seja, as críticas das direitas ao Estado Novo não significavam uma ausência de valores ético-políticos em comum, como, por exemplo, a questão colonial, ainda que houvesse discordâncias sobre as políticas levadas a cabo. No que diz respeito especificamente à memória, é certo e deve-se considerar a existência de nuances nos discursos memoriais das direitas – por exemplo, não são todas as correntes de direita, apenas seus estratos mais extremos, que defendem abertamente a apologia do regime e de Salazar, sem contrapartidas. Contudo, deve-se reconhecer, e é isto que se quer sublinhar aqui, que o conjunto das culturas políticas de direita partilham certos valores ético-políticos e identitários que se projetam em avaliações de forma alguma hostis ao legado simbólico-político e histórico do Estado Novo.

⁸ ARAÚJO, *op. cit.*

desenvolvendo em livros, jornais diários e semanários”.⁹ É importante, portanto, observar o desenvolvimento desta direita pós-moderna, que alcança credibilidade social no contexto dos anos 1980, um processo paralelo à conquista da hegemonia política pelas forças de direita.¹⁰

5-1.1. *Memórias subterrâneas das esquerdas*: entre a defesa da Revolução e o ataque à hegemonia político-cultural de direita

As *memórias subterrâneas das esquerdas* dividem-se em duas tendências principais: relatos memoriais cujo objetivo é a configuração de interpretações claramente positivas sobre a Revolução e o seu legado político-social – os quais se expressam através da argumentação das *memórias prospetivas*, *memórias revolucionárias* e *memórias da resistência* – e discursos voltados para o ataque tanto às políticas de direita, recorrendo-se para tal à instrumentalização do passado ditatorial e revolucionário, quanto às visões sobre o passado defendidas pelas culturas políticas de direita – trata-se das *memórias instrumentais* e das *memórias antirrevisionistas*.

As *memórias prospetivas* e as *memórias revolucionárias* encontram-se diretamente relacionadas. Ambas expressam apreciações amplamente positivas sobre o carácter e o significado da Revolução, com a diferença de que as primeiras enfatizam a defesa dos valores, princípios e conquistas revolucionárias como património atual que deveria pautar a vida social e política e a resolução dos problemas do presente; são, neste sentido, *memórias militantes*, do ponto de vista cívico e político. Apresentam gradações, podendo variar desde a ênfase na espontaneidade da alegria e participação popular que marcou o período iniciado em 25 de Abril de 1974 até ao entendimento das movimentações sociais e da radicalização revolucionária como aspeto fundamental da construção da democracia portuguesa. De uma forma geral, no entanto, tais relatos

⁹ PINTO, Jaime Nogueira. «Direitas e Nova direita no Portugal democrático» in Marchi, Riccardo (coord.) *As Raízes Profundas Não Gelam? Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Alfragide, Texto Editores, 2014. P. 367.

¹⁰ Entende-se que a especificidade cultural desta “direita urbana”, nos termos de Araújo, “libertária em matéria de costumes”, não permite identificá-la como uma “direita que era de esquerda” ou como uma “não-esquerda”, como sugere este autor; trata-se de uma corrente político-cultural de direita de forma alguma isolada ou única no contexto histórico e internacional da época. Além disso, a defesa da liberalização dos costumes não apresenta uma relação direta com o êxito das ideias políticas e económicas liberais; ou seja, estas não pressupõem aquela e vice-versa. O processo de hegemonização da visão neoliberal do mundo não radica estritamente na capacidade de atração dos ideais de direita, mas também em fatores mais gerais do ambiente político internacional – conforme já se destacou ao longo deste trabalho.

memoriais avaliam favoravelmente aspetos da Revolução que ultrapassam os elementos consensuais baseados nas ideias de *liberdade*, *democracia* e *fim da ditadura*.

Assim, por exemplo, na sessão solene comemorativa do 25 de Abril de 1986 na Assembleia da República, o deputado do MDP/CDE, José Manuel Tengarrinha¹¹, aludiu à perspetiva socialista que marcou o período revolucionário, assim como à libertação colonial e ao fim da opressão, elementos que não podem ser considerados como *consensuais* e que conferem um sentido de maior valorização positiva à Revolução: «a revolução que pôs fim à mais velha ditadura europeia, abriu as cadeias, destruiu os maiores factores de opressão política e social, contribuiu para libertar os povos das colónias, lançou o projecto de uma sociedade onde as camadas mais desfavorecidas seriam protegidas e as injustiças sociais diminuídas».¹² É importante salientar que a maneira como os jornais abordam as comemorações oficiais do 25 de Abril na Assembleia da República – ou, igualmente, as comemorações populares – refletem a desigual relação de forças entre os relatos memoriais sobre a Revolução no espaço público português: pois apenas *o diário* e *o Avante!* optam por ressaltar os discursos que expressam as *memórias revolucionárias*.

Deve-se reconhecer que em muitas destas interpretações representativas das *memórias revolucionárias* e das *memórias prospetivas* se encontra presente igualmente a crítica dos discursos que desvalorizam o período revolucionário ou inclusive diretas críticas políticas ao governo. Por exemplo, em editorial e reportagens de *o diário* entende-se o 11 de Março como uma “tentativa contra-revolucionária armada” e critica-se os partidos políticos devido ao contraste entre suas atitudes no momento histórico e as posteriores tomadas de posição em rejeição da perspetiva revolucionária: «No próprio dia 11 de Março, todos os partidos davam vivas ao MFA e faziam juramentos de fé democrática, parecendo quererem varrer os conspiradores para o monte de lixo da História. Pouco tempo depois a maior parte deles reassumia o seu lugar na mesa da direita e invertia juras e posições, glorificando os conspiradores e atacando e dividindo os militares de Abril. (...) A resposta ao golpe criou condições de fortalecimento das conquistas populares, de tal modo que muitos dos que assinaram a institucionalização

¹¹ José Manuel Tengarrinha (n.1932): Historiador; professor catedrático jubilado da Universidade de Lisboa. Participou na Comissão Democrática Eleitoral (CDE), constituída pela oposição ao Estado Novo para disputar as eleições legislativas em 1969; em Lisboa, no Porto e em Braga, onde não se apresentaram listas unitárias entre socialistas e comunistas, as candidaturas da CDE estiveram próximas dos segundos. Foi preso político. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), formado em 1969 e transformado em partido político após o 25 de Abril. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, entre 1976 e 1987.

¹² «PR realça “legado inestimável” do 25 de Abril», *o diário*, 26 de abril de 1986, p. 8, 9.

dessas conquistas, por imposição da própria História, viriam em breve a renegar a sua própria assinatura e a entrar no combate ao lado dos conspiradores de 11 de Março, os visíveis e os que ficaram na sombra».¹³

Perspetiva semelhante é evidenciada em entrevista de Vasco Gonçalves¹⁴ a *o diário*. A respeito das medidas que se seguiram ao 11 de Março, as nacionalizações são entendidas como “medidas de emergência, que evitassem o colapso da nossa jovem democracia e abrissem perspectivas de desenvolvimento económico e social de acordo com as necessidades do processo histórico português. Isto significa que as nacionalizações não foram nenhuma medida nem irracional, nem precipitada, nem voluntarista, nem emotiva. Foram decisões conscientes, tomadas de acordo com os interesses nacionais».¹⁵

Pode-se dizer que tais visões da Revolução reivindicam, de certa forma, uma *justiça dos factos históricos*, ou seja, aludem à necessidade de clarificar o contexto histórico como forma de comprovar a falta de legitimidade das opiniões que condenam o processo revolucionário. Este género de relatos memoriais reflete a clivagem que, segundo Loff, se verificou após o 25 de Novembro e que “fixou um padrão da abordagem das várias forças sociopolíticas relativamente às políticas de memória da ditadura e da Revolução”; de modo que os setores próximos ao PCP, às esquerdas radicais e aos militares de esquerda derrotados a 25 de Novembro foram os únicos a atribuir o legado democrático unicamente ao 25 de Abril – e não igualmente ao 25 de Novembro, como os setores afins ao PS e aos militares do *Grupo dos Nove*; ou unicamente ao 25 de Novembro, como é o caso da direita civil e militar.¹⁶ Desta forma, compreende-se que os relatos memoriais destes setores que percecionam o conjunto do processo revolucionário como a origem da democracia critiquem tanto os posicionamentos políticos quanto as leituras sobre o período assumidos pelas demais forças sociopolíticas.¹⁷

¹³ «14 anos depois», *o diário*, 11 de março de 1989, p. 2. «O reverso dos cravos» - texto de João Paulo Guerra; «O PPD está com o MFA», *o diário*, suplemento *Temas*, 11 de março de 1989, p. 3-6.

¹⁴ Vasco Gonçalves (1921-2005): Militar membro do MFA. Foi primeiro-ministro durante os II, III, IV e V Governos Provisórios, entre 18 de julho de 1974 e 19 de setembro de 1975.

¹⁵ «Vasco Gonçalves. “Decisões de 14 de Março foram tomadas por homens honrados, conscientes e patriotas”», *o diário*, 18 de março de 1989, p. 2, 3.

¹⁶ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 41-42.

¹⁷ Sob diferente ponto de vista, na sessão solene de abertura das comemorações do 15º aniversário do 25 de Abril, a estudante Maria Emília Ferreira sublinhou o equívoco das interpretações que desvalorizam o processo revolucionário ao desconsiderar as circunstâncias que o engendraram: «Temos, pois de entender que aquilo que hoje podemos racionalizar foi, na época, uma questão de fome, emoção e justiça. Por isso, também, devíamos ter a honestidade de não comentar com maldade as ocupações das terras e das casas, a

Algumas opiniões centram-se na importância dos movimentos sociais do período revolucionário no processo de construção da democracia. Sob esta ótica, Piteira Santos¹⁸ argumentou – na sessão solene de encerramento das comemorações de 1989 do 25 de Abril – que no contexto da Revolução a democratização não poderia ser puramente formal, sendo necessário “atingir a essência do regime fascista”, ou seja, “o seu carácter de *poder-de-classe* de um certo capitalismo”: «Ao povo, aos trabalhadores, coube a iniciativa política; o movimento de massas antecipou-se a conquistar o que a Constituição, legislativamente, consagrou. Neste sentido a Constituição de 1976 não se apresenta como programática, aceitou as reivindicações e as conquistas do movimento popular. As orientações liberais do “Programa do MFA” foram confrontadas, no terreno da luta política de massas, com a aspiração socialista dos sectores mais conscientes das forças do Trabalho e da Cultura. (...) A *democratização*, nas circunstâncias revolucionárias de Abril, apresentava-se, e solicitava-nos, no plano da intervenção e da vivência política, como um *curso novo* que abraçava a *democracia* e o *socialismo*».¹⁹

Até à revisão constitucional de 1989, a defesa da Constituição mobilizava posicionamentos em torno das conquistas do 25 de Abril. Em 1986, por ocasião de uma sessão solene na Assembleia da República a propósito do décimo aniversário da Constituição, o deputado do PCP, José Magalhães²⁰, sublinhou uma visão da Constituição como representação legal do 25 de Abril: «Dez anos depois a Constituição continua a ter o valor inestimável de acolher e dar força de lei à enorme esperança que rasgou a nossa história e as nossas vidas em 25 de Abril».²¹ No mesmo sentido, em artigo de Vieira Mendes²² afirmava-se que “[e]m 1976, estes direitos, liberdades e

rapidez da descolonização» - «Intervenção de Maria Emília Ferreira», *O Referencial*, abril a junho de 1989, p. 4.

¹⁸ Fernando Piteira Santos (1918-1992): Historiador; jornalista. Foi membro do Comité Central do PCP entre 1941 e 1950 – quando foi expulso do partido – e um dos fundadores da MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista). Em 1961, colaborou no assalto ao quartel de Beja, tentativa de golpe fracassado que provocou a sua passagem à clandestinidade e posterior exílio em Argel, até ao 25 de Abril de 1974. Defensor de uma política alternativa de esquerda, foi crítico dos posicionamentos do PS.

¹⁹ «Intervenção do Prof. Piteira Santos», *O Referencial*, abril a junho de 1989, p. 21-23.

²⁰ José Magalhães (n.1952): Foi deputado pelo PCP entre 1983 e 1990; devido a dissidências internas, abandonou o partido em 1990, tendo permanecido como deputado independente até ao ano seguinte. Posteriormente foi eleito deputado pelas listas do PS, partido ao qual aderiu formalmente em 1999. Exerceu as funções de secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna e secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária nos governos de José Sócrates (2005-2011).

²¹ «A Constituição fez anos mas nem todos lhe deram os parabéns», *o diário*, 3 de abril de 1986, p. 4. «10º aniversário da Constituição da República. “Portuguesa e de Abril”», *Avante!*, caderno *Semana*, 3 de abril de 1986, p.3.

²² José Manuel Vieira Mendes (n.1946): Engenheiro. Participou no movimento dos assistentes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto antes do 25 de Abril e posteriormente foi delegado sindical dos professores desta faculdade. Foi membro do Conselho Nacional da CGTP em 1983-1986 e 1993-1996.

conquistas, sendo a essência da revolução libertadora, ficaram gravados na Constituição da República que, apesar de todos os atropelos e ataques, se mantém e vive no espírito do povo”; o carácter atual e prospetivo destes valores foi ressaltado ainda na ideia de que “o povo mantém vivo [o 25 de Abril] não só na memória e no espírito, mas no dia-a-dia do seu trabalho e da sua existência”.²³

O sentido prospetivo das conquistas revolucionárias é evocado com frequência a propósito das comemorações do 25 de Abril – em intervenções nas comemorações populares, apelos à participação nas celebrações, notícias e editoriais sobre o assunto. Em 1989, a comissão promotora das comemorações populares do Porto – composta por diversas associações culturais²⁴ – divulgou um comunicado em que o significado atual, político e prático do 25 de Abril se ancorava na defesa da Constituição: «15 anos volvidos Abril está vivo. E de novo nas ruas. Não apenas como facto histórico, mas de reafirmação da vontade do povo, na defesa do caminho traçado – por uma sociedade mais livre, mais democrática, que garanta o bem estar de todos – e em particular este ano levantando bem alto a defesa dos valores essenciais do 25 de Abril que não devem ser retirados da Lei fundamental do país. É a democracia nascida de Abril, simultaneamente política, social, económica e cultural que o povo português quer construir. Na prática do diálogo, no respeito pela diferença, lutar por Abril, em unidade na defesa da Constituição».²⁵

Por vezes são diretamente aludidos os problemas sociais e laborais da realidade do momento, em relação aos quais os valores do 25 de Abril constituiriam um eixo

²³ «O 25 de Abril vive!», *Jornal de Notícias*, 24 de abril de 1986, p. 36. Com o objetivo de criticar a revisão constitucional de 1989, em artigo de António de Sequeira Zilhão, após traçar-se uma contextualização histórica do Estado Novo, caracteriza-se a Constituição como cristalização dos valores da Revolução: «A Constituição de Abril – Sua génese e identidade específica. Dupla vertente (jurídico-política) da sua revisão», *o diário*, 27 de maio de 1989, p. 8, 9.

²⁴ Árvore; Cineclube do Porto; Comediantes; Coral de Letras; Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto; Federação das Coletividades do distrito do Porto; FITEI; Seiva Trupe; TEP; UNICEPE.

²⁵ «15º aniversário das comemorações populares do 25 de Abril. Apelo», *Jornal de Notícias*, 9 de abril de 1989, p. 2. Neste mesmo ano, em texto assinado pelos partidos políticos MDP/CDE, PRD (Partido Renovador Democrático), PS, PSR (Partido Socialista Revolucionário) e UDP (União Democrática Popular), além da Associação 25 de Abril e a Associação Política Regional de Intervenção Local, enfatizava-se a continuidade dos valores do 25 de Abril na realidade presente: «Comemorar o 25 de Abril é continuar Abril como projecto de esperança que restituiu aos portugueses a capacidade de pensar e querer, o direito à solidariedade e à dignidade e o entusiasmo na construção de um Futuro mais justo, mais responsável e mais humano». «Vamos comemorar o 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 23 abril de 1989, p. 4. Este mesmo sentido – fundado nas ideias de esperança renovada, concretização da sociedade desenvolvida, democrática e humanizada – figurava no apelo às comemorações populares do Porto de 1986: «Comemorações populares do XII aniversário do 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 6 de abril de 1986, p. 3. A ideia do 25 de Abril como quotidiano coletivo, e não apenas uma memória coletiva, foi ressaltada também em notícias do *Avante!* a respeito das comemorações populares de 1986: «A festa e a luta aqui, ali, em todo o lado! – 25 de Abril no Porto», *Avante!*, 30 de abril de 1986, p. 5. «Comemorar doze anos de Abril», *Avante!*, caderno *Semana*, 24 de abril de 1986, p. 1.

norteador com vistas à melhoria das condições de vida. Neste sentido, um manifesto divulgado em 1986 pela comissão promotora das comemorações do 25 de Abril em Braga²⁶, após mencionar “o desemprego, os salários em atraso, os despedimentos, a crise de habitação, a degradação do ensino, alta do custo de vida”, afirmava que a construção de “um país mais livre, mais justo e mais fraterno” dependia da concretização dos ideais da Revolução.²⁷

Considerando a resolução dos problemas concretos como uma das melhores maneiras de comemorar o 25 de Abril, Marques Júnior²⁸, em intervenção em 1986 na Assembleia da República, em representação do PRD, destacou o significado prospetivo das comemorações. A relação entre passado-presente-futuro no que diz respeito aos ideais de Abril foi ressaltada ainda pelo deputado do PCP, Octávio Pato²⁹, nesta mesma sessão solene, e pelos oradores nas comemorações populares Vítor Alves³⁰ – em representação da Associação 25 de Abril –, Manuel Alegre³¹ – na condição de dirigente do PS – e José Vitoriano³² – como representante do PCP. Manuel Alegre, num discurso mais marcadamente político, aludindo às presidenciais de Fevereiro³³, reiterou a importância de “lutar por outra política e por uma alternativa verdadeiramente compatível com os ideais de Abril, com o reforço da democracia e a modernização de Portugal” – nos termos da notícia de *o diário*. José Vitoriano, por sua vez, após abordar a situação social das classes trabalhadoras, defendeu a necessidade de intervenção na

²⁶ Composta, entre outras entidades, pela Câmara de Braga, a União dos Sindicatos, a Associação de Defesa do Património Cultural, as cooperativas Maduro Maio e Novos Pioneiros, os grupos de teatro Cena e GETA, a coordenadora das comissões de trabalhadores do concelho e o núcleo de Braga de “Dêem uma Oportunidade à Paz”.

²⁷ «Braga comemora em unidade o 12º aniversário do 25 de Abril», *o diário*, 13 de abril de 1986, p. 3.

²⁸ Marques Júnior (1946-2012): Militar de Abril, integrou o Conselho da Revolução. Foi deputado à Assembleia da República entre 1985 e 2011, num primeiro momento pelo PRD e posteriormente pelo PS.

²⁹ Octávio Pato (1925-1999): Dirigente comunista. Integrou a Federação da Juventude Comunista Portuguesa e o MUD Juvenil (Movimento de Unidade Democrática). Em meados anos 1940 entrou na clandestinidade e em 1949 foi eleito para o Comité Central do PCP. Esteve preso entre 1961 e 1970. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República pelo PCP; foi candidato às eleições presidenciais em 1976.

³⁰ Vítor Alves (1935-2011): Militar membro do MFA. Foi ministro sem pasta no II e III governos provisórios e ministro da Educação e Investigação Científica no VI governo provisório; integrou o Conselho da Revolução e o *Grupo dos Nove*.

³¹ Manuel Alegre (n.1936): Escritor; dirigente socialista. Foi militante do PCP entre 1957 e 1968. Líder da oposição estudantil ao Estado Novo, apoiou a candidatura de Humberto Delgado à presidência da República em 1958; em 1963, foi preso em Angola, onde prestava serviço militar; em 1964, passou à clandestinidade e seguiu para o exílio. Após o retorno a Portugal, com o 25 de Abril de 1974, ingressou no Partido Socialista e foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República entre 1976 e 2009.

³² José Vitoriano (1918-2006): Operário e dirigente sindical. Militante do PCP desde 1941, passou a integrar o Comité Central do partido em 1967. Esteve preso entre 1948-1950 e 1953-1966. Foi deputado à Assembleia da República entre 1977 e 1987.

³³ Referência à segunda volta das eleições presidenciais em que o socialista Mário Soares venceu o candidato da direita Freitas do Amaral.

realidade presente: «Não basta constatar que o 25 de Abril continua vivo. É preciso agir para o defender, como a tudo quanto ele consubstancia, desde às liberdades democráticas às profundas conquistas económicas e sociais, do poder local democrático à paz e independência nacional».³⁴

Em alguns casos, o sentido prospetivo das conquistas da Revolução associa-se a mais diretas críticas à direita e ao governo. Em editorial do *Avante!*, de 1986, a perceção dos valores de Abril como vivência social sustentava a crítica política aos detratores de uma tal visão do mundo, mencionando-se, por exemplo, as eleições presidenciais deste ano: «Quando uma comemoração se funde na vida presente e constitui um acto virado para o futuro, não é o passado que se recorda – é a vontade que continua. (...) O 25 de Abril está vivo no coração dos homens, mas está também vivo na realidade do País, nas transformações sofridas, nas lutas travadas. O 25 de Abril não se quedou sendo uma data, gerou o Portugal de Abril. A vontade política e o projecto de transformação que se identificou com aquela data não poderiam tornar-se na realidade poderosa de um país novo se não correspondessem à realidade profunda da terra e dos homens, às necessidades objectivas da sociedade portuguesa. (...) É, pois, pela força e pela vontade populares que não comemoramos hoje uma memória, mas prosseguimos sim uma realidade viva. (...) Não foi estéril a vitória conquistada em Fevereiro. Não foi apenas a de ter defendido uma democracia que, vitoriosa, se quedasse estática e fria. Nessa mesma madrugada, entre abraços e bandeiras, uma revigorada consciência varreu o Portugal de Abril: a liberdade requer e exige a unidade dos democratas».³⁵

Em alguns textos inseridos em suplemento especial de *o diário* sobre o 25 de Abril combinavam-se contextualizações sobre a realidade ditatorial, visões positivas sobre o 25 de Abril e o processo revolucionário e perceções dos valores revolucionários como parâmetro para a luta política. Assim, o dirigente sindical Álvaro Rana

³⁴ «PR realça “legado inestimável” do 25 de Abril», *o diário*, 26 de abril de 1986, p. 8-9. «Democracia consolida-se com o reforço da unidade e do diálogo – Comício do 25 de Abril encheu o Rossio», *o diário*, 26 de abril de 1986, p. 4-5. «Intervenção de José Vitoriano», *Avante!*, 30 de abril de 1986, p. 3. Em editorial de *o diário* predominava, igualmente, a tónica da reivindicação dos valores de Abril a propósito dos problemas político-sociais do momento presente: «Lutar em Maio para cumprir Abril», *o diário*, 4 de maio de 1986, p. 6. Em artigo de autoria do então presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Dias Fernandes, a linha argumentativa baseava-se em exemplos do quotidiano que ilustravam a conquista da democracia, com destaque para os efeitos positivos do poder local e da reforma agrária: «Poder Local Democrático e participação popular», *o diário*, suplemento 25 de Abril, 25 de abril de 1986, p. 6.

³⁵ «Unidade», *Avante!*, 24 de abril de 1986. A argumentação de um editorial de *o diário*, deste mesmo ano, centrava-se no sentido prospetivo que teria marcado a maioria das intervenções nas comemorações do 25 de Abril, assim como na ênfase na resolução dos problemas concretos do presente – tónica esta que contrariava os objetivos de “todos aqueles que, ao longo destes doze anos, tudo fizeram para desvirtuar e adormecer na memória do nosso povo o significado profundo da Revolução dos Cravos”: «25 de Abril: é bom festejar o futuro», *o diário*, 28 de abril de 1986, p. 2.

manifestava o sentido de ampla valorização positiva da Revolução, numa abordagem que se iniciava com a caracterização da ditadura – contexto de privação das liberdades, pobreza, repressão, guerra colonial, isolamento internacional, exílios, prisões, torturas, mortes –, passava pelo destaque das conquistas de direitos e melhorias das condições de vida no pós-25 de Abril, com uma apreciação favorável sobre o período revolucionário, e finalizava com a crítica ao governo Cavaco Silva e a alusão aos ideais de Abril como estímulo para a luta política no presente.³⁶

No mesmo sentido, em reportagem da autoria do jornalista João Paulo Guerra, publicada neste mesmo número de *o diário*, abordavam-se as manifestações populares dos primeiros dias após o 25 de Abril, protagonizadas por trabalhadores, estudantes, moradores, cidadãos, civis e militares; a realidade de miséria do Portugal de antes do 25 de Abril, assim como uma perspetiva crítica sobre a guerra colonial. Como pano de fundo para uma tal contextualização histórica, figuravam a defesa dos valores da Revolução e a crítica política sobre o momento que se vivia. De modo que se entendia a Revolução não apenas como símbolo do corte histórico e irreversível com o passado mas também como um constante incentivo às transformações. Esta ideia evidencia-se no último parágrafo: «Já lá vão 12 anos e a luta continua. Pairam por aí sinistros planos para reconstituir o poder dos que reinavam antes de Abril, para reconstruir esquemas de repressão e bufaria contra o exercício das liberdades, para adulterar a forma e o conteúdo das leis do trabalho. Mas há 12 anos o povo português demonstrou que as coisas não têm necessariamente que ser como são. Abril é ainda hoje a madrugada e Maio o horizonte».³⁷

Enfim, pode-se dizer que as culturas políticas de esquerda – incluindo forças político-sociais próximas aos comunistas, às esquerdas radicais, a certos setores do PS e aos militares de Abril – cultivam visões da Revolução que ressaltam a espontaneidade da manifestação e organização popular, a conquista dos direitos e transformações sociais alcançadas durante o período revolucionário, assim como a importância central dos movimentos sociais na construção da democracia e o sentido prospetivo dos valores revolucionários, cuja atualidade constituiria um parâmetro para a luta política no momento presente. Trata-se de relatos memoriais marginalizados no espaço público

³⁶ «Hoje e sempre», *o diário*, 25 de abril de 1986, suplemento 25 de Abril, p. 12-15. Em sentido semelhante orientam-se os textos de Vasco Gonçalves e do comunista António Murteira; neste último há um amplo esclarecimento e defesa da Reforma Agrária: «Ensinamentos históricos da revolução e da contra-revolução no 12º aniversário do 25 de Abril»; «Ser Abril é ser jovem», *o diário*, 25 de abril de 1986, suplemento 25 de Abril, p.16-17; 19-27.

³⁷ «As coisas não continuaram a ser como eram», *o diário*, 25 de abril de 1986, p. 12-14.

português dos anos 1980, já que não alcançam repercussão na grande imprensa – com a praticamente única exceção dos apelos à participação nas comemorações populares.

O sentido das *memórias revolucionárias* – eclipsadas tanto no espaço público quanto na historiografia – é sintetizado por João Baía ao abordar o ambiente sociopolítico da Revolução a partir de quatro projetos que se desenvolveram durante o período revolucionário: o Serviço Cívico Estudantil (SCE), as Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) e o Serviço Médico na Periferia (SMP):

«estes projectos em muitos sítios, do mais acessível ao menos acessível do país, nas aldeias, vilas, bairros, foram o rosto visível de um processo tumultuoso, de uma disputa de forças e de ideias políticas mais ou menos organizadas ou definidas, que proliferou por todo o país e que permitiu a pessoas anónimas, não pertencentes a elites, com baixa escolaridade ou nenhuma a ter pela primeira vez a oportunidade de participar num processo de invenção da democracia e, sobretudo, ter a possibilidade de tomar a palavra e ela poder ser tida em conta, participar numa assembleia e nela aprender a fazer mesa, votar, argumentar. Apesar dos balanços individuais e colectivos acerca deste período, de forma mais directa ou indirecta, foi um período de intensa aprendizagem para milhares de pessoas em Portugal».³⁸

É importante ressaltar que os militares próximos ao *Grupo dos Nove* – os quais, em 1982, após a extinção do Conselho da Revolução, fundaram a Associação 25 de Abril – assim como certos setores do PS, ainda que na clivagem resultante do 25 de Novembro se situassem entre as forças sociopolíticas que reivindicavam a legitimidade tanto do 25 de Abril quanto do 25 de Novembro, posteriormente passaram a convergir com os relatos memoriais elaborados pelos setores vencidos a 25 de Novembro – comunistas, esquerda radical e militares de esquerda – e que se baseavam num sentido de ampla valorização positiva da Revolução.

No caso específico dos militares, tal aproximação com os discursos sobre a Revolução de setores sociopolíticos com os quais rivalizavam em 1975 explica-se pelo progressivo processo de marginalização social dos militares que participaram no MFA e que, portanto, estiveram à frente das transformações revolucionárias de 1974/75, paralelo ao processo político de reversão destas conquistas sociais, assim como a

³⁸ BAÍA, João. «Memórias de um tempo denso. Quatro investigações sobre o PREC» in GODINHO, Paula (coord.) *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa, Edições Colibri, 2012. P. 109.

consequente elaboração de discursos por parte de representantes do poder público cada vez mais negativos sobre o processo revolucionário, responsabilizando o 25 de Abril pelos problemas do momento que se vivia. Conforme salienta Loff, já no final dos anos 1970 Vasco Lourenço³⁹ denunciava esta situação. Todos estes processos agravaram-se ao longo da década de 1980 e culminaram com a chegada ao topo da hierarquia de militares claramente hostis ao 25 de Abril:

«Fechava-se, assim, a espiral política que engoliria, um após outro, todos aqueles que haviam preparado o 25 de Abril e propiciado a Revolução: primeiro, a esquerda militar derrotada no 25 de Novembro pelo *Grupo dos Nove*, Eanes e a direita militar; depois, o Grupo dos Nove, afastado por Eanes do poder militar, vendo como com a revisão constitucional de 1982 se eliminava a sua última instância de representação (o Conselho da Revolução); finalmente, a consagração definitiva dos chefes da direita militar, até mesmo daqueles que haviam desafiado Eanes. Seriam estes a fazer, em nome das Forças Armadas, a história oficial da Guerra Colonial, tomando abertamente o partido da legitimidade das opções políticas de Salazar e Caetano».⁴⁰

Estreitamente relacionadas com as *memórias revolucionárias* e as *memórias prospetivas* encontram-se as *memórias da resistência*, relatos centrados na luta antifascista e que destacam o contexto de repressão vivido durante a ditadura. Muitas destas opiniões são proferidas por ocasião de homenagens a resistentes ou eventos comemorativos do 25 de Abril. Em 1986, José Luís Borges Coelho, em representação da comissão organizadora das comemorações do 25 de Abril, defendeu que a liberdade fora duramente conquistada, enfatizando a direta relação entre a luta contra a ditadura e o 25 de Abril: «comemorar a resistência antifascista é recordar a dolorosa e sangrenta mas também heroica e vitoriosa resistência de homens e mulheres que, nesta casa, como em outras, se viram forçados a sacrificar o seu presente para construir o futuro; é recordar os que sofreram as cadeias, a violência da Pide, a mordida trituratora da censura, o exílio, a miséria e a opressão, a própria morte (...). Não é possível

³⁹ Vasco Lourenço (n.1942): Presidente da Associação 25 de Abril. Militar, membro da comissão política do MFA, integrou o Conselho de Estado e posteriormente o Conselho da Revolução, onde exerceu funções até à sua extinção em 1982.

⁴⁰ LOFF, 2014, *op. cit.*, p.46-49.

comemorar a resistência antifascista sem, simultaneamente, comemorar o 25 de Abril e a Constituição».⁴¹

Em sentido semelhante argumentou o tenente-coronel Fisher Lopes⁴², na sessão solene de abertura das comemorações do 25 de Abril de 1989: «o 25 de Abril não pode ser considerado isoladamente da luta permanente e porfiada levada a cabo pelo povo português contra a ditadura instaurada em 28 de Maio de 1926. Surge, assim, como consequência lógica de uma longa série de acontecimentos em que pequenos núcleos militares ou grandes massas populares manifestaram claramente a sua oposição ao regime através de revoltas, greves e outras contestações».⁴³ As *memórias da resistência* podem ser consideradas, portanto, como relatos complementares das *memórias revolucionárias*, já que ambas convergem na configuração de perspectivas amplamente favoráveis sobre a Revolução; sua especificidade assenta na ênfase na importância da luta antifascista como antecedente que teria contribuído para a viabilização do 25 de Abril.

Em evento comemorativo do 25 de Abril em Luanda, em 1986, Dias Lourenço⁴⁴ incluiu na perspectiva das *memórias da resistência* o âmbito colonial, tendo ressaltado a luta do povo português e dos povos de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste; segundo a notícia de *o diário*, afirmou que “na vitória do 25 de Abril está o sangue e o combate de todos eles”.⁴⁵ Já em artigo de Álvaro Mateus⁴⁶, enfatiza-se a luta dos trabalhadores, cujas greves e reivindicações durante a ditadura são entendidas como um antecedente de aprendizagem e politização

⁴¹ «A liberdade duramente conquistada tem que defender-se dos que Abril condenou – afirmou-se no Porto, durante a homenagem à resistência antifascista», *o diário*, 27 de abril de 1986, p. 2. Em 1989, a memória do antifascismo foi ressaltada também em notícia do *Avante!* a respeito de homenagens a resistentes que passaram pelo campo de concentração do Tarrafal: «Tarrafal: manter viva a memória contra os perigos da indiferença», *Avante!*, caderno *Semana*, 2 de março de 1989, p. 12.

⁴² Nuno Fisher Lopes Pires (1930-2013): Militar de Abril. Integrou a Junta de Salvação Nacional após setembro de 1974 e o Conselho da Revolução até abril de 1975.

⁴³ «Intervenção do Tenente Coronel Fisher Lopes Pires», *O Referencial*, abril a junho de 1989, p. 5-7. No mesmo sentido, nas comemorações populares de 1986, Marques Júnior, em representação do PRD, saudou “todos os antifascistas resistentes que deram o sangue e até a vida para que o 25 de Abril acontecesse”. «Democracia consolida-se com o reforço da unidade e do diálogo – Comício do 25 de Abril encheu o Rossio», *o diário*, 26 de abril de 1986, p. 4-5.

⁴⁴ António Dias Lourenço (1915-2010): Torneiro mecânico; político do PCP. Militante comunista desde a adolescência, integrou o Comité Central do partido desde 1943. Em 1942 foi preso pela primeira vez; em 1954 fugiu da prisão de Peniche, juntamente com Álvaro Cunhal e outros membros do PCP. Em 1962 foi novamente preso, tendo permanecido, no total, 17 anos nas prisões políticas do Estado Novo. Foi diretor do *Avante!* na clandestinidade, entre 1957 e 1962, e posteriormente entre 1974 e 1991. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República entre 1975 e 1987.

⁴⁵ «“Estamos juntos” em Angola nas comemorações do 25 de Abril», *o diário*, 28 de abril de 1986, p. 4.

⁴⁶ Álvaro Mateus (1940-2013): Historiador; advogado. Militante clandestino do PCP e perseguido pela PIDE, exilou-se nos anos 1960. Abandonou o partido em 1987.

que teria possibilitado a explosão revolucionária após o 25 de Abril: «O movimento operário foi, pois, a primeira grande frente da luta popular pela democracia. (...) Nos longos anos de fascismo se foi forjando o exército político da revolução que, depois do 25 de Abril, deu decisivo impulso a profundas transformações socioeconómicas. (...) As amplas massas que, depois de Abril, se lançaram no combate por profundas transformações, nunca o teriam feito ao simples apelo duma vanguarda mais esclarecida e apenas para lhe seguir o exemplo. Se o fizeram foi, portanto, devido à sua anterior educação, no combate por interesses imediatos».⁴⁷

Portanto, a exemplo das *memórias revolucionárias*, algumas opiniões centradas na valorização da resistência contra a ditadura também sublinham a importância dos movimentos sociais do processo revolucionário, ressaltando a relação de causa e efeito entre ambos: luta antifascista e conquistas revolucionárias. É importante reconhecer as diferenças entre interpretações que, ao estabelecer uma tal relação entre ditadura e democracia, mencionam diretamente a valorização dos movimentos sociais e do processo revolucionário e aquelas que aludem unicamente ao “25 de Abril”. Neste último caso, pode tratar-se de interpretações mais próximas das *memórias consensuais*, ou seja, os discursos que se limitam a enfatizar os elementos consensuais de valorização do 25 de Abril – como a *liberdade, democracia, fim da ditadura* – sem se pronunciar diretamente sobre o processo revolucionário; o que indica que a apreciação positiva sobre o período revolucionário constitui um aspeto controverso e marginal no espaço público português.

Deve-se sublinhar o papel dos comunistas na representatividade das *memórias da resistência*. De modo que o carácter *subterrâneo* destes discursos de valorização da luta antifascista no espaço público português dos anos 1980 de certa forma também esclarece sobre a marginalização social deste setor sociopolítico no sentido de uma *desespecificação político-moral*, tal como teoriza Losurdo.⁴⁸ Com efeito, já em 1986, em notícia do *Avante!* sobre a abordagem do Tarrafal pela RTP, mencionam-se as “calúnias que se tecem contra o PCP, quase sempre com a amável colaboração da televisão”.⁴⁹

⁴⁷ «Os trabalhadores e a luta pela democracia», *o diário*, 27 de abril de 1986, p. 6.

⁴⁸ Cf. Capítulo 2. A *despecificação político-moral* e a *desespecificação natural* constituem, segundo Losurdo, estratégias das quais se utiliza o *revisionismo histórico*. No primeiro caso, trata-se do recurso a desqualificações de ordem político-ideológica.

⁴⁹ «Tarrafal: a morte pela tortura. RTP: a morte pelo esquecimento», *Avante!*, 30 de abril de 1986, caderno *Agenda*, p. 4.

Neste sentido, é importante notar que já desde os anos 1980 as *memórias subterrâneas das esquerdas* denunciavam os discursos centrados na desvalorização ou deturpação da Revolução e/ou na reabilitação do Estado Novo. O carácter *subterrâneo* destas *memórias antirrevisionistas* representativas das culturas políticas de esquerda contrastava com a visibilidade das interpretações *revisionistas*, através das páginas da *grande imprensa*. Em geral, as críticas dirigiam-se a medidas políticas, declarações de representantes da direita ou interpretações divulgadas nos meios de comunicação social.

Já em 1986 os militares de Abril queixavam-se do “esquecimento” a que eram relegados e dos “valores anti-Abril” que se expandiam.⁵⁰ Em editorial deste ano de *O Referencial*, fazia-se referência à “luta que continua a ter que travar-se com os inimigos de Abril que, procurando destruí-lo, não ousam atacá-lo abertamente – e veja-se que não existe força significativa no País que se não reclame de Abril”.⁵¹

Em artigo de Vasco Pinto de Moraes, a propósito de um editorial de *O Jornal* baseado na tese da *dérapage à portuguesa* – ou seja, a interpretação da Revolução que salienta os *devios* do processo revolucionário –, critica-se a argumentação *revisionista* sobre a Revolução, presente também na programação da RTP: «A “teoria” dos “excessos” liga-se sempre, nas operações de desfocagem e obscurecimento da memória colectiva, à transmissão de uma imagem de “bagunça”, de conflito, confrontos, violência, intranquilidade e sobressalto porque são responsabilizados os trabalhadores, o movimento operário, as forças democráticas – civis e militares (...). Nesta curiosa forma de contar a história, falsificando-a, só há lugar para os alegados “excessos” dos trabalhadores e de algumas forças democráticas. Nunca sobra espaço e tempo para contar da oposição, das manobras e das conspirações movidas contra o 25 de Abril pelo grande capital e pelas forças reaccionárias; para explicar a origem e a razão dos conflitos e confrontos; para lembrar a exacta génese das transformações democráticas e a sua indispensabilidade histórica e plena adequação às necessidades nacionais; para evocar os direitos conquistados, a melhoria das condições de vida verificada, as medidas de grande alcance social adoptadas». Por fim, de modo a contrariar os pressupostos

⁵⁰ «Valores anti-Abril aparecem camuflados a ganhar posições – afirmou Vasco Lourenço na posse dos novos dirigentes da Associação 25 de Abril», *o diário*, 10 de abril de 1986, p. 4. Neste mesmo ano, em dois artigos – de autoria de Augusto Abelaira e de Natália Correia – criticava-se, na condição de atitude contra o 25 de Abril, a medida do presidente da Câmara de Lisboa, Krus Abecasis, que havia proibido o cultivo de cravos vermelhos nos viveiros municipais; segundo uma notícia de *o diário*, este político do CDS justificou-se afirmando que ninguém o poderia obrigar “a assumir os emblemas de que não gosta”. «Abecasis, teólogo»; «Os ”fascismos” da democracia», *O Jornal*, 6 de junho de 1986, p. 8, 14. «Abecasis proibiu cravos vermelhos nos viveiros municipais», *o diário*, 27 de maio de 1986, p. 20.

⁵¹ «A25A referencial», *O Referencial*, Fev. Mar. Abr. 1986, p. 1, 2, 3, 12.

revisionistas, afirma-se o sentido prospetivo do 25 de Abril: «que o 25 de Abril, (...), mais do que uma data, uma memória, uma saudade, um testemunho de um passado recente, seja sobretudo um património actuante de conquistas, ideais e valores de renovada actualidade e vitalidade e carregados de futuro».⁵²

Já em artigo de Etiano Branco⁵³, a crítica dirigia-se a declarações do ministro da Indústria e Comércio, Santos Martins, quem teria afirmado que o sector público português “resultou da nacionalização dos sectores produtivos da economia, efectuada por um processo anárquico e selvagem”. Neste sentido, o articulista afirmava que embora a febre restauracionista do 24 de Abril não fosse característica exclusiva do governo Cavaco Silva “nenhuma outra equipa ministerial tornou tão transparentes os seus propósitos”.⁵⁴ Percebe-se, portanto, que já em 1986 era evidente – em abordagens dos meios de comunicação social, declarações e medidas de representantes políticos da direita – o desenvolvimento do *revisionismo histórico* sobre a Revolução dos Cravos, o que era denunciado pelas culturas políticas de esquerda.

No que diz respeito ao Estado Novo, ainda em 1986 a Secção de Informação e Propaganda do PCP criticou a exibição pela RTP do filme *A Revolução de Maio* sem “um enquadramento político-cultural muito mais vasto e esclarecedor para uma correcta integração deste filme nas técnicas de propaganda do fascismo português dos anos 30”; de modo que uma tal displicência foi considerada como “um inquietante sinal de complacência em relação ao fascismo e à sua propaganda”.⁵⁵

Em intervenção de Natália Correia⁵⁶ no encerramento das comemorações do décimo-quinto aniversário do 25 de Abril, em 1989, a crítica da deturpação da Revolução fez-se através da ênfase numa visão otimista e prospetiva do período revolucionário: «o 25 de Abril de que fala esta bolorenta exegese cinge-se ao movimento que pôs termo a um passado e ignora a poética revolucionária em que relampejou a fogosidade de sonhos que demandavam vias alternativas, um jorrar de energias criadoras do novo, que a generosidade dos homens de Abril deixou que brotasse em plena liberdade. E este tempo poético do 25 de Abril não se esgotou,

⁵² «O 25 de Abril e a memória colectiva», *o diário*, 27 de abril de 1986, p. 7.

⁵³ Etiano Branco (1949-2013): Jornalista.

⁵⁴ «Febre de ontem», *o diário*, 28 de junho de 1986, p. 2.

⁵⁵ «“A Revolução de Maio” foi um acto insolente – contesta a SIP do PCP», *Jornal de Notícias*, 23 de maio de 1986, p. 3.

⁵⁶ Natália Correia (1923-1993): Escritora. Apoiou o Movimento de Unidade Democrática (MUD), as candidaturas presidenciais de Norton de Matos (1949) e de Humberto Delgado (1958) e participou na Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), em 1969. Foi deputada à Assembleia da República pelo PSD entre 1979 e 1983, e como independente, eleita pelas listas do PRD, entre 1987 e 1991.

porque ainda nem sequer começou. É o 25 de Abril que se projecta no futuro».⁵⁷ Já em artigo de Augusto Abelaria⁵⁸, criticavam-se declarações de Cavaco Silva que indiretamente apontavam o 25 de Abril como causa dos problemas do país, ao mesmo tempo que ignoravam a herança do passado salazarista.⁵⁹

Em 1989, em editorial de *o diário* identificava-se “uma massiva campanha de condicionamento psicológico, destinada a distanciar historicamente a revolução, remetendo-a para o sótão das efemérides mais longínquas”. Assim, a postura da direita no décimo-quinto aniversário do 25 de Abril era descrita nos seguintes termos: «Com uma fingida ausência de paixão, os “analistas” de costume fizeram o que puderam para emprestar peso de verdade consagrada a versões fantasmáticas do processo de transformação revolucionária por que passou a sociedade portuguesa. Vilipendiaram militares e civis, democratas e patriotas; transformaram o sentimento dominante nestes dias e meses, que foi o de uma imensa alegria, num inexistente “terror”; deram por morto e enterrado o que não só está vivo, como se mantém desperto no espírito de milhões de portugueses. Aberração das aberrações, amalgamaram salazarismo e democracia, para fazer uma (por eles) desejada continuidade, na qual o 25 de Abril surgiria como um passageiro desvario de aventureiros».⁶⁰

A propósito do centenário de Salazar, em outro editorial de *o diário* justificava-se a publicação de um suplemento especial sobre o Estado Novo pelo facto de que “a evocação do nascimento de Salazar serviu para umas tantas operações de branqueamento e ‘humanização’ do regime fascista que não ajudam ao esclarecimento e bom entendimento da história portuguesa deste século”.⁶¹ Especificamente a respeito da abordagem da RTP, criticava-se, em artigo da autoria de A.F., a reabilitação do salazarismo na televisão: «Salazar, disse-se no telejornal da RTP, quinze anos depois de Abril, ficou na História como um dos grandes estadistas do século XX. Salazar, disse-se no telejornal da RTP, foi o homem que salvou a economia do país, que exerceu o poder com um espírito de missão, que manteve a neutralidade de Portugal durante a Segunda

⁵⁷ «Intervenção de Natália Correia», *O Referencial*, abril a junho 1989, p. 20, 21.

⁵⁸ Augusto Abelaria (1926-2003): Escritor, tradutor, jornalista. Participou nos movimentos estudantis de oposição ao Estado Novo. Em 1965 foi preso por ter sido o presidente do júri que atribuiu ao angolano José Luandino Vieira o Grande Prémio da Novelística pela Sociedade Portuguesa de Escritores.

⁵⁹ «Megalomania», *O Jornal*, 24 de fevereiro de 1989, p. 9. No mesmo sentido argumentava o jornalista José Saraiva: «Do gonzalvismo, lembram-se?», *Jornal de Notícias*, 2 de abril de 1989, p. 68.

⁶⁰ «O 25 de Abril está vivo e não dorme», *o diário*, 27 de abril de 1989, p. 4. Sobre a abordagem da RTP acerca do 25 de Abril, criticava-se, em carta de leitor, a interpretação segundo a qual “a Revolução passou”, “ficou o 25 de Abril”. «O 25 de Abril não é só uma data», *o diário*, 1 de maio de 1989, p. 4.

⁶¹ «Passado e presente», *o diário*, 27 de maio de 1989, p. 2.

Guerra Mundial, que fomentou o nacionalismo e conduziu o País para uma guerra colonial na defesa dos interesses nacionais. Não faltaram sequer as imagens das manifestações no Terreiro do Paço aplaudindo a política da mão de ferro, sem um comentário sobre as repressões e represálias que sofriam quem a ela se escusasse. Das prisões e da censura passou-se como cão por vinha vindimada, o tempo necessário para duas imagens logo a dar lugar às manifestações de “apoio”. Foi tão longe o elogio de Salazar que seria – ironia das ironias – Franco Nogueira, ministro do governo fascista de Salazar, a repor alguma verdade com a afirmação de que o ditador não fez o “sacrifício” de estar no poder».⁶²

Por sua vez, Dias Lourenço, em depoimento ao *Expresso* a respeito de Salazar, após descrever o carácter fascista do Estado Novo, criticou diretamente as tendências de *branqueamento* da ditadura: «Certos “historiadores” e “biógrafos” procuram burilar sob a cortina dos “brandos costumes” a desumana natureza do fascismo salazarista e silenciam pudicamente as torturas até à morte nos antros policiais e a liquidação a frio, nas ruas, de dezenas de patriotas, o “país carcerário”, a sufocação violenta da liberdade e da cultura. Entretanto, os crimes e a repressão violenta do regime fascista devem ser inscritos no activo de Salazar». Já Jorge Sampaio⁶³, apesar de não ter mencionado a questão da reabilitação do Estado Novo, caracterizou o regime como “a variante portuguesa (...) da vaga de regimes autoritários e fascistas que assolaram a Europa entre o fim da I Guerra Mundial e o termo da II”; mencionou ainda a repressão, aspetos do atraso económico e social, e a política colonial como “o exclusivo factor de responsabilização dos problemas e traumas produzidos pela descolonização”.⁶⁴

Deve-se situar uma tal caracterização do salazarismo pelo dirigente socialista no contexto em que, conforme salienta Loff, desde meados dos 1980, “quer no plano mediático, quer entre a maioria do universo académico”, ter-se-ia consagrado a ideia de que a consideração do salazarismo “como uma variante nacional de fascismo seria sintoma de *leviandade* marxista”; ao passo que desde finais dos anos 1970 o Estado “já não usava o adjetivo *fascista* para caracterizar a ditadura”.⁶⁵ De modo que as

⁶² «Nunca mais», *Avante!*, 4 de maio de 1989, p. 2.

⁶³ Jorge Sampaio (n.1939): Advogado. Participou na oposição estudantil ao Estado Novo e, como advogado, atuou na defesa de presos políticos. Após o 25 de Abril, foi um dos fundadores do MES (Movimento de Esquerda Socialista), do qual, no entanto, se dissociou por ocasião do seu Congresso fundador, ainda em 1974, denunciando a prevalência de uma linha radical. Em 1978, aderiu ao PS. Ocupou o cargo de presidente da República entre março de 1996 e março de 2006.

⁶⁴ «Como os líderes vêem Salazar», *Expresso, A Revista – Salazar, 100 anos / 25 de Abril, 15 anos. Entre duas revoluções*, 22 de abril de 1989, p. 24-25.

⁶⁵ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 81, 78.

interpretações que se baseiam na consideração do carácter fascista do regime, e que se relacionam estreitamente com as *memórias da resistência*, constituem relatos *subterrâneos* no espaço público português.

Pode-se dizer, enfim, que o teor das *memórias antirrevisionistas* indica que era já significativa nos anos 1980 a visibilidade social alcançada pelo *revisionismo histórico* no espaço público português. E não deixa de ser irónico que estes próprios discursos críticos constituíam relatos *subterrâneos*.

Em direta relação com as *memórias antirrevisionistas*, as *memórias instrumentais* das culturas políticas de esquerda constituem discursos que aludem ao passado com o objetivo de denunciar posicionamentos políticos da direita. Por vezes, trata-se de críticas a propósito das comemorações do 25 de Abril; pois, tal como identifica Loff, as direitas “não comemorariam nunca o 25 de Abril senão por pura formalidade ritualística”.⁶⁶ Deve-se reconhecer que tais *memórias instrumentais* buscam ainda afirmar e legitimar a identidade social das culturas políticas de esquerda. Assim, em artigo publicado no *Avante!* e assinado por LM, a crítica aos partidos de direita a partir de sua relação com o passado recente de ditadura e Revolução é incisiva; a propósito de críticas de Cavaco Silva aos comunistas, afirmava-se: «Não é, entretanto, Cavaco que define a democracia e quem dela faz parte. Nem Freitas do Amaral. Nem qualquer outro político surgido após a liberdade, democrata de pacotilha que brande a democracia para melhor a destruir. A democracia, tal como o caminho de Abril, é um lugar definido pela atitude que se teve antes e se tem depois. Um lugar de antifascismo e de progresso».⁶⁷

Em 1986, a disputa da segunda volta das eleições presidenciais entre Mário Soares e Freitas do Amaral ocasionou a instrumentalização política da Revolução e da ditadura, enfatizando-se a projeção das imagens de “continuação dos valores de Abril” em Soares e de “ofensiva reacionária/fascista” em Freitas do Amaral. Assim se posicionava um editorial de *Avante!*⁶⁸ Também no apelo à participação nas comemorações do 25 de Abril – da autoria da Comissão Promotora das Comemorações

⁶⁶ LOFF, 2014, op. cit. P. 42. Assim, por exemplo, em notícia do *Avante!* sobre as comemorações populares de 1986 chamava-se a atenção para “a realidade político-partidária do Portugal de Abril” pelas ausências só do PSD e do CDS. «Portugal e Povo outra vez juntos – 25 de Abril em Lisboa», *Avante!*, caderno *Semana*, 30 de abril de 1986, p. 2. Em sentido semelhante, dirigentes açorianos do PCP denunciaram o total desrespeito do PSD “por tudo aquilo que o 25 de Abril representa e simboliza” devido à rejeição deste partido em aprovar um voto de congratulação pelo aniversário da Revolução: «A25A divulga programa das comemorações do 25 de Abril em Coimbra», *o diário*, 22 de maio de 1986, p. 5.

⁶⁷ «Reservado o direito de admissão», *Avante!*, Caderno *Semana*, 15 de maio de 1986, p. 2.

⁶⁸ «Dialogar, mobilizar, unir», *Avante!*, 13 de março de 1986.

Populares – referia-se que “a derrota do candidato que protagonizava o regresso a um regime autoritário e um projecto social restauracionista, constitui a reafirmação de uma maioria de forças políticas e sociais que se reconhecem no 25 de Abril”. Com base numa perspectiva prospetiva, em conformidade com a ideia de “celebrar para prosseguir” – ou seja, tendo em vista o futuro e a aplicação dos ideais de Abril na vida quotidiana –, o apelo demonstrava ainda a instrumentalização do passado na denúncia da herança política ditatorial das forças de direita, “que procuram fazer esquecer os seus graves erros e responsabilidades do passado e teimam em perturbar o desenvolvimento da nossa jovem Democracia”.⁶⁹

Neste sentido, as comemorações populares do 25 de Abril deste ano adquiriram o simbolismo da luta política do momento presente; em conferência de imprensa dos partidos políticos participantes nesta Comissão Promotora – PS, PRD, PCP, MDP/CDE, UDP, UEDS, PSR e Os Verdes –, o dirigente nacional do MDP, Amílcar Ribeiro, declarou: «Como cidadãos responsáveis, em conjunto com muitos democratas independentes, apelamos à celebração da vitória em 25 de Abril sobre as forças retrógradas». ⁷⁰ O próprio Mário Soares reiterou esta interpretação; segundo notícia de *o diário*, o recém-eleito presidente da República declarou ao jornal francês *Le Monde* que “por detrás de Freitas do Amaral apareciam forças que não escondiam a sua vontade de lançar a vingança sobre a revolução de Abril”. ⁷¹

É justamente na ênfase à ameaça *reacionária/fascista* que se concentram as opiniões das culturas políticas de esquerda em torno das presidenciais, sintetizadas num artigo de Augusto Abelaria: «A direita portuguesa, mesmo a direita civilizada e europeizante não soube escolher um candidato sem conotações com o antigo regime.

⁶⁹ «12 anos de Abril», *Avante!*, 27 de março de 1986, p. 9; «Abril em todo o País – Comissão Promotora lança apelo», *Avante!*, caderno *Semana*, 17 de abril de 1986, p. 9; «Democratas de diversos partidos convergem no Porto para comemorações do 25 de Abril», *o diário*, 20 de abril de 1986, p. 3. Um sentido semelhante quanto à alusão da derrota da direita nas presidenciais e perspectiva prospetiva do 25 de Abril aparecia no apelo do PCP às comemorações: «Apelo do PCP à participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio», *Avante!*, caderno *Semana*, 3 de abril de 1986, p.1. E também em declarações da União de Resistentes Antifascistas: «Os ideais libertadores triunfarão – afirma a URAP», *o diário*, 16 de abril de 1986, p. 5.

⁷⁰ «Partidos reforçam a 25 de Abril a unidade das “presidenciais”», *Jornal de Notícias*, 20 de abril de 1986, p. 2. Numerosas cartas de leitores salientaram também a relação entre o resultado das presidenciais e o triunfo dos valores do 25 de Abril em rejeição do regresso ao passado: «A defesa do 25 de Abril», *o diário*, 3 de março de 1986, p. 2; «Foi a festa da convergência», *o diário*, 14 de março de 1986, p. 2; «A convergência democrática e a reflexão necessária», *o diário*, 15 de março de 1986, p. 2; «Conhecer o passado e preparar o futuro», *o diário*, 9 de maio de 1986, p. 2. Há também uma carta de leitor que, na contracorrente das demais opiniões, criticava a “agitação do espantinho do fascismo para negar credibilidade a um político”: «A esquerda e o “fascismo”», *O Jornal*, 28 de fevereiro de 1986, p. 29.

⁷¹ «Por detrás de Freitas do Amaral escondia-se vingança contra Abril – afirma Mário Soares», *o diário*, 12 de março de 1986, p. 5.

Não soube garantir a muitos democratas com memória que o seu candidato estaria em condições de conter em respeito os inimigos do 25 de Abril. (...) E esta vitória, insistisse, foi em grande parte um triunfo da memória (um triunfo que tanto irrita os adultos sem memória ou cuja memória guardou do fascismo uma recordação tranquila). Mais do que o triunfo das ideias criadoras ou o reconhecimento pelas benfeitorias dos políticos de esquerda».⁷²

Com o objetivo de uma mais ampla crítica dos posicionamentos da direita em relação ao 25 de Abril e o seu legado, em editorial de *o diário* aludia-se aos valores de Abril mobilizados na convergência de forças políticas que resultou na derrota de Freitas do Amaral nas presidenciais e denunciava-se a política de direita baseada na desvalorização dos princípios da Revolução e na reabilitação da ditadura: «Ao longo de uma dezena de anos em que tem controlado apertadamente os *mass media*, a direita (...) procedeu a uma sistemática campanha de adulteração dos valores de Abril, ou seja democráticos, e a uma branqueação [sic], quando não reabilitação descarada, do fascismo que, durante meio século, sufocou o povo português. Nesta campanha, para atingir o seu objectivo prioritário que é o da destruição das conquistas de Abril, os saudosistas da reacção tiveram dois alvos privilegiados para as suas calúnias: as forças democráticas coerentes que enfrentaram sempre a ditadura fascista e os militares que participaram na arrancada libertadora e nos acontecimentos posteriores».⁷³

Pode-se dizer, neste sentido, que as *memórias instrumentais* das culturas políticas de esquerda denunciam o ambiente social marcado por uma hegemonia política de direita que propicia a desvalorização do legado do 25 de Abril e das forças político-sociais que participaram ativamente no processo de transformações revolucionárias; ambiente no qual se desenvolvem as interpretações *revisionistas* sobre a Revolução e sobre a ditadura criticadas pelas *memórias antirrevisionistas*. Assim, é possível considerar que a interrelação entre o conteúdo das *memórias instrumentais* das esquerdas e das *memórias antirrevisionistas* indica o processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora no espaço público português dos anos 1980.

Com efeito, a questão da ofensiva política de direita contra os princípios e conquistas do 25 de Abril é recorrente, especialmente em *o diário*. Tais discursos em

⁷² «A última vitória», *O Jornal*, 28 de fevereiro de 1986, p. 6. Em sentido semelhante, destacando-se a relação entre o fascismo em Portugal e a campanha de Freitas do Amaral, posicionava-se o jornalista José Jorge Letria em artigo: «A “doença” dos legionários», *o diário*, 9 de Junho de 1986, p. 2. E igualmente, o jornalista Miguel Serrano: «O programa revanchista», *o diário*, 26 de março de 1986, p. 3.

⁷³ «Os valores anti-Abril», *o diário*, 13 de abril de 1986, p. 6.

geral também enfatizam a defesa de valores da Revolução e um sentido prospetivo de seus ideais.⁷⁴ Em editorial de *o diário*, de 1989, crítico do governo Cavaco Silva, mencionavam-se as realizações do movimento operário e movimento popular, cujos objetivos sempre teriam sido desprezados pelas políticas de direita.⁷⁵ Algumas opiniões concentram-se na rejeição da atribuição de culpas dos problemas da realidade presente ao 25 de Abril. Assim, na sessão solene de 1986 na Assembleia da República em comemoração do 25 de Abril, o deputado comunista Octávio Pato salientou que o “agravamento da situação nacional” era “fundamentalmente consequência de erros e de orientações inspiradas pela hostilidade às transformações políticas e socioeconómicas criadas com o 25 de Abril”.⁷⁶

Os discursos dos deputados que se encontram à esquerda do espectro político, nas comemorações oficiais do 25 de Abril na Assembleia da República, incidem com frequência na crítica ao governo, no sentido prospetivo do 25 de Abril e na defesa de seus valores. Em 1989, o deputado do PS José Apolinário criticou “alguma classe política” que “sem passado de luta pela democracia e sem identificação com a institucionalização da vida democrática, foi legitimando, tem legitimado, um discurso de subversão dos valores e dos ideais de Abril de 74”. Em sentido semelhante, o deputado do PCP António Filipe, após salientar que o 25 de Abril “é um projecto de futuro a defender e prosseguir”, afirmou que “as adulterações dos valores e da mensagem de Abril é que originam os problemas, as dificuldades, as decepções com

⁷⁴ Assim se posicionam os artigos do socialista Francisco Salgado Zenha e do militante comunista e resistente antifascista Domingos Abrantes: «Comemorar o 25 de Abril em 1986»; «Materializar os ideais de Abril», *o diário*, 25 de abril de 1986, suplemento 25 de Abril, p. 2; 4-5. Igualmente, um editorial do *Avante!*: «Abril e Maio – uma mensagem e um mandato», *Avante!*, 8 de maio de 1986. Neste mesmo sentido se orienta um comunicado da Direção da Organização Regional do Porto do PCP, a respeito especificamente da situação da juventude: «Direita quer lançar juventude contra os ideais do 25 de Abril – adverte a DORP do Partido Comunista Português», *Jornal de Notícias*, 20 de maio de 1986, p. 4. Já num comunicado da CGTP-IN enfatiza-se a ofensiva contra as principais conquistas de Abril e a necessidade da luta por sua defesa: «Desafios que se colocam aos trabalhadores exigem redobrar de esforços na defesa de Abril – afirma CGTP-IN», *o diário*, 26 de abril de Abril de 1986, p. 7. Em 1989, no apelo à participação nas comemorações populares do Porto também se salientava a crítica às políticas do governo e a defesa dos propósitos de Abril: «Comemorar Abril é continuar Abril – afirmam democratas do Porto e Lisboa», *o diário*, 11 de abril de 1989, p. 7.

⁷⁵ «Confusão de expectativas», *o diário*, 6 de abril de 1989, p. 4. Em outro editorial de 1989 de *o diário*, a crítica ao governo por ocasião do aniversário do 25 de Abril fazia-se sob o argumento do “saudosismo da direita” e “restauracionismo sistemático”: «O neo-marcelismo tem pés de barro», *o diário*, 25 de abril de 1989, p. 4.

⁷⁶ «Já há muito se sabia que cravo vermelho ao peito nem a todos fica bem – Comemorações na AR», *Avante!*, 30 de abril de 1986, p. 4. Em posição crítica mais específica contra o governo Cavaco Silva situava-se um editorial de *o diário* a propósito da comemoração por trabalhadores da banca e dos seguros do aniversário das nacionalizações: «A banca e os seguros 11 anos depois», *o diário*, 18 de março de 1986, p. 2. E em declarações do secretariado da CGTP-IN denunciou-se o sentido anti-25 de Abril do governo: «Comemorações do 1º de Maio no Porto já têm programa», 1 de abril de 1986, p. 6.

que se debate a juventude e o povo português». ⁷⁷ Também nas comemorações populares de Lisboa de 1989⁷⁸, o tom dominante dos discursos foi o sentido de *projeto/revolução inacabada* do 25 de Abril – e cujos valores eram, portanto, atuais no que se referia à apreciação dos problemas do momento –, tal como a crítica política ao governo. Refira-se a indignação do orador em representação do PRD, Marques Júnior, a respeito de declarações de *um deputado* na Assembleia da República – não identificado na notícia de *o diário* – segundo as quais a liberdade só teria começado em 1982, o que foi considerado como “um desprezo real pelo 25 de Abril e aquilo que ele representa”. Rui Grácio⁷⁹, por sua vez, salientou as semelhanças entre o regime deposto no 25 de Abril e a atuação do governo Cavaco Silva a propósito da dura repressão, em 21 de Abril, contra agentes da PSP que se manifestavam pela constituição de um sindicato.⁸⁰

Este episódio ocorrido nas vésperas do aniversário do 25 de Abril foi muito aludido nas comemorações populares e também nas oficiais, por parlamentares da oposição; a analogia com as práticas repressivas da ditadura conferiu o tom das críticas ao governo. Em editorial de *O Jornal* salientou-se, a propósito desta situação, uma memória positiva do 25 de Abril, destacando-se que “o 25 de Abril está vivo” e que a liberdade “constitui a mais preciosa conquista da Revolução de 1974”.⁸¹ O sentido crítico ao governo a partir da comparação com o passado manifesta-se com contundência em notícia deste mesmo periódico: «Impotência e cólera que crescem quando ouvimos o ministro da Administração Interna e o chefe do Governo repetirem palavras, argumentos de Marcelo Caetano, de Oliveira Salazar em idênticas circunstâncias: a culpa pertence aos agitadores comunistas e socialistas... Os jovens que nasceram depois do 25 de Abril compreenderam o que era viver antes do 25 de Abril. Com as suas posições, o primeiro-ministro e o ministro da Administração Interna fizeram por momentos, por momentos que jamais se apagarão da memória colectiva, o País regredir aos tempos da ignomínia. Quando tantos manifestavam já fastio pelo 25 de

⁷⁷ «O Senado aos jovens», *o diário*, 25 de abril de 1989, p. 9.

⁷⁸ Organizadas por partidos e associações de esquerda e centro-esquerda; discursaram neste ano representantes da Associação 25 de Abril, PCP, PS, PRD, Os Verdes, ID (Intervenção Democrática), UDP, PSR (Partido Socialista Revolucionário), MDP/CDE, PCR (Partido Comunista Reconstruído) e independentes.

⁷⁹ Rui Grácio (1921-1991): Pedagogo. Participou no III Governo Provisório como Secretário de Estado da Orientação Pedagógica. Pertenceu ao PS.

⁸⁰ «Unidade a várias vozes no comício do Rossio», *o diário*, 26 de abril de 1989, p. 6; «Não se confronte a liberdade com jactos de água e cães-polícias – Exigida a libertação de Otelio Saraiva de Carvalho», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1989, p. 2.

⁸¹ «Esquizofrenia», *O Jornal*, 28 de abril de 1989, p. 6. A analogia crítica com o passado ditatorial evidencia-se também em artigo do jornalista José Carlos de Vasconcelos: «O discurso do 25 de Abril de Cavaco Silva...», *O Jornal*, 28 de abril de 1989, p. 12.

Abril, e o faziam morto, eis que ele recupera respiração, pujança, cumplicidade».⁸² Também em artigo de Raul Rego⁸³, a crítica da atitude do governo suscita a valorização positiva do 25 de Abril em oposição às práticas da ditadura: «O Vinte e Cinco de Abril bate-nos à porta. Por sinal com uma manifestação de sinal contrário, a lembrar as piores horas do autoritarismo».⁸⁴

Em diferente contexto, é também a denúncia da desvalorização do 25 de Abril no ambiente sociopolítico do momento que sobressai no requerimento em que o militar de Abril Pezarat Correia⁸⁵ pedia sua passagem à reserva e em que alegava ter sido vítima de uma preterição política.⁸⁶ A crítica política ao facto de os valores do 25 de Abril estarem a ser postos em causa e os militares que participaram no processo sofrerem prejuízos profissionais foi ressaltada por Vasco Lourenço nas comemorações populares de Lisboa de 1989: «Recusamos uma comemoração onde, cada vez com maior descaramento, nos teçam loas e elogios, ao contrário do resto do tempo, onde ser militar de Abril coerente com os seus ideais provoca sofrer perseguições ou marginalizações. Dispensamos bem o farisaísmo, a hipocrisia de quem, perseguindo-nos, marginalizando-nos ou dando simples cobertura a essas situações, aparece nestas alturas a proclamar os nossos bons méritos. A essas loas preferimos actuação coerente com os ideais de Abril, no dia a dia. Que passa nomeadamente pela não nomeação para número um das Forças Armadas de um militar anti-Abril e perfeitamente identificado com o regime derrubado há 15 anos».⁸⁷

⁸² «O Abril da indignação», *O Jornal*, 28 de abril de 1989, p.14, 15.

⁸³ Raul Rego (1913-2002): Jornalista. Opositor ao Estado Novo, colaborou nas candidaturas presidenciais de Norton de Matos (1949) e Humberto Delgado (1958). Exerceu o cargo de ministro da Comunicação Social no I Governo Provisório. Foi deputado pelo PS entre 1975 e 1999.

⁸⁴ «A Polícia e o 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1989, p. 40. A comparação crítica entre o governo Cavaco Silva e o passado ditatorial faz-se presente também em artigo inserido em suplemento de *o diário* a propósito do centenário de Salazar e da autoria de Pedro Ramos de Almeida, militante comunista e resistente antifascista: «O salazarismo e a actualidade», *o diário*, suplemento *Temas – Salazar. Os anos de chumbo*, 27 de maio de 1989, p. 23 Em comício organizado pelo PCP em homenagem a Catarina Eufémia, trabalhadora rural e militante comunista assassinada em 1954, predominaram também as críticas ao governo, principalmente a propósito da reforma agrária e com base na evocação da resistência antifascista: «O compromisso de defender a Reforma Agrária – Homenagem a Catarina Eufémia», *Avante!*, caderno *Em Foco*, 24 de maio de 1989, p. VII; «Opressão fascista lembrada na evocação de Catarina Eufémia», *o diário*, 22 de maio de 1989, p. 9.

⁸⁵ Pedro Pezarat Correia (n.1932): Militar membro do MFA; fez parte do *Grupo dos Nove*. Integrou o Conselho da Revolução.

⁸⁶ «O adeus às armas de Pezarat Correia», *O Jornal*, 27 de junho de 1986, p. 14, 15. «Pezarat Correia pede passagem à reserva», *o diário*, 29 de maio de 1986, p. 4.

⁸⁷ «Intervenção do Presidente da Direcção da A25A», *O Referencial*, nº 15/abril a junho de 1989, p. 8-9. Lourenço referia-se ao general Soares Carneiro (1928-2014), que foi o candidato da direita (apoiado pela AD) às eleições presidenciais de 1980 e foi nomeado para o cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas em março de 1989, tendo exercido estas funções até janeiro de 1994.

Em 1989, o projeto de revisão constitucional – finalmente aprovado em junho – constituiu outro assunto da realidade política do momento que suscitou a crítica acerca da política de desvalorização dos princípios e conquistas do 25 de Abril, abordagem recorrente no órgão de imprensa do PCP, o *Avante!* Em editorial deste semanário mencionava-se “a ameaça de subversão a curto prazo do nosso ordenamento constitucional e a consequente desfiguração do regime democrático instaurado com o 25 de Abril de 74”.⁸⁸ Em outro editorial do *Avante!* a propósito da revisão constitucional, a crítica das políticas do PSD era mais direta: «É impossível ignorar que ao longo da última década, o PPD/PSD tem seguido uma política constante de ataque e desmantelamento do regime democrático nascido com o 25 de Abril e que para tal efeito tem recorrido a todos os meios ao seu dispor».⁸⁹ A perceção do 25 de Abril como a origem da democracia e a importância de sua preservação no presente através dos princípios consagrados na Constituição impulsionou a formação de uma campanha cívica liderada por personalidades e políticos de esquerda e centro-esquerda, o Movimento de Defesa da Constituição.⁹⁰

Conforme observa Loff, as políticas de memória da democracia portuguesa acompanharam o debate sobre o modelo constitucional. Pode-se dizer, neste sentido, que o debate sobre revisão constitucional de 1989 ilustra a relação de forças da época entre os discursos memoriais sobre o passado recente: a dinâmica entre as *memórias fracas* e as *memórias fortes* ou as *memórias subterrâneas* e as *memórias dominantes* no espaço público. Tal como esclarece Loff acerca da interrelação entre as avaliações da Constituição e os discursos sobre a ditadura e a Revolução:

«quanto mais se rejeita o passado autoritário, mais se defende que a Constituição seja o repositório de um processo político de rutura com o passado e de criação de um futuro fundado sobre os valores da Revolução; pelo contrário, quanto mais se rejeita a via revolucionária para a democracia, tanto mais se exige que a Constituição perca o seu carácter de explícita rutura com o passado autoritário e mais este é reinscrito positivamente na identidade

⁸⁸ «Actitude refletida e séria», *Avante!*, 30 de março de 1989. Outros editoriais do *Avante!* abordaram esta problemática: «Dois acontecimentos relevantes», *Avante!*, 13 de abril de 1989; «Preparemos as batalhas do futuro», *Avante!*, 20 de abril de 1989; «A lição de Abril e a alternativa democrática», *Avante!*, 27 de abril de 1989.

⁸⁹ «Revisão constitucional: responsabilidades e oportunidades», *Avante!*, 11 de maio de 1989.

⁹⁰ «Porto lança “alerta” em defesa da Constituição», *o diário*, 4 de maio de 1989, p. 7; «Movimento de Defesa da Constituição», *Avante!*, caderno *Semana*, 6 de abril de 1989, p. 12.

portuguesa, e, inversamente, mais a Revolução sobressai como um choque anafilático inflingido à sociedade portuguesa».⁹¹

Neste sentido, é possível considerar que a aprovação da segunda revisão constitucional, em 1989, simbolicamente expressa, no âmbito da política, o carácter *subterrâneo* das *memórias da resistência*, das *memórias revolucionárias* e das *memórias prospetivas*, por um lado, e, por outro lado, a visibilidade pública do *revisionismo histórico* no espaço público português. Ou, por outras palavras, o processo de construção de uma hegemonia político-cultural neoconservadora.

5-1.2. 1989 e a construção de uma hegemonia cultural neoconservadora: o *branqueamento* do salazarismo e a desvalorização da Revolução

1989, marco no cenário internacional da redefinição da ordem política mundial, com o colapso do *socialismo real*, foi o ano da segunda revisão da Constituição Portuguesa, que, entre outras alterações, eliminou a consagração das nacionalizações e da reforma agrária. Em sentido contrário ao das críticas das culturas políticas de esquerda, em reportagem do *Expresso* evidenciava-se a perspetiva da direita, considerando-se que a revisão constitucional teria um carácter fundamentalmente positivo e significaria a perda da carga ideológica do período revolucionário: «esta revisão marca definitivamente o virar de página do processo democrático, retirando as marcas conjunturais deixadas pelos ideários proclamados depois de 25 de Abril. Suprimida em boa parte a carga ideológica que o texto fundamental comportava, ultrapassada a irreversibilidade das nacionalizações e as referências à Reforma Agrária e aberto o caminho para o fim do monopólio estatal da televisão, suprimiram-se os grandes pontos de discórdia que durante anos alimentou querelas». O deputado do PSD Costa Andrade foi ainda mais específico quanto à ideia da oposição entre princípios da Revolução e democracia: «é o fim do socialismo como modelo constitucionalmente imposto ou o termo da revolução, abrindo-se o campo para uma vivência democrática, própria de uma sociedade aberta e plural».⁹²

Aprofundando este enfoque baseado na desvalorização da Revolução, em artigo de Patrícia Lança, também a propósito da revisão constitucional, avançava-se para a direta condenação do período revolucionário através de argumentos anticomunistas apoiados no contexto internacional: «Assim fecha-se definitivamente o ciclo

⁹¹ LOFF, 2014, *op.cit.*, p. 72.

⁹² «Cinco leituras da nova Constituição», *Expresso*, 27 de maio de 1989, p. 4.

revolucionário e ficam arrumadas, ao menos juridicamente, as sequelas do 25 de Abril. O significado deste facto não podia ser maior. No quadro de um Estado de direito e nos pacíficos moldes apropriados a este “país de brandos costumes”, o que fizeram os deputados do PS e do PSD nestas últimas semanas tem para Portugal tanto ou mais importância como tem para os povos sujeitos ao comunismo o que está actualmente a passar-se nos países de leste e na China. Só que eles estão no começo e nós já conseguimos institucionalizar as mudanças. (...) Porque é um facto que conseguimos um grande feito: o *de pacificamente derrotar a mais poderosa ofensiva comunista conhecida no ocidente desde que Fidel Castro pegou em armas contra a ditadura cubana de Fulgêncio Baptista.*»⁹³

Com efeito, é possível afirmar que o colapso do *socialismo real* confere um impulso renovado à argumentação *revisionista*, cujo desenvolvimento no espaço público português, contudo, é anterior ao marco de 1989. Pode-se situar a origem destas teses sobre a Revolução no próprio combate político do período revolucionário, quando se teciam acusações aos comunistas e às esquerdas radicais de tentativas golpistas, e, a partir da maior radicalização do processo político em 1975, os socialistas apelavam à *resistência contra o processo revolucionário*. A adoção de tais discursos políticos como base interpretativa para a explicação histórica é, justamente, o que caracteriza o *revisionismo histórico*, e deve-se reconhecer que um tal processo gradualmente se desenvolve no espaço público português desde o início da *normalização democrática*. Já no que diz respeito à argumentação *revisionista* sobre a ditadura, trata-se geralmente da recuperação de teses da propaganda salazarista, tais como o carácter legalista do regime, a justificação do Estado Novo como necessidade histórica para reverter a instabilidade política e económica dos períodos anteriores, etc.; neste caso, deve-se observar que a preservação destes argumentos em relatos memoriais que pretendem erigir-se em explicação histórica representa um traço identitário das culturas políticas de direita. No entanto, convém ressaltar que o desenvolvimento do *revisionismo histórico* sobre a Revolução caminha a par do avanço no espaço público das argumentações análogas sobre o Estado Novo. Ou seja, a expansão dos discursos *revisionistas* sobre a Revolução, favorecida pelo contexto pós-1989, repercute no desenrolar do *branqueamento* do salazarismo – para além de sua esfera originária das culturas políticas de direita –, já que, como menciona Loff, as políticas de memória da ditadura e

⁹³ «O significado da Revisão Constitucional», *O Diabo*, 30 de maio de 1989, p. 9. Itálico no original.

da Revolução se encontram permanentemente associadas.⁹⁴ Um processo, portanto, que coincide com o auge da hegemonia política da direita em Portugal e contribui para a aceleração da construção de uma hegemonia cultural neoconservadora no espaço público português.

Neste sentido, apesar de se tratarem de processos anteriores, pode-se dizer que o fim do *socialismo real* reforça as argumentações *revisionistas*. Tal como destaca Loff, “[o] impacto da viragem histórica de 1989 nas políticas de memória portuguesas foi notório, não tanto por ter criado uma nova linguagem de descrição do passado (pelo menos, retomou velhas formas de o descrever), mas por ter ajudado a desagregar mais do que já estava desagregada qualquer unidade dos discursos memoriais antifascistas”.⁹⁵ De facto, 1989 permite a consagração da *teoria do totalitarismo* – recuperada dos debates intelectuais dos primórdios da guerra fria, nos anos 1950, e renovada na nova conjuntura marcada pela hegemonia neoliberal dos anos 1990 –, que se torna lugar comum no espaço público das sociedades contemporâneas, na condição de modelo hermenêutico para a avaliação do século XX. A *comparação relativizadora* entre nazifascismo e comunismo soviético dirige-se, no contexto pós-1989, à condenação ético-política e moral deste último e, por extensão, de todo o pensamento e projetos políticos das esquerdas. Desta forma, pode-se dizer que nos anos 1990 – tal como no período do auge da guerra fria – o anticomunismo voltou a ser um elemento central e integrador das identidades sociais de culturas políticas de direita.

No caso português, a *comparação relativizadora* projeta-se na criminalização do processo revolucionário, perspectiva que se sobrepõe à discussão da ditadura e funciona como um elemento de *compensação* para o autoritarismo do Estado Novo, atacando-se, desta forma, a legitimidade das *memórias da resistência*. Este fenómeno de *eclipse* da memória da ditadura pelos relatos condenatórios da Revolução é anterior a 1989 – tal qual o próprio desenvolvimento do *revisionismo histórico* –, no entanto adquire um novo impulso a partir de então, já que a nova conjuntura internacional cumpria a função de legitimar esta lógica de análise retrospectiva – e, acrescente-se, *naturalizá-la*, como se fosse a simples expressão de uma perspectiva *moderada* e a-ideológica. Conforme sublinha Loff, já desde o final do período revolucionário – ao longo da segunda fase da memória pública sobre o passado recente – se desenvolvia no espaço público português

⁹⁴ LOFF, 2014, *op.cit.*, p. 41.

⁹⁵ LOFF, 2014, *op.cit.*, p. 71.

a tendência do “bloqueio da memória da resistência”, ou seja, de “discutir a Revolução para não discutir a ditadura”:

«Começava a criar-se um *ecrã da memória*: a memória negativa da Revolução procurava bloquear a expressão da memória da resistência. Para evitar ter de se pronunciar sobre a ditadura, a Direita concentrava-se, diabolizando-a, na memória do *Processo Revolucionário em Curso* (o *PREC*, expressão que, sobretudo enquanto sigla, ganhará uma conotação fortemente pejorativa)».⁹⁶

Assim, por exemplo, não são novidade os argumentos que contrapõem as ideias de *democracia* e *revolução*, sugerindo comparações pejorativas entre o processo revolucionário e o comunismo soviético. Em artigo de Pacheco Pereira⁹⁷, de 1986, a propósito de questões políticas do momento que se vivia, afirmava-se: «o Governo pode estar a agir conjunturalmente mal, mas *a oposição de esquerda nos momentos decisivos nunca quer mudar nada daquilo que desde 1975 significa a desmesura de um Estado que foi feito para uma “república popular” e não para uma democracia*».⁹⁸ Seguindo lógica semelhante, neste caso centrada na *comparação relativizadora* entre Revolução e ditadura, Braga de Macedo⁹⁹, em mesa redonda do *Expresso*, afirmou que aquilo que a esquerda fez no governo após o 25 de Abril “vai demorar muito mais tempo a corrigir do que as deficiências e os excessos do regime anterior”.¹⁰⁰

Pode-se dizer, contudo, que 1989 constitui um marco para a compreensão do processo de transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social no espaço público português: é a partir de então que progressivamente se banaliza o léxico do *totalitarismo* para a interpretação do passado recente. O contexto internacional do colapso do *socialismo real* contribui para o processo de *direitização* do pensamento político hegemónico¹⁰¹, com a nítida aproximação, por exemplo, entre os discursos

⁹⁶ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 62-64.

⁹⁷ José Pacheco Pereira (n.1949): Historiador. No início dos anos 1970 foi militante de um partido maoísta (PCPml); viveu na clandestinidade até 1975. Em 1984, foi um dos fundadores do Clube da Esquerda Liberal – grupo de pensadores políticos provenientes da extrema-esquerda que abandonaram o marxismo e passaram a defender o liberalismo, a economia de mercado e a social-democracia. Foi deputado pelo PSD entre 1987 e 2011. Escreve regularmente no jornal *Público* e na revista *Sábado*; já foi colaborador do *Diário de Notícias*. Também é comentador político na televisão.

⁹⁸ «Os combates da “renovação da esquerda” vistos por um observador comprometido», *O Jornal*, 1 de maio de 1986, p. 29. Itálico no original.

⁹⁹ Jorge Braga de Macedo (n.1946): Economista; empresário. Foi ministro das Finanças do governo Cavaco Silva entre 1991 e 1993. Integrou o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD entre 1992 e 1995.

¹⁰⁰ «Para onde vai a direita?», *Extresso, A Revista*, 3 de maio de 1986, p. 12-16.

¹⁰¹ Ainda que as raízes deste processo devam ser situadas no contexto interno da conquista do poder político pela direita. É interessante, neste sentido, a observação de Marchi, num estudo sobre as direitas radicais portuguesas na segunda metade dos anos 1970, de que a mobilização destes setores perde vitalidade a partir da década de 1980, já que parte de sua retórica política, baseada no anticomunismo,

memoriais sobre a Revolução divulgados na *grande imprensa* e a abordagem do passado recente evidenciada no semanário representativo de culturas políticas de direita e extrema-direita, *O Diabo*.

Em outro artigo da autoria de Patrícia Lança, publicado em *O Diabo* em 1989, a utilização da *teoria do totalitarismo*, em que a comparação entre fascismo e comunismo serve como estratégia para desculpabilizar e negar o carácter repressivo do salazarismo, evidencia um padrão argumentativo *revisionista* que progressivamente se banaliza no espaço público português na década de 1990. Após se rejeitar a afinidade do Estado Novo com os regimes fascistas, considera-se o comunismo uma “tirania ainda pior” do que o nazismo e deslegitima-se a perspectiva dos antifascistas através do recurso ao negacionismo e à relativização: «Com amálgamas, insinuações e mentiras tentam desviar as atenções e acusar dos seus próprios crimes um regime e um homem cujos defeitos certamente não incluíram: • nenhuma pena de morte; • nenhum campo de concentração além do Tarrafal, que nunca albergou mais do que umas escassas dúzias de pessoas; • nenhuma prática de genocídio ou racismo; • nenhuma invasão ou acto bélico contra um país estrangeiro (...). E quanto à questão da guerra colonial: Salazar e as forças armadas portuguesas não foram nem tão repressivas nem tão agressivas como foram a democrática Holanda na Indonésia; a democrática Grã-Bretanha em tantos países do antigo império (e ainda hoje na Irlanda do Norte); ou a democrática França na Indochina ou na Argélia. Polícia secreta; censura prévia; medidas de segurança; presos políticos (proporcionalmente muito poucos) – de tudo isso houve, como, lamentavelmente, tem havido em quase todos os países (...). Mas o autoritarismo e a falta de democracia parlamentar NÃO IGUALAM AO FASCISMO (...). A grosseira deturpação dos factos e a obsessão doentia com o confundir autoritarismo e totalitarismo continuam, infelizmente, a marcar o discurso dos comunistas “portugueses”». ¹⁰²

Ainda que este constitua um exemplo extremo, abertamente *negacionista*, permite notar o processo de *direitização* das memórias dominantes sobre o passado recente português, já que argumentos como a *comparação relativizadora* entre o colonialismo português e os colonialismos europeus ou a criminalização do comunismo

passa a ser amplamente defendida pelos partidos moderados: «Com a AD, o discurso anticomunista e de alternativa ao socialismo tornou-se património dos partidos moderados, retirando qualquer utilidade aos actores radicais». MARCHI, Riccardo. «“O fascismo saiu à rua”: memórias da extrema-direita juvenil na transição portuguesa». PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. P. 507.

¹⁰² «A paranóia dum Vishinski português», *O Diabo*, 9 de maio de 1989, p. 10.

e a própria relativização do *autoritarismo* do salazarismo, que se quer diferenciar do *totalitarismo*, não são perspectivas pouco comuns no espaço público português dos anos 1990.

Já em 1986, por exemplo, em reportagem do *Expresso* – da autoria de José Júdice e Luísa Schmidt – sugeria-se subtilmente a importância de encarar o período salazarista sob um ângulo mais positivo: «O mito do 28 de Maio, esquecendo as lutas intestinais entre os generais, é equiparável ao mito do salazarismo como uma longa e entediante ditadura, em que nada se criou, nada se fez e nada se pensou neste doce quintal. O salazarismo teve várias épocas, começou com a força da juventude e morreu com a apatia da senilidade». Justamente sobre os primeiros anos do regime afirmava-se que “a par da repressão policial, da censura e da beatice mais primária, se viviam momentos ‘exaltantes’ de criatividade”, sobre os quais “os historiadores deviam lançar um olhar despido já de preconceitos ideológicos”. E exemplificava-se o argumento, que reivindicava uma relativização acerca do carácter político do regime: «Nos anos 30, passou-se muita coisa neste país. Ao lado de Fátima e de Júlio Dantas¹⁰³ existiam Almada Negreiros¹⁰⁴ e Fernando Pessoa – e nem um nem outro, não sendo salazaristas, eram propriamente vítimas do regime. Antes pelo contrário, eles e muitos outros talentos puderam florescer, vistos talvez com desconfiança pelos conservadores, mas certamente apoiados e protegidos por António Ferro, um homem que conjugava paradoxalmente o Modernismo com os ranchos folclóricos e as “aldeias mais portuguesas de Portugal”, a exaltação do Chefe mussoliniana com ideias bebidas na Revolução Soviética». ¹⁰⁵

Em 1989, por ocasião do centenário de Salazar, o *branqueamento* do Estado Novo alcança certa visibilidade na *grande imprensa*, especialmente em exemplar especial da revista do *Expresso*. Em artigo de António José Saraiva¹⁰⁶, por um lado, a contextualização histórica do golpe militar de 28 de Maio de 1926 e posteriormente a constituição do Estado Novo são justificados pelo ambiente de instabilidade política e

¹⁰³ Júlio Dantas (1876-1962): Médico; escritor; dramaturgo. Foi ministro da Instrução Pública (1920) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1921-1922; 1923). Integrou a direcção da Exposição do Mundo Português, em 1938-1940. Entre 1941 e 1949 foi embaixador de Portugal no Brasil.

¹⁰⁴ Almada Negreiros (1893-1970): Artista, ícone das vanguardas modernistas portuguesas.

¹⁰⁵ «Os alegres anos 20», *Expresso, A Revista*, 24 de maio de 1986, p. 19-22.

¹⁰⁶ António José Saraiva (1917-1993): Historiador. Apoiou a candidatura de Norton de Matos à presidência da República, em 1949, e colaborou no semanário de oposição *Mundo Literário* (1946-1948). Militou no PCP até inícios dos anos 1960. Em 1960 exilou-se em França e posteriormente na Holanda. Retornou a Portugal após o 25 de Abril; ocupou o cargo de professor catedrático na Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Lisboa.

económica que remontaria ao século XIX; desta forma, assume-se o ponto de vista do próprio regime como base para a explicação histórica – a exemplo da argumentação adotada pelos demais casos do *revisionismo histórico* europeu –, o que sugere a sua reabilitação: «A instituição da União Nacional, como ele próprio [Salazar] sustentou, não era a criação de mais um partido mas uma tentativa para resolver um difícil problema, que já resumimos em dois pontos: primeiramente integrar na vida política nacional a massa monárquica sem afugentar os republicanos; em segundo lugar retirar ao PRP¹⁰⁷ o monopólio político que efectivamente detinha. Na intenção, a União Nacional era uma organização que devia permitir a todos os Portugueses participarem na vida política independentemente dos partidos, e não um “partido único”, como os factos vieram a fazê-lo». Por outro lado, são tecidos diversos elogios a Salazar: “homem notável” (“um dos homens mais notáveis da história de Portugal”); dotado de grande rigor e talento literário; responsável por uma Constituição “exemplar”; administrador de qualidades e integridade “miraculosamente raras”, com destaque para os feitos da neutralidade durante a II Guerra Mundial e do fim da tutela inglesa. A este respeito, o artigo finaliza-se num tom nostálgico: «E hoje vemos, com uma dura clareza, como o período da nossa história a que cabe o nome de Salazarismo foi o último em que merecemos o nome de nação independente. Agora, em plena “democracia” e sendo o povo “soberano”, resta-nos ser uma reserva de eucaliptos para uso de uma obscura entidade económica que tem o pseudónimo de CEE».¹⁰⁸

É curioso notar que neste caso a Europa/adesão à CEE deixa de ser elemento consensual que permite a valorização positiva do 25 de Abril – tal como esta questão é mais comumente abordada nas *memórias consensuais* – para tornar-se fator desfavorável da realidade presente que possibilita a recuperação do regime de Salazar. Neste mesmo número da revista do *Expresso*, em reportagem da autoria de José António Saraiva¹⁰⁹, traçava-se a ascensão política de Salazar, com destaque para aquilo que se descrevia como a sua aversão dos primeiros tempos ao poder; em outra reportagem – da autoria de Fernando Gaspar e Joaquim Vieira –, a aproximação histórica construía-se a partir de depoimentos de ex-ministros do Estado Novo sobre a

¹⁰⁷ Partido Republicano Português, legalmente criado em 1876, sua origem remonta ao movimento republicano do século XIX. Protagonizou a revolução republicana que levou à proclamação da República em 5 de Outubro de 1910.

¹⁰⁸ «O salazarismo», *Expresso, A Revista – Salazar, 100 anos / 25 de Abril, 15 anos. Entre duas revoluções*, 22 de abril de 1989, p. 15.

¹⁰⁹ José António Saraiva (n.1948): Jornalista. Foi diretor do *Expresso* entre 1985 e 2006. Em 2006 fundou o semanário *Sol*, dirigido para o mesmo público-alvo do *Expresso*.

personalidade de Salazar no quotidiano político. Em ambos os casos, a ênfase na subjetividade pessoal e na *pequena política* conferiam uma visão suavizada ou elogiosa do ditador.¹¹⁰

É interessante observar as avaliações sobre Salazar feitas por dirigentes da direita portuguesa. Dias Loureiro¹¹¹ manifestou uma visão positiva sobre o regime até 1945, com destaque para a situação económica e o saneamento das contas públicas e a minimização dos custos para o país num período marcado por dois conflitos com repercussões internacionais: a guerra civil espanhola e a II Guerra Mundial. Considerava, no entanto, que a partir do pós-guerra “Salazar perdeu a visão do mundo moderno”: «Ao teimar na recusa dos valores da Liberdade, da Democracia e do Desenvolvimento, Salazar colocou Portugal fora da dinâmica de reconstrução da Europa, perdendo-se uma oportunidade ideal para iniciar a industrialização do país. (...) Nos anos 60, com o início da guerra colonial, o desenvolvimento português ficou ainda mais comprometido com o encaminhamento dos recursos para o esforço militar. (...) As limitações impostas à liberdade de expressão e à liberdade de acção política, a ausência de uma organização democrática da sociedade traduziram-se, na prática, pela estagnação na economia, na cultura, na ciência e pelo adiamento da nossa modernidade».

Freitas do Amaral¹¹², por sua vez, identificava em Salazar grandes qualidades e defeitos. Entre as qualidades, figuravam os elogios pessoais recorrentes nas opiniões da extrema-direita e da direita – “a inteligência, a cultura, o estilo literário, a honestidade

¹¹⁰ «Os 6 momentos capitais»; «Os sobreviventes ilustres», *Expresso, A Revista – Salazar, 100 anos / 25 de Abril, 15 anos. Entre duas revoluções*, 22 de abril de 1989, p. 8-11; 26-29. No entanto, neste mesmo exemplar da revista do *Expresso*, em artigo do historiador Fernando Rosas a respeito dos mitos sobre Salazar, eram contrariadas tais visões *branqueadoras* do ditador: «Um personagem mitológico por excelência», *Expresso, A Revista – Salazar, 100 anos / 25 de Abril, 15 anos. Entre duas revoluções*, 22 de abril de 1989, p. 12-13.

¹¹¹ Manuel Dias Loureiro (n.1951): Advogado; político social-democrata. Foi governador civil do distrito de Coimbra entre 1981 e 1983 e secretário-geral da Comissão Política Nacional do PSD entre 1985 e 1987. Exerceu as funções de ministro dos Assuntos Parlamentares (1987-1991) e ministro da Administração Interna (1991-1995) nos governos de Cavaco Silva. Após sair do governo tornou-se empresário.

¹¹² Diogo Freitas do Amaral (n.1941): Professor universitário de Direito. Exerceu cargos político-administrativos desde o início dos anos 1960 até ao 25 de Abril. Foi um dos fundadores do CDS, em julho de 1974. Foi deputado à Assembleia da República por este partido entre 1975-1983 e 1991-1993. Exerceu os cargos de vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros no governo Sá Carneiro (1980) e de vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional no governo Pinto Balsemão (1981-1983). Entre 1981 e 1982 foi presidente da União Europeia das Democracias Cristãs. Foi candidato às presidenciais de 1986, com o apoio do PSD, tendo perdido à segunda volta para Mário Soares. Em inícios do século XXI afastou-se do CDS e tornou-se político independente. Entre 2005 e 2006 ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros no governo socialista de José Sócrates. Afastou-se igualmente do Partido Popular Europeu, de ideologia democrata-cristã.

peçoal, a devoção ao interesse público, a força de vontade, o amor a Portugal, a capacidade governativa, o sentido de Estado, a independência face a outros poderes, a grupos de interesse, a potências estrangeiras” –; entre os defeitos constavam “o autoritarismo, a intolerância, a frieza, a dureza para com os adversários, a dificuldade em reconhecer e emendar os seus erros, o isolamento pessoal, a incapacidade de diálogo, a desconfiança em relação à maturidade dos Portugueses, a aversão às liberdades individuais, a recusa a se sujeitar ao veredicto das urnas, o conservadorismo extremo”. Finalmente, concluía-se que Salazar não pertencia ao século XX, pois não acreditava nem na liberdade nem no progresso – aspeto que teria constituído o seu maior *handicap*.¹¹³

Tal como salienta Loff, estes discursos da direita sobre o salazarismo devem ser situados no contexto político-social da época, pois “[n]os anos da integração europeia gerida por Cavaco, a lógica de adaptar a leitura do passado ditatorial à conjuntura histórica específica em que aquela era produzida levou a que a Direita descrevesse Salazar como pouco *modernizador*, ou até mesmo como fonte de bloqueio *do desenvolvimento*”. Ao mesmo tempo que se silenciava a repressão que marcou todo o período, e em especial a sua fase mais dura dos anos 1930 e 1940 – o que, segundo Loff, é “um discurso absolutamente unânime no conjunto das direitas portuguesas (e, em primeiro lugar, da historiográfica), que presumem, afinal, terem sido os anos mais evidentemente fascistas da ditadura (a década de 30 e a II Guerra Mundial) o melhor de Salazar”.¹¹⁴

Destaque-se ainda em 1989 a realização de colóquios nos quais predominou o *branqueamento* de Salazar e do Estado Novo. Um deles, próximo das tendências *negacionistas* de extrema-direita – presidido pelos ex-ministros de Salazar, Silva Cunha¹¹⁵ e Soares Martínez¹¹⁶, e o historiador Veríssimo Serrão¹¹⁷ – era definido com base no propósito de objetividade, tal como se pode ler na propaganda informativa sobre o evento: «Nasceu há um século António de Oliveira Salazar, um dos vultos mais

¹¹³ «Como os líderes vêem Salazar», *Expresso, A Revista – Salazar, 100 anos / 25 de Abril, 15 anos. Entre duas revoluções*, 22 de abril de 1989, p. 24-25.

¹¹⁴ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 70, 69.

¹¹⁵ Joaquim da Silva Cunha (n.1920): Professor universitário de Direito. Foi ministro do Ultramar entre 1965 e 1973 e ministro da Defesa entre 1973 e 1974.

¹¹⁶ Pedro Soares Martínez (n.1925): Professor universitário de Direito. Foi ministro da Saúde e Assistência entre 1962 e 1963 e procurador à Câmara Corporativa entre 1960 e 1968.

¹¹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão (n.1925): Historiador; professor Catedrático e professor Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi reitor da Universidade de Lisboa entre 1973 e 1974. Foi presidente da Academia Portuguesa de História entre 1975 e 2006.

destacados da história política portuguesa. Passada a época dos ditirambos desmedidos acumulam-se agora sobre a sua memória, sem medida também, os ódios, as diatribes, os erros mal-intencionados. Sem intentos cegamente apologéticos, mas procurando contribuir para um balanço objectivo da sua acção e da sua obra, feito de ponto de vista do interesse nacional e não do das ideologias em voga». ¹¹⁸

Em outro colóquio, realizado na Biblioteca Nacional e protagonizado por investigadores e pensadores políticos de direita – como Franco Nogueira¹¹⁹, Jaime Nogueira Pinto¹²⁰ e Manuel de Lucena¹²¹ –, Vilaverde Cabral¹²², diretor da Biblioteca Nacional, foi o único dos oradores que afirmou que o regime salazarista teria sido uma ditadura – conforme noticiou o *Jornal de Notícias*. Franco Nogueira destacou que “Salazar como chefe político, teve claridades e sombras, erros e virtudes que um grande chefe político normalmente tem”, e que “na prática, deu prioridade absoluta à nação”. Manuel de Lucena e Jaime Nogueira Pinto ressaltaram o carácter paternalista de Salazar.¹²³

O sentido de *superação do passado* depreende-se do editorial do já mencionado exemplar especial da revista do *Expresso*, a propósito do centenário de Salazar e do 15º aniversário do 25 de Abril. A ideia de radicalismos opostos e de “distanciamento dos anos de chumbo ou de brasa” permitia a valorização positiva do momento que se vivia, sob a estabilidade social-democrata: «Nas duas efemérides nacionais que uma espantosa coincidência marcou para a próxima semana, o país terá a oportunidade de se rever nos seus aspectos mais radicais. O consulado salazarista e os meses vertiginosos que se seguem ao 25 de Abril representam, com efeito, os pontos mais extremos da vida

¹¹⁸ «Colóquio sobre A NAÇÃO PORTUGUESA SALAZAR E O ESTADO NOVO – DIAS 27 E 28 DE MAIO», *Jornal de Notícias*, 25 de maio de 1989, p. 2.

¹¹⁹ Alberto Franco Nogueira (1918-1993): Diplomata. Iniciou carreira diplomática no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1941. Entre 1961 e 1969 foi ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi preso após o 28 de setembro de 1974 até maio de 1975; posteriormente exilou-se em Londres e regressou a Portugal em 1981. Escreveu uma biografia de Salazar em seis volumes.

¹²⁰ Jaime Nogueira Pinto (n.1946): Professor universitário; empresário. Foi administrador da Bertrand Livres e diretor do jornal *O Século*. Colabora regularmente na imprensa, rádio e televisão. É administrador e acionista de empresas.

¹²¹ Manuel de Lucena (1938-2015): Cientista político. Na juventude militou em movimentos monárquicos e católicos. Participou no movimento estudantil durante a crise académica de 1962. Posteriormente exilou-se e militou em organizações de extrema-esquerda. Participou na campanha eleitoral da AD em 1979/80. Desde 1975 era investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS). Foi condecorado com a Ordem da Liberdade.

¹²² Manuel Vilaverde Cabral (n.1940): Professor universitário. Foi militante comunista nos anos 1960. Exilou-se em França em 1963. Foi um dos fundadores do Clube da Esquerda Liberal em 1984. Foi diretor da Biblioteca Nacional e vice-reitor da Universidade de Lisboa (1998-2002).

¹²³ «Não faz sentido dizer-se que Salazar não era ditador – afirmou Vilaverde Cabral», *Jornal de Notícias*, 11 de maio de 1989, p. 2.

política e social portuguesa no século XX (...). Tanto um período como outro surgem hoje bastante longínquos para os portugueses. Por estranho que possa parecer (a nova Constituição foi aprovada apenas há 13 anos), Portugal atravessa actualmente a mais longa fase da sua história em estabilidade democrática». ¹²⁴ Com efeito, como foi visto para o caso espanhol, a ideia de *superação do passado* caracteriza as culturas políticas de direita, que com frequência evitam a discussão sobre passados ditatoriais nos quais encontram alguma herança política. No caso português especificamente, este posicionamento significa, ainda mais do que um *branqueamento* do Estado Novo, uma desvalorização tácita da Revolução; porque, ao associar indistintamente Revolução e salazarismo como dois períodos históricos longínquos e superados, nega-se a importância e o legado do passado revolucionário para a realidade presente.

Conforme ressalta Loff, uma tal perspectiva sobre o passado integra-se no “novo paradigma político dominante, claramente liberal-conservador”, que se foi configurando durante os anos do governo Cavaco Silva, pautado pela “retórica da valorização da *economia* relativamente à *ideologia*” – o que permitia a adaptação aos discursos memoriais das culturas políticas de direita, que avalia(va)m favoravelmente o período inicial da instauração do Estado Novo, com base numa ótica economicista, e minimiza(va)m a importância dos parâmetros políticos para a interpretação do regime, ensejando o seu *branqueamento*. Desta forma, segundo Loff, o Cavaquismo significou “a versão portuguesa da *Revolução Cultural* conservadora” que se levou à cabo no Ocidente contra a herança dos anos 1960 – no caso português, a herança de 1974, contornando-se “qualquer relação da democracia portuguesa quer com a ditadura e a resistência antifascista, quer com a Revolução”:

«A ideia era interpretar quer o Salazarismo, quer a Revolução, como fenómenos históricos suscitados por leituras ideológicas do mundo, que se espelhavam um ao outro (“as forças de orientação totalitária tentaram em 1974-1975 impor ao país uma outra ditadura de sinal contrário”); pelo contrário, a democracia de sucesso de que Cavaco tanto falava resultaria dessa “missão de (...) libertar Portugal de fantasmas paralisantes e liderar a viragem da sociedade nacional para o progresso” que Cavaco se autoatribuía». ¹²⁵

¹²⁴ «Entre duas revoluções», *Expresso, A Revista – Salazar, 100 anos / 25 de Abril, 15 anos. Entre duas revoluções*, 22 de abril de 1989, p. 3.

¹²⁵ LOFF, *op. cit.*, p. 68-69. Referências a discursos de Cavaco Silva em 1988 e em 1990, respetivamente.

Restringindo-se à condenação da Revolução por comparação ao comunismo soviético, em 1989, em discurso a respeito da falência do sistema soviético nos países do Terceiro Mundo, realizado no “Lisbon Meeting” – encontro anual que reunia líderes liberais –, Cavaco Silva¹²⁶, sem mencionar diretamente o período revolucionário ou o 25 de Abril, afirmou a respeito da realidade portuguesa: «Em Portugal temos alguma experiência do que possa ser o colectivismo e dos seus incalculáveis custos em termos de estagnação económica e social. A tentativa totalitária foi politicamente derrotada pela vontade popular. Não obstante durante muitos anos permaneceu grande parte da colectivização empreendida pelos comunistas porque a estatização inicialmente imposta por motivos ideológicos passou a contar como aliados objectivos muitos dos que dela beneficiaram». Finalmente, voltando à abordagem do caso soviético, Cavaco Silva contrapôs a noção de *revolução* aos conceitos de *liberdade e desenvolvimento*¹²⁷, consagrando a lógica do *totalitarismo*.

Sob ponto de vista semelhante, já em 1986 o discurso do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Lemos Ferreira¹²⁸, seguia a tendência de valorizar positivamente o 25 de Abril por certos aspetos consensuais – como a crítica à realidade do Estado Novo, a esperança e o apoio popular – e em seguida condenar o período revolucionário, considerando-o contrário à democracia: «Portugal não chegou a resvalar para uma situação bem mais grave em que, após ter-se libertado de um regime antidemocrático e autoritário, iria cair numa ditadura desumana. Na circunstância, viveram-se momentos bastante críticos que culminaram no 25 de Novembro de 1975 e, nesse espaço de tempo, muitos foram os prejuízos e os atentados cometidos contra os interesses fundamentais nacionais».¹²⁹

Uma tendência moderada desta hegemonia cultural neoconservadora que então se construía evidencia-se em editoriais de *O Jornal*, baseados na ideia de *superação do passado*. Num deles, centrado na avaliação sobre o percurso democrático do país e assinado pelo diretor do jornal, José Silva Pinto, a intenção de expressar uma valorização positiva sobre os aspetos consensuais do 25 de Abril – liberdade, democracia, paz, futuro –, fazia-se através do argumento do carácter adquirido destes

¹²⁶ Aníbal Cavaco Silva (n.1939): Economista; professor universitário; exerce o cargo de presidente da República desde 2006. Militante do PSD desde a sua fundação, foi ministro das Finanças no governo Sá Carneiro (1980). Foi primeiro-ministro entre 1985 e 1995.

¹²⁷ «Prestígio do modelo soviético já não encanta o terceiro mundo – considera Cavaco Silva», *Jornal de Notícias*, 7 de maio de 1989, p. 2.

¹²⁸ José Lemos Ferreira: foi CEMGFA entre 1984 e 1989.

¹²⁹ «Instituição militar não pode servir de válvula de escape das frustrações», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1986, p. 4.

valores: «O passado a que o 25 de Abril pôs termo é um tempo sem memória e um quadro de referência sem sentido, sobretudo para os mais jovens: para eles, os valores da democracia política, da liberdade e da paz, que justamente estiveram na génese de uma Revolução feita em nome do futuro são agora dados adquiridos, cuja repetição no discurso de cada dia soa a redundância. (...) O que eles não perdoarão, decerto, é que, sobre a matriz das liberdades adquiridas, não se encontrem soluções para problemas que ameaçam o futuro, relacionados com a escola, a saúde, a habitação, ou os transportes. Foi (também) para isso que se fez o 25 de Abril».¹³⁰ Neste caso, a noção de *superação do passado* é muito mais subtil: embora não haja o propósito de desvalorizar a Revolução, a ideia de “falta de memória” e de distanciamento do presente em relação ao passado – ditatorial e revolucionário – sugere, também de forma tácita, uma desvalorização do 25 de Abril como processo histórico; compare-se, por exemplo, a forma como as *memórias prospetivas* abordam o mesmo tema dos problemas concretos do momento presente, conferindo importância central à preservação e aplicação prática dos valores do 25 de Abril.

Pode-se comparar este género de opinião com os discursos memoriais espanhóis representativos de correntes moderadas de centro e centro-esquerda que defendem a ideia de *superação do passado*. Em ambos os casos, a intenção de não se pronunciar diretamente em termos ético-políticos sobre o passado – da guerra civil, no caso espanhol, e da Revolução e da ditadura, no caso português – acaba por aproximar estas interpretações dos discursos das culturas políticas de direita, que sustentam claros propósitos *revisionistas* sob o argumento da *superação do passado*.

É curioso observar que em outro editorial de *O Jornal*, a propósito da aprovação da revisão constitucional de 1989, a ideia de *superação do passado* é formulada de forma significativamente mais direta ao abranger a afinidade do processo revolucionário ao socialismo: «Quer se queira, quer não, parecem recuados de séculos os arroubos revolucionários dos “amanhãs que cantam”, que, ainda há pouco mais de uma década chegaram a prefigurar uma clivagem da sociedade portuguesa que não poderia deixar de se traduzir numa guerra civil. (...) Ao contrário do que chegou a ser afirmado, o que caiu, em Portugal, na madrugada de 31 de Maio, quando os deputados constituintes votaram a saída da palavra “socialismo” do texto fundamental da República, não foi o socialismo – mas, apenas, uma referência que a realidade tornara obsoleta e vazia de

¹³⁰ «25 de Abril», *O Jornal*, 21 de abril de 1989, p. 6.

sentido, na lei-chave de todas as leis adequadas a um Estado mais europeu e mais moderno». ¹³¹

É interessante notar que neste caso a *Europa/identidade europeia* surge desvinculada do período revolucionário – mais: o afastamento em relação aos princípios do socialismo que remontam ao processo revolucionário figura como condição para o desenvolvimento desta identidade. Ou seja, para as culturas políticas moderadas de centro-esquerda, a *Europa/adesão à CEE* é entendida como decorrência positiva do 25 de Abril quando integrada nas *memórias consensuais* – que evitam a abordagem do período revolucionário –; contudo, quando a discussão está centrada no processo revolucionário passa-se a defender uma relação de oposição entre *Europa* e *Revolução*. Percebe-se, além disso, que é justamente a avaliação sobre o período revolucionário – concretamente o seu carácter socialista e socializante – que constitui o elo de aproximação entre os discursos memoriais de centro-esquerda e de direita.

Pode-se considerar, neste sentido, que esta zona de interseção entre interpretações sobre o passado de culturas políticas moderadas e de culturas políticas de direita desloca-se entre as *memórias revisionistas antirrevolucionárias* e as *memórias consensuais*.

5-2. *Memórias consensuais*: entre os elogios ao 25 de Abril e as ressalvas ao processo revolucionário

As *memórias consensuais* enfatizam valores simbólicos – principalmente a liberdade e a democracia, mas igualmente a paz, a prosperidade, o futuro, o fim da ditadura –, de modo a evitar que o passado seja fonte de conflitos. São memórias *integradoras*, que aspiram à conciliação entre variadas culturas políticas a respeito da interpretação do passado recente. Muitas vezes recorrem a discursos retóricos, optando por elogios ao passado vazios de significado; também são comuns os elogios aos militares de Abril. Este género de memórias é recorrente em discursos nas sessões solenes de aniversário do 25 de Abril na Assembleia da República – especialmente por parte do presidente da República, Mário Soares ¹³², e do presidente da Assembleia da

¹³¹ «Um Graal do nosso tempo», *O Jornal*, 2 de junho de 1989, p. 19. Em sentido semelhante, em artigo de António José Saraiva, a ideia de *superação do passado* ancora-se também na rejeição do socialismo; considera-se que “o socialismo foi imposto constitucionalmente” e que “[a]quilo que foi um texto improvisado por jovens ideólogos pode, com o curso do tempo, tornar-se uma Constituição aceitável”: «A Constituição “in fieri”», *Expresso*, 28 de março de 1986, p. 6.

¹³² Mário Soares (n.1924): Advogado; líder histórico do PS. Opositor ao Estado Novo, foi presidente do MUD Juvenil; participou nas campanhas presidenciais de Norton de Matos (1949) e Humberto

República, mas também em intervenções de deputados da direita. Em 1986, por exemplo, o presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral¹³³, afirmou que “o 25 de Abril foi alvorada de intenções a dar forma e sentido ao projecto que pretendemos ver realizado”. E em louvor ao ato dos capitães, atestou: «Infelizes os povos que perdem a memória do seu passado e não sabem honrar os que, desprezando os seus interesses, arriscaram a própria vida pelas causas nobres onde todos nos sentimos justificados».¹³⁴

Neste mesmo ano, o discurso do deputado socialista José Luís Nunes¹³⁵ delineou uma visão consensual pautada pela comparação com a realidade anterior ao 25 de Abril: «Portugal é hoje o oposto do que era antes de 25 de Abril de 1974. (...) Ao País da guerra sucedeu o País da paz, ao País da opressão e da ditadura sucedeu o País da liberdade, ao País do isolamento internacional sucedeu o País integrado no concerto das Nações e empenhado na construção da Europa. Ao País do medo e da angústia sucedeu o País da segurança e da esperança de viver».¹³⁶ Convém ressaltar que a *Europa/adesão à União Europeia* constitui um fator com frequência presente nas *memórias consensuais*, com o objetivo de expressar uma valoração positiva sobre a redefinição da

Delgado (1958). Atuou como advogado de presos políticos. Em 1968 foi deportado para São Tomé e Príncipe. Em 1969 foi cabeça de lista da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Em 1970 exilou-se em Paris. Participou na fundação da Ação Socialista Portuguesa em 1964 e do Partido Socialista em 1973. Exerceu os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros nos I e II Governos Provisórios e ministro sem pasta nos III e IV Governos Provisórios (abandonou o Governo em julho de 1975, juntamente com os demais ministros do PS e do PPD). Foi primeiro-ministro entre 1976 e 1978 (em aliança com o CDS em 1978, no II Governo Constitucional) e entre 1983 e 1985 (em aliança com o PSD, o chamado Bloco Central). Foi presidente da República entre 1986 e 1996. Em 2005 foi novamente candidato presidencial; obteve o terceiro lugar, com 14% dos votos. É presidente da Fundação Mário Soares.

¹³³ Fernando Amaral (1925-2009): Político social-democrata. Foi ministro da Administração Interna e ministro adjunto do primeiro-ministro nos governos Pinto Balsemão. Presidente da Assembleia da República entre 1984 e 1987.

¹³⁴ «PR realça “legado inestimável” do 25 de Abril», *o diário*, 26 de abril de 1986, p. 8-9; «Já há muito se sabia que cravo vermelho ao peito nem a todos fica bem – Comemorações na AR», *Avante!*, 30 de abril de 1986, p. 4.

¹³⁵ José Luís Nunes (1941-2003): Advogado e dirigente histórico do PS. Opositor ao Estado Novo, foi candidato pela CEUD em 1969. Atuou como advogado de presos políticos. Foi deputado à Assembleia Constituinte e deputado à Assembleia da República entre 1980 e 1991.

¹³⁶ «PR realça “legado inestimável” do 25 de Abril», *o diário*, 26 de abril de 1986, p. 8-9. A ênfase no contraste com a ditadura constituiu igualmente o eixo de um depoimento do político socialista Almeida Santos sobre o 25 de Abril, perspectiva que conferia um valor positivo à Revolução Portuguesa: *Expresso*, *Revista – 20 anos de nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 134-135. O sentido consensual de rejeição do contexto ditatorial orientava ainda uma reportagem do *Expresso* baseada no contraste entre direitos e leis vigentes na ditadura e na democracia: «25 de Abril: uma dúzia de direitos – 20 anos depois, os preceitos legais da ditadura afiguram-se inconcebíveis. Uma comparação com a actual situação, em matéria de garantias», *Expresso*, 23 de abril de 1994, p. 10. De forma semelhante, em artigo do jornalista Nicolau Santos esclarecia-se sobre o ambiente da ditadura marcado pela ausência de direitos e liberdades; enfatizava-se ainda a adesão à CEE como elemento positivo viabilizado pela democracia: «Economia e Liberdade», *Expresso*, 23 de abril de 1994, caderno *Economia*, p. 12.

identidade nacional propiciada pelo 25 de Abril. Neste sentido posiciona-se um artigo de Rui Osório¹³⁷: «Vinte anos após o “25 de Abril”, pode dizer-se que um dos benefícios da “Revolução dos Cravos”, para além da reconquista da liberdade e da democracia (...), é a integração de Portugal na Europa».¹³⁸

Uma visão consensual do 25 de Abril foi defendida também pelo presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo¹³⁹, em 1994, com base nos princípios da democracia formal e na rejeição do passado ditatorial: «Os objectivos que a si se propuseram os “Capitães de Abril” continuam a ser firmemente saudados pela esmagadora maioria dos portugueses de todos os estratos sociais e de todas as parcelas territoriais. O derrube do regime opressivo, autoritário e arcaico não perdeu, seguramente, o consenso generalizado e a gratidão do povo português. A igual dignidade social de todos, sem distinções em razão do sexo, da raça, do território de origem ou das convicções políticas ou ideológicas; o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais; a existência de instituições democráticas (eleições livres, partidos políticos, sindicatos livres, direito à greve, etc...), em suma, as regras basilares da liberdade e da democracia, hoje consagradas na Constituição da República e nas leis, são tidas pelo povo português como uma aquisição histórica e como um feito excepcional dos “Capitães de Abril”. As muitas pessoas, simples ou ilustres, que entusiasticamente se lançaram na longa e exaltante reconstrução da Pátria apenas prosseguiram a obra iniciada por esses soldados generosos».¹⁴⁰

Numa sondagem divulgada no *Jornal de Notícias*, em 1989, evidenciaram-se os valores consensuais a respeito do significado do 25 de Abril – e igualmente os aspetos mais polémicos, com destaque para a descolonização. Para 60,1% dos entrevistados tratou-se da data histórica mais importante; 77,1% consideravam que havia mais liberdade depois do 25 de Abril, mais desenvolvimento e progresso (73,6%), melhores salários (66,8%), melhores condições de habitação (54,4%), de educação (54,2%) e de saúde (51,7%).¹⁴¹ A visão consensual concentra-se, na verdade, nos princípios e

¹³⁷ Rui Osório (n.1940): Padre e jornalista.

¹³⁸ «O desafio europeu», *Jornal de Notícias*, 23 de abril de 1994, p. 76.

¹³⁹ António Barbosa de Melo (n.1932): Advogado. Foi um dos fundadores do PSD. Foi deputado à Assembleia Constituinte e posteriormente à Assembleia da República, entre os anos 1981 e 1999. Exerceu a função de presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995. Foi condecorado com a Ordem da Liberdade em 2011.

¹⁴⁰ «Temos de defender a democracia dos perigos que a atropelam – disse Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1994, p. 2.

¹⁴¹ «Lisboetas consideram negativo... Descolonização – o que nos divide...», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1989, p. 3.

significado derivados do próprio dia 25 de Abril. Tal é a perspetiva de muitas das reportagens publicadas na imprensa, que em geral silenciam sobre a abordagem do período revolucionário.¹⁴²

Consensual e retórica foi também a explicação do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, para justificar a comemoração “institucional” do 25 de Abril em 1994 – celebração que sempre fora rejeitada pelo governo madeirense. Para Jardim¹⁴³, o objetivo da comemoração “é celebrar o movimento político colectivo que pôs fim a cinco séculos e meio de um regime colonial e instituiu uma autonomia política na Madeira”. Entendia, desta forma, que a data “não é propriedade de nenhum partido político ou seja de quem for” e que expressava “um sentimento colectivo da nação para implementar a democracia”.¹⁴⁴ É importante destacar, a este respeito, que os elementos consensuais sobre o 25 de Abril são com frequência mencionados por políticos de direita que defendem visões baseadas na desvalorização/condenação da Revolução, o que indica a plasticidade das *memórias consensuais*. Pode-se dizer, neste sentido, que tais relatos memoriais também se integram no processo de construção da hegemonia cultural neoconservadora: unem culturas políticas de centro-esquerda e de direita através da intenção de distanciamento ético-político em relação período revolucionário e/ou da camuflada/calada condenação deste processo histórico.

É interessante observar a evolução dos discursos de Mário Soares nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril. Enquanto os elementos consensuais estiveram sempre presentes, em 1989 utilizou-se a comparação com a Revolução Francesa como forma de estabelecer ressalvas negativas ao período revolucionário; ao passo que em 1994, a ênfase concentrou-se no carácter “pioneiro” do 25 de Abril. Em 1986, Soares enfatizou a liberdade como o bem supremo que unia o 25 de Abril e o período anterior de luta contra a ditadura: «Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o futuro – um futuro que queremos de liberdade, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo seu direito à diferença, de prosperidade e de paz. Não é de mais, por isso, que saudemos de novo os que o

¹⁴² Por exemplo, as reportagens publicadas em 1994 na revista do *Jornal de Notícias* centravam-se nos múltiplos aspetos do próprio dia 25 de Abril – o papel dos jornalistas durante a ocupação das rádios e televisão, a rendição de Marcelo Caetano, fotografias das mobilizações populares no dia 25: *Notícias Magazine*, 24 de abril de 1994.

¹⁴³ Alberto João Jardim (n.1943): Advogado; jornalista. Foi um dos fundadores do PSD. Ocupou o cargo de Presidente do Governo Regional da Madeira desde 1978 e 2015.

¹⁴⁴ «Jardim quer comemorar 25 de Abril – Há um ano tinha rejeitado a celebração “institucional”», *Público*, 9 de janeiro de 1994, p. 12.

tornaram possível: os militares de Abril e todos aqueles que, ao longo dos anos, e foram tantos, indomavelmente se bateram pela liberdade e pelo direito ao respeito da sua própria dignidade de cidadãos».¹⁴⁵

Em 1989, manteve-se o tom predominante do discurso de Soares no sentido de traçar um balanço amplamente positivo do significado e dos efeitos do 25 de Abril – em oposição à avaliação negativa do contexto ditatorial. Num primeiro momento, elogiaram-se os valores que animaram os resistentes e os militares de Abril, assim como a explosão de libertação do dia 25 de Abril: «A todos os que tornaram possível o Portugal de hoje, livre e democrático (...). Aos jovens e corajosos “capitães de Abril” que derrubaram a mais velha ditadura da Europa. Aos resistentes que nunca vacilaram perante a repressão e sempre acreditaram no estabelecimento da democracia. Ao povo anónimo, que nunca aceitou a ditadura e que durante tantos anos sofreu a opressão, na sombra e no silêncio, mas sempre inconformado, e que, na Primavera de 1974 veio espontaneamente para a rua aclamar, de cravos na mão, a liberdade reconquistada. (...) Uma palavra de solidariedade e de respeito é devida, igualmente, aos nossos irmãos africanos (...) que sempre souberam distinguir o regime ditatorial, que combatiam, do povo português, que sempre considerara aliado». Convém salientar que a menção a África – ainda que dentro de um discurso integrador e retórico – não é comum e não pode ser considerada um elemento consensual; certamente se explica pela presença na sessão solene de 1989 da presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Carmen Pereira.

A seguir, contudo, a analogia com a Revolução Francesa significava a condenação do período revolucionário sob o viés do *totalitarismo*: «O 25 de Abril terá sido, porventura, das derradeiras revoluções europeias de um ciclo iniciado há duzentos anos com a grande revolução francesa. Também ele foi feito em nome da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do inalienável direito dos homens a tornarem-se cidadãos e a decidirem sobre o seu destino colectivo, como nação. Também ele conheceu desvios ao espírito original e sofreu os impulsos contraditórios da tentação restauracionista e da

¹⁴⁵ «Falta construir uma sociedade sem pobreza e sem ignorância – venceu o presidente da República Mário Soares», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1986, p. 2; «Já há muito se sabia que cravo vermelho ao peito nem a todos fica bem – Comemorações na AR», *Avante!*, 30 de abril de 1986, p. 4. No mesmo sentido, com destaque para os valores consensuais sobre o 25 de Abril, na sua mensagem de Ano Novo de 1994, o presidente da República salientou como a “lição do 25 de Abril” que “deve continuar a inspirar-nos” o seu espírito de abertura democrática, de tolerância e de generosidade: «Pessoalmente não me interessam as disputas político-partidárias – afirmou Mário Soares na sua mensagem de Ano Novo», *Jornal de Notícias*, 2 de janeiro de 1994, p. 2.

tentação totalitária. Finalmente, porém, foi o ideal democrático pluralista que prevaleceu – e venceu – na fidelidade ao espírito inicial do 25 de Abril».

Finalmente, Soares sublinhou o desafio da integração europeia como um fruto positivo propiciado pelo 25 de Abril e coerente com o seu legado.¹⁴⁶ É curioso notar que neste caso a desvalorização do período revolucionário a partir da interpretação da ameaça *totalitária* se integra igualmente na perspetiva de uma *memória consensual e integradora*. Ou seja, a avaliação negativa do processo revolucionário não pretende expressar a condenação do período histórico iniciado em 25 de Abril de 1974; pretende, sim, valorizá-lo através de uma demarcação negativa complementar aos demais juízos positivos consensuais evidenciados: a liberdade, a democracia, a oposição à ditadura, a identidade europeia. Pode-se dizer, portanto, que o teor do discurso de Mário Soares de 1989 já indica a tendência para que a visão *revisionista* sobre o período revolucionário se estabeleça como *memória dominante* – percecionada como a expressão do *bom senso*, como um juízo crítico necessário para permitir a valoração positiva do legado *consensual* do 25 de Abril, sob a ótica de culturas políticas moderadas que abrangem, com algumas nuances, desde o centro-esquerda até ao centro-direita.

Esta mesma lógica argumentativa norteou o discurso de Soares de 1994; com a diferença de que as ressalvas em relação ao período revolucionário se limitaram a simples menções indiretas, recaindo a ênfase nas consequências positivas do 25 de Abril em sua condição de “revolução pioneira” e com destaque para o seu carácter de contrariedade do regime ditatorial: «Conseguimos instaurar uma democracia pluralista, vencer os radicalismos de sinal contrário, entrar na Comunidade Europeia, dar a Portugal uma voz respeitada no Mundo. O que se fez nestas duas décadas foi imenso. Recebemos um país amordaçado, isolado, com uma guerra colonial em três frentes, que se perpetuava sem saída nem glória, um país com um imenso atraso, a todos os níveis, sem sociedade civil autónoma. Instituições como a censura e a odiosa polícia política fomentavam o medo, a subserviência, a denúncia. O pensamento era policiado e muitas vezes silenciado». «Fomos capazes, não obstante os acidentes de percurso, de construir um Estado de Direito, de dar voz à sociedade e iniciativa dos cidadãos, de modernizar, até certo ponto, as estruturas económicas e sociais, de consolidar o poder local, de assegurar a autonomia aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, de abrir a cultura e a

¹⁴⁶ «É na Europa do futuro que Portugal está empenhado – sublinhou o presidente Mário Soares», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1989, p. 3.

ciência em diálogo com o que de mais avançado se faz no Mundo, de criar uma consciência de cidadania».¹⁴⁷

Por ocasião da abertura oficial do ciclo de comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril, Soares desenvolveu o argumento da “revolução pioneira”: a comparação com outras democracias que desde 1974 surgiram na Europa meridional, América Latina e Europa de Leste permitia a valorização positiva do 25 de Abril, considerado como precursor da nova vaga de sistemas democráticos. No que diz respeito à Espanha, Soares sublinhou a noção de *transição modelica* a partir da ênfase na influência portuguesa: «graças ao 25 de Abril e à experiência tão rica de ensinamentos e politicamente tão contraditória que nós vivemos, nos anos de 1974 e 75, foi possível realizar-se em paz aquilo que era impensável – a transição democrática espanhola». Mencionou, além disso, a relação entre a resistência contra ditadura e a revolta militar que abriu as portas da libertação e de uma verdadeira revolução. Dentro desta lógica ancorada em elementos consensuais, até mesmo a alusão às “contradições” do período revolucionário ocupava segundo plano num discurso empenhado em delinear uma visão *consensual e integradora* da Revolução: «nós podemos olhar para a Revolução de Abril – com todas as suas contradições, com aquilo que nos uniu e que nos desuniu, com os encontros e desencontros que tivemos uns com os outros com respeito, com liberdade e com a consciência tranquila. (...) O 25 de Abril, apesar de todas as suas contradições, que foram muitas, num processo acidentado, sinuoso e difícil, foi uma revolução de grande sucesso».¹⁴⁸

Deve-se observar, portanto, que as *memórias consensuais* são compatíveis tanto com as *memórias da resistência* quanto com as *memórias revisionistas antirrevolucionárias*. De modo que o processo revolucionário se torna uma *zona de sombra* cuja abordagem se evita com o propósito de preservar um balanço positivo do 25 de Abril a partir de valores consensuais: liberdade, democracia, paz, fim da ditadura,

¹⁴⁷ «Temos de defender a democracia dos perigos que a atropelam – disse Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1994, p. 2.

¹⁴⁸ «Liberdade e juventude», *O Referencial*, edição especial *25 de Abril. 20 Anos*. P. 5-7. Em sentido semelhante, em homenagem em Santarém a Salgueiro Maia e Adriano Correia de Oliveira, Mário Soares ressaltou o carácter precursor da revolução de Abril na “queda de mais trinta ditaduras existentes no mundo”, afirmou que “o mais importante da Revolução dos Cravos é o bem da liberdade” e enfatizou a ideia de “revolução da generosidade”: «Democracia é flor delicada que é preciso cuidar – lembrou Soares aos jovens, na homenagem a Salgueiro Maia», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, p. 3. A noção de “generosidade” norteava também um artigo do então ministro da Saúde, Paulo Mendo, em que se avaliava positivamente a ausência de julgamentos dos vencidos da Revolução e se considerava como uma virtude a identidade europeia propiciada pela democracia decorrente do 25 de Abril: «25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 28 de abril de 1994, p. 10.

integração europeia. Por outro lado, os relatos desta tendência que mencionam as ressalvas em relação ao período revolucionário sugerem a amplitude da reprovação deste período histórico e permitem compreender o progressivo desenvolvimento e visibilidade das *memórias revisionistas* sobre a Revolução.

Em 1986, por exemplo, na sessão solene da Assembleia da República, o deputado do PRD e militar de Abril, Marques Júnior, num discurso centrado no sentido prospetivo do 25 de Abril e na importância de resolver os problemas concretos dos cidadãos, sublinhou terem existido “excessos e desvios” desde o 25 de Abril; contudo, “no cômputo geral” e “após uma ditadura tão longa e tão brutal, nunca houve uma revolução tão bela, tão generosa e tão fraterna”.¹⁴⁹ Também neste caso a argumentação se estrutura de modo que a visão consensual do 25 de Abril se sobreponha e minimize a menção das suas ressalvas. Não deixa de ser significativo refletir, uma vez mais, acerca da cobertura dos jornais sobre as sessões solenes de aniversário do 25 de Abril no Parlamento; no caso específico deste discurso de Marques Júnior, enquanto em *o diário* se optou por salientar os trechos conotados com as *memórias prospetivas*, no *Jornal de Notícias* o destaque recaiu no teor das *memórias consensuais*, com a referência aos “excessos e desvios”, à *revolução bela e generosa*.

Em sentido semelhante posicionava-se a mensagem do então presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral¹⁵⁰, em 1994, em que predominavam os elementos consensuais de rejeição do passado ditatorial, e de elogio da liberdade e democracia, integração europeia, futuro, para além de uma breve referência às ressalvas do período revolucionário: «Vinte anos depois, o 25 de Abril mantém toda a sua luminosa vitalidade. Os ideais de Liberdade, de Democracia, de Desenvolvimento têm valor perene (...). Ora, durante quase cinquenta anos – metade do século XX! – os portugueses estiveram privados dos direitos políticos fundamentais. Portugal, por isso mesmo, parou – enquistando-se numa situação de atraso (...). A Ditadura do Estado Novo oprimia os cidadãos e explorava as colónias. Ambas as situações são, como se tem visto, insustentáveis no longo prazo. O 25 de Abril foi o grande sobressalto... A aurora desse dia despertou a sociedade portuguesa, mobilizou as energias de todos. No

¹⁴⁹ «Depois de descolonizar e democratizar é possível realizar o desenvolvimento – sublinhou o deputado (“capitão de Abril”) Marques Júnior», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1986, p. 3.

¹⁵⁰ Mota Amaral (n.1943): Advogado. Nos últimos anos dos Estado Novo foi deputado à Assembleia Nacional, integrado na chamada *Ala Liberal*. Foi um dos fundadores do PSD. Integrou a Assembleia Constituinte. Exerceu o cargo de Presidente do Governo Regional dos Açores entre 1975 e 1995. Posteriormente, exerceu a função de deputado, tendo sido presidente da Assembleia da República entre 2002 e 2005.

meio de alguns exageros e certamente com erros e insucessos, nunca se viveram tempos de maior generosidade. Valeu a pena o 25 de Abril – e de modo muito especial para os Açores e para os Açorianos. Aqui a Liberdade também se chama Autonomia. Por ela avançamos no progresso, em justiça, e solidariedade, construindo fraternalmente a Unidade Açoreana e dando o nosso contributo para a afirmação de Portugal e da União Europeia (...). Celebrar o 25 de Abril não é pois contemplar estático o passado – mas sim, à bela luz da Liberdade, avançar, confiantes, com entusiasmo e alegria, para enfrentar e vencer os desafios correspondentes rumo ao futuro».¹⁵¹

É possível afirmar que as *memórias consensuais* representam primordialmente setores sociais que se situam politicamente entre o centro-esquerda e o centro-direita e que reconhecem a origem da democracia portuguesa tanto no 25 de Abril quanto no 25 de Novembro – e desta forma se posicionam criticamente em relação ao desenrolar do processo revolucionário. Tais setores sociais em geral também se mostram críticos do Estado Novo – o que demonstra que os relatos memoriais críticos da ditadura beneficiam de um consenso social muito mais amplo do que as interpretações favoráveis sobre a Revolução. Se não se pode dizer que o centro-direita cultiva juntamente com o centro-esquerda as *memórias da resistência* – no sentido de defender expressamente o elogio da resistência antifascista –, professa discursos memoriais nos quais a crítica retórica da ditadura se aproxima do sentido das *memórias consensuais* – sublinhando-se especialmente a falta de liberdades e o atraso no desenvolvimento. No entanto, os relatos memoriais *consensuais* são igualmente defendidos por vozes representativas de culturas políticas de direita, especialmente políticos, quando pretendem ressaltar uma visão positiva – ou ao menos não-negativa – sobre o 25 de Abril.

Por vezes, um tal posicionamento aproxima-se mais da ideia de *superação do passado*, devido à intenção principal de evitar a abordagem sobre a Revolução. Este foi o sentido do discurso deputado do PSD, Passos Coelho¹⁵², na Assembleia da República em 1994. Em sessão solene pontuada por críticas ao *branqueamento* da ditadura e desvalorização do 25 de Abril, por parte dos deputados do PS e do PCP, e repreensão às

¹⁵¹ «Ideais de liberdade têm valor perene – mensagem de Mota Amaral dirigida aos jovens», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, p. 4. Pautado por ótica semelhante, um depoimento da ex-social-democrata convertida ao PS, Helena Roseta, centrava-se na alegria dos primeiros momentos do 25 de Abril, muito embora sugerisse a ideia do período revolucionário como desvio e ameaça à democracia: *Expresso, Revista – 20 anos de nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 135.

¹⁵² Pedro Passos Coelho (n.1964): Gestor de empresas; político do PSD. Exerce a função de primeiro-ministro desde 2011, num governo de coligação com o CDS. Em 1978 aderiu à Juventude Social Democrata, tendo sido presidente de sua Comissão Política Nacional entre 1990 e 1995. Foi deputado à Assembleia da República entre 1991 e 1999.

reações de indignação em virtude da presença de um ex-agente da PIDE em debate televisivo da SIC, por parte do deputado do CDS, o representante social-democrata optou pela evasão em relação à apreciação do passado recente, destacando “o respeito por aqueles que guardam sábia e prudente discrição sobre o passado”.¹⁵³ A ideia de *superação do passado* evidenciava-se também em artigo do socialista Raul Rego, em que se repreendia a polémica e a tendência para as acusações mútuas que a data do 25 de Abril suscitaria¹⁵⁴; neste caso a afinidade com as *memórias consensuais* vincula-se ao objetivo de evitar os conflitos em torno da interpretação do passado.

É interessante observar os resultados de uma reportagem do *Público* que inquiriu dezanove personalidades a respeito do melhor e do pior sobre o pós-25 de Abril.¹⁵⁵ Enquanto os elementos consensuais – em especial a liberdade e a democracia – figuravam entre os aspetos positivos, eram igualmente abundantes na lista dos negativos o processo revolucionário e a descolonização.¹⁵⁶ Entre os fatores positivos eram recorrentes também a *integração europeia* (Belmiro de Azevedo, Calvet Magalhães, Eduardo Lourenço, Fernando Mascarenhas, Pinto Balsemão, João Alves, Jorge Jardim Gonçalves, Nuno Teotónio Pereira, Pezarat Correia, Vasco Pulido Valente); o *fim da guerra colonial* (Artur Jorge, Calvet Magalhães, João Alves, Jorge Martins, José Mariano Gago, José Mattoso, Luís Miguel Cintra, Manoel de Oliveira); o *fim da ditadura/de suas instituições* (Artur Santos Silva, Fernando Mascarenhas, Pinto Balsemão, Jorge Martins, J. Mariano Gago, J. Mattoso, Luís M. Cintra, N. Teotónio Pereira); o *poder local* (João Alves, N. Teotónio Pereira, Pezarat Correia, V. Pulido Valente). Além disso, o 25 de Novembro foi apontado como elemento positivo por Pinto Balsemão e Manoel de Oliveira – ao contrário da apreciação de José Saramago, que entendia que “o pior do 25 de Abril foi o 25 de Novembro”.

¹⁵³ «Soares exalta actualidade de Abril – Demarcação direita/esquerda sobre a memória da revolução marca comemorações no Parlamento», *Público*, 26 de abril de 1994, p. 9.

¹⁵⁴ «Todos foram heróis», *Jornal de Notícias*, 12 de abril de 1994, p. 4.

¹⁵⁵ Ana Salazar, estilista; Artur Jorge, treinador de futebol; Artur Santos Silva, banqueiro; Belmiro de Azevedo, empresário; Calvet Magalhães, embaixador; Eduardo Lourenço, professor universitário; Fernando Mascarenhas, 10º marquês de Fronteira e Alorna; Francisco Pinto Balsemão, empresário; João Alves, bispo de Coimbra e presidente da Conferência Episcopal; Jorge Jardim Gonçalves, banqueiro; Jorge Martins, pintor; José Mariano Gago, professor universitário; José Mattoso, historiador; José Saramago, escritor; Luís Miguel Cintra, ator e encenador; Manoel de Oliveira, cineasta; Nuno Teotónio Pereira, arquiteto; Pedro Pezarat Correia, brigadeiro na reserva, militar de Abril; Vasco Pulido Valente, sociólogo.

¹⁵⁶ É interessante a comparação com uma reportagem de *o diário* baseada em depoimentos de personalidades a respeito do significado dos cravos; neste caso sobressaíam visões amplamente positivas sobre o 25 de Abril: ideia de alegria pelo fim da ditadura e da guerra, sentido de libertação e de esperança. «Cravos de Abril: flores da madrugada e símbolos da paz», *o diário*, 25 de abril de 1989, p. 6, 7.

A conjugação entre juízos positivos consensuais sobre o 25 de Abril e a ampla condenação do processo revolucionário apresentava-se em numerosas opiniões: Artur Santos Silva, Belmiro de Azevedo, Calvet Magalhães, Pinto Balsemão, João Alves, V. Pulido Valente. Até mesmo apreciações que não defendiam ou não enfatizavam a condenação do período revolucionário indicavam alguns de seus aspetos como pontos negativos, tais como as ocupações (Manoel de Oliveira), as nacionalizações e reforma agrária (E. Lourenço, J. Jardim Gonçalves), a descolonização (E. Lourenço, Manoel de Oliveira, J. Jardim Gonçalves, J. Mattoso, N. Teotónio Pereira). A descolonização é, sem dúvida, o âmbito que sofria a mais abrangente rejeição.

Inclusive o capitão de Abril Pizarat Correia apontava como o contraponto negativo da liberdade oriunda do 25 de Abril a “embriaguez libertária de 1974-75 que arrastou o país para as fronteiras da anarquia e da guerra civil”. É curioso notar que para Belmiro de Azevedo¹⁵⁷ o *Verão Quente* tanto podia figurar como um aspeto positivo – quando entendido sob a ótica da democracia, tendo significado o “curso mais intensivo de aprendizagem democrática” e permitido o “desenvolvimento do cidadão” – quanto negativo – quando apreciado sob o ponto de vista político; neste caso era considerado a expressão “de um provável regime político totalitário”. Excepcional é o depoimento de Luís Miguel Cintra, que atribuía amplo sentido positivo ao período revolucionário; também como exceção, Nuno Teotónio Pereira imprimia valor positivo ao movimento popular e particularmente à ocupação de casas, mencionando o projeto SAAL, além de repreender a contrarreforma agrária e a “vaga de atentados reaccionários no Norte em 1975, sob a égide da rede bombista e do MDLP, manifestação de intolerância em relação às forças de esquerda”.

É interessante sublinhar ainda os posicionamentos que combinam enfáticas rejeições do passado ditatorial com detalhadas condenações do processo revolucionário. Artur Santos Silva¹⁵⁸ chega a mencionar como elemento negativo a “ausência de um juízo histórico e cívico sobre a ditadura, traduzida na ignorância, particularmente entre

¹⁵⁷ Belmiro De Azevedo (n.1938): Empresário. Principal acionista da Sonae, multinacional que detém o capital de redes de hipermercados, lojas de conveniência, restauração, para farmácias, vestuário, desporto, eletrónica, telecomunicações, software e meios de comunicação. Segundo a revista *Forbes*, figura entre as personalidades mais ricas do mundo.

¹⁵⁸ Artur Santos Silva (n.1941): Jurista e banqueiro. Foi diretor-geral do Banco Português do Atlântico entre 1968 e 1975. Integrou o VI Governo Provisório (setembro de 1975 a julho de 1976) como secretário de Estado do Tesouro. Entre 1977 e 1978 foi vice-governador do Banco de Portugal. Fundou a Sociedade Portuguesa de Investimentos, que presidiu entre 1981 e 1985 e que posteriormente se transformou no Banco Português de Investimento. Desde 2012 é presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

os mais jovens, sobre a polícia política, a repressão, o pensamento vigiado, a intimidação, a censura, a proibição de partidos políticos e sindicatos livres, que caracterizaram o regime nascido em 28 de Maio de 1926”. Pinto Balsemão¹⁵⁹, por sua vez, traçou um balanço final favorável pautado pela desaprovação do *branqueamento* do salazarismo: «Estamos melhor do que estávamos e isto não apenas porque passaram 20 anos, mas porque o 25 de Abril, com todos os sobressaltos, perplexidades e contradições que provocou, foi um tremendo acelerador em todas as áreas da vida portuguesa. É importante sublinhar este efeito positivo, numa ocasião em que parece haver um esforço para limpar o salazarismo. Nunca é de mais repetir que o salazarismo nos deixou no último lugar de praticamente todas as estatísticas europeias, nos obrigou a viver sem liberdade durante décadas, forçou centena de milhares de portugueses a emigrarem para o estrangeiro e nos mergulhou num problema ultramarino insolúvel pela via militar».¹⁶⁰

Ou seja, embora a condenação do processo revolucionário não possa ser considerada como um elemento consensual – pois as *memórias consensuais* são integradoras e não pretendem estabelecer juízos negativos; o que não impede, contudo, que as interpretações que condenam a Revolução constituam *memórias dominantes* em 1994, defendidas inclusive por muitas das vozes que professam as *memórias consensuais* –, o estabelecimento de sucintas ressalvas ao período revolucionário é frequente entre as *memórias consensuais*. Neste caso, a exaltação dos valores consensuais e retóricos cumpre o propósito de minimizar a relevância do período revolucionário, de cujo significado as *memórias consensuais* pretendem demarcar-se.¹⁶¹

Pode-se dizer, enfim, que as *memórias consensuais*, ao reunir a representação de culturas políticas de centro-esquerda e de direita – ou seja, setores sociopolíticos que

¹⁵⁹ Francisco Pinto Balsemão (n.1937): Empresário. Entre 1969 e 1973 foi deputado independente à Assembleia Nacional, integrado na chamada *Ala Liberal*. Foi um dos fundadores do PSD. Foi deputado à Assembleia Constituinte e posteriormente à Assembleia da República, eleito em 1979, 1980 e 1985. Ocupou o cargo de ministro de Estado Adjunto do primeiro-ministro no governo Sá Carneiro e de primeiro-ministro entre 1981 e 1983. Fundou o semanário *Expresso* em 1973 e é presidente da *holding* Impresa.

¹⁶⁰ «Personalidades escolhem o melhor e o pior», *Público*, 24 de abril de 1994, p.4-9.

¹⁶¹ Um claro exemplo desta tendência foi evidenciado no fórum eletrónico da revista *Visão*: «o 25 de Abril não tem donos. Uma esquerda que se agarra à data do 25 de Abril como se fosse propriedade sua fica apenas com isso mesmo: uma data. Uma direita que se sente desconfortável com um período que é hoje património de todos os portugueses será deixada para trás. O povo português, esse, já há algum tempo tomou conta do seu destino e transformou o 25 de Abril naquilo que mais podemos aspirar: uma oportunidade de construir o futuro em paz e democracia. Que muitos de nós tenham tido a generosidade de então acreditar em ideais que mais tarde se tornaram totais equívocos é compreensível. Que os portugueses tenham tido a sabedoria de rejeitar a tempo novos enganos é certamente louvável. O 25 de Abril é cada vez menos uma data e cada vez mais o reconhecimento da sensatez e equilíbrio do nosso povo». «Nós e o 25», *Visão*, 23 de junho de 1994, p. 90.

reconhecem a origem da democracia portuguesa no 25 de Abril *e* no 25 de Novembro ou *unicamente* no 25 de Novembro¹⁶² –, promovem, por um lado, a valorização positiva do 25 de Abril, em certos casos de forma retórica ou até mesmo desprovida de significação política. Por outro lado, abrangem igualmente o estabelecimento de ressalvas em relação ao período revolucionário, para além de serem compatíveis com as interpretações baseadas na ampla condenação deste processo histórico – as *memórias revisionistas antirrevolucionárias*. Uma tal compatibilidade permite notar o desenvolvimento da hegemonia cultural neoconservadora, com o progressivo destaque de juízos condenatórios do processo revolucionário no teor dos relatos consensuais. Com efeito, no vigésimo aniversário do 25 de Abril as *memórias revisionistas antirrevolucionárias* podem ser consideradas como discursos dominantes. É num tal contexto que irrompem no espaço público português as até então *subterrâneas* memórias das culturas políticas de esquerda.

Sob outra perspetiva, é interessante considerar ainda que o teor das *memórias consensuais*, baseado numa omissão ou *apaziguamento* quanto a posicionamentos ético-políticos em relação ao passado de Revolução e de ditadura, norteou a segunda fase da memória pública sobre o passado recente: a fase da *repressão da memória*. E foi num tal ambiente político-social favorável que lentamente se foram desenvolvendo os discursos públicos *revisionistas*. No contexto da controvérsia de 1994, uma tal perspetiva conciliatória acerca da alusão ao passado era defendida em editoriais do *Expresso*. Num deles, de Fevereiro, a partir de exemplos de episódios ocorridos na esfera militar que incidiam sobre o *uso público* do passado recente, identificava-se a existência de um cenário social propício à divulgação de visões do passado representativas da extrema-direita: «A inauguração do monumento aos combatentes da guerra colonial, a extinção dos comandos, o julgamento póstumo de Francisco Sousa Tavares (e a demissão, na sequência da absolvição dos réus, do presidente do Supremo Tribunal Militar) têm trazido ao de cima uma verdade insofismável mas que tem estado nos últimos anos camuflada: a extrema-direita militar existe, está descontente e não se conformou com certos actos praticados pelo poder instituído após o 25 de Abril. A ideia que se retira é a de que, durante duas décadas, a parte mais conservadora das Forças Armadas portuguesas viveu reprimida – e que agora, pela primeira vez, encontrou

¹⁶² Cf. LOFF, 2014, *op. cit.*, p.42.

ambiente para dizer o que sente e o que pensa».¹⁶³ Diante da confrontação pública entre visões antagónicas sobre o passado do Estado Novo e da Revolução, reivindicava-se a postura de conciliação, que deveria ser assumida pelo poder político: «Sucedem que o país é só um. E, para que os “dois Portugais” possam coexistir em paz, é necessário que o Governo e o Presidente da República, nas comemorações da revolução que se aproximam, mostrem cautela e bom senso. Nem o 25 de Abril deve renegar o passado nem o passado tem o direito de pôr em causa a liberdade trazida pelo 25 de Abril. O que é necessário é que, 20 anos passados sobre a revolução, o país a digira – e perceba que a ideia de Pátria e a ideia de liberdade não são incompatíveis». Em outro editorial, de Março, são reiterados estes argumentos baseados numa visão *consensualizada* do passado: «Esperemos que o debate que irá necessariamente ter lugar não contribua para a radicalização de posições. Esperemos que o país consiga fazer a síntese entre um passado colonial, que não deve querer apagar da memória, e um futuro necessariamente europeu a que se não pode furtar».¹⁶⁴

É curioso constatar como tais argumentos se aproximam da ideia de *superação do passado* – noção que, em diversos casos nacionais, e particularmente no espanhol, alcança destaque no espaço público durante as fases de *repressão da memória*. No caso português, a *Europa/adesão à União Europeia* constitui uma retórica recorrente para reiterar a ênfase no futuro e, desta forma, o distanciamento da realidade presente em relação ao passado revolucionário. No entanto, em 1994, o intenso debate que se engendrou no espaço público português não foi dominado pelos discursos *consensuais/conciliatórios* sobre o passado, e sim por visões enfrentadas entre a desvalorização do período revolucionário e/ou *branqueamento* da ditadura e as denúncias da deturpação e esquecimento da história recente. Consolidava-se, assim, a fase da *obsessão memorial*.

5-3. Fase da *obsessão memorial*: a reação pública contra o *revisionismo histórico* e o desenrolar do *combate pela memória*

A discussão sobre o passado no espaço público português surge como um movimento de indignação contra o *branqueamento* do Estado Novo e a desvalorização

¹⁶³ “O julgamento póstumo de Francisco Sousa Tavares” refere-se ao caso das pensões atribuídas a dois ex-inspetores da PIDE: em 1992 o Supremo Tribunal Militar instaurou um processo-crime contra Sousa Tavares e Vicente Jorge Silva, diretor do jornal *Público*, a propósito de artigo que criticava duramente a medida aprovada pelo STM e referendada pelo governo.

¹⁶⁴ «Ajuste de contas», *Expresso*, 5 de fevereiro de 1994, p.14; «Tenreiro e o futuro», *Expresso*, 26 de março de 1994, p. 20.

da Revolução. O marco inicial desta nova fase da memória pública – uma espécie de ensaio do amplo debate que se desenvolve no vigésimo aniversário do 25 de Abril – pode ser considerado a polémica em torno da concessão pelo Estado português, em 1992, nas vésperas do 25 de Abril, de pensões a dois ex-agentes da polícia política da ditadura, a PIDE/DGS. Segundo esclarece Loff, a concessão destas pensões faz-se ao abrigo do Decreto-Lei nº 404/82, de 24 de Setembro, aprovado no governo Pinto Balsemão, que regulava o processo de “concessão das pensões de preço de sangue e das pensões por serviços excepcionais ou relevantes prestados ao País”.¹⁶⁵ Enquanto no primeiro caso – “pensões de preço de sangue” – o direito à pensão se origina do falecimento decorrente do cumprimento do serviço militar ou serviço público ou oficial (no caso de médicos, veterinários, farmacêuticos, engenheiros e técnicos), no segundo – “pensões por serviços excepcionais ou relevantes prestados ao País” – relaciona-se à “prática, por cidadão português, militar ou civil, de feitos praticados em teatro de guerra, actos de abnegação e coragem cívica ou altos e assinalados serviços à Humanidade ou à Pátria” ou à “prática, por qualquer funcionário ou agente do Estado, de algum acto humanitário ou de dedicação à causa pública de que resulte a impossibilidade física ou o falecimento do seu autor”. O processo deveria ser requerido pelo interessado ou por “ordem do Governo no ministério de que depender ou dependia a pessoa a que respeitar o efeito ou serviço justificativo dela”. Após o parecer favorável do Supremo Tribunal Militar, “quando o facto justificativo da mesma pensão seja a prática de actos realizados em teatro de guerra, e da Procuradoria-Geral da República, nos demais casos”, as pensões concediam-se através de resolução do “Conselho de Ministros mediante proposta do Ministro de Estado e das Finanças e do Plano”.¹⁶⁶

As duas pensões concedidas em 1992 envolveram a aprovação do STM e, portanto, justificavam-se por supostos “feitos praticados em teatro de guerra” por parte dos ex-agentes da PIDE que reclamaram o benefício. A polémica ocasionada em 1992 foi ainda maior porque esta mesma pensão “por serviços excepcionais ou relevantes prestados ao País” tinha sido negada três anos antes a Salgueiro Maia, o capitão que em 25 de Abril de 1974 comandara as forças militares que cercaram o Terreiro do Paço e o Quartel do Carmo, obrigando à rendição de Marcelo Caetano, e que havia falecido no princípio de Abril, dias antes da divulgação da notícia sobre as pensões concedidas a expides. O pedido de pensão de Salgueiro Maia nunca obteve resposta – o que significa

¹⁶⁵ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 90.

¹⁶⁶ Cf. Diário da República nº 222/1982, série I de 1982-09-24, decreto-lei nº 404/82.

que não recebeu a ratificação do governo Cavaco Silva –, apesar do parecer positivo unânime do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.¹⁶⁷

Pode-se dizer que tais medidas refletem uma política de memória, de reparação económica, que beneficiam expressamente ex-integrantes da PIDE justamente pelo exercício de funções na polícia política do Estado Novo – de forma paralela à rejeição, em contraposição, do reconhecimento de “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País” a um dos militares que esteve à frente do processo de derrube da ditadura em 25 de Abril de 1974. Por outras palavras, invertendo-se a conduta supostamente esperada de regimes democráticos no sentido de implementar políticas de memória em favor dos resistentes contra a ditadura que os precedeu, o governo social-democrata apenas reconhecia o *mérito* de ex-agentes da polícia política. Neste sentido, estas medidas podem ser consideradas como uma expressão do *revisionismo histórico* no âmbito das políticas públicas, pois se fundamentam no mesmo propósito de *branqueamento* do Estado Novo e desvalorização da Revolução que as interpretações sobre o passado baseadas neste modelo hermenêutico defendem. Com efeito, conforme observa Loff:

«O que se começa a notar no início dos anos 90 é um revisionismo histórico, em versão altamente agressiva da memória da luta contra a ditadura sobre a qual, em teoria, se baseia a democracia portuguesa, que havia avançado de tal forma que, talvez pela primeira vez, e em reação, se começa a reconstituir uma nova frente da memória do antifascismo que se havia rompido como consequência, entre outras, do 25 de Novembro nas políticas de memória, bem como pelo ambiente vivido no pós-queda do Muro de Berlim».

Um tal contexto explica que em 1992, a propósito da polémica das pensões, Francisco Sousa Tavares¹⁶⁸, ex-deputado do PSD, que “fizera à direita quase todo o seu percurso político pós-25 de Abril”¹⁶⁹ escrevesse um artigo, originalmente publicado no

¹⁶⁷ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 90. Conforme ressalta Loff, apenas no final do segundo governo Guterres, em 2001, é que a lei passou a especificar (decreto-lei nº 161/2001, de 22 de maio) que, no âmbito dos “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País”, “se entende por exemplar conduta moral e cívica a observância, de modo constante e permanente, do respeito pelos direitos e liberdades individuais e coletivos, bem como pelo prestígio e dignidade do País” (p. 91). Foi apenas no início do governo Guterres, em 1995, que se concedeu uma “pensão de sangue” a Salgueiro Maia. Cf. «Cavaco criticado por biógrafo de Salgueiro Maia», *Expresso*, 10 de junho de 2009: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/cavaco-criticado-por-biografo-de-salgueiro-maia=f520190>, consultado em 20 de maio de 2015.

¹⁶⁸ Francisco de Sousa Tavares (1920-1993): Advogado; jornalista. Foi oposicionista ao Estado Novo. Foi deputado pelo PS, partido ao qual pertenceu até ao final dos anos 1970, e posteriormente pelo PSD. Foi ministro da Qualidade de Vida entre 1983 e 1985, no governo do Bloco Central.

¹⁶⁹ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 91.

Público, em que manifestava a sua contundente revolta pela decisão do STM e do governo em conceder pensões por serviços distintos a “dois ‘heróis’ dos que julgaram a nação, durante décadas sem fim”.¹⁷⁰ Ou seja, pode-se dizer que no início dos anos 1990 o avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português começava a incomodar inclusive algumas vozes representativas de culturas políticas de centro-direita. É num tal ambiente político-social, contando com o respaldo de uma ampla indignação social contra o *branqueamento* da ditadura, que as memórias das culturas políticas de esquerda ganham força e visibilidade no espaço público.

É significativo comparar a diferença no ambiente político-social de 1992 e de 1989, quando a atribuição desta mesma pensão por “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País” “ao inspector da ex-DGS”, Fernando Ferreira Alves, alcançou mínima repercussão na imprensa. Apenas *o diário*, no conjunto da imprensa analisada para este trabalho, noticiou a concessão da pensão, assim como o envio de um requerimento ao Governo, por parte dos deputados socialistas Manuel Alegre e José Luís Nunes, com um pedido de explicações sobre as razões que teriam determinado a atribuição de pensão especial a um ex-membro da PIDE-DGS que exercera funções na Guiné até ao 25 de Abril.¹⁷¹ É curioso o contraste entre o silêncio da imprensa sobre esta medida governamental de 1989 e a ampla indignação social gerada em 1992. Pode-se afirmar que semelhante destaque e repercussão tão diferentes conferidos a notícias análogas refletem o desenrolar do processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora pautada pelas premissas do *revisionismo histórico*. Pois em 1992 já era muito mais evidente do que em 1989 a visibilidade e recorrência de discursos públicos empenhados em reabilitar a ditadura e desvalorizar o 25 de Abril.

5-3.1. O vigésimo aniversário do 25 de Abril e a consolidação da hegemonia cultural neoconservadora: a consagração do *revisionismo histórico* no espaço público português

5-3.1.1. Entre as *memórias consensuais* e a tese da *dérápée à portuguesa*: a desvalorização do processo revolucionário como *memória forte*

¹⁷⁰ “Motivos que envergonham Portugal”, *Diário de Notícias*, 14 de novembro de 1992, p. 8. Em virtude do conteúdo deste artigo, instaurou-se um processo-crime contra Sousa Tavares e o jornal *Público* devido a *injúrias pessoais* aos juizes do STM. Para a repercussão na imprensa desta polémica de 1992 a respeito das pensões concedidas a ex-pides, cf. SOUTELO, Luciana. *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

¹⁷¹ «Cavaco e Cadilhe dão pensão a ex-PIDE – por serviços prestados à pátria», *o diário*, 21 de abril de 1989, p. 1. «Interrupção da revisão conta com apoio de muitos socialistas – Manuel Alegre a “o diário”», *o diário*, 5 de maio de 1989, p. 7.

Em 1994, através da profusão de iniciativas comemorativas e, particularmente, do empenho dos jornais em publicar reportagens e entrevistas com personalidades públicas – políticos, intelectuais, empresários, militares, etc. – a respeito da Revolução, observa-se que é dominante no espaço público português a interpretação baseada na ideia da *dérápée à portuguesa*. É possível dizer que se verifica, em larga medida, uma sobreposição entre as *memórias consensuais* e tal tendência das *memórias revisionistas*, em que com frequência se salienta positivamente a liberdade e a democracia devidas ao 25 de Abril, assim como a oposição à ditadura – portanto, em certos casos estes relatos são também compatíveis com as *memórias da resistência*. A diferença radica na esquiva de abordar o processo revolucionário ou opção por não enfatizar sua caracterização negativa, no caso das *memórias consensuais*, ao contrário das interpretações baseadas na tese da *dérápée à portuguesa*. Muitas vezes, a argumentação constrói-se de modo que a desvalorização do processo revolucionário é entendida como condição necessária e natural para a avaliação positiva do 25 de Abril que se deseja ressaltar, com base nos elementos consensuais – ou seja, muitas *memórias revisionistas* defendem um significado favorável para o 25 de Abril, uma vez extirpado do radicalismo revolucionário. Representam culturas políticas desde o centro-esquerda até à direita; pode-se dizer que a própria estrutura destes discursos, pautados pela ideia de *desvio* do período revolucionário, indica a intenção de valorizar os significados do 25 de Abril e do 25 de Novembro.

Assim, em artigo do jornalista Pacheco de Andrade, ao abordar-se os programas televisivos de 1994, nos quais identificar-se-ia o estabelecimento de “duas trincheiras” com “posições indialogáveis”, defende-se a necessidade de assumir frontalmente as sombras do 25 de Abril: «Para quê omitir os saneamentos selvagens que aterrorizaram milhares de trabalhadores, a manipulação dos órgãos de comunicação social, o cerco ao Patriarcado, o assalto à Rádio Renascença, a ocupação anárquica das casas, as prisões arbitrárias? Tudo isso deve vir à ribalta, não deve ser escamoteado, uma vez que ignorá-lo ou esquecê-lo só reverte em desfavor de um “25 de Abril” que o tempo credibilizou. Foram fases negativas da revolução, algumas deixaram cicatrizes». E em seguida destaca-se o sentido positivo consensual do 25 de Abril, fundado na democracia formal e na superação da ditadura: «hoje há que olhar os horizontes que se abriram, um país diferente em que os direitos das pessoas não são silenciados, em que a expressão é livre, em que o poder não é um privilégio mas uma responsabilidade, (...) em que a opressão de alguém sobre alguém é sentenciável pela opinião pública, em que, na teoria e na lei,

todos são iguais, embora, depois, a prática quotidiana, por vezes o desminta, em que o medo de ser vigiado desapareceu, em que o Estado é todo poderoso, mas pode ser processado por um cidadão e, seguidamente, condenado, em que as pessoas reconhecem que vivem num país livre (...). Isso é democracia, e é diferente (...) do que vivemos antes (...) é este “25 de Abril” que devemos comemorar, este 25 de Abril de luzes e sombras».¹⁷²

Segundo esta mesma perspetiva, em artigo de José Augusto Seabra¹⁷³, dedicado aos jovens, manifesta-se inicialmente a importância de cultivar a memória da oposição à ditadura e a seguir defende-se a condenação do período revolucionário, considerado contrário à democracia: «Passada a euforia inicial, que a recuperação desta [liberdade] provocou no povo português, seguiu-se, como se sabe, uma luta implacável pelo poder, que alguns pensavam, como Mao Tsé-Tung, estar na ponta das espingardas, enquanto outros, mais organizados, puxavam por detrás os cordéis, para no momento oportuno tomarem o comando do “processo revolucionário em curso”, através de um poder totalitário. Muitos jovens foram então atraídos por essa “ilusão revolucionária”. Alguns deles, inebriados pelo marxismo-leninismo, semearam a agitação e a desordem, dificultando aliás os desígnios dos comunistas. Outros alinharam num projecto de subversão militar extremista. Só a muito custo os jovens democratas puderam então afirmar-se, sob o signo do socialismo ou da social-democracia. Mas eles tiveram o mérito de se opor a ideologias alienantes, condenadas ao fracasso».¹⁷⁴ É interessante observar que este género de interpretação sobre o processo revolucionário, sustentado na teoria do *totalitarismo*, reconhece unicamente a atuação das forças político-partidárias e militares; os movimentos sociais ou estão ausentes da análise ou são lidos como *manipulados* por aquelas forças.

Em outro artigo de Augusto Seabra, a *memória da resistência* é evocada como legitimação da *memória antirrevolucionária*; recorre-se inclusive a especulações contra factuais para justificar a necessidade de “resistência” contra a “perversão totalitária”: «É que eles [os comunistas] não deixariam, se tomassem o poder, de procurar criar uma

¹⁷² «Mais luzes do que sombras», *Jornal de Notícias*, 16 de abril de 1994, p. 68.

¹⁷³ José Augusto Seabra (1937-2004): Professor universitário; diplomata. Aos 17 anos foi preso pela PIDE pela primeira vez. A partir de 1961 exilou-se em França, e só regressou a Portugal após o 25 de Abril. Integrou a Assembleia Constituinte pelo PPD; foi deputado à Assembleia da República pelo PSD. Ocupou o cargo de Ministro da Educação no governo do Bloco Central (1983-1985). A partir 1985 foi embaixador de Portugal na UNESCO; após ser nomeado para a embaixada de Nova Delhi, demitiu-se em protesto por seu afastamento compulsivo do Conselho Executivo da UNESCO por parte do governo Cavaco Silva.

¹⁷⁴ «O 25 de Abril e a juventude», *Jornal de Notícias*, 21 de abril de 1994, p. 36.

nova “Tcheca”, que sucederia à PIDE de que foram eles mesmos vítimas. Houve então quem achasse “exagero” o nosso receio de que tal viesse a suceder! Mas, quando o perigo chegou, tivemos de ser nós e outros resistentes ao antigo regime a erguer-nos contra os métodos que iam pervertendo a jovem democracia portuguesa (...). Valeu pois a pena o nosso “exagero”! Ele serviu para pôr a nu o risco de ver proliferar os germes de uma nova ditadura, quando mal nos tínhamos libertado da outra. Se os aprendizes de neo-totalitários recuaram, foi porque conseguimos detectar a tempo e impedir no ovo as primeiras manifestações dessa perversão, que teriam ganho corpo se as deixássemos desenvolver-se. A experiência de repressão salazarista, pelos métodos pidescos tinha-nos servido para aprendermos a reconhecer as suas metástases. Ela dava-nos ao mesmo tempo autoridade moral para fazermos ouvir a nossa voz». Nestes termos, reivindica-se a tese do *duplo legado* da democracia portuguesa: «nossa democracia, que foi construída com tanta dificuldade, contra as tentativas de ressurgência quer dos remanescentes de um regime ditatorial de triste memória, quer das veleidades de instauração depois do 25 de Abril de idênticas práticas».¹⁷⁵

Pode-se afirmar, portanto, que a condenação do processo revolucionário constitui um denominador comum que une – sob a égide do anticomunismo – interpretações e estratégias argumentativas das culturas políticas de extrema-direita e direita e das culturas políticas moderadas de centro-direita e centro-esquerda. Estas últimas apresentam a particularidade de reivindicar as *memórias da resistência* como forma de legitimar a visão *revisionista* da *dérapage à portuguesa* acerca do período revolucionário. Assim se orienta um artigo de João Carlos Espada¹⁷⁶, cuja perspetiva pessoal sobre o passado recente português é esclarecida já no primeiro parágrafo, ao afirmar que a Revolução dos Cravos o havia libertado de duas ditaduras, “a ditadura propriamente dita de Salazar e Marcelo Caetano (...) e a servidão voluntária do marxismo, à qual me entregara na adolescência, com o intuito de combater o antigo regime”. Nestes termos, a crítica da ditadura constitui a principal sustentação da condenação do período revolucionário: «A razão pela qual o antigo regime pode e deve ser condenado, é que ele teve 48 anos para provar o que valia, e não valia nada: caiu como um castelo de cartas, sem ninguém a defendê-lo, e dando origem a uma arriscada revolução que podia ter descambado em desastre. Não foram os homens do antigo

¹⁷⁵ «A perversão da democracia», *Jornal de Notícias*, 2 de junho de 1994, p. 40.

¹⁷⁶ João Carlos Espada (n.1955): Cientista político, professor universitário. Foi militante da UDP. Exerceu o cargo de consultor para os Assuntos Políticos nos primeiros mandatos presidenciais de Mário Soares (1986-1991) e de Cavaco Silva (2006-2011). Colabora regularmente na imprensa.

regime que evitaram a derrapagem comunista da revolução, foram eles que lhe criaram as condições favoráveis».

Evoca-se o crítico e contemporâneo da Revolução Francesa, Edmund Burke, para defender a via reformista em contraposição à revolucionária: «se o antigo regime valesse alguma coisa, ter-se-ia reformado sem revolução. Os regimes mais civilizados evoluem sem sobressaltos. Os regimes fundados na força dão origem a revoluções». A apreciação sobre a descolonização – considerada um “desastre” – reitera ainda uma tal análise que repreende a ditadura ao responsabilizá-la pela ocorrência da Revolução: «o antigo regime criou, em Portugal e nas colónias, o deserto à sua volta. A sua intransigência mesquinha fomentou a falsa alternativa entre sujeição e revolução». Finalmente, contudo, recorrendo-se à argumentação das *memórias consensuais*, o balanço final é positivo. Considera-se que “[a]pesar de erros e tropeções (...) a revolução portuguesa foi invulgarmente feliz” – por ter inaugurado uma vaga de democratizações no sul da Europa, na América Latina e no Leste Europeu, e por ter permitido “a mais importante ‘revolução’”: o ingresso na Comunidade Europeia.¹⁷⁷

A condenação do período revolucionário apresenta-se igualmente em artigo de António Barreto¹⁷⁸, no qual se sugere a ideia de oposição entre *revolução* e *democracia*: «A revolução política deu origem à revolução social e económica. Durante alguns meses, o horizonte democrático ficou mais longe». A partir de um tal referencial, repreende-se a conduta das forças políticas atuantes no processo revolucionário, tanto no que diz respeito à “desastrosa descolonização” – inclusive no que tange às responsabilidades do Estado Novo – quanto a propósito “[d]a reforma agrária, [d]as nacionalizações, [d]os saneamentos, [d]as ocupações de casas, [d]as prisões sem mandato e [d]as famigeradas sevícias praticadas em quartéis”. Formula-se ainda a teoria da ameaça de nova ditadura: «As tentativas comunistas e militares de, com muito terror e pouca violência, estabelecer um regime autoritário foram derrotadas pelas urnas, sem terror nem violência, caso raro na história». A visão conclusiva acerca do 25 de Abril é, não obstante, favorável, com base na dupla condenação do salazarismo e do processo revolucionário: «Custa-me, dói-me, mas finalmente tenho orgulho de viver

¹⁷⁷ «Vinte anos depois», *Público*, 25 de abril de 1994, p. 19.

¹⁷⁸ António Barreto (n.1942): Sociólogo. Foi militante do PCP nos anos 1960. Aderiu ao PS em 1974. Integrou a Assembleia Constituinte. Participou no VI Governo Provisório como secretário de Estado do Comércio Externo. No I Governo Constitucional, de Mário Soares (1976-1978), exerceu os cargos de ministro do Comércio e Turismo e, posteriormente, ministro da Agricultura e Pescas; foi responsável pelo projeto que iniciou a reversão da reforma agrária – aquela que ficou conhecida como “lei Barreto” foi aprovada no Parlamento em 1977. Colabora regularmente na imprensa e televisão.

num país que perdoou déspotas e inquisidores, os do salazarismo e os da revolução. Sei que o perdão nem sempre o foi por generosidade: também foi por fraqueza, inveja e ignorância. Mas tenho orgulho. Porque só a liberdade era capaz de perdoar assim».¹⁷⁹

Igualmente, em artigo de Manuel Braga da Cruz¹⁸⁰ a respeito do papel da Igreja, é justamente o argumento de condenação do processo revolucionário que sustenta a visão positiva do 25 de Abril que se deseja ressaltar. Assim, refere-se que a Revolução comportou “abusos e excessos que, em nome da liberdade, atentaram contra a própria vivência da democracia”. Neste quadro, destaca-se o contributo dos bispos e da Igreja para a consolidação da democracia e a “correção dos desvios da revolução”, tendo apelado repetidamente “à reconciliação nacional” e condenado “perseguições e saneamentos, prisões arbitrárias e todo o clima de violência que alguns quiseram instaurar”.¹⁸¹

É interessante notar, tal como ressalta Loff, a coincidência da lógica argumentativa da *teoria do totalitarismo* aplicada ao caso português com o modelo hermenêutico que se tornava hegemónico nos países da Europa Central e Oriental para interpretar a derrota do nazifascismo e a posterior implementação de regimes comunistas: a tese da *duas ditaduras*.¹⁸² Deve-se considerar, neste sentido, o contexto internacional – em que, no início dos anos 1990, se consolidava a hegemonia do pensamento político de carácter neoconservador – como elemento que reforça e favorece o desenvolvimento das interpretações *revisionistas* sobre o passado recente português de ditadura e Revolução. Se tais interpretações não eram novidades, correspondendo inteiramente às representações das culturas políticas de direita e parcialmente aos discursos públicos de políticos socialistas ao longo dos anos 1980, é apenas em meados da década seguinte – concretamente, por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril – que estas visões sobre o passado se banalizam no espaço público, podendo ser consideradas como relatos memoriais dominantes sobre a Revolução. Um tal processo configura a transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social.

¹⁷⁹ «Retrato de vinte anos», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 10.

¹⁸⁰ Manuel Braga da Cruz (n.1946): Sociólogo; professor universitário. Foi reitor da Universidade Católica entre 2000 e 2012.

¹⁸¹ «Papel de relevo na consolidação da democracia», *Jornal de Notícias*, 24 de abril de 1994, p. 44.

¹⁸² LOFF, 2014, op. cit., p. 72-74.

Manuel Monge¹⁸³, em entrevista à revista do *Público*, baseia a interpretação do 25 de Abril unicamente na consideração dos agentes militares e político-partidários atuantes no processo. Desta forma, procede à condenação da descolonização e do desencadeamento do período revolucionário, que teria comprometido tanto a democracia quanto o desenvolvimento, sustentando que a ala radical do MFA procurou “impor sistemas políticos que oscilavam entre uma ditadura do proletariado de modelo soviético e um regime terceiro-mundista de tutela militarista” e que “com o beneplácito do MFA radical e pela mão do PCP, destruiu-se a estrutura produtiva do país, insuflou-se o ódio no mundo do trabalho, aniquilaram-se os grandes grupos económicos nacionais”. Destaca ainda o papel de Mário Soares “na resistência contra a tentativa de imposição de uma nova ditadura de cariz comunista-militarista”. E finalmente, ao explicitar o balanço final positivo, reivindica a legitimidade de uma tal leitura do 25 de Abril: «Em minha opinião, acabaram por cumprir-se os objectivos do 25 de Abril, porque se voltou, pela acção soberana do povo português nas eleições e com as revisões constitucionais – só com elas foi possível pôr termo ao Conselho da Revolução! –, à pureza do espírito inicial de Abril. (...) No MFA, cruzaram-se e confrontaram-se duas ideias de sociedade: os radicais queriam uma democracia popular ou um regime de socialismo militarista; os moderados aquilo que hoje temos, um regime democrático, pluralista, moderno. Veja, pois, quem pode hoje dizer que ganhou e sobretudo, que é o “povo quem mais ordena”!»¹⁸⁴

É também uma perspetiva sobre o período revolucionário centrada no papel das forças político-partidárias e militares que Mário Soares expressa, em 1994, em entrevista à revista do *Público*. Descreve os primeiros meses de 1975 como uma ameaçadora espiral de radicalismos: «Sentia o declive, a deriva, a descoordenação total. Os ministros premiam as teclas: não havia resposta, ninguém obedecia. Havia um poder difuso, o Governo podia pouco, o verdadeiro poder estava no MFA, na Comissão Coordenadora do MFA, no Conselho da Revolução, na força das manifestações, no domínio que se ia afirmando no Partido Comunista, sem ignorar os esquerdistas, com todas as suas loucuras, correndo o mais velozmente possível. Esses meses, para mim, foram angustiosos. Várias vezes quis sair do Governo e denunciar o processo. Felizmente que não o fiz. Não teríamos ganho». Desenvolvendo as consequências desta

¹⁸³ Manuel Monge (n.1938): Militar. Integrou a Comissão Coordenadora do MFA e era próximo de Spínola. Foi assessor da Casa Militar do Presidente da República no mandato de Mário Soares. Foi governador civil do distrito de Beja.

¹⁸⁴ «Manuel Monge. O regresso à pureza de Abril», *Público Magazine*, 17 de abril de 1994, p. 20-32.

hipótese contra factual – e demarcando-se, desta forma, de tal período negativamente caracterizado –, Soares chega a afirmar que “tínhamos tido uma ‘democracia popular’”. Em esclarecimento sobre o posicionamento do PS, atesta que “nós incarnávamos o espírito originário do 25 de Abril, tal como figura no programa do MFA, como foi aplaudido e apoiado desde o primeiro dia da Revolução, como Spínola, inicialmente o imaginou”. Este entendimento sobre o 25 de Abril é justamente aquele que é ressaltado no remate final acerca do significado da Revolução; ou seja, uma vez reprovado o desenrolar do processo revolucionário, faz-se possível valorizar positivamente a Revolução, “reconduzida àquilo que sempre foi e pretendeu ser, uma revolução democrática, pluralista, avançada no plano social e no plano económico, que modernizou e transformou o país”. Destaca-se ainda o efeito positivo da integração à União Europeia, assim como as ideias de *revolução generosa e tolerante e revolução pioneira*.

No que diz respeito à situação de impasse final da ditadura, Soares estabelece, no início da entrevista, especulações sobre a possibilidade de reforma do regime, o que teria evitado “o que ocorreu em 1975 – uma confrontação decisiva, à qual teríamos, nesta hipótese, sido poupados...”.¹⁸⁵ Este género de considerações contra factuais sobre o governo de Marcelo Caetano acarreta a desvalorização da Revolução – embora em muitos casos a intenção principal seja criticar a ditadura –, entendendo-a como *desnecessária*, como o resultado extremo de uma cegueira política. Nestes moldes, uma mais ampla condenação de todo o processo, desde a ação do movimento militar do dia 25 de Abril de 1974, é efetuada por Spínola¹⁸⁶, em entrevista à revista do *Expresso*. Afirma que talvez tivesse “cometido o erro histórico de não ter assumido a liderança do processo de mudança do regime... (...) Ter-se-ia evitado um 25 de Abril por via revolucionária, uma vez que os seus objectivos seriam atingidos pela via democrática”.

¹⁸⁵ «Mário Soares. O espírito civil da Revolução», *Público Magazine*, 24 de abril de 1994, p. 34-60.

¹⁸⁶ António de Spínola (1910-1996): Militar. Em 1941, durante a II Guerra Mundial, foi observador do exército alemão na frente oriental. Em 1961 foi voluntário para a guerra colonial em Angola. Exerceu o cargo de governador militar da Guiné entre 1968 e 1973. Em Janeiro de 1974 foi nomeado vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas; em Fevereiro, publicou-se o livro de sua autoria *Portugal e o Futuro*, em que defendia uma solução política para a questão colonial. Na sequência desta publicação, demitiu-se do cargo, juntamente com Costa Gomes, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Em 25 de Abril de 1974 recebeu a rendição de Marcelo Caetano em representação do MFA; presidiu à Junta de Salvação Nacional e foi escolhido para o cargo de presidente da República, ao qual renunciou em 30 de Setembro. Envolveu-se na tentativa de golpe de direita de 11 de Março de 1975. No exílio, liderou o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP), organização terrorista de extrema-direita. Em 1987 foi nomeado chanceler das Antigas Ordens Militares Portuguesas e condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada pelos “feitos de heroísmo militar e cívico e por ter sido símbolo da Revolução de Abril e o primeiro presidente da República após a ditadura”.

A partir de uma tal perspetiva de oposição entre *revolução* e *democracia*, Spínola defende ainda a ideia de “resistência ao comunismo”, elogiando Soares por ter liderado “a resistência do nosso país contra novas ditaduras de esquerda”; pois “seria trágico que Portugal se tivesse transformado num País comunista”.¹⁸⁷ No mesmo sentido, em entrevista a *O Diabo*, Spínola reitera a tese da *revolução desnecessária*: «Com a revolução ou sem a revolução, o regime já teria tomado o rumo da democracia. Ao Prof. Marcelo Caetano foram-lhe dadas todas as possibilidades para o fazer».¹⁸⁸

Pode-se dizer que as interpretações *revisionistas* se caracterizam pela extrema simplificação da explicação histórica sobre o processo revolucionário, cuja base de sustentação é a consideração exclusiva do papel dos atores político-partidários e militares. É possível considerar que a tendência dominante para as leituras elitistas da história, combinada com a consolidação de preconceitos anticomunistas desde inícios da década de 1990, favorece a configuração de interpretações *revisionistas* sobre a Revolução Portuguesa. Em entrevista à revista do *Público*, André Gonçalves Pereira¹⁸⁹ explica nos seguintes termos o período revolucionário: «Passaram-se duas coisas simultâneas: o MFA [Movimento das Forças Armadas] fez um pronunciamento vitorioso; e o Partido Comunista fez uma revolução – com notável destreza –, aproveitando o facto de ser a única força organizada que estava no terreno. Essas duas linhas não eram coincidentes, ou não eram totalmente coincidentes. Havia muitos oficiais que não eram de obediência comunista, embora muitos outros o fossem. À medida que se dá a clivagem entre as duas linhas (...) sucedeu que outras forças foram surgindo na sociedade». Por fim, professa um balanço positivo, estabelecida a ressalva do período revolucionário: «Apesar dos dois anos do PREC, Portugal passou muito bem

¹⁸⁷ «Spínola. “Costa Gomes evitou guerra civil” – António de Spínola conta parte das suas memórias, fazendo desfilar Salazar, Soares, Marcello, Senghor, Thomaz, Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Amílcar Cabral», *Expresso, Revista*, 30 de abril de 1994, p. 24-38.

¹⁸⁸ « “Ele era considerado uma b... quadrada na Guiné” – Spínola reage às declarações de Vasco Lourenço por insinuar não ter sido o autor do livro “Portugal e o Futuro”», *O Diabo*, 19 de abril de 1994, p. 27. Também em reportagem da *Visão* – de autoria de Luís Almeida Martins – realizam-se especulações sobre as possibilidades de reforma do governo de Marcelo Caetano, destacando-se a tibieza do político: «poderia, em aliança com a hierarquia progressista das Forças Armadas, ter democratizado e descolonizado sem sobressaltos de maior». «Trópico de Capricórnio», *Visão*, 14 de abril de 1994, p. 40-43.

¹⁸⁹ André Gonçalves Pereira (n.1936): Advogado; professor universitário. Foi representante de Portugal na Comissão Jurídica da Assembleia Geral da ONU entre 1959 e 1966. Exerceu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros nos governos Pinto Balsemão (1981-1983).

de país atrasado e com uma carga histórica irresolúvel para um país que é hoje relativamente moderno e progressivo».¹⁹⁰

Dentro de tais moldes estreitos que balizam a análise histórica, o argumento da *ameaça comunista* ou *totalitária* do período revolucionário é recorrente nas *memórias revisionistas*. Em artigo que expressa uma valoração positiva sobre o significado do 25 de Abril, da autoria de Rui Osório, menciona-se “a bonança do ‘25 de Novembro’, com resistências repartidas contra a nova tentação totalitária” e ainda o papel emblemático de Mário Soares na oposição civil aos erros e desmandos do Processo Revolucionário em Curso (PREC).¹⁹¹ Pode-se dizer, portanto, que a tese da *dérápée à portuguesa*, que pode ser considerada como um discurso dominante no espaço público português em 1994, configura-se tanto a partir da argumentação das *memórias consensuais* – com a diferença de que a ênfase recai na condenação do processo revolucionário – quanto com base em leituras elitistas da história que limitam a interpretação do passado ao papel dos atores político-partidários e militares, perspetiva hermenêutica que aparece combinada com preconceitos anticomunistas, os quais conferem o tom da desvalorização do período revolucionário.

5-3.1.2. Entre a tese da *dérápée à portuguesa* e as condenações mais amplas da Revolução ou a *revolução como equívoco histórico*

As opiniões que destacam a desvalorização do período revolucionário predominam entre os depoimentos de personalidades publicados na revista do *Expresso*. Pinto Balsemão enumerou diversos de seus pontos negativos: «a quase imediata tomada

¹⁹⁰ «André Gonçalves Pereira. O olhar de um independente», *Público Magazine*, 27 de março de 1994, p. 38-48.

¹⁹¹ «1º de Maio», *Jornal de Notícias*, 30 de abril de 1994, p. 82. No mesmo sentido, em notícia sobre a publicação de exemplar da revista *Nova Renascença* a propósito do 25 de Abril, reproduz-se a tese do período revolucionário como a *dérápée à portuguesa*, contrapondo-se as ideias de *revolução* e *democracia*: «Infelizmente, o rasto que a intolerância dos tempos da ditadura deixou nas mentalidades prolongou-se ainda no dogmatismo e mesmo no fanatismo que caracterizaram o período de desvio do processo revolucionário por forças neo-totalitárias, que perverteram o programa inicial dos militares de Abril, instrumentalizados depois por sectores políticos mais interessados na tomada do poder pela força do que na construção de uma democracia autêntica». «A “Nova Renascença” e o 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 7 de abril de 1994, p. 32. O entendimento do período revolucionário como *parêntesis antidemocrático* é evidenciado também pelo então deputado do PSD Ângelo Correia em colóquio intitulado *O PPD/PSD, entre 1974 e 1979*; contrariando as críticas de Vasco Graça Moura sobre a atuação dos militares, afirmou, segundo notícia da *Visão*, que “‘só por imbecilidade’ os sociais-democratas poderão ignorar que a liberdade foi conseguida pelos militares em 25 de Abril, e por eles novamente reconquistada, em 25 de Novembro”. «Ângelo, o “esquerdista”», *Visão*, 28 de abril de 1994, p. 43. Em depoimento à revista do *Expresso*, Ângelo Correia expressou, igualmente, a compreensão período revolucionário como *desvio do curso democrático*: *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 134.

do Poder pelo PCP nos “media”, no Governo, nas empresas; a asneira do 28 de Setembro; a incapacidade do PS para se afastar do PCP até à crise da unicidade sindical, em Janeiro de 1975; a consequente inevitabilidade do 11 de Março, com todos os seus efeitos sobre a economia, que se prolongam até hoje; a posição de fraqueza em que negociámos as descolonizações». Contudo, ressaltou que o balanço final sobre o 25 de Abril era positivo, corroborando a tese do período revolucionário como *dérapage*: «Hoje, acho que valeu a pena. Podia ter sido melhor conduzido. Podia ter poupado injustiças, ocupações, humilhações. Em termos globais – e tanto quanto é possível fazer História a 20 anos – foi um salto qualitativo. Porque se conquistou a liberdade. Porque se conquistou a Europa. Porque se diminuíram as desigualdades. E, acima de tudo, porque a principal revolução foi a das mentalidades: do divórcio ao sexo, do poder local aos direitos das minorias, do Estado à sociedade civil, nada é como era. E, felizmente, nada voltará a ser».¹⁹²

O depoimento de Belmiro de Azevedo ao *Expresso*, orientado também segundo a tese da *dérapage à portuguesa*, centra-se na ideia de *totalitarismo*: menciona, por um lado, que a euforia do 1º de Maio de 1974 “não foi sequer contaminada pelos totalitários, que já andavam à espreita”; por outro lado, resalta que “Mário Soares impediu o totalitarismo político das teses soviéticas”. Já na reportagem do *Público*, Belmiro de Azevedo estende-se nos juízos anticomunistas para a caracterização negativa do período revolucionário: «as tentativas de golpismo – as tentativas do PC de ocupar os aparelhos do regime autoritário anterior (sindicatos, associações, clubes) para os pôr ao serviço das novas autoridades. O PC era o único partido que tinha a lição estudada de A a Z»; «a perversão democrática – o ataque às instituições que não obedecessem ao poder organizado e oculto do PC»; «o sol soviético – o regime de Moscovo em vez da Europa dos Doze era a “vontade” do povo português interpretada pela liderança comunista, que recebia a inspiração que irradiava do “sol moscovita”»; «o 11 de Março – inocência dos puros spinolistas ou armadilha dos estrategos ortodoxos pró-soviéticos, alterou a orientação da revolução no sentido autoritário colectivista»; «o endoutrinação partidário – o modelo comunista era o único admissível como forma de organização partidária, com margem apenas para tolerar o socialismo democrático do PS». São citados ainda como elementos negativos do período as nacionalizações, o

¹⁹² *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 73-75. Em reportagem do *Público*, Pinto Balsemão mencionou ainda como efeitos negativos do 25 de Abril as nacionalizações, o gonçalvismo e “todo o cortejo de ilegalidades e injustiças que gerou – prisões, ocupações, saneamentos, etc.”: «Personalidades escolhem o melhor e o pior», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 4-9.

sindicalismo unitário, a reforma agrária e “a demagogia de algumas reformas – as políticas de saúde, segurança social e distribuição de rendimentos”.¹⁹³

No mesmo sentido se orienta a visão de Artur Santos Silva, que salienta como aspeto positivo do 25 de Abril “a derrota do comunismo, com a institucionalização de uma democracia representativa, baseada na soberania do voto popular, depois da derrota imposta em Novembro de 1975 às forças antidemocráticas, que tentaram instaurar uma ditadura de esquerda em Portugal, contra o sentimento expresso pela maioria da população nas primeiras eleições livres realizadas em Abril de 1975”. Dentro desta lógica, considera que o pior do processo foi “a perversão totalitária da Revolução, simbolizada pelo 11 de Março e pelas suas consequências a todos os níveis da sociedade e da economia”; seguido da descolonização; da “arbitrariedade e [d]o vazio de poder na fase mais crítica da Revolução, que permitiram uma política de saneamento generalizado, injusta e ilegal, na Administração e nas empresas, os ‘mandados em branco’ e as vinganças individuais, ao mesmo tempo que as instâncias próprias se mostravam incapazes de acusar e julgar fundamentalmente os responsáveis por actos dolosos ou criminosos”; e das “nacionalizações, que destruíram irreparavelmente os principais grupos económicos portugueses, apesar desta medida não constar do Programa Económico apresentado em Fevereiro de 1975 pela equipa liderada pelo então major Melo Antunes e aprovado unanimemente pelo III Governo Provisório”.¹⁹⁴

¹⁹³ *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de Abril de 1994, p. 71-72. «Personalidades escolhem o melhor e o pior», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 4-9.

¹⁹⁴ «Personalidades escolhem o melhor e o pior», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 4-9. Nesta mesma reportagem do *Público*, Calvet Magalhães, João Alves e Vasco Pulido Valente subscrevem a visão do 25 de Abril baseada na ideia de *desvio do processo revolucionário*. O diplomata Calvet de Magalhães, além de repreender a descolonização, salienta como efeitos negativos do 25 de Abril a “forma caótica e atrabiliária como foi feita a transição para o novo regime político no período chamado PREC”, o “colapso da disciplina nas Forças Armadas e sua permeabilidade a ideias subversivas” e as “ocupações selvagens, nacionalizações injustificadas e prisões indiscriminadas sem culpa formada”. O bispo João Alves, para além de citar como pontos negativos do pós-25 de Abril a descolonização, as “campanhas de alfabetização ou culturais” – por desrespeitarem a “consciência da maioria da população portuguesa pela imposição de uma ‘cultura’ que lhe era estranha” –, as nacionalizações “com a destruição das estruturas económicas do Estado”, manifesta um amplo juízo condenatório do processo revolucionário ao considerar “ter-se caído em bastantes dos erros que se queria combater com a Revolução de Abril, tais como, o desrespeito de direitos fundamentais de bastantes cidadãos, a implantação do medo e, às vezes, do pavor, diante dos ‘novos senhores do poder’ de estilo totalitário”; menciona ainda a ocorrência de “atitudes despóticas e ditatoriais”, tais como o cerco da Assembleia Constituinte, o encerramento do jornal *República*, a destruição dos emissores da Rádio Renascença e o cerco ao Patriarcado. Já o historiador Vasco Pulido Valente é sucinto, ao considerar como o principal aspeto negativo do pós-25 de Abril “o denominado PREC”, especificando em segundo lugar as nacionalizações e a reforma agrária.

A ideia de *dérapage* do processo revolucionário é sugerida também por Proença de Carvalho¹⁹⁵: «as liberdades foram sufocadas pela vanguarda do MFA, as prisões voltaram a encher-se, agora de empresários, o 28 de Setembro foi a caça às bruxas, (...) o 11 de Março a tragédia das nacionalizações; as eleições do 25 de Abril desrespeitadas pelo poder militar; caminhava-se para o “socialismo” imposto pelas armas. A revolução acabou bem no plano político, mas o fardo do 11 de Março na economia perdurou por muitos anos e afastou-nos ainda mais dos padrões de vida dos nossos parceiros europeus».¹⁹⁶ Convém ressaltar que muitas das simplificações utilizadas para criminalizar o período revolucionário constituem deturpações históricas – traço que caracteriza os mais variados casos nacionais de *revisionismo*. Tal é o caso, por exemplo, das insinuações sobre as tentativas de tomada do poder pelos comunistas, atribuindo ao período revolucionário e aos atores históricos uma racionalidade política inexistente, ou das analogias entre ditaduras e o período revolucionário. Em outros casos, percebe-se que a criminalização da Revolução assenta em preconceitos políticos sobre o paradigma da ordem social, segundo os quais se considera inaceitável o questionamento e transformação nas estruturas do poder económico, militar e político, assim como a maior participação política de amplas camadas da população através de movimentos sociais e reivindicações populares.

Tais juízos condenatórios da Revolução são de tal forma considerados *politicamente corretos* pelas culturas políticas moderadas que contracenam com visões críticas da ditadura, mesmo quando não há o objetivo de avaliar o 25 de Abril ou de sublinhar a desvalorização do processo revolucionário – ou seja, o argumento baseado nos *desvios* ou no *totalitarismo* tornou-se, em 1994, uma simples forma de caracterizar a Revolução. Por exemplo, em reportagem da autoria de R.O. [Rui Osório] inserida em extenso suplemento especial do *Jornal de Notícias* e centrada na organização institucional do Estado Novo e desenvolvimento da resistência, a menção no último

¹⁹⁵ Daniel Proença de Carvalho (n.1941): Advogado; empresário. Após o 25 de Abril aderiu ao PS. Em 1978 foi ministro da Comunicação Social. Em 1979 tornou-se presidente do Conselho de Administração da RTP. Em 1986, já afastado do PS, dirigiu a campanha presidencial de Freitas do Amaral e em 1996 foi mandatário nacional da candidatura de Cavaco Silva às presidenciais.

¹⁹⁶ *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 69. Nesta mesma série de depoimentos do *Expresso*, a então primeira-dama, Maria Barroso – após caracterizar positivamente o 25 de Abril pelo fim do regime salazarista, “a alegria transbordante do povo nas ruas”, “a liberdade reencontrada sem violência”, os comícios, a emoção –, menciona a “tentativa de perversão totalitária”, “os comícios de combate e coragem” em defesa da democracia e da liberdade, a “resistência”, e finalmente “a vitória” e “a alegria do reencontro com a liberdade” (p. 68, 69). Em sentido semelhante, o então chefe da Casa Civil, Alfredo Barroso, sublinha que “a liberdade prevaleceu e a democracia venceu” (p. 72, 73).

parágrafo à ocorrência do 25 de Abril é acompanhada pela afirmação de que “bem cedo, surgiram os mais variados projectos, se calhar algumas ‘tentações totalitárias’”. Em outra reportagem do mesmo autor – na qual se fazem comparações com a realidade da ditadura de modo a destacar as mudanças positivas do contexto pós-25 de Abril –, muito embora se critique a tendência a aludir aos “excessos revolucionários” como forma de *branquear* o Estado Novo, reitera-se a teoria do *totalitarismo* a respeito do período revolucionário: «É certo que os primeiros tempos da “Revolução” não foram pêra doce, mas a via eleitoral venceu a via revolucionária, travando-se a tempo as novas tentações totalitárias e a persistência de um qualquer monolitismo político».¹⁹⁷ No mesmo sentido, em evento a respeito do 25 de Abril, Almeida Santos¹⁹⁸ mencionou o período em que Portugal “esteve à beira de totalitarismo de sinal contrário”.¹⁹⁹

Também em reportagem do *Público*, da autoria de Teresa de Sousa e a respeito do posicionamento das potências ocidentais diante da Revolução dos Cravos, se considera que os líderes europeus “não pouparam esforços para salvar a democracia portuguesa do seu desvio totalitário”. Ao final do texto afirma-se que o 25 de Novembro pôs termo “ao desvio totalitário da revolução portuguesa”. É interessante notar que neste caso o argumento do *totalitarismo* corrobora o ponto de vista dos próprios líderes

¹⁹⁷ «Da voz de um à voz de todos»; «“Falta cumprir-se Portugal!”» *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, suplemento *20 anos de liberdade*, p. 7; 9. Neste mesmo suplemento especial, em reportagem onde se destacam depoimentos de militares envolvidos no 16 de Março, é interessante mencionar a apreciação de Armando Ramos, para quem o verdadeiro 25 de Abril foi o 16 de Março, uma vez que “após esta data já é o PC o padrão de todo o processo” (p. 31). É possível inferir-se, conforme já foi mencionado que as teses que desvalorizam o 25 de Abril e que acusam o PCP de ter tentado tomar o poder sempre existiram, fundadas em divergências políticas. Contudo, no contexto dos anos 1990, e particularmente no vigésimo aniversário do 25 de Abril, tais teses não se mantêm restritas às memórias dos intervenientes diretos no processo: tornam-se lugar-comum e adquirem considerável visibilidade no espaço público português. Por exemplo, em três entrevistas da revista do *Público* a personalidades ligadas ao PS (Vitor Cunha Rego) e ao PSD (José Miguel Júdice e José Pacheco Pereira), Júdice justifica seu envolvimento na organização terrorista de extrema-direita MDLP pela intenção de evitar que “o comunismo tomasse conta de Portugal”; Cunha Rego expressa sua percepção “de um tremendo equívoco” nos primeiros dias após o 25 de Abril e de que “o Partido Comunista tudo faria para tomar conta do poder”; Pacheco Pereira afirma a sua convicção de que em 1975 “o PCP quer[ia] objectivamente tomar o poder”. «José M. Júdice. “Portugal está numa fase que anuncia uma profundíssima decadência”», *Público Magazine*, 16 de janeiro de 1994, p. 28-33. «Vitor Cunha Rego. “O problema histórico português é o de um Estado prepotente”», *Público Magazine*, 23 de janeiro de 1994, p. 38-42. «Pacheco Pereira. Do maoísmo de 74 ao cavaquismo de 94», *Público Magazine*, 6 de fevereiro de 1994, p. 34-41.

¹⁹⁸ António de Almeida Santos (n.1926): Advogado; político socialista. Entre 1953 e 1974 viveu em Moçambique, onde atuou como advogado de presos políticos. Foi ministro da Coordenação Interterritorial nos I, II, III e IV governos provisórios. Nos governos de Mário Soares foi ministro da Justiça (1976-1978) e ministro-adjunto do primeiro-ministro (1978). No governo do Bloco Central (1983-1985) foi ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares. Foi eleito vice-presidente da Comissão de Revisão Constitucional em 1989. Foi presidente da Assembleia da República entre 1995 e 2002 e presidente do PS entre 1992 e 2011.

¹⁹⁹ «25 de Abril salvou o país de uma derrota militar – afirmou Almeida Santos em Ponte de Lima», *Jornal de Notícias*, 16 de maio de 1994, p. 3.

políticos, tendo em vista que as fontes utilizadas para a reportagem são especialmente memórias e biografias; no próprio corpo do texto cita-se um trecho das memórias do então ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, James Callaghan, em que referia “a luta pela democracia em Portugal” e os “planos contra o cenário negativo da tentativa de golpe comunista”.²⁰⁰ Ou seja, o *boom*, verificado em 1994, da tese que entende a Revolução como *dérápée à portuguesa* significa a reiteração das *memórias coletivas* de certos grupos sociais, nomeadamente aqueles que saíram vencedores do 25 de Novembro de 1975: desde moderados ligados ao PS, abrangendo todas as forças políticas à sua direita e militares mais conservadores. É possível considerar que contribui para o desenvolvimento e ampla visibilidade social destes relatos memoriais no espaço público português a conjuntura de inícios da década de 1990, quando visões anticomunistas do mundo se tornam paradigmas dominantes, com a popularização da *teoria totalitária* como base interpretativa do século XX.

Uma tal tendência a concentrar a explicação histórica nos possíveis alvos *comunistas* – entenda-se que nestes discursos, em geral, o termo adquire vasta e difusa elasticidade, passando a designar múltiplas posições políticas de esquerda –, para além de favorecer o *branqueamento* da ditadura através de *comparações relativizadoras*, fundamenta leituras que pretendem demarcar a democracia portuguesa tanto do Estado Novo quanto da Revolução. Assim, por exemplo, em artigo de José António Saraiva que repreende o ambiente de crispação do vigésimo aniversário do 25 de Abril, as críticas dirigem-se, por um lado, aos defensores do Estado Novo, e por outro lado, aos adeptos de projetos revolucionários, assumindo-se como factos as ideias da tentativa de tomada do poder pelos comunistas e do equívoco do processo revolucionário: «Os partidários de Marcello Caetano recusam-se a perceber que o antigo regime não tinha saída possível e que a revolução, no dia 25 de Abril ou noutra qualquer, com aqueles militares ou outros quaisquer, era inevitável. Os militares esquerdistas recusam-se a admitir que as campanhas de dinamização foram um fracasso. Os comunistas recusam-se a reconhecer que ambicionaram, em determinado momento, tomar o poder e que isso foi um trágico erro. O general Vasco Gonçalves recusa-se a pensar que o modelo de sociedade com que sonhava era uma utopia, como a queda do Leste mais tarde comprovou».²⁰¹

²⁰⁰ «A revolução que abalou o equilíbrio mundial», *Público*, 23 de abril de 1994, p. 2-5.

²⁰¹ «O julgamento de Thomaz e Marcello», *Expresso*, 23 de abril de 1994, p. 3.

Em sentido semelhante, em editorial do *Público*, assinado pelo seu diretor Vicente Jorge Silva²⁰², o léxico do *totalitarismo* delineia uma interpretação baseada na ideia de *superação do passado* acerca da Revolução: «Os olhos deste capitão solitário [Salgueiro Maia] foram os olhos de uma revolução que, bem vistas as coisas, quase esquecemos. Porque é a lei das coisas, do tempo e das gerações. Porque é o destino de todas as revoluções: não há nenhuma que tenha sobrevivido ao seu sonho e à utopia que projectou. E é também sabido que as utopias supostamente realizadas degeneraram em monstros totalitários e no império do terror. Em Portugal fomos oportunamente poupados a essa vertigem, apesar de não terem faltado profetas para nos impor à força o paraíso».²⁰³ Neste caso, a caracterização das utopias revolucionárias como potencialmente *totalitárias* pretende criminalizar as revoluções em sua essência – ou seja, seus ideais não devem ser concretizados sob pena de propiciar o *totalitarismo*.

Também alcançam significativa visibilidade social em 1994 as opiniões que prescindem da atribuição de um significado positivo ao 25 de Abril ou limitam-no ainda mais. Lucas Pires²⁰⁴, por exemplo, em depoimento ao *Expresso*, descrevia da seguinte forma o final do processo revolucionário: «Depois, o barco endireitou-se: Soares resiste, 25 de Novembro, Constituição de 76 (e o “não” do CDS), vitória da AD, adesão às Comunidades, maiorias absolutas de Cavaco Silva! Para mim, foram oito anos de resistência parlamentar à “transição para o socialismo”» Deste modo, estende-se a “resistência” à Revolução até à batalha constitucional, ao passo que o sentido favorável do contexto pós-25 de Abril é direccionado para a conquista do poder pela direita nos anos 1980. Uma caracterização mais diretamente condenatória do período revolucionário é efetuada por Rosado Fernandes²⁰⁵; tal como é habitual nos relatos *revisionistas*, a interpretação baseia-se no protagonismo das forças político-partidárias e militares, base a partir da qual se delineia a criminalização da Revolução: «após o esforço da Frente Popular do dia 1º de Maio, o movimento revolucionário começou a

²⁰² Vicente Jorge Silva (n.1945): Jornalista. Abandonou o liceu aos 15 anos devido a problemas com a PIDE. Entre 1963 e 1965 viveu em França e Inglaterra. Trabalhou na RTP; foi diretor-adjunto do *Expresso* e diretor-fundador do *Público*. Entre 2002 e 2005 foi deputado à Assembleia da República pelo PS.

²⁰³ «Os olhos do capitão», *Público*, 25 de abril de 1994, p. 2.

²⁰⁴ Lucas Pires (1944-1998): Advogado; professor universitário. Aderiu ao CDS em 1974. Foi deputado à Assembleia da República entre 1976 e 1986. Foi coordenador-geral da Aliança Democrática. No governo Pinto Balsemão (1981-1983), exerceu o cargo de ministro da Cultura e da Coordenação Científica. Foi presidente do CDS entre 1983 e 1985. Ainda nos anos 1980 rompeu com o partido por discordâncias em relação à política europeia; posteriormente integrou-se nas listas do PSD.

²⁰⁵ Raul Miguel Rosado Fernandes (n.1934): Filólogo; professor universitário. Foi reitor da Universidade Clássica de Lisboa entre 1979 e 1983. Foi deputado ao Parlamento Europeu pelo CDS entre 1995 e 1999, e deputado à Assembleia da República entre 1999 e 2002.

ser comandado pelos únicos profissionais políticos que existiam ao tempo: os comunistas e alguns socialistas não democráticos. Avolumava-se cada vez mais a ignorância dos militares e a demagogia dos governantes. Os mais competentes e com bom senso eram varridos. Afloravam à superfície o espírito utópico e o zelo mesquinho e jacobino dos portugueses. A histeria colectiva ditada pelo medo e pela nossa vocação inquisitorial tudo perseguia, mas nem mesmo 48 anos de ditadura o justificavam. De uma ditadura tínhamos caído noutra, seguindo uma tradição histórica de transições políticas violentas. Felizmente, passado cerca de um ano e meio de desmandos, destruição e boçalidade, começou um movimento democrático».²⁰⁶ Convém ressaltar que, neste género de interpretações, a democracia é considerada como algo alheio ao 25 de Abril, posterior à *normalização democrática*.

A deslocação dos efeitos positivos do 25 de Abril verifica-se em artigo de Cavaco Silva, em que o desenvolvimento, a integração europeia e a estabilidade política são consideradas virtudes conquistadas pelo regime democrático, “apesar das turbulências iniciais”. Por outras palavras, aquilo que se entende como elementos favoráveis do contexto pós-25 de Abril coincidem com a vigência do seu governo; assim, afirma-se que “[m]esmo abandonando projectos políticos ultrapassados e anacrónicos – o embuste socialista que persistiu na Constituição até 1989 –, Portugal não conseguiria o desenvolvimento se o país continuasse ingovernável”. No que diz respeito à apreciação do período revolucionário, predomina a condenação do processo: «Muitas foram as atribulações e reveses que o regime democrático experimentou, numa primeira fase. Sofremos tentativas de domínio totalitário, de reforço da tutela estatal, de perpetuação de uma orientação marxista e socializante para a sociedade portuguesa. E o povo português não foi consultado sobre algumas das principais decisões políticas tomadas a seguir à revolução – falo, sobretudo, da descolonização e das nacionalizações, domínios em que as orientações seguidas contrariaram o sentir maioritário dos portugueses».²⁰⁷

De forma semelhante, em artigo de Alberto João Jardim reconhece-se ao 25 de Abril o mérito do exercício “[d]as nossas liberdades, [d]a nossa Autonomia Política e

²⁰⁶ *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 70-71; 134. Também em depoimento ao *Expresso*, o social-democrata João de Deus Pinheiro caracterizou o processo revolucionário como direccionado para uma nova ditadura “de raiz comunista” (p. 129). Já Vera Lagoa, diretora de *O Diabo*, entendia o 25 de Abril e processo revolucionário como “um golpe comunista” (p. 76-78).

²⁰⁷ «Reflectir sobre a mudança» *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, Suplemento *20 anos de Liberdade*, p. 3.

[d]o progresso inequívoco em curso”, sem se esconder, no entanto, o repúdio por “tudo o que de negativo se passou” e sem recear “um 26 de Abril”. Sobre o período revolucionário – numa análise sustentada exclusivamente na atuação das forças político-partidárias –, afirma-se que “até ao 25 de Novembro, o poder estabelecido na Madeira também é de maioria comunista”, contra o qual “luta o PPD e lutam outros grupos clandestinos, estes incluso com recurso a acções violentas”. Deste modo, a conduta do terrorismo de extrema-direita é legitimada pela conceção subjacente da contraposição entre *revolução* e *democracia*, ressaltando-se que “[a] ‘esquerda’ desencadeia acções das mais larvares contra direitos, liberdades e garantias individuais”. Finalmente, entende-se que “com a vitória do PPD na Madeira, e com a vitória nacional das forças democráticas”, foi possível concentrar-se na preocupação de “concretizar os tais ‘três dês’”.²⁰⁸ Neste caso, a exemplo dos demais, nega-se ao 25 de Abril as conquistas da democracia e do desenvolvimento, deslocando-as para além do termo do período revolucionário.

Uma tal postura de hostilidade do presidente do governo regional madeirense em relação ao significado do 25 de Abril ocasiona, em 1994, a iniciativa de uma sessão comemorativa na Assembleia Regional no dia 26 de Abril, o que desencadeia uma série de protestos por parte da oposição; neste evento, segundo noticia o *Público*, aprovou-se uma resolução na qual a Assembleia da Madeira se solidarizava “ao menos em memória, com todos aqueles cujos direitos, liberdades e garantias individuais foram agredidos em consequência” da Revolução.²⁰⁹ No contexto do vigésimo aniversário do 25 de Abril, Jardim insiste na ideia de *superação do passado* baseada no argumento de não *temer o 26 de Abril*. Em outro artigo, sustentado neste argumento, a *comparação relativizadora* com a ditadura cumpre a função de criminalizar a Revolução: «é que as agressões que os comunistas e outros radicais de Esquerda desenvolveram contra os direitos, liberdades e garantias individuais, foram tão graves como as do regime anterior».²¹⁰

²⁰⁸ «O 25 de Abril na Madeira», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, Suplemento *20 anos de Liberdade*, p. 4.

²⁰⁹ «Jardim une oposição – Debate no Parlamento da Madeira sobre o 25 de Abril», *Público*, 27 de abril de 1994, p. 6.

²¹⁰ «26 de Abril», *O Diabo*, 3 de maio de 1994, p. 3.

Uma visão duramente condenatória do período revolucionário é evidenciada em declarações de Pires Veloso²¹¹ inseridas em reportagem do suplemento especial do *Jornal de Notícias*. Afirmo este militar que “imediatamente” após o 25 de Abril houve um “espantoso folclore revolucionário”, delineando-se uma “perspectiva de ditadura comunista”; considera ainda que o país estava a “saque” e “prestes a perder a independência para se tornar uma colónia soviética”.²¹² Para outro militar, Alpoim Calvão²¹³, em entrevista à revista do *Público*, dos três “D”s do 25 de Abril apenas a democratização teria sido realizada: «A descolonização foi o que se viu, é o que se sabe. O desenvolvimento... aconteceu por acaso e mais tarde. Porque durante anos e anos, após o 25 de Abril, houve a destruição do tecido industrial português, do tecido empresarial, a subversão de todas as regras da economia».²¹⁴

A respeito do sentido das comemorações, Nuno Rogeiro²¹⁵ nega, em artigo, qualquer valoração positiva ao 25 de Abril. Partindo-se da ideia de que comemorar o 25 de Abril seria o mesmo que celebrar “o dia em que apáñhamos escarlatina”, alude-se às divergências políticas entre protagonistas militares e/ou distintos posicionamentos assumidos por um mesmo indivíduo ou grupo ao longo do processo – como por exemplo os spinolistas – para argumentar que o 25 de Abril não foi a afirmação de nada, “[t]ecnicamente, e em rigor, (...) foi só o apagar de um regime, ou, talvez mais rigorosamente ainda, a negação de um sistema de governo”. Desta forma, desloca-se a conquista da liberdade e renega-se a atribuição de qualquer valor ao 25 de Abril: «Se em 25 de Abril de 1974 uns queriam uma “democracia liberal” e outros uma “democracia popular”, se em 25 de Abril de 1974 uns queriam desembaraçar-se de África sem dar explicações a ninguém e outros queriam um processo de transição controlado, se em 25 de Abril de 1974 uns queriam obedecer a Roma, outros a Cartago e outros ainda a eles próprios, **o que se celebra em 25 de Abril de 1974?** O triunfo da

²¹¹ António Pires Veloso (1926-2014): Militar. Esteve na guerra colonial em Angola (1961-1964) e em Moçambique (1965-1974). Entre Setembro de 1975 e Outubro de 1977 foi comandante da Região Militar do Norte e integrou o Conselho da Revolução. Foi um dos protagonistas do 25 de Novembro.

²¹² «Contra-revolução à bomba», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, Suplemento *20 anos de Liberdade*, p. 58.

²¹³ Guilherme Alpoim Calvão (1937-2014): Militar. Esteve na guerra colonial na Guiné. Recusou-se a integrar o Movimento das Forças Armadas. Participou na tentativa de golpe de 11 de Março e em seguida exilou-se em Espanha, onde ajudou a fundar a organização terrorista de extrema-direita MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal). Devido ao seu envolvimento no 11 de Março foi expulso das Forças Armadas ainda em 1975, reintegrado, porém, em 1986.

²¹⁴ «Alpoim Calvão. A contra-revolução permanente», *Público Magazine*, 13 de fevereiro de 1994, p. 30-37.

²¹⁵ Nuno Rogeiro (n.1957): Jornalista; comentador e apresentador sobre assuntos de política e relações internacionais na rádio e televisão.

liberdade? Mas esta só nasceu e só se impôs pelo menos um ano depois de Abril de 74. O fim do Estado Novo? E eu que sempre pensei que as mortes só são celebradas nas culturas bárbaras...»²¹⁶

De forma semelhante, em artigo do jornalista António Gomes de Almeida – em que se considera que para os jovens o 25 de Abril significa “o mesmo, ou pouco mais ou menos, que a batalha de Aljubarrota ou o episódio do Martim Moniz, que a maioria das pessoas relaciona não com a tomada de Lisboa aos mouros, mas com a inauguração do respectivo centro comercial” – predomina a ideia de distanciamento da realidade presente em relação ao passado e, em consequência, a irrelevância do significado do 25 de Abril: «Quem é que, hoje em dia, é capaz de vir para a rua berrar “o povo unido jamais será vencido”? Quem é que ainda sabe a letra daquela cantiga em que “uma gaivota voava, voava...”? (...) Enfim, cada um comemora como sabe, como pode e como lhe apetece. Cada um recorda o Vinte-E-Cinco-Do-Quatro-De-Setenta-E-Quatro à sua moda. Para uns, essa data significa a liberdade. Para outros, significa a perda de coisas boas que tinham dantes».²¹⁷

Um sentido de profundo repúdio pelo 25 de Abril é evidenciado também em depoimento de Vasco Graça Moura²¹⁸ ao *Expresso*: «Criou-se uma nova política das consciências. Surgiu a indústria da denúncia e da intimidação. Deu-se a liquidação sumária e expeditiva do aparelho produtivo. Foi uma vergonha. O país borrava-se de medo e de desvario. Não havia amanhã. Havia a nossa irresponsabilidade festiva, o imperialismo soviético e a estupidez americana. O resultado em África viu-se. Fiz parte de um grupo de gente que se batia pelos modelos europeus, ocidentais e saudáveis de democracia burguesa. Fizemos o que pudemos. (...) Felizmente ganhámos».²¹⁹

No que diz respeito às *memórias branqueadoras* do Estado Novo, a forma mais comum de manifestação desta tendência na imprensa, em 1994, é através de *comparações relativizadoras*. É interessante observar a argumentação que norteia o artigo de António Cândido Gavaia, licenciado em Filosofia pela Universidade do Porto, publicado no *Jornal de Notícias*. Com base na relativização do carácter repressivo do

²¹⁶ «Abril: a porta», *Jornal de Notícias*, 8 de abril de 1994, p. 6.

²¹⁷ «O meu vinte-e-cinco-do-quatro», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, p. 60.

²¹⁸ Vasco Graça Moura (1942-2014): Advogado; escritor e tradutor. Militante do PSD, foi eleito para a Assembleia Constituinte por este partido. Exerceu funções no IV e VI Governos Provisórios, respetivamente como Secretário de Estado da Segurança Social, e dos Retornados. Foi diretor da RTP em 1978, e diretor do serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian entre 1996 e 1999. Integrou o grupo do Partido Popular Europeu como deputado ao Parlamento Europeu entre 1999 e 2009.

²¹⁹ *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 114-115.

Estado Novo, intenta-se *culpabilizar/responsabilizar* os resistentes portugueses pelos crimes soviéticos – já que teriam sido os “comunistas e criptocomunistas activos [aqueles] que [mais] foram incomodados e molestados pela PIDE” –, como se estes compensassem os crimes do salazarismo: «Não esqueçamos, no entanto, que seria a polícia política, do regime, similar a outras polícias políticas espalhadas por vários países com regimes idênticos ou piores do que o do prof. António Salazar... O que é curioso e caricato é que muitos opositores ao regime de António Salazar – os mais virulentos e activistas – “esqueciam” que a ideologia que peroravam e o regime que enalteciam era sustentado igualmente por tenebrosas polícias políticas... (...) Fala-se no Tarrafal. E os campos de concentração soviéticos na Sibéria? Os Kolimas de que falava Edgar Morin? Fala-se no “terrível” prof. Doutor António Salazar? E quem foi o “anjo” José Estaline? Quantos milhares mandou fuzilar? Fala-se da PIDE. E o que foi a KGB? Fala-se em Cunhal na prisão? E os dissidentes russos?»²²⁰

Trata-se da aplicação ao caso português da mesma estratégia argumentativa utilizada, por exemplo, pelo *revisionismo histórico* alemão para relativizar o nazismo. Dessa forma, ao acusar-se e criminalizar-se o comunismo soviético, elude-se a discussão sobre a repressão e violência do salazarismo, branqueando-se a ditadura portuguesa. Com base em perspetiva semelhante, em artigo de Cândida Ventura²²¹ utiliza-se a denúncia dos crimes estalinistas evidenciada em investigações então recentes como argumento para relativizar a importância da discussão sobre a repressão durante o Estado Novo.²²² Pode-se dizer que o objetivo de tais *comparações relativizadoras* é pôr em primeiro plano a criminalização do comunismo, minimizando-se, desta forma, a legitimidade do debate sobre a ditadura/fascismo.

Outra estratégia argumentativa para o *branqueamento* do Estado Novo é a *comparação relativizadora* com a Revolução, ou seja, utiliza-se a desvalorização do período revolucionário como forma de recuperar positivamente o salazarismo ou relegar sua discussão a segundo plano. Assim, por exemplo, em *O Diabo* justifica-se a

²²⁰ «A PIDE, o anterior regime e o Partido Comunista», *Jornal de Notícias*, 21 de junho de 1994, p. 4. No mesmo sentido, em artigo do jornalista João Coito sobre o debate público de 1994 a propósito do *branqueamento* da PIDE, argumenta-se com o comunismo soviético como forma de desviar o debate: «Não venham esconjurar a PIDE e esqueçam o NKVD ou o KGB. (...) PIDE, KGB ou NKVD, é um só e o mesmo tema». «Os modernos inspectores...», *O Diabo*, 3 de maio de 1994, p. 2.

²²¹ Cândida Ventura: Militante comunista desde os anos 1930. Foi representante do PCP na Checoslováquia, onde presenciou a Primavera de Praga. Passou pela clandestinidade e prisão. Rompeu com o partido nos anos 1970.

²²² «O direito à memória – Falamos do direito à memória na antiga URSS e de todos os que viveram o regime comunista, o “socialismo real”. Numa altura em que, a propósito do 25 de Abril, se lembra o “terror fascista”», *O Diabo*, 3 de maio de 1994, p. 26.

iniciativa de uma série de reportagens sobre as “sevícias” do processo revolucionário nos seguintes termos: «O congresso “Portugal que futuro?” pediu a Mário Soares que fizesse uma “Presidência Aberta” nos locais onde foram presos e torturados os opositores ao anterior regime. O DIABO mostra-lhe, num caderno especial, os locais onde estiveram presos, maltratados, torturados e ofendidos, centenas de portugueses, em nome do 25 de Abril, da “Liberdade” e da “Democracia”. Foi entre 1974 e 1975. Irá o Presidente da República lembrar também essas vítimas?»²²³ Trata-se de argumentação recorrente em *O Diabo*: qualquer alusão crítica ao Estado Novo suscita, em tom acusatório, a menção do processo revolucionário.

Esta opção interpretativa é diretamente formulada e justificada por Nuno Rogeiro, em resposta a uma carta aberta de Miguel Sousa Tavares: «Acho muito bem que se discutam as tropelias do Estado Novo e se vão buscar todos os dados para que todas as histórias se revelem e todas as incógnitas se esclareçam. Mas devo desde já dizer-lhe que aquilo que modicamente chama a “ditadura do PREC” (e que só conhecemos, felizmente, em estado embrionário) está mais próximo de nós e faz sentir mais os seus efeitos sobre o presente. Talvez por isso se discuta mais, para mágoa de alguns. O Miguel não se admirará por se polemizar mais sobre o Brejnevismo, no pós-Perestroika, do que sobre as torturas da polícia dos Czares».²²⁴

Em suma, a perspectiva condenatória do período revolucionário cumpre a função tanto de constituir um elemento de compensação e deslocamento da problemática do carácter repressivo do Estado Novo quanto de reiterar interpretações favoráveis sobre o regime. Pode-se dizer que para as culturas políticas de direita e extrema-direita é difícil

²²³ «Torturados e ofendidos», *O Diabo*, 24 de maio de 1994, p. 1. Em rubrica deste mesmo jornal, a propósito de uma entrevista televisiva de Miguel Sousa Tavares a Mário Soares, a *comparação relativizadora* adquire contornos de preconceitos anticomunistas contra factuais: «A dado passo, o PR disse-nos, sem pestanejar, que se o PC chegasse ao Poder o iria fuzilar. Ou seja: se o PC chegasse ao Poder, faria ainda pior do que a PIDE (que nunca fuzilou o Dr. Soares, a não ser com o olhar). O que não admira: apesar de tudo, os métodos de Silva Pais não eram os métodos do marechal José Estaline». «Curiosidades», *O Diabo*, 3 de maio de 1994, p. 8.

²²⁴ «Nota de Nuno Rogeiro», *O Diabo*, 19 de abril de 1994, p. 42. Segundo esta mesma lógica, em crónica televisiva de 1989, da autoria de Gil Vicêncio, considera-se que a abordagem dos “flagelos e ameaças que não devem voltar a repetir-se” deve ser feita para ambos os lados: «Por isso estranho que a Televisão, nos aniversários mais marcantes do 25 de Abril (...) não nos mostre o que foi o “golçalvismo” e os rostos de quantos o fizeram, o instalaram e o mantiveram contra a vontade da maioria». «Faz agora 15 anos...», *O Diabo*, Caderno *Diabíssimo*, 25 de abril de 1989, p. XII. Igualmente, em rubrica sobre os debates televisivos de 1994, a contra argumentação à crítica ao Estado Novo baseia-se na condenação da Revolução: «Uma das habituais alegações dos militares de Abril quando se vêem aflitos a discutir na televisão com gente que se lhes opõe, é que “hoje, ao menos, pode-se discutir abertamente e antigamente não”. E durante o PREC podia-se discutir? Com o Conselho da Revolução, podia? E com o COPCON? E com as várias polícias políticas pós-25-A? E com o PC a dominar tudo e todos? Já não se lembram?» «Antes e depois», *O Diabo*, 1 de fevereiro de 1994, p. 28.

aceitar críticas à ditadura de Salazar/Caetano sem as rebater com a condenação do período revolucionário. Tal como esclarece Loff, no contexto pós-1989:

«Instalara-se uma atmosfera social e cultural na qual nenhum debate sobre a ditadura era possível sem se discutir também a Revolução de 1974-75, como se os dois períodos fossem histórica ou politicamente comparáveis, produzindo um discurso historicamente confuso e frequentemente anacrónico, para não dizer a-histórico».²²⁵

É interessante comparar o percurso das *memórias branqueadoras* e das *memórias antirrevolucionárias*: enquanto as primeiras adquirem considerável visibilidade pública em 1989, por ocasião do centenário de Salazar, não beneficiam de grande destaque na imprensa em 1994, sendo, pelo contrário, duramente contestadas no espaço público pelas *memórias da resistência* e as *memórias antirrevisionistas*; por outro lado, as *memórias antirrevolucionárias* conhecem um verdadeiro *boom* em 1994. Os discursos baseados na tese da *dérápée à portuguesa* para a caracterização do período revolucionário podem ser considerados inclusive como *memórias dominantes*, tendo em vista a sua ampla difusão no espaço público: são defendidos nas páginas da *grande imprensa* por personalidades da esfera político-partidária – especialmente socialistas e social-democratas, já que os centristas optam com maior frequência pela tese da *revolução como equívoco histórico*, que se restringe à condenação e criminalização do período revolucionário –, intelectual, militar – com exceção dos militares próximos à Associação 25 de Abril –, empresarial, etc.

Verifica-se uma zona de interseção entre as *memórias consensuais* e os relatos de setores mais moderados que defendem a tese da *dérápée à portuguesa*: a abordagem ou não do período revolucionário significa o termómetro que baliza tais perspetivas, segundo as quais a desvalorização do radicalismo revolucionário representa um fator necessário para a avaliação favorável do 25 de Abril. É interessante notar, neste sentido, que a condenação do processo revolucionário constitui denominador comum capaz de aproximar interpretações e argumentos de centro-esquerda e extrema-direita. No que diz respeito à tese da *revolução como equívoco histórico*, embora não se possa considerar estes relatos memoriais como dominantes tal como aqueles baseados na ideia da *dérápée à portuguesa*, trata-se de discursos que figuram igualmente nas

²²⁵ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 72.

páginas da *grande imprensa*, defendidos por reconhecidas personalidades da vida pública portuguesa, entre as quais, o primeiro-ministro, Cavaco Silva.

5-3.2. A (re)emergência das memórias do antifascismo: entre a valorização da Revolução e a rejeição do *branqueamento* da ditadura

É possível afirmar que, a exemplo da indignação pública de 1992 com o *branqueamento* da ditadura implícito na concessão de pensões a ex-agentes da polícia política, em 1994 o ápice do *combate pela memória* no vigésimo aniversário do 25 de Abril se deu em decorrência da considerável visibilidade do *revisionismo histórico* sobre o Estado Novo no espaço público português, particularmente na televisão. Conforme observa Loff – e como se pode constatar através do já exposto carácter dominante das *memórias revisionistas* por ocasião do vigésimo aniversário da Revolução –, já desde o início de 1994, nos múltiplos programas e debates televisivos e eventos públicos comemorativos do 25 de Abril,

«personagens do pré- e pós-Revolução, militares que se descreviam a si mesmo orgulhosos da guerra que haviam feito em África, antigos membros das elites salazarista e marcelista que se diziam orgulhosos pela perseguição que teriam sofrido em 1974 e em 1975, uma panóplia de fazedores de opinião das novas direitas que o cavaquismo havia consolidado no poder – todos persistiam na estratégia da *totalitarização* da experiência revolucionária, na culpabilização da Revolução por todos os desastres económicos em Portugal, e, sobretudo, na condenação radical da descolonização».²²⁶

Num tal contexto, a gota d'água para a eclosão de uma verdadeira *rebelião da memória*²²⁷ foi um debate da SIC em que um dos convidados era um ex-inspetor da PIDE, Óscar Cardoso, que dois anos antes, em 1992, tinha recebido a pensão por “serviços prestados à pátria”. A tentativa de reabilitação desta instituição repressiva do Estado Novo na televisão, diante da ineficaz crítica dos demais participantes – o general Altino de Magalhães, o capitão de Abril e responsável pela comissão de extinção da PIDE/DGS Sousa e Castro, e o historiador e ex-presos político José Manuel Tengarrinha – e do tratamento de deferência dirigido ao ex-polícia político por parte do apresentador do programa, Emídio Rangel, desencadeou extensivas manifestações de indignação pública. Tal como em 1992, esta *rebelião da memória* contava com a participação de

²²⁶ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 95.

²²⁷ Cf. LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 103.

setores de centro-direita e centro-esquerda, muitos dos quais defendiam até então – e em certos casos continuaram a defender – interpretações baseadas na desvalorização do processo revolucionário.

Constata-se, portanto, que a indignação pública com o *branqueamento* da ditadura beneficia de um consenso muito mais extenso na sociedade portuguesa do que a rejeição do *revisionismo histórico* sobre a Revolução. É significativo, neste sentido, que a *rebelião da memória* surja justamente a propósito dos discursos *revisionistas* sobre o Estado Novo, e não propriamente em reação aos relatos *revisionistas* sobre a Revolução – os quais dominavam amplamente o espaço público português em 1994, podendo ser considerados como *memórias dominantes*. É interessante notar que, em contraposição a esta tendência de conceder maior tolerância aos discursos *revisionistas* a respeito do 25 de Abril, desde princípios de 1994 vozes comunistas já denunciavam o movimento que se vislumbrava na sociedade portuguesa no sentido da reescrita da história: tanto o *branqueamento* da ditadura quanto a deturpação/desvalorização da Revolução.

5-3.2.1. As culturas políticas de esquerda e a ampla indignação contra o *revisionismo histórico*

Em intervenção de Carlos Carvalho²²⁸ em evento comemorativo do 73º aniversário do PCP, empreende-se uma ampla recusa dos discursos *revisionistas*, em suas múltiplas vertentes: desde o “branqueamento, reabilitação e absolvição política do regime e dos governantes fascistas”, a desvalorização da resistência antifascista, a reabilitação do colonialismo, a depreciação do período revolucionário e do processo de transformações económicas e sociais dele decorrente, e as insinuações de tentativa de tomada do poder pelo PCP e instauração de nova ditadura. Neste quadro, para além de se enfatizar a *memória revolucionária*, criticava-se a política de direita empenhada em liquidar o património da Revolução, cujo sentido prospetivo era reafirmado: «Combateremos convictamente a campanha de palavras e de imagens que procura resumir a revolução de Abril a um alucinante vendaval de conflitos, confrontos, violência, agitação e instabilidade. E insistiremos em que a revolução de Abril foi sobretudo um tempo de participação popular, de liberdade e de democracia conquistadas

²²⁸ Carlos Carvalho (n.1941): Economista. Nos anos 1960 participou na oposição estudantil ao Estado Novo. Aderiu ao PCP em 1969. Foi Secretário de Estado do Trabalho nos I, II, III, IV e V governos provisórios. Em 1991 foi candidato às eleições presidenciais. Exerceu o cargo de secretário-geral do PCP entre 1992 e 2004.

e exercidas, de dignificação humana, de generosidade, esforço e trabalho colectivo, de solidariedade, de grandeza e beleza nas pequenas e grandes tarefas de transformação da vida, de pujante afirmação de elevados valores éticos e cívicos. E salientaremos que os confrontos e conflitos verificados tiveram causas e como causa maior tiveram exactamente a resistência e a oposição violenta aos rumos emancipadores do 25 de Abril. A revolução de Abril é um grande feito histórico do povo português. E vinte anos depois, a passagem do tempo o que deve trazer não é a desvalorização da revolução de Abril mas a condenação da ofensiva da política da direita que liquidou muitas das conquistas, que afogou muitas das esperanças e que destruiu boa parte da sua obra. Vinte anos depois, a revolução de Abril, a sua obra, os seus valores e esperanças continuam a constituir referências fundamentais para a luta presente e para um projecto de democracia, desenvolvimento, bem-estar, progresso social».²²⁹

No mesmo sentido, argumentou Álvaro Cunhal em muitos eventos públicos de 1994. Em intervenção em Coimbra, descreveu a “tentativa de reescrever a história” que, no vigésimo aniversário da Revolução, estava a ser levada a cabo através dos meios de comunicação social: «Livros, folhetos, artigos, colóquios, conferências, debates, entrevistas, programas de horas inteiras nas televisões e nas rádios, reportagens, filmes e uma multidão de historiadores feitos à pressa, de comentadores encartados cuja carta de recomendação se desconhece, de moderadores tendenciosos armados em estrelas, de entrevistadores que respondem às questões nas perguntas e cortam ou deturpam as respostas, constituem componentes de uma colossal operação de falsificação da história. Falsifica-se o que foi a ditadura. Falsifica-se o que foi a luta antifascista. Falsifica-se o que foi o 25 de Abril. Falsifica-se o papel das diversas forças políticas e dos diversos sectores militares na revolução democrática. Falsifica-se o que foram e o que significaram as conquistas da revolução. Falsificam-se as responsabilidades. Falsifica-se o avanço e o significado do processo contra-revolucionário até à actualidade. E, como objectivo central presente em toda a campanha, falsifica-se (pela mentira, a deturpação, a discriminação ou o silêncio) o papel do PCP em muitas dezenas de anos marcados por

²²⁹ «73º aniversário do PCP – “Temos razões para nos orgulharmos do Partido que somos”», *Avante!*, 10 de março de 1994, p. 20-22. Em notícia do *Jornal de Notícias* sobre este comício do PCP, afirma-se directamente que o secretário-geral do partido “reagiu contra uma hipotética tentativa de ‘revisionismo histórico’”: «Contra o revisionismo», *Jornal de Notícias*, 6 de março de 1994, p. 2. A respeito deste mesmo evento: «O guião e o improviso – Pavilhão dos Desportos cheio para comemorar o 73º aniversário do PCP», *Público*, 6 de março de 1994, p. 9. Carvalhas manifestou-se contra o *branqueamento* do fascismo e a reescrita da história do 25 de Abril também em comício de homenagem à Catarina Eufémia: «O Partido de Catarina não desanima perante a dureza da batalha – Carlos Carvalhas em Baleizão», *Avante!*, 26 de maio de 1994, p. 20-21.

situações e acontecimentos de alcance e significado histórico e mais directamente na luta contra a ditadura e na revolução democrática».²³⁰

Em intervenção em colóquio, Cunhal aprofundou as críticas às argumentações *revisionistas* que se desenvolviam no espaço público. Denunciou que estava “em curso uma gigantesca tentativa de falsificação da história que, invocando as comemorações, visa não comemorar mas denegrir, contestar e pôr em causa o 25 de Abril e a revolução democrática”. E criticou a lógica dominante nos programas televisivos: «Em torno dos chamados três DDD (Democratizar, Descolonizar, Desenvolver) escrevem-se infundáveis textos e multiplicam-se, como espectáculos mediáticos, debates que, pela composição discriminatória dos participantes e pela condução dos próprios debates, pretendem inculcar a ideia de que a revolução de Abril não democratizou, nem desenvolveu o país e que a descolonização foi uma história de erros e traições».²³¹

Com efeito, os comunistas denunciaram reiteradamente aquilo que entendiam como a manipulação da informação pelos meios de comunicação social e a consequente depreciação do papel dos comunistas. Por exemplo, a propósito de uma reportagem divulgada no *TV2 Jornal*, Vítor Dias, membro da Comissão Política do PCP, enviou uma carta de protesto ao diretor de Informação e Programação da RTP. A reportagem, exibida no dia 25 de Abril, foi introduzida pela jornalista nos seguintes termos: «Quase sem perder tempo, poucos dias depois do 25 de Abril, o partido comunista iniciou a sua estratégia de tomada do poder. Nela se incluíram as nacionalizações, e claro, a reforma agrária. Mas era preciso muito mais para alcançar a ditadura do proletariado. Com esse fim, o PCP chegou mesmo a pedir a Moscovo que enviasse uma esquadra para as águas portuguesas e a União Soviética respondeu através de um homem que o Carlos Fino hoje entrevistou». No entanto, conforme argumentava Dias, a reportagem não teria confirmado estas afirmações introdutórias: Vadim Zagladine teria declarado que

²³⁰ «A revolução democrática foi um dos momentos mais altos da história do PCP», *Avante!*, 31 de março de 1994, p. 22-24. No mesmo sentido, manifestou-se Cunhal em comício no Porto: «“Estamos de pé confiantes e empenhados na luta”», *Avante!*, 17 de março de 1994, p. 20-22; «Forças reacionárias tentam branquear a ditadura – acusou Cunhal no comício no mercado Ferreira Borges para assinalar os 73 anos do PCP», *Jornal de Notícias*, 14 de março de 1994, p. 2. E em Faro: «Regime fascista está em branqueamento – adverte Álvaro Cunhal», *Jornal de Notícias*, 20 de março de 1994, p. 4; «Álvaro Cunhal, o historiador», *Público*, 20 de março de 1994, p. 9.

²³¹ «Abril foi uma Revolução libertadora – Colóquio com Álvaro Cunhal», *Avante!*, 21 de abril de 1994, p. 4-6. É interessante notar que nesta intervenção Cunhal menciona que as acusações de tentativas de golpe do PCP se faziam durante o próprio período revolucionário, como elemento do combate político. «No branqueamento do Antigo Regime tenta-se condenar o 25 de Abril – acusou Álvaro Cunhal, num colóquio do PCP», *Jornal de Notícias*, 21 de abril de 1994, p. 6. «As comemorações do “lavar mais branco” – Álvaro Cunhal faz tese sobre o 25 de Abril», *Público*, 21 de abril de 1994, p. 10. Em outro colóquio, Cunhal reiterou a importância de combater a deturpação da história recente: «Cunhal denuncia “campanha” de branqueamento da ditadura», *Jornal de Notícias*, 30 de maio de 1994, p. 40.

“militares portugueses sugeriram que Moscovo deslocasse a esquadra soviética no Mediterrâneo para Lisboa”. Desta forma, considerava-se que “a RTP deve ao PCP e aos telespectadores uma clara explicação sobre a que título e com que intuíto é que uma pergunta ou sugestão feita a Zagladine por ‘militares’ ou por ‘um militar’ foi fraudulenta e desonestamente convertida num pedido feito pelo PCP”.²³² É nítida neste caso a exploração sensacionalista dos preconceitos anticomunistas. Uma vez mais, trata-se da *desespecificação político-moral* dos comunistas como elemento que favorece a sustentação de interpretações *revisionistas* sobre a Revolução.²³³

Um tal ambiente social propiciou protestos comunistas, que denunciaram os critérios utilizados pelos órgãos mediáticos para conferir destaque a certas vozes e secundarizar outras, particularmente as comunistas. Neste sentido manifestou-se o Gabinete de Imprensa do PCP a propósito do número de Maio da revista *Ousar*, dedicada à evocação do vigésimo aniversário do 25 de Abril: considerando “as orientações e critérios de discriminação anticomunista desta revista editada pela Secretaria de Estado da Juventude do Governo do PSD, o PCP protesta vigorosamente contra esta escandalosa instrumentalização partidária de uma revista editada e distribuída a custa dos dinheiros públicos e exige que, no número a distribuir no final de Maio, seja dada voz à opinião e ao testemunho de comunistas”.²³⁴ Da mesma forma, em artigo do jornalista Correia da Fonseca criticava-se a secundarização da única voz comunista presente no debate da RTP sobre o primeiro D do MFA, democratizar, enquanto em primeiro plano estavam “figuras que pouco ou nada tiveram a ver com o derrube do fascismo”. No entanto, advertia-se, antecipando-se a relevância alcançada pelos discursos *revisionistas* nos debates comemorativos dos vinte anos do 25 de Abril: «Não se creia, porém, que isto vai ser sempre assim. É fácil prever que quando as emissões passarem a ocupar-se dos “erros”, “excessos” e demais desgraças alegadamente decorrentes do 25 de Abril, logo os comunistas serão fartamente evocados

²³² «PCP exige pedido de desculpas – Carta à RTP», *Avante!*, 5 de maio de 1994, p. 10. Em artigo de Vítor Dias sobre os debates televisivos denuncia-se “o intolerável clima de arrogância e revanchismo reaccionário, as pretensões de ajuste de contas com a revolução democrática”: «Debates e “debates”», *Avante!*, 7 de abril de 1994, p. 3.

²³³ No mesmo sentido, envolvendo igualmente o testemunho deste ex-conselheiro de Brejnev, Vadim Zagladine, entrevistado pelo *Público*, numa das intervenções o jornalista afirmava diretamente a intenção de golpe comunista: «Não aconteceu [tentativa de segunda revolução] porque houve uma contra-revolução em 25 de Novembro, para evitar que os comunistas tomassem o poder». «“Queriam a esquadra soviética do Mediterrâneo no litoral português” – Vadim Zagladine ao PÚBLICO», *Público*, 23 de abril de 1994, p. 6-7.

²³⁴ «Critérios da “Ousar”», *Avante!*, 5 de maio de 1994, p. 10.

como fautores de tudo isso e de alguma coisa mais, estejam ou não sentados na primeira fila das cadeiras dispostas no estúdio».²³⁵

No mesmo sentido, em conferência de imprensa promovida pela Comissão Política do PCP, Vítor Dias afirmou que o partido “denuncia e move firme combate à campanha política e ideológica que, com múltiplas expressões e componentes, está em desenvolvimento com o intolerável objectivo de proceder ao branqueamento e reabilitação da ditadura fascista e do colonialismo, de denegrir, julgar e condenar a revolução democrática e de colocar no banco dos réus perante a opinião pública as forças e sectores democráticos, civis e militares, que maior contribuição deram para o derrubamento da ditadura, a conquista da liberdade e a fundação, construção e defesa do regime democrático consagrado na Constituição aprovada em 1976”. Particularmente sobre a Revolução, Vítor Dias denunciou “o sistemático denegrimento e contestação da necessidade, justeza e legitimidade de grandes transformações como as nacionalizações e a reforma agrária que foram inteiramente justas quer como medidas de emergência para a defesa da democracia face às conspirações e à sabotagem desenvolvidas pelos grupos monopolistas, quer por objectivos de justiça social e um desenvolvimento económico ao serviço do povo português”, a par do silenciamento sobre as “numerosas e importantes medidas adoptadas em 1974 e 1975 de melhoria das condições de vida da população e do imenso e histórico património de direitos e regalias sociais então conquistados, de avanços políticos, cívicos, sociais e culturais então alcançados, de positivas transformações e mudanças então operadas em vastos domínios e áreas da vida nacional”. Salientou ainda que semelhantes “operações de reabilitação do fascismo e do colonialismo” e “deturpação sobre a revolução democrática e as suas realizações” “são inseparáveis da prolongada ofensiva das políticas de direita” e dos “evidentes estímulos da parte do Governo do PSD”.²³⁶

²³⁵ «Abril na TV primeiro episódio», *Avante!*, 7 de abril de 1994, p. 23.

²³⁶ «Contra a campanha de branqueamento do fascismo – Conferência de Imprensa da Comissão Política», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 4; «Eles são os derrotados» – PCP critica debates sobre 25 de Abril», *Público*, 14 de abril de 1994, p. 5. No mesmo sentido, em reunião da Comissão Executiva da CGTP denunciou-se a existência de uma “campanha difamatória do 25 de Abril” e afirmou-se que “os recentes debates televisivos vieram dar maior expressão à campanha revanchista da extrema direita”, o que teria criado “uma saudável onda de indignação popular”: «CGTP afirma que estão a difamar a Revolução», *Jornal de Notícias*, 19 de abril de 1994, p. 4. «CGTP recusa reabilitação do fascismo», *Avante!*, 21 de abril de 1994, p. 11. Também a União dos Sindicatos do Porto divulgou comunicado apelando à participação nas comemorações populares do 25 de Abril em que repudiava “os ataques e deturpações da realidade histórica” e a “tentativa de julgar os Capitães de Abril, a luta dos trabalhadores e do povo português, bem como dos povos das ex-colónias pelo direito à liberdade e à Democracia, branqueando aquilo que foi, de facto, o fascismo em Portugal e o carácter repressivo e violento que assumiu”; neste sentido, afirmou-se o sentido atual e prospetivo dos ideais do 25 de Abril, enfatizando-se

No mesmo sentido, em editorial do *Avante!* considerava-se que se encontrava subjacente a esta reescrita da história da década de 1970 a pretensão de “riscar os grandes valores de Abril do imaginário do País e do ideário da nossa democracia”; como contraponto a este cenário sublinhava-se “a saudável indignação que se levanta na consciência democrática do País, na reprovação da violência verbal com que os derrotados da revolução se atiram agora contra ela”.²³⁷ Em outro editorial deste periódico mencionava-se a “campanha de branqueamento e reabilitação da ditadura fascista e dos seus valores promovida pelos saudosistas do 24 de Abril com a cumplicidade de alguns meios de comunicação social e o estímulo do próprio Governo do PSD”, e através da qual se ofendia “a memória colectiva de 48 anos de opressão”.²³⁸ Também em suplemento do *Avante!* sobre o 25 de Abril, Dias Lourenço mencionava a “febril orquestração de uma formidável campanha dos saudosistas do passado e dos que nos dias atuais intentam inverter o sentido dos acontecimentos dos últimos 70 anos de vida nacional, para reescrever e falsificar a História, para branquear dos seus crimes o regime de Salazar e Caetano, e simultaneamente, para exautorar Abril e as suas conquistas”, e enfatizava a *memória da resistência*.²³⁹

Em numerosos artigos de opinião, em sua maioria publicados no *Avante!*, sublinhou-se a crítica tanto ao *branqueamento* do Estado Novo quanto à desvalorização da Revolução que se considerava evidenciarem-se em programas televisivos. Em artigo de Francisco Costa sobre os debates televisivos, denunciou-se o efeito *eclipse* da memória da Revolução sobre a memória da ditadura, sobressaindo-se a condenação do processo revolucionário: «o que agora se propõe aos espectadores portugueses é a discussão da **Descolonização**, quando sempre se ignorou a investigação do longo e negro período da **Colonização** e a opressão de outros povos por um regime totalitário à revelia do seu próprio povo e ao serviço do imperialismo; é abordar o tema da **Democratização**, quando nunca se trataram em profundidade os dramas, os crimes, as consequências da **Ditadura** e as corajosas lutas de resistência antifascista; será, previsivelmente, nos debates que faltam, o lançamento de calúnias sobre o **Desenvolvimento** pós-25 de Abril e as suas conquistas, quando jamais se fez o estudo

ainda as *memórias da resistência* e *memórias revolucionárias*. «O 25 de Abril com os trabalhadores», *Jornal de Notícias*, 22 de abril de 1994, p. 6.

²³⁷ «Abril presente», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 2.

²³⁸ «Viva Abril!», *Avante!*, 21 de abril de 1994, p. 2.

²³⁹ «Abril quebrou as grades», 21 de abril de 1994, suplemento *20 anos Viva Abril*, p. II. Em outro suplemento deste periódico centrado nas conquistas da Revolução, defendia-se a importância de esclarecer sobre estes aspetos diante da tentativa de “apagar da memória colectiva o significado da Revolução”: «As conquistas da Revolução», 14 de abril de 1994, suplemento *20 anos Viva Abril*, p. I.

da miséria, da opressão e do subdesenvolvimento político, económico e social de um regime terrorista, apoiado pelos grandes monopolistas e latifundiários e sempre se silenciaram os incêndios das searas, as sabotagens das empresas, as fugas de capitais para o estrangeiro, nos meses posteriores à Revolução».²⁴⁰

Justamente a respeito de um debate da TVI sobre o *desenvolvimento*, Francisco Costa denunciou tanto a manipulação da informação pela televisão – com a omissão do discurso do deputado comunista na sessão solene da Assembleia da República, assim como de uma das maiores manifestações populares em Lisboa, em defesa dos valores de Abril – quanto a instrumentalização do referido debate, que teria sido previamente organizado para demonstrar a sentença condenatória da Revolução segundo a qual “durante um ano e meio, o D de desenvolvimento foi pervertido por um projecto colectivista e socializante”, para além da ideia de que o 25 de Abril teria interrompido desnecessariamente o curso de liberalização do regime. E mencionou-se a estratégia que teria sido adotada pelos responsáveis do programa para alcançar semelhante resultado: «E para isso tudo serviu, em particular a mais velha das técnicas de manipulação: montando caoticamente imagens, sons, protagonistas e declarações, não apenas isoladas do contexto e das situações concretas em que foram tomadas ou produzidas, mas, mais grave ainda, subvertendo ou misturando a cronologia dos períodos abordados – o *antes* e o *pós-25* de Abril – para reforçar as abusivas especulações».²⁴¹

De acordo com as citações compiladas num quadro publicado ao lado deste artigo, dentre algumas das afirmações do documentário *Os caminhos do desenvolvimento*, da autoria de José Freire Antunes e José Pedro Barreto, que antecedeu o debate, encontravam-se as seguintes, sustentadas em argumentações *revisionistas* sobre o Estado Novo e sobre a Revolução: «Os vencedores de Abril (...) herdaram, também, uma grande solidez financeira, e um estado praticamente sem dívidas, um estado em plena modernização, com grandes remessas de emigrantes e receitas de turismo, uma dinâmica nova dos grupos económicos e uma industrialização em marcha»; «As opções económicas tomadas a seguir do 25 de Abril de 1974 cortaram bruscamente um ciclo de desenvolvimento que se iniciara no final dos anos 60 e que era considerado um período áureo da economia portuguesa»; «O Desenvolvimento era um dos objectivos do Programa do MFA. Mas, sobre a terra queimada, vai espalhar-se

²⁴⁰ «O silenciar dos inocentes», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 31. Negritos no original.

²⁴¹ «Imperativo da verdade ou desespero da mentira?», *Avante!*, 28 de abril de 1994, p. 23.

a utopia colectivista, atrasando 10 anos a instauração de uma economia de mercado».²⁴² É possível perceber através destes exemplos a relação intrínseca entre o *revisionismo histórico* sobre a ditadura e sobre a Revolução, já que a visão depreciativa acerca do processo revolucionário alimenta a perspectiva reabilitadora do Estado Novo, e vice-versa.

Em crónica televisiva de José Mário Costa, criticou-se a complacência dos programas e seus apresentadores com os discursos *revisionistas*: «Que Xavier Pintado²⁴³ defenda livremente a tese do “boom” marcelista (Portugal, disse, cresceu mais nesses tempos do que toda a Europa...) está no seu pleníssimo direito. Mas que uma investigação jornalística (ou assim apresentada) fale desses tempos “desenvolvimentistas”, e em tal estilo ufano, e “esqueça” que havia PIDE e uma ditadura a impor, a seu bel-prazer, todas as suas regras é o que transborda para a pura propaganda do defunto regime». É interessante a identificação pelo jornalista da lógica de “dois pesos e duas medidas” para tratar o passado recente, o que significa o *branqueamento* do Estado Novo, por um lado, e a condenação da Revolução, por outro: «E que linguagem tão neutra e distanciada quando se falava em “África” e nunca em colónias – “ultramar”, “a metrópole” e “províncias ultramarinas” já ouvi, e a alguns moderadores-jornalistas, tão cuidadosos em evitar a expressão “guerra colonial”, por exemplo! Por ser ideologicamente “marcante”? Então porquê a falta de “distanciamento” para “o outro lado” da História? Por um lado, fala-se em “guerra de África”, a “metrópole portuguesa”, as chamadas “sabotagens económicas”, mas, por outro, quando é para acusar a “utopia colectivista e socializante”, a acção das “chamadas massas trabalhadoras”, dos “saneamentos selvagens”, não se poupam em qualificativos. Os dois pesos e duas medidas destes debates também se viu no tipo de linguagem neles usada».

Trata-se, em suma, da criminalização do processo revolucionário e da omissão sobre o carácter repressivo ditadura. Em outro exemplo, José Mário Costa mencionou a parcialidade de um programa da SIC sobre a dinamização cultural, cuja apreciação desfavorável já estava implícita no próprio título do programa, *O fracasso do 4º “D”*: «Apenas a insistência no seu lado negativo. Não houve nada de positivo? Foi tudo apropriação dos comunistas e da extrema-esquerda, os maus da fita? Então e a

²⁴² «A cronologia das virtudes e das desgraças», *Avante!*, 28 de abril de 1994, p. 23.

²⁴³ Valentim Xavier Pintado (n.1925): Economista; professor universitário. Foi procurador à Câmara Corporativa durante o Estado Novo. Foi um dos fundadores do CDS.

participação de um militar como Jaime Neves, como se explica? E já agora, porque não foi ouvido sobre isso? Só para “avermelhar” ainda mais a História? E por que se silenciou o abandono das gentes do Nordeste desses tempos? As acções de alfabetização que mobilizaram a generosidade de tanta gente da altura?»²⁴⁴ De facto, a lógica *revisionista* pauta-se pelo cuidado de evitar alegados juízos *ideológicos* sobre a ditadura – o que acarreta o delinear de uma visão amenizada sobre o regime – ao passo que, significativamente, não se considera *ideológica* a avaliação da Revolução sustentada na condenação deste processo histórico. Por outras palavras, a *desespecificação político-moral* de forças sociopolíticas e visões do mundo conotadas com as esquerdas é entendida como um patamar legítimo para a análise histórica.

Em artigo da autoria de A.F., identificava-se que antes “do frenesim do vigésimo aniversário do 25 de Abril” teria havido o silêncio sobre o passado, e criticava-se a deturpação da história que estaria ser levada a cabo pelos meios de comunicação social: «Comunistas? Operários? Presos políticos? Tarrafal? Greves? Tortura? Repressão? Fome? Miséria? Censura? Fascismo? Estranhas palavras que os refazedores da História se propõem apagar do vocabulário. No país reinventado pelo audiovisual, a morte nunca saiu à rua, o sangue nunca manchou as mãos dos pides, as celas de Caxias e Peniche foram casas de repouso e a liberdade nunca teve grades. Era um regime um bocadinho autoritário, só isso. Acontece, porém, que a História acaba sempre por fazer-se. É aí que os oprimidos têm nome. E os carrascos e os vendidos também».²⁴⁵ Em outro artigo de A.F. descrevia-se a lógica dos argumentos que moldavam a reescrita da história baseada no processo paralelo de *branqueamento* do Estado Novo e desvalorização do período revolucionário: «Dos ditadores e algozes de ontem se disse serem grandes estadistas, eméritos professores, políticos ímpolutos, homens modestos e sobretudo honestos, que serviram o país sem ambições pessoais e com sacrifício das próprias vidas, inteiramente dedicadas ao serviço da Pátria. Os outros, bem, os outros foram os agitadores, os extremistas, os vende-pátrias, os comunistas, a arraia-miúda com veleidades burguesas, os invejosos dos trabalhadores a quererem tirar o lugar dos patrões, os ingénuos estudantes ou militares a quererem ensinar camponeses a ler, levar estradas a aldeias isoladas, água e luz a todas as casas e sobretudo, imagine-se, a consciência de que todos, mas todos, têm o direito de intervir

²⁴⁴ «A condenação da História», *Público*, 21 de abril de 1994, p.41.

²⁴⁵ «Indignidade», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 32. Em sentido semelhante argumentou José Casanova, membro da Comissão Política do PCP: «A melhor resposta», *Avante!*, 21 de abril de 1994, p. 18.

na vida nacional. Os Dês de que se falou na televisão, nestes últimos tempos, foram de facto bem diferentes dos anunciados». Por fim, considerava-se que “as televisões foram tão longe na deturpação da História que o país reagiu e fez ouvir o seu protesto”.²⁴⁶

Correia da Fonseca explicava o predomínio da condenação da Revolução nos programas televisivos pela particular visão da direita sobre o processo histórico e o seu correspondente poder de influência no espaço público: «A direita portuguesa, que encontrara o seu regime ideal no fascismo supostamente “soft” que o 25 de Abril derrubou, habituou-se de tal modo a considerar “comunista” tudo quanto fosse resistência à infâmia e aspiração a uma sociedade justa que acabou por confundir, nos seus mais secretos sentimentos, Abril com “comunismo”, e sofre clandestinos horrores com esta malfadada necessidade de permitir festejos pelos 20 anos da madrugada de 74. E, como bem o sabem os comunistas, o território da direita é bem mais extenso do que podem pensar os incautos. De onde esta tática aliança para, ao menos na TV, tendencialmente transformar celebração em calúnia». No entanto, reconhecia-se o efeito da indignação pública resultante de uma tal visibilidade dos discursos *revisionistas*: «as tentativas para colocar no banco dos réus o 25 de Abril em geral e a descolonização em particular, o largo tempo de antena concedido aos advogados do “24” em contraste com a escassa presença nos debates de gente fundamental na luta antifascista e, mais que tudo, a comédia sinistra que foi a versão de uma PIDE/DGS “civilizada” representada por um torcionário impune, insolente, mentiroso e obviamente abjecto, desencadearam uma maré-alta de protestos».²⁴⁷

5-3.2.2. A polémica em torno do *branqueamento* do Estado Novo e a *rebelião da memória* em 1994: a transformação das *memórias da resistência* e das *memórias antirrevisionistas* em *memórias fortes*

Com efeito, pode-se considerar o debate da SIC como o cúmulo da exploração sensacionalista da lógica *revisionista* – modelo hermenêutico para a explicação do passado recente que progressivamente vinha conquistando o espaço público português,

²⁴⁶ « 4 Dês», *Avante!*, 21 de abril de 1994, p. 32.

²⁴⁷ «“Operação 24”», *Avante!*, 21 de abril de 1994, p. 31. Em outro artigo de Correia da Fonseca sobre os debates televisivos, aludia-se à invasão italiana na Etiópia nos anos 1930 para ilustrar o *combate pela memória* no espaço público português em 1994: «querer contrariar com artigos e cartas nos jornais o efeito intoxicante de uma ofensiva infame na Televisão é como disparar flechas contra aviões de combate. Mas serve, como serviu para os guerreiros etíopes, para cumprir o dever cívico de resistir, de estar do lado do que é justo. Na convicção, de resto, de que, mesmo tendo pelo seu lado um grande desequilíbrio de poder-de-fogo informativo, também neste caso a iniquidade “não passará”». «O pseudónimo», *Avante!*, 5 de maio de 1994, p. 31.

de forma paralela ao processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora. Tal como sublinha Loff:

«O desembarque dos antigos torcionários no debate da memória da ditadura era o clímax de um processo político de vinte anos que mostrava até onde havia que chegar na reconstrução da memória do passado».²⁴⁸

Numa tal situação-limite, multiplicaram-se as vozes que, indignadas com o *branqueamento* da ditadura na televisão, protestavam também contra a desvalorização da Revolução, reiterando as críticas das culturas políticas de esquerda, nas quais, já desde os anos 1980, se denunciava a lógica das interpretações *revisionistas* sobre o passado recente, sem, no entanto, alcançar eco no espaço público português. É interessante, neste sentido, comparar a subtil diferença entre a repercussão do vigésimo aniversário do 25 de Abril no *Avante!* e nos jornais da *grande imprensa* portuguesa: no órgão de imprensa do PCP, o debate da SIC não se reveste da centralidade que adquire na *grande imprensa*, já que a contundente denúncia dos discursos *revisionistas* era anterior a este programa televisivo e abrangia não só a indignação com aquilo que se entendia ser a reabilitação do Estado Novo, mas também a deturpação/desvalorização da Revolução.

Neste contexto, pode-se afirmar que um dos efeitos da *rebelião da memória* ocorrida em 1994 é o incremento da visibilidade pública das *memórias da resistência*, que ganharam destaque nas páginas da *grande imprensa*. E, em consequência, a erupção no espaço público das memórias comunistas que protestavam contra a desvalorização do legado antifascista, e particularmente contra a minimização ou depreciação do papel dos comunistas na luta pela democracia e democratização. Desta forma, é possível considerar que as *memórias da resistência*, de relatos *subterrâneos* ao longo dos anos 1980, passam a *memórias dominantes* por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril; protagonizam juntamente com as *memórias antirrevisionistas* – ou seja, os discursos centrados na crítica e/ou denúncia das interpretações baseadas na reabilitação do Estado Novo e na condenação da Revolução – o *combate pela memória* em torno do significado atribuído ao passado recente.

Por outras palavras, a *rebelião da memória* de 1994 reflete uma contestação da hegemonia cultural neoconservadora no âmbito da explicação do passado, unindo culturas políticas de esquerda, centro-esquerda e setores do centro-direita contra as

²⁴⁸ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 93.

leituras *branqueadoras* do Estado Novo. Convém notar, no entanto, a existência de uma cisão no interior desta *frente memorial antifascista*, pois certos setores representativos do centro-esquerda – politicamente próximos do PS – e praticamente a totalidade do centro-direita – politicamente próximos do PSD – continuavam a subscrever interpretações baseadas na desvalorização do processo revolucionário e de seu legado, particularmente a tese da *dérapage à portuguesa*.

No que diz respeito às *memórias da resistência*, publicaram-se muitas reportagens, particularmente no *Público*, sobre a resistência e oposição à ditadura: o movimento estudantil em liceus e universidades e suas influências ideológicas de comunistas e da extrema-esquerda; a oposição política ao Estado Novo em suas várias frentes: luta armada a partir dos anos 1960, via da ação de massas ou eleitoral e reformismo da ala liberal, destacando-se ainda o papel do PCP e sua organização na clandestinidade; a oposição católica; as canções de protesto no contexto da resistência antifascista e posteriormente na conjuntura revolucionária.²⁴⁹ Com efeito, o interesse da imprensa pela divulgação do passado recente foi estimulado não apenas pelo ambiente de amplas e diversificadas iniciativas comemorativas do vigésimo aniversário da Revolução, mas especialmente pela polémica envolvendo o *branqueamento* do Estado Novo que emergiu no espaço público português. Neste sentido, muitos jornais publicaram reportagens que enfatizavam o carácter repressivo da ditadura e valorizavam a resistência antifascista.²⁵⁰

²⁴⁹ «Estudantes. Quem era quem em 1974», *Público*, Suplemento 20 anos abril 25, 12 de abril de 1994, p. 7, 26-28. «Os Partidos em 24 de Abril», *Público*, Suplemento 20 anos abril 25, 13 de abril de 1994, p. 8, 30-32. «Os católicos que “salvaram” a Igreja», *Público*, Suplemento 20 anos abril 25, 14 de abril de 1994, p. 9, 34-36. «Revolusons», *Público*, Suplemento A música do 25 de Abril. Os discos. As cooperativas. Os intervenientes, 20 de abril de 1994, p. V. Em suplemento publicado no *Avante!* enfocava-se também o movimento estudantil, a luta antifascista da juventude e sua posterior continuação no pós-25 de Abril: Suplemento 20 anos Viva Abril, *Avante!*, 31 de março de 1994, p. I-III. A questão da oposição católica ao Estado Novo foi abordada igualmente em artigos de Rui Osório e do bispo de Setúbal, D. Manuel Martins: «O sentir dos católicos»; «D. António Ferreira Gomes – glória da Igreja portuguesa», *Jornal de Notícias*, 24 de abril de 1994, p. 44. Algumas notícias e reportagens davam destaque também à memória de ex-presos políticos: «A história do último preso político libertado no Porto», *Público*, 25 de abril de 1994, p. 42. «Ex-presos de Peniche: que fazer com esta fortaleza – memórias do MPLA, PCP, FSP e MRPP», *Público*, 1 de abril de 1994, p. 16. «Sobreviventes do Tarrafal apelam à memória colectiva – Homenageadas vítimas do campo de concentração», *Jornal de Notícias*, 6 de março de 1994, p. 7; «Recordar a PIDE/DGS nas palavras do seu último preso – O “Pisco” foi, ontem, reavivar as suas “memórias do cárcere”», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1994, p. 7.

²⁵⁰ Por exemplo, a reportagem da *Visão* com depoimentos de pessoas torturadas pela PIDE, em que eram descritas as condições suportadas pelos presos políticos: «Torturados e ofendidos», *Visão*, 21 de abril de 1994, p. 42-46. Também o *Público* divulgou uma extensa gama de testemunhos de ex-presos políticos sobre suas experiências de tortura, juntamente com uma entrevista ao historiador Fernando Rosas a propósito da repressão durante o Estado Novo: «A memória dos presos políticos»; «“A PIDE sempre foi socialmente mal vista” – Fernando Rosas ao PÚBLICO», *Público*, 22 de abril de 1994, p. 8-11. Neste mesmo periódico publicou-se, em 1994, uma reportagem sobre a censura cultural durante a ditadura e um

Eram relativamente numerosas, num tal contexto, as opiniões que protestavam contra o papel atribuído ao PCP – ora negativo, ora omissivo, a respeito de sua participação tanto na luta contra a ditadura quanto no processo de democratização – e salientavam a contribuição dos comunistas ao longo de décadas de ditadura para a viabilidade do 25 de Abril. Tal situação pode ser considerada como uma *erupção* das memórias comunistas – com significativo destaque também na *grande imprensa* e não apenas no jornal do partido – em consequência da controvérsia pública ocorrida em 1994. Assim, em evento promovido pelo PCP no Porto, Óscar Lopes²⁵¹ afirmou que “o 25 de Abril está deturpado porque se dá demasiada importância ao Partido Socialista” e enfatizou o papel determinante do partido, numa luta que começou nos anos 1930.²⁵²

Em crítica das opiniões que se considerava que pretendiam apagar o papel do PCP na luta pela liberdade posicionavam-se igualmente as reportagens de um suplemento do *Avante!*, que abordava a resistência antifascista dos comunistas em prol da liberdade e da democracia e o movimento grevista como precursor das movimentações e conquistas revolucionárias do pós-25 de Abril. Também neste caso – a exemplo de alguns discursos que destacam a importância dos movimentos sociais – depreende-se o sentido de reivindicação dos factos históricos como defesa da “verdade”: «As lutas pelas liberdades foram também as lutas pelos direitos dos trabalhadores, contra a exploração monopolista e latifundista, pela justiça social. Foi também a luta contra o imperialismo e contra a guerra. Lutas que se encontravam num

artigo, da autoria de Nuno Teotónio Pereira, sobre o exemplo de uma cooperativa cultural e a ação repressiva que sofreu: «Ver, ouvir, calar – Teatro, cinema e televisão na Revolução de Abril», *Público*, 25 de abril de 1994, p. 26-27; «Há 30 anos, a cooperativa Pragma», *Público*, 16 de maio de 1994, p. 20. Também no *Jornal de Notícias* se publicaram testemunhos sobre manifestações estudantis, clandestinidade, prisão e torturas: «Para as novas gerações...», *Jornal de Notícias*, 20 de abril de 1994, p. 6. E no *Expresso* noticiaram-se os relatos de presos políticos torturados por Óscar Cardoso: «Torturados desmentem pides», *Expresso*, 16 de abril de 1994, p. 24. O *Expresso* publicou reportagens sobre os tribunais plenários e sobre a censura neste órgão de imprensa fundado em 1973: «O braço judicial da PIDE – Os tribunais plenários eram um pilar da repressão. Os réus não podiam falar e advogados acabavam presos. Mas ninguém os julgou», *Expresso*, 23 de abril de 1994, p. 12; «Expresso amordaçado», *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 104-106. Em artigo da autoria de Virgínia da Silva Veiga, deputada socialista por Aveiro, descrevia-se a violenta repressão policial à última manifestação do 1º de Maio em Lisboa, convocada pelo MRPP: «Um 1º de Maio sem Abril», *Expresso*, 30 de abril de 1994, p. 19.

²⁵¹ Óscar Lopes (1917-2013): Linguista, professor universitário. Militante do PCP desde 1945, integrou o Comité Central do partido entre 1976 e 1996. Durante o Estado Novo participou no MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), MUD (Movimento de Unidade Democrática) e na CDE (Comissão Democrática Eleitoral).

²⁵² «25 de Abril está deturpado – sustenta Óscar Lopes», *Jornal de Notícias*, 16 de abril de 1994, p. 27. Em sentido semelhante, em colóquio organizado pelo PCP, posicionou-se Carlos Brito ao pretender refutar a tentativa de “minimizar o papel da resistência popular antifascista, e em especial o papel do PCP”: «25 de Abril Golpe ou Revolução? – Colóquio no CT Vitória», *Avante!*, 24 de março de 1994, p. 19.

auge nos meses que antecederam Abril. E que recordamos hoje, repondo algumas verdades».²⁵³

Álvaro Cunhal, em diversas intervenções por ocasião do vigésimo aniversário da Revolução, sublinhou o papel determinante do PCP tanto na resistência contra a ditadura quanto na instauração e institucionalização da democracia: «O PCP deu assim uma contribuição sem paralelo de qualquer outra força política para criar no povo português a revolta contra o fascismo, para organizar a luta, para criar condições necessárias ao levantamento nacional antifascista, para preparar condições sociais, políticas e mesmo psicológicas que determinaram não apenas o apoio geral do povo português ao levantamento militar do MFA, mas o imediato levantamento popular, a conquista da liberdade, a criação e institucionalização do novo regime democrático. (...) No tempo da ditadura, o PCP foi a força política determinante da resistência antifascista. Na revolução de Abril, o PCP foi a força política determinante das principais transformações e conquistas democráticas».²⁵⁴

A visibilidade pública das *memórias da resistência* em 1994 relaciona-se diretamente com a *rebelião da memória* em reação ao avanço dos discursos *revisionistas* no espaço público português. A respeito dos debates televisivos, Miguel Sousa Tavares²⁵⁵ criticou a tendência a comparar o *antes* e o *depois* do 25 de Abril, o que acabava por questionar a sua legitimidade: «Este tipo de abordagem retrospectiva do 25 de Abril parece-me inteiramente descabido e quase ilegítimo de um ponto de vista político-histórico. (...) É óbvio que um debate nestes termos comparativos é um

²⁵³ «As lutas pela liberdade», *Avante!*, suplemento *20 anos Viva Abril*, 7 de abril de 1994, p. I-V.

²⁵⁴ «A revolução democrática foi um dos momentos mais altos da história do PCP», *Avante!*, 31 de março de 1994, p. 22-24 [intervenção em Coimbra]. Esta mesma intervenção de Cunhal é noticiada no *Jornal de Notícias*: «Política do governo incita à corrupção – disse Álvaro Cunhal ao evocar o papel dos comunistas no 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 27 de março de 1994, p. 4. Com base em mesma linha argumentativa orienta-se a intervenção de Cunhal em comício no Porto: «“Estamos de pé confiantes e empenhados na luta”», *Avante!*, 17 de março de 1994, p.20-22. Em intervenção num debate, o jornalista César Príncipe salientou o mérito do trabalho clandestino do PCP durante a ditadura para a concretização do 25 de Abril: «Mineiros recapitulam Abril», *Jornal de Notícias*, 24 de abril de 1994, p. 4. A luta clandestina dos comunistas foi o tema de um debate organizado pelo PCP, no qual houve destaque igualmente para a ideia da resistência antifascista como antecedente da Revolução de Abril: «O PCP e a luta clandestina», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 23; «“Clandestinidade não foi uma mania dos comunistas...” – PCP não aceita “amnésia” sobre meio século de trabalho para o 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 1 de abril de 1994, p. 24; «“48 anos de clandestinidade, é obra” – PCP debate a sua história», *Público*, 1 de abril de 1994, p. 6. No mesmo sentido, o coordenador CGTP, Carvalho da Silva, em sessão solene comemorativa do 25 de Abril por parte desta central sindical, salientou as movimentações laborais que precederam a Revolução, assim como o papel do movimento sindical após o 25 de Abril, situações que teriam estado na base de muitas conquistas alcançadas, tais como o direito à greve, o salário mínimo nacional, o direito de associação e manifestação, os subsídios de Natal e de férias, o alargamento do direito à reforma, etc.: «Manter vivo Abril», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 9; «Carvalho da Silva reafirma validade do ideais de Abril», *Jornal de Notícias*, 10 de abril de 1994, p. 4.

²⁵⁵ Miguel Sousa Tavares (n.1950): Jornalista e escritor. Colabora na imprensa escrita e na televisão.

debate viciado e só possível pelo jogo disfarçado, de um lado, e pela condescendência dos democratas, do outro lado. (...) Por maior que seja a apetência pelo debate não devemos esquecer-nos do essencial. Comparar o Portugal do 25 de Abril com o Portugal do 24 de Abril nem sequer é politicamente sério. Porque, se uma nação é a vontade colectiva dos seus cidadãos, então Portugal não existiu entre 1926 e 1974. O que existiu foi a imensa massa do povo silenciada e contida em respeito pelas leis, pela censura e pelo aparelho repressivo e uma clique de notáveis do regime, que entre si dividiam as honras, as benesses, os negócios e a tarefa histórica de definir, em nome dos outros, o que era a pátria e quem era a pátria. (...) Aceitar que tal possa ser debatido em termos comparativos com um regime democrático nem a benefício da discussão é sério. A democracia pode ser magnânima, mas não masoquista».²⁵⁶

Com efeito, a maioria das opiniões *antirrevisionistas* divulgadas na *grande imprensa* em 1994 centravam-se na crítica ao *branqueamento* do Estado Novo, em especial a propósito do referido debate da SIC que contou com a presença de um ex-PIDE. Em artigo da jornalista Teresa de Sousa criticava-se a lógica dominante assim como os efeitos de tal debate: «Acontece que democracia não é equivalente a relativismo, em que se esbate qualquer distinção entre bem e mal, mas sim a pluralidade de valores. Acontece que o princípio da tolerância em que se baseia a democracia assenta na rejeição da opressão e da violência. Acontece que um “debate civilizado” não equivale, por isso mesmo, a um exercício de cinismo, em que um torcionário tem a mesma dignidade e merece o mesmo respeito que qualquer outro cidadão. A SIC ofereceu-nos ontem a sua interpretação “sui generis” de democracia e de civilidade, permitindo sem a mais leve hesitação que um torcionário da PIDE conseguisse, 20 anos depois de Abril, a proeza de ter “limpado” a organização, porventura aos olhos de muitos cidadãos portugueses. Respeitosamente interrogado por Emídio Rangel e José Salvador, respeitosamente elogiado pela sua coerência por Sousa e Castro, respeitosamente contrariado por José Tengarrinha, o senhor inspector teve todo o tempo do mundo para nos oferecer um espectáculo de arrogância e de falsidade inimagináveis».²⁵⁷

²⁵⁶ «Antes e depois», *Público*, 8 de abril de 1994, p. 17.

²⁵⁷ «Da “simpática” PIDE a Cavaco “capitão de Abril”», *Público*, 14 de abril de 1994, p. 45.

Neste mesmo sentido, em artigo de Torcato Sepúlveda²⁵⁸ denunciou-se o *branqueamento* do Estado Novo: «Porque, não nos enganemos. O que aconteceu em “PIDE/DGS: Polícia sem Lei” foi o branqueamento da polícia política salazarista. O ex-inspector Óscar Cardoso, sempre tratado respeitosamente por “sr. inspector”, teve todo o tempo de explicar que respeitava muito a liberdade de pensamento – as atividades subversivas é que não –, que pertencera a uma polícia científica, que tratava bem os presos, os alimentava bem e não lhes batia. (...) A revisão da História chegou ao ponto de Óscar Cardoso, poder dizer, sem que ninguém o contradissesse, que o general Humberto Delgado fora morto por um agente da PIDE, é verdade, mas pago e influenciado pelo “Grupo de Argel”». E criticava-se a escolha dos participantes nos programas televisivos, o que significava, na prática, a omissão sobre a problemática da resistência antifascista: «A culpa deste descalabro moral cabe por inteiro à SIC que se esqueceu de convidar presos do PCP, ou da FAP, ou da LUAR, ou do MRPP, violentamente torturados, que seriam capazes de responder à pesporrência do pide. Porque é que não confrontaram o pide Óscar Cardoso com prisioneiros por ele seviciados? (...) Neste programa não foi dada a palavra aos torturados, aos que saíram estropiados física e moralmente das cadeias políticas, aos que passaram grande parte da vida no Campo de Concentração do Tarrafal. Não foi dada a palavra às mulheres violadas, aos profissionais expulsos dos empregos. Às famílias dos presos que se suicidaram, às famílias dos mortos. Que vamos nós dizer depois disto aos nossos filhos que assistiram ao programa? Que imaginamos esta história toda? Que raio de herança será a nossa? Que ideia de liberdade lhes transmitiremos?»²⁵⁹ Com efeito, pode-se dizer que o *branqueamento* mediático da história cria o espectro de uma *história-ficção*.

Justamente neste sentido argumentava Iva Delgado²⁶⁰: «A não PIDE tem um estatuto de ficção: passou a existir num meio que é artificial, o da imagem e som em

²⁵⁸ Torcato Sepúlveda (1951-2008): Jornalista. Participou na oposição estudantil ao Estado Novo; exilou-se entre 1971 e 1974.

²⁵⁹ «A revisão da História», *Público*, 14 de abril de 1994, p. 45. Em outro artigo, Torcato Sepúlveda criticou a falta de princípios éticos que permitiu defrontar em debate torcionário e vítima, rejeitando os argumentos defensivos dos responsáveis do programa: «Não, cada torturador é responsável pelos seus actos, independentemente dos erros da Revolução do 25 de Abril ao não julgar nem mandados nem mandantes. Tomás e Marcelo Caetano não foram responsabilizados? O regime salazarista foi “branqueado” (...) pela Revolução? Isso não exime jornalistas profissionais de confrontarem um homem que estavam a entrevistar com os crimes que cometera. E não os exime, sobretudo, de o fazerem com eficácia. (...) O fascínio da “cacha”, a bebedeira do espectáculo, o deslumbramento de apresentar um actor daquele gabarito levaram a SIC a prestar um mau serviço informativo e a calcar princípios básicos de cidadania. Chamar a isto deontologia profissional é apenas mais um passo a caminho do delírio». «SIC: a bebedeira do espectáculo», *Público*, 30 de Abril de 1994, p. 17.

²⁶⁰ Iva Delgado: Historiadora. Filha de Humberto Delgado.

estúdio. A PIDE autêntica, essa apagou-se ao longo dos 20 anos de irresponsabilização pelos crimes; a não PIDE passou a ser a verdadeira PIDE, maquilhada segundo as normas de qualquer espectáculo, para ser vista como se fosse real, em sentido metafórico e real. (...) No sentido mediático, o pide mau dos nossos envergonhadíssimos pesadelos transmuta-se no pide bom do programa de massas; o pide que durante anos fez telefonemas de madrugada, para intimidar um cidadão ou a família de um cidadão preso ou assassinado, passa a pide eticamente recomendável; o pide que torturou e gozou com as torturas, passa a polícia científico; o pide que teve gostosamente sob o seu puro arbítrio de torcionário as vítimas que lhe iam parar às mãos, converte-se no compincha dos tropas, fazendo-lhes “jeitinhos” lá em África contra os “terroristas”. Foi esta metamorfose que chocou. Quem sofreu sentiu-se aviltado com a cumplicidade fútil, com a complacência e venialidade do sensacionalismo». A articulista sublinhava ainda a existência de um “lapso de memória”, como forma de suportar o horror do passado; contudo, a reação de indignação pública ao programa da SIC teria indicado que os que sofreram a repressão e humilhação da PIDE não esqueceram.²⁶¹

Em editorial do *Público*, assinado pelo seu diretor-adjunto, Jorge Wemans, defendia-se que, após o 25 de Abril, a discussão pública sobre a ditadura não fora uma prioridade: «O 25 de Abril inaugurara um futuro possível mais apelativo do que o pesado passado. A urgência desse futuro impunha-se sobre o ajuste de contas do passado. (...) As pessoas, a sociedade, as forças políticas e as instituições da democracia nascente viraram-se para o futuro, esquecendo-se, por razões diversas, o necessário julgamento do passado».²⁶² Pode-se dizer que uma tal avaliação remete-se à segunda fase da memória pública sobre o passado recente – a fase da *repressão* –, cuja origem remonta à *normalização democrática* após a contenção do processo revolucionário em 25 de Novembro de 1975 – apesar de, num período inicial, até ao final dos anos 1970, terem convivido no espaço público português esta tendência ao

²⁶¹ «A não PIDE», *Público*, 16 de maio de 1994, p. 20. No mesmo sentido, o antropólogo Miguel Vale de Almeida destacou o efeito *história-ficção* decorrente do *branqueamento* da PIDE na televisão: «Ficámos a saber que a PIDE nunca existiu. Nunca houve prisões, terror, tortura ou sequer a mera existência de uma polícia política, o que bastaria como monstruosidade. Um tio meu nunca esteve preso oito anos por ser do PC. Foi tudo ficção. E como aquele senhor demonstrou ser exímio nesta arte, creio mesmo que a PIDE foi invenção dele». «Viva o 28 de Abril», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 27. Também o jornalista Fernando Dacosta criticou a espetacularização dos debates televisivos, a transformação da história em ficção, e particularmente o cinismo e a perversidade do ex-pide Óscar Cardoso no programa da SIC: «Um regime de anjos», *Público*, 15 de abril de 1994, p. 21.

²⁶² «Vinte anos depois», *Público*, 22 de abril de 1994, p. 3.

acomodamento do passado com a permanência da visibilidade social das memórias do antifascismo.

Convém reconhecer que é justamente no ambiente engendrado por esta *repressão da memória* que lentamente se desenvolve o *revisionismo histórico* como tendência interpretativa para o passado recente. De modo que, em meados dos anos 1990, a *rebelião da memória* significava a recusa da complacência com o passado ditatorial, assim como da renegação do passado revolucionário. Ao contrário do caso espanhol – em que a influência da memória da guerra civil nas gerações política e socialmente ativas em meados dos anos 1970, para além do imperativo de evitar que as forças sociopolíticas herdeiras do franquismo bloqueassem a democratização, explica a instauração de uma fase inicial de *repressão* da memória –, em Portugal é o contexto da nova relação de forças posterior ao 25 de Novembro de 1975 que suscita – especialmente por parte do poder público e das forças políticas que se tornaram hegemónicas na sociedade portuguesa, PS e PSD – o esforço pela demarcação da democracia em relação à realidade revolucionária e, em consequência, o abafamento das críticas e condenações ético-políticas da ditadura. Ambiente este que se mostra muito favorável ao desenvolvimento dos discursos *revisionistas* sobre o passado recente. É neste sentido que Fernando Pereira Marques, evocando as expressões de Eduardo Lourenço, considera que se assistiu “a um ‘recalcamento’ dos quase 50 anos de autoritarismo e não se procedeu a um ‘repensamento colectivo’ da vida real desse longo período rapidamente colocado entre parêntesis”; de modo que “se construíram as novas instituições democráticas sobre uma espécie de buraco negro histórico-sociológico”.²⁶³

Em 1994, ao romper-se a fase da *repressão da memória*, com o *(re)despertar* da memória do antifascismo, a *grande imprensa* empenhou-se em retratar a repressão e violência do Estado Novo. Na extensa gama de depoimentos de ex-presos políticos divulgados no *Público*, acerca da prisão e torturas sofridas, é interessante mencionar o testemunho do sociólogo Rui d’Espiney, torturado por Óscar Cardoso; após a descrição das memórias pessoais de humilhação e espancamentos, denunciava, sugerindo o absurdo do *branqueamento* da ditadura em debate televisivo: «Vinte anos depois de Abril, aí, sim, veio a surpresa. Ali estava, para quem o queria ver, Óscar Cardoso. Igual

²⁶³ MARQUES, Fernando Pereira. «O fascismo nunca existiu? Os resistentes antifascistas no regime democrático» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013, p. 139.

a si mesmo. Na brutalidade com que me quebrara a cadeira, na serenidade com que dirigira a tortura, na subtileza com que me trouxera a companhia às três da manhã, no despudor com que me mentia ou provocava... Ele, o pido Cardoso, num direito à defesa sem acusação, num debate sem opositores, em nome de uma verdade que não se procurava apurar...»²⁶⁴

É ilustrativo do comportamento das vítimas da repressão durante os primeiros vinte anos de democracia o depoimento do jornalista Carlos Coutinho: «Nos 20 anos que passaram sobre a minha prisão, em 22 de Fevereiro de 1973, por suspeita de militar na ARA [Acção Revolucionária Armada], o que tem sido instintivo em mim é fugir à memória dos primeiros 90 dias Caxias. Hoje, porque parece haver um esforço de “branqueamento” da PIDE e da ditadura que ela servia, não hesito em recordar e relatar alguns dos pormenores mais significativos».²⁶⁵ Neste sentido é interessante notar como o vigésimo aniversário do 25 de Abril significa um divisor de águas nas fases da memória pública sobre a ditadura e a Revolução: a indignação com a conquista do espaço público pelos discursos *revisionistas* ocasiona a erupção das *memórias da resistência*, que eram memórias *subterrâneas* desde os anos 1980. Tal como ressalta Loff:

«Um dos efeitos imediatos do debate [do programa televisivo da SIC com a presença do ex-pido Óscar Cardoso] foi suscitar a libertação da memória da detenção e da tortura, da indignidade e da violência, cativando uma atenção por parte dos *media* que não tinha tido paralelo desde o fim do período revolucionário. Em alguns casos, rompia-se explicitamente uma espécie de pacto de silêncio que muitas das vítimas da tortura tinham selado consigo próprios e com os seus pares».²⁶⁶

Tal é especialmente válido no caso das memórias comunistas. Se alguns autores chegam ao ponto de considerar a tendência geral dos militantes comunistas, no sentido de se mostrarem avessos à divulgação de memórias, como um obstáculo à história²⁶⁷, deve-se reconhecer que a *rebelião da memória* de 1994 significou um espontâneo boom na comunicação e difusão de depoimentos sobre a repressão durante a ditadura

²⁶⁴ «A memória dos presos políticos», *Público*, 22 de abril de 1994, p. 8-10.

²⁶⁵ «Memória dos presos políticos», *Público*, 23 de abril de 1994, p. 22.

²⁶⁶ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 96

²⁶⁷ Cf. PEREIRA, José Pacheco. «A biografia de um homem que não quer ser biografado» in *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. “Daniel”, o Jovem Revolucionário*. Lisboa, Temas e Debates, 1999. P. XI-XX.

salazarista, uma situação inédita desde os primeiros anos de democracia.²⁶⁸ Semelhante quadro pode ser entendido como uma direta reação ao avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português.

Em reportagens da *Visão*, denunciou-se o cenário de *branqueamento* do Estado Novo pelos meios de comunicação social, o que era entendido como resultado da anterior desculpabilização com que a sociedade portuguesa teria tratado os responsáveis da ditadura: «Os derrotados daquela época, os sobreviventes e saudosistas do antigo regime tentam recuperar e *maquilhar* a sua imagem, como se Portugal não tivesse tido 48 anos de uma ditadura que não foi tão branda como alguns querem fazer crer. Em debates de televisão, em entrevistas e comentários de imprensa, em programas de rádio, procura dimensionar-se a *bondade* e os malefícios do antigo regime e do que aconteceu a partir da madrugada em que os militares vieram para as ruas ao som de uma canção de José Afonso. (...) Regista-se, por aí, alguma adulteração da verdade histórica, sobretudo em certos debates, o que torna legítimas algumas inquietações. (...) Paradoxalmente, os principais responsáveis pelos actos criminosos da ditadura, como os torcionários da PIDE e, embora em menor grau, os responsáveis da Censura, foram *desculpabilizados*. Ninguém se admire, portanto, agora, da arrogância com que se atrevem a levantar a voz».²⁶⁹

A publicação de artigos dos responsáveis do programa da SIC, *PIDE/DGS – Polícia sem Lei*, em que argumentam alegando o silêncio que sobre a PIDE se fez nos vinte anos de democracia, suscitou uma discussão sobre a questão da justiça política. Emídio Rangel, moderador do programa, foi mais direto nas acusações às atitudes conciliadoras dos políticos do pós-25 de Abril: «Se alguém branqueou a PIDE, foram os políticos dos partidos que sustentaram o regime desde Abril de 1974. Foram eles que proporcionaram a fuga dos principais dirigentes políticos, foram eles que prepararam a saída de muitos agentes da PIDE, foram eles que impediram o julgamento sério da instituição e dos seus protagonistas principais, foram eles que integraram na Função Pública a maior parte dos polícias e informadores, foram eles que, instalados nas

²⁶⁸ João Madeira menciona que a iniciativa em torno do Tribunal Cívico Humberto Delgado (1977-78), que consistiu num tribunal de opinião contra o regime deposto a 25 de Abril de 1974, viabilizou a recolha de “um inestimável acervo de depoimentos”, com destaque para os dos militantes comunistas, que manifestaram um forte desejo de colaborar, o que teria permitido “tocar a base do PCP” – para além da capacidade de controlo da direção do partido. MADEIRA, João. «“Julgar a PIDE, condenar o fascismo”: Tribunal Cívico Humberto Delgado, uma experiência breve (1977-1978)» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013, p. 170.

²⁶⁹ «Os subterrâneos da História»; «Pides lavam mais branco», *Visão*, 21 de abril de 1994, p. 36-37; 38-39.

cadeiras de São Bento, gozando as mordomias da nova situação, silenciaram este tema incómodo. Fizeram-no em nome da pacificação da sociedade, mas deviam nestas ocasiões ficar calados e poupar-nos à escuta de intervenções hipócritas e cínicas. Foram eles e não os moderadores do debate que louvaram Óscar Cardoso, garantiram o seu lugar de inspector na Administração Pública e lhe mantiveram todos os direitos civis e políticos de que goza».²⁷⁰ É possível perceber como a fase de *obsessão memorial* com frequência suscita a confusão e anacronismo: se estes argumentos sobre a conduta do poder político em relação a políticas públicas sobre a ditadura têm algum fundamento, não justificam a opção dos responsáveis por programas televisivos de explorar o sensacionalismo do *revisionismo histórico* – como se o ambiente político-social que favoreceu o desenvolvimento desta corrente interpretativa justificasse a sua reiteração na televisão. Além disso, uma tal argumentação, aparentemente sensível ao tratamento conciliatório conferido aos membros da polícia política na conjuntura posterior ao processo revolucionário português, não explica a razão pela qual não se priorizou a discussão desta problemática no referido programa televisivo.

Neste sentido, em artigo de José Gil²⁷¹ rejeitava-se a tentativa de justificação dos responsáveis do programa da SIC acerca da legitimidade de dialogar com pides e torcionários tratando-os com cortesia e mesmo com deferência. Por outro lado, criticava-se a convivência e omissão da sociedade a respeito do tema da justiça política: «Mas a posição dos que criticam a emissão – e eu sou um deles – não é menos absurda: em nome de que pureza política se ataca, não a PIDE e o salazarismo, mas os que os tratam como legítimos “parceiros” daquilo que foi a nossa história e na qual participámos também como agentes? A ditadura caiu, não houve julgamento de responsáveis – ou os que houve foram do tipo daquele que cita um dos jornalistas da SIC. E quem, na época, se elevou contra eles? Porque é que não surgiu um movimento de massa exigindo um julgamento histórico do antigo regime – dos seus agentes, das suas cumplicidades múltiplas, no exército e na sociedade civil? (...) [É] verdade que foi escandalosa a complacência da SIC, mas também é verdade que ela “vem de longe”, na esteira da complacência do “processo revolucionário” do 25 de Abril para com o

²⁷⁰ «Despropositada algazarra» - artigo da autoria de Emído Rangel, diretor de informação e programas da SIC; « “A SIC lava mais branco” » - artigo da autoria de José A. Salvador, um dos entrevistadores-moderadores do debate, *Público*, 29 de abril de 1994, p. 14, 15. Também desenvolveu este argumento o militar de Abril Sousa e Castro, um dos participantes no debate: «Bodes expiatórios», *Público*, 20 de abril de 1994, p. 16.

²⁷¹ José Gil (n.1939): Filósofo; professor universitário.

regime anterior e para a qual contribuíram os que hoje a criticam».²⁷² Com efeito, a polémica de 1994 em torno do *branqueamento* do Estado Novo, ao ter ocasionado uma significativa indignação social e, em consequência, a erupção das *memórias antirrevisionistas* e das *memórias da resistência*, suscitou ainda reflexões sobre o longo silêncio a respeito do passado ditatorial que dominou o espaço público português desde o final do período revolucionário.

José Augusto Rocha²⁷³ identificava “um estado insurreccional de protestos” decorrente da indignação com o debate da SIC e rejeitava as tentativas de justificação dos responsáveis pelo programa: «Quem dirige a informação de uma televisão deve ser de uma probidade intelectual escrupulosa, sob pena de incorrer em um crime cívico. O tema tratado era tão exigente que excluía toda a leviandade. E os autores do programa foram, no mínimo, levianos. A um pide não se pode assegurar um estatuto de paridade e confronto com a sua vítima. Um pide é suspeito de mentir e a mentira recoberta com foros de verdade, quando transmitida para milhões de espectadores, causa alarme social, perturba e corrói. Um pide carrega em si um conteúdo dramático de atrocidades que quando não confrontadas e desmontadas derramam no povo a confusão e desencadeiam a sua ira. No programa faltaram pessoas essenciais que carreassem o libelo acusatório dessa polícia sinistra. A presença isolada do historiador José Manuel Tengarrinha não podia assegurar esse objectivo».²⁷⁴

Também Diana Andringa²⁷⁵ criticou a falta de valores éticos que teria presidido o debate da SIC.²⁷⁶ Argumento que foi reiterado em outro artigo: «Entendam: nada

²⁷² «O silêncio da história», *Público*, 8 de maio de 1994, p. 25. Também Alfredo Margarido, professor universitário, criticou a ausência de julgamento dos responsáveis pela polícia política e denunciou a “mutação dos jornalistas em ‘inquisidores’ ao serviço do ex-inspector Óscar Cardoso”: «As colónias e a PIDE», *Público*, 22 de maio de 1994, p. 29.

²⁷³ José Augusto Rocha: Advogado. Participou na oposição estudantil ao Estado Novo e foi preso na sequência da crise académica de 1962. Atuou como advogado de presos políticos.

²⁷⁴ «Mentiras e vergonhas várias à volta de um pide», *Público*, 1 de maio de 1994, p. 23. Em outro artigo de José Augusto Rocha, a crítica ao programa da SIC motiva também o destaque para a *memória da resistência*: «Ao longo de vários anos da defesa de presos no Tribunal Plenário assisti ao relato pungente e cruel de operários, comerciantes, estudantes, intelectuais, escritores, etc., seviciados, privados de sono e alimentação, a quem eram arrancadas confissões coactivas. Os autos instruídos pela PIDE testemunhavam à evidência a existência de coacção moral e física sobre os presos; de crime sistemático e organizado de violação de correspondência, de escuta telefónica sobre os cidadãos. O Tribunal Plenário – que existia para condenar e não para julgar – foi palco e testemunha do conhecimento da mais grave repressão sobre os cidadãos: impossibilidade de ser admitido na função pública; obstáculos de todo o género no acesso e promoção profissionais; tratamento repressivo, persecutório ou arbitrário durante a vida militar; expulsão, suspensão e outras sanções escolares; fixação arbitrária da residência; despedimentos, assaltos e saques a domicílios». «O branqueamento da PIDE/DGS», *Público*, 15 de abril de 1994, p. 20.

²⁷⁵ Diana Andringa (n.1947): Jornalista. Foi presa no final dos anos 1960 por apoiar a causa da independência de Angola.

²⁷⁶ «As imagens e as vozes», *Público*, 30 de abril de 1994, p. 16.

tenho, antes pelo contrário, contra que se entrevistem antigos elementos da PIDE/DGS. É urgente fazer a história dos tempos do fascismo, e eles foram protagonistas desse tempo. Mas tenho tudo contra a demissão dos entrevistadores, a inexistência de contradição, a leveza da pesquisa. E tenho, certamente tenho, contra que os jornalistas da democracia tratem com maior deferência um elemento de uma polícia política que foi um dos maiores sustentáculos da ditadura do que tratam uma vítima dessa mesma polícia, dessa mesma ditadura, uma pessoa que, independentemente do acerto ou desacerto das suas posições, se bateu pela democracia. Por essa democracia que permite que um torcionário tenha o mesmo direito à palavra que uma vítima...» E aludia-se, além disso, ao silêncio social sobre a ditadura, o que de certa forma abriu caminho para o desenvolvimento dos discursos *revisionistas* no espaço público: «Foi outra coisa que me humilhou: foi sentir que todos éramos cúmplices do que ali se passava, porque, em nome de uma distância dita necessária à história, admitimos que se calasse, tempo de mais, a memória do passado. Porque não exigimos, suficientemente alto, que fossem preservados e transformados em museu a PIDE ou o Aljube. Porque deixámos praticamente abandonadas as campas dos mortos do Tarrafal».²⁷⁷

O jornalista Fernando Antunes sugeriu também que a ausência de discussão sobre o passado teria favorecido o avanço dos discursos *revisionistas* no espaço público: «Se em duas décadas partidos, associações políticas e outras tivessem feito alguma coisa para explicar o que foi de facto a ex-PIDE-DGS, teríamos sido poupados a um lamentável espectáculo em que um simples ex-quadro baralhou e deu de novo como quem está autorizado a fazer batota e usar cartas viciadas pela hipocrisia e pelo desaforo».²⁷⁸

²⁷⁷ «A PIDE existiu. E torturou», *Público*, 16 de abril de 1994, p. 21. O jornalista José Carlos Vasconcelos enfatizou, igualmente, a ausência de princípios éticos na organização do debate, ao permitir-se confrontar “os perseguidores e os perseguidos, os torturadores e os torturados, os algozes e as vítimas”: «Basta!», *Visão*, 21 de abril de 1994, p. 40. Também Jorge Leitão Ramos denunciou a estrutura do programa da SIC: «ao pôr à volta de uma mesa um militar de Abril, um ex-inspector da PIDE/DGS, um general titubeante e um resistente antifascista, a SIC está a dizer que todos aqueles intervenientes estão em pé de igualdade – e isso é intolerável. A democracia não é um sistema de esvaziamento ético em que tudo se equivale. A ausência de valores é um escárnio aos valores democráticos. Depois, o espanto foi crescendo. Tanta doçura, tanto receio de melindrar, tanta tolerância, tanta deferência demonstrou Emídio Rangel face ao ex-inspector da PIDE/DGS (...). Deixaram-no dizer as maiores barbaridades, deixaram-no fazer a completa apologia da PIDE/DGS sem contradita vigorosa. Foi ele, o ex-inspector Óscar Cardoso, o grande vencedor do debate». «Indignidades», *Expresso*, 16 de abril de 1994, caderno *Viva*, p. 10. A crítica do debate da SIC e da atuação dos jornalistas evidenciava-se também em artigo de J.A.L.: «O que eles dizem...», *Expresso*, 30 de abril de 1994, p. 24.

²⁷⁸ «O Óscar dos apanhados», *Jornal de Notícias*, 22 de abril de 1994, p. 68.

José Rebelo²⁷⁹, para além de sublinhar a falta de neutralidade, objetividade e independência ao colocar-se “num mesmo plano a vítima e o algoz”, identificava no programa da SIC a virtude de ter suscitado a indignação pública com os discursos *revisionistas* sobre a ditadura: «Mas, no meio de toda a polémica agora gerada, algo de relevante, porém, sucedeu. E talvez tenhamos ainda de o agradecer à SIC: as tentativas de branquear figuras e métodos do antigo regime foram, com efeito, abafadas pelas vozes dos que entendem não esquecer os horrores do passado. De repente, e por reacção ao discurso complacente sobre o período salazarista e marcelista, rompeu-se o torpor, saiu-se desta espécie de anestesia que duas décadas de democracia, calma e cada vez mais acomodada, gradualmente impuseram».²⁸⁰

Já Fernando Rosas²⁸¹, além de criticar a lógica do debate da SIC, baseada na equiparação entre algoz e vítima – «como se os seus estatutos se equivalessem em respeitabilidade e fidedignidade, como se os crimes da polícia política fossem uma realidade questionável em ameno diálogo entre os carrascos e as vítimas» –, ressaltou a *memória da resistência*: «A memória da dor e da humilhação indescritíveis dos homens e das mulheres cambaleantes nas salas de interrogatórios, semienlouquecidos pela tortura do sono e pelas alucinações que ela provocava, com os pés, o corpo e o rosto entumecidos pela “estátua” e pelos espancamentos, mantidos acordados a pontapé, pelos choques dos bastões eléctricos ou pela água despejada nas costas, travando uma luta desigual contra os torcionários pelo simples direito de agirem de acordo com as suas convicções políticas. A memória das horas e dos dias intermináveis de medo e de ansiedade nas celas de isolamento, onde se interpretavam os mínimos ruídos do exterior à espera da nossa vez de ir para os interrogatórios, ou à espera do regresso do companheiro do lado levado há dias sem fim para a tortura, onde o melhor e o pior de nós próprios e das nossas convicções se jogavam num confronto solitário e decisivo com os carrascos da polícia. A memória da impotência e da angústia das famílias dos presos políticos, com as casas devassadas pelas buscas policiais de madrugada; impedidos de os visitar, mas sabendo o que lhes estava a acontecer; constantemente vexadas pela cínica arrogância dos agentes da polícia política; tentando ler no rosto dos

²⁷⁹ José Rebelo (n.1945): Jornalista e professor universitário.

²⁸⁰ «Um pide é um pide», *Notícias Magazine*, 1 de maio de 1994, p. 6.

²⁸¹ Fernando Rosas (n.1946): Historiador e professor universitário, especialista em história do século XX português. Foi preso político. Participou na fundação do Bloco de Esquerda, em 1999, tendo sido candidato por este partido às eleições presidenciais de 2001. Foi deputado à Assembleia da República entre 1999 e 2002, 2005 e 2011.

presos, à distância, mas calando a dor com dignidade, o rasto da violência e dos maus tratos, quando finalmente as deixavam ver os seus parentes».²⁸²

Em artigo do médico Adão Cruz, salientava-se a crítica à inversão de valores amparada sob o argumento da tolerância democrática, afirmando-se que “[p]essoas há que não têm o direito moral de aparecer em público, quanto mais num estúdio de televisão”; “[n]inguém tem o direito de permitir o branqueamento nazi através de tão poderoso meio de informação”.²⁸³ No mesmo sentido, em artigo de Carlos Marques²⁸⁴ denunciava-se o avanço do *revisionismo histórico* no espaço público: «Em Portugal, os “pides” têm tempo de antena nas televisões, para mentir, para branquear o fascismo, para, com terrível despudor, quererem rasurar a história» E, rejeitando-se esta lógica, enfatizava-se o sentido prospetivo do 25 de Abril: «É certo que as televisões andam na corrida louca das audiências. Mas a dignidade de Abril, a defesa da liberdade e a defesa da democracia não podem estar à venda! (...) Que liberdade defendemos hoje? A liberdade dos cidadãos, do povo participar na construção do seu país, ou a liberdade de tratar os “pides” por senhores inspectores, branqueando o fascismo? (...) Festejar os 20 anos de Abril é sobretudo trazer o inconformismo e a esperança de que o povo português não está condenado a viver na amargura do amanhã incerto, e trazer as soluções de novos caminhos solidários que reponham as esperanças que Abril fez brotar dos corações».²⁸⁵

Em sentido semelhante, Artur Costa²⁸⁶ criticava o ambiente social que teria permitido o desenvolvimento da retórica *revisionista* baseada no *branqueamento* da ditadura: «De uma forma geral, pode dizer-se que o regime democrático instaurado pelo 25 de Abril tratou com benevolência e, em alguns casos demasiada benevolência os inimigos da liberdade do povo português. (...) Não se confunda, porém, a

²⁸² «O meu protesto», *Público*, 19 de abril de 1994, p. 17. Seguindo esta mesma lógica, em artigo do livreiro e galerista, Manuel de Brito, ressaltaram-se as memórias pessoais da repressão e violência no exercício de sua atividade profissional: «A PIDE metia medo», *Público*, 10 de maio de 1994, p. 16. Também em artigo de Diana Andringa foram recordadas memórias pessoais sobre o ambiente repressivo do Estado Novo: «Algumas memórias a benefício dos que não recordam», *Público*, 23 de abril de 1994, p. 21. O dirigente comunista Dias Lourenço, em visitas a escolas, enfatizou as *memórias da resistência* através de suas recordações pessoais; em suas palavras, tratava-se de “tentar dizer a verdade, com as experiências de cada um de nós que vivemos a violência da ditadura e evitar a onda de falsificação da História que pretendem fazer”: «Histórias da clandestinidade – Dias Lourenço em périplo pelas escolas do país», *Público*, 2 de maio de 1994, p. 4.

²⁸³ «A TV não cheira bem», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1994, p. 6.

²⁸⁴ Carlos Marques: Engenheiro. Foi um dos fundadores da UDP e candidato às presidenciais de 1991 por este partido.

²⁸⁵ «O cinismo do carrasco», *Jornal de Notícias*, 27 de abril de 1994, p. 6.

²⁸⁶ Artur Costa (n.1947): Juiz. Em 1994 exercia o cargo de Procurador-geral adjunto no Tribunal da Relação do Porto.

superioridade moral da democracia (...) com leviandade e inconsciência. Casos tem havido em que certos órgãos de comunicação social de grande impacto mais parecem apostados em reabilitar o passado e as forças do passado (...). Veja-se o que se passou recentemente com um debate, em que participou um ex-agente da PIDE/DGS. Não bastava que esse senhor, que até beneficia de um soldo do Estado, remetesse para o domínio do fabuloso as práticas torcionárias da polícia política do fascismo! Ainda teve honras de tratamento de sr. inspector! Com isso o moderador do debate ressuscitou (mas acaso não terá ela sido extinta?) a tal polícia sem lei que massacrava tantos portugueses e assassinou muitos deles. Assim vai a pedagogia democrática! Melhor: a falta dela. Aposta-se no esquecimento como se o passado fosse uma coisa de fábula. Os antigos senhores entram, já não de mansinho, mas com a velha desfaçatez, nas nossas caras. Erguem o dedo acusador contra os restauradores da liberdade. Entretanto, os mais jovens vão perdendo todo o elo de ligação com o nosso passado recente». O articulista salientou ainda a *memória revolucionária e memória da resistência*: «as ruas foram sendo ganhas pela bebedeira de um povo em liberdade. (...) Pertencço a uma geração que já só apanhou a última fase do fascismo (...), mas, ainda assim, uma geração que sofreu as perseguições da PIDE, as cargas brutais da Polícia de Choque, as exclusões da Universidade, a castração imposta pela Censura, as difíceis paragens do exílio, os horrores da guerra. (...) Quem assim viveu esse tempo português de “uma apagada e vil tristeza” sentiu uma forte comoção com o 25 de Abril. (...) Os portugueses recuperaram, então, toda a alegria de viver, a alegria de serem senhores de si próprios, donos do seu destino».²⁸⁷

Mário Soares, em artigo do *Público*, ressaltou a importância de perdoar – aludindo à argumentação das *memórias consensuais* – mas também a de não esquecer; e criticou o *branqueamento* da ditadura: «Os ex-PIDES são hoje cidadãos, como quaisquer outros portugueses. Têm direito à palavra, mesmo quando no tempo em que tinham poder a retiraram aos outros. A lei não distingue entre portugueses. Essa é a superioridade moral da democracia, que se baseia no pluralismo, na liberdade e na tolerância. Mas a tolerância não pode ir ao ponto de os deixar participar em debates, que não têm nada de inocentes e que, finalmente, visam tão-só apagar a memória colectiva dos portugueses, confundir os jovens e reabilitar um regime odioso, mesmo que essa não tenha sido a intenção dos que o organizaram». Desta forma, Soares

²⁸⁷ «Contra o esquecimento», *Jornal de Notícias*, 28 de abril de 1994, p. 10.

salientou ainda a *memória da resistência*: «Milhares e milhares de portugueses passaram pela PIDE e conheceram os seus horrores apenas por desejarem a liberdade, às vezes mesmo por simples denúncias e sem praticarem quaisquer actos políticos. Milhares e milhares de famílias conheceram na carne a repressão da ditadura. Todos os portugueses, em maior ou menor escala, souberam o que era ter medo, ser condicionado nas suas opiniões e silenciado quando isso convinha ao poder instalado. Trata-se de uma amarga experiência colectiva que não deve ser esquecida – para que não possa vir a repetir-se».²⁸⁸ O posicionamento de Soares na polémica do vigésimo aniversário do 25 de Abril constitui um exemplo paradigmático das vozes de centro-esquerda, e em certos casos de centro-direita, que, oscilando entre a defesa das *memórias consensuais* ou das *memórias revisionistas* da Revolução segundo a tese da *dérápée à portuguesa*, indignaram-se com o *branqueamento* do Estado Novo.

Em crónica de Olga Vasconcelos denunciava-se o ambiente sociopolítico em que se verificava o *branqueamento* da ditadura: «O lusitano é brando. Esquecido. Mole. Um caso. Ao menos, com um não sei quê anarca. Vinte anos são uma lonjura. Tão grande que os filhos nem sabem o que são vinte anos. Tão perigosamente perto que as serpentes enterradas já mexem e até a cabeça levantam. Cerca de 37% dos jovens com mais de 20 anos não sabem em que ano Abril se fez. Como figuras gradas só repetem Sá Carneiro, Soares, Cavaco / Sá Carneiro, Soares, Cavaco. O mais é uma parede cinzenta que não sabem como se fez. Um muro argamassado obstinadamente de “não sei”, “não me lembro” ou “não faço ideia”. (...) A democracia dormida. (...) Portugal dorme, tolera, esquece, branqueia. (...) Portugal perdeu a memória. Janta com criminosos sociais e políticos e aceita ombrear com eles na televisão. Logo que protagonize... Portugal já nem as histórias secretas da PIDE na Torre do Tombo quer revelar. Como nunca apontou os figurantes de atentados políticos. Andam serpentes escondidas por todo o lugar. Numa paz. Portugal, assim ‘blasé’, está um perigo».²⁸⁹

Neste mesmo sentido, o jurista Sebastião Lima Rego identificava em responsáveis do poder público atitudes que alinhavam “explícita ou implicitamente com a ditadura”. E criticava semelhante ambiguidade ou direta opção ético-política favorável ao Estado Novo: «Para nós, os contemporâneos do fascismo português, a ditadura e os seus episódios – e a sua herança – não é história, é política, é vida. Nós estivemos lá e não podemos senão ter uma visão empenhada e parcial desta época do

²⁸⁸ «A superioridade moral da democracia», *Público*, 22 de abril de 1994, p. 8.

²⁸⁹ «Portugal assim “blasé” está um perigo», *Jornal de Notícias*, 21 de abril de 1994, p. 58.

nosso passado recente. E o Governo, por isso mesmo que é um governo democrático, não pode enfrentar o salazarismo com o mesmo olhar diletante com que hoje um estudioso (ou as próprias autoridades, se for caso disso) se situa relativamente a D. João III, ao Marquês de Pombal ou às Invasões Francesas. Os portugueses dos séculos XXII ou XXIII assumirão naturalmente uma posição distanciada (“histórica”) quanto à ditadura de 1926-74, mas no nosso tempo isso é completamente impossível, para o cidadão comum como para os responsáveis. Portanto, afectar agora essa pose salomónica é, para qualquer um de nós, artificial, e para um estadista ou para o Governo, profundamente errado».²⁹⁰

Em crónica da revista do *Expresso*, explorava-se a ironia acerca da situação de *branqueamento* da ditadura no espaço público: «Hoje sabe-se que a PIDE era uma normal polícia científica; que o dr. Marcello teve a culpa de tudo; que o dr. Salazar era um pacato rural, embora um pouco conservador; que o dr. Patrício era um patriota; que o dr. Franco Nogueira queria descolonizar; que o dr. Cunhal comia lagostas em Peniche; que o sr. Manuel Alegre e o grupo de Argel foi quem mandou matar o general Delgado; que os pretos só queriam ser governados pelos portugueses; que a tropa não era um sustentáculo do regime; que o prof. Cavaco é um capitão de Abril; que o sr. Torres Couto tem 20 anos de coerente actividade política; que, se não fosse o 25 de Abril, a economia estava mais desenvolvida e o engº Todo-Bom era à mesma, provavelmente, gestor da Telecom».²⁹¹

Esta ampla polémica de 1994 em torno do *revisionismo histórico* sobre a ditadura motivou a divulgação de um abaixo-assinado subscrito por personalidades que “foram presos políticos durante a ditadura fascista ou são familiares ou amigos de pessoas perseguidas, presas, ou assassinadas por agentes do Estado Novo” e que protestavam contra “a despudorada campanha de branqueamento do anterior regime, dos seus agentes e das suas práticas, que atingiu o auge mediático a pretexto das comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril”. Considerava-se que “[r]ecorrendo quer ao escamoteamento da verdade histórica, quer ao confusionismo, e dando voz, sem adequada crítica, a alguns dos seus responsáveis, tenta-se passar uma esponja sobre os crimes da ditadura e recuperar o seu ideário”. Em repúdio de tal posicionamento, reiterava-se o carácter opressivo do Estado Novo, assim como a necessidade de

²⁹⁰ «Os 25 de Abril, os bons e os maus», *Público*, 6 de março de 1994, p. 22.

²⁹¹ «O último D», *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 6. Texto não-assinado.

preservar e respeitar a *memória da resistência*: «Não nos esquecemos que o regime de Salazar e Caetano assentava directamente na PIDE/DGS, nos tribunais plenários, na Censura e na exploração colonial, recorrendo para o efeito à permanente violação dos direitos humanos. (...) E por não nos esquecermos, não admitimos que, pela perversão da realidade histórica, se pretenda apagar a memória dos que se sacrificaram para a instauração de uma democracia». E acrescentava-se: «Não calamos a nossa revolta perante o silenciamento dos crimes do fascismo e a promoção dos seus executores».²⁹²

A profusão de cartas de leitores em repúdio do *branqueamento* da ditadura e da Revolução é ilustrativa, além do mais, do clima que dominou o vigésimo aniversário do 25 de Abril.²⁹³ É interessante mencionar o argumento que sustentava o protesto de Ana Faria de Almeida: «Será que à socapa dos 20 anos do 25 de Abril está-se a recuperar o 24 de Abril? É o que parece, pelo menos, para quem assiste à onda de debates uns atrás dos outros, na televisão. Múmias paralíticas como o general Kaúlza de Arriaga, (...), aparecem a perorar, como se os alemães fossem desenterrar os generais nazis para “debaterem” o Holocausto ou a II Guerra Mundial. Ou, numa comparação mais suave, que os americanos passassem a dar direito permanente de antena ao derrotado general Alexander Haig, a propósito dos 20 anos do fim da guerra do Vietname!»²⁹⁴ Com efeito,

²⁹² «Contra o branqueamento do fascismo», *Avante!*, 28 de abril de 1994, p. 24. «Não calamos a revolta perante o silenciamento dos crimes do fascismo – refere abaixo-assinado subscrito por mil personalidades», *Jornal de Notícias*, 23 de abril de 1994, p. 4. «Mil contra branqueamento do “anterior regime”», *Público*, 23 de abril de 1994, p. 24. *Público*, 24 de Abril de 1994, p. 37.

²⁹³ «Ódio e 25 de Abril», *Visão*, 14 de abril de 1994, p. 15. «Azares democráticos», *Visão*, 28 de abril de 1994, p. 16. «O 25 de Abril em debate na TV», *Jornal de Notícias*, 23 de abril de 1994, p. 43. «Viva a Revolução dos Cravos!...»; «Branqueamento», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, p. 42. «Campanha contra o 25 de Abril»; «Levante-se o réu»; «No 25 de Abril talvez escreva um poema»; «Muitos mil para defender Abril», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1994, p. 46. «O pide da SIC», *Jornal de Notícias*, 10 de maio de 1994, p. 34. «Carta aberta ao sr. Miguel Sousa Tavares», *Jornal de Notícias*, 31 de maio de 1994, p. 34. «Os três “D”... mascarados (!)», *Jornal de Notícias*, 14 de junho de 1994, p. 38. «Miguel Sousa Tavares defende eventuais amigos e combate pseudo-adversários», *Jornal de Notícias*, 18 de junho de 1994, p. 43. «Ópera bufa do 24 de Abril», *Público*, 13 de abril de 1994, p. 12. «Vergonha»; «Que vergonha Emídio Rangel!», *Público*, 15 de abril de 1994, p. 19. «Um torcionário feito herói»; «Como é possível?»; «Que mais pode fazer a SIC?»; «Indignidades», *Público*, 16 de abril de 1994, p. 20. «Repto à SIC»; «Inconcebível»; «Um pide é um pide», *Público*, 17 de abril de 1994, p. 20. «Senhor inspector...»; «A PIDE/DGS não foi extinta?»; «Um pide na cama com Emídio Rangel», *Público*, 18 de abril de 1994, p. 14. «Tratamento de luxo», *Público*, 19 de abril de 1994, p. 16. «Ainda sobre a PIDE na SIC», *Público*, 20 de abril de 1994, p. 14. «Branqueamento à portuguesa», *Público*, 21 de abril de 1994, p. 19. «O sorriso da Catarina»; «A história do Julinho»; «O pide», *Público*, 22 de abril de 1994, p. 24. «Propaganda anti-25 de Abril», *Público*, 23 de abril de 1994, p. 20. «O 25 de Abril valeu a pena», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 26. «Saudades de Francisco Sousa Tavares»; «O PCP e a SIC», *Público*, 25 de abril de 1994, p. 18. «Esclarecer ou confundir?», *Público*, 1 de maio de 1994, p. 20. «Algumas hipocrisias», *Público*, 2 de maio de 1994, p. 10. «“Tirem as mãos da História”», *Público*, 10 de maio de 1994, p. 14. «Um torcionário na SIC», *Expresso*, 23 de abril de 1994, p. 19. «História contra a corrente», *Expresso*, 14 de maio de 1994, p. 21.

²⁹⁴ «Ópera bufa do 24 de Abril», *Público*, 6 de abril de 1994, p. 16. Já o editor Manuel de Brito expressou com clareza aquilo que entendia ser como o absurdo da intenção de reabilitação da ditadura: «Mas a humilhação foi uma memória nocturna que na manhã do dia seguinte se transformou em asco. Porque

a comparação com outros casos nacionais e acontecimentos históricos situa a dimensão da tentativa de reescrita da história da ditadura portuguesa. Em outra carta de leitor defendia-se que não se tratava de “um apelo ao ajuste de contas nunca feito”; contudo, a indignação justificar-se-ia “porque a tolerância e a pacificação não pod[ia]m tomar o lugar da memória”.²⁹⁵

A recusa do *branqueamento* do Estado Novo também predominou nas comemorações populares do 25 de Abril. No Porto, faixas de pano atestavam “A PIDE existiu, nunca esqueça; liberdade de informação não é = a fascismo na televisão”.²⁹⁶ Vasco Lourenço, em intervenção no Largo do Carmo, denunciou a lógica dos discursos *revisionistas*: «Quero, ainda, alertar-vos para que se não deixem manipular pelos que, tendo suportado o regime opressor e dele usufruído, vêm tentando apontar erros ao regime da liberdade e da democracia. Como se fosse possível comparar os crimes cometidos, durante quase 50 anos de fascismo, com os erros e exageros verificados após a madrugada libertadora! Como se os opressores tivessem qualquer legitimidade para apontar erros aos oprimidos! Como se o mal estivesse na democratização e não no fascismo, na descolonização e não colonização e na guerra!»²⁹⁷

As discussões na Assembleia da República acerca do *branqueamento* do Estado Novo – apesar de serem parcialmente reportadas pela imprensa – permitem perceber as nuances políticas que envolvem a questão, com a defesa por parte da direita das *comparações relativizadoras* e da desvalorização da Revolução. Após o programa da SIC, a deputada socialista Ana Maria Bettencourt insurgiu-se contra a reabilitação da ditadura no espaço público: «Não podemos permitir de braços cruzados que, por falta de informação e de educação cívica, se produzam novos heróis entre os mais sinistros inimigos da liberdade. Não podemos assistir sem indignação ao ressuscitar de valores e de verdadeiras provocações à democracia. É importante que a informação seja dada,

vinete anos se passaram e mesmo que o director de programas da SIC não saiba que um pide é um pide, é um pide, é um pide e não um “senhor inspector” de coisa nenhuma, na verdade um pide já não é um pide, já não é um pide, já não é um pide». «Um pide na cama com Emídio Rangel», *Público*, 14 de abril de 1994, p. 14.

²⁹⁵ «Ainda a PIDE», *Público*, 30 de abril de 1994, p. 14.

²⁹⁶ «E os cravos, senhores? – Porto festejou Abril com cortejo alegórico»; «“25 de Abril sempre!” – Do Marquês de Pombal aos Restauradores»; «“Estamos a passar o testemunho” – Soares aclamado e Cavaco assobiado no Largo do Carmo, que voltou a encher», *Público*, 26 de abril de 1994, p. 10, 8. «Liberdade também é festa»; «A PIDE não é para esquecer – Antifascistas de Coimbra reviveram a “perseguição e a tortura”»; «Braga: A memória dos archotes de... legionários», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1994, p.5, 7.

²⁹⁷ «Ordem da Liberdade», *O Referencial*, abril a junho de 1994, p. 11, 12. No mesmo sentido argumentou Vasco Lourenço em depoimento ao *Expresso: Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 58, 59.

mas o debate deverá fazer-se com as vítimas e os defensores da liberdade (...). Primeira proposta: dia D da democracia nas escolas (...). Tratar-se-ia de organizar projectos, debates e colóquios sobre os 20 anos da democracia portuguesa, os actos libertadores que a viabilizaram e os seus protagonistas». Respondendo ao deputado comunista Octávio Teixeira, que aludiu à campanha de branqueamento, falsificação e recuperação dos valores do 24 de Abril, a deputada do PS reiterou que: «é muito importante que a informação seja rigorosa e que, a par da informação histórica e da que é dada pelos carrascos, é importante que as vítimas tenham o seu verdadeiro espaço. O Partido Socialista também tem sido marginalizado nalguns debates e é muito importante que a esquerda tenha, pelo menos, um papel tão importante como a direita».

Por outro lado, o deputado social-democrata Carlos Lélis, a respeito desta proposta, afirmou a preocupação quanto a que se lesse o mesmo texto em todas as escolas e “o receio de que um dia D consagrado a tais intuitos venha estreitar aquilo que tem sido preocupação de dias, de meses, de anos – o afastamento de uma ideia napoleónica de celebração simultânea que não está no nosso espírito nem na criação de individualidade que à liberdade também respeita». Em contraposição a este posicionamento, o deputado socialista Raul Rego criticou: «não sei se a proposta do PSD não será um arrefecimento à proposta da deputada socialista, quer dizer, uma espécie de branqueamento da PIDE, como aquele que está a tentar fazer-se nalguns meios de comunicação, a começar pela televisão» – o que provocou uma reação indignada de Carlos Lélis, tendo considerado o comentário de Rego “fora do contexto” e afirmado não entender sobre a referência ao *branqueamento*.²⁹⁸ Pode-se dizer que, em geral, a direita mantém uma postura ambígua em relação ao passado recente: em muitos casos não aprova diretamente a reabilitação da ditadura ou evita pronunciar-se sobre a questão; simultaneamente, contudo, também elude posicionar-se de forma direta a favor da valorização da memória da Revolução.

Em outro debate parlamentar, os posicionamentos ético-políticos dos representantes dos partidos de direita manifestaram-se de forma mais clara. O deputado socialista Manuel Alegre denunciou a “subversão da memória”, a “tentativa de julgar a revolução democrática, absolvendo meio século de ditadura”. E a propósito do “branqueamento e a reabilitação da PIDE” no debate da SIC, asseverou: «Não podemos

²⁹⁸ *A semana política, Público*, 16 de abril de 1994, p. 11. «Branquear a ditadura preocupa PS e PCP – Ana Bettencourt propôs jornada denominada “Dia D da Democracia”», *Jornal de Notícias*, 15 de abril de 1994, p. 2.

permitir que os mortos sejam mortos outra vez, nem vamos consentir que aqueles com quem fomos magnânimes venham a transformar-se, agora, em juízes morais do 25 de Abril. Eles não são apenas os derrotados de uma revolução: são réus da História, réus de um crime sem perdão: o de terem sido responsáveis, agentes ou cúmplices de uma ditadura». O deputado comunista Octávio Teixeira solidarizou-se com a denúncia da “campanha política e ideológica que está a ser desenvolvida com o inadmissível objectivo de, por um lado, desculpabilizar e absolver a ditadura fascista e o colonialismo e, por outro, de tentar julgar e condenar a revolução democrática do 25 de Abril”. Mário Tomé, da UDP, afirmou que “tudo isto demonstra que a PIDE e o regime fascista deviam ter sido julgados”. Já João Amaral, deputado do PCP, lembrou as pensões concedidas pelo Governo a ex-membros da PIDE, e pediu o fim destes privilégios.

Rompendo a unanimidade dos partidos de esquerda no sentido de denunciar os discursos e medidas *revisionistas*, o deputado do PSD Silva Marques evocou a *comparação relativizadora*, sugerindo a contraposição entre *revolução* e *democracia*: «Se eu não tivesse sido preso, torturado, brutalmente espancado pela PIDE, não tomava a palavra neste debate. Tomo a palavra por um apelo irreprimível em não participar numa mistificação, o mesmo apelo que me fez mover contra ditadura. (...) Não há ditaduras boas nem más, revoltei-me contra isso antes e depois do 25 de Abril». No mesmo sentido, o deputado do CDS, Narana Coissoró, associou-se às palavras de indignação e de revolta de Manuel Alegre “não só contra o espectáculo deprimente que a SIC deu ao país, mas contra a própria instituição que o tal Cardoso representou perante o povo português”. Contudo, reivindicando a condição de preso político da ditadura e afirmando que “as vítimas da PIDE não foram só o PCP e a esquerda”, evocou também a *comparação relativizadora* de modo a condenar o conjunto da esquerda por suspeita moral, a partir do argumento dos crimes do comunismo soviético: «Vêm hoje aqui fazer de conta que estão indignados por causa da liberdade! Que autoridade moral têm aqueles que se solidarizaram com a KGB, com a campanha de saneamentos?» Nestes termos, o deputado centrista conseguiu confundir num mesmo discurso, amparado numa alegada idoneidade moral, a crítica da ditadura e a condenação da Revolução, sem estabelecer distinções entre um e outro contexto: «Nós, nesta bancada, somos contra a PIDE e alguns fomos vítimas dela. Fui saneado por Marcelo Caetano. O professor Adriano Moreira foi saneado pelos comunistas. Estive seis anos fora da Universidade, estive no Aljube, mas nunca fiz gala disso. Pergunto, no

entanto, porque não hei-de revoltar-me quando os meus colegas que dedicaram toda a sua vida ao ensino e à investigação foram expulsos e se viram obrigados a exilar para fora de Portugal sem uma palavra de crítica do PCP».

Manuel Alegre rejeitou semelhante lógica discursiva e afirmou que “[h]oje não vim aqui discutir o KGB, mas a PIDE e o regime fascista português”, argumento que foi recusado pelo social-democrata Silva Marques, que não prescindia da *comparação relativizadora* para discutir a ditadura portuguesa: «O sr. deputado só vem hoje falar de uma polícia? Impossível! Como é possível falar só de uma polícia política? Aceitar falar só de uma polícia política é aceitar colaborar com as outras polícias políticas e mantê-las em silêncio».²⁹⁹ Percebe-se, através deste debate parlamentar, o empenho dos representantes parlamentares da direita – PSD e CDS – em adotar a lógica do *totalitarismo* como modelo hermenêutico para a interpretação do passado recente, salientando a tese do *duplo legado* da democracia portuguesa. Ou seja, se, por um lado, são aceites e reiteradas as críticas da reabilitação da ditadura, pretende-se, por outro lado, secundarizar este debate através da alusão à condenação do período revolucionário e/ou do comunismo soviético.

Na sessão solene da Assembleia da República comemorativa do 25 de Abril, os líderes do PS e do PCP, António Guterres³⁰⁰ e Carlos Carvalhas, criticaram a desvalorização da Revolução. Carvalhas reiterou ainda a *memória revolucionária*, assim como o sentido prospetivo do 25 de Abril: «A Revolução foi sonho e esperança, foi festa e liberdade, grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais, foi a institucionalização do Poder Local democrático e a consagração de importantes direitos dos trabalhadores e dos cidadãos. Mas mais do que uma discussão sobre o passado, o 25 de Abril é sobretudo uma afirmação do presente e uma resistência essencial na luta para

²⁹⁹ «Para o fascismo português todos os opositores eram judeus – lembrou Manuel Alegre, recebendo aplausos de todas as bancadas», *Jornal de Notícias*, 21 de abril de 1994, p. 6. *A semana política*, *Público*, 23 de abril de 1994, p. 11. «PIDE põe Parlamento ao rubro – Elogio do PSD à Presidência Aberta ofuscado por discurso de Manuel Alegre», *Público*, 21 de abril de 1994, p. 10. Também em depoimento ao *Expresso*, Manuel Alegre denunciou o carácter de *história-ficção* que decorreria do avanço dos discursos *revisionistas* no espaço público: «Mas será que tudo isto aconteceu? Já se discute a PIDE com a PIDE, já se junta a vítima com o carrasco. Debate? Ou subversão da história e da memória? Leio certas entrevistas ao domingo e pergunto-me se nós, os resistentes, os presos, os torturados, os deportados, os exilados, algumas vezes existimos. Meus caros, pediram-me um depoimento e ele aqui fica, de boa vontade. Mas cuidado: não sei se sou um fantasma, não sei se tenho passado, não sei se o 25 de Abril realmente aconteceu. Há quem queira um país asséptico: sem fascismo nem antifascistas. Orwell não faria melhor». *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 34.

³⁰⁰ António Guterres (n.1949): Engenheiro; político socialista. Integrou o PS desde a fundação do partido, em 1973. Foi deputado à Assembleia da República entre 1976-1983 e 1985-1995. Exerceu o cargo de primeiro-ministro entre 1995 e 2002.

um futuro melhor».³⁰¹ Já o deputado do CDS, Lobo Xavier, criticou a indignação manifestada nas semanas anteriores pela participação de responsáveis da ditadura em programas televisivos, atitude que considerou como “um inconfessável desejo de tutela de consciência popular”.³⁰²

Em artigo crítico das reações ao debate da SIC, Helena Sanches Osório³⁰³ identificava o comportamento complacente da direita – indiferente às discussões sobre o passado – e o submisso da esquerda: «A emissão da SIC pelos vistos incomodou toda a gente. A direita, porque “acha incrível” que se entrevistem “esses homenzinhos”. Afinal, “eles” eram o pior do regime, que a direita “nem acha que foi tão fascista como isso” (...). Esta é a mesma direita que nos últimos debates sobre a Revolução – os mais maçadores e mal engendrados que as televisões já produziram em Portugal sobre este tema – mostrou finalmente a sua displicência e rancor ao 25 de Abril e o seu desprezo para com os capitães que o fizeram. Tudo isto perante uma esquerda chata, semicúmplice porque não se atreveu, nem uma só vez, a levantar a voz para defender os valores que tanto apregoa nem os pobres militares que, sempre ingénuos, se expuseram a novas humilhações».³⁰⁴ Com efeito, a direita, especialmente a direita política, enquanto sustentava um discurso ambíguo sobre a ditadura – distanciado e crítico em relação ao contexto da ausência de liberdades, mas que ao mesmo tempo eludia a relevância de um tal debate, aproximando-se dos argumentos baseados na ideia de *superação do passado* –, não hesitava em condenar a Revolução e aludir às *comparações relativizadoras*.

5-3.2.3. A rebelião da memória e a especificidade da clivagem em torno da Revolução: entre a tese da *dérápée à portuguesa* e as *memórias revolucionárias*

Desta forma, existem ainda opiniões que criticavam o *branqueamento* do Estado Novo e simultaneamente ressaltavam os reveses do período revolucionário, aproximando-se ora das *memórias consensuais* ora das *memórias antirrevolucionárias*. No primeiro dos casos, em artigo do jornalista Pedro Cid criticava-se a tentativa de “distorcer a realidade do regime de Salazar e de Marcelo Caetano” ao mesmo tempo em

³⁰¹ « “Comemorar ‘Abril’ nos dias de hoje é combater o autoritarismo e a governamentalização do Estado” – Carlos Carvalhas na sessão solene comemorativa do 25 de Abril», *Avante!*, 28 de abril de 1994, p. 8.

³⁰² «Guterres lembrou o passado com os olhos postos no futuro», *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 3. «Soares exalta actualidade de Abril – Demarcação direita/esquerda sobre a memória da revolução marca comemorações no Parlamento», *Público*, 26 de Abril de 1994, p. 9.

³⁰³ Helena Sanches Osório (1942-2003): Jornalista. Em 1994 era subdiretora do jornal *O Independente*.

³⁰⁴ «Um pide em debate sobre a Pide», *Expresso*, 23 de abril de 1994, p. 19.

que se defendia o despropósito das discussões específicas sobre a Revolução – “também não vale a pena transformar o país numa gigantesca arena de confrontação entre os bons de Abril, os maus do regime, aqueles que depois da Revolução tomaram o gosto pela política, seguiram os mais diversos e legítimos caminhos e, agora, esquecem a pureza dos ideais em detrimento de punhado maior ou menor de recriminações recíprocas”.³⁰⁵ Em outro artigo deste mesmo jornalista, no qual se mencionava criticamente o debate da SIC, após destacar-se o carácter autoritário e repressivo do Estado Novo e rejeitar-se o *branqueamento* do regime, condenava-se o processo revolucionário, aludindo-se à tese da *dérapage à portuguesa*: «O balanço do 25 de Abril não deve perder de vista o essencial em detrimento do acessório. Houve contradições, tentativas de tomada de poder de sinal contrário. Houve resistências, simbolizadas nesse gigantesco comício da Fonte Luminosa, em que Mário Soares, por uma e decisiva vez, assumiu a incomensurável resistência ao avanço do PCP, ganhando, só por isso (e haverá mais razões objectivas e subjectivas) direito à memória de um verdadeiro herói de liberdade».³⁰⁶

Em artigo de Manuel Coelho dos Santos³⁰⁷, defendia-se a desvalorização do processo revolucionário e a crítica do *branqueamento* da ditadura: «Os erros cometidos no pós-25 de Abril, a descolonização desastrosa e as sequelas e traumatismos desse período conturbado estão na memória de todos. Esses erros e desvarios precisamos de saber assumi-los – são de todos nós, de nossa actuação ou passividade –, porque só a partir daí é que poderemos com clarividência e objectividade julgar o regime salazarista, que é a causa primeira de tudo o que se passou no dealbar da democracia. E as gerações mais novas precisam de saber o que foram o obscurantismo e a violência antes do 25 de Abril, que estão agora a ser “branqueados” pelos que ressuscitaram do passado, como se fossem fantasmas».³⁰⁸ Pode-se dizer que tais opiniões demonstram o maior grau de aceitação na sociedade portuguesa das perspectivas baseadas na condenação do processo revolucionário: para as culturas políticas moderadas, enquanto a tendência para a reabilitação da ditadura no espaço público é motivo de críticas e indignação – a exemplo da reação das culturas políticas de esquerda –, a desvalorização da Revolução é, em larga medida, subscrita.

³⁰⁵ «Memórias de Abril», *Jornal de Notícias*, 15 de abril de 1994, p. 2.

³⁰⁶ «Celebrações de “Abril”», *Jornal de Notícias*, 22 de abril de 1994, p. 2.

³⁰⁷ Manuel Coelho dos Santos (1928-2012): Advogado. Foi oposicionista ao Estado Novo; atuou como advogado de presos políticos. Foi candidato à Assembleia Nacional pelas listas da CEUD. Após o 25 de Abril, foi deputado independente, eleito pelo PSD.

³⁰⁸ «A arrogância mora ao lado», *Jornal de Notícias*, 30 de janeiro de 1994, p. 4.

Em outro artigo de Coelho dos Santos, manifestava-se uma ampla e contundente crítica dos discursos *revisionistas* difundidos pelos meios de comunicação no vigésimo aniversário do 25 de Abril, tanto sobre a Revolução quanto sobre a ditadura: a condenação da atuação da esquerda e dos militares, sem contextualização histórica; a reabilitação da ditadura e de seus atores; a possibilidade de democratização interna do regime; a possibilidade de uma descolonização exemplar e a ideia de pujança económica do marcelismo. No entanto, ainda assim o articulista defendia a tese da *dérapage à portuguesa*, com a ameaça *totalitária* e o posterior triunfo da democracia e da liberdade: «o julgamento que se faz é o da atuação do Partido Comunista e dos grupos de extrema-esquerda no período a seguir ao 25 de Abril, omitindo-se o circunstancialismo histórico em que os desmandos ocorreram e as razões que os justificam. (...) Quem viveu com o sentido da cidadania a época de Salazar e Caetano não pode deixar de sentir a mais viva repulsa quando vê os títeres do passado a serem exibidos como figuras impolutas ou como patriotas de gema, sem contestação válida por parte de quem os entrevista. (...) O 25 de Abril e mesmo os seus desvarios subsequentes, só o entende quem souber da indignidade com que funcionava antes o regime salazarista. E as mensagens vão-nos sendo transmitidas uma a uma, qual delas a menos verdadeira. (...) É falso que o regime pudesse dentro de si fazer a evolução para a Democracia, dispensando este ou qualquer outro 25 de Abril. E o regime não podia fazer uma evolução porque se debatia com uma contradição insanável: a descolonização pressupunha a Democracia aqui e esta não era alcançável, tal como sucedeu depois em Espanha, enquanto se alimentasse a guerra colonial. É até falsa – ou pelo menos não assenta em dados sólidos – a ideia de que naquela altura era possível fazer uma descolonização exemplar e evitar que Angola e Moçambique se vissem ainda hoje a braços com guerras intestinas. (...) É ainda falso que no domínio económico pudesse o marcelismo ter um futuro risonho, o qual teria sido quebrado pelo 25 de Abril. (...) Quem quiser olhar para o passado de há 20 anos com seriedade há-de concluir que o regime estava esgotado e apodrecido, só faltando saber de que é que ia morrer. Os militares interpretaram então o sentimento popular e criaram as condições para a Revolução – que essa só se dá com o povo na rua. (...) Apesar dessa impreparação cívica, tivemos forças para vencer a tentação totalitária e encaminhar o país no sentido correcto. Com o poder na rua, soubemos evitar a violência generalizada ou capaz de deixar marcas profundas – os focos de violência que então surgiram não sofrem paralelo com a violência institucionalizada do anterior regime – e aos baldões,

por nós, conseguimos entrar nos trilhos democráticos. De tudo ficou-nos o que há de mais precioso, que é a liberdade e que é justamente o que a efeméride pretende evocar».³⁰⁹

Percebe-se, portanto, o grau de penetração do modelo *totalitário* para a interpretação da Revolução entre as culturas políticas moderadas. Deve-se reconhecer, no entanto, que a ampla polémica do vigésimo aniversário do 25 de Abril, para além de ocasionar a erupção das *memórias da resistência* – que se tornam discursos dominantes, e protagonizam, juntamente com as *memórias antirrevisionistas*, a *rebelião da memória* e o consequente *combate pela memória* que se desenvolve no espaço público português –, permite também uma maior visibilidade pública das *memórias revolucionárias*.

A crítica contra o *branqueamento* da ditadura e a deturpação da Revolução motivou a publicação no *Jornal de Notícias* de um extenso e completo suplemento especial, caracterizado, no editorial, como “um suplemento que, obrigatoriamente, entrará em rota de colisão com quantos se comprazem em confundir o ‘25 de Abril’ com um cometa de cauda revolucionária que terá passado, meteoricamente, no céu da indiferença nacional...” Denunciava-se ainda que no seu vigésimo aniversário o 25 de Abril se tivesse tornado “um campo de batalha político e social (...) como se, afinal, o despertar da longa noite da ditadura tivesse gerado um monstruoso pesadelo envolto em cravos. A memória dos homens não pode ser assim tão curta que dê para caluniar, para mistificar, para reinventar caminhos de Abril, atalhos de Março, estradas de Novembro... ‘Abril’ foi o que foi – e não o que, hoje, desavergonhada e despudoradamente, se dogmatiza o que deveria ter sido”.³¹⁰

O suplemento dividia-se em três partes constituídas por reportagens que abordavam o *antes*, o *durante* e o *depois* do processo revolucionário. A respeito do período do Estado Novo, falava-se sobre o ambiente de ausência de liberdades, a polícia política e instituições do regime, a repressão, prisões, tortura e Tribunais Plenários, o Tarrafal, a resistência, a censura, a guerra colonial, o golpe das Caldas e o livro de Spínola *Portugal e o Futuro*. Sobre o período revolucionário eram tratados os seguintes aspetos: as movimentações do próprio dia 25, em Lisboa e no Porto; a 5ª Divisão; a dinamização cultural; os *saneamentos*; o COPCON; o 28 de Setembro; as CDR’s (Comités de Defesa da Revolução) e CRDP’s (Corpos Revolucionários de

³⁰⁹ «O 25 de Abril – vigésimo aniversário», *Jornal de Notícias*, 24 de abril de 1994, p. 6.

³¹⁰ «Em nome de Abril», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, suplemento *20 anos de liberdade*, p. 2.

Defesa Popular); o 11 de Março; os SUV's (Soldados Unidos Vencerão); os atentados bombistas; o 25 de Novembro; e depoimentos de muitos militares de Abril. Finalmente, eram abordadas as “derrotas de Abril”, âmbito em que se falava sobre os órgãos de democracia direta (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores) e a reforma agrária; e as “conquistas de Abril”: a Constituição; a descolonização e o crédito internacional; os partidos políticos; o sufrágio direto, secreto e periódico; o poder local; a liberdade de consciência e de culto; os direitos de trabalho; o sindicalismo; os direitos à segurança social, saúde, habitação, educação, justiça. Pode-se dizer, enfim, que neste suplemento se evidenciavam as *memórias da resistência* e as *memórias revolucionárias*, havendo considerável destaque para a caracterização dos movimentos sociais e do legado da Revolução.

Já em artigo de Jorge Leitão Ramos³¹¹, a crítica incidia sobre o tom dominante num debate da RTP – o primeiro dos debates do programa *De Caras* sobre os três dêes do MFA –, enfatizando-se positivamente, em contraposição à tendência que se identificava neste programa televisivo, o aspeto da participação popular: «Para quem seguiu e viveu os acontecimentos de 1974 a 1976, o debate foi estreito (ninguém falou da enorme onda de generosidade e esperança que varreu o país, ninguém falou da festa, das ilusões, dos espantos, da utopia ao alcance da mão – e do refluxo, do ensimesmamento, da desilusão, do desgosto – ninguém disse que viu este povo a travar milhares de combates, como se tudo se tivesse passado no fulgor dos gabinetes e o resto fosse uma monstruosidade qualquer, entretanto esconjurada). Os debatentes estavam todos cegos em 1974/76? Esqueceram-se? Não se querem lembrar? Ninguém viu que o que foi marcante nesses anos foi o povo a querer transformar, imparavelmente, incontrolavelmente, em toda a parte, a vida?»³¹²

Leitão Ramos insistia nesta questão do significado emotivo e simbólico do 25 de Abril em outro artigo, a propósito de um programa televisivo da SIC liderado por Miguel Sousa Tavares: «gostaria de ver passar por **20 Anos 20 Nomes** também alguma memória da generosidade, da alegria, da utopia ao alcance da mão, qualquer coisa que medisse a paixão de 74/75 não apenas pelo lado dos excessos nefastos, mas pelo lado da ousadia de inventar a liberdade, não apenas pelo lado da violência negra ou vermelha, mas pelo lado do sonho igualitário que se crê possível. Porque essa dimensão – a da

³¹¹ Jorge Leitão Ramos (n.1952): Crítico especialista em cinema português. É colaborador do semanário *Expresso* desde 1988.

³¹² «E estavam todos cegos...», *Expresso*, Caderno *Viva*, 1 de abril de 1994, p. 10.

imaginação ao poder que veio do Maio francês de 68 aterrar em Lisboa seis anos depois – é decisiva para se perceber o que aconteceu. Para se perceber como, naqueles anos, muitos de nós fomos muito felizes».³¹³ Pode-se dizer que em tais visões sobre o 25 de Abril são abordados os mesmos elementos que orientam as *memórias consensuais* – alegria da libertação, democracia, liberdade –; contudo, ao contrário daqueles relatos, que se limitam ao elogio destes valores, as *memórias revolucionárias* sustentam o significado amplamente positivo de tais valores para as pessoas que viveram o acontecimento, além de se destacar também a importância da participação popular. Neste sentido, é interessante notar que estas opiniões provêm, em geral, de testemunhas do 25 de Abril, dotadas de *memória pessoal* sobre o acontecimento histórico.³¹⁴ Deve-se sublinhar que é rara no espaço público português semelhante perspectiva centrada na crítica das leituras da Revolução que priorizam o protagonismo dos atores político-institucionais, mesmo no contexto da *rebelião da memória* de 1994, quando as *memórias antirrevisionistas* se tornaram *memórias fortes*. Pode-se considerar que a manutenção do carácter *subterrâneo* das *memórias revolucionárias* – apesar de a visibilidade pública destes relatos ter sido favorecida pela eclosão da polémica em torno do *branqueamento* da ditadura – indica, uma vez mais, a tendência minoritária na sociedade portuguesa das interpretações baseadas em visões otimistas do processo revolucionário. Trata-se da outra face da significativa popularidade de que beneficia no espaço público a tese da *dérápée à portuguesa*.

A diferença entre as *memórias consensuais* e as *memórias revolucionárias* faz-se nítida na mensagem da Associação 25 de Abril a propósito do aniversário da Revolução em 1994 – em que se reproduz parcialmente um texto de 1986 – na qual se enfatiza a importância da intervenção cívica e da aplicação prática dos valores de Abril no quotidiano: «A liberdade, retomada pelo povo português a partir de 25 de Abril de 1974, é o fundamento do regime actual. Mas a liberdade, por si, não soluciona os problemas de uma sociedade. São os cidadãos munidos da liberdade como instrumento, que transformam o sistema a que pertencem, que interferem nos caminhos do seu próprio destino, que se aproximam das soluções mais desejadas. (...) A afirmação do 25 de Abril tem que passar por aquilo que, nele implícito, está ainda por cumprir. (...) [D]ando, fundamentalmente, resposta aos anseios que, a partir das liberdades

³¹³ «Memória dos anos de brasa», *Expresso*, 28 de maio de 1994, Caderno *Viva*, p. 10.

³¹⁴ Em sentido semelhante, em artigo do militante comunista Henrique Mota evocavam-se memórias pessoais dos primeiros dias após o 25 de Abril em Luanda: «O 25 de Abril em Luanda», *Avante!*, 5 de Maio de 1994, p. 25.

adquiridas, se identificam com segurança no emprego e no salário, com a paz, com uma vida digna para todos. Inconformismo que saudavelmente persistirá, enquanto não se encontrarem soluções para problemas que ameaçam o futuro, relacionados com a escola, a habitação, a saúde, os transportes, a burocracia. (...) A transformação da sociedade passa essencialmente por aí. (...) Aproprie-se a juventude do 25 de Abril, cultive os seus valores fundamentais e que estes constituam as referências dominantes na solução dos seus problemas concretos».³¹⁵ Ou seja, segundo a perspetiva privilegiada pelas *memórias revolucionárias*, o legado do 25 de Abril constitui um património vivo e atual.

Ainda sobre os momentos iniciais do 25 de Abril, Isabel do Carmo³¹⁶, em entrevista ao *Público*, salientou a conquista do direito à palavra, “que se ganhou daquela forma anárquica, desorganizada! Assustadora com certeza, para as classes mais estruturadas”.³¹⁷ A respeito deste mesmo assunto, mas segundo a perspetiva do poder político, Lurdes Pintasilgo³¹⁸ argumentou em entrevista à revista do *Público* que os governos provisórios não deveriam ser vistos sob um ponto de vista pessimista: «Sublinho que havia ainda um outro fenómeno perante o qual um ministro não podia ficar insensível ou, pelo menos, desatento: era o de tentar compreender a pressão que, durante décadas, se exercera sobre um povo que agora se inebriava com a possibilidade de dizer as coisas de forma aberta e audível... Ora isso desaguou naquele tremendo desejo de tomar a palavra, de gritar...».³¹⁹

Dentro desta perspetiva, baseada na empatia com o processo de subversão e transformação da ordem social, algumas opiniões abordavam diretamente o processo

³¹⁵ «25 de Abril – 20 anos», *O Referencial*, Edição especial 25 de Abril 20 Anos, 1994, p. 2, 3. «Doze Anos Depois – Mensagem dirigida pela A25A ao Povo Português, na passagem do XII Aniversário do 25 de Abril», *O Referencial*, fevereiro-março-abril de 1986, p. 1, 17. A ideia do 25 de Abril como “quotidiano colectivo”, e não “apenas uma memória colectiva”, foi ressaltada também em notícias do *Avante!* a respeito das comemorações populares de 1986: «A festa e a luta aqui, ali, em todo o lado! – 25 de Abril no Porto», *Avante!*, 30 de abril de 1986, p. 5. «Comemorar doze anos de Abril», *Avante!*, caderno *Semana*, 24 de abril de 1986, p. 1.

³¹⁶ Isabel do Carmo (n.1940): Médica. Foi militante do MUD juvenil e posteriormente do PCP, até 1970. Em 1970, participou na fundação da organização armada Brigadas Revolucionárias e, em 1973, do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), extinto em 1976. Em 1978 foi presa juntamente com outros militantes do partido; esteve em prisão preventiva até 1982.

³¹⁷ «Isabel do Carmo. Revolta sem apaziguamento», *Público Magazine*, 13 de março de 1994, p. 26-36.

³¹⁸ Maria de Lurdes Pintasilgo (1930-2004): Engenheira; ativista católica. Entre 1969 e 1974 foi procuradora à Câmara Corporativa. Após o 25 de Abril exerceu as funções de secretária de Estado da Segurança Social no I governo provisório e ministra dos Assuntos Sociais no II e III governos provisórios. Ocupou o cargo de primeiro-ministro – por designação presidencial – entre Julho de 1979 e Janeiro de 1980. Foi candidata às presidenciais de 1986 como independente. Entre 1987 e 1989 foi deputada ao Parlamento Europeu, como independente integrada no Grupo Socialista.

³¹⁹ «Lurdes Pintasilgo. A reinvenção da democracia», *Público Magazine*, 3 de abril de 1994, p. 32-40.

revolucionário. Assim se posicionava José Saramago³²⁰, em depoimento ao *Expresso*: «Não esquecerei o 1º de Maio, nem o 28 de Setembro, nem o 11 de Março, nem a Assembleia do MFA em Tancos, nem os meses em que fui director adjunto do “Diário de Notícias”... Não esquecerei o Alentejo nem a cintura industrial. Não esquecerei o que então chamámos Esperança».³²¹ No mesmo sentido se orientava o depoimento do ator e encenador Luís Miguel Cintra, que para além do elogio aos elementos consensuais – o dia 25 de Abril, o 1º de Maio, o fim da censura, da PIDE-DGS e da guerra colonial – mencionava também as campanhas de dinamização cultural do MFA, as tentativas de organização popular, a independência das colónias, a ocupação de terras e de casas.³²²

Em entrevista à *Visão*, Vasco Gonçalves defendeu que as medidas governamentais tomadas a seguir ao 11 de Março – a respeito, nomeadamente, das nacionalizações e da reforma agrária – foram uma resposta necessária à sabotagem dos grupos monopolistas que dominavam a economia portuguesa durante a ditadura. É interessante notar que as opiniões que manifestam uma perspetiva positiva sobre os aspetos mais controversos do período revolucionário contrariam desta forma, e portanto rejeitam, certas generalizações sobre a Revolução banalizadas no espaço público português. Nesta mesma entrevista, Vasco Gonçalves sublinhou a coincidência de objetivos político-sociais entre os comunistas e a esquerda do MFA, o que não significaria que esta tivesse sido “um braço do PCP” como sugeriu o jornalista.³²³

Em intervenção em Coimbra, Álvaro Cunhal, além de mencionar diretamente, sob perspetiva positiva, os movimentos de trabalhadores e o movimento pela reforma agrária, defendeu uma visão da liberdade e da democracia como conquistas do movimento popular – de forma autónoma e independente do poder político: «a liberdade como conquista e condição impulsionadora da intervenção criativa das massas populares na transformação da sociedade. (...) Foi o levantamento popular (...), com o

³²⁰ José Saramago (1922-2010): Escritor. Trabalhou como funcionário público e jornalista; foi membro do PCP. Durante o processo revolucionário foi diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, demitido após o 25 de Novembro de 1975.

³²¹ *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 130.

³²² «20 anos em balanço – Sondagem e inquérito a personalidades sobre o 25 de Abril», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 8. Neste mesmo sentido se situa a intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, em evento comemorativo do 73º aniversário do partido: «“Temos razões para nos orgulharmos do Partido que somos”», *Avante!*, 10 de março de 1994, p. 20-22. Uma opinião positiva especificamente sobre as campanhas de dinamização cultural foi evidenciada em reportagem da revista do *Expresso* por parte do ex-cadete Amílcar Coelho, que participou nestas campanhas: «Um rosto na multidão», *Expresso, Revista – 20 anos da nossa vida*, 23 de abril de 1994, p. 38, 39.

³²³ «Vasco Gonçalves – Claro que me chamavam louco!...», *Visão*, 24 de março de 1994, p. 36-38.

apoio não dos generais mas de capitães do MFA e de forças democráticas, nomeadamente do PCP, que legalizaram de facto e no imediato os partidos políticos, que libertaram os presos políticos, que puseram fim à PIDE cercando e tomando de assalto as suas sedes. Foram as massas populares que, criando estruturas organizativas próprias, introduziram no novo regime democrático elementos de democracia participativa que acabaram por ser reconhecidos».³²⁴

Em muitos artigos de opinião, parte-se da questão do *branqueamento* da ditadura, suscitado pelo debate da SIC que contou com a presença de um ex-PIDE, para empreender-se uma ampla crítica dos discursos *revisionistas*, abrangendo também a tendência baseada na condenação da Revolução. Em artigo de Manuel Coelho dos Santos, para além deste referido debate da SIC, mencionava-se outro programa televisivo em que os representantes dos agricultores e dos industriais teriam defendido que se vivia melhor antes do 25 de Abril e um representante do PSD – Todo-Bom³²⁵ – teria afirmado que sem o 25 de Abril a situação económica do momento seria mais favorável. Num tal contexto, o articulista identificava a existência de um ambiente social propício à reabilitação do salazarismo, por um lado – ressaltando que em semelhante ambiente social haveria, inclusive, motivos para condecorar ex-membros da polícia política –, e à responsabilização do conjunto da esquerda pelos problemas do país, por outro lado, através do recurso à *comparação relativizadora* que abafa os males da ditadura com a condenação da Revolução: «Eu só pergunto como é possível que ao fim de tão pouco tempo, quando estão ainda vivos muitos dos que foram vítimas da PIDE, se dê a palavra pública a um torcionário dessa abominável instituição e ele nos possa vir dizer que se sente orgulhoso do seu passado profissional. Posições como esta de prepotência e de cinismo só são possíveis quando se regressa aos valores do passado, quando começa a perceber-se que um passado salazarista é hoje um trunfo apreciável na promoção social e no acesso aos lugares públicos. Quando tal sucede, o “sr. inspector” da PIDE sente que está no seu mundo e que pode até gracejar com as vítimas de que foi o carrasco, como pode até olhar desprezivelmente para as instituições democráticas do país. (...) Em vésperas das comemorações do 25 de Abril, todo um movimento vem à tona e começa a clarificar-se: foram monstruosos os erros cometidos nos primeiros anos do regime democrático e todos esses erros são

³²⁴ «A revolução democrática foi um dos momentos mais altos da história do PCP», *Avante!*, 31 de março de 1994, p. 22-24.

³²⁵ Luís Todo Bom (n.1948): Engenheiro. Foi secretário de Estado da Indústria e Energia no governo Cavaco Silva (1985-1987).

imputáveis apenas ao “socialismo” na sua formulação ampla ou ao conjunto da “Esquerda”, deles estando absolvidos os que nos comandam hoje nos mais diversos sectores (...). Aos erros e violência do passado – violência institucionalizada – contrapõem eles os erros e desvarios que houve na fase a seguir ao 25 de Abril e que estão mais vivos na memória colectiva».³²⁶

No mesmo sentido, em artigo de José Saraiva³²⁷, denunciava-se o avanço dos discursos *revisionistas* no espaço público: «Há aspectos nesta revisitação do fascismo – chamem-lhe salazarismo/marcelismo, pouco me importa – que me incomodam. De facto, até certa altura apenas se exorcizava o “gonçalvismo”, e os saudosistas a “descolonização”. Onde já vamos agora? Vamos no Desenvolvimento, que se questiona, vamos na Descolonização onde vozes claramente comprometidas com o passado ditatorial acusam o MFA e os civis que estiveram na primeira linha da libertação dos povos africanos – fomos o último país europeu a realizar esse objectivo moderno –, vemos agora, até, interrogar da bondade ou não da polícia política e se de facto havia direito de fazer o 25 de Abril... Como é? Que vergonha é esta de jornalistas, tidos por sérios, ao procurarem ir mais além e, sem se darem conta, estarem objectivamente a dar voz aos inimigos da liberdade? (...) Li nos últimos tempos coisas espantosas: Marcelo queria “descolonizar” a Guiné-Bissau e Salazar até estava disposto a controlar o processo de transição no Ultramar. Só falta dizer que houve falta de informação entre os democratas e os poderosos donos do país! Se tivesse havido, na “bolsa” de informação, alguns contactos entre os “capitães” do MFA e os senhores do poder do dia 24 de Abril, tinha-se evitado essa enorme “chatice” de ver cravos na alegria dos portugueses...»³²⁸

Em artigo de Alberto Martins³²⁹, o desenvolvimento dos discursos *revisionistas* era entendido como resultado da opção pela desresponsabilização em relação ao passado ditatorial; em contraposição, afirmavam-se as *memórias revolucionárias* e *memórias da resistência*: «E o esquecer do passado que então se instalou, como acto que não deixa de ser a um tempo generoso e de desresponsabilização, permitiu consolidar a ideia do ano zero da vida política, fazendo do 25 de Abril o início de

³²⁶ «A PIDE nem existiu», *Jornal de Notícias*, 17 de abril de 1994, p. 8.

³²⁷ José Saraiva (1946-2005): Jornalista; dirigente e militante do PS.

³²⁸ «Não peça desculpa ao fascismo!», *Jornal de Notícias*, 17 de abril de 1994, p. 72.

³²⁹ Alberto Martins (n.1945): Advogado. Participou no movimento estudantil em 1969, tendo sido detido pela PIDE. Integrou o comité central do Movimento de Esquerda Socialista (MES), onde se manteve até à sua extinção, em 1981. Posteriormente aderiu ao PS. Entre 1987 e 1995, exerceu o cargo de deputado pelo PS. Foi ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública no governo de António Guterres (1999-2002) e ministro da Justiça no governo de José Sócrates (2009-2011).

biografias, histórias, “curricula” ou até campeões de liberdade. E permitindo, até, que a luta contra a ditadura, que existiu, pudesse ser equiparada com a conflitualidade política das lutas desencadeadas no período alucinatório do pós-25 de Abril, invocando uma luta contra uma “ditadura” não existente. É certo que não se chegou ao ponto de negar a resistência à ditadura, mas a tentação de a valorizar nas suas lutas internas como que levou a fazer de Marcelo, Sá Carneiro e Spínola os heróis da revolução. Ora, a história é bem outra, e, sem prejuízo das contradições internas e externas do regime, o certo é que este foi derrotado decisiva e definitivamente pelos que se opuseram à ditadura e à guerra colonial. Os capitães de Abril foram os agentes materiais da revolta e constituíram a expressão popular, no seio da máquina do Estado, da recusa em prosseguir uma guerra e ser “carne para canhão” num esforço militar sem saída, sem honra, sem grandeza, sem futuro, tingido de sangue inocente. O laxismo com que se encarou a história e a cor cinzenta e desresponsabilizante que se instalou, desde então, criaram a situação propícia ao reescrever do passado e ao surgir dos branqueamentos até dos algozes em que se fundou a ditadura. Tudo isto num clima em que o precário julgamento dos pides foi sendo feito esparsamente, enquanto os grandes responsáveis do regime ficavam incólumes e impunes. A ditadura existiu: com governantes sem legitimidade, com uma Polícia política (PIDE) que sustentou por vezes o homicídio, o campo de concentração (Tarrafal), a prisão ilegítima e agressão bárbara; existiu uma guerra colonial: com os horrores criminosos da guerra, da morte e da destruição; existiu um país atrasado, ignorante, atrofiado no seu desenvolvimento, emigrado também e sem esperança, oprimindo outros povos».³³⁰

Deve-se observar, portanto, que em muitos discursos representativos das *memórias antirrevisionistas* se reconhece e se critica a limitação das políticas públicas por parte dos governos democráticos no sentido de estabelecer uma condenação ético-política da ditadura. Considera-se, assim, que um tal ambiente político-social teria viabilizado o desenvolvimento de discursos públicos baseados na reabilitação do Estado Novo e na desvalorização da Revolução. É interessante, neste sentido, comparar-se a *rebelião da memória* em 1994, em Portugal, com a emergência das *memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista* no espaço público espanhol: enquanto em Espanha se trata da *reivindicação* de um reconhecimento público destes relatos memoriais, que se mantiveram *subterrâneos*

³³⁰ «Vinte anos de memória», *Jornal de Notícias*, 23 de abril de 1994, p. 8.

durante a transição e durante a subsequente fase de *repressão da memória*, ao longo dos anos 1980; em Portugal trata-se de uma *reação* ao avanço de discursos públicos *revisionistas* sobre a ditadura e sobre a Revolução, que se desenvolveram justamente ao longo da fase de *repressão da memória*, de forma paralela ao processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora.

Seguindo esta mesma tendência analítica, em artigo do sociólogo e dirigente da Associação Zeca Afonso, Jorge Abegão, centrado na crítica da “purificação” da imagem de Zeca Afonso – “expurgando-o dos pecados cometidos cuja responsabilidade é atribuída exclusivamente às más companhias e à esquerda virulenta” –, considera-se a significativa visibilidade dos discursos *revisionistas* no vigésimo aniversário do 25 de Abril como resultado do *esquecimento* evidente em muitas medidas públicas – tais como o encerramento de arquivos históricos, a reabilitação e condecoração de ex-polícias políticos, a preterição e prejuízo profissional de militares e civis conotados com a esquerda, etc. «O 20º aniversário do 25 de Abril ficou marcado, numa onda de exorcismo comemorativo, pela tentativa espectacular e mediática de “julgar” e rever, através de um subtil libelo acusatório, a realidade histórica do período revolucionário, purificando e ilibando o regime anterior dos seus aspectos ditatoriais e mais torcionários. Foi tal a avidez da oligarquia política vigente, de festejar um 25 de Abril a seu jeito, unidimensional de acordo como ela entendia que “devia-ter-sido”, foi tal a necessidade asséptica de “o limpar” de todos os males, resíduos e excessos para o tornar puro e consensual, que não se deu conta de que o atingia na sua natureza, abrindo demasiado o flanco para que o desvirtuassem na sua identidade. Para que a revolução do 25 de Abril se tornasse num mito, era necessário pôr fim à realidade histórica!»³³¹

No mesmo sentido, em artigo de João Amaral³³² entendia-se o *branqueamento* da PIDE na televisão como o resultado de um longo processo de políticas públicas baseadas na desvalorização da Revolução: «Espero que não apareça por aí ninguém armado em ingénuo a dizer-se espantado com as coisas terem chegado a este ponto. Chamemos as coisas pelos nomes: desde o 25 de Novembro de 1975, os inimigos do 25 de Abril tiveram o terreno livre para denegrirem o 25 de Abril e os seus ideais. Permitiram tudo. A grande maioria dos ex-pides foi logo posta em liberdade. As maiores calúnias caíram sobre os capitães de Abril, sobre forças democráticas, sobre

³³¹ «Zeca, de novo», *Público*, 5 de maio de 1994, p. 24, 25.

³³² João Amaral (1943-2003): Advogado. Ingressou no PCP em 1962. Foi deputado por este partido desde 1979 até 2002.

homens e instituições que se entregaram sem desfalecimentos à causa da liberdade e da democracia. Isto enquanto os antigos senhores que viveram e prosperaram à custa da miséria e exploração do povo eram promovidos a heróis e objecto de todos os carinhos». Amaral criticava ainda as mistificações que teriam proliferado nos meios de comunicação social no sentido de fazer desaparecer da história os seus principais atores, e particularmente o PCP; exemplificava com o caso do livro *Portugal 20 anos de democracia*, coordenado pelo historiador António Reis³³³: «Fazer desaparecer o PCP no 25 de Abril e transformá-lo a partir daí num objecto permanente de críticas e calúnias não é fazer um livro de história; é falsificá-la por baixos motivos de interesses partidários». Finalmente, o articulista salientava a *memória da resistência*.³³⁴

Igualmente, em artigo do militar de Abril Vaza Pinheiro criticava-se o ambiente do vigésimo aniversário do 25 de Abril, em que predominou a condenação do período revolucionário; neste sentido afirmava-se que “era como se os fantasmas de ontem” lessem “um testamento dirigido às futuras gerações para que elas acreditassem que a factura a pagar se devia a quem derrubara o fascismo, a quem acabara com a guerra fratricida, abrira as portas das prisões, até aos seus inimigos”. “Era como se a ficção se transformasse em realidade pelo golpe mágico da mistificação histórica. Era como se o Movimento das Forças Armadas e os últimos vinte anos não tivessem existido e o 25 de Abril não tivesse sido uma Revolução libertadora e transformadora, mas sim a prática

³³³ *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

³³⁴ «Obreiros do 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, p. 6. Já em janeiro de 1994 João Amaral denunciava a desvalorização da Revolução no espaço público, afirmando que “parece que se procura apagar a memória” do 25 de Abril; “ou, ainda pior, que se procura distorcê-lo, para o diminuir e denegrir”. «Os vinte anos do 25 de Abril», *Jornal de Notícias*, 3 de janeiro de 1994, p. 4. Em outros artigos publicados no *Avante!*, criticou-se também o livro *Portugal 20 anos de democracia* pelo tratamento conferido ao PCP. Em artigo de Carlos Brito, diretor do *Avante!*, a crítica assentava nas teses *revisionistas* a propósito do papel do PCP no processo revolucionário: «a permanente atribuição, expressa ou insinuada, de propósitos golpistas ao PCP, ao longo de todo o primeiro capítulo intitulado “A política”, com frases do género “os comunistas, não deixando de participar no VI Governo, tudo fazem para o paralisar”. Mas o veso anti-PCP aparece, noutros capítulos do livro, por exemplo, no que trata dos partidos políticos e onde se repete a calúnia, mil vezes desmentida, de que o PCP “chega a manifestar, pela boca de alguns dos seus dirigentes, reservas quanto ao modelo da democracia representativa e pluralista, que viria a ser consagrada na Constituição”». «Sectarismo indecoroso», *Avante!*, 24 de março de 1994, p. 3. Já em artigo do deputado comunista Lino de Carvalho, salientava-se a omissão dos movimentos sociais, anteriores e posteriores ao 25 de Abril: «o leitor menos atento ou mais desconhecedor dos acontecimentos da época ficará com a ideia de que o derrube da ditadura fascista (termo que António Reis evita, contribuindo assim para o branqueamento do regime) foi fruto sobretudo de manobras de bastidores, do livro do General Spínola, de um movimento de quadros intermédios da instituição militar que não teria sofrido influências directas e indirectas da movimentação popular cuja contestação, segundo Reis, estaria controlada pela ditadura. (...) A Reforma Agrária não é apresentada como um movimento social dos campos do Sul visando erradicar o latifúndio e as injustiças a ele inerentes – onde, evidentemente, o PCP não enjeita o papel determinante dos militantes comunistas – mas exclusivamente como uma operação inserida no “âmbito de uma estratégia de tomada do poder” por parte dos comunistas». «Contra a mistificação da História é preciso recordar...», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 19.

burocrática de uma ‘ordem de serviço’ dimanada pela cadeia de comando militar”. Em contraposição à ofensiva destes discursos *revisionistas*, ressaltava-se que o 25 de Abril teria sido feito “contra alguém e alguma coisa”, destacando-se as *memórias da resistência* e *memórias revolucionárias*: «A Revolução de 1974 foi um amplo movimento solidário, um abrir de portas, o culminar de um longo caminho de resistência à ditadura fascista (...). Quando os capitães e outros militares saíram à rua, e logo foram envolvidos pelas multidões, foi à Revolução que abriram portas, isto é: às reais transformações democráticas, económicas, sociais e culturais, no respeito pela pessoa humana até aí completamente ignorado». ³³⁵

Algumas opiniões salientam exclusivamente a crítica à desvalorização da Revolução. A propósito das interpretações do processo revolucionário baseadas em juízos anticomunistas, é interessante um artigo de José Rebelo em que se afirma que a versão que se tornou dominante sobre a explicação do *caso República* – baseada na “expressão de uma aliança entre comunistas e extrema-esquerda militar destinada a pôr fim à experiência democrática em Portugal e a instaurar uma nova ditadura” – foi aquela defendida pela direção do PS no próprio momento dos acontecimentos e imediatamente reiterada por numerosos sociólogos, intelectuais vítimas dos regimes de Leste e dirigentes políticos europeus. E finalmente se critica esta opção de interpretação histórica: «Considerar-se, hoje, que o “caso República” foi um passo, embora falhado, do PCP para a conquista definitiva e absoluta do poder implica a aceitação de um pressuposto: o de que o PCP e os seus aliados militares, ao desencadear e manter uma situação cujo prolongamento visivelmente os desfavorecia, se moviam guiados por um estranho instinto autofágico. Decididamente, há ainda muita coisa por explicar». ³³⁶ Neste sentido, é interessante refletir-se sobre o carácter dos discursos *revisionistas* como teses políticas sobre a explicação da realidade social elaboradas, em muitos casos, desde o próprio momento dos acontecimentos, e posteriormente (re)elaboradas na condição de relatos memoriais sobre a explicação histórica.

Os militares de Abril partilham com os comunistas o argumento baseado na rejeição das tendências depreciativas da radicalização de esquerda através da ênfase nas tentativas prévias de golpes de direita. Assim se posiciona Vasco Lourenço em artigo

³³⁵ «A farsa mediática nos 20 anos de Abril», *O Referencial*, abril a junho 1994, p. 5. Em artigo do jornalista Fernando Martins criticava-se também o *branqueamento* da ditadura e as insinuações de desvalorização da Revolução: «Abril sem tempo», *Jornal de Notícias*, 16 de abril de 1994, p. 6. No mesmo sentido, um artigo de Fernando Antunes: «A irritação da malta!», *Jornal de Notícias*, 29 de abril de 1994, p. 56.

³³⁶ «Histórias da revolução», *Notícias Magazine, Jornal de Notícias*, 3 de abril de 1994, p. 6.

sobre o 28 de Setembro: «costumo dizer que, antes de acusar e atacar os que cometeram abusos à esquerda, há que responsabilizar quem, à direita, tentou impedir a democratização livre, contida no Programa do MFA. Tentando vários golpes, falhando, e dando origem aos consequentes e inevitáveis contra-golpes. E faço essas afirmações com a legitimidade de quem se empenhou fortemente na luta contra os diversos abusos e exageros».³³⁷ Com efeito, é interessante notar que a significativa visibilidade no espaço público de interpretações que ressaltam os propósitos golpistas da esquerda contrasta com a escassez de opiniões que mencionam e criticam a conduta da direita durante o processo revolucionário – estas são, maioritariamente, vozes comunistas.

Justamente em rejeição das visões que pretendem julgar os excessos do 25 de Abril atribuindo-os exclusivamente à esquerda posicionava-se o dirigente do PS Madeira, António Henrique Sampaio. Criticavam-se as interpretações dos líderes do PSD local, especialmente do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, que consideravam mais graves os atentados às liberdades dos cidadãos cometidos após o 25 de Abril do que os do período ditatorial, além de justificarem a violência separatista e bombista na Madeira como *defesa da democracia*. «Trata-se de uma comparação totalmente injustificada e inaceitável. Com efeito, os excessos ocorridos no pós 25 de Abril são ínfimos, quando confrontados com os crimes da ditadura, perpetrados quer em Portugal, quer em África. (...) Aliás, no caso concreto da Região da Madeira, importa que se diga que a violência registada nos anos de 1975 e 1976 tem sobretudo a marca da direita e das forças que “usaram” o separatismo e a independência, como forma de fazer frente ao avanço das posições do PCP no continente. Dezenas de atentados bombistas, milhares de contos de prejuízos em bens públicos e particulares, vários cidadãos feridos, imensas vidas humanas ameaçadas, é, em síntese, o balanço da actividade terrorista verificada na Região».³³⁸

Em entrevista ao *Avante!*, Vasco Gonçalves rejeitava as visões que depreciam e criminalizam o período revolucionário, e particularmente o período dos seus governos, conhecido como *gonçalvismo*, enfatizando o sentido das *memórias revolucionárias*: «voltando ao *gonçalvismo*, há uma tentativa deliberada de o associar aos aspectos desordenados que afectaram a vida e tranquilidade das pessoas, sem se aprofundar as suas causas, ficando só pelo que se passou à superfície. Esquecem que esse foi também

³³⁷ «28 de Setembro», *O Referencial*, julho a setembro 1994, p. 13, 14.

³³⁸ «Do separatismo ao bombismo na Madeira», *Público*, 23 de maio de 1994, p. 19.

um tempo de grande criatividade popular, de conquistas fundamentais, de concretização de aspirações seculares do nosso povo, de abertura de perspectivas de futuro».³³⁹

Especificamente a respeito da deturpação do movimento operário, em artigo de Jerónimo de Sousa³⁴⁰ afirmavam-se as *memórias revolucionárias* e *memórias da resistência*: «é importante que se diga que os direitos dos trabalhadores não nasceram por geração espontânea, não foram inventados por decreto ou criados pelos centros de decisão do poder político da altura. Os direitos foram conquistados exercendo-se. A CGTP já existia antes do 25 de Abril. Os trabalhadores não obedeceram a nenhum manual para formar os seus sindicatos, eleger as suas Comissões de Trabalhadores e realizar o controlo de gestão em defesa dos seus direitos, da economia nacional e da jovem democracia. Afirmaram o seu direito à greve, fazendo-a. Quem fez o 1º de Maio de 74 foram os trabalhadores e os sindicatos. (...) A vinte anos de distância, quando se assiste a tentativas de reescrever a história, louvar inimigos de Abril e distorcer o papel do movimento operário na vitória, nas transformações, realizações e na defesa do 25 de Abril, há que lembrar e saudar os milhares de homens, mulheres e jovens que com a sua luta deram contribuições muito mais valiosas que alguns que hoje se arrogam de estar na primeira fila da construção da democracia».³⁴¹

Já em artigo de Pedro Ramos de Almeida³⁴², centrado em declarações de Cavaco Silva sobre o 25 de Abril e o período revolucionário, criticava-se especialmente a deturpação da Revolução com base em pressupostos anticomunistas: «é realmente espantoso o sentido e a projecção anticomunistas que ACS [Aníbal Cavaco Silva] reserva afinal ao 25 de Abril. De revolução democrática portuguesa, converte-se agora, sob a varinha mágica do chefe catedrático do PSD em... revolução anti-socialista! Leia-se e pasme-se este extracto do seu discurso no Instituto de Defesa Nacional, em 31.V.1990: “Portugal, que esteve à beira de uma ditadura marxista e colectivista em 1975 (...), soube derrotar, de forma pioneira na Europa, o modelo do socialismo real. Do nosso difícil processo de transição para a democracia e o progresso, podem agora os povos do Leste extrair importantes ilações políticas” (“Ganhar o futuro”, p. 121). É a

³³⁹ «De Abril a Novembro – entrevista com Vasco Gonçalves», *Avante!*, 31 de março de 1994, p. 16, 17.

³⁴⁰ Jerónimo de Sousa (n.1947): Operário metalúrgico e político do PCP. Foi dirigente sindical. Aderiu ao PCP em 1974 e passou a ter funções no Comité Central do partido em 1979. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (1991-1995, 2002 até à atualidade). Em 1996 foi candidato às eleições presidenciais. Desde finais de 2004 é secretário-geral do PCP.

³⁴¹ «Um grande 1º de Maio com Abril», *Avante!*, 28 de abril de 1994, p. 14.

³⁴² Pedro Ramos de Almeida (1932-2012): Escritor, professor. Integrante do MUD Juvenil, foi preso em 1954 e condenado a quatro anos de prisão. Nos anos 1960 exilou-se, já como membro do PCP; esteve em Paris, Praga e Argel. Entre 1969 e 1971 viveu na clandestinidade em Portugal.

suprema arte da manipulação! O derrube do salazarismo-caetanismo, a revolução antifascista e anticolonialista, democrática e nacional portuguesa era afinal o caminho para uma contra-revolução antisocialista de consequências exemplares no Leste europeu...»³⁴³ É possível considerar esta tese defendida por Cavaco Silva como a versão *revisionista* do discurso das *memórias consensuais* pautado pela ideia de *revolução pioneira*.

Em 1994, desenvolveu-se ainda uma polémica a propósito das condecorações da Ordem da Liberdade, atribuídas pelo presidente da República em 10 de Junho, o que suscitou, novamente, a discussão sobre a desvalorização da memória da resistência antifascista. Segundo Loff, a Ordem da Liberdade foi “[u]m dos primeiros instrumentos formais da política de memória da ditadura, e, sobretudo da luta contra esta, de que o Estado democrático dispôs”³⁴⁴, criada no I Governo Constitucional, de Mário Soares, em 1976. No entanto, em 1994, a proposta de Soares, na condição de presidente da República, de condecorar o resistente antifascista Palma Inácio³⁴⁵ foi rejeitada pelos Conselhos das Ordens Honoríficas, particularmente por objeções do marechal Spínola e do arquiteto Ribeiro Teles³⁴⁶, sob a alegação de falta de dados curriculares para condecorar Palma Inácio por seu papel relevante na luta contra a ditadura – no entanto, conforme se divulgou na imprensa, as objeções relacionavam-se com a atuação de Palma Inácio no assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, em 1967. Esta situação ocasionou muitos protestos; foi dirigido ao presidente da República um abaixo-assinado em que se pedia justiça e que a condecoração fosse atribuída. Mário Soares declarou que a condecoração seria concedida “muito brevemente” e que os próprios

³⁴³ «Laranja não apaga Abril», *Avante!*, 21 de abril de 1994, p. 24.

³⁴⁴ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 43.

³⁴⁵ Hermínio da Palma Inácio (1922-2009): Mecânico da Aeronáutica. Foi preso pela primeira vez na sequência de sua participação na tentativa de golpe de Estado organizado pela Junta Militar de Libertação Nacional, em abril de 1947; escapou da prisão do Aljube em 1948 e seguiu para o exílio em Marrocos, Estados Unidos e Brasil. Em 1961, protagonizou a operação de desvio de um avião da TAP que lançou sobre a capital portuguesa e outras cidades panfletos políticos de apelo à revolta popular contra a ditadura. Em 1967, fundou a Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), organização armada que neste mesmo ano realizou o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz com o objetivo de financiar a luta contra a ditadura. Em 1968 foi preso e novamente fugiu da prisão; exilou-se em Espanha e França. Em 1973 foi preso pela terceira vez; foi um dos últimos presos políticos a ser libertados após o 25 de Abril porque alguns oficiais, nomeadamente Spínola, recusavam-se a considerar o assalto à Figueira da Foz como um crime político. Posteriormente aderiu ao PS. Só em 2000, durante o mandato presidencial de Jorge Sampaio, recebeu a condecoração da Ordem da Liberdade.

³⁴⁶ Gonçalo Ribeiro Teles: (n.1922): Arquiteto paisagista. Em 1957 foi um dos fundadores do Movimento dos Monárquicos Independentes. Apoiou a candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958. Em 1969, foi candidato à Assembleia Nacional nas listas da CEUD. Em 1971, participou na fundação do movimento Convergência Monárquica e após o 25 de Abril fundou o Partido Popular Monárquico. Foi subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III governos provisórios e Secretário de Estado do Ambiente no governo Pinto Balsemão (1981-1983).

chanceleres das Ordens se tinham comprometido a estar presentes desde que tal não ocorresse nas comemorações do 10 de Junho.³⁴⁷

Tal ocorrência suscitou a evocação pública de protestos contra a desvalorização da resistência à ditadura. Assim, em artigo de Adelino Gomes³⁴⁸ afirmava-se: «Os argumentos associando o nome do condecorado ao assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, em 1967, traduzem mais do que uma diferença de sensibilidades políticas. Significam, objectivamente, uma calúnia. A Palma Inácio, e a milhares de portugueses que se reviram nas acções praticadas, ao longo de 48 anos, com o objectivo de derrubar um regime opressor».³⁴⁹ No mesmo sentido, em artigo de Miguel Sousa Tavares considerava-se que a recusa de condecorar Palma Inácio constituía uma ofensa gratuita “à causa representada pelos valores repostos com o 25 de Abril”.³⁵⁰

Já em artigo de Alfredo Margarido³⁵¹, a abordagem desta questão inseria-se no contexto mais amplo do debate público que dominou o vigésimo aniversário do 25 de Abril e que foi protagonizado pela polémica em torno da considerável incidência de discursos sobre o passado baseados no *branqueamento* da ditadura. Neste sentido, Margarido considerava que “as múltiplas tentativas de proceder à ‘branquização’ ou à ‘lavagem’ das técnicas de repressão que tanto marcaram o nosso fascismo” apresentaria o seu complemento necessário na “redibolização da resistência”. “Trata-se das duas faces da mesma moeda falsa, que procura tirar o máximo proveito das instituições democráticas para as subverter”. Como estratégia argumentativa deste duplo movimento de deturpação do passado recente – que expressa, na verdade, a engrenagem do *revisionismo histórico* –, o articulista identificava a retórica anticomunista: «Se o anticomunismo perdeu as suas funções práticas, manteve-se contudo como lugar e razão da rejeição social e política. (...) O que realmente se pretende é eliminar da memória

³⁴⁷ «Palma Inácio não se fica – Soares recebe abaixo-assinado e condecorará o socialista muito em breve», *Público*, 8 de junho de 1994, p. 5.

³⁴⁸ Adelino Gomes (n.1944): Jornalista. Foi um dos fundadores do diário *Público*.

³⁴⁹ «Condecoração envergonhada», *Público*, 8 de junho de 1994, p. 5.

³⁵⁰ «A liberdade envergonhada», *Público*, 10 de junho de 1994, p. 21. Também em artigo de autoria de H.C. se criticava que, no vigésimo aniversário do 25 de Abril, a atribuição da Ordem da Liberdade ignorasse a generalidade dos antifascistas, mencionando-se particularmente o caso do recuo governamental quanto à condecoração de Palma Inácio. «Círio Dastalo», *Avante!*, 9 de junho de 1994, p. 32. Em entrevista de Palma Inácio ao *Expresso* faziam-se esclarecimentos sobre as ações da LUAR e a tortura sofrida por este resistente antifascista: «“Spínola dirigiu a organização mais terrorista que houve em Portugal” – Palma Inácio e a medalha de 10 de Junho», *Expresso*, 10 de junho de 1994, p. 4.

³⁵¹ Alfredo Margarido (1928-2010): Escritor e professor universitário. Trabalhou em São Tomé e Príncipe e Angola; defensor de posições anticolonialistas, foi expulso de Angola por sua intervenção na imprensa local, tendo desencadeado a reação do governador-geral. Em 1964 estabeleceu-se em Paris. Foi professor universitário em França e no Brasil.

nacional a importância das vítimas e o espectro dos combatentes». A partir de uma tal crítica a estes discursos, Margarido criticava ainda a negligência ou aceitação tácita por parte do poder público de semelhante visão sobre o passado: «Lamente-se que, num caso que possui uma tão forte conotação simbólica, se tenha registado um tão evidente recuo do Presidente Mário Soares, como se houvesse ainda um certo ressentimento do antigo dirigente socialista face ao criador da LUAR. Esta vitória da direita mais arcaica, mesmo se provisória, confirma o carácter perigoso das suas intervenções na sociedade portuguesa. Era indispensável mandar o marechal António de Spínola para o museu, preferiu-se retirar a condecoração prometida a Palma Inácio».³⁵²

Convém sublinhar esta identificação do *branqueamento* do carácter repressivo da ditadura e da desvalorização da resistência – com base em *desespecificações político-morais*, nomeadamente de ordem anticomunista – como as duas faces do *revisionismo histórico* sobre o Estado Novo. Deve-se reconhecer ainda que estas opções argumentativas se apresentam igualmente nos demais casos nacionais de (re)construção da memória sobre o passado recente do século XX, particularmente a propósito da ocupação, colaboração e luta contra o nazi-fascismo no contexto da II Guerra Mundial. No caso português, é especialmente contra este duplo aspeto da argumentação *revisionista* sobre o Estado Novo que se alça a *rebelião da memória*, em 1994.

Enfim, pode-se considerar que a *rebelião da memória* que eclode no espaço público português no vigésimo aniversário do 25 de Abril apresenta como uma de suas principais consequências a fortificação das *memórias da resistência*, que passam de *memórias subterrâneas* nos anos 1980 a discursos dominantes em 1994. Em menor grau, as *memórias revolucionárias* também alcançam maior visibilidade pública. Com efeito, no contexto da polémica de 1994 envolvendo o *branqueamento* do Estado Novo, verifica-se uma dinâmica entre as *memórias antirrevisionistas*, *memórias da resistência* e *memórias revolucionárias*, cujos discursos se complementam e configuram um movimento no sentido de contrariar o nítido avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa – tanto nos discursos públicos sobre o passado, quanto em medidas políticas que envolviam a apreciação do passado recente. Embora seja consideravelmente mais ampla a rejeição da reabilitação da ditadura do que a recusa da condenação da Revolução – o que reitera, aliás, o carácter de relato dominante das *memórias revisionistas* baseadas na tese da *dérápée à portuguesa* e pautadas pelo

³⁵² «A radiabolização da resistência», *Público*, 20 de junho de 1994, p. 17.

modelo hermenêutico do *totalitarismo*, defendidas também por setores de centro-esquerda e de centro-direita que se indignam com os discursos *revisionistas* sobre o Estado Novo –, a *rebelião da memória*, motivada, convém ressaltar, pela indignação pública com o *branqueamento* do salazarismo, enseja uma extensiva crítica do *revisionismo histórico* sobre o passado recente e a valorização do legado do 25 de Abril.

É interessante notar que a transformação das memórias das culturas políticas de esquerda em *memórias fortes* beneficia da configuração do amplo movimento de *rebelião da memória* que conta com a participação de setores sociopolíticos moderados, especialmente socialistas, o que lhes confere significativa visibilidade e impacto no espaço público. É justamente neste contexto que irrompem no espaço público as memórias comunistas que protestam contra a omissão ou depreciação do papel atribuído ao PCP na luta contra a ditadura e na instauração da democracia. Para além deste carácter *reativo*, é importante notar que a *rebelião da memória* também integra a crítica da retórica pública dominante durante a fase de *repressão da memória*, baseada na noção de *superação do passado* e próxima do teor das *memórias consensuais*: em muitos discursos *antirrevisionistas* se identifica este ambiente político-social como o precedente que teria permitido e favorecido o desenvolvimento do *revisionismo histórico*. É neste sentido que Loff considera que os contornos da controvérsia do vigésimo aniversário do 25 de Abril não se limitaram à problemática dos discursos *revisionistas*:

«Não se terá tratado apenas de perceber que o avanço do revisionismo, tanto no poder político, quanto no espaço mediático, obrigava os portadores de uma memória da resistência antifascista e de vítimas da repressão a retomar a palavra. O discurso misto da necessidade do *perdão* e da *reconciliação*, que se dirigia às vítimas da repressão e da violência salazaristas mas parecia não afetar os que se sentiam vítimas da Revolução e da descolonização, e que, ao contrário dos anteriores, se podiam sentir representados naqueles que ocupavam o poder desde 1978, tinha como pressuposto um modelo de sociabilidade descrito como normal(izado) e adequado a um contexto democrático, no qual, aparentemente, todos aqueles que se sentiam agredidos

tanto pela ditadura como pela Revolução deveriam ser integrados, insinuando-se, portanto, a equiparação histórica entre um ciclo e o outro».³⁵³

Pode-se dizer, portanto, que, tal como no caso espanhol – em que a emergência das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista se ancorava na recusa dos discursos públicos até então dominantes e pautados pela omissão quanto a avaliações ético-políticas sobre o passado recente –, em Portugal a *rebelião da memória* de 1994 também se voltou contra a tendência de *consensualização* do passado de Revolução e de ditadura que, em grande medida, dominou o espaço público português a partir do final do período revolucionário.

5-4. Descolonização e guerra colonial: o paradoxo da (não)aceitação dos moldes em que se processou o termo do paradigma colonial

5-4.1. Das memórias da direita nacionalista à polémica da inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar

Seguindo a tendência da discussão pública sobre a Revolução e a ditadura, a questão da descolonização e guerra colonial ocupou pouco as páginas da imprensa nos anos 1980, ao contrário do que se verificou em 1994. Em 1986 o tema estava praticamente ausente dos jornais analisados.³⁵⁴ Em 1989, em colóquio na Faculdade de Direito de Lisboa, evidenciou-se a polémica e divisão de opiniões que o assunto da descolonização e guerra colonial comporta. Adriano Moreira³⁵⁵, segundo notícia do *Jornal de Notícias*, “lamentou não ter tido oportunidade de aplicar a sua ‘via reformista’, e de realizar a sua política de solução para o fim das guerras em Angola, Guiné e Moçambique, por falta de apoio”. Justificou a guerra, afirmando que Portugal não deveria ter complexos e que nos anos 1960 o país teria um “peso e um perfil histórico” a defender que havia “ultrapassado todos os regimes”. Por outro lado, sintetizou a descolonização como o “desabamento do euro-mundo” que não trouxe nada de bom: «a guerra de África ainda lá está. Nós já lá não estamos. Mas a guerra está lá no mesmo lugar». Silvino Silvério Marques³⁵⁶, que considerou “não haver

³⁵³ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 114.

³⁵⁴ Em reportagem do *Expresso* sobre o filme *Um Adeus Português* abordava-se a dificuldade em enfrentar o passado de guerra colonial: «“Um Adeus Português”: o silêncio envolvente», *Expresso, Revista*, 19 de abril de 1986, p. 56-57.

³⁵⁵ Adriano Moreira (n.1922): Advogado. Foi ministro do Ultramar entre 1961 e 1963. Após o 25 de Abril aderiu ao CDS, tendo sido presidente do partido entre 1986 e 1988, e deputado à Assembleia da República entre 1979 e 1995.

³⁵⁶ Silvino Silvério Marques (1918-2013): general do Exército. Foi governador de Cabo Verde entre 1958 e 1962 e de Angola entre 1962 e 1966. Passou à reserva em 1975.

opressão” no Estado Novo, identificou a responsabilidade da descolonização – ou seja, dos atores políticos e militares que protagonizaram o processo – pela morte de milhares de pessoas em Angola e em Moçambique. Já Pizarat Correia e Manuel Alegre atribuíram as causas da guerra à natureza do regime político: a recusa do diálogo e a resposta repressiva a todas as tentativas de negociação ensaiadas pelas elites africanas e os movimentos nacionalistas desde os anos 1950. Nos termos de Alegre: «A guerra poderia ter sido evitada. O caminho poderia ter sido outro. Mas isso passava pela mudança do regime em Portugal».³⁵⁷

Em 1989, divulgou-se em *o diário* um ponto de vista africano sobre a descolonização e guerra colonial. O encarregado de negócios de Moçambique, Daniel Eduardo Mondlane, em mensagem destinada a um espetáculo promovido pela Associação 25 de Abril no Coliseu de Lisboa, salientou a *memória da resistência*, afirmando que “o combate pelas independências em África e contra o fascismo em Portugal eram duas frentes de uma mesma batalha” e que, desta forma, o 25 de Abril era uma data “filha comum dos guerrilheiros e combatentes da clandestinidade em África e dos antifascistas e democratas portugueses”.³⁵⁸ Neste caso, segundo o ponto de vista africano, a *memória da resistência* abrange também a luta dos movimentos nacionalistas pela independência.

Em sentido semelhante, uma visão otimista sobre o 25 de Abril desde a perspetiva africana – o que implicitamente supõe uma consideração positiva da descolonização – foi manifestada pela presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Carmen Pereira, na sessão solene comemorativa do 25 de Abril no Parlamento: «queremos, em nome do povo guineense, render uma profunda homenagem ao povo português que, compreendendo a evolução irreversível da História, decidiu percorrer, com os nossos povos, um novo caminho de paz, liberdade e amizade».³⁵⁹

Por outro lado, a legitimação da guerra e condenação da descolonização constituíam abordagens recorrentes em *O Diabo*, já desde os anos 1980. Incidia-se com frequência na questão dos prejuízos patrimoniais causados aos portugueses em decorrência da descolonização, assim como numa visão patriótica e mitológica da

³⁵⁷ «Guerras nas ex-colónias continuam ainda mais violentas – opinião de Adriano Moreira», *Jornal de Notícias*, 15 de abril de 1989, p. 3. «História de um general que só deu pela guerra quando a perdeu – debate sobre a guerra colonial», *o diário*, 15 de abril de 1989, p. 9.

³⁵⁸ «25 de Abril comemora-se em oito tons de português», *o diário*, 20 de abril de 1989, p. 5.

³⁵⁹ «25 de Abril. Renovadas esperanças...», *Jornal de Notícias*, 26 de abril de 1989, p. 2.

guerra.³⁶⁰ Eram comuns ainda as difamações pessoais a propósito de críticas empreendidas por personalidades públicas ao colonialismo ou à guerra colonial.³⁶¹ Com efeito, conforme salienta Loff, desde muito cedo, ainda nos anos 1970, ganhou relevância entre as culturas políticas de direita “o seu mito explicativo da derrota política que teria forjado uma falsa derrota militar”, o que ensejava a recuperação dos argumentos negacionistas do colonialismo e o questionamento dos parâmetros da descolonização ou, até mesmo, de sua necessidade histórica:

«Muito pouco tempo passado sobre o 25 de Abril, as direitas já haviam quebrado qualquer consenso semântico, recuperando a nomenclatura salazarista *Ultramar* vs. *Colonialismo*, *Terrorismo* (ou *Campanhas de África*) vs. *Guerra Colonial*. Três anos depois do 25 de Abril, vários dos dirigentes mais destacados da ditadura começaram a fixar com toda a liberdade, em letra impressa, o discurso da *traição*, isto é, os termos que depois seriam repetidos à saciedade pelos vários segmentos da opinião conservadora portuguesa para contradizer, de maneira muito hostil, os novos termos de descrição do passado e da realidade social que tinham triunfado com a democracia, e sobretudo aqueles relativos à natureza colonial da dominação portuguesa em África, à sua inaceitabilidade e ao consequente direito à autodeterminação das populações subjugadas, à injustiça da guerra e à insustentabilidade do esforço bélico, contra os quais as direitas sabiam dispor de mais apoio na sociedade».³⁶²

³⁶⁰ Por exemplo: «Espoliados do Ultramar aguardam justiça dez anos depois», *O Diabo*, 22 de abril de 1986, p. 5. «Homenagem à memória de um combatente de África», *O Diabo*, 29 de abril de 1986, p. 9. Em artigo de João Fernandes, reivindicava-se uma política de reparação económica pelo Estado aos “espoliados do Ultramar”: «Que tipo de pessoa é o Estado?», *O Diabo*, 7 de junho de 1994, p. 2. Já em artigo de João Coito defendia-se a legitimação da guerra: «Uma carta infeliz...», *O Diabo*, 21 de março de 1989, p. 2.

³⁶¹ «O desgaste de Seabra», *O Diabo*, 13 de maio de 1986, p. 24. «Curto de nome e de ideias», *O Diabo*, 9 de maio de 1989, p. 28. Nesta rubrica centrada no ataque a Francisco Marcelo Curto, além da criminalização dos movimentos nacionalistas africanos – “o terrorismo” – a descolonização era descrita nos seguintes termos: «a retirada militar das províncias de África, imposta não pela força das armas do adversário mas apenas pela ditadura esquerdista do “25 A”, ao serviço de interesses estrangeiros». Em outra rubrica deste semanário, a difamação pessoal de Melo Antunes, sob o argumento do dramatismo da miséria das ex-colónias, ancorava-se ainda na negação do direito à independência: «Antunes é a capa e entrevista de fundo da revista do *Público*. E fala, fala, enquanto milhares e milhares de mortos se sucedem de Timor a Angola, como se nada disso fosse com ele. Lemos a coisa em parte. Até ao primeiro vômito. Mas ainda deu para perceber que o tipo continua a fazer passar, sem obstáculo, a vigarice e a contradição do falso binómio chamado “direito à autodeterminação e independência”. Porque não “autodeterminação e federação”? Porque não a autodeterminação a gerar outro estatuto, idêntico ao da autonomia dos Açores e da Madeira que, como se sabe hoje, vários territórios ex-portugueses gostariam de ter?» «O revivalismo da traição», *O Diabo*, 11 de janeiro de 1994, p. 28.

³⁶² LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 51-52.

Pode-se afirmar que para certos setores das culturas políticas de direita³⁶³ o reverso da visão idílica e nacionalista sobre a guerra colonial é a criminalização da descolonização sob o argumento dos mortos e espoliados que do processo teriam decorrido. Trata-se de opiniões agressivas e rancorosas em relação aos protagonistas da Revolução e da descolonização, e incapazes da mínima empatia com o lado africano da situação. Em artigo de João Coito evidenciavam-se estes dois âmbitos da memória da direita, a mitificação da guerra e a condenação da descolonização: «Foi também há 15 anos, na madrugada do dia 25 de Abril, que, em poucas horas, por obra dos soldados que tinham jurado defender com a vida a inteireza de Portugal, ruiu a Pátria construída com o sangue e o sacrifício heróico de gerações e gerações dos nossos maiores... (...) Basta-me recordar que, em Moçambique, já morreram mais de meio milhão de pessoas e que há mais de quatro milhões de desalojados. E quantos morreram em Angola?.. E quantos foram assassinados na Guiné?.. Alguém, nesta desastrada, iníqua e ilegítima descolonização, feita à revelia do programa do MFA, se autodeterminou?.. Não tenham dúvidas. A posição dos descolonizadores na História vai ser a de cangalheiros da Pátria. As páginas que eles escreveram escorrem sangue que clama por justiça. Não há cemitérios que apaguem e aniquilem o colossal drama português...»³⁶⁴ Com efeito, uma tal perspetiva sobre a descolonização supõe a assunção dos mitos colonialistas. Em outro artigo, João Coito lamentava que “vai-se ao ponto de chamar ‘nazis’ ou ‘fascistas’ aos que defendem que Portugal desempenhava uma missão histórica e aos que alegam que o Ultramar, se não fosse o terrorismo externo, continuaria português e em paz”.³⁶⁵

Não deixa de ser contraditório o contraste entre a insensibilidade destes relatos para o drama africano da guerra colonial e o recurso ao argumento da miséria e morte que continuaram a assolar as ex-colónias como forma de criminalizar a descolonização – e como se este ambiente da tragédia africana fosse uma inovação do contexto pós-1974, alheio à realidade anterior de guerra e colonização. João Fernandes desenvolveu este aspeto, que significava também a condenação extrema da Revolução: «A maior tragédia do 25 de Abril foi o Ultramar. É o Ultramar que torna caricato chamar ao 25 de

³⁶³ Aqueles que António Araújo identifica como a “direita nacionalista” ou a “direita ultramontana e tradicionalista, nostálgica do salazarismo”. Cf. ARAÚJO, *op. cit.*

³⁶⁴ «Cangalheiros da Pátria», *O Diabo*, 3 de maio de 1989, p. 2.

³⁶⁵ «Basta de hipocrisia!...», *O Diabo*, 27 de junho de 1989, p. 2. Em rubrica a respeito da situação de Timor Leste, reproduziam-se os mitos do colonialismo ao se afirmar que “[j]ulgá-los [aos culpados pela descolonização] continua a ser impossível apesar de responsáveis por dezenas (centenas) de milhar de mortos, pela amputação miserável de mais um pedaço de território nacional”: «Covardes e Pilatos», *O Diabo*, 7 de março de 1989, p. 32.

Abril “a Revolução sem sangue”. Dois países africanos de enorme potencial e com infra-estruturas muito superiores às dos seus congéneres têm vivido num permanente banho de sangue, sofrido uma penúria confrangedora, visto destruídas as suas mais legítimas e mínimas ambições, devido à inconsciência, à revoltante cobardia, a total falta de responsabilidade gerada pelo 25 de Abril. Aos duzentos mil mortos de Timor há que juntar as centenas de milhar que morreram em Angola, em Moçambique, na Guiné e, embora em menor escala, em São Tomé e Cabo Verde devido à então chamada (já hoje ninguém tem coragem para o dizer) “Descolonização Exemplar”. (...) [O] 25 de Abril está diabolicamente vivo em África e em Timor. Surge quase todos os dias fotografado naquelas crianças esqueléticas morrendo de fome, em Moçambique. Espreita, matreiro, por detrás de cada fuzil empunhado em Angola. Refulge no sinistro silêncio que pesa sobre Timor. O feriadinho simpático de hoje, com os meninos e as meninas a correrem por essas vilas e aldeias e gente pançada a dizer banalidades iguais às do 28 de Maio em sessões solenes, já não me causa qualquer incómodo. É apenas mais uma das romarias portuguesas. O outro, o sinistro, o que co-responsabiliza todo um povo e cheira a morte e desespero, esse não o esqueço. Nem o perdoó». ³⁶⁶

Em 1994, a questão da descolonização e guerra colonial tornou-se objeto de discussão pública desde princípios do ano, com a inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, em 15 de janeiro. A efeméride foi dominada pela polémica, com a denúncia por parte de personalidades militares e civis dos seus propósitos saudosistas e legitimadores da política colonial. Pertenciam à comissão executiva do monumento – constituída em 1987 – a Liga dos Combatentes, a Sociedade de Geografia, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a Associação de Comandos, a Associação dos Combatentes do Ultramar, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a Associação da Força Aérea e a Associação dos Especialistas da Força Aérea.

A Associação 25 de Abril recusou o convite da Associação dos Deficientes das Forças Armadas para assistir às cerimónias de inauguração, evocando a conotação

³⁶⁶ «O outro 25 de Abril», *O Diabo*, 25 de abril de 1989, p. 2. Em rubrica de *O Diabo* a propósito da campanha *ÁfricAmiga*, enfatizava-se o drama da miséria africana como consequência da descolonização: «África que foi portuguesa e hoje se encontra reduzida a destroços ensanguentados, fruto das “independências” forjadas pelos libertadores de Abril». «ÁfricAmiga», *O Diabo*, 15 de fevereiro de 1994, p. 32. Numa carta de leitor manifestava-se explicitamente a comparação entre o contexto pós-descolonização e a guerra colonial, enfatizando-se a maior gravidade do primeiro: «Angola e Moçambique nunca devem ter tido tantos mortos como depois da descolonização, e falam eles da guerra colonial. Foi uma brincadeira, comparada com a tragédia que hoje se vive nesses países». «Timor e Abril», *O Diabo*, caderno *Diabíssimo*, 3 de maio de 1989, p. XIV.

atribuída ao monumento: «[o] facto de o referido monumento ter vindo a assumir uma imagem nada de acordo com o espírito do 25 de Abril – enformado pela liberdade, pela democracia e pela aceitação do direito inalienável dos povos à sua própria liberdade, independência e auto determinação. Pelo contrário, a imagem que se pretendeu e vem conseguindo criar é a de um monumento passadista, saudosista, que procura mais justificar a guerra colonial e a teimosia dos que a impuseram, do que a abnegação, a valentia e o patriotismo dos que a fizeram e aí sofreram, se deficientaram ou perderam a vida. Que procura mais transmitir a imagem de condenação a um pretenso abandono do Ultramar, a uma pretensa traição à Pátria, à defesa de um belicismo “heróico e patriótico”, do que a abnegação, a valentia e o patriotismo dos que souberam compreender a verdadeira natureza e razão de ser das forças armadas, libertaram os portugueses da ditadura, ajudaram a libertar os povos colonizados e abriram caminho a um bom relacionamento entre Portugal e os novos países de expressão oficial portuguesa». Mencionava-se ainda que desde o início do processo a comissão executiva do monumento teria recusado o envolvimento de certas organizações – como a própria Associação 25 de Abril, o Clube Militar Naval, a Associação Nacional de Sargentos, o Clube de Sargentos da Aeronáutica, o Clube de Sargentos do Exército, o Clube de Praças da Armada – e recusado ainda a proposta feita pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas para que a Associação 25 de Abril fosse convidada de honra da inauguração. Criticava-se também, com base nesta mesma lógica discriminatória, o convite dirigido a Spínola, mas não a Costa Gomes.

Neste sentido, em moção aprovada pela Associação 25 de Abril questionava-se o significado do monumento: «A A25A, reconhecendo que é da mais elementar justiça uma homenagem nacional ao combatente português, denuncia a ilegitimidade da instrumentalização, que vem sendo feita, da generosidade com que centenas de milhares de portugueses se bateram na guerra colonial para, em última análise, enaltecerem não o sacrifício dos combatentes mas a própria guerra em si e, através dela, o regime derrubado pelo 25 de Abril. De facto, o sentido que se pretendeu transmitir à cerimónia e à própria edificação do “monumento” mais não é do que a recuperação das intenções que estiveram na base da convocação do pretenso “Congresso dos Combatentes do Ultramar”, em 1 de Junho de 1973³⁶⁷, que nós já então denunciámos e rejeitámos».³⁶⁸

³⁶⁷ O “Congresso dos Combatentes do Ultramar”, estruturado em torno do lema “Não seremos a geração da traição” e em cuja organização participaram membros do governo de Caetano, sofreu direta

Segundo uma notícia do *Expresso*, o general Altino de Magalhães, presidente da Liga dos Combatentes, justificou a opção de não se convidar Costa Gomes para a cerimónia de inauguração pela sua atuação em organizações de carácter político, como o Conselho Mundial para a Paz. No entanto, de acordo com a mesma notícia, este argumento já tinha sido contestado por personalidades de vários âmbitos políticos e ideológicos, que afirmaram que havia muitos convidados, sobretudo dos setores mais reacionários, que vinham fazendo política e que nem por isso deixaram de receber convites. Ainda segundo informação do *Expresso*, o ministro da Defesa, Fernando Nogueira³⁶⁹, teria afirmado em seu discurso que o monumento não era “uma homenagem a uma época ou a um regime”, ou “uma homenagem a uma guerra ou a um conflito”; “é simplesmente uma homenagem à Pátria e àqueles que se encontram entre os seus melhores servidores: os combatentes de ontem, de hoje e de sempre”. “O que hoje presenciamos é, antes de mais, um encontro de Portugal consigo próprio e com os seus valores mais genuínos e universais”³⁷⁰ – afirmou o ministro, reiterando o esforço de conferir um pretenso significado assético ao monumento.

A inauguração contou com a presença de numerosos membros do Governo e representantes diplomáticos, além do primeiro-ministro e do presidente da República, tendo-se destacado a vaia dirigida a Mário Soares. A presença de Mário Soares foi ainda aludida, indireta ou diretamente, pelo general Kaúlza de Arriaga³⁷¹ e pelo coronel Rodrigo da Silveira para justificar as suas ausências na cerimónia. Em cartas reproduzidas em *O Diabo* condenaram a descolonização, e denunciaram a responsabilidade de Soares no processo, considerando-a “pura entrega ao inimigo” e uma liquidação de “tantos séculos de gloriosa história nacional”, com “tão trágicas consequências” para tantos portugueses e “para as actuais populações de todo o ex-

contestação, especialmente por parte de oficiais que se encontravam mobilizados na Guiné. Foram recolhidas mais de 400 assinaturas de oficiais que recusavam a legitimidade do Congresso.

³⁶⁸ «Monumento aos combatentes do Ultramar», *O Referencial*, janeiro a março 1994, p. 15. «Associação 25 de Abril contesta significado do monumento aos combatentes», *Jornal de Notícias*, 18 de janeiro de 1994, p. 3.

³⁶⁹ Fernando Nogueira (n.1950): Advogado; político do PSD. Exerceu vários cargos ministeriais durante o governo Cavaco Silva: ministro adjunto e para os Assuntos Parlamentares (1985-1987), ministro da Justiça (1987-1991), ministro da Presidência e ministro da Defesa Nacional (1987-1995).

³⁷⁰ «Presidente escandaliza esquerda e direita – Inauguração do Monumento aos Combatentes»; «Combatentes convidam Spínola mas ignoram Costa Gomes», *Expresso*, 15 de janeiro de 1994, p. 1, 3.

³⁷¹ Kaúlza de Arriaga (1915-2004): Militar. Foi Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique durante a guerra colonial. Nos meses que precederam o 25 de Abril mobilizou-se pela liderança de um golpe de direita, tentando nomeadamente influenciar o Movimento dos Capitães neste sentido. Após o 25 de Abril foi passado à reserva. Foi preso após o 28 de setembro de 1974 até janeiro de 1976. Em 1977 fundou o Movimento para a Independência e Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa (MIRN), que se tornou partido político em 1979 e foi dissolvido em 1984.

ultramar português”, transformado em “espaços de fome, doença, mutilação e morte”.³⁷²

É possível considerar-se que o carácter nacionalista da maioria das associações militares que estiveram à frente do projeto do Monumento aos Combatentes do Ultramar lhe imprimiu um sentido de exaltação patriótica da guerra colonial, o que implicava a negação do colonialismo. Trata-se de relatos memoriais cultivados não apenas por amplos setores de ex-combatentes mais conservadores ou menos politizados, mas também pela própria hierarquia militar. Segundo Loff, “[a] hierarquia militar que toma conta das Forças Armadas depois da eleição de Eanes, no verão de 1976, adotou sem complexos um discurso revisionista sobre o colonialismo e a Guerra Colonial”.³⁷³ Para além da esfera militar, trata-se igualmente da memória coletiva de certos setores das culturas políticas de direita e extrema-direita, que se sentiam politicamente representados pelo governo Cavaco Silva – em cuja vigência, justamente, se concebeu e levou a cabo a constituição deste monumento, que pode ser considerado como uma política de memória expressiva do *revisionismo histórico* a respeito da guerra colonial.

Em artigo de João Fernandes, aprovava-se a atitude de hostilidade em relação à Soares, argumentando-se a partir do parâmetro da legitimidade da guerra – e, implicitamente, do colonialismo: «há cicatrizes profundas que ainda não sararam. E que alguns dos que, no sábado, foram gritar do seu desagrado de o ver ali, estiveram a combater no ultramar por convicção. Ou tiveram filhos ou irmãos que lá ficaram, custando-lhes aceitar que o sacrifício tenha sido a troco de nada. Porque custa aceitar uma coisa dessas. E custa ainda mais quando se tem a sensação de que até um simples acto de justiça mínima como aquele é perturbado pela presença de pessoas que não os entenderam». ³⁷⁴ Em sentido semelhante, Nuno Rogeiro manifestou compreensão pela recusa dos ex-combatentes em aceitar a presença de Soares, o que supunha a assunção dos mitos colonialistas: «É compreensível que militares que tenham sentido na carne a dor de uma paz e de uma guerra traídas, ou tidas depois como inúteis, ou sabotadas por políticos e empresários, não esqueçam os que entendem ainda como adversários. É compreensível que não queiram estar presentes junto de pessoas que olham, directa ou indirectamente, como responsáveis pelas mortes dos homens que comandavam ou dos

³⁷² «Ausências...», *O Diabo*, 11 de janeiro de 1994, p. 19.

³⁷³ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 60.

³⁷⁴ «Mas afinal valeu a pena?», *O Diabo*, 18 de janeiro de 1994, p. 2.

camaradas que respeitavam. (...) E é compreensível que os que fizeram uma guerra com amor, e quiseram ajudar a desenvolver uma parte de Portugal potencialmente próspera, mas atrasada, olhem no actual presidente, enquanto político partidário, um homem que ajudou a deitar por terra muito desse esforço, legando miséria e destruição aos presumíveis libertados».³⁷⁵

Em outro artigo de Nuno Rogeiro a propósito do monumento – este publicado em *O Diabo* –, reivindicava-se a reconciliação da nação com aqueles que “apenas cometeram o pecado de defenderem a sua ideia”. Desta forma, defendiam-se argumentos legitimadores da guerra, pretendendo-se subtrair-lhes o seu carácter político: «Ora este é um monumento à sinceridade, e não à ocultação. É um monumento a todos os que fizeram uma guerra mais para salvar os bens de outros do que o seu próprio. Que a fizeram porque acreditavam no dever do Dever e no serviço do Serviço. (...) E havia em Portugal um nacionalismo e um patriotismo que nunca se confundiram com líderes episódicos ou momentâneos. O monumento é também para eles: combatendo em África, não eram gladiadores da burguesia nem pretorianos do Dr. Salazar, mas soldados do povo português».³⁷⁶ No mesmo sentido posicionava-se Alberto João Jardim, também a respeito do monumento, alegando ainda que a guerra pretendia beneficiar as populações das colónias: «Portugal não tem de se arrepender da sua presença em África. Não fomos colonizador despótico (...). Não existe maior prova de solidariedade para com as populações que falam a língua comum, do que este sacrifício, até ser encontrada uma solução política, quer em Lisboa quer nos outros territórios. Se a solução encontrada foi péssima e criminosa, todos sabemos quem são os responsáveis».³⁷⁷

Pode-se dizer que subjacente aos argumentos da criminalização da descolonização e da legitimidade da guerra colonial se encontra a percepção da validade do colonialismo português ou, ao menos, da validade dos privilégios socioeconómicos de que beneficiavam os colonos – e que se entendia que deveriam ter sido preservados

³⁷⁵ «Soares e os combatentes», *Jornal de Notícias*, 14 de janeiro de 1994, p. 4. Em rubrica de *O Diabo* conferia-se destaque a uma carta de leitor que justificava o desprezo pela figura de Mário Soares, condenando-o por ter apoiado “os movimentos que combatiam os soldados portugueses”: «Uma carta combatente», *O Diabo*, 25 de Janeiro de 1994, p. 6. Em outra carta de leitor, demonstrava-se indignação pela presença na inauguração do monumento de “personagens sinistras” responsáveis pelo “abandono cobarde e irresponsável do ultramar aos tubarões do marxismo internacional”, o que se considerava “um insulto e afronta à memória daqueles que tombaram ao serviço da Pátria!”. «Os culpados continuam impunes», *O Diabo*, 22 de março de 1994, p. 24.

³⁷⁶ «A luz e as trevas», *O Diabo*, 18 de janeiro de 1994, p. 9.

³⁷⁷ «As legiões e o Estado», *O Diabo*, 25 de janeiro de 1994, p. 3.

–, uma perspetiva a tal ponto naturalizada pelas culturas políticas de direita que a questão colonial nem sequer chega a ser diretamente abordada. É possível considerar ainda que este aspeto, ou seja, a dificuldade de refletir-se criticamente sobre o carácter do colonialismo português, constitui o pilar que confere aos discursos *revisionistas* sobre a descolonização um amplo eco na sociedade, para além dos limites das culturas políticas de direita e extrema-direita. Se, no caso da memória da Revolução, a radicalização revolucionária significa o elo que aproxima culturas políticas de direita e de centro-esquerda no sentido da condenação deste processo histórico, no caso da avaliação sobre a descolonização trata-se da negação do carácter opressivo – para além de anacrónico, no contexto de meados dos anos 1970 – do colonialismo português moderno. Por outras palavras, o considerável grau de penetração do *revisionismo histórico* na memória da descolonização assenta numa perceção identitária partilhada por extensos setores sociopolíticos, segundo a qual se questiona o termo do ciclo histórico colonial nas condições proporcionadas pela conjuntura revolucionária. Com efeito, o argumento das perdas patrimoniais de ex-colonos desconsidera a estrutura social colonialista na qual estas pessoas estavam inseridas, fossem colonos de primeira, segunda, terceira ou quarta geração. O facto de serem ou não politizados ou de exercerem ou participarem de forma mais ou menos direta na opressão contra os povos africanos não interfere no cerne da organização estrutural das sociedades coloniais.

Por outro lado, rejeitam estas perspetivas *revisionistas* sobre o universo colonial as culturas políticas de esquerda, e particularmente os militares que integraram o MFA e que participam na Associação 25 de Abril. Em editorial de *O Referencial*, da autoria de Pizarat Correia, denunciou-se o objetivo dos defensores do monumento em exaltar e a política do colonialismo português e a guerra, “identificando-a com os superiores interesses e objectivos nacionais, com um conceito de pátria e de povo que constituíam a bandeira do regime derrubado em 25 de Abril de 1974”. Neste sentido, desconstruía-se a justificação da agressividade em relação a Mário Soares: «Antes do 25 de Abril o cidadão e político oposicionista Mário Soares, hoje Presidente da República, esteve abertamente contra a política e a guerra colonial, e disso tem fartos motivos de orgulho, mas nunca contra os combatentes. Quando se mobilizam os manifestantes para hostilizarem o Dr. Mário Soares, porque estivera “do outro lado da barricada”, é porque era a guerra colonial que definia a barricada, uma vez que era em relação à guerra colonial que o Dr. Mário Soares estava “do outro lado”; em oposição aos apologistas da ditadura colonial».

Finalmente, desmontavam-se os principais argumentos utilizados para defender a legitimação da guerra e condenação da descolonização: «Há hoje quem pretenda contornar a condenação da guerra, enquanto tal, separando-a do regime que ela servia e dos objectivos políticos que visava. Fazia-se a guerra, dizem, em nome da pátria, e não em nome do regime. Como se a guerra não fosse, por definição, um instrumento da política. (...) Justificam outros a guerra colonial invocando o paralelismo histórico do factor colonial, no empenhamento dos republicanos e democratas na Grande Guerra de 1914-18. Ignorância ou manipulação intencional, associam situações distintas, porque respeitam a fenómenos diferenciados. Em 1914-18 tratava-se de defender as colónias contra apetites expansionistas de outras potências coloniais, numa época em que a descolonização africana ainda não se colocava. Em 1961-74, pelo contrário, foi uma guerra contra o direito dos povos à sua autodeterminação e independência, uma guerra contra o fenómeno descolonizador que se estendera a toda a África e era apoiado em todas as instâncias internacionais, uma guerra que tinha, como efeito subsidiário, a manutenção da ditadura que subjugava o povo português. Foi a estes “valores” que se pretendeu erigir o monumento junto ao forte do Bom-Sucesso. Utilizou-se a memória dos combatentes, dos mutilados e dos mortos, para enaltecer a guerra colonial, o regime colonial, a ditadura salazarista, para ofender o 25 de Abril».³⁷⁸

No mesmo sentido, Fernando Rosas denunciou a falsidade da alegação de que o monumento pretendia “homenagear as vítimas da guerra colonial em si mesmas, independentemente de qualquer juízo de valor sobre o regime e a política que o manteve”, e esclareceu sobre o seu alcance ideológico: «usar o forte poder simbólico dos mortos de guerra, dos caídos em combate, para fazer a apologia da guerra colonial como esforço heróico e patriótico, da “política colonial” e do regime que a promoveram e, por consequência, verberar os “traidores” que, após Abril de 1974, puseram termo à guerra e descolonizaram». Rosas denunciou especialmente a transigência e participação do Estado em semelhante operação de recuperação do colonialismo: «Tratou-se de uma manifestação de colonialismo seródio a que lamentavelmente o Estado democrático deu a sua chancela através da presença de todos os seus mais altos dignatários. (...) Isto é, o Estado deixou que os saudosistas do colonialismo, do salazarismo e da guerra se apropriassem da memória dos mortos (...). Do mesmo passo se esquecendo da sua própria memória histórica, ou seja, que deve o seu começo de existência, como regime

³⁷⁸ «Editorial», *O Referencial*, janeiro a março de 1994, p. 1, 20.

democrático, a um movimento de recusa da guerra e do regime que a conduzia, partindo de valores que são contrários àqueles sobre os quais se erigiu a presente estátua».³⁷⁹

Já em artigo de Miguel Vale de Almeida, a crítica recaiu na perda de uma oportunidade histórica para erigir um monumento em que se homenageassem os mortos de ambos os lados da guerra: «Se o tivesse feito, a guerra colonial ficaria perspectivada como acontecimento histórico que ninguém desejaria que acontecesse outra vez. Ao homenagear apenas os soldados portugueses, a mensagem do monumento passa a ser um elogio belicista, nacionalista».³⁸⁰ É interessante notar a semelhança desta argumentação com as *memórias da reconciliação* espanholas, que se pautavam pelo cuidado de evitar o estabelecimento de apreciações ético-políticas acerca do passado de guerra civil. Com efeito, pode-se dizer que o Monumento aos Combatentes do Ultramar expressou um posicionamento ético-político específico sobre a guerra colonial: tratou-se de um *lugar de memória* representativo de setores das culturas políticas de direita e extrema-direita, que convergem nos discursos memoriais reabilitadores da política colonialista. Se tal não é o caso das culturas políticas moderadas – de centro-direita e centro-esquerda –, um patamar comum encontra-se na condenação da descolonização.

Para situar a abrangência e os limites entre os discursos memoriais *branqueadores* da guerra colonial e do colonialismo e as memórias baseadas na condenação da descolonização, é importante refletir inicialmente sobre o consenso entre as culturas políticas de direita, até ao 25 de Abril, quanto à defesa da ideia de *Império português*. Conforme sublinha Jaime Nogueira Pinto:

«A questão do Portugal transeuropeu e do seu fim territorial era o denominador comum da Direita, o ponto de unidade. Porque nisso, todos, desde os monárquicos liberais anti-salazaristas até aos salazaristas mais ortodoxos, estavam de acordo. E também os marcelistas e as direitas revolucionárias».³⁸¹

No que diz respeito à memória sobre este passado elaborada já no contexto democrático, os discursos *branqueadores* da guerra colonial restringem-se, especialmente, a setores das culturas políticas de direita mais identificados com uma

³⁷⁹ «Em nome dos mortos», *Público*, 18 de janeiro de 1994, p. 17. Em sentido semelhante, Miguel Sousa Tavares denunciou os propósitos da “extrema-direita saudosista” no sentido de reabilitar o passado ditatorial: «Quatro causas perdidas», *Público*, 21 de janeiro de 1994, p. 15.

³⁸⁰ «Contingências», *Público*, 30 de janeiro de 1994, p. 20.

³⁸¹ PINTO, *op. cit.*, p. 369.

direita nacionalista, que coincidem na defesa de uma direta reabilitação do Estado Novo, com a ênfase nos elogios ao regime e a Salazar. Já os demais setores da direita – assim como parte do centro-esquerda – partilham com esta direita nacionalista interpretações que condenam/criminalizam a descolonização. Para estes setores, se o termo do Império colonial português é entendido como uma necessidade histórica, a rápida descolonização que se realizou – incapaz de resguardar os bens e o status dos privilégios de que gozavam os portugueses nas colónias – é lida como um *desastre* ou uma *tragédia*. Pode-se dizer, portanto, que as leituras *revisionistas* sobre a descolonização se localizam entre a recusa da aceitação do fim do ciclo colonial e a recusa da radical mudança de paradigma que representou o processo de descolonização – no contexto histórico da Revolução – e que significou a perda do status socioeconómico privilegiado dos portugueses nas ex-colónias.

5-4.2. O debate mediático de 1994 e a divisão de opiniões a propósito da descolonização: *revisionismo histórico*; ambiguidade e *eclipse* da questão colonial

A complexidade da problemática da descolonização e a dificuldade dos portugueses em enfrentar este passado pode ser ilustrada pela ambiguidade evidente em muitos posicionamentos sobre a questão, em que a condenação do processo se mostra compatível com a crítica e responsabilização do Estado Novo pelo prolongamento da guerra, assim como com o reconhecimento da legitimidade da autodeterminação dos povos africanos. Pacheco Pereira, por exemplo, pronunciando-se sobre a decisão de Mário Soares de acudir à inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, repreendeu o desenlace do processo de descolonização, apesar de reconhecer a sua necessidade histórica e as responsabilidades primárias do Estado Novo: «A legitimidade do regime pós-25 de Abril inclui entre os seus pilares a descolonização e sem ela a democracia não seria possível. O facto de a descolonização ter sido mal conduzida implica responsabilidades a serem averiguadas. Mas estas têm de começar pelo regime de Salazar e de Marcello e só após isso podem chegar aos políticos democráticos do pós-25 de Abril, cuja responsabilidade é sempre menor, dado que a sua margem de manobra, após mais de 10 anos de guerra, era pequena».³⁸²

³⁸² «O discurso sobre a “guerra colonial”», *Expresso*, 22 de janeiro de 1994, p. 17. Em sentido semelhante, argumentava-se numa carta de leitor a propósito do monumento; apesar da denúncia inicial quanto à recusa do Estado Novo em negociar a descolonização com os dirigentes africanos, o que teria impossibilitado que o processo tivesse sido exemplar, ainda assim se condenava a descolonização efetivada, sob o pano de fundo de uma consciência paternalista/colonialista segundo a qual caberia

É também uma opinião ambígua, que evita expressar posicionamentos ético-políticos a respeito da guerra, a que se evidenciava em artigo de Maria João Avillez³⁸³ a propósito da inauguração do monumento. Primeiramente se destacava a perspectiva dos ex-combatentes, criticando-se que a abordagem da situação tivesse necessariamente que passar por um viés político: «Fartos de se ver retratados como o instrumento do “colonialismo salazarista” ou mesmo como uma espécie de soldados perdidos ou de homens desgarrados. A maioria teria pouco mais de vinte anos quando rumou a África e não terá, na ocasião, feito grandes equações políticas. Uns iam porque iam, outros iam porque temiam ainda mais ser olhados como cobardes. Mas houve quem fosse por princípio ou coerência e houve até quem fosse por vontade. Conheço muitos casos. Exactamente do mesmo modo como houve quem tivesse feito o contrário: por princípio e coerência, disseram não, exilaram-se, emigraram. Também conheço muitos casos. Mas a maioria foi, a maioria voltou. Uma longa história, esta. Começa talvez a ser o momento senão de a contar, pelo menos de a compreender, quanto mais não seja para a enfrentar (...). Ou iremos envelhecer a ouvir dizer, a ler e a ver que a guerra de África de 61-74 foi para uns, exclusivamente, a cruzada idílica pela defesa da civilização ocidental, e para outros – com igual grau de fervente cegueira – um Vietname africano e colonialista? A ouvir clamar (até quando?) que o país estava, nessa longínqua década de 60, todo entusiasticamente do lado da guerra ou todo ferozmente contra?»

A partir de um tal ponto de vista que evitava a apreciação ético-política da guerra, sugeria-se, porém, uma condenação ético-política da descolonização: «Mas isto de vir decidir, como se tem feito, imparavelmente, desde há mais de vinte anos, da “justiça” das guerras (e a falar em nome desses mortos), como pretende uma grande parte da esquerda, coloca de imediato duas questões. Primeiro: há guerras “justas”? (...) Segundo: a saída de Portugal das terras africanas para a dialéctica da guerra fria e para o solo dos regimes marxistas que se traduziram em atrasos e regressões nas pessoas e nos lugares que elas habitavam... foi um saldo “justo”? Que ponto de honra é este?»³⁸⁴ É interessante notar que a ambiguidade de tais interpretações das culturas políticas moderadas assenta no contraste entre as opções por eludir as avaliações ético-políticas sobre a guerra e/ou por criticar a política colonialista do Estado Novo e a

unicamente aos portugueses o controlo do processo: «Mas a ditadura de 1926-1974 não desculpa a descolonização apressada de 1975, não referendada pelo povo português e levada a cabo por homens, alguns de espírito generoso e outros lunáticos e irresponsáveis, desejosos de apagar “a nódoa colonial”». «A propósito dos combatentes do Ultramar», *Público*, 29 de janeiro de 1994, p. 14.

³⁸³ Maria João Avillez (n.1945): Jornalista e escritora.

³⁸⁴ «Portugal “democrático” ou “inconsolável”?», *Público magazine*, 23 de janeiro de 1994, p. 6.

direta condenação da descolonização. Deve-se sublinhar ainda que também no caso da descolonização – tal qual o período revolucionário – as opiniões que condenam o processo com frequência se amparam em juízos anticomunistas.

Com efeito, as sondagens de opinião ratificam a divisão dos portugueses em relação ao processo de descolonização. Em 1989, 35,3% dos entrevistados consideravam a descolonização uma consequência negativa do 25 de Abril, enquanto 34,2% consideravam-na uma consequência positiva, e 30,5% não sabiam ou não responderam. Tal divisão manifestava-se igualmente entre os jovens (grupo etário dos 15 aos 24 anos, portanto, indivíduos que viveram o 25 de Abril na infância): para 29,3% a descolonização fora uma consequência negativa e para 30,6%, positiva. O grupo etário dos 35 aos 44 anos – indivíduos que tinham entre 20 e 29 anos no 25 de Abril – era aquele que apresentava a visão mais favorável sobre o tema: para 41,4% a descolonização tinha sido uma consequência positiva do 25 de Abril. Ao passo que no grupo dos 45 aos 54 anos – indivíduos que tinham entre 30 e 39 anos no 25 de Abril – 41,7% consideravam o processo uma consequência negativa. A sondagem indicou ainda que as classes alta e baixa eram as mais desconfiadas em relação ao processo de descolonização: para 47,5% dos indivíduos situados na classe alta e média alta e 41,5% dos da classe baixa, tratou-se de uma consequência negativa do 25 de Abril. É significativo ainda que entre os entrevistados apenas 2,3% tivessem associado o 25 de Abril ao fim da guerra colonial.³⁸⁵ Ou seja, pode-se afirmar que também a memória da descolonização funciona com um *eclipse* para a memória da guerra colonial: a ambiguidade em relação à apreciação do processo de descolonização, e mesmo a clara suscetibilidade à sua condenação, manifestam-se a par da omissão acerca da problemática da guerra colonial. Por outras palavras, elude-se o facto histórico de que o 25 de Abril se fez fundamentalmente para pôr termo à guerra colonial – desconsideração histórica esta que favorece os juízos condenatórios da descolonização. Ilustrando esta constatação, uma sondagem de 1994 indicava que os portugueses inquiridos consideravam as liberdades democráticas como o melhor dos últimos vinte anos e a descolonização como o pior³⁸⁶ – aparente contrassenso, que denota que a apreciação da descolonização em geral é feita de forma isolada dos antecedentes e demais circunstâncias históricas, como a guerra colonial e a Revolução.

³⁸⁵ «Lisboetas consideram negativo... Descolonização – o que nos divide...», *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1989, p. 3.

³⁸⁶ «Portugueses examinam o pós-25 de Abril», *Público*, 24 de abril de 1994, p. 2, 3.

Em outra sondagem, demonstrava-se que as opiniões desfavoráveis à descolonização teriam aumentado entre o décimo e o vigésimo aniversário do 25 de Abril: 69,2 dos entrevistados afirmavam concordar com a descolonização em 1984, percentagem que passara a 60,1% em 1994, enquanto a proporção dos que não concordavam aumentara de 21,9% para 33,6%. Quanto ao acerto da concretização do processo, 13,5% em 1984 e 15,4% em 1994 consideravam a descolonização “bem concretizada”, enquanto 73,2% em 1984 e 74,4% em 1994 consideravam-na “mal concretizada”.³⁸⁷ Evidencia-se, portanto, um paradoxo no seio da ambiguidade com que os portugueses tendem a encarar a descolonização: para além da tendência crescente a condenar diretamente o processo, significativa parcela daqueles reconhecem a sua legitimidade, inevitabilidade e a responsabilidade da ditadura pelo seu atraso rejeita, ainda assim, a maneira como foi levado a cabo. O que pressupõe a desconsideração sobre as circunstâncias históricas do colonialismo e da guerra colonial. Conforme sustenta Loff:

«Esta permaneceu até hoje a principal contradição na memória coletiva portuguesa da ditadura, normalmente em correlação direta com a perceção dos anos revolucionários de 1974-76. A libertação surgiu como resultado direto de um conflito que os portugueses não sabem explicar (...). A Guerra Colonial, neste sentido, tornou-se, ou é-o ainda, indecifrável. Assim, uma perceção claramente negativa da opressão política e social sofrida sob a ditadura, e até uma interpretação do breve período revolucionário como processo de libertação individual e coletiva, coexistem com um entendimento negativo do processo de descolonização, que leva uma grande parte da sociedade a justificar e a aceitar os motivos de Salazar para empurrar Portugal para o seu momento histórico mais trágico – os treze anos de Guerra Colonial».³⁸⁸

Pode-se afirmar, neste sentido, que a condenação da descolonização constitui o elemento que aproxima opiniões de extrema-direita – para as quais a rejeição deste processo é apenas mais uma decorrência lógica da assunção da legitimidade de todo o imaginário nacionalista e a política colonialista do Estado Novo – e de amplos setores sociais que, ao criminalizar igualmente a forma como a descolonização foi feita, sinalizam o legado do imaginário cultural colonialista: trata-se, com efeito, da negação em aceitar que não era possível salvaguardar os bens materiais dos colonos

³⁸⁷ «Sondagem – 25 de Abril? Claro que sim!», *Visão*, 21 de abril de 1994, p. 52-55.

³⁸⁸ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 54-55.

portugueses, cuja situação de privilégios – nas circunstâncias da Revolução e diante da urgência, atraso e legitimidade histórica dos processos de descolonização – deixara de existir. Enquanto as culturas políticas de extrema-direita defendem abertamente os mitos colonialistas – e, portanto, a legitimação da guerra e o carácter absurdo da descolonização –, setores mais moderados da direita e alguns setores do centro-esquerda expressam uma argumentação ambígua que, em teoria, reconhece a necessidade e a justeza da descolonização, por cujo atraso responsabilizam fundamentalmente os líderes da ditadura; contudo, na avaliação prática da descolonização que efetivamente se fez, condenam o processo, condenação que se ampara numa omissão ético-política em relação ao contexto da guerra colonial.

Em 1994, os programas televisivos suscitaram também a discussão pública da descolonização. Para as culturas políticas mais conservadoras, especialmente representadas em *O Diabo*, tratou-se de mais um pretexto para manifestar os pontos de vista que sempre difundiram, ou seja, a criminalização da descolonização com base na defesa da mentalidade e da política colonialistas: omissão quanto ao carácter político e repressivo do regime; omissão do lado africano da guerra; negação da legitimidade das independências; ênfase nas perdas materiais dos colonos portugueses e na continuação de guerras civis nos anos posteriores à descolonização. João Coito, em alusão a um programa da SIC sobre a guerra colonial, reiterou as teses colonialistas: «Depois do debate, fiquei com a certeza mais certa das causas destes “vinte anos de silêncio”. É que nada há que possa explicar, e muito menos justificar, o modo como se pôs fim à tal “guerra colonial”. Quem deu legitimidade a meia dúzia de capitães, alguns deles “charangueiros”, de abrir mão de 96 por cento (!!!) do território nacional?... Nem a história, nem a moral, nem a ética, nem a solidariedade, nem a fidelidade a um juramento, nada permitia que tal se cometesse, cobrindo de opróbrio a nossa geração».³⁸⁹

A propósito de outro debate, da RTP, Coito criminalizava a descolonização e negava o colonialismo: «Ainda pensei que por entre o emaranhado da argumentação

³⁸⁹ «A razão do silêncio...», *O Diabo*, 1 de fevereiro de 1994, p. 2. A propósito deste debate da SIC, defendia-se, em carta de leitor, que com a guerra também se haviam implementado “medidas de apoio às populações indígenas nas áreas da saúde, da educação, da instrução e da agricultura” – o que levava o autor a afirmar que em África sentiu a “verdadeira dimensão e orgulho de ser português”: «O silêncio sobre a guerra», *O Diabo*, 8 de fevereiro de 1994, p. 10. Também a respeito deste debate, em cartas de ex-oficiais milicianos questionava-se a legitimidade do MFA e/ou condenava-se a descolonização: «A guerra colonial debatida na SIC», *Jornal de Notícias*, 14 de fevereiro de 1994, p. 34; «20 anos de silêncio – programa da SIC (acerca da ex-guerra colonial portuguesa)», *Jornal de Notícias*, 5 de março de 1994, p. 39.

dos génios, alguém tivesse afirmado, ao menos isto: se não tivesse acontecido Abril, de certeza que haveria à face da terra portuguesa mais dois ou três milhões de portugueses vivos, que ainda hoje poderiam viver, falar e sorrir ao abrigo daquela bandeira que os protegeu durante séculos!... Esta é uma certeza incontroversa, que não pode ser desvirtuada. Havíamos de alcançar um dia a almejada liberdade sem ficarmos com o remorso do assassinio de milhões de compatriotas de todas as idades. Nem todas as águas de Abril alguma vez nos lavarão as mãos ensanguentadas...»³⁹⁰

Em artigo de Nuno Rogeiro, desenvolviam-se diversas teses a propósito dos debates televisivos sobre o 25 de Abril. Para além da deslegitimação dos militares de Abril e da condenação da Revolução – com argumentos pautados pela manipulação da interpretação histórica, tal como a *comparação relativizadora* segundo a qual “[s]e algumas massas de Abril provam a liberdade, o que é que provavam algumas massas rodeando o chanceler Adolfo?” –, utilizavam-se argumentos a-históricos para deslegitimar a descolonização. Assim, por um lado, buscava-se referendar o colonialismo do Estado Novo amparando-o em sua longevidade histórica e, por outro lado, negava-se a evidência e legitimidade histórica dos movimentos de libertação africanos e de sua luta pela independência: «Será que o colonialismo do Estado Novo foi pior do que o colonialismo da Primeira República e da Monarquia Liberal? Se se entende que os erros da descolonização são todos desculpados pela experiência salazarista, a meada de endossos poderia bem conduzir-nos à política do infante D. Henrique. (...) As *independências não se dão, conquistam-se*. Não era assim tanto a obrigação de Portugal tornar o chamado Ultramar independente, mas dever e direito natural do chamado Ultramar mostrar que podia ser independente».³⁹¹

O ensejo proporcionado pelos debates televisivos às teses *revisionistas* sobre a descolonização evidenciou-se numa conferência de imprensa na qual se anunciou a realização daquilo que se descrevia como o “1º Encontro de Combatentes do Ultramar” e em que foi distribuído um documento que denunciava a campanha realizada durante

³⁹⁰ «Em Abril, pensamentos mil...», *O Diabo*, 5 de abril de 1994, p. 2. Em outro artigo de João Coito, a descolonização era denominada “crime”, a propósito da questão da pobreza em Moçambique: «O Adeus aos “Páras e comandos...”», *O Diabo*, 4 de janeiro de 1994, p. 2. Também em artigo do embaixador e ex-representante de Portugal em Washington, João Pereira Bastos, a descolonização era criminalizada com argumentação jurídica: «A velha “teoria da causalidade” no Direito Penal e não só – Ainda a descolonização e o exemplo», *O Diabo*, 12 de abril de 1994, p. 14-15. Já em outro texto de João Coito se considerava que a descolonização tinha sido feita “ao arrepio das normas democráticas mais elementares”, “um gesto absolutamente ditatorial”: «Os “negócios da China”», *O Diabo*, 27 de abril de 1994, p. 2.

³⁹¹ «A casa dos espíritos», *O Diabo*, 27 de abril de 1994, p. 4-6. Itálico no original.

os vinte anos de democracia. Segundo a notícia do *Jornal de Notícias*, tratava-se de três pilares: «que a democratização da sociedade e da vida política só seria possível se Portugal se desembaraçasse das colónias; que a descolonização era a única possível dado os militares se recusarem a continuar o combate; e que a guerra colonial era injusta por ser instrumento de opressão do regime fascista sobre os povos das colónias». Ainda segundo a notícia, para os promotores do Encontro, “ao fim de 20 anos o povo português foi progressivamente compreendendo que nenhuma das três alegações correspondia à verdade, facto para que muito contribuíram os debates ultimamente conduzidos nos vários canais de televisão”.³⁹² Por outras palavras, para certos setores dos ex-combatentes, os debates televisivos do vigésimo aniversário do 25 de Abril teriam contribuído para difundir a ideia de que a democratização da sociedade portuguesa não era incompatível com a prossecução da guerra e a manutenção do paradigma do Império português; para a deslegitimação da descolonização e a legitimação da guerra colonial.

Em artigo do jornalista Fernando Dacosta a respeito do referido programa da SIC, intitulado *Guerra Colonial: Vinte Anos de Silêncio*³⁹³, abordava-se a sensibilidade do tema, especialmente para os militares: «Os que fizeram a guerra colonial, a de 1961 a 1974, não gostam, de maneira geral, de a evocar. Não por remorsos, que não sentem, mas por pudor, que assumem. “Estou com pudor”, exclamou o tenente-coronel Carlos Fabião no debate que a SIC, há dois dias, lhe dedicou. Dessa maneira, aquele oficial, um dos responsáveis pelo 25 de Abril, sintetizava o sentir profundo do país sobre ela. (...) A explicação mais interessante do silenciamento que assumimos (colectiva e inconscientemente) perante a guerra colonial é-nos dada pelo encenador Adolfo Gutkin, responsável por um dos poucos espectáculos sobre ela: “Os que fizeram a guerra foram os mesmos que fizeram a paz. Ao rebelar-se lavaram-se, lavaram o Povo português dos sentimentos de culpa. Não há nada para exorcizar”». ³⁹⁴ No entanto, tal explicação não

³⁹² «Combatentes do Ultramar reúnem-se a 10 de Junho», *Jornal de Notícias*, 27 de maio de 1994, 7. No mesmo sentido, em carta de leitor enviada a *O Diabo* se elogiava “a dignidade, coragem, patriotismo e honra demonstrados por participantes como os Drs. Rui Patrício, Borges de Macedo e Veiga Simão, o Sr. João Coito, o Sr. Gen. Duarte Silva e o Sr. Com. Alpoim Calvão”. “São exemplos a tomar e que desejo sirvam de tónico a todos quantos possuem provas irrefutáveis da traição que foi a descolonização exemplar, para que as divulguem de forma a ser possível fazer-se a verdadeira História desta vergonha e calar os seus responsáveis”. «Descolonização em debate», *O Diabo*, 19 de abril de 1994, p. 37.

³⁹³ No qual participaram os generais Duarte Silva e Ricardo Durão, o coronel Rodrigo da Silveira, o ex-comando Francisco Van Uden, o tenente-coronel António Ramos, o major Mário Tomé, o tenente-coronel Vasco Lourenço, o coronel Carlos Fabião, o brigadeiro Pezarat Correia e o almirante Rosa Coutinho.

³⁹⁴ «O pudor dos guerreiros – Treze anos traumáticos que gostam do silêncio», *Público*, 28 de janeiro de 1994, p. 16.

dá conta da extensão desta dificuldade em discutir o tema da guerra colonial ao conjunto da sociedade portuguesa; isto se deve, possivelmente, ao facto de que uma tal reflexão sobre a questão colonial se torna um tabu diante da significativa abrangência social do imaginário colonialista fundado na ideologia do *lusotropicalismo*, o que dificulta que se assumam posições ético-políticas críticas sobre a guerra colonial.

Este debate da SIC foi marcado pelo enunciado de teses de tipo abertamente negacionista por parte de alguns militares, as quais foram contrariadas pelos militares de Abril. Segundo um artigo do jornalista Rui Cardoso Martins, Francisco Van Uden, que esteve em Moçambique entre 1971 e 1973, afirmou: «Foi o momento em que me senti mais realizado e, talvez, mais cristão. A guerra do Ultramar não foi só aquelas imagens de chacina. Foi também uma guerra de amor por aquelas populações, pelo seu desenvolvimento». Afirmou ainda que o massacre de Wyriamu, em 1972, “foi uma verdadeira exceção”, o que foi questionado por António Ramos: «Não estive em Moçambique, mas tenho conhecimento de situações semelhantes em Angola e na Guiné». Sobre o uso do napalm, Duarte Silva – que cumpriu duas comissões em Angola e duas em Moçambique e defendeu que a descolonização foi “uma desgraça intencional e organizada” – afirmou nunca o ter visto, tal como Ricardo Durão e Rodrigo da Silveira, o que provocou a reação de António Ramos e Vasco Lourenço: «Estou a sentir aqui um profundo cinismo. Eu fiz assaltos a posições inimigas apoiado em napalm!»

Para além desta acesa polémica do debate televisivo, o texto de Cardoso Martins sinalizava ainda as margens imposta pelos meios de comunicação para a possibilidade de (re)construção da memória no espaço público: o protesto de um ex-combatente que, levantando a faixa “A guerra e tropas de alta patente, o mesmo mal. Soldado, carne para canhão”, denunciava nos portões da SIC: «Para mim, os meus inimigos maiores foram os oficiais! Foram eles que me mentalizaram, fisicamente e mentalmente, para a guerra. Acho mal que se faça um debate sobre a guerra colonial onde só estão aqueles que orientaram e comandaram a guerra». Em outro sentido, mas também a respeito das lacunas da memória pública, o presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, José Arruda, presente na plateia do debate, pronunciou-se contra o silêncio sobre o assunto, pois “não há nada nos livros de escola que fale de guerra colonial”.³⁹⁵

³⁹⁵ «A guerra sentada – Especial SIC “Guerra Colonial: Vinte Anos de Silêncio”», *Público*, 28 de janeiro de 1994, p. 17.

A propósito deste programa da SIC, Miguel Sousa Tavares desenvolveu o posicionamento fundado na ambiguidade, segundo o qual demonstrava compreensão acerca das circunstâncias históricas em que se produzira a descolonização, cuja responsabilização caberia em primeira instância à ditadura, o que não impedia, porém, a condenação do processo: «Quando se fala na descolonização que foi feita é ponto assente que ela foi mal feita e teve consequências trágicas. Mas a questão a pôr é que outra descolonização teria sido possível fazer, depois de 13 anos de guerra sem saída e depois de o regime ter recusado todos os avisos, todos os exemplos alheios, as tentativas de saídas alternativa e depois de ter desprezado todos os sintomas crescentes da saturação do país e dos militares. Que comandante militar em África podia garantir, em 26 de Abril de 1974, que as suas tropas estavam prontas e motivadas para continuar o combate? Quem são, afinal, os grandes responsáveis pela descolonização que se fez – os que negociaram a retirada, quando o Exército e a Nação já não queriam combater, ou os que não deixaram para o futuro nenhuma outra solução que não a retirada pura e simples? O Exército – tinha-nos ensinado o Estado Novo – era o espelho da Nação. E a verdade, nua e crua, é que, em 25 de Abril de 1974, a Nação reviu-se num Exército que já não queria combater. Façam o juízo de valor que quiserem sobre isso, esta é a verdade dos factos e a História faz-se com factos e não com boas intenções».³⁹⁶

Já em editorial do *Avante!*, criticava-se o depoimento de Cavaco Silva para o programa da RTP *De Caras*, sobre a descolonização; depoimento baseado na condenação do processo: «Para Cavaco Silva, a descolonização “não foi feita com a mínima dignidade para o nosso país”, e segundo ele nem serviu Portugal, nem os portugueses que residiam nas ex-colónias, “nem serviu os povos dos territórios onde hoje se fala português”. Aqui temos um exemplo de um julgamento ultrafaccioso, que só pode ser produzido por quem nunca percebeu a tragédia que a guerra colonial representava, também, para os povos das ex-colónias. É um julgamento de quem nunca percebeu igualmente a luta e o heroísmo com que estes povos se bateram para alcançar a independência e não qualquer autodeterminação».³⁹⁷ Com efeito, é interessante observar que as opiniões que se restringem a considerar a descolonização como um *desastre* invariavelmente eludem a avaliação da guerra colonial.

Um interessante exemplo acerca do posicionamento de ambiguidade, fundado na condenação da descolonização apesar de se manifestar compreensão sobre as suas

³⁹⁶ «Os subterrâneos da memória», *Público*, 28 de janeiro de 1994, p. 14.

³⁹⁷ «Abril presente», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 2.

circunstâncias históricas, evidenciou-se em artigo de Manuel Coelho dos Santos, no qual se empreendia, além do mais, incisiva crítica sobre o *branqueamento* do Estado Novo, especialmente no que diz respeito à questão do colonialismo. Assim, inicialmente se criticava o protagonismo conferido, nos debates televisivos, a certos atores da ditadura, os quais defendiam teses *revisionistas* baseadas na reabilitação da política colonial: «nos debates a que assisti não pude deixar de sentir certa impaciência ao voltar a ver na minha frente múmias do passado, com a aura da beatitude e a dar-nos a certeza de que, se tivessem prosseguido no comando do país, se abriria na nossa frente um futuro radioso. E voltei a ouvir, neste final do século XX, que a pátria era una e indivisível e que o portuguesismo era o mesmo em Angola ou na Beira Baixa. E voltou até a insinuação de que a guerra ultramarina estava ganha e de que ainda hoje poderíamos ser donos das colónias, tal como no tempo de Salazar. É legítimo que se pergunte: deve o regime democrático demitir-se da sua função pedagógica e ir ao ponto de deixar colocar de novo no palco os que impediram entre nós a democracia, tendo sido eles o pilar do anterior regime autoritário? A que propósito é que uma televisão oficial – a televisão do Estado democrático – permite que gente como Kaúlza de Arriaga produza sucessivas arengas contra a democracia e mereça nos debates um especial tratamento de deferência?»

A seguir, contudo, aludia-se à questão das supostas diligências de Marcelo Caetano no sentido de negociar as independências para desenvolver uma argumentação ambígua sobre a descolonização, sustentada, por um lado, em especulações sobre uma eventual descolonização levada a cabo pelo regime e, por outro lado, na condenação da descolonização que efetivamente se realizou e de seus responsáveis: «É fácil atribuir o descalabro da descolonização ao salazarismo, que manteve teimosamente uma guerra colonial por mais de uma dúzia de anos, contra os “ventos da História”, e não nos preparou internamente, no tempo adequado, para a mudança que necessariamente iria operar-se nos territórios do Ultramar. Todos sabemos que Marcelo Caetano teria outras condições, porque mantinha intacta a Máquina do Estado para realizar uma descolonização faseada, salvaguardando os legítimos interesses dos portugueses que viviam nas colónias e tentando ainda – aqui com êxito sempre duvidoso – que os povos do Ultramar assumissem a independência de acordo com as aspirações desses povos. A descolonização faz-se tardiamente, na sequência de uma revolta militar que visava exactamente pôr termo à guerra colonial, numa altura em que o Estado se encontrava pulverizado e o Exército depunha as armas antes ainda de qualquer acordo com os

movimentos de libertação das colónias. Nestas circunstâncias, ninguém seria capaz de fazer uma descolonização satisfatória, porque faleciam os meios – sobretudo os de natureza militar – para a poder levar a cabo com êxito. Isto não quer dizer, porém, que os actores militares da descolonização devam ser isentos de culpa ou de imprevidência ou até de propósitos ocultos na forma desastrosa como conduziram esse processo de descolonização. Ou seja: apesar das circunstâncias adversas, poderemos hoje dizer, desapassionadamente, que teria sido possível uma descolonização menos desastrosa e menos traumatizante do que aquela que foi realizada. Em última instância, a culpa é também de cada um de nós, que permitimos que um grupo minoritário tomasse o comando do país na fase subsequente ao 25 de Abril».³⁹⁸ Uma vez mais, evidencia-se aqui o paradoxo das opiniões que reconhecem a responsabilidade da ditadura pelo impedimento da descolonização e o prolongamento da guerra colonial, mas que ao mesmo tempo lamentam a impossibilidade de se ter salvaguardado “os legítimos interesses dos portugueses que viviam nas colónias”, de modo que se condena o processo de descolonização realizado no rescaldo da Revolução.

Tais opiniões ambíguas sobre a descolonização – representativas de culturas políticas de centro-direita e de setores do centro-esquerda – acabam por aproximar-se daquelas que, alegando também a condenação da descolonização levada a cabo, subscrevem juízos reabilitadores da ditadura. Em artigo de José Rebelo, criticava-se a demagogia presente nos posicionamentos ambíguos sobre a descolonização, os quais aludiam a hipotéticas condições que não teriam sido historicamente viáveis: «Para a ala inteligente do “marcelismo”, aquela que mais facilmente se converteu à democracia, já não interessa contestar o princípio da descolonização. Numa hábil manobra de recuo, manifestada aliás por Veiga Simão na noite de 5 de Abril, lamenta-se, agora, que a descolonização tenha sido “mal feita”. Dito de outro modo: ela justificar-se-ia no caso de ter sido “bem feita”. E “bem feita”, para Veiga Simão significaria a organização de um referendo que exprimisse a vontade popular sobre a matéria. Que argumentação tão frágil, demagógica e manipulatória. Porque colocaria aos portugueses uma alternativa que, na prática, já não existia. Porque supõe a possibilidade de se convocar um referendo em plena revolução. Porque nunca se precisa quais os “portugueses” que seriam referendados».³⁹⁹

³⁹⁸ «O tema da descolonização», *Jornal de Notícias*, 10 de abril de 1994, p. 6.

³⁹⁹ «Debate sério ou espectáculo deprimente», *Notícias Magazine*, 17 de abril de 1994, p. 8.

Ainda a respeito dos debates televisivos, em artigo do jornalista Fernando Dacosta mencionava-se que os historiadores intervenientes nos debates – como Fernando Rosas, António Reis e César Oliveira – teriam sublinhado que o prolongamento da guerra colonial significara a impossibilidade de se concretizar uma política de descolonização. Também Pezarat Correia teria argumentado no sentido do bloqueio da descolonização pela ditadura: «A descolonização não começou com o 25 de Abril. Vinha a ser desenvolvida desde a década de 50. Portugal apanhou o processo no 25 de Abril, até aí contrariou-o».⁴⁰⁰ A política do regime baseada na sustentação do impasse da guerra colonial constitui explicação recorrente entre os militares de Abril para contextualizar a descolonização. Neste sentido, em entrevista ao *Avante!*, Rosa Coutinho afirmou: «Se a descolonização tem sido feita sem ter havido uma subversão do Estado, poder-se-iam ter encontrado soluções que não se puderam sequer desenhar depois do 25 de Abril. Daí eu considerar que os maiores culpados da descolonização, da forma como foi feita – e foi-o da única maneira possível – foram os que não a fizeram quando ainda havia tempo».⁴⁰¹

Juntamente com os debates televisivos, a discussão pública de 1994 sobre a descolonização e guerra colonial foi impulsionada também por algumas reportagens divulgadas pela imprensa. Especialmente a *Visão* e o *Expresso* difundiram muitas reportagens sobre o tema.⁴⁰² No entanto, mais do que as reportagens que tratavam da guerra colonial, foram as peças jornalísticas centradas em especulações sobre a

⁴⁰⁰ «Desmanchar a História», *Público*, 7 de abril de 1994, p. 45.

⁴⁰¹ «As mentalidades mudam... devagar», *Avante!*, 14 de abril de 1994, p. 16-17.

⁴⁰² Testemunhos sobre a guerra: «Feridas de guerra», p. 30-33; testemunho pessoal sobre a repressão à UPA, em 1961: «O regresso do Alferes Robles», p.34-35; testemunho de Carmo Jardim, filha do engenheiro Jorge Jardim, sobre Moçambique nos anos 1970: «A loura que vinha do céu», p. 36-38; reportagem fotográfica: «Debaixo de fogo», p. 40-42 – *Visão*, 24 de fevereiro de 1994. Trechos do livro *Memórias da guerra colonial*, do jornalista João Paulo Guerra: «Anos de fogo», *Visão*, 3 de março de 1994, p. 30-31. «Recordações de África – Vinte anos depois do fim das guerras coloniais, as feridas abertas nos soldados que estiveram em África continuam a doer», *Expresso, Revista*, 22 de janeiro de 1994, p. 24-31. Sobre a descrição do uso do napalm: «A guerra do fogo», *Expresso, Revista*, 26 de março de 1994, p. 24-29. Sobre a batalha do Como, em 1964, na Guiné, reportagem que abrange as tragédias dos dois lados, com perspectivas africanas e portuguesas: «A Campanha do Medo», *Expresso, Revista*, 23 de abril de 1994, p. 82-102. A propósito desta reportagem, Alpoim Calvão, que comandou os militares portugueses na batalha do Como, enviou ao *Expresso* uma carta de protesto contra o texto da jornalista Felícia Cabrita, alegando a identificação com o inimigo por parte da jornalista e a intenção de denegrir o exército português: «“A campanha do medo”», *Expresso*, 7 de maio de 1994, p. 19. No mesmo sentido, uma carta assinada por Joaquim Galmota e mais 72 ex-militares e antigos combatentes do Batalhão de Cavalaria 490: «“A campanha do medo”», *Expresso*, 18 de junho de 1994, p. 21. Em reportagem da revista do *Jornal de Notícias* divulgaram-se depoimentos sobre a guerra e a descolonização na Guiné: «Guiné: esperança no futuro», *Notícias Magazine*, 24 de abril de 1994, p. 28-33. E em reportagem da revista do *Público* destacou-se um testemunho sobre os últimos dias de guerra na Guiné, baseado numa visão crítica sobre a guerra: «Guiné, 1974. Crónica de um adeus português», *Público Magazine*, 27 de março de 1994, p. 16-19.

disponibilidade de Marcelo Caetano para negociar a descolonização que provocaram impacto no espaço público português, assunto que também foi explorado pelos debates televisivos. O *Expresso* publicou uma reportagem – da autoria do jornalista José Pedro Castanheira – sobre um encontro secreto em Londres, em março de 1973, entre um emissário especial do Governo português e uma delegação do PAIGC, com o objetivo de tentar negociações para o cessar-fogo e o reconhecimento da independência da Guiné.⁴⁰³ O programa da SIC, *Marcelo Caetano: Com a Corda na Garganta*, prolongou esta reportagem do *Expresso*.

Também a *Visão* publicou uma reportagem – da autoria de Isabel Oneto – a respeito das tentativas de Marcelo Caetano de empreender conversações com os movimentos de libertação africanos. No exemplar em que a reportagem foi publicada, esclareceu-se sobre o sentido que se atribuía a esta peça jornalística, sugerindo-se que a possibilidade de descolonizar poderia ter sido alcançada no interior do regime: «a revelação de que Marcello Caetano, a três semanas da vitória do MFA, quis negociar com todos os movimentos de libertação das ex-colónias. Com **todos**, e não só com o da Guiné, como já se sabia. Quem o contou e garantiu à VISÃO foi o emissário que, para essa missão ultra-secreta, o então chefe do Governo mandou a Paris, a fim de pedir a mediação dos franceses: Pedro Feytor Pinto, ao tempo director dos serviços de informação, pessoa de toda a confiança de Marcello Caetano (...). A tentativa de Caetano já não pôde ter seguimento, mas – como tudo o mais que decorre de outros elementos investigados pela nossa revista – demonstra à exuberância quer a incongruência ou hipocrisia dos que em público chamavam “traidores” aos que defendiam a autodeterminação e independência das colónias e na prática estavam a tentar preparar o caminho para elas, como era inevitável, quer as insanáveis contradições e os profundos conflitos que dividiam e minavam a ditadura que durante 48 anos reinou em Portugal».⁴⁰⁴ Nota-se que, neste caso, o objetivo da reportagem estava centrado especialmente na crítica da política marcelista.

Já em outra reportagem da *Visão* – da autoria de Lurdes Feio –, havia destaque para a suposta vontade de Caetano de negociar a descolonização, aludindo-se a um

⁴⁰³ «A reunião que veio tarde demais», *Expresso, Revista*, 26 de março de 1994, p. 30-42. Em outra reportagem deste semanário, também da autoria de José Pedro Castanheira, abordava-se a recusa de Caetano em aceitar a mediação do presidente do Senegal para a resolução da guerra na Guiné: «Marcelo Caetano recusou em 74 mediação do Presidente Senghor – Dois meses antes de aceitar a proposta britânica para negociar directamente com o PAIGC em Londres, Caetano recusou uma proposta do Presidente do Senegal», *Expresso*, 9 de abril de 1994, p. 5.

⁴⁰⁴ «As contradições de Caetano»; «Descolonização – Os segredos de Marcelo», *Visão*, 14 de abril de 1994, p. 16; 32-34. Negrito no original.

depoimento do subsecretário de Estado da Segurança Social entre 1973 e 1974, Duarte Ivo Cruz: «Numa das visitas que fez a Marcelo Caetano, no Rio de Janeiro, este disse-lhe que começara a trabalhar numa negociação tendo em vista uma mudança profunda no Ultramar, a concretizar até 1976. A dada altura, no entanto, e segundo Marcelo, falharam-lhe os apoios internacionais: Pompidou morreu, Nixon viu-se confrontado com o Watergate, e na Alemanha o chanceler conservador Kiesinger foi substituído pelo social-democrata, Willy Brandt».⁴⁰⁵ Em sentido semelhante, *O Diabo* publicou uma reportagem – da autoria de Adelino Cunha – em que se especulava sobre a disposição de Caetano para uma solução política para as colónias, com depoimentos do ex-chefe de gabinete de Costa Gomes, Ferreira da Cunha. Concluía-se que “é tempo de abandonar as teses que atribuíam uma atitude imobilista ao regime deposto em 25 de Abril, acerca do problema ultramarino”.⁴⁰⁶

O sensacionalismo que, em torno destas reportagens jornalísticas e dos debates televisivos, se gerou a respeito do carácter reticente de Marcelo Caetano demonstra ser questionável que o esclarecimento histórico figurasse entre os objetivos destas iniciativas mediáticas. Neste sentido, pode ser considerada no mínimo como exagerada a declaração de Almeida Santos no programa da SIC *Com a Corda na Garganta*, segundo a qual com a revelação sobre os intentos negociadores de Caetano “a verdade oficial [sobre a descolonização] sofreu um sismo”.⁴⁰⁷ É possível dizer que esta exploração mediática sobre as diligências secretas de Marcelo Caetano de certa forma favoreceu as opiniões ambíguas sobre a descolonização, ao introduzir no debate um elemento que, sem ter muita relevância do ponto de vista histórico, dava abertura para questionamentos contrafactuais acerca do processo. Além disso, é interessante refletir sobre a existência de reportagens análogas em órgãos da *grande imprensa*, como o *Expresso* e a *Visão*, e em *O Diabo* – contudo, no caso deste último semanário eram evidentes os propósitos *branqueadores*: de reabilitação da ditadura e de condenação da Revolução e da descolonização. Se estes mesmos propósitos não podem ser diretamente

⁴⁰⁵ «Marcelo censurado – O exame prévio não poupou, sequer, um discurso de Marcelo Caetano no Brasil, onde falava de abertura política e de descolonização. A VISÃO faz mais revelações sobre os últimos tempos do regime», *Visão*, 21 de abril de 1994, p. 28-29. Convém observar a existência de uma discrepância cronológica entre estes três acontecimentos evocados como obstáculos para a possibilidade de negociar a descolonização, o que refuta a razoabilidade do argumento: enquanto a eleição de Brandt se deu 1969, a morte de Pompidou ocorreu em 2 de abril de 1974, nas vésperas do 25 de Abril, e o escândalo Watergate eclodiu igualmente em 1974, tendo culminado com a renúncia de Nixon em agosto deste ano.

⁴⁰⁶ «“As decisões” de Marcello Caetano»; «“Ele preparou a independência de Angola”», *O Diabo*, 27 de abril de 1994, p. 15.

⁴⁰⁷ «Os três “D”», *Expresso*, 9 de abril de 1994, p. 16.

atribuídos às demais reportagens e ao programa da SIC – tratou-se mais exatamente de sensacionalismo mediático, como se a história fosse mais um território passível de descobertas espetaculares, tal qual os demais domínios que o jornalismo costuma explorar –, deve-se considerar que uma tal perspectiva, no mínimo, deu ensejo às teses *revisionistas* sobre o Estado Novo e a descolonização.⁴⁰⁸

5-4.3. *Combates pela memória.* Entre as visões eurocêntricas da descolonização e a empatia com o ponto de vista africano: do *desastre* à *libertação*

A amplitude da divisão social que a questão da descolonização engendra pode ser demonstrada pelo facto de que a condenação do processo começa já em setores dos próprios militares que inicialmente integraram o MFA. Assim, para Manuel Monge, militar próximo de Spínola, a explicação da descolonização assentaria, antes de mais, em motivações político-ideológicas de seus responsáveis, fundamentalmente os setores militares radicalizados: «Apesar de feita tardiamente (reconheço isso), deveria ter sido feita de outro modo. Na altura, o MFA radical e os seus aliados políticos chamaram-lhe descolonização exemplar; agora dizem que foi a descolonização possível. É falso. Foi a descolonização que os líderes do MFA quiseram, inclusive curto-circuitando, secundarizando, ultrapassando os ministros civis do Governo que tomaram parte nas mesmas. Perseguindo e prendendo, e deixando levar à morte em África e Timor (...) aqueles que tentaram opor-se. (...) É que não me revejo nessa descolonização exemplar que provocou a terrível guerra civil de Angola, o genocídio do povo de Timor e a mais horrorosa miséria em Moçambique. Mas, em Macau, provou-se que poderia ter ocorrido uma descolonização diferente... (...) Ou seja, o MFA radical fez a descolonização que quis e que correspondeu aos interesses estratégicos da União Soviética. A salvaguarda dos objectivos permanentes de Portugal e os interesses dos portugueses de África nunca estiveram presentes nas suas preocupações».⁴⁰⁹ É interessante notar que, assim como no caso da interpretação sobre o processo revolucionário, muitas opiniões condenatórias da descolonização aludem à denúncia ideológica anticomunista como sustentação da *desespecificação político-moral* dos protagonistas do processo. Deve-se reconhecer que se, por um lado, a descolonização

⁴⁰⁸ Em entrevista a *O Diabo*, o ex-inspetor da PIDE Abílio Pires referiu o teor destas reportagens recentemente divulgadas pelos meios de comunicação como forma de reiterar a sua opinião condenatória da descolonização, considerada como “a nódoa mais negra da História de Portugal”: «“Top secret”», *O Diabo*, 3 de maio de 1994, p. 10-11.

⁴⁰⁹ «Manuel Monge. O regresso à pureza de Abril», *Público Magazine*, 17 de abril de 1994, p. 20-32.

portuguesa deve ser situada no contexto internacional de guerra fria, no qual a existência de interesses e de tentativas de influência no processo por parte da URSS constitui uma evidência histórica; por outro lado, a explicação do desenrolar do processo e da conduta de seus protagonistas militares e civis não pode reduzir-se ao âmbito da motivação ideológica.

Contrariamente, Melo Antunes⁴¹⁰, militar que esteve à frente das negociações da descolonização, destacou o ponto de vista estratégico e prático do processo. Aludindo a conversações com o presidente dos Estados Unidos e o seu secretário de Estado, Ford e Kissinger, afirmou que: «A obsessão deles era saber o grau de dependência de Neto em relação à URSS. Disse-lhes que ele era de formação marxista e que todas as suas simpatias iam para lá. Mas eu estava também muito convencido do forte lado nacionalista dele e privilegiava esse lado em relação ao marxista. Deviam pois apoiá-lo para dar azo a um projecto nacionalista libertado das cangas ideológicas». Além disso, Antunes sublinhou o fator da necessidade histórica para justificar o processo de descolonização realizado: «Se voltasse atrás, no essencial, teria feito o mesmo, pois não havia condições para fazer diferente. A descolonização, além de uma inevitabilidade histórica, era um ponto de honra e um pressuposto, indispensável para haver democracia em Portugal. Assim, constituía um valor absoluto».⁴¹¹

Em artigo de Mário Tomé – militar de Abril e, em 1994, deputado da UDP – criticavam-se as vozes saudosistas do colonialismo que se faziam ouvir no debate público: «Perante o olhar curioso e atônito dos cidadãos vão desfilando os defensores da pátria multirracial e pluricontinental que passaram o tempo nas “províncias ultramarinas” a fazer festas aos cidadãos de outra cor e a desenvolver aquelas terras, em obediência às orientações de Marcello Caetano – “os indígenas são súbditos portugueses mas sem fazerem parte da nação” e “os pretos têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus... e olhados como elemento produtivo enquadrado ou a enquadrar numa economia dirigida por brancos” –, com a PIDE a defender as fronteiras para não ser perturbado o esforço civilizacional. (...) O grande debate com toda essa gente que hoje nos entra em casa (generais trogloditas, ministros fascistas, inspectores da PIDE) foi feito há vinte anos. E eles perderam-no rotundamente e, apesar de tudo,

⁴¹⁰ Ernesto Melo Antunes (1933-1999): Militar que foi um dos ideólogos do MFA, autor de vários documentos do movimento. Foi ministro sem pasta nos II e III governos provisórios e ministro dos Negócios Estrangeiros nos IV e VI governos provisórios. Integrou o Conselho da Revolução até à sua extinção, em 1982. Redigiu o *Documento dos Nove*. Em 1991, aderiu formalmente ao PS.

⁴¹¹ «Melo Antunes. A consciência da Revolução», *Público Magazine*, 9 de janeiro de 1994, p. 14-22. «O cidadão Melo Antunes», *Visão*, 21 de abril de 1994, p. 62-64.

definitivamente. Repeti-lo hoje é uma farsa». E justificava-se a descolonização que se fez, nas circunstâncias da Revolução: «Não há pois lugar a lamentações. A guerra só acabou porque o regime e as Forças Armadas tinham sido derrotados por uma rebelião do povo, a que os capitães souberam dar materialidade; uma rebelião contra a política colonialista que as Forças Armadas concretizavam no plano militar. Não se tratava de proceder a uma descolonização, que só poderia ter-se dado treze anos atrás, mas de uma transferência de poderes nas condições resultantes da guerra. A derrota militar do regime, logo das Forças Armadas, tem sido dificilmente aceite. Mas ela é uma realidade inultrapassável».⁴¹²

Também Aniceto Afonso⁴¹³, em intervenção na sessão solene de abertura das comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril, salientou o papel da ditadura no prolongamento da guerra e, portanto, a responsabilidade do regime político anterior na explicação do processo de descolonização realizado: «Não é por isso razoável julgar as Forças Armadas e os seus membros, da mesma forma que se deve julgar o regime político que prolongou irracionalmente a guerra. De facto, as Forças Armadas, com imenso esforço, sacrifício, inteligência e capacidade, deram ao poder político treze anos de folga, de espera, de cobertura, para encontrar uma solução política, negociada, aceite internacionalmente. (...) É bem certo que foram os capitães de Abril que impuseram, mesmo contra a opinião de outros militares, o fim das hostilidades nas colónias portuguesas. Mas nenhum militar, mesmo aqueles que não estiveram empenhados no 25 de Abril, com razoável ponderação, pode continuar a sustentar a justeza da política colonial do regime derrubado. O 25 de Abril, relativamente à guerra, veio impor uma solução com muitos anos de atraso. É este atraso (e em História os atrasos pagam-se normalmente muito caro), que justifica amplamente as soluções de estreita manobra política conseguidas para o processo de descolonização. Soluções que, apesar de tudo, deixaram em aberto imensas possibilidades de cooperação, só muito fugazmente aproveitadas, desde então até à actualidade».⁴¹⁴

Quanto às opiniões de personalidades políticas e intelectuais, destacaram-se as posições baseadas na ambiguidade, que oscilavam entre a condenação do processo de

⁴¹² «O debate foi há vinte anos», *Expresso*, 23 de abril de 1994, p. 18.

⁴¹³ Aniceto Afonso (n.1942): Militar que integrou o MFA e historiador. Autor de algumas obras sobre a guerra colonial, tais como: *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, 2000; *Os Anos da Guerra Colonial*, Porto, Quidnovi, 2010; *Alcora – O Acordo Secreto do Colonialismo*, Lisboa, Divina Comédia, 2013 (todas em coautoria com Carlos de Matos Gomes).

⁴¹⁴ « “Devemos interferir a partir da nossa liberdade” », *O Referencial*, Edição Especial 25 de Abril 20 Anos, p. 10-12.

descolonização e a compreensão das circunstâncias históricas que o conformaram ou o reconhecimento das responsabilidades da ditadura. Mário Soares, por um lado, esclareceu sobre as circunstâncias históricas em que se deu a descolonização, nas condições da Revolução, frisando ainda a responsabilidade por omissão do Estado Novo: «A descolonização foi a possível, no contexto perturbado que Portugal vivia então. Quem teve responsabilidades fulcrais no drama da descolonização foram, em primeira linha, Salazar e Caetano, o antigo regime, os ultras, que, com a sua intransigência, deixaram apodrecer a situação para além de limites imagináveis. (...) A intolerância de Salazar e a incapacidade de Caetano, a sua falta de coragem, fizeram apodrecer a situação, quer em Portugal, quer nas colónias, ao ponto de ter caído quase na rua: quando se procedeu, realmente, à descolonização, não havia verdadeiro poder político constituído. O poder estava num MFA dividido e à mercê das manifestações e das contramanifestações de Lisboa, do Porto, do Alentejo. Esta é que é a verdade. Os que hoje reclamam que a descolonização foi mal feita, que se cometeram grandes erros, que houve culpas e até crimes, são os principais responsáveis ou partidários dos principais responsáveis daquilo que aconteceu. Não se podem redimir dessas responsabilidades. Uma vez que as estruturas políticas tinham desabado, como um castelo de cartas, algumas elites tinham fugido, o poder se discutia na rua, os militares, em África, confraternizavam com os movimentos de independência e o MFA se julgava, ele próprio, um movimento de libertação – não havia possibilidade de fazer outra descolonização. Ninguém obedecia...»

Soares admitia que nestas condições, quando os militares “confraternizavam com os nacionalistas e até lhe davam armas”, “as negociações deixavam quase de ter sentido”. No entanto, por outro lado, salientou que havia preconizado um plano distinto para a descolonização: «O meu esquema inicial, relativamente à descolonização, era muito mais gradual e longo. (...) A ONU apenas queria que aceitássemos o princípio de autodeterminação. Estava disposta a auxiliar-nos, a fundo, numa transferência gradual, bem negociada e supercontrolada para as independências».⁴¹⁵ Uma tal construção memorial de Soares – no contexto de 1994, em que este político socialista que participara das negociações da descolonização estava em plena vida política ativa e exercia o cargo de presidente da República – deve ser apreciada à luz da relação de forças do momento entre as *memórias fortes* e as *memórias fracas* sobre a problemática

⁴¹⁵ «Mário Soares. O espírito civil da Revolução», *Público Magazine*, 24 de abril de 1994, p. 34-60.

da descolonização. Ou seja, é possível considerar os relatos memoriais baseados na ambiguidade – a condenação do processo de descolonização realizado, a par da responsabilização e crítica da política colonial do Estado Novo, para além da recusa da reabilitação do regime – como dominantes no espaço público português, particularmente representativos de culturas políticas de centro-esquerda e centro-direita. Convém ressaltar, no entanto, que na conjuntura do vigésimo aniversário do 25 de Abril alcançaram significativa visibilidade pública, na imprensa e televisão, os discursos abertamente *revisionistas* sobre a guerra colonial e o colonialismo, que recuperavam os mitos colonialistas, e que criminalizavam a descolonização.

Almeida Santos, por sua vez, declarou que a descolonização “correu mal, mas, apesar de tudo, foi um mal menor”, já que “estivemos muitas vezes à beira de um colapso político e militar”. No entanto, ressaltou o papel da ditadura no processo: «viu-se [depois do 25 de Abril] até que ponto a responsabilidade pela forma como decorreu a descolonização foi dos 13 anos de guerra e até mesmo dos anos que a precederam». Além disso, ao abordar a situação de ultrapassagem das posições de Spínola pelos acontecimentos, mencionou o contexto histórico de esgotamento e insubordinação dos militares nos cenários de guerra africanos: «Houve uma aceleração muito grande no estado de espírito das Forças Armadas, cada dia que passava era mais uma dificuldade acrescida, porque a saturação se tornava cada vez maior. E os militares chegaram a formular exigências, verdadeiros ultimatoss no sentido de pressionar decisões rápidas para poderem regressar a casa».⁴¹⁶

Já Adriano Moreira limitou-se a condenar o processo, enfatizando a dramatização de suas consequências. Afirmou, em entrevista à revista do *Público*, que a “dissolução da cadeia de comando teve uma das principais responsabilidades no desastre total que foi a descolonização”: “um desastre humano que se traduziu na perda de tantas vidas”.⁴¹⁷

Também Manuel de Lucena optou por condenar a descolonização. Criticou ainda a ideia, atribuída à esquerda, que culpabilizava a ditadura pelos rumos do processo: «A descolonização foi uma tragédia em que há responsabilidades partilhadas, da esquerda e da direita. E não esqueçamos que também há o outro lado... O lado nacionalista». Neste sentido, o articulista questionou também o próprio modelo de descolonização efetivado, alegando ter-se tratado de um processo análogo ao

⁴¹⁶ «Almeida Santos – Descolonização assentou em lei anónima», *Visão*, 7 de abril de 1994, p. 36-38.

⁴¹⁷ «Adriano Moreira. Uma transição serena», *Público Magazine*, 10 de abril de 1994, p. 26-37.

colonialismo: «Tentou-se aplicar a mesma chapa: sair rapidamente e em força de todos os lugares para onde se tinha ido rapidamente e... em força! No fundo, de aplicar o mesmo modelo em países que ainda não eram nações, de reconhecer determinados movimentos como únicos interlocutores – ou porque combatentes, ou porque possíveis combatentes –, como no caso de Cabo Verde, onde não havia combates. De rapidamente caminhar para a independência, aplicando a teoria de que Portugal já não era colonialista nem sequer neocolonialista».⁴¹⁸

Criticando estas declarações de Lucena, em artigo de Nuno Teotónio Pereira⁴¹⁹ evidenciava-se um posicionamento ambíguo sobre a descolonização. Inicialmente, caracterizava-se o processo como desastroso, devido às perdas sofridas pelos portugueses que habitavam os territórios coloniais: «Contra as boas intenções dos homens de Abril, a descolonização foi um desastre. É preciso que isto seja assumido de uma vez por todas. (...) De facto, tem de se classificar como um desastre o que fez com que quase um milhão de portugueses tenham sido levados a sair precipitadamente e em pânico de suas casas, terras e ocupações. Se muitos deles tinham acumulado riquezas explorando a população africana, na linha da nossa pior tradição negra, a maior parte ganhava honestamente a sua vida e desempenhava funções sociais ou económicas de utilidade. A isto há a acrescentar a carência repentina de quadros técnicos e administrativos, o que provocou o colapso da economia dos novos países e o seu envolvimento em guerras sangrentas».

A seguir, contudo, rejeitava-se que vozes saudosas do colonialismo criticassem a descolonização que se pôde fazer, esclarecendo-se sobre o contexto de guerra fria e, especialmente, a longa recusa do Estado Novo em negociar com os movimentos nacionalistas africanos, cujas tentativas de diálogo foram respondidas com repressão. Sustentando que “as verdadeiras causas da tragédia têm de ir buscar-se mais atrás, à cegueira política do falso génio chamado Salazar e à existência de um regime de ditadura em Portugal, que durava havia décadas”, Teotónio Pereira considerava as declarações de Manuel Lucena como “o paradigma de uma visão distorcida do assunto”, ao atribuir as culpas da descolonização, em partes iguais, ao contexto anterior e posterior ao 25 de Abril, o que suscitaria a reflexão sobre “até que ponto os argumentos de Salazar deixaram fundas marcas na nossa mentalidade”. Por fim, após

⁴¹⁸ «Manuel de Lucena. No domínio dos “possíveis”», *Público Magazine*, 20 de fevereiro de 1994, p. 28-34.

⁴¹⁹ Nuno Teotónio Pereira (n.1922): *Arquiteto*.

reiterar-se as circunstâncias históricas da ditadura – as quais, argumentava-se, seriam omitidas em muitos depoimentos sobre a descolonização –, atestava-se a impossibilidade de ter-se evitado o “desastre”, ou seja, um processo que resguardasse os interesses dos portugueses nas colónias: «Com estes antecedentes, o que foi possível fazer a seguir ao 25 de Abril? Com uma situação militar de derrota iminente na Guiné e a curto prazo em Moçambique, e apenas momentaneamente estabilizada em Angola, com uma retaguarda cansada por treze anos de guerra, os governos provisórios fizeram o possível, mas não puderam evitar o desastre. (...) Aquilo que se poderia ter feito vinte anos antes não era já possível em 74: um amplo e livre debate nacional sobre o problema, a adequada informação do povo português e dos colonos, a abertura de negociações, levando a regime de transição prolongados, a passagem gradual de testemunho da potência colonizadora para os novos governos. (...) De todos os males que a ditadura salazarista trouxe a Portugal, o impedir que assim fosse foi certamente um dos maiores. E é inadmissível que pessoas que sustentaram o dogma do ultramar português venham hoje criticar a descolonização que foi possível fazer».⁴²⁰

A condenação da descolonização e a especulação sobre a possibilidade de prossecução da guerra verificava-se em artigo de Nuno Rogeiro: «Mais importante é saber se Portugal poderia ter “descolonizado” sobre pressão, ou se, pelo contrário, deveria ter aguentado a ordem e a segurança no chamado Ultramar, até que o desenvolvimento deste permitisse uma transição em paz. Porque a guerra em África foi acompanhada por um caudal de desenvolvimento civil que não pode ser esquecido. E este progresso poderia ter levado à solidificação de condições políticas para uma alteração do **status quo**». Além disso, o questionamento do processo de descolonização significava, efetivamente, a negação da luta de libertação dos movimentos nacionalistas, cujos militantes apenas eram mencionados como atores históricos quando passíveis de ser criminalizados: «Dir-se-á que ninguém ouviu o povo português e ninguém consultou a Nação, para decidir se se deveria ou não prosseguir a guerra. **Mas quem consultou os povos africanos sobre o que queriam?** Haveria medo de que não fossem suficientemente adultos para dizerem o que queriam? Ou que fossem analfabetos, ou manipuláveis? Mas não serão esses argumentos colonial-paternalistas? (...) A fechar, os massacres. Seria a guerra aceitável, sem os massacres? Será que há guerras justas, ou apenas causas justas? E os massacres foram praticados só por um

⁴²⁰ «Sobre a descolonização e de quem foram as culpas», *Público*, 17 de março de 1994, p. 16.

lado? E quais foram os mais cruéis? E se havia torcionários entre os soldados regulares, não havia terroristas entre os guerrilheiros?»⁴²¹

Em artigo do jornalista Xavier de Figueiredo, a condenação da descolonização desenvolvia-se a partir da tese enquadrável numa *teoria da conspiração*, na qual os soviéticos surgiam como os principais culpados pelo “desastre” do processo, através de sua influência e interferência na política portuguesa; neste quadro, os africanos apareciam como verdadeiras marionetes nas mãos seja de portugueses seja de soviéticos: «É o juízo da história, que sereno e implacável como costuma ser registrará a descolonização como um desastre em toda a linha. Mas, ao contrário do que sugerem algumas indulgentes ideias, de certeza que as causas decisivas daquela tragédia serão muito pouco atribuídas ao ciclo histórico que a antecedeu – o da colonização – e muito mais ao “trouxe-mouxe”, feito de muitas e complexas insuficiências, que marcou a descolonização, ela própria. (...) A meu ver, a descolonização falhou basicamente porque o expansionismo soviético era uma realidade muito presente na situação internacional de então. (...) Só que os desígnios soviéticos eram incompatíveis com os interesses dos portugueses. (...) É óbvio que, para influenciar a descolonização no sentido dos seus interesses, a URSS precisou de contar com préstimos internos que consistiram em desagregar o poder em Portugal e transportar esse e outros fenómenos de dissolução do Estado para os territórios africanos. Foi este o papel instrumental do PCP, então na sua datada versão mais internacionalista, bem como de uma ala do MFA. (...) Na esteira de teorias que então deviam valer como boas, os soviéticos acharam que dificilmente conquistariam e consolidariam influências em Angola e Moçambique se tivessem de competir com a comunidade de origem portuguesa. Era preferível provocar a sua partida e ocupar depois o vazio assim criado. Os próprios angolanos e moçambicanos ficariam também mais à mercê das novas influências».⁴²² Trata-se, a exemplo dos discursos *revisionistas* sobre o processo revolucionário, de uma interpretação elitista sobre a história, que concebe como *manipulação* todos os processos políticos que escapam ao controlo dos atores governamentais e institucionais.

Estas afirmações foram veementemente criticadas em artigo do moçambicano Nélson Saúte⁴²³, que situava o problema, antes de mais, na impossibilidade de discutir a descolonização sem abordar a colonização. Trata-se, com efeito, da chave da questão

⁴²¹ «África a minha», *Jornal de Notícias*, 28 de janeiro de 1994, p. 4. Negrito no original.

⁴²² «O ventre da descolonização», *Público*, 8 de maio de 1994, p. 24.

⁴²³ Nélson Saúte (n.1967): Escritor e professor universitário.

para compreender as opiniões que condenam a descolonização – tanto as abertamente *revisionistas*, baseadas na reabilitação da ditadura, quanto aquelas fundadas na ambiguidade e que oscilam entre a crítica da política do Estado Novo e a condenação do processo descolonizador –, as quais silenciam sobre o assunto da própria colonização e, em muitos casos, também da guerra colonial. Segundo Saúte, “a trapaça colonial não se pode desmentir” recorrendo-se ao argumento da *diferença* da colonização portuguesa, que “não deixou de ser má e de ter aspectos trágicos a caracterizá-la”. «Parece que a desmemória apela facilmente. Eu não posso abdicar dessa memória, que até é genética na história do meu povo. Enquanto não se discutir o que foi a colonização, é evidente que dificilmente se compreenderá o que foi a descolonização».

Neste sentido, contestavam-se os argumentos de Xavier Figueiredo, destacando-se a centralidade dos movimentos nacionalistas como atores históricos legitimados da luta contra o colonialismo: «Diz Figueiredo numa das passagens da sua prosa: “A economia estava pujante em qualquer dos territórios”. Economia de quem? Não esclarece. Das populações ditas indígenas? Nenhuma luz. Quando das independências das antigas colónias portuguesas, qual era o nível de miséria? Nem uma palavra. (...) Quando o Zimbabwe se tornou independente da administração britânica, tinha apenas 30 por cento de analfabetos; Moçambique tinha mais de 80 por cento. Não quer isto dizer que os processos sejam homologáveis, nada disso, mas estas referências são importantes também para se perceber o que foi a colonização portuguesa. Leia-se o Acto Colonial (não é uma vergonha?); pergunte-se quem sofreu (há muitos sobreviventes); indague-se quem lutou para se libertar. Até porque não é indiferente o facto de quem fez as guerras terem sido populações rurais... (...) Quanto à conversa sobre as legitimidades, conviria, desde já, exarar o seguinte: as acções da Frelimo, do MPLA e do PAIGC foram decisivas para o que aconteceu a 25 de Abril de 1974, não tenho pejo em o afirmar. Os movimentos de libertação foram, “grosso modo”, frentes aglutinadoras dos anseios das populações. O que ditou o sucesso das guerras pela independência senão a empresa das populações? As populações africanas não foram consultadas para saber se queriam autodeterminação ou independência?! Admitindo o absurdo, pensa Xavier Figueiredo que havia condições para prospectar a opinião destes povos. Esqueceu-se, porém, de se perguntar se estes povos referendaram o domínio colonial... Então as independências deram no que deram?! Pois é, foram os vermelhos! – maus comparsas. Até porque os portugueses tinham condições de desempenhar um

papel preponderante. Sem dúvida. O argumento segundo o qual “nós até éramos tão bons convosco” não é menos colonialista que os outros. (...) Mas nem por isso são desculpáveis os excessos dos dirigentes, que estiveram na origem (também, não foi o único motivo) da debandada dos antigos colonos. Como a intransigência dos dirigentes, o “expansionismo soviético” não explica tudo». ⁴²⁴

Outra veemente crítica à supressão do contexto do colonialismo no debate público do vigésimo aniversário do 25 de Abril, a partir do ponto de vista angolano, evidenciou-se em carta de leitor da autoria de Rui Ramos, em que se descreviam memórias pessoais da violência, repressão e discriminação colonial em Luanda, antecedentes históricos que se reivindicavam como necessários para compreender os rumos da descolonização: «Nos actuais debates televisivos sobre o 25 de Abril e a descolonização, há acontecimentos históricos que têm sido (malevolamente) ignorados, em nome da justificação da “boa colonização”, do “multirracismo”, etc., etc. Claro que nos debates não se ouviu a voz dos colonizados, dos representantes daqueles que, mesmo depois do 25 de Abril, foram massacrados em Luanda. (...) Na mesma Luanda, onde os musseques não tinham nem luz nem água corrente (conferir com o “desenvolvimento” de que falam os “recuperadores” do passado), era frequente muitos brancos juntarem-se em caravanas e percorrerem as ruas aos tiros. (...) Mas se formos mais longe, recordo, por exemplo, o cinema Colonial, em Luanda. Havia filmes proibidos a “indígenas (pretos) e a menores de 6 anos”. Um negro era comparado a uma criança! Era eternamente chamado “rapaz”, mesmo que tivesse a cabeça cheia de cabelos brancos! Já não se lembram destes tempos? Não havia misturas! Nessa altura, muitos bares tinham salas de jantar próprias para negros, com comida mal confeccionada e mais barata. Na Rua Vasco da Gama, lembro-me de haver urinóis separados, onde um branco e um negro não podiam urinar um ao lado do outro. Vou mais longe. Se na instrução primária ainda tinha alguns colegas negros e mestiços, quando cheguei ao 1º ano do liceu, fiquei espantado: nenhum dos meus colegas negros entrou no liceu. Nos sexto e sétimo anos, em 1965, em todo o liceu Salvador Correia, havia quatro alunos negros, para centenas de brancos. Claro que não havia nenhum professor negro! (...) Jovens como eu, tinham uma diferença: não estudavam, não eram cidadãos na sua terra, estavam à completa mercê dos brancos. (...) É evidente que a luta armada alterou algumas coisas. À pressa, as autoridades portuguesas desataram a

⁴²⁴ «A colonização, descolonização e as independências», *Público*, 15 de maio de 1994, p. 24.

legislar contra o trabalho forçado, contra a lei do indigenato, etc. Descobriram que tinham de passar bilhetes de identidade aos negros, mas esse documento não era dado no arquivo de identificação, como aos brancos, mas na administração do posto. Uma cosmética para impedir que os negros aderissem ao nacionalismo. Mas era tarde. (...) Que esperavam os portugueses de Angola que os angolanos fizessem logo que o MFA desencadeou o 25 de Abril?»⁴²⁵

Com efeito, conforme ressalta Loff, nunca houve abertura suficiente na sociedade portuguesa para a discussão da violência colonial, o que se relaciona com a forte influência de um imaginário cultural colonialista, marcado pela ideologia do *lusotropicalismo*:

«Nos 40 anos de democracia portuguesa, à memória da violência colonial, sobretudo quando praticada sob a forma de matanças ou massacres sobre a população civil, nunca foi aberto espaço público suficiente para a sua livre expressão. Não se trata aqui simplesmente do tradicional silêncio incómodo que se adota para preservar os concidadãos que um dia foram combatentes em nome da Pátria (...); no caso português acrescenta-se o tom *lusotropical* com que se descreve publicamente a guerra em livros de divulgação histórica que alcançam várias edições e lançados gratuitamente em jornais como o *Expresso*».⁴²⁶

A opinião de personalidades públicas das ex-colónias, especialmente dirigentes políticos, foi divulgada num suplemento especial do *Público*, em que eram questionados sobre o melhor e o pior da relação entre seus países e Portugal. As respostas coincidiam num quase unânime balanço positivo. É interessante notar que mesmo as vozes críticas do processo de descolonização ressaltavam o carácter amplamente positivo e compensador da libertação dos povos – sensibilidade alheia à maior parte dos discursos críticos portugueses. Assim, por exemplo, Domingos Arouca⁴²⁷, referiu que “o melhor foi a libertação dos povos coloniais, mau grado as lamentáveis condições em que essas independências se processaram”. Rafael Barbosa, dissidente do PAIGC e preso várias vezes antes e depois da independência, limitou-se a lamentar os moldes da descolonização, embora ressaltasse o aspeto positivo do fim da

⁴²⁵ «Lembranças de 20 anos atrás», *Público*, 12 de abril de 1994, p. 18.

⁴²⁶ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 101, 102.

⁴²⁷ Domingos Arouca (1928-2009): Advogado moçambicano. Após ser eleito presidente do Centro Associativo dos Negros de Moçambique, em 1965, foi preso pela PIDE, acusado de pertencer à Frelimo; esteve preso entre 1965 e 1973. Após a descolonização, foi crítico da política da Frelimo e fundou a Frente Unida Democrática de Moçambique (FUMO). Em 1994 foi candidato às eleições presidenciais.

guerra colonial: «Uma das piores foi a forma desorganizada e precipitada como se procedeu à descolonização. Embora o PAIGC fosse o partido vencedor da luta armada, havia outras forças e organizações na sociedade guineense que foram ostensivamente ignoradas, punidas e prejudicadas».

A liberdade foi enfatizada por Alda Espírito Santo⁴²⁸: «O melhor é poder dizer hoje que somos livres e iguais. Podemos construir um caminho novo, onde o relacionamento, numa base de fraternidade, sem demagogias e fortalecido pela língua comum, concorre para o benefício de ambos os países». De forma semelhante, João Craveirinha⁴²⁹ salientou o sentido do 25 de Abril como profundamente positivo e transformador para as perspetivas dos povos das ex-colónias: «Em minha modesta opinião, o “25 de Abril” talvez tenha sido mais revolução em África – ex-colónias portuguesas – do que propriamente em Portugal. Se é verdade que o “25 de Abril” alterou e agitou a paz estagnada de um Portugal politicamente empaludado e com uma artrite democrática quase crónica – 40 anos, não foi? – para nós, moçambicanos, angolanos, guineenses, são tomenses e cabo verdianos o “25 de Abril” foi ampla porta aberta para um novo destino, uma nova presença no mundo: uma identidade soberana, uma identidade nos fóruns internacionais como país, como nação. O melhor 20 anos depois? A gratidão pelo rápido fim da guerra colonial em que os povos português e africanos – e em especial as juventudes – não mereciam ter sido envolvidos fratricidamente».

Também Nino Vieira⁴³⁰ expressou uma visão otimista sobre o 25 de Abril desde uma perspetiva africana: «O 25 de Abril apresentou-se para mim como um virar de página na vida dos nossos povos e que poderia constituir um fator determinante na retomada da nossa marcha comum de amizade e cooperação. Essa esperança reforçou-

⁴²⁸ Alda Espírito Santo (1926-2010): Poeta e escritora, natural de São Tomé e Príncipe. Após a independência, ocupou cargos de ministra e presidente da Assembleia Nacional. Foi presidente da União Nacional de Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe e membro da comissão política do MLSTP/PSD.

⁴²⁹ José João Craveirinha (1922-2003): Poeta e escritor moçambicano. Esteve preso entre 1965 e 1969, por acusações de pertencer à Frelimo. Foi o primeiro escritor africano a receber o Prémio Camões, em 1991.

⁴³⁰ João Bernardo Vieira (1939-2009): Eletricista por formação, foi um dos líderes guerrilheiros do PAIGC. Tendo sido proclamado presidente da Assembleia Nacional Popular, leu a proclamação de independência da República da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1973. Em 1978 foi nomeado primeiro-ministro. Em 1980, através de um golpe militar, derrubou Luís Cabral da presidência. Em 1994, quando se realizaram as primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau, foi eleito primeiro-ministro. Em 1999, seu governo foi deposto após uma tentativa falhada de golpe e a eclosão de uma guerra civil. Refugiou-se em Portugal. Em 2005 retornou à Guiné-Bissau e concorreu às presidenciais, tendo sido eleito à segunda volta; destituiu o governo do seu rival Carlos Gomes Júnior e nomeou o seu aliado político Aristides Gomes. Em 2009 foi assassinado por militares rebeldes.

se quando posteriormente comecei a conhecer os nomes dos principais protagonistas desse acontecimento histórico e nele reconheci o de muitos oficiais que passaram pela Guiné. O facto de ter lutado contra eles foi um parêntesis trágico que nos foi imposto por um sistema retrógrado e que recebera o golpe definitivo com a revolução dos cravos. 20 anos passados, sinto-me orgulhoso de termos todos dado a nossa contribuição para esse acontecimento que tão vincadamente marcou a história moderna dos nossos países».

Já Luís Cabral⁴³¹ criticou a multiplicidade das opiniões que, no espaço público português, condenaram a descolonização e, desta forma, negligenciaram a compreensão do contexto da guerra colonial e o reconhecimento da legitimidade das independências: «É, por isso, de lamentar que, vinte anos depois do 25 de Abril, ainda exista uma corrente em Portugal que, pela maneira como critica a descolonização, não se apercebe de que a alternativa seria a guerra, com a negação total da corrente libertadora que muitos anos antes atingira já a maior parte do continente africano. Essa facção não foi ajudada a compreender que a nossa luta de libertação não foi dirigida contra o povo português, tendo sido ditada por um imperativo da História. Não era, efectivamente, realista pensar-se que, numa África cuja independência tivera o seu início havia já mais de uma dezena de anos, seria possível manter-se o domínio directo ou a supremacia sobre os nossos povos, numa “descolonização” desejada pelos que, efectivamente, não queriam descolonizar».⁴³² Este depoimento sugere a dificuldade de amplos setores da sociedade portuguesa de refletir e/ou compreender historicamente as circunstâncias da guerra colonial. Pode-se dizer que um tal ponto de vista etnocêntrico constitui a base das opiniões que condenam a descolonização: ao culpabilizar os militares e civis portugueses que negociaram o processo – no caso dos discursos abertamente *revisionistas* – ou responsabilizar o Estado Novo pelo bloqueio das negociações – no caso das interpretações fundadas na ambiguidade –, desconsidera-se o papel ativo dos movimentos nacionalistas africanos, que sustentavam uma guerra de libertação nacional.

Em artigos da jornalista Diana Andringa evidenciavam-se perspectivas empenhadas em ressaltar o lado africano da questão. Neste sentido, sublinhava-se a

⁴³¹ Luís Cabral (1931-2009): Irmão do fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau, entre 1973 e 1980. Deposto por Nino Vieira e acusado do fuzilamento de africanos que lutaram e colaboraram com os portugueses durante a guerra, exilou-se, primeiro em Cuba, e a partir de 1984, em Portugal.

⁴³² «Onde estavam os Dirigentes africanos», suplemento *20 anos abril 25*, 11 de abril de 1994, p. 22-24.

importância de se contextualizar a colonização de modo a ser possível discutir a descolonização: «Discutir a guerra, discutir a descolonização, sem ouvir o outro lado conduz-nos sempre aos velhos chavões: a descolonização desastrosa, a guerra que se arrasta em Angola e em Moçambique, a fome, a miséria, a corrupção... Sem ouvir os outros, é fácil esquecer que massacres não houve só em Wyriamu, no calor da refrega, mas em São Tomé ou em Pidjiquiti, em Mueda ou na Baixa do Cassange, em tempo dito de paz. (...) [S]e é importante que a guerra seja contada nas escolas, e nos meios de comunicação social, e em livros, e em filmes, e nas famílias, é indispensável que seja enquadrada na realidade que era a do país e das colónias. (...) É importante falar da guerra, claro que sim. E dos meninos forçados a aprender as estrelas de constelações que não havia no seu céu, a decorar os nomes das estações dos caminhos-de-ferro de um país que nunca conheceriam? E dos “voluntários” africanos, arrancados às suas aldeias? E das mulheres negras, que não serviam para esposas, mas eram muito úteis como fêmeas? E dos velhos com carapinha já branca que desciam do passeio para as crianças brancas passarem? (...) Falar da guerra colonial é, sem dúvida, extremamente positivo. Diria mais: indispensável. (...) Mas falar da guerra esquecendo os antecedentes, e agitando à mistura os cadáveres diários de Angola e Moçambique, pode revelar-se a pior de todas as mistificações».⁴³³

Em outro artigo, Andringa reiterava esta argumentação⁴³⁴. Desta forma, denunciava ainda a desinformação decorrente dos discursos *revisionistas* sobre a descolonização, com a falta de esclarecimento sobre o contexto revolucionário e sobre o papel dos partidos da direita, que também teriam sido atores do processo: «se nada se explica dos tempos anteriores ao 25 de Abril, será possível àqueles que nasceram depois dele (...) entender algo do que de facto se passou nas colónias, ouvindo os debates televisivos? Ouvindo as memórias dos que choram a perda das colónias, e que as apresentam como terras onde corria azeite e mel (sem especificar para quem) e conhecendo, de todos os dias, as imagens das crianças subnutridas de Angola e

⁴³³ «Falar da guerra – sem esquecer os antecedentes», *Público*, 29 de janeiro de 1994, p. 15.

⁴³⁴ «de que falamos quando falamos de descolonizar? Melhor: pode-se vir falar de “descolonização”, vinte anos depois do 25 de Abril, quando nesses 20 anos sempre se evitou, cuidadosamente, falar do que foi a “colonização”? Poder-se-á falar de descolonização sem lembrar que, em plenos anos 60, se procedia ainda, com carácter de urgência, à instalação de colonatos, na Cela ou no Limpopo? Poder-se-á deixar passar as vozes que falam do Portugal do Minho ao Timor, deixando esquecido o Estatuto do Indigenato, que vigorou até ao início da década de 60? (...) Ou [sem lembrar] que crianças e adultos angolanos fossem ensinados a cantar canções tradicionais portuguesas, mas ninguém branco e nascido em Portugal fosse ensinado a apreciar um solo de kissange? Ou, se quisermos ir mais longe, já que a época é de celebração dos descobrimentos, devemos também esquecer a escravatura e os trabalhos forçados?»

Moçambique, ou dos conflitos posteriores às independências, não tenderão a ser iludidos sobre a imprescindibilidade dessas independências? (...) [E]starei eu a perceber mal ou, afinal, tudo o que se passou a seguir ao 25 de Abril, no que à descolonização respeita, foi obra de um movimento normalmente esquecido na historiografia oficial e normalmente não chamado a estes debates? É que, de debate para debate, de canal para canal, a queixa permanece: “Tivemos de descolonizar à pressa, porque os soldados queriam a paz, recusavam continuar a guerra, estava tudo minado por aquela palavra de ordem de ‘nem mais um soldado para as colónias’”... Será má vontade minha ou tal queixa não permite perceber o que é que queriam os que a fazem: dar a independência às colónias, (...), ou prolongar a guerra, já que, naturalmente, os movimentos de libertação não iriam desistir da sua luta? (...) será também confusão minha, ou havia gente do PSD e do CDS nos governos e nos demais órgãos de soberania da época da descolonização? E se havia (havia!), porque é que não a vemos nestes debates? Porque é que se apresenta a descolonização como uma coisa (desastrosa) levada a cabo apenas pelo PS e o PCP (obrigados, claro está! pela terrível palavra de ordem do MRPP)?»⁴³⁵

Em suma, pode-se dizer que também no caso da descolonização e guerra colonial, a discussão pública irrompe no espaço público português apenas no vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994. Enquanto nos anos 1980 as opiniões *revisionistas* – que criminalizam a descolonização e reabilitam o colonialismo e a política colonial – se restringiam às informações difundidas na imprensa representativa da extrema-direita – particularmente sensível a este tema – e às vozes de certas personalidades protagonistas e defensoras da política do Estado Novo, em 1994 verificou-se uma considerável expansão deste género de opinião no espaço público sob o pano de fundo do sensacionalismo mediático, indiferente ao esclarecimento histórico. É possível afirmar que o *revisionismo histórico* sobre a descolonização assenta num ainda forte imaginário colonialista na sociedade portuguesa, ancorado na ideologia do *lusotropicalismo*, o que favorece o eclipse das problemáticas da guerra colonial e do colonialismo, suplantadas pelos juízos ético-políticos negativos sobre a descolonização. Uma tal tendência aproxima as culturas políticas de extrema-direita e de setores da direita, abertamente defensoras do regime e de toda a política do Estado Novo, e as culturas políticas moderadas, entre o centro-direita e o centro-esquerda, as quais,

⁴³⁵ «Palavras no muro», *Público*, 9 de abril de 1994, p. 21.

embora critiquem a ditadura e a política colonial, paradoxalmente não aceitam as condições em que se deu o fim do colonialismo português em virtude do paradigma radical que caracterizou a descolonização, incapaz de salvaguardar os interesses dos portugueses que se encontravam nas colónias.

5-5. Conclusões

No período estudado (1986-1994) – anos que abrangem a quase totalidade dos governos de Cavaco Silva –, a memória pública sobre o passado recente português passa por duas fases. A primeira, a fase da *repressão memorial*, cujas origens remontam à contenção do processo revolucionário e início da chamada *normalização democrática*, caracterizou-se pela escassa discussão pública sobre o passado. Nesta fase, por um lado, os relatos memoriais baseados na valorização positiva do legado revolucionário – as *memórias revolucionárias*, as *memórias prospetivas* e as *memórias da resistência*, assim como as *memórias antirrevisionistas* e as *memórias instrumentais*, críticas das políticas de direita – eram *memórias subterrâneas* e, portanto, dispunham de pouca visibilidade no espaço público, restrita aos jornais representativos de culturas políticas de esquerda, que não configuravam a *grande imprensa*. Por outro lado, nas páginas da *grande imprensa* já se faziam presentes nesta fase os discursos *revisionistas*, pautados pela desvalorização do período revolucionário. É possível considerar que subjacente à escassa discussão sobre o passado recente no espaço público português se encontrava a retórica que foi dominante ao longo desta fase: a ideia de *superação do passado*, tanto no que diz respeito à Revolução quanto à ditadura; ou seja, a opção de evitar o estabelecimento de avaliações ético-políticas sobre o passado. A presença ainda rara, embora majoritária, dos discursos *revisionistas* nos jornais da *grande imprensa* pode ser entendida como a expressão da tendência interpretativa que, com frequência, se camuflava sob esta retórica dominante. Indica, além disso, o lento processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora, que se consolidará nos anos 1990, particularmente durante o segundo mandato de Cavaco Silva como primeiro-ministro (1991-1995), cronologia que também coincide com o advento da fase da *obsessão memorial*. Conforme esclarece Loff:

«Nos vinte anos que separam o 25 de Abril daquela que foi a primeira grande rebelião da memória antifascista, em 1994, a sociedade portuguesa fora submetida a um discurso ressentido e revanchista sobre a Revolução, que, a par de um outro da vontade de superação do passado autoritário, desqualificava a

memória antifascista como puro sectarismo ideológico que não assentaria em nenhuma realidade efetiva. Esta retórica era idêntica, também aqui, àquela que foi muito comum no discurso do poder político em todos os países que passaram pelo trauma da derrota da ocupação nazi e/ou fascista italiana durante a II Guerra Mundial, resvestido de uma moralidade, de aparência cristã, da necessidade e da bondade do *perdão*, do afastamento do *mal*, da superação da dor e do conflito, da exortação a *olhar para o futuro* e a *esquecer* os motivos de divisão social no passado». ⁴³⁶

A emergência da fase da *obsessão memorial* dá-se em virtude da indignação com o avanço dos discursos *revisionistas* no espaço público português, primeiramente em 1992, a propósito do escândalo das pensões concedidas a ex-agentes da PIDE, indignação esta que se transforma na *rebelião da memória* do vigésimo aniversário do 25 de Abril, cuja gota d'água foi o *branqueamento* do Estado Novo nos programas televisivos – mais concretamente, em função da participação de um ex-pide num debate. Neste quadro, as *memórias da resistência* passam de *memórias fracas* a *memórias fortes*, relegitimadas publicamente pela reação ao notório desenvolvimento da reabilitação da ditadura no espaço público, particularmente na televisão; as memórias comunistas alcançam uma inédita visibilidade social: as denúncias sobre a depreciação do papel atribuído ao PCP na luta contra a ditadura e na democratização figuram nas páginas da *grande imprensa*, assim como os depoimentos sobre a opressão e a violência do Estado Novo.

Participam na *rebelião da memória* setores sociopolíticos moderados – de centro-esquerda e centro-direita – que até então defendiam a retórica da *superação do passado* ou as *memórias consensuais*, mas que não toleram a crescente visibilidade social dos discursos públicos *branqueadores* da ditadura. Desta forma, verifica-se em 1994 um *combate pela memória* entre os discursos que rejeitam o *revisionismo histórico* sobre o passado recente e as *memórias revisionistas* sobre a Revolução, também dominantes no espaço público, particularmente a tese da *dérápée à portuguesa*, defendida por numerosos representantes políticos, da área do PS e do PSD; militares; intelectuais e empresários. Já a tese da *revolução como equívoco histórico*, que supõe uma mais ampla avaliação negativa da Revolução, é defendida por setores sociopolíticos mais conservadores, politicamente próximos do PSD e do CDS.

⁴³⁶ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 88.

É nítido que a Revolução, mais especificamente a radicalização revolucionária, constitui o foco da clivagem no interior da *rebelião da memória*. Por outras palavras, se a totalidade dos setores sociopolíticos de centro-esquerda, politicamente próximos aos socialistas, e parte dos setores de centro-direita, afins aos social-democratas, convergem com as culturas políticas de esquerda na efusiva recusa do *branqueamento* do Estado Novo e, em grande medida, na defesa das *memórias da resistência*, uma significativa parcela destes mesmos setores – neste caso se invertem as afinidades políticas: a totalidade dos social-democratas e setores dos socialistas – cultivam as *memórias revisionistas* baseadas na tese da *dérapage à portuguesa*, já que reconhecem a origem da democracia tanto no 25 de Abril como no 25 de Novembro, mas não no processo revolucionário.

Neste sentido, a *rebelião da memória*, cuja eclosão no espaço público se explica justamente pela unanimidade e convergência de extensos setores sociopolíticos no sentido da recusa do *revisionismo histórico* sobre a ditadura, alberga em seu seio o aparente paradoxo segundo o qual suas franjas mais à direita subscrevem os discursos *revisionistas* sobre a Revolução. De modo que a frente memorial que se forma em defesa das *memórias da resistência* não se mostra coesa no que diz respeito ao combate do *revisionismo* a propósito da Revolução. Ou seja, para as culturas políticas moderadas não há incompatibilidade entre a rejeição do *branqueamento* do Estado Novo e a condenação do processo revolucionário.

A clivagem mostra-se ainda mais marcante no que tange à abordagem da descolonização e guerra colonial. Se é que se pode considerar que a *rebelião da memória* de 1994 se estende a estes âmbitos, apenas abrange as culturas políticas de esquerda e as vozes africanas sobre a questão. Enquanto no caso dos discursos condenatórios da Revolução os *juízos anticomunistas* constituem o elemento onnipresente que aproxima relatos representativos de culturas políticas de centro-esquerda e de extrema-direita, no caso da descolonização este elo de ligação é um ainda forte *imaginário cultural colonialista* pautado pela ideologia do *lusotropicalismo*. De modo que as interpretações baseadas na condenação da descolonização – ainda que em muitos casos salientem também, de forma ambígua, a crítica da política colonial e a responsabilização da ditadura pelo atraso do processo – podem ser explicadas, em última instância, por uma perceção da identidade social que não abrange uma extensiva rejeição ético-política da experiência colonial portuguesa.

Capítulo 6. As memórias do século XX nos espaços públicos democráticos das sociedades ibéricas: uma perspetiva comparada

6-1. As fases da memória pública

O estudo da memória sobre os autoritarismos do século XX apresenta, no caso das sociedades ibéricas, a particularidade segundo a qual as ditaduras espanhola e portuguesa instauradas durante o ciclo dos fascismos europeus, nos anos 1930, sobreviveram à derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, adaptaram-se à nova conjuntura internacional da Guerra Fria e mantiveram-se no poder até meados da década de 1970. No entanto, enquanto em Espanha a transição democrática se iniciou após a morte do ditador, em novembro de 1975, através de um processo complexo envolvendo uma delicada relação de forças entre os herdeiros políticos do franquismo, os setores reformistas do governo, as forças da oposição e as mobilizações populares que reivindicavam a democratização; em Portugal verificou-se a via da rutura, já que o termo do salazarismo se deu através de um golpe militar liderado por jovens capitães – com o objetivo primordial de pôr fim à guerra colonial longa de treze anos – que se transformou numa ampla revolução social. Esta significativa diferença entre as origens das democracias espanhola e portuguesa constitui um elemento fundamental para compreender as especificidades das respetivas fases da memória pública.

6-1.1 Primeira fase: a *transição espanhola* e a *rutura revolucionária*. Os pontos de partida da evocação do passado nos espaços públicos democráticos: as *memórias da reconciliação* e as *memórias do antifascismo*

No caso espanhol, conforme já foi referido, as *memórias da reconciliação*, na condição de relatos memoriais que preconizam a dispensabilidade dos juízos ético-políticos sobre o passado recente – não confundir com a *política de reconciliação nacional*, que se desenvolveu entre a oposição antifranquista desde meados do século XX e que consistia numa estratégia política de luta contra a ditadura – devem ser situadas, por um lado, considerando-se a influência da memória oficial franquista nestes relatos, particularmente no que diz respeito a uma conceção depreciativa da II República, o que se reflete na opção hermenêutica pela *patalogização* do passado: avaliado como um tempo de fúrias indecifrável, mas felizmente superado. Este traço da propaganda franquista pode ser entendido como o âmbito da memória oficial que mais eficazmente foi absorvido no imaginário cultural das gerações que vivenciaram e se

socializaram durante a ditadura, para além da esfera específica das culturas políticas de direita, e inclusive entre setores da oposição antifranquista. De modo que, no momento histórico da transição, uma tal perspetiva baseada no propósito de evitar a abordagem ético-política do passado pode ser considerada como dominante entre as gerações que então eram socialmente ativas: tanto entre as gerações que viveram a guerra civil, quanto entre as gerações dos *filhos da guerra*, socializados durante o franquismo e principais protagonistas da transição.

Por outro lado, ainda em estreita associação com a influência da memória oficial franquista, ativou-se durante os anos da transição uma memória preventiva da guerra civil: diante da violência e conflitualidade social que marcaram o período e da real ameaça de obstrução da democratização pelos setores ultras do franquismo, o postulado do *Nunca más* e a opção por não discutir o passado em termos ético-políticos foram maioritariamente compartilhados por amplos setores político-sociais como imperativo para assegurar a irreversibilidade da democracia. É interessante a observação de Francisco Espinosa segundo a qual, “como consecuencia de la propaganda franquista”, “la guerra civil seguía ocultando el golpe militar”, já que durante a transição não teria havido uma ameaça efetiva de guerra civil mas sim um “golpismo latente”.¹ Ou seja, esta memória preventiva da guerra civil ativada durante a transição bebia da fonte do imaginário cultural franquista, no qual a guerra civil e os seus usos políticos *eclipsavam* o golpe militar de 1936.

Com efeito, Paloma Aguilar ressalta que o estreitíssimo vínculo percecionado por muitos espanhóis – em grande medida como decorrência da socialização franquista – entre a polarização política da II República e a guerra civil teve influência no contexto da transição, condicionando não apenas as escolhas das elites políticas e as sensibilidades sociais, mas também a forma como se recordava o passado.² Já no que diz respeito especificamente às culturas políticas de direita – aqueles segmentos, é importante especificar, minimamente abertos à mudança política, pois os setores da direita que propugnavam a *continuidade* seguiam defendendo discursos sobre a guerra civil mais marcadamente identificados com a propaganda franquista e não se inibiam

¹ ESPINOSA, Francisco. *Contra el olvido. Historia y memoria de la guerra civil*. Barcelona, Crítica, 2006, p. 177.

² AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política*. Madrid, Alianza Editorial, 2008. P. 234-235, 237. Em sentido semelhante argumenta Carme Molinero, destacando que “la memoria franquista consiguió también afianzar un imaginario en el que II República y guerra civil se integraban en una unidad”. MOLINERO, Carme. «La transición y la ‘renuncia’ a la recuperación de la ‘memoria democrática’» in *Journal of Spanish Cultural Studies*, 11, 2010. P. 44.

em expressar posicionamentos ético-políticos sobre a contenda –, a defesa dos relatos da *reconciliação*, cujos argumentos não eram de todo alheios ao imaginário das direitas, permitia a conservação do conjunto de seus valores ético-políticos e interpretações do passado recente na nova conjuntura de transição política.

Convém salientar, uma vez mais, que não houve *silêncio*, *esquecimento*, e muito menos *pacto de silêncio/esquecimento* sobre o passado recente durante a transição. Como demonstram muitos autores, a guerra civil foi alvo de um significativo interesse público, constantemente aludida nos meios de comunicação social e inclusive objeto de legislações que contemplavam certos grupos sociais.³ O mesmo não se estende, porém, ao âmbito da ditadura franquista: se a investigação histórica sobre o franquismo se desenvolveu progressivamente desde os anos da transição, o conhecimento científico sobre o passado não foi acompanhado por uma discussão pública sobre o período, especialmente no que tange às questões mais delicadas da repressão e resistência; segundo Cuesta, “[s]ilencio, olvido e historización explican la memoria de la dictadura en la democracia española”.⁴ Deve-se ressaltar, no entanto, que, no que diz respeito à guerra civil, predominava o parâmetro ideológico das *memórias da reconciliação*, ou seja, a abordagem deste passado recente não se pautava pelo estabelecimento de juízos ético-políticos em relação aos lados enfrentados. Por exemplo, Cuesta menciona que nos intensos debates dos anos da transição sobre Guernica, a autoria alemã dos bombardeamentos de 1937 “tenía la virtud de cargar la culpa sobre ‘ellos’, la Legión Cóndor, produciendo así un proceso de externalización, de exteriorización, de culpabilización del ‘otro’”. É possível afirmar ainda que as amplas reivindicações da oposição antifranquista pela amnistia se pautavam pelo pressuposto da “equiparación de derechos y deberes” entre os dois lados, considerando-se a discriminação sofrida pelos republicanos ao longo do franquismo⁵. Deve-se reconhecer que uma tal perspectiva baseada na retórica da *reconciliação* abria uma lacuna a propósito da avaliação que se reservava à ditadura.

Desta forma, a hegemonia das *memórias da reconciliação* – cuja retórica que procurava evitar a discussão ético-política sobre o passado também abrangia, por extensão, a ditadura franquista – no contexto da transição explica o “vazio ético” que

³ Cf. CUESTA, Josefina. *La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España. Siglo XX*. Madrid, Alianza Editorial, 2008: acerca do debate sobre a guerra civil nos anos da transição, p. 305-319; um quadro com as leis sobre amnistia e pensões entre 1975 e 1990, p. 395-398.

⁴ CUESTA, 2008, *op. cit.*, p. 350.

⁵ CUESTA, 2008, *op. cit.*, p. 312; 400.

identifica Vinyes na origem da democracia espanhola, fundado numa simetria ética entre ditadura e democracia, devido à inibição do Estado em abordar a questão da violência e das responsabilidades políticas do franquismo.⁶ Por outras palavras, contrariamente às democracias europeias do pós-guerra, a espanhola não sustentou a sua origem fundacional na luta antifascista, uma vez que, no cenário da transição, a hegemonia pública das *memórias da reconciliação* significou a manutenção do carácter privado e *subterrâneo* das memórias dos vencidos da guerra civil e da resistência antifranquista.

As *memórias da reconciliação*, portanto, devem ser entendidas como relatos cujas origens argumentativas remontam ao contexto do franquismo – tanto no que diz respeito ao universo memorial das próprias culturas políticas de direita, quanto a propósito da construção de um amplo imaginário cultural extensível às gerações dos vencidos da guerra civil e de seus descendentes, e, ainda, desenvolvida no seio deste âmbito, especialmente entre a geração dos *filhos da guerra*, a perspetiva segundo a qual dever-se-iam considerar distanciadas e superadas as divisões da guerra civil de modo a ser possível concretizar uma alternativa política democrática ao franquismo –, mas que adquirem um significado renovado e mais coeso na conjuntura dos anos da transição, sustentadas sob o pano de fundo político da democratização. Neste quadro, para a oposição antifranquista e os setores sociopolíticos que representava, a consolidação do regime democrático ganhava primazia sobre a eventual possibilidade de uma discussão ético-política sobre o passado franquista, propósito político que, além do mais, se conformava com o imaginário cultural das gerações que viveram este momento histórico. Conforme sublinha Ysàs, “[n]uma parte da sociedade identificada com a Espanha vencida na guerra civil tinham-se instalado, desde há muito tempo atrás, atitudes difíceis de quantificar mas que, sem dúvida, não eram insignificantes, que tinham optado por esquecer um passado traumático que lhes tinha trazido muito sofrimento”.⁷

Por outro lado, para as culturas políticas de direita, uma tal discussão era – como continuou a ser após a consolidação da democracia – indesejada e incómoda, uma vez que representavam os herdeiros políticos e culturais da ditadura. É importante ressaltar,

⁶ VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona, Los libros del lince, 2011. P. 13-15.

⁷ YSÀS, Pere. «Memória e silêncio. A esquerda espanhola durante a transição» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, p. 335.

contudo, que apenas os setores da direita que reconheciam a necessidade da mudança política – representados pela UCD – assumiram desde os anos da transição os discursos da *reconciliação* e a opção por evitar o debate público sobre a guerra civil. Pois “[o] ultrafranquismo e também aqueles que se identificavam com a estrita continuidade falaram sem parar da guerra civil, em perfeita continuidade com o discurso propagado pela ditadura durante 40 anos, identificando a Segunda República com violência, desordem e caos, estabelecendo até um paralelismo direto com a situação do presente, ampliando a violência política e a conflitualidade social e denunciando as ameaças de rotura – em especial da unidade social e da ordem social – que tanto tinham sido utilizadas para legitimar o denominado *Alzamiento Nacional* de julho de 1936”.⁸

Aguilar menciona ainda como explicação para a opção maioritária da sociedade espanhola de eludir a discussão sobre o passado, para além da influência da memória da guerra civil, o profundo sentimento de culpa pela convivência de importantes estratos sociais com a ditadura.⁹ O teor das *memórias da reconciliação*, que se tornam dominantes durante a transição e que conformam o relato da *transição modélica*, é definido por Aguilar nos seguintes termos:

«los españoles, por fin, somos capaces de eludir una especie de maldición histórica que parecía conducirnos inevitablemente a la confrontación y nos impedía llegar a soluciones consensuadas que satisficieran a una mayoría de la población. Gracias a las transformaciones económicas, sociales y administrativas de los últimos tiempos, y gracias también a las duras lecciones aprendidas del pasado, fue posible conjurar el hechizo y romper, de una vez por todas, con una larga tradición de violencia política, intolerancia, sometimiento del adversario y “trágalas” constitucionales».¹⁰

Percebe-se, portanto, que inerente aos discursos memoriais da *reconciliação* e da *transição modélica* se encontram mitos da ideologia franquista, tais como a ideia da *incapacidade de convivência* dos espanhóis e da *loucura coletiva* dos anos 1930 – concepções que, nos anos da transição, eram partilhadas por amplos setores da sociedade espanhola, para além da esfera específica das culturas políticas de direita. Segundo Aguilar, a memória da experiência republicana frustrada exerceu direta influência na

⁸ YSÀS, 2014, *op. cit.*, p. 335.

⁹ AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. «Presencia y ausencia de la guerra civil y del franquismo en la democracia española. Reflexiones en torno a la articulación y ruptura del “pacto de silencio”» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (ed.) *Guerra civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006. P. 270.

¹⁰ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 238.

configuração do desenho institucional da democracia espanhola; ou seja, com base nos discursos memoriais então dominantes, dever-se-ia eliminar “aquellos aspectos que se creía más habían contribuido a la radicalización de la vida política y social en aquellos tiempos”.¹¹ Por outras palavras, as *memórias da reconciliação* desempenharam, durante a transição, uma função política direta na configuração e consolidação da democracia em Espanha. E, ao mesmo tempo, contribuíram para engengrar as *memórias da transição modélica*: por exemplo, a construção da ideia do *consenso* como eixo norteador e origem fundacional da democracia espanhola pode ser considerada como o reverso do mito da *incapacidade de convivência* dos espanhóis.¹²

As *memórias da transição modélica* forjam-se, neste sentido, em intrínseca relação com as *memórias da reconciliação*, como as duas faces de um mesmo arsenal conceptual para avaliar o passado. Conforme observa Aguilar, “[s]i la transición ha pasado a la historia como el cambio político ‘pacífico’ por excelencia, a pesar de los 644 muertos, es precisamente porque la pesadilla de muchos era la repetición de la masacre de la Guerra Civil”.¹³ Por outras palavras, as percepções depreciativas da experiência democrática dos anos 1930 presentes nas *memórias da reconciliação* – em larga medida efeito do êxito da socialização dos mitos franquistas – encontram o seu reverso especular compensador nas visões exaltantes da transição, que eludem todos os seus aspetos violentos e conflituosos. Não obstante, conforme já foi mencionado anteriormente, no que diz respeito às culturas políticas de direita – com exceção dos setores que admitiram a mudança política e que participaram no processo de transição através da representação da UCD –, a adesão ao relato da *transição modélica* só se dá posteriormente, durante a década 1980; neste momento inicial dos anos da transição, a direita pautou-se pela obstaculização do processo de democratização levado a cabo, e neste sentido não participou na construção do relato de exaltação do processo.

Em Portugal, a natureza de rutura revolucionária da democratização propiciou a imediata expressão pública das memórias do antifascismo: uma catarse simbólica de verbalização da repressão, da violência e da resistência de décadas contra o autoritarismo, e que acompanhou o processo de explosão revolucionária. Explosão revolucionária que se originou do vazio de poder decorrente do derrube do regime; nos

¹¹ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 250.

¹² Aguilar estabelece a relação entre “[l]a institucionalización del consenso”, que teria sido “el resultado más sobresaliente de la transición”, com “[e]l mito de la ingovernabilidad de los españoles[, que] fue conscientemente alimentado por Franco, e inculcado, con no poco éxito, a través del proceso de socialización”. AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 319-320.

¹³ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 398.

termos de Fernando Rosas, “a paralização, pulverização e enfraquecimento geral do poder e autoridade do Estado” em virtude do rompimento da hierarquia das Forças Armadas através do protagonismo político adquirido pelo MFA e a consequente “neutralização/anulação do papel tradicional da FA” como guardião do monopólio da violência do Estado. Nestas condições, desenvolveu-se, desde o próprio dia 25 de Abril, “um movimento revolucionário de massa” que “subverteu a ordem estabelecida a todos os níveis da sociedade”, antecipando-se, assim, à instauração da democracia formal. Ou seja, a democracia portuguesa foi, em sua origem, consagrada através de seu exercício direto:

«Ele [movimento revolucionário de massa] tentou criar e articular novas formas democráticas de organização e expressão da vontade popular em milhares de empresas, nos bairros populares das periferias das cidades, nos campos do sul, nas escolas, nos hospitais, nos órgãos locais e centrais do Estado e até nas Forças Armadas. Um movimento revolucionário de massas que no seu processo, nos seus distintos períodos ofensivos, ocupou fábricas, as terras do latifúndio, as casas de habitação devolutas, descobriu a autogestão e o controlo operário, impôs a nacionalização da banca e dos principais sectores estratégicos da economia, saneou padrões e administrações, criou Unidades Coletivas de Produção para a Reforma Agrária e geriu a vida de milhares de moradores pobres de Norte a Sul do país».

A conquista das liberdades públicas, e da “democratização política do Estado”, “a destruição do núcleo duro do aparelho repressivo e a perseguição de seus responsáveis”, “as bases de uma nova justiça social”¹⁴ permitem dizer, enfim, que em Portugal a democracia foi originalmente aclamada pelos movimentos sociais e populares que protagonizaram a Revolução de 1974/75.

Conforme sublinha Irene Pimentel, “[n]os dias posteriores ao 25 de Abril de 1974, as primeiras manifestações, embora não organizadas e compostas por elementos dos grupos e partidos da oposição à ditadura que saíam da clandestinidade, eram sobretudo contra a polícia política”. Segundo esta autora, foi “[d]e tal forma forte essa pressão popular” pela exigência de “incriminação e julgamento de ex-ministros, agentes da PIDE e Legião Portuguesa (LP), juizes, advogados, polícias e outros colaboradores

¹⁴ ROSAS, Fernando. «Ser e não ser: A Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, p. 197; 195.

do aparelho repressivo”, “que o MFA criou, a 24 de Junho de 1974, o Serviço de Coordenação da Extinção (SCE) da PIDE/DGS e LP”.¹⁵ Paralelamente, desenvolviam-se os *saneamentos* na função pública, empresas, jornais, escolas e universidades, processos que acompanharam a tendência da radicalização do período revolucionário, ou seja, tendo sido inicialmente manifestações espontâneas, passaram cada vez mais a denotar a tentativa de influência e controlo por parte de partidos e organizações políticas, ao mesmo tempo em que os governos provisórios procuravam regulamentar legalmente os processos de *saneamentos*.¹⁶ Loff menciona que “[e]m alguns campos, o contexto social é praticamente libertário, já que, uma vez esvaziado de conteúdo o sistema de poder anterior, não se chega a edificar um alternativo”, e que nas muito diversificadas experiências de participação popular do período revolucionário, “desde as assembleias e os comités de empresa aos sindicatos”, as “cooperativas de autogestão que resultam do abandono patronal de uma infinidade de empresas”, as “comissões de moradores organizadas informalmente”, “geraram-se em última análise os sistemas de gestão democrática dos organismos públicos e as entidades independentes de controlo dos serviços públicos que se consolidaram no período constitucional”.¹⁷

A expressão desta subversão da ordem político-social no âmbito das representações do passado foi a hegemonia pública das memórias do antifascismo, rompendo-se desta forma – contrariamente ao caso espanhol – a privatização e o silêncio a que estes relatos memoriais haviam sido relegados ao longo da ditadura. Pode-se considerar, com efeito, que as reivindicações por justiça política e os *saneamentos* – assim como os processos político-administrativos que se seguiram a estas demandas populares, no sentido de as legalizar – constituíram, na prática, a manifestação pública de *políticas de memória* que preconizavam a legitimidade das memórias do antifascismo. Esta simbiose que durante o período revolucionário se verificou entre manifestações e reivindicações políticas e representações públicas da

¹⁵ PIMENTEL, Irene Flunser. «A extinção da polícia política do regime ditatorial português, PIDE/DGS» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. P. 115.

¹⁶ Embora em cada um dos setores nos quais ocorreram os *saneamentos* tenham obedecido a uma lógica de funcionamento, características e cronologia específicas. Para uma análise sobre o caso da magistratura, âmbito em que o processo de *saneamentos* foi consideravelmente limitado, cf. REZOLA, Maria Inácia. «Justiça e transição: os juízes dos tribunais plenários no processo revolucionário português» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. P. 177-217.

¹⁷ LOFF, Manuel. «Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta» in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto, Editora da Universidade do Porto, 2006, p. 168, 169-170.

memória do antifascismo pode ser ilustrada pelo caso da Associação de Ex-Presos Políticos Anti-Fascistas (AEPPA), criada em junho de 1974 e composta por militantes da área da extrema-esquerda. Segundo Miguel Cardina, para esta associação, “a luta pela memória e pela justiça política era indissociável da luta política desenhada no Portugal pós-Abril”. “Desde logo, porque se entendia que o fascismo continuava vivo e operante, e os atrasos e impasses no seu desmantelamento mais não eram do que reflexo ou contributo para o seu revigoramento”.¹⁸

É possível afirmar, neste sentido, que as memórias do antifascismo que dominaram o espaço público português simultaneamente ao processo revolucionário se caracterizam por um carácter prático e político, no sentido de manifestações públicas de rejeição da ordem político-social e cultural do Estado Novo. Trata-se, portanto, de um género de expressão memorial sensivelmente distinto daquele que, neste trabalho, se optou por denominar como as *memórias da resistência* e que incidem mais diretamente no âmbito das *interpretações sobre o passado* – embora partilhem uma mesma matriz ideológica a respeito do passado com aquelas manifestações do período revolucionário de *conquista do espaço público pelas representações memoriais do antifascismo*.

Pode-se dizer que se trata de um processo análogo ao verificado em Espanha com as *memórias da reconciliação*, que, durante o período da transição, adquiriram igualmente um carácter prático e político – no sentido de que a meta de viabilizar a democracia superava, na instrumentalização da guerra civil efetuada por estes discursos, o propósito de avaliar o passado –, sensivelmente distinto do teor que alcançaram, desde os anos 1980, os discursos públicos da *reconciliação*, os quais, como sublinha Vinyes, se tornaram ideologia. É certo que qualquer relato memorial, na condição de *usos políticos do passado*, apresenta uma função prática no momento presente – e tal foi o caso, conforme se demonstrou ao longo deste trabalho, das memórias portuguesas da *resistência* e das memórias espanholas da *reconciliação* dos anos 1980 e 1990 –; a diferença que se quer ressaltar aqui é que nos períodos da Revolução Portuguesa/transição espanhola o propósito de alcançar medidas políticas concretas nos respetivos espaços públicos superou uma função prática estritamente decorrente da interpretação que aqueles discursos atribuíam ao passado. Por outras palavras, enquanto nos anos revolucionários/da transição figurava em primeiro plano o *combate político*,

¹⁸ CARDINA, Miguel. «Guerra total à fera fascista: A AEPPA e a memória como combate» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. P. 160.

nas décadas seguintes, após a consolidação democrática, sobrepôs-se o plano discursivo do *combate de memórias*, muito embora, em qualquer caso, estes dois âmbitos – política/discursos memoriais – estejam intrinsecamente interrelacionados.

Como sublinha Loff, “a democracia portuguesa que nasce em 1974 (...) está política, histórica e institucionalmente enraizada na rejeição da ditadura do *Estado Novo*”, e neste sentido sua origem fundacional aproxima-se das democracias europeias surgidas no pós-II Guerra Mundial, após a vitória sobre o nazi-fascismo.¹⁹ Portanto, ao contrário do caso espanhol, em que o processo de (re)elaboração das *memórias da reconciliação* durante a transição sofreu a influência da delicada relação de forças políticas em presença, com a ameaça involucionista por parte dos setores mais conservadores do franquismo, para além da violência repressiva estatal e da violência de grupos de extrema-direita e de extrema-esquerda – ambiente que contribuiu para a ativação da memória da guerra civil –; em Portugal, as condições da Revolução determinaram a ausência de pudor quanto à condenação pública do passado ditatorial, e o vazio de poder permitiu a *conquista da palavra* e a comunicação da memória da opressão. É interessante notar, portanto, que enquanto em Portugal é possível considerar a *luta antifascista* como a origem fundacional da democracia – tendo em vista que esta nasce da direta recusa do regime ditatorial –, em Espanha pode-se identificar a *política do consenso* como a origem fundacional do sistema democrático. De modo que, subjacente a esta origem fundacional democrática, se encontram, no caso português, as *memórias da resistência*, e, no caso espanhol, as *memórias da transição modélica* e da *reconciliação*, as quais implicam a não-discussão pública do passado recente em termos ético-políticos – não apenas sobre a guerra civil, mas também sobre o regime franquista.

Neste sentido, e retomando as denominações do modelo analítico de Henry Rousso, pode-se dizer que a especificidade da Revolução Portuguesa, que implicou uma rutura radical com o regime anterior, originou uma fase inicial de evocação do passado recente que pode ser considerada como um primeiro momento de *anamnesis*: um “retorno do reprimido” – as memórias da repressão e da resistência antifascista – ao longo do período ditatorial. Ou seja, nos termos da eclosão revolucionária, a democracia portuguesa inaugurou-se com a emergência pública das vozes reprimidas, silenciadas e marginalizadas durante o salazarismo. Ao passo que no caso espanhol o antecedente da

¹⁹ LOFF, Manuel. «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, p. 23-24.

guerra civil contribuiu para que a primeira fase da evocação pública do passado coincidissem com o período de *repressão da memória*; trata-se, contudo, de uma repressão muito particular, já que se elabora um relato memorial específico para este propósito, também ele marcado pela influência traumática do passado de guerra civil. Desta forma – e, uma vez mais, ao contrário do caso português –, em Espanha permanecem, desde o próprio período inicial da construção democrática, reprimidas e marginalizadas no espaço público as memórias dos vencidos da guerra civil e dos resistentes antifranquistas.

É interessante refletir ainda sobre as causas que explicam as respetivas hegemonias de tais relatos memoriais nas fases iniciais de democratização das sociedades ibéricas. Como já se argumentou para o caso espanhol, a construção das *memórias da reconciliação* representava, em larga medida, o imaginário cultural da geração dos *filhos da guerra civil*, que protagonizou o processo de transição. No caso português, o carácter hegemónico das memórias do antifascismo relaciona-se diretamente, conforme se demonstrou, com a própria explosão revolucionária, podendo ser considerado como uma de suas facetas. Neste sentido, entende-se que a explicação da transformação do golpe militar em revolução social deve ser buscada na motivação primordial que impulsionou a ação do MFA: o fim da guerra colonial. Como destaca Rosas, “o descontentamento contra a guerra” foi “interpretado pelos jovens oficiais que a conduz[ia]m no terreno”. É fundamental, portanto, compreender que a espontaneidade da explosão revolucionária se deveu a uma perceção social maioritária de recusa do esforço de guerra, fator que implicara uma politização à esquerda da sociedade portuguesa. Conforme sustenta Loff, o início dos anos 1970 – o culminar de um processo de transformações socioeconómicas que se desenvolvia desde a década anterior – foram tempos de “repolitização da sociedade”, não porque os problemas fossem “simplesmente *políticos*”, mas “porque a sua natureza imediata assim os apresentava”, de modo que o forçoso posicionamento dos portugueses em relação à problemática da guerra colonial, especialmente por parte dos jovens do sexo masculino que deveriam apresentar-se ao serviço militar, constituiu o epicentro de uma crise sociopolítica:

«Tudo se tinha tornado *político* ao mesmo tempo: os anos da Guerra Colonial e da emigração eram os mesmos da industrialização, das migrações internas e da urbanização, da expansão do sistema escolar e do arranque da emancipação da mulher, da contestação juvenil fora e dentro das fronteiras portuguesas. (...) A

fonte de pressão que, por ser mais subterrânea, se revelou, portanto, mais permanente e decisiva era aquela que advinha do cansaço da guerra, quer de uma sociedade metropolitana de onde fugiam os mancebos em idade militar, como dos jovens oficiais que, nos primeiros anos 70, iam já iniciar, em muitos casos, a quarta comissão de dois anos em território africano. São esses os que se deixam politizar em contacto com muitos oficiais e soldados milicianos que chegavam de Portugal com uma razoável consciência do quadro político de explicação da guerra».

Neste sentido, Loff considera que “[a] tomada espontânea da rua por parte da população logo na manhã de 25 de Abril de 1974, contra todas as expectativas dos militares rebeldes, representa bem uma metáfora do processo de súbita mobilização para a actividade política”, a qual, apesar de efémera no médio prazo, “adquir[e] muito rapidamente um tom tão fortemente esquerdizado que contaminará o discurso de todas as forças políticas com actividade legal”.²⁰ Desta forma, voltando-se à tentativa de explicar a hegemonia pública das memórias do antifascismo, que acompanhou o processo revolucionário português, pode-se dizer que tais relatos memoriais representavam um imaginário cultural dominante na sociedade portuguesa de meados da década de 1970.

Como se constatou no capítulo anterior, este elemento material traduzido na recusa da guerra colonial – que explica tanto o golpe militar de 25 de Abril de 1974 quanto a explosão revolucionária que se lhe seguiu – foi, em larga medida, negligenciado nos relatos memoriais dominantes nas décadas subsequentes. Em 1989, por exemplo, apenas 2,3% dos entrevistados numa sondagem de opinião encomendada pela agência Lusa associavam o 25 de Abril ao fim da guerra colonial.²¹ Pode-se afirmar que uma tal situação favoreceu o desenvolvimento dos discursos *revisionistas*, tanto sobre o processo revolucionário quanto sobre a descolonização. Pois ao se omitir ou desconsiderar a centralidade das causas materiais que suscitaram o desenvolvimento do processo histórico – a espontaneidade do movimento revolucionário, que se radicalizou progressivamente, sob o impulso de outras condições materiais da conjuntura pós-25 de Abril, tais como a fuga de capitais e o abandono das empresas pelos proprietários ou a paralização nos investimentos e contratações nos campos do sul do país; assim como o

²⁰ LOFF, 2006, op. cit., p. 165, 167-168. Itálico no original.

²¹ «Lisboetas consideram negativo... Descolonização – o que nos divide...», *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 3.

carácter de urgência da descolonização –, este é mais facilmente atribuível às supostas *manipulações* de grupos político-partidários e militares radicalizados. Se estas representam, conforme identifica Loff, leituras elitistas da história, segundo as quais se entende a “generalidade dos processos de mudança social como produto do impulso das elites, ou de segmentos delas, e raramente como processos mais ou menos espontâneos originados no seio das massas populares e dos grupos sociais dominados”²², pode-se considerar que são reforçadas pela carga de polémica e mesmo recusa da compreensão, por parte de diversos setores da população portuguesa, acerca dos moldes que pautaram o fim do ciclo colonial.

Por outras palavras, se em 1974/75 era dominante na sociedade portuguesa uma perceção negativa acerca da continuação da guerra colonial, que inequivocamente condicionava a vida das pessoas, o estudo da memória da Revolução nos anos 1980 e 1990 demonstra que este aspeto essencial que explica o golpe militar dos capitães de Abril e o impulso para a explosão revolucionária subsequente foi rapidamente *esquecido* nos discursos públicos que pretendem explicar o passado recente. Como menciona Loff, a questão colonial – o colonialismo, a guerra colonial, a descolonização – “continu[a] a ser um problema de identidade, de memória e de falta de capacidade de perceber e assumir todos os danos infligidos a outros”²³, e pode ser considerada como a raiz, em larga medida, do *revisionismo histórico* sobre a Revolução – embora existam, sem dúvida, outras condicionantes que explicam estes discursos, como as já mencionadas leituras elitistas da história, que tendem a anatemizar as revoluções, ou os preconceitos anticomunistas. Pois, para além das suas repercussões imediatas nas interpretações sobre a descolonização e guerra colonial, o paradoxo colonial como um problema identitário não resolvido pela sociedade portuguesa suscita os contornos, de forma indireta, das visões pautadas pela condenação da Revolução, que evidenciam uma incapacidade de compreender, ou uma expressa intenção de desconsiderar, as causas da radicalização revolucionária – tendo em vista que não se pode prescindir da esfera da guerra colonial e seu impacto na sociedade portuguesa na explicação da Revolução dos Cravos.

E, desta forma, se instaura uma contradição na maioria dos discursos memoriais sobre o passado recente português: o isolamento das avaliações sobre a descolonização, quase como se esta fosse um âmbito separado e não necessariamente um aspeto

²² LOFF, 2006, *op. cit.*, p. 169.

²³ LOFF, 2006, *op. cit.*, p. 190.

fundamental para a compreensão do 25 de Abril e do processo revolucionário. Assim, as sondagens de opinião indicam a consideração da *liberdade* e da *democracia* como valores maioritariamente estimados como símbolos positivos do 25 de Abril, o que não é incompatível com um elevado índice de desaprovação da descolonização. Não deixa de ser curioso constatar o etnocentrismo predominante em grande parte dos relatos memoriais sobre o passado recente português: com algumas raríssimas exceções de discursos representativos de culturas políticas de esquerda no amplo debate público desenvolvido em 1994, a empatia com as perspetivas africanas primam pela ausência. De modo que a avaliação otimista sobre a *liberdade e democracia alcançadas em Portugal* não se faz extensível aos povos africanos, já que quando se trata de avaliar a descolonização são os portugueses que voltam a estar no centro da análise, desta vez como *vítimas, espoliados, prejudicados* por um processo que não se quer compreender historicamente.²⁴

Portanto, voltando-se, uma vez mais, às causas da hegemonia pública das memórias do antifascismo nesta fase inicial, é possível considerar que o processo revolucionário português correspondeu a um breve período, decorrente de uma série de condicionantes desenvolvidas e acumuladas ao longo dos anos anteriores, em que foram dominantes na sociedade portuguesa visões progressistas do mundo. Parece, no entanto, que esta fase se esgotou em si mesma, junto com o próprio ciclo revolucionário, e, muito embora as memórias do antifascismo tenham continuado largamente presentes no espaço público português até finais da década, a transformação na correlação de forças político-sociais com a contenção do processo revolucionário em 25 de novembro de 1975 significou, desde então, o início de uma nova fase da memória pública sobre o passado recente, que neste caso acompanhou – como o reverso especular desta primeira fase – o desenvolvimento da contrarrevolução política e institucional levada a cabo pelos governos constitucionais. Assim, de forma análoga às múltiplas vagas de contestação social que marcaram as sociedades europeias em finais dos anos 1960, das quais o Maio de 1968 francês é um exemplo emblemático, e que rapidamente foram engolidas e digeridas pela lógica do sistema, podendo ser consideradas como o canto de cisne da “mais longa das fases de relativo predomínio ideológico das esquerdas”²⁵ que

²⁴ Em sentido semelhante argumenta Loff: LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 55.

²⁵ LOFF, Manuel. «As duas “primaveras”: do marcelismo ao 25 de Abril» in CATROGA, Fernando (coord.) *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal*, VII curso livre de História Contemporânea, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Edições Colibri, 2008. P. 112.

se estendeu desde o final da II Guerra Mundial até fins da década de 1970; o termo da Revolução Portuguesa abre um longo período de *revisão*, tanto no âmbito político-institucional, acerca de muitas das conquistas alcançadas pelos movimentos sociais e legalmente consagradas na Constituição, quanto na esfera ideológico-simbólica, a propósito das representações do passado revolucionário e, por extensão, também do passado ditatorial, e igualmente, em estreita correlação com os anteriores, a propósito da interpretação sobre a origem fundacional da democracia portuguesa.

Convém, por fim, reiterar a inadequação do conceito de *pacto de silêncio/esquecimento* para abordar a limitação da discussão pública sobre o passado recente espanhol. Deve-se reconhecer que uma tal ideia simplificadora se origina do mesmo modelo hermenêutico do relato memorial da *transição modélica*, que supõe uma leitura elitista sobre a transição para a democracia, com base na conceção de *transição pactuada*, ou seja, identificando como únicos atores históricos relevantes atuantes no processo as forças político-institucionais. Além disso, as noções de *silêncio* e *esquecimento* sugerem generalizações imprecisas, e até mesmo incorretas. Em primeiro lugar, porque impedem a compreensão de que não se tratava de *calar* ou *apagar* o passado, e sim de evitar que este fosse discutido publicamente em termos ético-políticos. Em segundo lugar, e em consequência, porque obscurecem o carácter hegemónico das *memórias da reconciliação*, na condição de discursos públicos sobre o passado que preconizavam, justamente, o despropósito de sua discussão. Ou seja, o passado recente nunca deixou de estar presente no espaço público espanhol, ainda que fosse sob a forma de discursos que reiterassem a irrelevância deste debate.²⁶

No entanto, é importante ressaltar que, se o tema da guerra civil contava com a existência de um discurso memorial específico que permitia a sua abordagem prescindindo, ao mesmo tempo, de aproximações ético-políticas, tal não se passava com o tratamento do franquismo. Neste sentido, de facto, deve-se reconhecer que as referências públicas à ditadura durante os primeiros anos de democracia foram menos abundantes – embora, uma vez mais, se tratasse de uma limitação restrita à discussão

²⁶ É neste sentido que Paloma Aguilar identifica que a decisão de não instrumentalizar politicamente o passado não entrava em contradição com a manutenção, no âmbito cultural, de um alto grau de interesse pelo mesmo. AGUILAR, 2006, *op. cit.*, p. 248. É interessante notar ainda a observação de Aguilar segundo a qual muitos autores de livros publicados durante a transição que, de uma ou outra forma, se referiam à guerra civil, teriam sentido a necessidade de justificar-se aludindo às ideias de *loucura coletiva, aprendizagem negativa* da guerra e ao postulado do *Nunca más*. AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 319. Ou seja, de facto não é rigorosa a conceção de que teria vigorado, desde a transição democrática, o *silêncio* sobre o passado, mas sim que, entre a multiplicidade de abordagens que se produzia, predominava o modelo hermenêutico condizente com as *memórias da reconciliação*.

pública dos aspetos que suscitavam controvérsias ético-políticas, fundamentalmente as questões da repressão e da violência. Conforme sintetiza Aguilar, sublinhando a hegemonia das *memórias da reconciliação*:

«Aquello que estuviera relacionado con la Guerra Civil y se alejara del lema “nunca más” fue desterrado del debate no sólo político, sino también social. Igualmente, todo lo que evocara el aún tibio cadáver de la dictadura, al no suscitar consenso alguno y conllevar una reflexión demasiado dolorosa y compleja en esos momentos, fue directamente obviado».²⁷

Enfim, pode-se dizer que a configuração desta primeira fase da evocação pública do passado recente explica-se fundamentalmente pelas respetivas naturezas dos processos de democratização das sociedades ibéricas. Em Portugal, a Revolução significou a liberação das memórias do antifascismo no espaço público. Já em Espanha, o complexo processo envolvendo os herdeiros do franquismo – embora politicamente enfraquecidos, continuavam a controlar os órgãos e instituições do Estado –, os setores reformistas do governo e a oposição antifranquista – que atuava, para além da frente da negociação política, nas mobilizações populares que reivindicavam a democratização –, propiciou a consolidação e a hegemonia pública das *memórias da reconciliação*. Diretamente relacionadas com a especificidade espanhola da guerra civil – precedente histórico que fora instrumentalizado pelo franquismo, ao longo de toda a sua duração, na condição de legitimidade de origem do regime –, estes relatos memoriais propugnavam o despropósito de discutir-se o passado recente em termos ético-políticos.

No caso português, a explicação da hegemonia pública das memórias do antifascismo, como consequência direta da explosão revolucionária que se seguiu ao golpe militar, deve considerar o processo anterior de politização à esquerda da sociedade portuguesa, que fora efeito, especialmente, do desgaste decorrente do esforço de treze anos de guerra colonial. No caso espanhol, a consolidação das *memórias da reconciliação* nos anos da transição deriva, em larga medida, de um amplo imaginário cultural construído ao longo do franquismo, no qual participava não apenas a geração dos *filhos da guerra civil* – socializados durante a ditadura e alheios às divisões políticas dos anos 1930 –, mas também as gerações que viveram a guerra civil e que, tal como a geração dos *filhos*, tinham internalizado os argumentos da propaganda franquista no que diz respeito à depreciação político-social do período republicano e de seus

²⁷ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 401.

representantes como causa e explicação para a guerra civil.²⁸ Pode-se dizer, portanto, que este imaginário cultural que engendrou as *memórias da reconciliação* abrangia setores das culturas políticas de esquerda, representativos dos vencidos da guerra civil, tanto das gerações contemporâneas ao acontecimento quanto de seus descendentes, e setores das culturas políticas de direita, concretamente aqueles que se mostravam recetivos ou desejosos da mudança política do regime ditatorial. À margem, encontravam-se, por um lado, franjas das culturas políticas de esquerda – e especificamente os nacionalismos periféricos de esquerda – que cultivavam as *memórias dos vencidos*, ou seja, interpretações baseadas em juízos ético-políticos favoráveis ao lado republicano, e também as memórias da resistência e da repressão franquista. E, por outro lado, setores das culturas políticas de direita e extrema-direita que preconizavam a *continuidade* e, neste sentido, continuavam defendendo os discursos abertamente franquistas sobre a guerra civil; por outras palavras, discursos que sinalizavam um posicionamento ético-político inequivocamente a favor da legitimidade dos sublevados.

Em suma, liberação da memória da opressão e omissão do debate ético-político sobre o passado recente. As primeiras fases da memória pública das sociedades ibéricas no espaço público democrático foram marcadas pelo significado das respectivas origens fundacionais da democracia: a *luta antifascista* no caso português, com a rutura radical com a ordem ditatorial salazarista; e a *política do consenso* no caso espanhol, com a consequente instauração de um *vazio ético* em relação à ditadura franquista. Como bases de sustentação que explicam a configuração destas fases da evocação do passado recente, figuram a Revolução, no caso português, na condição de acontecimento imediato, e a guerra civil, no caso espanhol, como antecedente da ditadura franquista e experiência traumática que se tornou parâmetro para pensar-se sobre a viabilidade de um novo regime democrático.

É interessante refletir, finalmente, sobre a consideração de Cuesta de que a transição espanhola foi uma “transición memoriosa”, que em certos âmbitos se expressou através de uma “memoria muda”, alimentada pela lembrança coletiva. Assim, “[l]a intensidad del presente, el concentrar las energías en la Transición y el empeño – y miedo – de evitar confrontaciones pasadas y luchas fratricidas explican el modelo

²⁸ Cuesta menciona que a geração dos *filhos da guerra civil* “heredará, en parte, cierto distanciamiento de la memoria republicana impuesto por la dictadura” e que “[e]l desdibujamiento, el olvido republicano y la tergiversación, decretados por el franquismo, alcanzaba a todos los resquicios de la sociedad”. CUESTA, 2008, *op. cit.*, p. 440.

español del *consenso político* en el que el silencio del pasado dictatorial es fundamental”.²⁹ Em Portugal, é possível afirmar-se que a Revolução propiciou, igualmente, uma aceleração do tempo histórico e intensidade do presente; no entanto, contrariamente ao caso espanhol, as circunstâncias do *tempo curto* da transformação político-social não engendraram uma *memória muda* – marcada pela experiência traumática da guerra civil, cujas representações condicionavam as conceções sociais acerca da democracia – e sim uma *memória libertada*, determinada a romper com o passado através de sua denúncia no espaço público. *Guerra civil* e *Revolução* podem ser entendidas, portanto, como as balizas para a compreensão da evocação do passado recente ditatorial durante o próprio momento das transições democráticas espanhola e portuguesa.

6-1.2. Segunda fase: a *repressão da memória*. A transmutação da *memória da reconciliação* em ideologia de Estado e o processo de desenvolvimento de uma hegemonia cultural neoconservadora em Portugal

De acordo com Rosas, “[o] novembrismo está para a contra-revolução, como o movimento militar de 25 de Abril esteve para a revolução”. Ou seja, tal como as operações militares de 25 de Abril não constituíram a Revolução e sim o ensejo para a sua eclosão e desenvolvimento, o golpe militar moderado de 25 de Novembro não foi “a contra-revolução, mas a alteração da correlação de forças que impôs, abriu o campo para que ela paulatina, progressiva e constitucionalmente se instalasse como política dominante da situação pós-revolucionária. Dissimulada e prudente ela entrava pelas portas que Novembro abria”.³⁰ Uma vez mais, a evocação do passado no espaço público representa um *espelho* do processo político-social: enquanto num primeiro momento as memórias do antifascismo irromperam no espaço público na esteira do processo revolucionário, nesta segunda fase a progressiva dissolução e enfraquecimento destes relatos memoriais, antes hegemónicos, era acompanhada pela tendência a não discutir o passado publicamente.

Digerir a Revolução e adaptar a narrativa sobre a génese da democracia portuguesa ao processo de *normalização democrática* passava a ser o objetivo – mais direta ou indiretamente assumido – partilhado pelas elites políticas que desde 1976 eram maioritárias na gestão do poder público: socialistas e social-democratas. A discussão

²⁹ CUESTA, 2008, *op. cit.*, p. 441.

³⁰ ROSAS, 2014, *op. cit.*, p. 202.

sobre o passado recente tornava-se incômoda para o poder político do período pós-revolucionário e quando se fazia pautava-se pelas leituras elitistas da história, as quais, intrinsecamente, desvalorizam as experiências revolucionárias.³¹ Desta forma, misturava-se o desenvolvimento de discursos públicos *revisionistas*, que recuperavam a argumentação do embate político do próprio período revolucionário para depreciar a interpretação que sobre ele se fazia – sustentando-se as teses da tentativa de golpe comunista, da responsabilização da esquerda política e militar pela radicalização revolucionária ou da *resistência contra a revolução* – com a desvalorização das memórias do antifascismo. Conforme sustenta Loff:

«Uma nova memória reacionária, entre politicamente conservadora e historicamente nostálgica, que criava narrativas crescentemente hegemónicas sobre a descolonização, a coletivização, a nacionalização, a ocupação de terras, fábricas e casas, o exílio de grandes patrões e de dirigentes políticos da ditadura (que regressavam quase todos logo a partir de 1976), silenciava a memória daqueles resistentes antifascistas que, depois da prisão e da tortura, haviam perdido a aposta da Revolução».³²

É possível considerar que este processo se aprofunda a partir da década de 1980. De modo que, novamente, a evocação pública do passado recente acompanha a evolução do poder político, neste caso com o predomínio de governos de direita e a consolidação de sua hegemonia política cristalizada na década do governo Cavaco Silva. Segundo Riccardo Marchi, “[c]om a AD, o discurso anticomunista e de alternativa à construção do socialismo tornou-se património dos partidos moderados” – o que teria contribuído para o refluxo das mobilizações da direita radical, devido à absorção da sua retórica nos discursos políticos dominantes.³³ Conforme os resultados da presente investigação demonstraram, a alusão ao passado revolucionário na imprensa nos anos de 1986 e 1989 obedecia à seguinte lógica polarizadora: por um lado, os relatos memoriais baseados em perspectivas favoráveis e otimistas sobre a Revolução –

³¹ É interessante observar que esta viragem no ambiente político-social pós-revolucionário é identificada em memórias da direita radical. Num estudo sobre as memórias da extrema-direita juvenil de finais dos anos 1970, Riccardo Marchi observa que após o 25 de Novembro ter-se-ia gerado a sensação, nas palavras de um militante, do “‘ser bem’ o estar com os movimentos que de certa forma fizeram a resistência ao comunismo, àquilo que se costuma designar por *gonçalvismo*”. MARCHI, Riccardo. «“O fascismo saiu à rua”: memórias da extrema-direita juvenil na transição portuguesa». PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. P. 490.

³² LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 63-64.

³³ MARCHI, *op. cit.*, p. 507.

embora muito numerosos e enfáticos na instrumentalização do passado como denúncia das políticas de direita – encontravam-se isolados e marginalizados no espaço público, nas páginas de jornais representativos das culturas políticas de esquerda, que contavam com escassa difusão social; por outro lado, nos jornais representativos da *grande imprensa*, as poucas abordagens sobre a Revolução expressavam versões *revisionistas* acerca deste processo histórico.

Pode-se dizer, portanto, que, ao longo dos anos 1980 e inícios da década de 1990, desenvolveu-se, paralelamente à conquista da hegemonia política pela direita – consagrada com a maioria absoluta do governo Cavaco Silva entre 1987 e 1995 –, um lento processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora, que se expressava, no âmbito da evocação do passado recente, na desvalorização/criminalização do processo revolucionário e da descolonização e no *branqueamento* da ditadura. Com efeito, o centenário de Salazar, em 1989 – que coincidiu com o décimo-quinto aniversário do 25 de Abril –, destaca-se nesta segunda fase da memória pública pelo contraste entre a abundância de interpretações *branqueadoras* do ditador e de seu regime e a tendência geral ao silenciamento da discussão sobre a Revolução.

Como já se argumentou no capítulo anterior, a confortável hegemonia política de que desfrutava a direita não incitava à abertura de discussões públicas sobre o passado recente, o que explica a marginalização das memórias das esquerdas neste período. E explica inclusive que a abertura do debate público apenas tenha ocorrido, justamente, pela indignação reativa com o avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português. Neste sentido, é possível considerar a fase de *repressão da memória* como um período de *enquadramento da memória* nos termos da hegemonia cultural neoconservadora que então se construía.

Segundo Michael Pollak, o constante trabalho de *enquadramento da memória*, realizado por aqueles que detêm o domínio sobre a divulgação dos relatos memoriais, apresenta a função de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”. Este fenómeno é responsável pelo facto de certos episódios ou pontos de vista serem relegados à marginalidade e não-participação na versão da memória coletiva a ser veiculada publicamente. Pollak ressalta, porém, que este trabalho de *enquadramento da memória* precisa respeitar certos limites de atuação capazes de justificar socialmente a construção de determinada versão da memória coletiva – o que significa dizer que um relato artificialmente construído, ou seja, sem base de

legitimação social, está fadado ao fracasso no processo do *combate pela memória*. Assim, o permanente processo de reinterpretação do passado de acordo com os interesses do presente e com os projetos de futuro deve ser minimamente coerente com as vivências e percepções do grupo social/cultura política sobre tais questões, sob pena de colocar em risco a identidade do grupo – já que ocorreria uma crise entre a imagem do passado projetada pelo relato memorial e os valores cultivados pelo grupo social/cultura política que defende esta interpretação.³⁴

Portanto, pode-se afirmar que o *enquadramento da memória* efetuado nesta segunda fase da evocação da memória pública sobre o passado recente português se sustentava na legitimação social decorrente da hegemonia política então desfrutada pela direita. O aparente silenciamento sobre a memória da Revolução no espaço público – leia-se na *grande imprensa* –, cujo reverso paradoxal era a multiplicidade de discursos memoriais representativos das culturas políticas de esquerda em jornais com escassa visibilidade pública, refletia-se num trabalho de *enquadramento da memória* que tendia a privilegiar as interpretações *revisionistas* sobre o passado recente da Revolução e da ditadura. Através de um tal processo, a hegemonia cultural neoconservadora construía-se em duas frentes simultâneas: de forma mais evidente, com a transformação das *memórias da resistência* – que foram *memórias fortes* durante a primeira fase – em *memórias fracas*, marginalizadas do espaço público juntamente com os relatos memoriais otimistas sobre processo revolucionário; e de forma mais velada, lenta e progressivamente, com a consagração pública de avaliações pautadas pela condenação da Revolução e o *branqueamento* do Estado Novo.

É importante notar que este processo de *enquadramento da memória*, em conformidade com a definição de Pollak, não supõe uma imposição, de cima para baixo, de determinadas versões da memória. Por outras palavras, a construção da hegemonia cultural neoconservadora contava com o apoio ativo de formadores de opinião que supostamente representavam as culturas políticas moderadas. Concretamente, vozes politicamente afins aos socialistas exprimiam publicamente ora as *memórias consensuais* – que evitam a abordagem do período revolucionário em prol da opção principal de enfatizar uma visão elogiosa e positiva do 25 de Abril –, ora as *memórias revisionistas/tese da dérapage à portuguesa* – quando a discussão recaía no processo revolucionário –; discursos representativos da direita – social-democratas e centristas –

³⁴ POLLAK, Michael. «Memória, Esquecimento e Silêncio» in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 9.

empenhavam-se ainda na defesa de interpretações baseadas na relativização do passado ditatorial, que se evidenciaram especialmente por ocasião do centenário de Salazar. Neste quadro, as culturas políticas de esquerda, as únicas que identificam a origem da democracia portuguesa no 25 de Abril e no processo revolucionário que se lhe seguiu, encontravam-se isoladas: seus relatos memoriais, apesar de muito numerosos e incisivos na denúncia das políticas de direita e das visões sobre o passado que desvalorizavam a Revolução, não alcançavam eco no espaço público português.

Neste sentido, convém ressaltar que se verifica nesta segunda fase da memória pública sobre o passado recente uma ligeira redefinição na relação de forças que saíram vencedoras do 25 de Novembro, no que tange à evocação do passado revolucionário. Assim, os militares agrupados em torno do *Grupo dos Nove* – que foram elementos centrais para a articulação do golpe militar moderado de 25 de novembro de 1975, com o apoio do PS e de toda a direita política e militar – passaram a convergir com os adversários de então (esquerda militar, comunistas e extrema-esquerda) no que diz respeito à comemoração do 25 de Abril e sua interpretação histórica, enfatizando-se uma visão amplamente otimista e positiva sobre a Revolução.

É possível considerar este deslocamento efetuado pelos militares moderados do MFA entre as alianças políticas do período revolucionário e as alianças ideológico-simbólicas subsequentes ao 25 de Novembro como uma reação à opção hegemónica priorizada pelo poder político pós-revolucionário no sentido de desvalorizar a Revolução – no âmbito memorial estritamente discursivo e no âmbito de medidas políticas dirigidas à reversão do seu legado – e, inclusive, marginalizar os seus principais protagonistas. Neste último caso, o exemplo mais emblemático terá sido a forma como se extinguiu o Conselho da Revolução, após a revisão constitucional de 1982, afastando definitivamente do poder estes mesmos militares que haviam constituído os *Nove* – e que, na sequência deste episódio, idealizaram a Associação 25 de Abril, criada neste mesmo ano –, embora existam muitos outros casos pessoais e específicos que evidenciam a discriminação política sofrida por militares que integraram o MFA. No período cronológico que abrange esta investigação, para citar apenas dois casos que alcançaram considerável repercussão mediática: o pedido de passagem à reserva de Pezarat Correia, em 1986, após ter sido preterido na promoção a general, e a recusa de pensão a Salgueiro Maia por “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País”.

Como ressalta Loff, “[a]inda antes da revisão constitucional de 1982, os ex-*Nove* tornaram-se o único segmento daqueles que se reconheceram no campo vitorioso do 25 de Novembro que manifestaram publicamente sentir-se segregados do discurso cada vez mais negativo (que, no âmbito que toca a esta investigação, deve ser considerado revisionista) que se assumia sobre a Revolução”.³⁵ Neste sentido, é interessante notar que a criação da Associação 25 de Abril cumpre justamente o objetivo de uma *política de memória* da iniciativa dos militares que integraram o MFA no sentido de divulgar e preservar os valores do legado revolucionário. Conforme se esclarece na página de internet desta associação, que congregou desde a sua fundação “cerca de 95%” “dos militares que se envolveram no 25 de Abril”, seus principais fins são: “a consagração e divulgação, no domínio cultural, do espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974”; “a recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental para a história do 25 de Abril e do processo histórico que o precedeu e se lhe seguiu”; “a divulgação, pedagogia e defesa dos valores e espírito democráticos”.³⁶

Isto não significa que os militares moderados do MFA reneguem o seu envolvimento no 25 de Novembro, mas, no contexto político-social pós-revolucionário, sentiram a necessidade de defender publicamente uma interpretação da Revolução que enfatizasse a sua valorização integral. Trata-se de um posicionamento muito semelhante àquele identificado por Hobsbawm – conforme se expôs no capítulo 2 – nos liberais moderados do período da Restauração francesa: num contexto de luta política contra o reacionarismo, desenvolveram o modelo de *revolução burguesa* para a interpretação da Revolução Francesa, o que pressupunha a valorização deste processo histórico em sua integralidade, até mesmo o jacobinismo de 1793-1794 que os próprios liberais haviam derrubado.³⁷

Deve-se ressaltar desde já que um processo de deslocamento reativo no âmbito da memória sobre o passado recente semelhante ao efetuado pelos militares moderados do MFA nesta segunda fase será protagonizado por setores socialistas na terceira fase, a fase da *obsessão memorial*, também em virtude do avanço do *revisionismo histórico* no espaço público. No entanto, enquanto no primeiro caso o motivo do rompimento das alianças políticas do período revolucionário foi a desvalorização do legado revolucionário empreendida pelo poder público dos governos constitucionais, um

³⁵ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 46.

³⁶ «Quem somos. A Associação 25 de Abril»: www.25abril.org – consultado em 06 de Junho de 2015.

³⁷ HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

processo no qual estes próprios militares eram alvo devido ao seu papel ativo no 25 de Abril; no segundo caso, a razão principal para a indignação dos socialistas com o desenvolvimento do *revisionismo histórico* – para o qual eles próprios haviam colaborado, em grande parte por omissão: por privilegiarem as *memórias consensuais*, que eludiam os aspetos mais controversos do período ao evitar abordar o processo revolucionário – foi o *branqueamento* do Estado Novo, e por extensão, a ampla desvalorização da Revolução. Ainda que certos setores afins socialistas, mesmo após a polémica de 1992 em torno das pensões concedidas pelo Estado a ex-pides e a ampla controvérsia pública de 1994, continuassem a defender a tese *revisionista* da *dérapage à portuguesa* para a interpretação do processo revolucionário, posicionaram-se inequivocamente contra a reabilitação da ditadura e a desvalorização das *memórias da resistência*. Subjacente a estes dois processos, embora em fases de desenvolvimento muito diferentes, a construção da hegemonia cultural neoconservadora promovia a polarização política do *combate pela memória* que se efetuariá no espaço público português desde meados da década de 1990.

Enquanto em Portugal a segunda fase da memória pública, a fase da *repressão memorial*, se caracteriza por este aparente *silenciamento* sobre o passado recente no espaço público – que encobre o trabalho de *enquadramento da memória* e transformação dos discursos *revisionistas* sobre a Revolução em memórias dominantes, no contexto da construção de uma hegemonia cultural neoconservadora –; em Espanha, contrariamente, a especificidade do antecedente da guerra civil e, em consequência, a configuração de relatos memoriais voltados para a defesa da não-discussão ético-política do passado recente faz com que a segunda fase da evocação do passado no espaço público democrático se pautasse menos pela definição de *repressão da memória* e mais pela ideia de *ideologia da reconciliação*. O seu efeito imediato, no entanto, também ocasiona a *repressão* das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo; mas, ao contrário do caso português, esta *repressão* é feita através da expressão ativa de um certo discurso memorial: as *memórias da reconciliação/transição modélica*, mais especificamente, os relatos da *superação do passado*.

Com efeito, no caso espanhol verifica-se uma continuidade entre a primeira e segunda fases da evocação da memória pública sobre o passado. Há, contudo, uma diferença fundamental: se os relatos memoriais da *reconciliação* forjados durante a transição desempenharam então uma função prática e política, influenciando nos contornos da democratização espanhola, caracterizada por uma delicada dinâmica entre

as relações de forças político-sociais; após a consolidação e estabilização democráticas – que pode ser situada na primeira vitória eleitoral do PSOE, em outubro de 1982, após a derrota da tentativa de golpe militar de 23 de fevereiro de 1981 –, “la palabra ‘reconciliación’ mutó en una eficaz y autoritaria ideología de Estado”.³⁸

Desta forma, ultrapassado o período crítico da ameaça involucionista, conquistada a estabilidade política de um governo de centro-esquerda, manteve-se, ao longo de toda a década de 1980 e primeiros anos 1990, a hegemonia pública das *memórias da reconciliação*. Por um lado, esta situação pode ser explicada porque permaneciam ativas na vida pública durante esta segunda fase as mesmas gerações que protagonizaram a transição e que, como já foi visto, se identificavam com os relatos memoriais da *reconciliação*. Por outro lado, no que diz respeito especificamente ao poder político, pode-se dizer que a hegemonia política socialista – Felipe González governou com maioria absoluta entre 1982 e 1993 – desestimulava a abertura de polémicas ético-políticas sobre o passado, o que não interessava à lógica do poder. E, além disso, esta mesma estabilidade política dispensava a necessidade de explorar a utilização do passado como frente de disputa pela legitimação político-social. Espinosa menciona que já desde a campanha eleitoral de 1977 a conduta do PSOE se pautou pela consciência de que as alusões ao passado poderiam prejudicar o desempenho do partido junto a uma classe média forjada durante o franquismo; para este autor, a manutenção pelos socialistas de uma tal política sobre o passado enquanto estiveram à frente do governo significou um período de “suspensión de la memoria”.³⁹

Neste sentido, é interessante notar que as hegemonias políticas dos governos González e Cavaco Silva, embora ocupassem espaços diferentes no espectro político, alcançaram efeitos semelhantes no que diz respeito ao tratamento do passado recente. Deve-se ressaltar que, no caso espanhol, a participação dos socialistas no processo de *repressão* das memórias das vítimas do franquismo – e inclusive dos *vencidos da guerra* civil – constituía, no fundo, um contrassenso, já que o governo González representava em larga medida os setores sociopolíticos que estiveram à frente da resistência antifranquista. Muito embora esta situação possa ser explicada – tal como já se argumentou – pelas identidades sociais e respetivos relatos memoriais cultivados pelas gerações que então dominavam a vida pública espanhola, conformando um

³⁸ VINYES, 2011, *op. cit.*, p. 13.

³⁹ ESPINOSA, 2006, *op. cit.*, p. 177-184. Espinosa atribui ao jornalista Josep Ramoneda a criação da expressão “suspensión de la memoria” para definir o ciclo socialista, num artigo publicado em *El País* em 1997. (p.185)

imaginário cultural amplo e habitado por variadas culturas políticas que se encontravam no pressuposto de não discutir o passado recente da guerra civil e da ditadura em termos ético-políticos. Enquanto no caso espanhol se tratou, fundamentalmente, de uma lógica de poder de Estado – de modo que se adotou como memória oficial os relatos da *reconciliação/superação do passado e transição modélica*, que permitiam evitar a abertura de controvérsias acerca do passado com seus adversários políticos –; no caso português, a *repressão memorial*, para além de ser conveniente a um governo representativo de culturas políticas de direita, possibilitou a lenta construção de uma hegemonia cultural neoconservadora no sentido de consagrar as teses *reversionistas* como modelos hermenêuticos para a interpretação do século XX português.

Seguindo esta mesma lógica, também se verifica uma aproximação no âmbito das políticas arquivísticas levadas a cabo no período dos governos Cavaco Silva e Felipe González. Segundo Espinosa, a *Ley de Patrimonio Documental*, de 1985, significou uma política de negligência quanto à preservação da “documentación generada por el franquismo y la necesidad de catalogarla y ponerla al servicio de la investigación histórica”; exemplifica com o caso da Comunidade Autónoma da Andaluzia, onde se estabeleceu um prazo de cem anos para viabilizar-se a consulta de documentos.⁴⁰ No caso português, de acordo com Loff, o governo Cavaco Silva manteve “praticamente bloqueado o acesso aos arquivos mais relevantes da ditadura: os fundos documentais da Presidência do Conselho (arquivos Oliveira Salazar e Marcelo Caetano), da União Nacional, da Legião Portuguesa, da Mocidade Portuguesa e, acima de tudo da P.I.D.E./D.G.S., para além do Ministério do Interior”. Uma vez mais, se no caso português uma tal situação é compreensível no contexto de um governo de direita cuja política sobre o passado não abrangia a divulgação sobre a opressão, repressão e autoritarismo da ditadura salazarista; no caso espanhol, a explicação radica, fundamentalmente, em questões partidárias ligadas ao controlo do poder político, uma vez que os socialistas haviam adotado a ideologia da *superação do passado*. Conforme esclarece Loff, o que também vale para a situação análoga que ocorria em Espanha, por detrás de uma tal política arquivística:

«escondia-se uma conceção inaceitável da função social dos arquivos públicos e da investigação histórica e, sobretudo, da distinção público/privado dos documentos recolhidos em arquivos públicos, presumindo que, em nome da

⁴⁰ ESPINOSA, 2006, *op. cit.*, p. 179.

superação de um passado controverso, a História do tempo presente não deveria ser feita enquanto fosse viva a geração que a protagonizou».⁴¹

É interessante notar ainda que este aparente contrassenso da política de memória do governo González – possibilitado, conforme já se ressaltou, pela especificidade espanhola do precedente de guerra civil e seus consequentes efeitos na memória das gerações que vivenciaram e se socializaram durante o franquismo – permitiu o encobrimento das teses *revisionistas* sobre o passado recente espanhol. De facto, o governo González preconizou uma *política de não-memória*, pois do que se tratava, mais propriamente, era de bloquear qualquer discussão ético-política sobre o passado recente – ao contrário do que se passou durante o governo Cavaco Silva, pois no caso português, para além do propósito de *repressão da memória* da resistência antifascista e das visões otimistas sobre a Revolução, havia a demanda de legitimação dos discursos memoriais condizentes com os valores ético-políticos e morais das culturas políticas de direita, de modo a reverter, no campo ideológico-simbólico, a tendência hegemónica para representar o passado recente que se havia fixado publicamente durante o período revolucionário, acompanhando, desta forma, a análoga reversão sobre a organização da vida pública que já se produzira no campo político-institucional. Assim, enquanto no caso português o alcance da legitimação pública do *revisionismo histórico* correspondia a uma plataforma em tudo coerente com a hegemonia política de direita, no caso espanhol os discursos do *revisionismo histórico* se encontravam muito bem acomodados nas versões mais conservadoras das *memórias da superação do passado*, amparados pelos relatos memoriais socialmente hegemónicos e oficialmente consagrados no espaço público.⁴²

Neste sentido, convém observar o paralelismo entre os posicionamentos dos socialistas portugueses e espanhóis nesta segunda fase da evocação da memória pública sobre o passado recente. Por outras palavras, o paralelismo entre os discursos e propósitos político-sociais das *memórias consensuais* e das *memórias da reconciliação/transição modélica*. Ambas são *integradoras*, no sentido em que pretendem conciliar as sensibilidades de diversas culturas políticas ao ressaltar valores

⁴¹ LOFF, 2014, *op. cit.*, p. 88-89.

⁴² Recorde-se a declaração oficial do governo González no cinquentenário da guerra civil, em 1986, pautada pela equiparação ético-política entre os dois lados enfrentados no conflito e pela direta correlação entre a ideia de *superação do passado* de guerra civil e a conceção de *transição modélica*. Utilizando estes mesmos argumentos, as versões *revisionistas* – correspondentes à linha editorial do ABC e, de forma ampla, ao imaginário memorial das culturas políticas de direita – avançam para a culpabilização das esquerdas dos anos 1930 pela eclosão da guerra civil, justificando-se e legitimando-se o *alzamiento* de 1936 e por vezes recuperando-se positivamente aspetos do regime franquista.

consensuais – como *liberdade e democracia* – e evitar o conflito; trata-se, contudo, de uma falsa integração, que se sustenta na opção de evitar a discussão sobre os pontos controversos do passado. E por esta via, ambas tendências memoriais mostram-se compatíveis e reticentes em relação aos relatos *revisionistas* sobre os respetivos passados recentes. Se no caso espanhol é importante considerar que as *memórias da reconciliação* se originam, em parte, no imaginário memorial franquista, o que explica a participação das culturas políticas de direita nestes relatos memoriais e, portanto, a existência de suas versões *revisionistas*; no caso português verifica-se um processo inverso: as *memórias consensuais* constroem-se como discursos *asséticos e politicamente corretos* sobre a Revolução, sem pudores, no entanto, em abraçar algumas das interpretações *revisionistas*, particularmente a tese da *dérápée à portuguesa*.

É preciso notar a amplitude dos posicionamentos representados pelas *memórias consensuais*: setores sociopolíticos afins aos socialistas que de facto optam por não se pronunciar sobre o período revolucionário, limitando-se aos elogios retóricos sobre o 25 de Abril, embora não compactuem com as avaliações *revisionistas* deste processo histórico; outros setores afins aos socialistas que, estes sim, defendem as *memórias da dérápée à portuguesa*; e ainda as culturas políticas de direita, que por vezes subscrevem condenações mais amplas da Revolução. Em contraste, não se pode considerar que os socialistas espanhóis defendam as teses do *revisionismo histórico* sobre a guerra civil e o franquismo, com exceção, porventura, para as avaliações depreciativas da II República e das motivações políticas do lado republicano, o que, como já foi visto, constitui um traço do imaginário memorial das gerações dos *filhos da guerra civil*. Em ambos os casos, de qualquer forma, pode-se afirmar que as culturas políticas moderadas, durante grande parte desta segunda fase da evocação da memória pública, fazem vista grossa aos discursos *revisionistas* sobre os respetivos passados recentes. Uma vez mais, esta coincidência entre os casos português e espanhol faz-se por motivações opostas, ao menos no que diz respeito aos representantes políticos: enquanto em Espanha se trata de uma lógica de conservação do poder, ou seja, o propósito de evitar a abertura de controvérsias públicas sobre o passado capazes de desgastar o poder político socialista; em Portugal evidencia-se a intenção dos socialistas de participar no cenário da hegemonia cultural da época. Muito embora não se possa descartar, em ambos os casos, tanto na esfera dos representantes políticos, quanto no âmbito mais vasto dos setores sociopolíticos representados pelos socialistas, a consciente adesão a estes relatos memoriais; por outras palavras, o facto de que, para

além das possíveis razões relacionadas com estratégias políticas que justifiquem a sua defesa, as *memórias consensuais* e as *memórias da reconciliação/transição modelica* correspondiam a representações do passado condizentes com o imaginário cultural e identitário destas culturas políticas.

No que diz respeito à *repressão memorial* que se verifica nesta segunda fase da evocação do passado recente no espaço público democrático, trata-se, no caso espanhol, da manutenção da marginalização das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo, numa linha de continuidade que remonta à *repressão memorial* do período ditatorial – oficial e coercitiva –; passa pelo período da transição, quando a *repressão memorial* se torna uma política instrumental para a democratização, em estreita correlação com a percepção do imaginário cultural hegemónico pautado pelas *memórias da reconciliação*; e alcança o período da estabilização democrática dos governos socialistas de Felipe González, com a sua transformação em ideologia de Estado. Tal ideologia de Estado, vale destacar, acomoda as culturas políticas de direita, as quais, na esteira da tradição cultural franquista, passam a cultivar nos anos 1980 os relatos memoriais da *reconciliação* e *superación do pasado*. Conforme esclarece Vinyes, o silêncio não era esquecimento, “[e]ra más bien un imperativo de privacidad inducida”, decorrente da argumentação dominante dos relatos memoriais da *reconciliação*:

«¿Alguien prohibió algo? ¿Alguien prohibió hablar, contar o reprochar cualquier cosa del pasado reciente de dictadura, guerra y República? ¡Claro que no! Simplemente se estableció un sentido común público que situaba en la marginalidad y la inconveniencia los relatos de las memorias quitándoles cualquier valor o encerrándolas en círculos de nostalgia. (...) Desautorizar socialmente el diálogo de memorias y penalizarlo con la explotación del miedo, usando un potente discurso oficial cuyo centro ha sido la utilización abusiva de la palabra reconciliación, ha contribuido a la persistencia de su privatización durante décadas, y ha evitado que las memorias ocupasen el espacio público».⁴³

Já no caso português, o discurso retórico das *memórias consensuais*, para além do aparente silenciamento sobre a discussão do período revolucionário no espaço público – o que caracteriza esta segunda fase da memória pública – implicou a

⁴³ VINYES, Ricard. «Presentación» in VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P. 17.

repressão memorial das visões otimistas sobre o significado e a experiência da Revolução, assim como sobre a resistência antifascista. A *rebelião da memória* de 1994 consistiu, justamente, numa reação contra esta situação, significativamente bem-sucedida no tange à denúncia ampla e eloquente, e respaldada pela *grande imprensa*, da repressão ditatorial, violência e tortura infligida a presos políticos; menos incidente no que diz respeito à reivindicação de interpretações amplamente favoráveis sobre a Revolução – muito embora a repercussão das *memórias revolucionárias* na *grande imprensa* em 1994 tenha sido notável se comparada com a sua total marginalização no espaço público nesta segunda fase da evocação do passado recente.

É possível afirmar, portanto, que os antecedentes da guerra civil, no caso espanhol, e da rutura revolucionária, no caso português, exercem direta influência na configuração desta segunda fase da memória pública democrática, tal como na fase anterior. Em Espanha, o trauma da guerra civil, seguido por quase quatro décadas de ditadura e por um processo de transição democrática conflituoso, contribuiu para a consolidação como hegemónicos de relatos memoriais baseados no objetivo de eludir a discussão ético-política sobre o passado recente. Para além dos propósitos políticos e estratégicos da adoção deste discurso como memória oficial pelo governo González, é preciso reconhecer que tais relatos memoriais confluíam com o imaginário cultural e identitário dominante entre as gerações que vivenciaram o franquismo – particularmente entre a geração dos *filhos da guerra civil*, que protagonizou a transição e que se mantinha ativa na vida pública durante as primeiras décadas de democracia. Em Portugal, a génese revolucionária da democracia, marcada pelo predomínio de projetos de carácter socialista e socializante, determinou o silenciamento sobre esta origem fundacional democrática uma vez revertida a relação de forças político-sociais do período revolucionário – e enquanto se gerava o *enquadramento da memória* nesta nova conjuntura da *normalização democrática*; por outras palavras, enquanto se construía uma hegemonia cultural neoconservadora que, no âmbito da memória sobre o passado recente, significava a consagração das teses do *revisionismo histórico*.

6-1.3. Terceira fase: a *obsessão memorial* e o desenrolar do *combate pela memória*. A consagração do *revisionismo histórico* no espaço público português e o questionamento do *vazio ético* da democracia espanhola

No caso português, os limites que assinalam o início da terceira fase da evocação do passado recente no espaço público democrático são mais nítidos do que no caso

espanhol. Pode-se considerar a controvérsia de 1992 em torno da concessão pelo Estado de pensões a ex-membros da PIDE como o marco que faz emergir no espaço público os discursos das esquerdas sobre o passado recente, *subterrâneos* ao longo de toda a década de 1980: as *memórias antirrevisionistas*, as *memórias da resistência* e as *memórias revolucionárias*. Já em Espanha se observa um processo mais gradual de lenta quebra da hegemonia das *memórias da reconciliação/transição modélica* desde inícios dos anos 1990. Considerando-se os limites cronológicos desta investigação, a análise desta terceira fase da memória pública espanhola restringir-se-á aos contornos da configuração inicial deste período, com o aumento da visibilidade pública dos discursos críticos sobre a transição e posteriormente das *memórias dos vencidos*. Apenas neste ponto, a partir do sexagésimo aniversário da guerra civil, em 1996 – ou talvez mais exatamente, desde o vigésimo aniversário da morte de Franco, em 1995, quando se verifica uma significativa discussão em torno dos discursos *branqueadores* de Franco e do regime, assim como acerca dos relatos dominantes da *transição modélica* –, é possível considerar que passa a desenvolver-se no espaço público espanhol um *combate pela memória* sobre o passado recente, que se aprofunda na segunda metade da década e especialmente nos primeiros anos do século XXI.⁴⁴

Pode-se dizer que as *memórias críticas da transição* – relatos subterrâneos durante os anos 1980, representativos de setores das culturas políticas de esquerda, e particularmente dos nacionalismos periféricos – questionam as bases fundacionais ético-políticas da democracia espanhola, concretamente, o *vazio ético* do sistema democrático relativamente à avaliação da ditadura franquista. Estes discursos, sufocados pelos argumentos hegemónicos das *memórias da transição modélica* e da *reconciliação*, desenvolveram-se no espaço público espanhol com o aumento dos escândalos de corrupção do governo González, o que suscitou um questionamento sobre as raízes da democracia espanhola. Neste sentido, os discursos críticos da transição de meados dos anos 1990 podem ser considerados como uma *brecha* que aumenta a visibilidade no espaço público de versões alternativas às *memórias hegemónicas da reconciliação/transição modélica*: criticam a limitação da discussão pública sobre o

⁴⁴ Segundo a análise de Aguilar, no que diz respeito ao âmbito político, situa-se na campanha eleitoral de 1993, quando o PSOE temeu perder o poder, o rompimento do acordo tácito de não-instrumentalização do passado. Para esta autora, após a chegada do PP ao poder, em 1996, e especialmente após a conquista da maioria absoluta, em 2000, as forças da oposição – PSOE, IU e os principais partidos dos nacionalismos periféricos – empenharam-se no combate político ao PP através da instrumentalização do passado ditatorial, para além da defesa da reabilitação das vítimas do franquismo. No que tange às esferas social e cultural, Aguilar considera que o debate público surgiu com força em 1995, por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Franco. AGUILAR, 2006, *op. cit.*, p. 282-287.

franquismo e a ausência de uma condenação ética e simbólica do regime. Em 1996, esta *quebra de hegemonia* passa a abranger também o âmbito da guerra civil, com o incremento no espaço público das *memórias dos vencidos*. E, em consequência, verifica-se um acirramento das teses *revisionistas*, representativas das culturas políticas de direita, ainda sob o *escudo das memórias da reconciliação/superação do passado*.

É interessante observar que em ambos os casos, de certa forma, a fase da *obsessão memorial* se inaugura em decorrência do questionamento das origens fundacionais da democracia. No caso espanhol de forma direta, pois é justamente a discordância em relação à ambiguidade ética – que, em última instância, sustentou a *política de consenso* dos anos da transição – que permitiu a irrupção no espaço público das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista e, em consequência, a abertura do *combate pela memória* em torno do passado recente. No caso português, o processo de *revisão* sobre a origem revolucionária da democracia efetuou-se ao longo de toda a segunda fase da evocação do passado no espaço público, e especialmente durante o governo Cavaco Silva, quando se consolidou a hegemonia cultural neoconservadora que consagrou as interpretações *revisionistas* sobre o passado recente. Desta forma, em Portugal, a fase da *obsessão memorial* surge como reação ao questionamento sobre a legitimidade da origem fundacional revolucionária da democracia. Por outras palavras, uma reação ao desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público português.

Em Espanha, é preciso considerar ainda – para além da questão dos escândalos de corrupção do governo González como fator que estimulou o desenvolvimento e visibilidade pública dos discursos críticos sobre a transição – o fator da substituição de gerações e da perda do poder político pelos socialistas, em 1996, como dois âmbitos que favoreceram a emergência das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo. A chegada à vida pública da geração dos *netos da guerra civil* – socializados durante a democracia e, neste sentido, alheios às circunstâncias que forjaram as *memórias da reconciliação*: os juízos depreciativos da II República derivados da propaganda franquista ou o receio de abordar publicamente aspetos delicados e controversos, como a repressão franquista – significou o surgimento de novas perspetivas sobre o passado, considerando-se que esta geração não compartilhava o imaginário cultural das gerações que viveram o franquismo.

Já no que diz respeito ao âmbito do poder político, deve-se reconhecer que, se a hegemonia política socialista foi um elemento importante – juntamente com a questão

do imaginário cultural dominante entre a geração dos *filhos da guerra civil* – para compreender a defesa dos relatos da *reconciliação/superação do passado* pelos representantes políticos do PSOE, a quebra desta hegemonia política, com a perda da maioria absoluta em 1993, estimulou o envolvimento dos socialistas em discussões sobre o passado recente, passando a apoiar as demandas por políticas de memórias realizadas por setores sociopolíticos das esquerdas. É importante notar que tal mudança na conduta política dos dirigentes socialistas se efetua paralelamente à emergência pública da geração dos *netos da guerra civil*, de modo que ambos os processos devem ser entendidos de forma interrelacionada. Conforme esclarece Molinero sobre a modificação no posicionamento do PSOE quanto ao tratamento reservado ao passado recente:

«Durante os anos oitenta a ausência de políticas públicas democráticas não preocupou os governos socialistas, pois as referências éticas em relação ao passado não foram guia da ação política e naqueles anos a sua maioria parlamentar era muito sólida; contrariamente, desde 1995, o PSOE mudou o seu discurso e apoiou as iniciativas que impulsionaram diferentes grupos parlamentares para impulsionar uma memória de reparação a favor dos “vencidos” da guerra civil e da condenação da ditadura».⁴⁵

Além disso, é preciso considerar que o ambiente político-social de inícios dos anos 1990 era radicalmente distinto daquele dos anos da transição, quando predominava a projeção de uma esperança otimista na construção da democracia, de modo que todas as energias se concentravam no *futuro*, o que também constituiu um fator que desestimulou a discussão sobre o passado recente na primeira fase da evocação da memória no espaço público democrático. Tal foi especialmente válido, como argumenta Ysàs, para as culturas políticas de esquerda, já que na segunda metade dos anos 1970 o socialismo constituía ainda um horizonte percebido como viável, num contexto europeu e internacional que alimentava expectativas de profundas mudanças. Este cenário rapidamente se inverteu ao longo dos anos 1980, com a “revolução conservadora” de Thatcher e Reagan e o questionamento do Estado de Bem-estar social construído no pós-guerra; no entanto, semelhante conjuntura coincidiu com a hegemonia política dos governos socialistas em Espanha. Assim, em inícios da década

⁴⁵ MOLINERO, Carme. «A herança do passado. O franquismo e a direita espanhola» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, p. 328.

de 1990, num contexto marcado pelo desgaste do poder político do PSOE – e, acrescente-se, pelo colapso do *socialismo real* no âmbito internacional –, “a esquerda começaria a olhar para o passado traumático à medida que deixava de ter grandes expectativas quanto ao futuro”.⁴⁶ Em sentido semelhante, Molinero salienta que enquanto nos anos da transição a influência do antifranquismo foi limitada na esfera simbólica, uma vez que esta não ocupava as prioridades da esquerda naquela conjuntura, a partir dos anos 1990 esta situação anterior propiciou a satisfação da direita e a correspondente insatisfação da esquerda e, assim, pôs-se em questão o processo de transição.⁴⁷

Portanto, a emergência na vida pública de uma nova geração, a perda da hegemonia política pelos socialistas e as transformações no ambiente político-social interno e internacional devem ser entendidas como esferas interrelacionadas que explicam o despontar de uma nova fase da evocação do passado recente no espaço público espanhol, com a emergência do *combate pela memória* a partir da irrupção das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo. Considera-se que o marco para esta nova fase pode ser situado em 1996, quando se consolida a mudança no poder político, com a vitória do PP nas eleições gerais, o que, por sua vez, intensifica o empenho dos socialistas em apoiar as reivindicações por políticas sobre o passado, fortalecendo e conferindo maior visibilidade pública a um movimento que era anterior, da iniciativa de setores sociopolíticos de esquerda. Além do mais, a mudança no poder político em 1996 coincidiu com o sexagésimo aniversário da guerra civil, conjuntura na qual as *memórias dos vencidos* alcançaram, de forma inédita, considerável notoriedade no espaço público.

No entanto, conforme já se argumentou, os contornos desta terceira fase da memória pública do passado recente espanhol começam a ser forjados nos anos anteriores, com o aumento dos juízos críticos sobre o processo de transição. A ideia do *pacto de silêncio/esquecimento* – que não era uma formulação nova, podendo ser considerada mais ou menos coeva da construção das *memórias da transição modélica*, muito embora, devido ao seu carácter especular e negativo em relação a estes discursos dominantes, tivesse sido relegada para os *subterrâneos* do espaço público – progressivamente começava a adquirir maior visibilidade social. Como salienta Ysàs, os movimentos que reivindicavam “verdade, justiça e ressarcimento” que se

⁴⁶ YSÀS, 2014, *op. cit.*, p. 346-351.

⁴⁷ MOLINERO, 2014, *op. cit.*, p. 326-327.

desenvolveram a partir da segunda metade dos anos 1990 identificavam “erradamente as causas da situação espanhola com pactos inexistentes e renúncias no difícil processo de mudança política e não nas decisões e omissões dos governantes da democracia consolidada”.⁴⁸ Neste sentido, a conceção do *pacto de silêncio/esquecimento* pode ser considerada como um reflexo da abrangência e poder de penetração no imaginário social dos relatos da *transição modélica*, na condição de leituras elitistas sobre o passado. Contudo, apesar das incorreções históricas nas quais incorriam estes discursos, deve-se reconhecer que o seu objetivo principal era prático e político, reivindicativo e militante: reverter o *vazio ético* no qual, de facto, se fundamentara a democracia espanhola nos anos transição e que se mantivera praticamente inalterado durante a década posterior, uma vez consolidada e estabilizada a democracia.

Não parecem exatas as análises que, concentrando-se em diferentes âmbitos da complexidade do movimento reivindicativo de políticas sobre o passado que dominou a vida pública espanhola a partir da segunda metade dos anos 1990, ou enfatizam o papel preponderante das elites parlamentares e a consequente subalternidade da sociedade civil no processo, ou salientam o protagonismo da sociedade à margem dos partidos políticos e das instituições encarregadas da transmissão do passado.⁴⁹ Deve-se reconhecer, ao invés disto, a estreita dinâmica entre as demandas da sociedade civil – sob a iniciativa da geração dos *netos da guerra*, no sentido de reivindicar políticas de reconhecimento público dos *vencidos* e da condenação ético-política do franquismo – e a sua correspondente representatividade entre os partidos políticos de esquerda, que, a partir de 1996, passaram a constituir a oposição ao governo Aznar. Tal como argumenta Xavier Domènech:

«No todo era político en el movimiento por la memoria; respondía a una realidad social que había madurado desde los años setenta hasta esos momentos, pero no se podía desligar lo político de este mismo proceso. Sin esta interacción, difícilmente el movimiento se hubiese plasmado en iniciativas legislativas e institucionales».⁵⁰

⁴⁸ YSÀS, 2014, *op. cit.*, p. 352.

⁴⁹ Assim se posicionam, respetivamente, Paloma Aguilar e Francisco Espinosa: AGUILAR, 2006, *op. cit.*, p. 249-250. ESPINOSA, 2006, *op. cit.*, p. 203. É curioso notar que ambos os autores adotam o referencial do *pacto de silêncio* que teria sido rompido nesta conjuntura.

⁵⁰ DOMÈNECH, Xavier. «El asalto al olvido. Entre el poder y la sociedad» in VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. P. 436.

Conforme já se argumentou, é certo que a ideia do *pacto de silêncio/esquecimento* pretende referir-se a uma esfera da realidade social que de facto se verificou desde os anos da transição: a minimização ou omissão em abordar-se publicamente o passado da guerra civil e da ditadura franquista em termos ético-políticos.⁵¹ No entanto, entende-se que o léxico derivado das noções de *pacto* ou *acordo*, para além de simplificar a compreensão de um fenómeno cuja abrangência não se restringiu à atuação das elites, limita o entendimento sobre a influência dos relatos hegemónicos da *reconciliação* e da *transição modélica* na configuração deste ambiente social que se estendeu desde os anos da transição até meados dos anos 1990. Ou seja, o facto de que o aparente silenciamento social sobre o passado recente correspondia a uma identidade maioritária, a qual relegava à marginalidade e aos âmbitos privados as identidades sociais baseadas na empatia ético-política com os republicanos e os resistentes antifranquistas.

É possível considerar como um reflexo do significativo alcance social das leituras elitistas sobre a história o carácter duplamente *subterrâneo* das *memórias da transição como conquista*, centradas no papel das mobilizações e dos movimentos sociais, uma vez que constituem relatos *subterrâneos* dentro dos já subterrâneos discursos alternativos às *memórias da transição modélica* ao longo do período 1986-1996. Trata-se, dentro do conjunto das fontes de imprensa trabalhadas nesta investigação, de memórias comunistas. De forma análoga, em Portugal, as interpretações sobre a Revolução centradas na importância dos movimentos sociais na construção da democracia são relatos *subterrâneos* no interior das *memórias revolucionárias* ou das *memórias da resistência*. Deve-se notar, neste sentido, que a fase da *obsessão memorial* se caracteriza por uma sobrevalorização dos aspetos do combate político-simbólico: a crítica do *revisionismo histórico* em Portugal e a crítica do *vazio ético* em relação ao franquismo em Espanha. De modo que a ênfase em relatos memoriais otimistas sobre o passado recente, fundados na ideia de *democracia como conquista*, constitui a argumentação de discursos fundamentalmente comunistas, com limitada visibilidade pública.

No caso português, pode-se considerar a fase da *obsessão memorial* como consequência da construção da hegemonia cultural neoconservadora, o que viabilizou o

⁵¹ Deve-se reconhecer, neste sentido, que Aguilar esclarece sobre as nuances entre os âmbitos político, social e cultural, enfatizando que ter-se-ia tratado de um pacto de não-instrumentalização política sobre o passado.

progressivo desenvolvimento e visibilidade pública das interpretações *revisionistas* sobre o passado recente de ditadura e Revolução. De modo que, diante de políticas de memória reabilitadoras da ditadura, em 1992 – as pensões concedidas pelo Estado a ex-polícias políticos por “serviços excepcionais e relevantes prestados ao País” –, e do sensacionalismo mediático que permitiu o *branqueamento* do salazarismo, em 1994, a *rebelião da memória* significou a transformação das *memórias antirrevisionistas* e das *memórias da resistência* em *memórias fortes*, dominantes no espaço público, que passaram a disputar a hegemonia com as *memórias antirrevolucionárias*, também dominantes na conjuntura do vigésimo aniversário do 25 de Abril. Neste contexto, o *combate pela memória* que se desenrola em 1994 pode ser entendido como uma *reação* aos contornos da hegemonia cultural neoconservadora que se consolidara ao longo do governo Cavaco Silva.

É interessante notar que participam desta *reação* amplos setores sociopolíticos afins aos socialistas, os quais haviam contribuído, em larga medida, para forjar esta mesma hegemonia cultural neoconservadora, seja através da defesa das *memórias consensuais*, seja através da direta afirmação das *memórias revisionistas*/tese da *dérapage à portuguesa*. Embora certos setores socialistas tenham continuado a defender interpretações baseadas na condenação do processo revolucionário, pode-se dizer que a *rebelião da memória* de 1994 significou um alargamento no espectro político do alcance das interpretações otimistas e favoráveis sobre a Revolução, o que é especialmente válido para as *memórias da resistência*. Neste sentido, observa-se que a base social para a rejeição ético-política do salazarismo – ou seja, os setores sociopolíticos que consideram inaceitáveis as perspectivas *branqueadoras* da ditadura – é significativamente mais ampla do que a correspondente base social para a defesa do legado histórico, simbólico e político do período revolucionário. Enquanto no primeiro caso se encontram, para além das culturas políticas de esquerda, a totalidade do centro-esquerda e também setores do centro-direita, no segundo caso não participam os social-democratas e setores dos socialistas – muito embora se deva reconhecer que a base social da valorização do legado revolucionário se ampliou em virtude da controvérsia pública de 1994.

Neste sentido, conforme já se argumentou, nesta terceira fase – da *obsessão memorial* – os socialistas empreenderam um deslocamento reativo no âmbito da evocação pública do passado, em virtude da indignação com aquilo que se percebia como o *branqueamento* da ditadura no espaço público, demonstrando o seu desconforto

e contrariedade em relação ao teor da hegemonia cultural neoconservadora na esfera das representações do passado recente, ditatorial e revolucionário. Assim, aproximaram-se dos discursos das culturas políticas de esquerda, contribuindo para forjar uma ampla frente pela defesa das *memórias da resistência* e das *memórias antirrevisionistas*. É possível considerar, portanto, que o desenvolvimento da hegemonia cultural neoconservadora no sentido de consolidar no espaço público português interpretações voltadas para a reabilitação do Estado Novo foi o fator que propiciou a eclosão do *combate pela memória* e a consequente redefinição da relação de forças no âmbito da evocação pública do passado recente, com a transformação em *memórias fortes* dos relatos memoriais defendidos por culturas políticas de esquerda – especialmente as *memórias da resistência* e as *memórias antirrevisionistas*.

É interessante observar que nos casos português e espanhol a convergência dos socialistas aos discursos memoriais desde antes defendidos pelas culturas políticas de esquerda fortalece, confere maior visibilidade social e, neste sentido, impulsiona o *combate pela memória* que se desenvolve nos respetivos espaços públicos democráticos. Se em Portugal os socialistas se empenham especialmente na recusa do *branqueamento* do Estado Novo e na afirmação das *memórias da resistência*; em Espanha, principalmente a partir de 1996, os representantes do PSOE passam a apoiar as reivindicações pelo reconhecimento público das *memórias dos vencidos* e as demandas pela condenação ético-política do franquismo.⁵²

É importante ressaltar, portanto, que em Portugal esta redefinição da relação de forças referente à evocação pública do passado recente indica um *carácter reativo* à construção da hegemonia cultural neoconservadora, constituindo uma resposta ao ataque das *memórias revisionistas* ao legado do antifascismo e da Revolução. Ainda que este ataque não fosse recente, como atestam as *memórias subterrâneas* das esquerdas ao longo dos anos 1980, ele alcançou tais proporções mediáticas em 1994 que ocasionou a explosão destes discursos memoriais no espaço público. Já em Espanha, a correspondente redefinição da relação de forças sugere um *carácter reivindicativo*, no sentido de reverter o *vazio ético* da democracia espanhola através do reconhecimento

⁵² Ainda que a análise desta problemática ultrapasse os objetivos do presente trabalho, é importante notar as limitações desta política. Conforme identifica Vinyes, permaneceu dominante o paradigma do *sujeito vítima*, com base no qual a *dor* – e não a experiência histórica – constitui o “núcleo esencial y casi exclusivo de la memoria transmisibile”. VINYES, 2009, *op. cit.*, p. 55. Para uma síntese sobre o debate em torno do projeto de lei da Lei da Memória Histórica, cf., por exemplo: CUESTA, Josefina. «Memorias persistentes en España» in CUESTA, Josefina. (dir.) *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid, Fundación Largo Caballero, 2007. P. 390-410.

público e oficial das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas da repressão franquista e da condenação ético-política da ditadura. Em ambos os casos verifica-se que os relatos memoriais representativos de culturas políticas de esquerda passam de *memórias fracas* nos anos 1980 para *memórias fortes* em meados da década seguinte, muito embora as causalidades para a transformação nesta relação de forças seja praticamente inversa. Devido à especificidade espanhola entre as democracias do pós-guerra no sentido de que a sua origem fundacional não assentara na luta antifascista – em larga medida como consequência do precedente de guerra civil e a influência deste acontecimento traumático no imaginário cultural das gerações que vivenciaram a ditadura franquista –, o *revisionismo histórico*, que nos mais variáveis casos surge publicamente com o propósito de *revisar* esta origem fundacional democrática, não desponta como fenómeno social no espaço público espanhol antes do movimento pelo reconhecimento das memórias republicanas e antifranquistas.

Contrariamente, em Portugal, num contexto de governos de direita ao longo da década de 1980, a lenta construção de uma hegemonia cultural neoconservadora permitiu consagrar publicamente interpretações baseadas na condenação da origem revolucionária da democracia portuguesa, ao mesmo tempo em que se relegava para a marginalidade os relatos memoriais otimistas sobre a Revolução e o seu legado. Semelhante desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público alcançou tal grau de visibilidade social e mediática, abrangendo inclusive o âmbito da reabilitação do salazarismo, que ocasionou a irrupção e fortalecimento das memórias representativas de culturas políticas de esquerda, desencadeando, assim, o *combate pela memória* do vigésimo aniversário do 25 de Abril. Em uma palavra, enquanto em Portugal o *combate pela memória* e a transformação das memórias *subterrâneas* das esquerdas em *memórias fortes* se explica pela *reação* ao desenvolvimento público do *revisionismo histórico* como modelo hermenêutico para a interpretação do passado recente de ditadura e de Revolução; em Espanha o fenómeno análogo de eclosão pública dos até então *subterrâneos* relatos memoriais cultivados pelas culturas políticas de esquerda situa-se no quadro da *reivindicação* da legitimidade ético-política dos republicanos e antifranquistas, esfera simbólica nunca antes reconhecida pública e oficialmente pela democracia espanhola. A emergência na vida pública da geração dos *netos da guerra civil* – que suscitava novas perspectivas sobre o passado alheias aos contornos das *memórias da reconciliação*, as quais exerciam significativa influência no imaginário cultural das gerações predecessoras, mas não entre aqueles que haviam sido socializados

já em democracia – e a mais ou menos simultânea mudança no poder político, com a vitória da direita nas eleições gerais após catorze anos de governos socialistas, propiciaram este fortalecimento e visibilidade pública dos relatos memoriais representativos de culturas políticas de esquerda.

Assim como em Portugal as culturas políticas de direita apenas concebem a possibilidade de discussão crítica sobre a ditadura através do recurso às *comparações relativizadoras* com o período revolucionário; em Espanha verifica-se algo análogo a partir de 1996, quando as culturas políticas de direita passam a rejeitar a maior visibilidade pública das *memórias dos vencidos*, recorrendo a argumentações criminalizadoras dos republicanos com base em juízos anticomunistas – de forma semelhante à estratégia empregada pelas *memórias revisionistas* portuguesas. O *efeito eclipse* da(s) memória(s) da(s) ditadura(s), que no caso português se expressa através de leituras retrospectivas baseadas na condenação do processo revolucionário, no caso espanhol, inversamente, parte da criminalização dos republicanos e da sua responsabilização pela guerra civil para eludir a questão dos crimes franquistas.

Percebe-se, portanto, que em Espanha o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como fenómeno social – que pode ser situado em finais dos anos 1990, inícios do século XXI – é decorrência direta do movimento de reivindicação pública das memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo. As culturas políticas de direita – que, recorde-se, iniciam, em finais da década de 1980, princípios dos anos 1990, a instrumentalização do passado da ditadura e da transição como crítica política ao governo González – não aceitam a quebra da hegemonia das *memórias da reconciliação/transição modélica*, no interior das quais as teses *revisionistas* se encontravam acomodadas, e a consequente emergência pública dos discursos memoriais das esquerdas. De modo que a posterior irrupção dos discursos *revisionistas* no espaço público espanhol deve ser entendida como uma resposta a este movimento reivindicativo, ou seja, a expressão das representações sobre o passado recente e do conjunto de valores ético-políticos representativos das culturas políticas de direita.

Enfim, conforme sugere Cuesta acerca de uma análise sobre as gerações, a segunda geração, a geração dos *filhos da guerra civil* – que pode ser considerada como a principal representante das *memórias da reconciliação* – estabelece vínculos horizontais, com os seus contemporâneos, provenientes de diversas culturas políticas, e verticais, com os seus predecessores. São estas gerações que protagonizam a transição:

“lugar de encuentro de los ‘testigos oculares’ supervivientes y de los hijos”.⁵³ Pode-se dizer, portanto, que a hegemonia das *memórias da reconciliação*, para além dos fatores da esfera política que explicam a sua consolidação nos anos da transição e manutenção durante os governos socialistas, correspondeu, em larga medida, ao reflexo das representações identitárias dominantes na sociedade espanhola. Com a entrada na vida pública de uma geração que não partilhava este imaginário cultural, paralelamente às transformações no cenário e nas relações de forças políticas, rompeu-se esta hegemonia cultural, forjando-se um ambiente social propício para o questionamento das bases ético-políticas da democracia espanhola.

Já no caso português, a fase da *obsessão memorial* explica-se pelo questionamento dos moldes da hegemonia cultural neoconservadora: se as culturas políticas de esquerda sempre denunciaram o processo, desde 1992 o centro-esquerda e setores do centro-direita passaram a protestar contra o *branqueamento* do salazarismo no espaço público. Sem dúvida, a *rebelião da memória* do vigésimo aniversário do 25 de Abril repercutiu na ampliação no espectro político da base social das perspectivas otimistas sobre a Revolução e o seu legado, com o deslocamento para a defesa de uma tal representação sobre o passado recente de setores moderados que privilegiavam, até então, os argumentos das *memórias consensuais*. Contudo, deve-se reconhecer que a interpretação sobre o processo revolucionário é o foco da clivagem da ampla *frente antirrevisionista* que se forja em 1994, já que o centro-direita e alguns setores do centro-esquerda cultivam, não obstante, as *memórias revisionistas* baseadas na tese da *dérapage à portuguesa*, aproximando-se, neste sentido, do teor da hegemonia cultural neoconservadora, ao menos no que tange às representações sobre o processo revolucionário. Pode-se, considerar, desta forma, que a Revolução de 1974/75, origem fundacional da democracia, constitui o fator que explica a considerável capacidade de penetração do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa – significativamente mais abrangente por comparação ao caso espanhol, em que o *revisionismo histórico* pode ser definido como a expressão dos discursos memoriais das culturas políticas de direita.

6-2. O *revisionismo histórico* nas sociedades ibéricas: paralelismos

É preciso considerar, em primeiro lugar, que o *revisionismo histórico*, embora se converta em fenómeno social nos anos 1990, nos mais variados casos nacionais,

⁵³ CUESTA, 2008, *op. cit.*, p. 428.

adquirindo, neste sentido, uma significativa visibilidade social e impacto na opinião pública, não constitui uma perspectiva inovadora no âmbito das representações do passado. Conforme se esclareceu no capítulo 2, trata-se de interpretações sobre revoluções, movimentos sociais e revolucionários, guerras e/ou regimes autoritários e os seus respetivos legados sob o ponto de vista das culturas políticas de direita. De forma ampla, trata-se de (re)interpretações, de carácter liberal-conservador, dos processos históricos de mudança e de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. De modo que sempre existiram nas sociedades, na condição de visões sobre o passado – ou seja, memórias coletivas – representativas de grupos sociais que cultivam uma identidade sociopolítica conservadora.

Assim, pode-se dizer que a origem dos argumentos *revisionistas* sobre a história remontam ao combate político coevo dos próprios acontecimentos. No caso português, para além das teses derivadas da propoganda salazarista no que diz respeito às interpretações sobre a ditadura e o colonialismo, tratou-se das perceções políticas das camadas mais conservadoras da sociedade acerca do processo revolucionário. Conforme salienta Loff, o comportamento das elites sociais conservadoras durante o período revolucionário baseava-se no pressuposto de que Portugal, “ou pelo menos a sua metade meridional e os seus centros urbanos, estivessem a viver em 1975 um *Grande Terror* revolucionário, versão portuguesa”.⁵⁴ Já no caso espanhol, os discursos *revisionistas* recuperam as explicações franquistas sobre a II República, a guerra civil e a própria ditadura.

As razões para a transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social nos anos 1990 assentam, em larga medida, no marco internacional de 1989, já que o colapso do *socialismo real* significou um considerável abalo na credibilidade social das visões do mundo baseadas em referenciais ético-políticos de esquerda e, neste sentido, significou igualmente um alargamento das perceções sociais conservadoras. Por outras palavras, a outra face da anatematização do comunismo – e, de forma ampla, das perspectivas político-sociais das esquerdas – foi o processo de *normalização* e *desideologização* do conservadorismo político, cuja expressão intelectual mais disseminada terá sido a tese do *fim da história*, do politólogo norte-americano Fukuyama. Desta forma, pode-se considerar que no âmbito das representações sobre o passado a expressão desta hegemonia político-cultural conservadora foi a transformação

⁵⁴ LOFF, 2006, *op. cit.*, p. 175-176.

do *revisionismo histórico* em fenómeno social, com a propagação das perceções das culturas políticas de direita – ,e, concretamente, dos seus relatos memoriais sobre o passado. Ou seja, trata-se de um processo de hegemonização conservadora do pensamento político-social, cuja consequência imediata foi a transmutação em lugar-comum de perspetivas representativas das sensibilidades das direitas.

Se a especificidade do caso espanhol não permite considerar-se que a transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social em finais dos anos 1990, inícios do século XXI, tenha obtido a correspondência de um abrangente eco social – ou seja, a significativa disseminação pública das teses *revisionistas* não se traduziu necessariamente numa aceitação maioritária destes postulados –; no caso português, não obstante, este análogo fenómeno coincidiu com a transformação das memórias *revisionistas* sobre a Revolução em memórias dominantes, particularmente a tese da *dérapage à portuguesa*. Em Espanha, pode-se dizer que a transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social, como reação ao movimento reivindicativo das memórias republicanas e antifranquistas, apenas significou uma maior visibilidade pública das teses *revisionistas*, que se desprenderam das *memórias da reconciliação* e se proliferaram no espaço público espanhol, mas que seguiram representando os discursos memoriais das culturas políticas de direita. Ou seja, contrariamente ao caso português, não houve em Espanha um processo de hegemonização conservadora dos discursos sobre o passado. A banalização dos discursos *revisionistas* no espaço público não implicou a sua necessária aceitação maioritária, para além das próprias culturas políticas de direita que se reviam nestas memórias coletivas.

O elemento fundamental para explicar esta diferença entre os casos português e espanhol radica no facto de que em Portugal esta banalização do *revisionismo histórico* foi anterior à eclosão do *combate pela memória*, e representou, justamente, a principal motivação para a *rebelião da memória*. Por outras palavras, em Portugal a transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social ocorreu paralelamente ao processo de construção da hegemonia cultural neoconservadora, o que acarretou uma ampliação no eco social dos relatos memoriais *revisionistas*, para além do seu reduto originário das culturas políticas de direita. Já no caso espanhol a análoga transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social não foi causa e sim consequência da emergência do *combate pela memória* no espaço público; de modo que por trás da irrupção deste fenómeno social se encontra o objetivo das culturas políticas de direita de reafirmar publicamente a sua identidade social através das visões sobre o passado,

diante da tomada do espaço público pelos relatos memoriais representativos das culturas políticas de esquerda: o movimento pela reparação e reconhecimento dos vencidos da guerra civil e dos resistentes antifranquistas.

Pode-se afirmar, ainda, que no caso espanhol o processo de *combate pela memória* no espaço público e a consequente transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social acarretou uma delimitação dos discursos *revisionistas* ao domínio das culturas políticas de direita. Pois se, no que diz respeito à interpretação sobre a II República, é possível considerar-se que até princípios dos anos 1990 os discursos *revisionistas* eram assumidos também por culturas políticas de centro-esquerda – tal como demonstram os resultados desta investigação e que, aliás, coincide com o teor das *memórias da reconciliação* –, esta situação reverte-se a partir de finais da década em virtude do envolvimento destes setores sociopolíticos no processo de reivindicação da legitimidade das *memórias dos vencidos*. Pode-se dizer, além disso, que a transformação do *revisionismo histórico* em fenómeno social contribuiu para demarcar publicamente a identidade política de direita destes discursos sobre o passado.

Portanto, é interessante observar que a especificidade do caso espanhol segundo a qual a democracia se fundamentou num *vazio ético* em relação à ditadura franquista engendrou uma particular, e à primeira vista contraditória, dinâmica do *combate pela memória*: num contexto internacional de hegemonia político-cultural conservadora, os relatos memoriais das esquerdas emergiram no espaço público espanhol muito fortalecidos, em contraposição aos quais se articulou a ofensiva *revisionista*. Trata-se de uma lógica inversa àquela que se verifica no caso português. Talvez o fundamental consista em reconhecer que a hegemonia das *memórias da reconciliação*, que albergavam as teses *revisionistas* sobre o passado recente, conferia às culturas políticas de direita um espaço confortável no interior do qual não sentiam a necessidade de realizar uma ofensiva pública por sua autolegitimação – considerando-se que as *memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo* não haviam, até então, sido reconhecidas publicamente de forma abrangente e oficial. Ao contrário do caso português, em que o propósito da construção da hegemonia cultural neoconservadora consistia, justamente, em conquistar a legitimidade para versões sobre o passado que fizessem frente às *memórias do antifascismo*, inicialmente hegemónicas no espaço público democrático, e que revisassem a explicação sobre a origem da democracia portuguesa.

Apesar desta diferença acerca dos respetivos processos de emergência do *revisionismo histórico* como fenómeno social no espaço público democrático e da consideravelmente maior influência no caso português dos discursos *revisionistas* junto da opinião pública, especialmente no que diz respeito ao processo revolucionário, é possível identificar em ambos os casos alguns pontos comuns e análogos no que tange ao impacto simbólico de 1989 e seu estímulo ao desenvolvimento dos relatos memoriais *revisionistas*. Trata-se, fundamentalmente, das *comparações relativizadoras* e da consagração da teoria do *totalitarismo*, âmbitos que se encontram intrinsecamente relacionados. Pois as *comparações relativizadoras* significam a adoção de juízos anticomunistas como eixo para interpretação do passado; de modo que a banalização da teoria do *totalitarismo* e sua transformação em lugar comum como decorrência do impacto de 1989 no pensamento político internacional serviu como estímulo para a opção hermenêutica das *comparações relativizadoras*, cujo principal efeito, em geral, é o *branqueamento* de regimes autoritários.

No caso português, verificou-se um reforço da tendência, que não era nova, para as leituras retrospectivas baseadas na comparação entre o processo revolucionário e o Estado Novo, enfatizando-se a condenação do primeiro e, em decorrência, relativizando-se o segundo; para este fim, o léxico do *totalitarismo* tornou-se banal no espaço público português. Pode-se dizer que se trata de um regresso e generalização de uma linguagem já utilizada pelas direitas desde 1975/76. Ou seja, a anatemização do processo revolucionário por sua conotação com o predomínio de projetos político-sociais de esquerda – e, portanto, *totalitários*, segundo esta lógica que se torna dominante no contexto pós-1989 – constitui uma plataforma que permite a defesa de interpretações suavizadas e benévolas da ditadura. É preciso notar, contudo, que o amplo alcance da teoria do *totalitarismo* em Portugal não se restringe ao âmbito das *comparações relativizadoras*, que representam discursos memoriais das culturas políticas de direita; também nas teses da *dérápée à portuguesa*, que estendem a sua esfera de influência até setores das culturas políticas de centro-esquerda, se recorre ao referencial ideológico do *totalitarismo*.

No caso espanhol, o colapso do mundo soviético suscitou a difusão de opiniões, representativas de culturas políticas de direita, que negavam o paralelismo entre a transição espanhola e a realidade que então se vivia nos países do Leste europeu, enfatizando-se perspectivas reabilitadoras do tardofranquismo, que estabeleciam comparações com o que teria sido o *totalitarismo* comunista. Num outro contexto, já na

conjuntura dos inícios da fase da *obsessão memorial*, em 1996, a visibilidade pública das *memórias dos vencidos* – particularmente a propósito das homenagens às Brigadas Internacionais – provocou o surgimento de reações críticas com base na ideia do *totalitarismo* dos anos 1930, argumento cujo alvo era, tal como nos demais casos ilustrativos das correntes *revisionistas* da década de 1990, o ataque ético-político às esquerdas, todas as suas tendências igualmente condenadas a partir de preconceitos anticomunistas.

É importante notar que a especificidade portuguesa da Revolução como origem da democracia explica o maior grau de penetração do *revisionismo histórico* na opinião pública e imaginário cultural da sociedade portuguesa. Sendo a revisão sobre revoluções – de forma ampla, sobre transformações político-sociais protagonizadas por extensos grupos sociais, particularmente quando conotadas com visões do mundo e projetos de esquerda – um dos domínios do *revisionismo histórico*, o advento do processo de hegemonia político-cultural conservadora, em âmbito internacional e interno, propiciou um abrangente eco social das teses *revisionistas* a propósito da cronologicamente próxima experiência revolucionária. Se na esfera do poder político, particularmente entre os representantes socialistas, afastados do poder em Portugal durante quase toda a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, havia a intenção estratégica de participar na hegemonia cultural dominante do contexto pós-revolucionário, tendo em vista o âmbito da disputa pela alternância no poder político, deve-se reconhecer, não obstante, que a adesão de considerável parcela do centro-esquerda às interpretações *revisionistas* sobre o processo revolucionário correspondia à identidade social cultivada por estes setores sociopolíticos. Por outras palavras, em Portugal a recente experiência revolucionária permitiu que se forjasse uma mais direta influência da hegemonia político-cultural neoconservadora no âmbito das representações sobre o passado, o que se aprofunda no contexto pós-1989.

Em Espanha, contrariamente, a experiência histórica que poderia ser entendida como análoga à portuguesa de 1974/75 – a II República e especialmente a revolução social que eclodiu em certas áreas do território espanhol como resposta ao golpe militar de 18 de julho de 1936 – situa-se no passado comparativamente muito mais distante dos anos 1930. Além disso, é importante considerar a longa duração e o impacto social da ditadura franquista, que se interpõe entre aquela experiência revolucionária dos anos

1930 e a transição democrática dos anos 1970. A geração dos *netos da guerra civil*⁵⁵, para além de cultivar um juízo ético-político negativo sobre o franquismo, reivindica a legitimidade pública dos relatos memoriais otimistas e favoráveis sobre a experiência republicana e os militantes que lutaram pela defesa da República. De modo que, no caso espanhol, a defesa dos discursos *revisionistas* sobre o passado se restringe às culturas políticas de direita e não há, como em Portugal, um alargamento hegemónico da esfera de influência destes relatos memoriais que caracterizam as identidades sociais conservadoras. O facto de que o legado do antifascismo nunca tivesse sido reconhecido no espaço público democrático estimulou – num contexto de hegemonia político-cultural conservadora no âmbito interno e internacional e marcado, além do mais, como característica do cenário pós-1989, pela escassez de projetos otimistas de futuro – a instrumentalização política e simbólica do passado, com o fortalecimento das perspetivas memoriais favoráveis sobre o lado republicano da guerra civil.

Em Portugal, contrariamente, a hegemonia político-cultural conservadora engoliu e marginalizou os relatos memoriais amplamente positivos sobre a Revolução, restringindo-os ao âmbito das culturas políticas de esquerda. Mesmo após a *rebelião da memória*, a controvérsia que a interpretação sobre o processo revolucionário suscita manteve a divisão do centro-esquerda na defesa das teses *revisionistas* sobre a Revolução. Inversamente, em Espanha, o movimento pela reivindicação das memórias dos *vencidos* e das vítimas do franquismo logrou aglutinar as culturas políticas de centro-esquerda, uma vez rompida a hegemonia das *memórias da reconciliação*. Em uma palavra, em Espanha as visões otimistas sobre a II República e a perspetiva republicana da guerra civil, silenciadas, reprimidas e privatizadas durante toda a ditadura e marginalizadas do espaço público durante as primeiras décadas de democracia, passaram a mobilizar as identidades sociais das culturas políticas de esquerda e centro-esquerda no contexto de meados dos anos 1990, atuando como parâmetro simbólico e ético-político para as lutas políticas do momento presente. O

⁵⁵ As gerações, evidentemente, abarcam diversas culturas políticas. Se no caso da geração dos *filhos da guerra civil* se verificou uma confluência dominante, entre variadas culturas políticas, desde o centro esquerda até à direita, em torno de um imaginário cultural centrado nas *memórias da reconciliação*, o mesmo não se passou com a geração dos netos. Portanto, há, entre os indivíduos socializados em democracia, setores afins às culturas políticas de direita, os quais não se incluem no âmbito do movimento pela reivindicação pública das memórias dos *vencidos* e dos resistentes antifranquistas. Contudo, em geral, quando se alude à *geração dos netos da guerra civil* é a estes setores sociopolíticos, protagonistas de semelhante movimento e conotados com as culturas políticas de esquerda e centro-esquerda que se faz referência.

passado *calado* e *impronunciado* tornava-se, desta forma, bandeira para as batalhas políticas do presente e plataforma para a redefinição das identidades sociais.

Em contraste, em Portugal, o passado revolucionário ainda se encontrava demasiado próximo, ainda ressoava de forma demasiado *política*, sem que houvesse passado nem mesmo o espaço de uma geração sobre os protagonistas do período revolucionário, que ainda se mantinham, em sua maioria, ativos na vida pública, para ser recuperado pelo conjunto do centro-esquerda como símbolo otimismo. É verdade que assim o fizeram nos anos 1980 os militares moderados do MFA, os quais, tal como os setores sociopolíticos afins aos socialistas, se haviam oposto em seu próprio momento ao radicalismo revolucionário, mas que posteriormente se alinharam com as culturas políticas de esquerda a respeito da interpretação da Revolução. Deve-se reconhecer, no entanto, que se trata de um caso muito específico referente a um grupo social que foi artífice da Revolução e que, diante da desvalorização do seu legado político e simbólico no espaço público, se deslocou para a esquerda no âmbito das representações do passado. Já no caso dos dirigentes socialistas e dos setores sociopolíticos que representam, deve-se considerar a influência significativa do pensamento conservador de carácter hegemónico dos anos 1990 no sentido de anatemizar e patologizar as revoluções, projetos e movimentos revolucionários e seus respetivos legados políticos, sociais e históricos – também como um dos efeitos do impacto de 1989 e da generalização da teoria do *totalitarismo* no espaço público das sociedades contemporâneas. Este é, conforme salienta Loff, o procedimento argumentativo do *revisionismo histórico*, pautado pela “patologização da Revolução”, pela descrição dos processos revolucionários como ciclos “anómalos” na história.⁵⁶

Neste ponto, é importante situar, uma vez mais, as origens do *revisionismo histórico* como corrente de pensamento político e sua transformação em fenómeno social no contexto dos anos 1990. Como ressalta Loff, o desenvolvimento intelectual do *revisionismo histórico* é muito anterior à conquista da hegemonia política e ideológica pelas direitas a partir da década de 1980. A teoria do *totalitarismo*, por sua vez, foi forjada nos anos 1950, voltada para a legitimação da nova conjuntura da Guerra Fria, “hermana[ndo] um Comunismo a derrotar com um Nazismo já derrotado como subprodutos do mesmo conceito totalitário de intervenção na sociedade”.⁵⁷ Neste

⁵⁶ LOFF, Manuel. «Depois da Revolução? Revisionismo histórico e anatemização da Revolução» in *História & Luta de Classes*, nº 12 – Set. 2011.

⁵⁷ LOFF, 2011, *op. cit.*

sentido, muitas sociedades europeias passaram por uma primeira fase de desenvolvimento do *revisionismo histórico* no âmbito intelectual: no contexto dos anos 1960 e 1970, em que ainda predominavam no mundo ocidental, especialmente na esfera cultural, ideias progressistas de interpretação da realidade derivadas do ambiente da vitória sobre o nazi-fascismo na II Guerra Mundial e a posterior construção dos Estados de bem-estar social, já se desenrolava um movimento de *revisão* teórica sobre as origens fundacionais da contemporaneidade e dos regimes democráticos. No entanto, apenas a partir de meados dos anos 1980 e, especialmente, da década de 1990, estas tendências *revisionistas* passam a repercutir de forma significativa na opinião pública das sociedades, transformando-se em fenómenos sociais.

Devido à particularidade das sociedades ibéricas, cujas respetivas transições democráticas apenas ocorreram em meados da década de 1970, o *revisionismo histórico* surge já como fenómeno social, nos anos 1990 – desponta antes, inclusive, no espaço público das sociedades, ou seja, através de discursos públicos sobre o passado, do que no meio intelectual e académico.⁵⁸ No caso português, portanto, favorecido pela conjuntura interna da hegemonia política de direita, em harmonia com o ambiente internacional, foi forte e abrangente o impacto das releituras conservadoras sobre as revoluções, automaticamente aplicadas à recente experiência nacional de 1974/75. Se é possível considerar que este modelo hermenêutico progressivamente se tornava dominante no âmbito do pensamento político internacional, paralelamente à conquista da hegemonia política pelas direitas ao longo da década de 1980 e suas consequentes implicações sobre as perceções sociais da realidade, a partir da década de 1990 dissemina-se pela opinião pública ocidental, sob o pano de fundo do colapso do *socialismo real*.

No caso espanhol, a inexistência de uma experiência revolucionária recente como a origem da democracia atual – tal qual o caso português – limitou esta influência das representações conservadoras sobre o passado junto da opinião pública. Além disso, ao contrário do caso português – em que o poder político, especialmente durante a década do governo Cavaco Silva, atuou ativamente na construção de uma hegemonia cultural neoconservadora, ou seja, no desenvolvimento das teses *revisionistas* sobre o passado⁵⁹ –, o governo socialista de Felipe González pautou-se pelo bloqueio da discussão pública sobre o passado e do incentivo a políticas de memória. Neste quadro

⁵⁸ Estes argumentos foram desenvolvidos mais detalhadamente no capítulo 2 deste trabalho.

⁵⁹ Cf. LOFF, 2014, *op. cit.*

de hegemonia política socialista que não significou um ambiente hostil para as culturas políticas de direita, depositárias das representações *revisionistas* sobre o passado, estas mantiveram uma visibilidade pública discreta no interior das *memórias da reconciliação*. Apenas quando o espaço público democrático passou a ser conquistado pelas memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo se iniciou uma ofensiva reativa dos discursos *revisionistas*, cujo propósito se dirigia não tanto a uma ampliação de seu alcance social e sim a uma reafirmação autolegitimadora das representações identitárias conservadoras.

Para além da influência da hegemonia político-cultural conservadora, interna e internacional, e da proximidade cronológica da experiência revolucionária portuguesa, que conferiu as bases da democracia atual, como fatores que explicam o considerável eco social do *revisionismo histórico* em Portugal, deve-se considerar ainda a questão colonial como outro elemento que contribui para a configuração deste cenário. Conforme já se argumentou, a dificuldade de significativa parcela da sociedade portuguesa de aceitar os parâmetros em que se efetuou o fim do ciclo colonial, ou seja, a descolonização e seus efeitos, reforça a tendência das interpretações *revisionistas* sobre a Revolução. Pois, tendo sido o fim da guerra colonial a principal motivação para o golpe militar de 25 de abril de 1974 e para a explosão revolucionária que se lhe seguiu, a diluição das causas materiais da Revolução favorece que a explicação sobre o processo revolucionário assuma os contornos do *revisionismo histórico*: diante da tendência maioritária à condenação *tout court* da descolonização, recai com facilidade, quase de forma lógica, sobre a Revolução, o processo revolucionário e os atores políticos e militares responsáveis pelas negociações de independência a *culpa* sobre aquilo que teria sido um verdadeiro *desastre*. O próprio vocabulário moral em que se baseia a maioria dos discursos públicos sobre a descolonização denota a recusa de compreender-se historicamente este aspeto do passado recente português. Pode-se dizer, neste sentido, que a questão colonial – concretamente, a guerra colonial e a descolonização – significa uma lacuna na identidade social na qual se reveem amplos setores sociopolíticos portugueses, desde a quase totalidade do centro esquerda até à extrema-direita, e que se traduz numa perceção ambígua do colonialismo português, para não dizer glorioso em seus primórdios e digno em seu desenlace – e daí os juízos igualmente morais com que se avalia maioritariamente, de forma especular à condenação da descolonização, o destino dos *retornados*.

É possível considerar que um tal imaginário cultural português é análogo àquele que, no caso espanhol, unindo também amplos setores sociopolíticos e culturas políticas divergentes, forjou as *memórias da reconciliação*, com base nas quais se descrevia a guerra civil nos termos de uma *loucura coletiva* ou da *incapacidade de convivência* dos espanhóis – ou seja, um acontecimento literalmente indecifrável, a não ser pelos padrões de vilania moral. Tal como no caso espanhol, em que este imaginário cultural sofria a influência dos mitos da propaganda franquista, pode-se dizer que no caso português esta hipersensibilidade ao colonialismo deriva dos mitos coloniais, particularmente o forte eco social da ideologia do *lusotropicalismo*⁶⁰.

Esta conjugação de fatores que, no caso português, favorece uma ampla aceitação social das teses *revisionistas* sobre a Revolução escamoteia a percepção de que o âmbito originário destes relatos memoriais, na condição de representações identitárias conservadoras, é o das culturas políticas de direita. Um tal juízo crítico é mais facilmente identificado pela opinião pública espanhola, no que diz respeito aos discursos que legitimam o *alzamiento* e desqualificam o lado republicano. Portanto, pode-se considerar que o maior alcance social do *revisionismo histórico* em Portugal, cujas interpretações sobre a Revolução de 1974/75 mobilizam as identidades sociais de setores sociopolíticos desde o centro-esquerda até à extrema-direita, dificulta a avaliação crítica do fenómeno *revisionista* por parte da opinião pública portuguesa. O carácter dominante das teses da *dérapage à portuguesa*, cujos principais postulados se tornaram lugar-comum no espaço público em meados da década de 1990, significa uma barreira para a possibilidade de desconstrução crítica destes relatos memoriais e explica, além do mais, a limitada difusão pública das *memórias revolucionárias*, mesmo no contexto da *rebelião da memória* de 1994. Neste sentido, conforme já se argumentou no capítulo 2, a possibilidade de comparação com outros casos nacionais de *revisionismo histórico* confere uma enriquecedora perspetiva para o caso português, no sentido de salientar o carácter *memorial-identitário* de tais discursos sobre o passado – por oposição ao estatuto de *explicação histórica* que reivindicam.

É interessante observar, através de um estudo sobre as memórias da extrema-direita juvenil da segunda metade dos anos 1970, que os argumentos *revisionistas* sobre o período revolucionário aglutinam os discursos públicos moderados e as identidades sociais da direita. O trabalho de *enquadramento da memória* das interpretações sobre a

⁶⁰ Cf. CASTELO, Cláudia. «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento, 1998.

Revolução levado a cabo no espaço público pelos setores sociopolíticos moderados suscitou o ressentimento por parte das direitas radicais devido ao obscurecimento com que se descrevia a atuação específica destes grupos. Segundo Marchi, aludindo ao testemunho de um militante: «Para os jovens mais lúcidos que viveram essa aventura, ficou o amargo de ter participado num grande esforço colectivo para evitar a real (ou suposta) instauração de uma ditadura comunista em Portugal e de ver, hoje, a memória histórica dessa resistência refém de figuras institucionais como Ramalho Eanes, Mário Soares e dos partidos do sistema, condenando ao esquecimento e até à reprovação os protagonistas da clandestinidade, das revoltas do norte, das confrontações com os extremistas de esquerda, nas ruas e nas escolas». ⁶¹ Ou seja, para além das queixas dos setores da direita radical quanto à marginalização de seu papel nos discursos públicos dominantes, observa-se que há entre as culturas políticas moderadas e as culturas políticas de extrema-direita uma plataforma comum nas linhas gerais da narrativa do processo revolucionário, contra o qual teria sido necessária uma *resistência*.

Já no que diz respeito às *memórias revisionistas branqueadoras*, ou seja, os discursos reabilitadores/relativizadores das ditaduras, trata-se, em ambos os casos, de domínio exclusivo das culturas políticas de direita. Sua forma de manifestação mais comum é através do recurso às *comparações relativizadoras*: com o comunismo soviético, em ambos os casos; com o processo revolucionário, no caso português; e com o felipismo, no caso espanhol, ou seja, a crítica política do governo socialista como plataforma que permite a reabilitação do regime franquista. Os discursos que recuperam de forma mais direta e inequívoca os regimes ditatoriais e seus respetivos líderes políticos – Franco e Salazar – restringem-se a setores minoritários representativos da extrema-direita. Tal como refere Cuesta para o caso espanhol, desde os primeiros aniversários da morte de Franco se consolidou uma “patrimonialización de la memoria del dictador por los grupos ‘ultras’”. ⁶²

No entanto, deve-se destacar o considerável alcance social dos relatos memoriais *ambíguos* sobre as ditaduras, que ora salientam elogios pessoais e morais aos ditadores, ora enfatizam o desenvolvimentismo e modernização económica do tardofranquismo ou uma visão benévola sobre a política externa e financeira dos primeiros anos do Estado Novo. Embora estas perspetivas sejam mais visíveis na imprensa no caso português, especialmente por ocasião do centenário de Salazar, em 1989, Aguilar menciona,

⁶¹ MARCHI, 2013, *op. cit.*, p. 509.

⁶² CUESTA, 2008, *op. cit.*, p. 357.

apoiando-se em sondagens de opinião realizadas entre finais dos anos 1970 e princípios do século XXI, que “la valoración ambivalente del franquismo sigue siendo la predominante en la sociedad española actual”. Assim, por exemplo, a aprovação da frase “Franco pasará a la historia como un gobernante que garantizó la paz durante 40 años” reduziu-se muito pouco entre 1985 e 1995, tendo continuado a contar com o acordo de quase a metade dos entrevistados. De forma análoga às perspetivas *branqueadoras* sobre a personalidade de Salazar, Aguilar salienta, a propósito de sondagens de opinião efetuadas no trigésimo aniversário da morte de Franco, em 2005, que “[e]sa imagen de político habilidoso, perspicaz, que proporcionó a España un largo periodo de paz y desarrollo, y que contribuyó a que España no participara en la Segunda Guerra Mundial, aún está muy difundida”. Apesar de ser importante considerar as categorias de perguntas e respostas estipuladas pelas sondagens de opinião⁶³, Aguilar sublinha que são maioria aqueles que entendem que a ditadura teve *coisas boas e más* – 46,2% em 1985 e 46,4% em 2000. Desta forma, ainda que com o passar dos anos tenham aumentado as avaliações negativas sobre a ditadura, “aún así, resulta llamativo que un dictador tan sangriento, responsable de tantas docenas de miles de muertes en la guerra y en la posguerra, no obtenga un rechazo más inequívoco”.⁶⁴

Pode-se dizer que o sensacionalismo mediático contribui para a propagação de imagens ambíguas ou claramente *branqueadoras* dos ditadores. Assim, por exemplo, no centenário de Franco, em 1992, foram numerosos os programas televisivos que exploraram a personalidade do ditador segundo uma perspetiva *apolitizada*, de forma análoga ao que se passou no centenário de Salazar, em 1989. Como já se referiu no capítulo 3, em 2006/2007 a televisão pública portuguesa, RTP, emitiu um programa – *Grandes Portugueses* – cujo objetivo era, através da votação do público, eleger a principal personalidade da história portuguesa, do qual Salazar resultou vencedor. Este auge do sensacionalismo que transforma a história em entretenimento é bem definido por Loff: «É difícil encontrar ao longo destes 40 anos melhor exemplo de uma abordagem da História submetida às condições extremas de uma cultura mediática e tecnológica, ainda por cima com pretensões pedagógicas, que pressupõe formas tão pouco complexas, praticamente acríticas, de transmissão de um discurso memorial

⁶³ Assim, por exemplo, segundo Aguilar, quando os entrevistados são forçados a escolher entre a aprovação ou rejeição do regime ditatorial – sem uma opção intermédia –, esta última possibilidade é claramente maioritária.

⁶⁴ AGUILAR, 2008, *op. cit.*, p. 386-387.

proposto como memória coletiva». ⁶⁵ Manuela Cruzeiro refere “uma verdadeira operação de propaganda” e caracteriza nos seguintes termos o sensacionalismo mediático que envolve o *branqueamento* da figura de Salazar:

«Afinal, o ditador responsável pela guerra colonial e seus massacres, pela censura, pela repressão, prisão, tortura e morte dos opositores, pelas farsas que eram os seus julgamentos, pelos saneamentos e expulsões da função pública, pelos campos de concentração como o Tarrafal, pelo medo como fonte da ordem e da autoridade, era afinal, na vida privada um cavalheiro afável e cheio de charme, e em público um notável estadista... A onda salazarista que atingiu o ponto alto, em 2007, com a vitória do ditador no concurso Grandes Portugueses da televisão pública, parece longe de se esgotar e os média aproveitá-la-ão enquanto vender. Ultimamente a criatividade dos publicitários surpreendeu mais uma vez, ao anunciar uma nova publicação sobre o ditador com frases como “Nem bom nem mau, incontornável”, “Será a história como a pintam?” e em que a imagem de Salazar deixa de ser como sempre a preto e branco, para se transformar numa autêntica estrela pop: cabelo azul, casaco vermelho, ou o contrário, numa onda de cor que não deixará de convidar a uma revisão da clássica imagem do homem vestido de escuro, chapéu enterrado na cabeça e botas de elástico. Afinal isso podia ser a defesa ou o disfarce de uma personalidade a descobrir e (quem sabe?) a admirar». ⁶⁶

Deve-se reconhecer que este sensacionalismo mediático e exploração mercantil do passado, não sendo, em si mesmo e em todas as suas manifestações, expressões diretas do *revisionismo histórico*, favorecem o seu desenvolvimento, confundindo-se, em muitos casos, com esta tendência. Muitas vezes, a sugestão de perspectivas *revisionistas* é subtil, através da ênfase em aspetos da vida privada, por exemplo, que *deshistoricizam* o passado. Uma explicação para a popularidade de tais paradigmas mediáticos de revisitação das ditaduras no contexto de finais do século XX, princípios

⁶⁵ LOFF, 2014, op. cit., p. 113. Em sentido semelhante argumenta João Paulo Avelãs Nunes: «Quando se aposta assumidamente numa lógica de produção de cultura de massas enquanto estratégia de sucesso empresarial e/ou de controlo ideológico, os meios a utilizar e os objetivos a atingir não podem ser a divulgação científica (associada à cultura erudita) e o desafiar do público em geral através de produtos comunicacionais intelctualmente exigentes e desafiantes». «A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia» in PIMENTEL; REZOLA (orgs.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. P. 374.

⁶⁶ CRUZEIRO, Maria Manuela. «Revolução e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da história» in MARTINS, Rui Cunha. *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. P. 128.

do XXI, é fornecida por João Paulo Avelãs Nunes, envolvendo a análise da “cultura organizacional hegemónica entre nós”, “quando a ‘opinião pública’, emersa no ‘presente contínuo’, considera irrelevante conhecer o passado recente em geral e, consequentemente, a evolução de instituições e organizações concretas ao longo do século XX”. Num tal ambiente cultural, “ ‘o passado’ é linear e civicamente neutro”, “[n]ão existem regimes políticos nem escolhas ideológicas”.⁶⁷ Ou seja, trata-se do paradoxo que se evidencia na *demand a por consumir o passado como entretenimento*, e que não necessariamente se traduz no interesse por conhecer o passado historicamente. Entende-se, portanto, que em semelhante cenário, cujo pano de fundo é a lógica cultural do pós-modernismo – onde predomina um relativismo com base no qual os discursos sobre o passado são vistos como equivalentes, ou seja, igualmente válidos –, o *revisionismo histórico* floresça amparado pela diluição dos limites que, no espaço público, diferenciam os discursos históricos dos ficcionais e da ficção-histórica, todos confusamente identificados como mercadoria.

Neste sentido, considera-se necessário matizar a avaliação de António Araújo segundo a qual a “revisitação *pop* do salazarismo”, com a transformação de Salazar num “produto de consumo de massas”, não denotaria “necessariamente uma carga ideológica”, tendo em vista que algumas destas publicações seriam “bastante críticas do Estado Novo”.⁶⁸ Se este complexo ambiente cultural característico da fase da *obsessão memorial*, quando o passado se torna objeto de consumo no espaço público mediatizado, reúne diversos géneros de abordagens, inclusive obras de carácter histórico, e nem todas são identificáveis ao *revisionismo histórico*; convém reconhecer que é deste mesmo ambiente cultural que emergem as tendências para as visões banalizadoras da ditadura, com ênfase na vida privada, na *pequena política* e até numa certa nostalgia cultural do salazarismo. Tais perspetivas, apesar de, em geral, alegarem uma suposta desideologização, convergem com os propósitos interpretativos das culturas políticas de direita no sentido de minimizar ou eludir o carácter político-ideológico da ditadura. Isto não significa que necessariamente todos os expoentes da direita intelectual incidam no âmbito do *combate pela memória* e defendam abertamente interpretações *revisionistas* da história – em suas múltiplas vertentes –, nem que estas, no contexto de finais do século XX e princípios do XXI, sejam apanágio exclusivo das

⁶⁷ NUNES, *op. cit.*, p. 375-376.

⁶⁸ ARAÚJO, António. «A cultura de direita em Portugal» in <http://malomil.blogspot.pt/2014/01/a-direita-portuguesa-contemporanea.html>, consultado em agosto de 2015.

direitas. Deve-se diferenciar, desta forma, os discursos públicos que empreendem o *branqueamento* das ditaduras através das *comparações relativizadoras*, e que podem ser considerados como domínio exclusivo das culturas políticas de direita, da multifacetada gama de abordagens mediáticas fundadas num giro de perspetiva acerca dos passados ditatoriais – enfocando-se, por exemplo, a vida privada –, as quais, no contexto do já referido ambiente cultural da época, ultrapassam o âmbito das direitas.

O próprio António Araújo critica esta tendência para uma completa comercialização do passado, cujos efeitos seriam, especialmente através do trabalho de jornalistas, a distorsão da imagem do Estado Novo, “apresentada, em certo sentido, de forma rósea” e a-histórica: «Estamos a descobrir um Salazar completamente novo. Ninguém o conhecia. Um Salazar que era maçon (garante Costa Pimenta), que vivia rodeado de gays (na versão Dacosta, em “Máscaras de Salazar”), ou um Salazar que era uma espécie de D. Juan (na versão Felícia Cabrita, em “As Mulheres de Salazar”), mas com um longo período de abstinência durante a Segunda Guerra Mundial (diz Freitas do Amaral, no prefácio do livro da Felícia). Não estou a defender Salazar. Mas está-se a esquecer o que ele foi historicamente. Já entrou no domínio do romance histórico disfarçado de obra científica. O mercado está a ser invadido por este lixo».⁶⁹ É importante reconhecer, portanto, que esta tendência floresce no mesmo contexto cultural no qual o *revisionismo histórico* se torna fenómeno social, não sendo alheia a este ambiente – e neste sentido, não pode ser considerada como não-ideológica. Deve-se observar, tal como sugere Nunes, que a cultura de massas mediática da época favorece as perspetivas a-históricas do passado, tendência esta que se confunde com as interpretações *revisionistas*, na medida em que uma e outra promovem uma *suspensão da história*.

No que diz respeito aos discursos críticos sobre o *branqueamento* das ditaduras e de seus líderes políticos, representam culturas políticas de esquerda, centro-esquerda e centro-direita. Em ambos os casos, português e espanhol, estes discursos críticos incidem especialmente sobre as abordagens televisivas. Enquanto no caso português alcançam grande protagonismo no espaço público no contexto da *rebelião da memória* de 1994, tornando-se relatos memoriais dominantes; em Espanha seu impacto social foi bastante mais modesto no período 1986-1996, embora tenham tido um papel significativo na discussão pública sobre o passado que se desenvolveu em 1992 e em

⁶⁹ «As livrarias estão cheias de lixo sobre Salazar», *Expresso*, 25 de setembro de 2012.

1995, no centenário de Franco e vigésimo aniversário da sua morte. Pode-se considerar que no caso espanhol estes discursos críticos contribuem para fomentar o debate público sobre a ditadura e, em muitos casos, empreendem, igualmente, críticas do *vazio ético* da democracia espanhola através da reprovação do processo histórico da transição.

Em Portugal, conforme já se argumentou, os discursos críticos do *branqueamento* da ditadura perfazem uma ampla frente *antirrevisionista* que desencadeia o *combate pela memória* do vigésimo aniversário do 25 de Abril. A outra frente deste *combate pela memória* é aquela forjada no contexto da hegemonia cultural neoconservadora: desde os relatos memoriais da *dérápée à portuguesa* – que constituem memórias dominantes em 1994 – até às condenações mais abrangentes da Revolução e da descolonização – as memórias da Revolução como *equívoco histórico* e como *desastre* – e os discursos rehabilitadores da ditadura. As *memórias da dérápée à portuguesa* podem ser consideradas como um ponto de ambiguidade neste *combate pela memória*, já que os setores do centro-direita que atuam na frente *antirrevisionista* no que diz respeito ao *branqueamento* do Estado Novo, e igualmente certos setores do centro-esquerda, subscrevem este relato memorial a propósito da Revolução. Portanto, pode-se dizer que a *rebelião da memória* de 1994 foi mais forte e eficaz no que tange à rejeição do *branqueamento* da ditadura – tal como atesta, aliás, o carácter dominante que alcançam as *memórias da resistência* no vigésimo aniversário do 25 de Abril –; no entanto, no que diz respeito à interpretação do processo revolucionário, o apoio ao *antirrevisionismo* foi comparativamente menos incisivo, uma vez que certos setores sociopolíticos que consideravam inaceitável a reabilitação do Estado Novo no espaço público subscreviam visões do passado pautadas pela condenação do processo revolucionário e da descolonização.

Enfim, é possível afirmar que o *revisionismo histórico* em Portugal se manifesta como um ataque à legitimidade de origem revolucionária da democracia portuguesa – representada, no âmbito das construções memoriais sobre o passado, pelas *memórias prospetivas*, *memórias revolucionárias* e *memórias da resistência*. Em Espanha, contrariamente, os governos democráticos nunca reconheceram o legado antifascista, tendo fundado a sua legitimidade de origem nas *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*. Desta forma, em Espanha o *revisionismo histórico* só se torna fenómeno social quando já está avançado o processo de reivindicação pública das *memórias dos vencidos*, em finais dos anos 1990. Pode-se dizer, portanto, que em Portugal o *revisionismo histórico* é *ofensivo* – insere-se no contexto da construção de

uma hegemonia cultural neoconservadora desde a década de 1980 – e em Espanha é *reativo*, rejeitando a quebra da hegemonia das teses da *superação do passado*, a partir da proliferação de homenagens aos republicanos e resistentes antifranquistas.

Em ambos os casos, trata-se de interpretações que sempre existiram através da representação das culturas políticas de direita. Em Espanha, encontravam-se camufladas nos relatos memoriais hegemónicos da *superação do passado*, que evitam a discussão sobre o passado. Em Portugal, deve-se reconhecer que os discursos *revisionistas* sobre a Revolução representam igualmente as identidades sociais de setores sociopolíticos de centro-esquerda. O contexto de hegemonia político-cultural conservadora, nos âmbitos interno e internacional, significou a manutenção de um relativamente amplo e diversificado espectro político de opiniões que leem o processo revolucionário segundo perspetivas condenatórias baseadas em juízos anticomunistas. Já no caso espanhol, é possível considerar que o significativo maior distanciamento cronológico da experiência revolucionária nacional – situada nos anos 1930 – e o facto de que o legado do antifascismo nunca havia sido reconhecido de forma pública e oficial pelo sistema democrático impulsionaram o conjunto das culturas políticas de esquerda e centro-esquerda a pautar suas identidades sociais e condutas políticas pelo simbolismo daquele passado, num contexto favorecido pela redefinição do poder político, com a vitória eleitoral do PP, e pela emergência das perspetivas de uma nova geração cujo imaginário cultural não era sensível às *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*.

Em suma, o *combate pela memória* traduz uma disputa política, cultural e simbólica que, através do debate sobre as representações do passado recente e da tentativa de fixar publicamente uma versão hegemónica, sugere diferentes visões sobre o presente e, em consequência, divergentes projetos de futuro. Por outras palavras, saber se a Revolução de 1974/75 foi a génese da democracia portuguesa ou, pelo contrário, o seu primeiro obstáculo; se a democracia espanhola deriva, em certa medida, dos esforços e do legado de homens e mulheres que lutaram pela defesa da II República e/ou resistiram contra a ditadura franquista ou se, contrariamente, a sua legitimidade de origem não deve ser buscada naquele passado recente e tão-só nos acordos fundadores que permitiram a transição dos anos 1970 significa muito mais do que simplesmente posicionamentos ético-políticos sobre o passado. Significa a expressão de valores que pautam visões do mundo e engendram projetos político-sociais. O *combate pela memória*, neste sentido – considerando-se as memórias coletivas como representativas

das visões sobre o passado de grupos sociais/culturas políticas – expressa, metaforicamente, uma esfera da disputa político-ideológica.

Conclusão

«To be is to have been, and to project our messy, malleable past into our unknown future».¹

A comparação entre a memória pública dos respetivos passados recentes português e espanhol no período 1986-1994/96 permite esclarecer tanto sobre as especificidades internas de cada caso, estreitamente relacionadas com os respetivos ambientes políticos, quanto sobre o contexto mais geral da evocação do passado nos espaços públicos democráticos em finais do século XX.

No caso espanhol, considera-se que o período dos governos socialistas de Felipe González (1982-1996) coincidiu com a segunda fase da memória pública sobre o passado recente, caracterizada pela hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*. Francisco Espinosa denomina este período como a “suspensão da memória”², que constitui uma denominação análoga à da *repressão da memória*, já que ambas aludem a discursos memoriais marginalizados: as memórias dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo. É importante reconhecer, contudo, que este período foi marcado pela presença ativa e abundante no espaço público de um género específico de discurso sobre o passado – as *memórias da reconciliação* e da *transição modélica* –, cuja base argumentativa, sustentada na ideia de *superação do passado*, tinha como principal objetivo evitar a discussão ético-política sobre a guerra civil e a ditadura, o que implicava a continuidade da marginalização daqueles relatos memoriais representativos de culturas políticas de esquerda. Ou seja, definitivamente, nunca houve *silêncio* sobre o passado no espaço público espanhol; o que de facto se verificou foi a hegemonia pública de discursos memoriais que preconizavam a inconveniência do debate ético-político sobre o passado recente.

Semelhante hegemonia remonta ao próprio período da transição democrática, que pode ser considerada como a primeira fase da memória pública, quando se constrói o mito fundacional da *transição modélica* em estreita correlação com a consolidação das *memórias da reconciliação* na condição de discursos interpretativos ético-políticos sobre o passado de guerra civil. A ideia de *reconciliação*, portanto, passa da condição

¹ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. P. XXV.

² Cf. ESPINOSA, Francisco. *Contra el olvido. Historia y memoria de la guerra civil*. Barcelona, Crítica, 2006.

de estratégia política de luta contra a ditadura durante o franquismo – a *política de reconciliação nacional*, surgida no seio da oposição antifranquista – à condição de mito legitimador da transição. Deve-se considerar que as origens das *memórias da reconciliação*, com efeito, se situam na conjuntura da ditadura, quando a *geração dos filhos da guerra civil* passou a levantar novos questionamentos e perspetivas sobre o passado – em relação aos quais não eram alheios, é importante frisar, a influência da propaganda oficial franquista, que contribuiu, em larga medida, para forjar um imaginário cultural compartilhado por estas gerações socializadas durante a ditadura. Tais relatos memoriais representavam, portanto, uma ampla variedade de culturas políticas moderadas, desde o centro-esquerda até ao centro-direita, para além do facto de que a própria *política de reconciliação nacional* mobilizava extensos setores das culturas políticas de esquerda.

Entende-se, contudo, que é apenas no contexto da transição que estes relatos adquirem um conteúdo mais definido no sentido de avaliações ético-políticas sobre o passado – baseadas no princípio, justamente, da irrelevância de discutir o passado em termos ético-políticos. Embora não se possa dizer que já a partir deste momento as *memórias da reconciliação* deixem de estar subordinadas ao objetivo primordial da concretização de uma política específica, verifica-se uma clara redefinição dos contornos desta política: já não é mais a luta contra a ditadura e pela democracia, e sim a própria materialização e consolidação do sistema democrático. Esta renovada meta política exigia ainda que se afrontasse – e trata-se de aspeto fundamental para compreender o carácter funcional das *memórias da reconciliação* durante a transição –, os esforços reacionários e os obstáculos impostos à democratização por parte dos herdeiros do franquismo. Durante a transição, portanto, as *memórias da reconciliação*, assim como a construção do mito fundacional da *transição modélica*, continuaram a representar especialmente as culturas políticas moderadas, entre o centro-esquerda e o centro-direita, além de serem também consideravelmente compartilhadas pelas culturas políticas de esquerda, com exceção dos nacionalismos periféricos. É importante considerar, neste sentido, que o “vazio ético” sobre o qual, segundo Vinyes, se fundou a democracia espanhola assentava num imaginário cultural cultivado por amplas parcelas da sociedade.

Na fase seguinte, contudo, uma vez consolidada a democracia desde a vitória eleitoral do PSOE, em 1982, a manutenção da hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica* passa a obedecer a um contexto político e social

muito distinto. Deixa de representar a fundamentação de uma política imediata – a democratização – e torna-se uma ideologia de Estado – conforme defende Vinyes – centrada exclusivamente na sustentação de uma determinada interpretação sobre o passado que se orienta no sentido da inconveniência de qualquer reflexão crítica de cunho ético-político sobre a guerra civil e a ditadura. Neste novo cenário, estes relatos memoriais cumpriam uma função política, por um lado, para o partido governante, o PSOE, cuja hegemonia política – com maiorias absolutas no Congresso espanhol entre 1982 e 1993 – não apenas dispensava o artifício da instrumentalização do passado como forma de autolegitimação política no presente, como também convidava a eludir um tal debate de modo a evitar-se a abertura de polémicas sobre o passado com os seus adversários políticos. Por outro lado, estes relatos memoriais sustentados sobre a ideia da *reconciliação* também cumpriam uma função política reconfortante para a oposição de direita e, neste caso sim, autolegitimadora: ao defender os discursos memoriais hegemónicos, imprimindo-lhes suas versões *revisionistas* sobre guerra civil e o franquismo, o conjunto da direita participava na cultura da legitimidade democrática, autolegitimando-se retroativamente, já que no próprio momento da transição seus setores mais conservadores e não-reformistas não se reviram nestes discursos fundadores.

Contudo, para além do âmbito político, é preciso reconhecer que, tal como no período da transição, as *memórias da reconciliação* conformavam um imaginário cultural amplamente compartilhado pela geração dos *filhos da guerra civil* – e também, em larga medida, pelas gerações contemporâneas ao conflito –, geração que ainda protagonizava a vida pública nos anos dos governos socialistas. Neste sentido, o início do rompimento da hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica* situa-se em princípios dos anos 1990, quando se verifica a confluência de fatores de ordem política e social: por um lado, o desgaste político do governo González, com a irrupção de escândalos de corrupção, estimula o desenvolvimento de perspetivas críticas sobre as origens fundacionais da democracia espanhola e a ausência de posicionamentos públicos quanto a uma condenação ético-política da ditadura, questionamentos estes, em larga medida, assumidos por uma nova geração que emergia na vida pública; por outro lado, diante do recurso da direita à instrumentalização do passado como forma de ataque ao governo González, ainda mais fragilizado politicamente após a perda da maioria absoluta em 1993, os dirigentes socialistas passaram a participar e apoiar iniciativas de reivindicação de políticas de memória em reconhecimento dos vencidos da guerra civil

e das vítimas da ditadura, modificando o posicionamento que fora dominante entre representantes deste partido durante os anos 1980.

Assim, considera-se que o amplo movimento de reivindicação memorial que se desenvolve no espaço público espanhol na segunda metade dos anos 1990 e alcança o seu auge nos primeiros anos do século XXI começa a forjar-se nos primeiros anos da década de 1990, pouco a pouco insuflado tanto pela adesão de dirigentes políticos socialistas quanto pela ampliação do apoio social a perspetivas sobre o passado que, até então, se restringiam às culturas políticas de esquerda e aos nacionalismos periféricos. Neste sentido, o sexagésimo aniversário da guerra civil, em 1996, pode ser considerado como o ponto inicial de uma nova fase da memória pública – a fase da *obsessão memorial* –, marcada pela emergência da *memória dos vencidos* no espaço público e pela configuração de um *combate pela memória* entre diferentes discursos ético-políticos sobre o passado recente, muito embora em 1996 ainda fossem dominantes as *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*. O sexagésimo aniversário da guerra civil pode ser entendido, portanto, como um divisor de águas, quando já é nítida a quebra de hegemonia dos discursos memoriais da *reconciliação* e *transição modélica* e a irrupção pública das *memórias dos vencidos*.

Deve-se reconhecer, neste ponto, o significativo impacto social do *mito fundacional da transição modélica*, que suscitou o desenvolvimento do *contramito do pacto de silêncio/esquecimento* – o qual constituiu, em larga medida, uma orientação justificativa para o movimento reivindicativo das memórias republicanas e antifranquistas –, um e outro unidos pela mesma perspetiva simplificadora da história que reduz a transição a um pacto entre elites. Esta matriz comum e especular entre *mito fundacional* e *contramito reivindicativo* indica que o movimento memorial espanhol reage contra a “simetria ética entre ditadura e democracia” – identificada por Vinyes na origem da democracia espanhola – e neste sentido sugere o lançamento da discussão pública ético-política sobre a guerra civil, o franquismo e também a II República, reivindicando a projeção da legitimidade dos discursos memoriais representativos das culturas políticas de esquerda. Trata-se, nos termos de Domènech, da demanda por “instituir” um património cultural e histórico republicano e antifranquista nunca antes reconhecido no espaço público democrático.

Reside nesta especificidade espanhola – um caso inédito entre as democracias europeias do pós-II Guerra Mundial, cujas legitimidades de origem assentaram na luta antifascista – a explicação para o facto de que o *revisionismo histórico* apenas se

desenvolva como fenómeno social no espaço público após a emergência do movimento memorial reivindicativo e como resposta à visibilidade pública das *memórias dos vencidos*. Uma vez que, nos diferentes casos nacionais, esta corrente política e cultural constitui um movimento de carácter conservador-liberal empenhado em *rever* as legitimidades fundacionais antifascistas das democracias, em Espanha este movimento apenas eclode no espaço público quando passa a haver a reivindicação do reconhecimento de uma tal legitimidade histórica análoga àquelas: republicana e antifranquista. Além disso, trata-se de uma reação de todo coerente com a quebra de hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica* em decorrência da emergência pública do movimento memorial reivindicativo: considerando-se que as *memórias revisionistas*, representativas das culturas políticas de direita, se encontravam integradas naqueles discursos memoriais hegemónicos, uma vez questionada publicamente a legitimidade destes, as culturas políticas de direita passaram a reivindicar sua identidade social com base no *revisionismo histórico*, já num contexto político favorável de governos do PP.

É importante esclarecer acerca do aparente paradoxo evidenciado no facto de que a quebra de hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica* tenha coincidido com a chegada ao poder da direita, que participava na defesa destes discursos memoriais. Pode-se dizer que a mudança no poder político, com a vitória eleitoral da direita pela primeira vez desde a transição, constituiu um fator que impulsionou a modificação da conduta dos representantes socialistas no sentido de apoiar políticas de memória favor do vencidos da guerra civil e da vítimas do franquismo. Esta tendência dos socialistas a problematizar o passado em termos ético-políticos – que já se manifestava desde os anos anteriores, paralelamente ao desgaste do governo González, mas que é reforçada com a chegada do PP ao poder – converge com a emergência pública da geração dos *netos da guerra civil*, que questiona as bases da democracia espanhola, cujos discursos fundacionais da *reconciliação* e da *transição modélica* significavam uma lacuna quanto a uma condenação pública do franquismo e reabilitação dos vencidos da guerra civil. Deve-se reconhecer, portanto, que a chegada da direita ao poder, em 1996, representou uma mudança na conjuntura política interna que acelerou aspetos políticos e sociais de modo a configurar a eclosão no espaço público espanhol do movimento memorial reivindicativo – em reação a qual o *revisionismo histórico* se desenvolveu como fenómeno social, o que cumpria o propósito de reafirmação das identidades sociais das direitas.

Pode-se dizer, desta forma, que a hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*, baseadas no propósito de limitar a discussão ético-política sobre o passado, significou a ausência de um *combate pela memória* – ao menos no que tange ao universo da imprensa –, pois os discursos alternativos ou críticos a estes relatos eram *memórias subterrâneas*, com escassa visibilidade social no espaço público espanhol. De modo que o *combate pela memória* apenas se desenvolve com a emergência pública das *memórias dos vencidos*, que questionam o sentido daqueles discursos até então hegemônicos, e do interior dos quais se desdobram as *memórias revisionistas*. Não quer isto dizer que, para além do âmbito específico dos órgãos de imprensa analisados neste trabalho, não possam ter havido, no período 1986-1996, questionamentos pontuais mais incisivos dos discursos memoriais hegemônicos e até debates envolvendo as representações ético-políticas do passado recente. O que se quer sublinhar é que mesmo que estes tenham existido, em esferas que ultrapassam as fontes estudadas nesta investigação, não alcançaram uma repercussão significativa na opinião pública espanhola.

No caso português, o período 1986-1994 abrange a quase totalidade do governo Cavaco Silva e a parte final da segunda fase da memória pública – a fase da *repressão memorial*. Esta longa fase encontra suas origens já no período pós-revolucionário da *normalização democrática*, quando se inicia o processo de contrarrevolução política e legislativa, mas apenas se aprofunda durante a década de 1980, quando a direita se mantém continuamente no poder, alcançando o auge de sua hegemonia política durante o período de maiorias absolutas do governo Cavaco Silva (1987-1995). Tal como no caso espanhol, não interessava à direita discutir o passado recente, já que isto suscitaria a questão de sua afinidade com certos princípios ético-políticos e herança política da ditadura. Ao contrário do caso espanhol, no entanto – em que, durante a segunda fase da memória pública (1982-1996), a direita era oposição a um governo majoritário socialista –, em Portugal a limitação da discussão pública sobre o passado recente durante os anos 1980 explica-se porque, para além de se tratar de questão incômoda para os representantes do poder político, não existia um discurso público consolidado capaz de fazer frente à legitimidade de origem da democracia: a própria Revolução, os discursos otimismo sobre o 25 de Abril e as memórias do antifascismo, que foram dominantes durante a primeira fase da evocação do passado no espaço público democrático, mas que desde o termo do processo revolucionário progressivamente se tornaram *memórias subterrâneas* ou *memórias fracas*, especialmente a partir da década de 1980.

Assim, em Portugal a fase da *repressão memorial*, para além de se ter refletido na escassa visibilidade pública das memórias representativas das culturas políticas de esquerda – neste aspeto, de forma semelhante ao caso espanhol –, não contou com a compensação de discursos que dominassem o espaço público de forma significativa, ao contrário do caso espanhol, em que a ausência de um *combate pela memória* durante o período dos governos socialistas foi decorrência, justamente, da hegemonia e abundante presença no espaço público dos relatos da *reconciliação* e da *transição modélica*. Se nas páginas da *grande imprensa* portuguesa dos anos 1980 predominavam já as *memórias revisionistas* sobre a Revolução, não se tratavam de discursos recorrentes, de forma alguma comparável com a profusa incidência das *memórias revolucionárias*, *memórias prospetivas* e *memórias da resistência* nos jornais representativos das culturas políticas de esquerda. Neste sentido, pode-se considerar que esta segunda fase da memória pública portuguesa – cuja extensão pode ser situada nos anos 1976-1992, considerando-se, evidentemente, as nuances e especificidades político-sociais que integram este longo período – de facto se aproxima da ideia de um *silenciamento* no espaço público sobre o passado recente. O mesmo não ocorre em Espanha devido à particularidade da existência de discursos memoriais diretamente voltados para a defesa da irrelevância de se discutir o passado em termos ético-políticos. Desta forma, verifica-se em Espanha a aparente contradição segundo a qual se fala do passado para declará-lo superado e encerrado, sendo, portanto, desnecessárias as avaliações ético-políticas sobre os conflitos que o marcaram – muito embora seja importante matizar que isto é especialmente válido para a problemática da guerra civil, que constitui o foco das *memórias da reconciliação*, mas que não se estende de forma análoga para o período franquista.

Considera-se, portanto, que durante o longo período da fase portuguesa da *repressão memorial*, e especialmente nos anos do auge da hegemonia política de direita durante o governo Cavaco Silva, desenvolveu-se um processo de construção de uma hegemonia cultural neoliberal, um “enquadramento da memória” – nos termos de Pollak³ – no sentido de consagrar leituras *revisionistas* da história sobre a Revolução e sobre a ditadura. Este processo avançou através de um duplo viés: por um lado, a marginalização no espaço público dos discursos memoriais representativos de culturas políticas de esquerda – segundo os quais a Revolução é entendida como a conquista da

³ POLLAK, Michael. «Memória, Esquecimento e Silêncio» in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

democracia, das liberdades, dos direitos fundamentais, da transformação e melhoria das condições de vida, na esteira da luta de décadas dos antifascistas, um legado político, histórico e cultural de esperança e solidariedade –; por outro lado, a lenta inscrição, consolidação e *normalização* no espaço público da percepção da Revolução como um *desvario de tendência totalitária; anos loucos*, tão afastados da *normalidade* presente que se tornavam quase incompreensíveis, a não ser por juízos morais de ordem psicológica-psiquiátrica; um rompimento da supostamente inexorável tendência para o reformismo e a democratização do regime ditatorial, cujos efeitos teriam sido prejudiciais ao desenvolvimento económico e à estabilidade política, para além da *desastrosa* descolonização.

Paradoxalmente, a guerra colonial, como a principal motivação do golpe militar liderado por capitães em 25 de abril de 1974, está ausente dos discursos *revisionistas*, assim como o colonialismo, a opressão de outros povos inerente ao sistema colonial e a luta destes povos pela independência; de forma coerente, a descolonização apenas é tratada sob o ponto de vista *vitimista* dos colonos portugueses. São tais teses conservadoras sobre o passado recente que, pouco a pouco, entre finais dos anos 1980 e primeiros anos 1990, vão conquistando o espaço público português, reivindicando a condição de interpretações válidas e legítimas sobre a história. Fernando Rosas esclarece sobre as diversas facetas deste processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora:

«[a] criação pelos media e através de todas as formas de discurso dominante, de um ambiente de “presente contínuo” (E. Hobsbawm), de anulação da memória e da História, da criação de “espirais de silêncio” (Habermas) em torno de qualquer expressão relevante de cultura crítica e progressista. Pretende-se purificar e legitimar toda a casta de agressões e violações anti-sociais e antidemocráticas, através de uma absoluta anulação da memória dos processos históricos, dos conceitos e dos valores de potencial subversivo. O pensamento hegemónico totalizante constrói-se, assim, sobretudo de silêncios e omissões, de “verdades implícitas”, de decorrências do “senso comum” invisivelmente imposto. (...) O segundo processo de ataque à Memória é o revisionismo explícito dela e da História que suporta, o que torna particularmente transparente o projecto ideológico que lhe subjaz. (...) Esse processo lento de esquecimento organizado, de demissão cívica, de banalização da ditadura, de desculpabilização, (...) essa reabilitação torpe do salazarismo,

da guerra colonial, dos oligarcas do fascismo, veiculada pelas televisões (a começar pela pública!), pelos comentadores políticos de direita que dominam o panorama comunicacional, (...), até por alguns livros escolares».⁴

Neste quadro, considera-se que a fase da *obsessão memorial* se inicia em Portugal com o (re)surgimento do debate público sobre o passado, o que decorre da indignação com o progressivo desenvolvimento e visibilidade social dos discursos *revisionistas*, particularmente aqueles que incidem sobre a ditadura. O ponto inicial desta nova fase pode ser situado em 1992, com a polémica que suscitou a notícia da atribuição pelo Estado de pensões a dois ex-agentes da PIDE. É interessante refletir sobre o facto de que, não estando esta medida pautada por legislação nova, não era a primeira vez que ex-polícias políticos beneficiavam de pensão do Estado – no próprio curso da presente investigação foi possível inclusive localizar uma notícia análoga, em 1989, que não despertou o mínimo interesse ou repercussão na *grande imprensa*. Isto sugere que entre 1989 e 1992 desenvolveu-se entre setores moderados de centro-esquerda e centro-direita um aguçamento da sensibilidade crítica em relação aos discursos e práticas reabilitadores do Estado Novo. São estes setores sociopolíticos que garantem, em 1992, a ampliação da indignação social com aquilo que se denominou o *branqueamento* da ditadura, que não se restringiu às críticas dos setores representativos das culturas políticas de esquerda e que, desta forma, alcançou significativa repercussão pública.

Este processo adquire contornos paradigmáticos por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994, quando se desenvolve, nos termos de Loff, uma *rebelião da memória*: num tal contexto, as *memórias da resistência* tornaram-se *memórias fortes*; os relatos memoriais comunistas alcançaram uma visibilidade inédita no espaço público, ao menos no contexto pós-revolucionário; e até mesmo as *memórias revolucionárias* beneficiaram de maior difusão pública. É interessante notar que, assim como em 1992, em 1994 a *rebelião da memória* e sua repercussão pública beneficiou, em larga medida, da tomada de partido em favor da rejeição do *revisionismo histórico* sobre o Estado Novo por parte de setores moderados – especialmente socialistas, mas também social-democratas – que, até então, se inibiam quanto às avaliações públicas sobre o passado ou se restringiam à defesa das *memórias consensuais*, cujo conteúdo –

⁴ ROSAS, Fernando. «Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política», disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/31604>, consultado em julho de 2015.

próximo, neste sentido, das *memórias da reconciliação* espanholas – se baseava praticamente na intenção de evitar quaisquer posicionamentos históricos ético-políticos.

Contudo, a avaliação sobre a Revolução constitui o ponto de clivagem desta ampla frente memorial *antirrevisionista* que se forjou em 1994: parte dos setores sociopolíticos moderados que entendiam como inaceitável a reabilitação da ditadura – pode-se dizer que praticamente a totalidade dos setores afins ao PSD e parte dos setores próximos ao PS – defendiam, a respeito da Revolução, a tese da *dérapage à portuguesa*, que também pode ser considerada como uma *memória forte* no contexto do vigésimo aniversário do 25 de Abril. Ou seja, se no que diz respeito à ditadura, a (re)emergência no espaço público e revitalização das *memórias da resistência* significou uma clara vitória da *rebelião da memória*, que logrou abafar e deslegitimar – ao menos momentaneamente – os discursos *branqueadores* do Estado Novo, o mesmo não se estendeu ao âmbito da Revolução, já que a indignação com as interpretações baseadas na desvalorização, e mesmo condenação, do processo revolucionário – muito evidente nas páginas do *Avante!*, por exemplo – não alcançou a mesma projeção pública que a rejeição da reabilitação do salazarismo.

No que diz respeito à descolonização e guerra colonial, as limitações na margem de alcance da *rebelião da memória* foram ainda mais marcantes: as perspectivas críticas sobre as tendências *revisionistas* envolvendo estas questões restringiram-se às opiniões representativas de culturas políticas de esquerda. Trata-se do âmbito no qual as teses *revisionistas* penetram com mais facilidade no imaginário cultural da sociedade portuguesa: parece haver um amplo bloqueio para avaliações históricas sobre a descolonização, que não envolvam juízos morais e uma empatia *exclusiva* com os colonos portugueses. Uma tal situação relaciona-se diretamente com a problemática do grau de inculcação dos mitos colonialistas, o que implica, para além da tendência para a supressão da problemática da guerra colonial – ou ao menos a minimização de seu papel central – como episódio do passado recente integrável na explicação da génese da democracia portuguesa, a propensão às leituras *vitimistas* da descolonização, das quais estão ausentes os protagonistas africanos na condição de atores históricos legítimos.

Em todo o caso, é importante reconhecer que, de uma forma geral, a *rebelião da memória* de 1994 se traduziu numa ampla repercussão pública do questionamento do *revisionismo histórico* em todas as suas vertentes, ainda que a motivação fundamental para este movimento memorial e o âmbito que reuniu a maior unanimidade social tenha sido a recusa do *branqueamento* do Estado Novo. Neste sentido, o vigésimo

aniversário do 25 de Abril pode ser considerado como um momento paradigmático do *combate pela memória* da Revolução e da ditadura, quando, em virtude do excessivo protagonismo alcançado pelas *memórias revisionistas* no espaço público português – resultado da consolidação do processo de construção de uma hegemonia cultural neoconservadora ao longo dos anos anteriores –, as memórias representativas das culturas políticas de esquerda, *memórias subterrâneas* durante a longa fase anterior da evocação pública do passado, beneficiaram de considerável projeção social.

Não deixa de ser contraditório, contudo, constatar que em 1994 podem ser consideradas como memórias dominantes tanto as *memórias da resistência* quanto as *memórias revisionistas da dérapage à portuguesa*. Isto indica que a Revolução – tal qual a descolonização e através do elo de ligação da guerra colonial – constitui um âmbito sobre o qual há dificuldade, entre amplos setores da sociedade portuguesa, em considerar-se as causalidades históricas, o que afastaria a influência dos paradigmas *revisionistas*. A supressão da guerra colonial do quadro explicativo da Revolução abre um aliciente espaço para que a explosão revolucionária – livre das causas materiais que a explicam – seja avaliada, e condenada, com base em princípios morais. Além disso, deve-se considerar o elevado grau de aceitação social das leituras históricas elitistas, que apenas reconhecem como protagonistas históricos legítimos os atores político-partidários e militares, o que explica o carácter especialmente *subterrâneo* – ainda no contexto da *rebelião da memória* de 1994 – das *memórias revolucionárias* que salientam a importância central dos movimentos sociais do período revolucionário no processo de conquista da democracia.

De forma análoga, em Espanha, o claro predomínio de leituras elitistas da história – ilustrado, de forma paradigmática, pela projeção social que alcançam o *mito da transição modélica* e o *contramito do pacto de esquecimento/silêncio* – impõe a condição de *memórias subterrâneas* dos relatos baseados na ideia da transição como *conquista* da democracia, com ênfase no papel desempenhado pelos movimentos populares neste processo. Tais relatos são particularmente característicos das memórias comunistas e mostram-se pouco compatíveis com os discursos críticos da transição ancorados na ideia de *pacto de esquecimento/silêncio*, já que não compartilham o mesmo referencial pautado por uma leitura elitista da história.

Considera-se que a proximidade cronológica de uma revolução social na condição de origem da democracia atual favorece o desenvolvimento do *revisionismo histórico* em Portugal, não apenas pela tendência favorável às leituras elitistas da

história – as quais significam um obstáculo para a compreensão de qualquer processo revolucionário impulsionado por movimento(s) popular(es) e não redutível ao controlo ou direção de organizações políticas –, mas também pela tendência geral para a banalização de leituras de carácter conservador-liberal sobre revoluções, especialmente no contexto pós-1989. Por outras palavras, uma vez que o *revisionismo histórico* como corrente política e cultural se pauta pela liquidação da tradição revolucionária, a sua transformação em fenómeno social nos anos 1990 teve um significativo impacto em casos como o português, em que o sistema democrático atual, como produto da superação do paradigma ditatorial, decorreu de uma rutura revolucionária. Em consequência, considerando-se que existe uma constante interrelação entre as memórias da ditadura e da Revolução – que remonta, em última instância, às próprias relações de causa e efeito entre ambas –, a maior propensão a ler-se a Revolução sob parâmetros *revisionistas* também favorece o desenvolvimento de interpretações *branqueadoras* sobre o Estado Novo.

É significativo, neste sentido, o facto de que a direita não aceita discutir a ditadura sem abordar a Revolução, o que implica, segundo a perspetiva desta cultura política, um filtro condenatório/criminalizador do passado mais recente, em si mesmo representativo da base de compensações que opera nestas análises retrospectivas. Este *efeito eclipse*, que em Portugal se traduz no facto de que a Revolução constitui o centro dos debates públicos sobre o passado, apresenta-se também em Espanha, num contexto muito distinto. Pois as *memórias da transição modélica*, e em muitos casos a sua associação com as *memórias da reconciliação*, alcançam o efeito de *eclipsar* o passado franquista. Este aspeto explica a razão pela qual as *memórias da transição modélica* se tornam tão funcionais para as culturas políticas da direita espanhola que, de forma semelhante às direitas portuguesas, passam a recusar a discussão sobre o franquismo escudando-se neste mito fundacional, assim como na ideia de *reconciliação*, para além do fator mais imediato da autolegitimação e construção de uma identidade democrática. É, em larga medida, contra este *efeito eclipse* – que ilustra o *vazio ético* sobre o qual se fundou a democracia espanhola – que se insurge o movimento memorial reivindicativo na década de 1990.

Sob um ponto de vista mais geral, pode-se dizer que os *combates pela memória* em Portugal e em Espanha expressam dois âmbitos distintos da *obsessão memorial* de finais do século XX, ambos influenciados pelo contexto pós-1989. Em Espanha, o movimento que reivindica o reconhecimento público das memórias dos vencidos da

guerra civil e do antifranquismo integra-se na configuração dos “passados presentes”, identificados por Huyssen⁵: a transformação no paradigma da temporalidade contemporânea, com a crise de futuros otimistas, estimula o debruçar-se sobre o passado como artifício para a redefinição de identidades sociais. É neste sentido que se pode falar, com Ruiz Torres, em “memória-prótese”⁶, ou seja, os relatos memoriais tornam-se substrato para suprir a ausência de perspectivas de futuro. Deve-se reconhecer que se trata de um fenómeno que abrange especialmente as culturas políticas de esquerda, uma vez que as culturas políticas de direita se encontram – com a possível exceção de algumas franjas mais extremistas –, em larga medida, conciliadas com o *status quo* e se reveem na ideologia do *fim da história*.

Por outras palavras, para as culturas políticas de direita, a carência de perspectivas otimistas de futuro não constitui um motivo de desamparo, e sim uma virtude a ser celebrada e sobre a qual projetam suas identidades sociais. Neste sentido, percebe-se como a estratégia de despolitização e desideologização do sistema capitalista neoliberal é funcional para as cultural políticas de direita, já que, desta forma, passam a ocupar o papel de guardiães *naturalizados* do bom senso social, político e moral. Entende-se que, em Espanha, o desenvolvimento de um considerável movimento em torno das *memórias-prótese* se explica pela especificidade do caso espanhol segundo a qual o legado republicano e antifranquista nunca havia sido reconhecido no espaço público democrático. De modo que este *vazio ético* da democracia espanhola se torna, então, um âmbito atrativo para a luta político-social no presente, capaz de mobilizar vastos grupos sociais, conformar e redefinir identidades.

O caso português diferencia-se consideravelmente e evidencia a outra face da *obsessão memorial* de finais do século XX: o “ar do tempo” *revisionista*, nos termos de Robin.⁷ A democracia portuguesa encontra sua origem numa revolução social que, durante os dezanove meses que durou, transformou as bases estruturais da sociedade – do ponto de vista político-económico, cultural, cívico – e reivindicou publicamente a herança da luta antifascista. Este cenário fundacional da democracia portuguesa explica a longa fase posterior de reversão das conquistas revolucionárias, no quadro do domínio do poder político por parte do centro-esquerda e da direita, com a clara hegemonia

⁵ HUYSEN, Andreas. *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford, Stanford University Press, 2003.

⁶ RUIZ TORRES, Pedro. «De perplejidades y confusiones. A propósito de nuestras memorias» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 7 – Año 2007.

⁷ ROBIN, Régine. *La mémoire saturée*. Paris, Stock, 2003.

política desta última durante a década de 1980 e a metade da de 1990. No plano simbólico-ideológico, este processo de contrarrevolução política e legislativa expressou-se na lenta construção de uma hegemonia cultural que viabilizasse a releitura das raízes da democracia, do regime ditatorial que lhe antecedeu e da própria Revolução, segundo parâmetros condizentes com uma visão liberal-conservadora do mundo.

Desta forma, o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como fenómeno social em Portugal, para além de dever ser entendido dentro de seu contexto político interno, relaciona-se com uma tendência mais geral de hegemonia político-cultural de carácter liberal-conservador, que pretende redimensionar os paradimas de análise histórica da modernidade contemporânea. Este propósito de autolegitimação político-identitária implica uma *suspensão da história*, uma vez que a avaliação retrospectiva do passado centrada em princípios e objetivos ético-políticos do presente não se mostra um procedimento eficaz e honesto para a compreensão histórica, apenas para a afirmação de memórias e a construção de identidades. É interessante notar, neste sentido, que o *revisionismo histórico* – na condição de corrente político-cultural que atua no campo simbólico-ideológico – e o neoliberalismo político confluem no objetivo de *naturalizar* certas visões (a-históricas) sobre o passado, perspetivas e projetos políticos sobre o presente, reforçando – um e outro – a imanência do *status quo* atual, a impossibilidade de transformações.

Voltando à questão formulada por Paula Godinho – «Que relação estabelece o *presentismo*, como denegação do devir, com os usos da memórias?»⁸ –, entende-se que os casos espanhol e português de evocação do passado no espaço público ilustram dois exemplos distintos de usos da memória no contexto da *obsessão memorial* de finais do século XX: o recurso à memória para *transformar, instituir* um património político e cultural ou para *preservar* a ordem social. Estes dois âmbitos forjam-se através de disputas entre (des)legitimações, reivindicações e condenações retrospectivas. Não se deve, contudo, equiparar estes dois fenómenos: enquanto o movimento memorial reivindicativo espanhol se manifesta fundamentalmente na esfera da luta político-social, o *revisionismo histórico* insere-se no quadro de um movimento intelectual muito mais vasto, não restrito às especificidades de um único caso nacional e não necessariamente orientado em torno dos contornos do combate político. Ou seja, o *revisionismo histórico*

⁸ GODINHO, Paula. «Usos da memória e práticas do património. Alguns trilhos e muitas perplexidades» in GODINHO, Paula (coord.) *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa, Edições Colibri, 2012. P. 15.

pode ser entendido como a lógica cultural que fundamenta a construção de uma hegemonia política neoconservadora.

Um possível âmbito mais geral, e extensível a outros casos nacionais, do movimento espanhol que reivindica as memórias republicanas e antifranquistas situa-se na ênfase no papel das *vítimas*. Ou seja, a tendência a reivindicar o reconhecimento público de certos protagonistas históricos com base em sua condição de *vítima* – e não necessariamente pelos posicionamentos políticos defendidos no passado. Trata-se, segundo Rousso, do *parâmetro moral* que caracteriza toda uma geração, a partir dos anos 1980 e 1990. O exemplo fornecido por Rousso é esclarecedor:

«en esa nueva lectura, hija de la llamada “generación moral” y de la ideología de los derechos del hombre, prácticamente el único criterio definitorio es la actitud hacia las víctimas y los perseguidos. De ahí que, para un joven francés de hoy, haber sido “petainista” o “colaboracionista” signifique antes que nada, y a menudo exclusivamente, haber sido antisemita, de acuerdo con una identificación que cabría encontrar igualmente en jóvenes belgas, holandeses o italianos a la hora de evocar la ocupación y la colaboración en sus respectivos países».⁹

No caso espanhol, esta tendência para a sobrevalorização das vítimas manifesta-se através do acento tónico nos *represaliados del franquismo*, e não nos resistentes antifranquistas, por exemplo. Trata-se da diferença argumentativa que faz dos relatos memoriais comunistas – centrados na importância da resistência antifranquista na configuração da *conquista* da democracia durante a transição – *memórias subterrâneas*. Em todo o caso, esta orientação moral, baseada na ênfase no carácter de vítimas, constitui apenas um traço geral característico de muitos dos movimentos organizados em torno da memória do passado recente que se desenvolvem desde as décadas de 1980 e 1990; não representa, contudo, um fator capaz de engendrar uma corrente política e cultural definida, como é o caso do *revisionismo histórico*, estruturada especificamente a partir de uma visão do mundo centrada na desvalorização histórica e política da tradição revolucionária.

Este trabalho oferece, enfim, um contributo para o estudo da memória tanto no contexto português quanto no espanhol. No caso português, trata-se de um tema ainda

⁹ ROUSSO, Henry. «La memoria de Vichy o la ilusión de la excepción francesa (1980-2000)» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (ed.) *Guerra civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006. P. 330.

pouco estudado, especialmente sob a perspectiva da memória pública sobre o passado recente. Entende-se que o presente trabalho é inovador na medida em que propõe uma tentativa de compreensão sobre o fenómeno *revisionista*, que se manifesta com força em Portugal através da experiência da Revolução de 1974/75, origem da democracia atual. Não se pode compreender os *combates pela memória* que se desenrolam no espaço público português a partir da década de 1990 sem considerar o desenvolvimento do *revisionismo histórico* na condição de movimento intelectual e político de alcance internacional. Neste sentido, o *enquadramento da memória* nos moldes *revisionistas*, a lenta conquista do espaço público através das páginas da *grande imprensa*, pode ser traduzido como a construção de uma hegemonia cultural neoconservadora. Esta conquista do espaço público por leituras liberais-conservadoras da história passa a ser questionada a partir dos anos 1990, principalmente o âmbito da reabilitação da ditadura, esfera considerada intolerável por muitos dos setores de centro-esquerda e centro-direita que aceitavam ou expressamente defendiam versões *revisionistas* sobre a Revolução.

No caso espanhol, ainda que existam muitos estudos sobre a memória durante a transição e durante o final dos anos 1990 e princípios do século XXI – especialmente centrados na problemática do movimento memorial de legitimação pública dos vencidos da guerra civil e das vítimas do franquismo, que se desenvolve neste período –, o mesmo não é válido para o período dos governos socialistas de Felipe González, entre os anos 1980 e a primeira metade da década de 1990. Entende-se, desta forma, que o presente trabalho é original no sentido de propor uma interpretação mais desenvolvida sobre a escassez de debates públicos ético-políticos sobre o passado durante os anos 1980 e primeiros 1990, o que se explica pela hegemonia das *memórias da reconciliação* e da *transição modélica*. Tal significa, portanto, que não predominou o *silêncio* sobre o passado recente no espaço público espanhol; simplesmente os moldes dominantes de evocação do passado baseavam-se no propósito de defender a inconveniência de uma discussão ético-política. Sinaliza-se ainda a importância de diferenciar entre as razões que explicam a consolidação destas memórias hegemónicas no contexto da transição e a sua manutenção como tal nos anos do governo González, já com o apoio do conjunto das culturas políticas de direita. Finalmente, analisa-se também as origens da emergência pública do movimento memorial reivindicativo, que começa a florescer a partir do sexágésimo aniversário da guerra civil, embora suas raízes sejam anteriores.

Por outro lado, este trabalho pode ser um contributo como uma perspectiva comparativa sobre o estudo da memória pública, o que permite esclarecer sobre alguns

aspectos gerais do fenómeno de uma época, difíceis de identificar quando se restringe a análise a um único caso nacional. Tal é o caso, por exemplo, dos âmbitos dos movimentos de *memória-prótese* – na condição de reconstrução e projeção de identidades sociais e mobilização de combates político-sociais no presente – e do *revisionismo histórico*. Além disso, a comparação também pode ser importante para permitir ponderações analíticas sobre um e outro caso: por exemplo, no caso espanhol, a pertinência de denominar-se *revisionismo histórico* um fenómeno de forma alguma restrito à realidade hispana, mas que encontra expressões análogas em diversos outros países; no caso português, a identificação do *carácter político-memorial* das interpretações *revisionistas*, cujas versões sobre a Revolução se encontram de tal forma banalizadas no espaço público e socialmente aceites, inclusive em análises intelectuais, que se verifica muita resistência diante de sua desconstrução – de modo que a comparação com outros casos nacionais permite identificar os traços comuns nestas leituras *presentistas* da história.

Em suma, este trabalho pretende chamar a atenção para a importância de diferenciar entre *história* e *memória*, compreensão do passado e afirmação de identidades. Se os relatos memoriais e suas respectivas expressões identitárias devem ser respeitados enquanto tal, não podem substituir ou ser confundidos com o esforço de *compreensão* da história. A questão mostra-se ainda mais complexa porque o âmbito do *uso público da história*, a evocação do passado nos meios de comunicação social, a construção da memória pública, não se desenvolve a partir da reivindicação do estatuto de *relato memorial*, e sim do estatuto de *interpretação histórica* – o que supõe um ainda maior (e equívoco) sentido de seriedade e veracidade. Neste sentido, deve-se reconhecer que os *combates pela memória* que se realizam no espaço público, através da aparência da reflexão e da controvérsia sobre o passado, traduzem mais diretamente disputas político-simbólicas sobre o presente e o futuro, uma dinâmica instável e desigual entre os impulsos por *transformar* e por *preservar*.

Bibliografia

- Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le regime nazi.* Paris, Les Éditions du CERF, 1988.
- AGUILAR, Paloma. «Justicia política y memoria: los legados del franquismo en la transición española» in AGUILAR, Paloma; BARAHONA DE BRITO, Alexandra; GONZÁLEZ, Carmen (eds.) *Las políticas hacia el pasado. Juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias.* Madrid, ISTMO, 2002, Pp. 135-193.
- AGUILAR, Paloma. «Presencia y ausencia de la guerra civil y del franquismo en la democracia española» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (eds.) *Guerra Civil. Mito y memoria.* Madrid, Marcial Pons, 2006(a). Pp. 245-293.
- AGUILAR, Paloma. «La evocación de la guerra y del franquismo en la política, la cultura y la sociedad españolas» in JULIÁ, Santos (dir.) *Memoria de la guerra y del franquismo.* Madrid, Taurus, 2006 (b). Pp. 279-317.
- AGUILAR, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política.* Madrid, Alianza Editorial, 2008.
- ANDERSON, Perry. *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- ARAÚJO, António. «A cultura de direita em Portugal» in <http://malomil.blogspot.pt/2014/01/a-direita-portuguesa-contemporanea.html>.
- ARÓSTEGUI, Julio. «Traumas colectivos y memorias generacionales: el caso de la guerra civil» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (eds.) *Guerra Civil. Mito y memoria.* Madrid, Marcial Pons, 2006. Pp. 57-92.
- BAÍA, João. «Memórias de um tempo denso. Quatro investigações sobre o PREC» in GODINHO, Paula (coord.) *Usos da Memória e Práticas do Património.* Lisboa, Edições Colibri, 2012. Pp. 105-115.
- BECKER, Jean-Jacques. «O handicap do a posteriori» in FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, FGV, 2005. Pp. 27-31.
- BERNECKER, Walther. «“Luchas de memorias” en la España del siglo XX» in CUESTA, Josefina (dir.). *Memorias históricas de España (siglo XX).* Madrid, Fundación Francisco Largo Caballero, 2007, Pp. 38-57.
- CARDINA, Miguel. «Guerra total à fera fascista: A AEPPA e a memória como combate» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política.* Lisboa, Tinta da China, 2013. Pp. 151-164.
- CARRERAS ARES, Juan José; FORCADELL ÁLVAREZ, Carlos. «Introducción. Historia y política: los usos» in CARRERAS ARES; FORCADELL ÁLVAREZ (eds.) *Usos públicos de la Historia.* Madrid, Marcial Pons, 2003. Pp. 11-45.
- CASANOVA, Julián. «History and memory: a new social dimension» in *International Journal of Iberian Studies.* Volume 21, nº 3, 2008. Pp.187-202.
- CASTELO, Cláudia. «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa.* Porto, Edições Afrontamento, 1998.
- CATELA, Ludmila da Silva. «Violencia política y dictadura en Argentina: de memórias dominantes, subterráneas y denegadas» in FICO; FERREIRA; ARAÚJO; QUADRAT (orgs.) *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008. Pp. 179-199.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam.* Oeiras, Celta Editora, 1993.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. «Revolução e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da história» in MARTINS, Rui Cunha (coord.) *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica.* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Pp.97-134.

- CUESTA BUSTILLO, Josefina. «Memoria e historia. Un estado de la cuestión» in *Ayer*, nº 32, 1998. Pp. 203-246.
- CUESTA, Josefina. «Memorias persistentes en España» in CUESTA, Josefina. (dir.) *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid, Fundación Largo Caballero, 2007. P. 390-410.
- CUESTA, Josefina. *La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España. Siglo XX*. Madrid, Alianza Editorial, 2008.
- DOMÈNECH, Xavier. «El asalto al olvido. Entre el poder y la sociedad» in VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. Pp. 425-440.
- DUCH PLANA, Montserrat. «Toponimia franquista en democracia» in FORCADELL, Carlos [et al.] (ed.) *Usos públicos de la Historia y políticas de la memoria*. Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. Pp. 273-286.
- ELEY, Geoff. «What Produces Democracy? Revolutionary Crises, Popular Politics and Democratic Gains in Twentieth-Century Europe» in HAYNES; WOLFREYS (ed.) *History and Revolution. Refuting Revisionism*. Londres, Verso, 2007. Pp. 172- 201.
- ERICE, Francisco. «Combates por el pasado y apologías de la memoria, a propósito de la represión franquista» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 6, 2006.
- ESPINOSA MAESTRE, Francisco. *El fenómeno revisionista o los fantasmas de la derecha española*. Badajoz, Del Oeste Ediciones, 2005.
- ESPINOSA, Francisco. *Contra el olvido. Historia y memoria de la guerra civil*. Barcelona, Crítica, 2006.
- FOCARDI, Felippo. «El debate sobre la resistencia en Italia: legitimación política y memoria histórica de la Primera a la Segunda República» in VINYES, Ricard (ed.) *El Estado y la Memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. Pp. 249-290.
- FONT AGULLÓ, Jordi. «Contra la nostalgia (y a favor). El rescate de la memoria democrática como identidad civil» in VINYES, Ricard (ed.) *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. Pp. 371-392.
- FUKUYAMA, Francis: *The End of History? In The Natinal Interest*, 1989.
- GALLERANO, Nicola. «Introduzione» in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, FrancoAngeli, 1995. Pp. 7-15.
- GALLERANO, Nicola. «Storia e uso pubblico della storia» in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, FrancoAngeli, 1995. Pp. 17-32.
- GODINHO, Paula. «Usos da memória e práticas do património. Alguns trilhos e muitas perplexidades» in GODINHO, Paula (coord.) *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa, Edições Colibri, 2012. Pp. 13-23.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006.
- HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim. «Introduction. History and Revolution» in HAYNES; WOLFREYS (ed.) *History and Revolution. Refuting Revisionism*. Londres, Verso, 2007. Pp. 1-24.
- HOBBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- HUMLEBAEK, Carsten. «Usos políticos del pasado reciente durante los años de gobierno del PP» in *Historia del Presente*, nº 3, 2004. Pp. 157-167.

- HUYSEN, Andreas. *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford, Stanford University Press, 2003.
- JULIÁ, Santos. «Echar al olvido. Memoria y amnistía en la transición» in *Claves de la Razón Práctica*, nº 129/Jan.-Fev. 2003. Pp. 14-24.
- JULIÁ, Santos. «Presentación» in JULIÁ, Santos (dir.) *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus, 2006. Pp. 15-26.
- JULIÁ, Santos. «Memoria, historia y política de un pasado de guerra y dictadura» in JULIÁ, Santos (dir.) *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus, 2006. Pp. 27-77.
- JULIÁ, Santos. «Bajo el imperio de la memoria» in *Revista de Occidente* nº 302-303, Julho / Agosto 2006. Disponível em: <http://www.revistasculturales.com/articulos/97/revista-de-occidente/591/1/bajo-el-imperio-de-la-memoria.html>.
- JULIÁ, Santos. «De nuestras memorias y de nuestras miserias» in *Hispania Nova. Revista de História Contemporânea*. Nº 7, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2011.
- LAVABRE, Marie-Claire. «Sociología de la memoria y acontecimientos traumáticos» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (eds.) *Guerra Civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006. Pp. 31-55.
- LAVABRE, Marie-Claire. «Pour une sociologie de la mémoire collective». Disponível na internet em: <http://www.cnrs.fr/cw/fr/pres/compress/memoire/lavabre.htm>.
- LE GOFF, Jacques. «A História Nova» in LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.) *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 2001. Pp. 25-64.
- LOFF, Manuel. *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto, Campo das Letras, 1996.
- LOFF, Manuel. «Esquecimento, revisão da História e revolta da memória» in DELGADO; LOFF; CLUNY; PACHECO; MONTEIRO (orgs.) *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. Pp. 189-199.
- LOFF, Manuel. «Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta» in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto, Editora da Universidade do Porto, 2006. Pp. 153-193.
- LOFF, Manuel. «As duas “primaveras”: do marcelismo ao 25 de Abril» in CATROGA, Fernando (coord.) *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal*, VII curso livre de História Contemporânea, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- LOFF, Manuel. «Depois da Revolução? – Revisionismo histórico e anatemização da Revolução» in *História & Luta de Classes*, nº 12, Setembro de 2011. Pp. 11-16.
- LOFF, Manuel. «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014. Pp. 23-143.
- LOSURDO, Domenico. *Le révisionnisme en histoire. Problèmes et mythes*. Paris, Albin Michel, 2006.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

- MADEIRA, João. « “Julgar a PIDE, condenar o fascismo”: Tribunal Cívico Humberto Delgado, uma experiência breve (1977-1978)» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013, Pp. 165-173.
- MARCHI, Riccardo. « “O fascismo saiu à rua”: memórias da extrema-direita juvenil na transição portuguesa». PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. Pp. 487-512.
- MARCHI, Riccardo. «Nacionalismo revolucionário na crise do Império» in MARCHI (coord.) *As Raízes Profundas Não Gelam? – Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Texto Editores, Alfragide, 2014, Pp. 327-356.
- MARQUES, Fernando Pereira. «O fascismo nunca existiu? Os resistentes antifascistas no regime democrático» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013, Pp. 137-149.
- MAXWELL, Kenneth. *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- MOLINERO, Carme. «La transición y la “renuncia” a la recuperación de la “memoria democrática”» in *Journal of Spanish Cultural Studies*, 11, 2010. Pp. 33-52.
- MOLINERO, Carme. «A herança do passado. O franquismo e a direita espanhola» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, Pp. 307-330.
- MORADIELLOS, Enrique. «Revisión histórica crítica y revisionismo político presentista: el caso español» in CUESTA, Josefina. (dir.) *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid, Fundación Largo Caballero, 2007. Pp. 372-388..
- MORÁN, María Luz. «La cultura política y la interpretación de las transiciones a la democracia. (Notas sobre el caso español)» in *Política y Sociedad*, nº 20, 1995, Pp. 97-110.
- MUDROVICIC, María Inés. «Memoria y narración» in CRUZ, Manuel; BRAUER, Daniel (eds.) *La comprensión del pasado. Escritos sobre filosofía de la historia*. Barcelona, Herder, 2005. Pp. 133-144.
- MUDROVICIC, María Inés. *Historia, narración y memoria. Los debates actuales en la filosofía de la historia*. Madrid, Ediciones Akal, 2005.
- MUÑOZ SORO, Javier. «El uso público de la historia: el caso italiano» in FORCADELL, Carlos [et al.] (ed.) *Usos públicos de la Historia y políticas de la memoria*. Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. Pp. 107-121.
- NORA, Pierre. «Memória colectiva» in LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.) *A Nova História*. Coimbra, Almedina, 1990. Pp. 451-454.
- NUNES, João Paulo Avelãs. «A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. Pp. 363-384.
- NUÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel. «Sobre la memoria histórica reciente y el “discurso patriótico” español del siglo XXI» in *Historia del Presente*, nº 3, 2004. Pp. 137-155.
- ORTOLEVA, Peppino. «Storia e mass media» in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, FrancoAngeli, 1995. Pp. 63-82.
- PEREIRA, José Pacheco. «A biografia de um homem que não quer ser biografado» in *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. “Daniel”, o Jovem Revolucionário*. Lisboa, Temas e Debates, 1999. Pp. XI-XX.
- PIMENTEL, Irene Flunser. «A extinção da polícia política do regime ditatorial português, PIDE/DGS» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. Pp. 111-135.

- PINTO, Jaime Nogueira. «Direitas e Nova direita no Portugal democrático» in Marchi, Riccardo (coord.) *As Raízes Profundas Não Gelam? Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Alfragide, Texto Editores, 2014. Pp. 359-373.
- PISANTY, Valentina. *L'irritante questione delle camere a gas. Logica del negazionismo*. Milão, Bompiani, 1998.
- POGGIO, Pier Paolo. *Nazismo y revisionismo histórico*. Madrid, Akal, 2006.
- POLLAK, Michael. «Memória, Esquecimento e Silêncio» in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- RAMOS, Rui. «Órfãs da História? As Direitas e a Historiografia em Portugal» in Marchi, Riccardo (coord.) *As Raízes Profundas Não Gelam? Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Alfragide, Texto Editores, 2014. Pp. 13-78.
- REIG TAPIA, Alberto. *Revisionismo y política. Pío Moa revisitado*. Madrid, Foca, 2008.
- REIG TAPIA, Alberto; VIÑAS, Ángel. «Residuos y derivaciones franquistas. Unos ejemplos» in VIÑAS, Ángel (ed.) *En el combate por la historia. La República, la guerra civil, el franquismo*. Barcelona, Pasado y presente, 2012. Pp. 921-941.
- REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- REZOLA, Maria Inácia. «Justiça e transição: os juízes dos tribunais plenários no processo revolucionário português» in PIMENTEL; REZOLA (coord.) *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa, Tinta da China, 2013. Pp. 177-217.
- ROBIN, Régine. *La mémoire saturée*. Paris, Stock, 2003.
- ROBIN, Régine. «El nuevo devenir victimario de Alemania» in VINYES, Ricard (ed.) *El Estado y la Memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. Pp. 211-248.
- RODRIGO, Javier. «En el limbo de la historia. La memoria de los campos de concentración franquistas, entre el olvido oficial y el uso público» in FORCADELL; PASAMAR; PEIRÓ; SABIO; VALLS (eds.) *Usos de la Historia y políticas de la memoria*. Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. Pp. 55-72.
- RODRIGO, Javier. «Los mitos de la derecha historiográfica. Sobre la memoria de la guerra civil y el revisionismo a la española» in *Historia del Presente*, nº 3, Madrid, 2004, Pp. 185-195.
- RODRIGO, Javier. «La Guerra Civil: “memoria”, “olvido”, “recuperación” e instrumentación» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 6, 2006.
- ROSAS, Fernando. «O Estado Novo - memória e história» in DELGADO; LOFF; CLUNY; PACHECO; MONTEIRO (orgs.) *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa, Edições Cosmos, 2000. Pp. 148-152.
- ROSAS, Fernando. «Notas para um debate: a revolução e a democracia» in ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco (org.) *Ensaio geral. Passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004. Pp. 17-49.
- ROSAS, Fernando. «Memória da violência e violência da Memória» in MADEIRA, João; PIMENTEL, Irene; FARINHA, Luís (Coord.) *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007. Pp. 15-30.
- ROSAS, Fernando. «Ser e não ser: A Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, Pp. 195-205.
- ROSAS, Fernando. «Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política», disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/31604>.
- ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris, Seuil, 1987.
- ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris, Fayard, 1994.

- ROUSSO, Henry. «La légitimité d'une comparaison empirique» in ROUSSO, Henry (dir.) *Stalinisme et nazisme. Histoire et mémoire comparées*. Bruxelles, Éditions Complexe, 1999. Pp. 11-36.
- ROUSSO, Henry. «La memoria de Vichy o la ilusión de la excepción francesa (1980-2000)» in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (ed.) *Guerra civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006. Pp. 321-335.
- ROVAN, Joseph. «Introduction. Le débat sur l'histoire allemande» in *Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le régime nazi*. Paris, Les Éditions du CERF, 1988. Pp. XVII-XXVII.
- RUIZ TORRES, Pedro. «De perplejidades y confusiones. A propósito de nuestras memorias» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 7, 2007.
- RUIZ TORRES, Pedro. «Los discursos de la memoria histórica en España» in *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 7, 2007.
- SOUTELO, Luciana. *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- SOUTELO, Luciana. «Visões da Revolução dos Cravos: combates pela memória através da imprensa (1985-1995)» in VARELA, Raquel (coord.) *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa, Bertrand, 2012. Pp. 229-249.
- SOUTELO, Luciana. «A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do revisionismo histórico» in SOUTELO; LUÍS; SILVA (orgs.) *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* [documento eletrónico], Pp. 114-127.
- SOUTELO, Luciana. «O revisionismo histórico em perspetiva comparada: os casos de Portugal e Espanha» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014. Pp. 263-287.
- TRAVERSO, Enzo. «Introduction. Le totalitarisme. Jalons pour l'histoire d'un débat» in *Le totalitarisme. Le XXe siècle en débat*. Paris, Seuil, 2001. Pp. 9-110.
- TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007.
- TRAVERSO, Enzo. «The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century» in HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim (Ed.) *History and Revolution. Refuting Revisionism*. Londres, Verso, 2007. Pp. 138-155.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les assassins de la mémoire. «Un Eichmann de papier» et autres essais sur le révisionnisme*. Paris, La Découverte, 1987.
- VINYES, Ricard. «Presentación» in VINYES (ed.) *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. Pp. 15-19.
- VINYES, Ricard. «La memoria del Estado» in VINYES (ed.) *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. Pp. 23-66.
- VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona, Los libros de lince, 2011.
- VIÑAS, Ángel. «Presentación» in VIÑAS, Ángel (ed.) *En el combate por la historia. La República, la guerra civil, el franquismo*. Barcelona, Pasado y presente, 2012. Pp. 13-25.
- WEHLER, Hans-Ulrich. *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il pasato?* Firenze, Ponte Alle Grazie, 1989.

- WOLFREYS, Jim. «Twilight Revolution: François Furet and the Manufacturing of Consensus» in HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim (ed.) *History and Revolution. Refuting Revisionism*. Londres, Verso, 2007. Pp. 50-70.
- WOLIKOW, Serge. «L’histoire du temps présent en question» in WOLIKOW, Serge; POIRRIER, Philippe (dir.) *Où en est l’Histoire du Temps Présent? Territoires Contemporains*. Bulletin de l’Institut d’Histoire Contemporaine. Actes du colloque transfrontalier – Cluse Dijon – 25 Septembre 1997. Université de Bourgogne. Disponible en: <http://tristan.u-bourgogne.fr/UMR5605/publications/ouenesthistoiretemps/ouenhistoiretempspresent.pdf>.
- YSÀS, Pere. «El antifranquismo y la democracia» in VINYES (ed.) *El Estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona, RBA, 2009. Pp. 393-408.
- YSÀS, Pere. «Memória e silêncio. A esquerda espanhola durante a transição» in LOFF; PIEDADE; SOUTELO (coord.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra, Almedina, 2014, Pp. 331-352.

Fontes primárias

- *ABC*
- *A Nosa Terra*
- *Deia*
- *Egin*
- *El Mundo*
- *El País*
- *La Vanguardia*
- *Mundo Obrero*

Período consultado:

1986: 27 de março – 06 de abril; 09 de abril – 19 de abril; 21 de abril – 01 de maio; 10 de junho – 20 de junho; 13 de julho – 23 de julho; 15 de novembro – 25 de novembro; 01 de dezembro – 11 de dezembro

1987: 21 de abril – 01 de maio; 10 de junho – 20 de junho

1988: 01 de dezembro – 11 de dezembro

1989: 27 de março – 06 de abril

1990: 15 de novembro – 25 de novembro

1991: 09 de abril – 19 de abril; 13 de julho – 23 de julho

1992: 21 de abril – 01 de maio; 10 de junho – 20 de junho; 29 de novembro – 09 de dezembro

1993: 01 de dezembro – 11 de dezembro

1994: 27 de março – 06 de abril

1995: 15 de novembro – 25 de novembro

1996: 27 de março – 06 de abril; 09 de abril – 19 de abril; 21 de abril – 01 de maio; 10 de junho – 20 de junho; 13 de julho – 23 de julho; 15 de novembro – 25 de novembro; 01 de dezembro – 11 de dezembro

- *Avante!*
- *Expresso*
- *Jornal de Notícias*
- *O Diabo*
- *O Diário*
- *O Jornal*
- *O Referencial*
- *Público*
- *Visão*

Período consultado: exemplares relativos aos meses de janeiro a junho dos anos 1986, 1989 e 1994.

- Diário da República nº 222/1982, série I de 1982-09-24, decreto-lei nº 404/82.